

O **Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe** numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica resultou de uma parceria entre investigadores do Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) no quadro de programas de investigação em curso, e visou apresentar e partilhar estudos e resultados de projectos sobre São Tomé e Príncipe, nas várias áreas do saber científico.

Reflectindo a sua pequena dimensão, em termos quantitativos a produção científica relativamente a São Tomé e Príncipe não é comparável com a de outros países africanos lusófonos maiores, como Angola ou Moçambique.

Contudo, nos últimos anos o número dos trabalhos de investigação relacionados com o pequeno arquipélago no Golfo da Guiné tem aumentado consideravelmente, tanto nas áreas das Ciências Sociais, como das Ciências Naturais.

Nesse sentido, este Colóquio pretendeu dar maior visibilidade à investigação que tem vindo a ser feita, criando oportunidades para os investigadores das diversas áreas científicas apresentarem os seus trabalhos e contribuírem, deste modo, para dinamizar o interesse por São Tomé e Príncipe e pelo papel desempenhado pela investigação científica.

LIVRO DE ACTAS

Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica



LIVRO DE ACTAS
Colóquio Internacional
São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica

Coordenadores
Ana Cristina Roque (IICT)
Gerhard Seibert (ISCTE-IUL, CEA-IUL)
Vitor Rosado Marques (IICT)

ACTAS

**Colóquio Internacional São Tomé
e Príncipe numa perspectiva
interdisciplinar, diacrónica e sincrónica**

Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica

Coordenadores

Ana Cristina Roque (IICT)
Gerhard Seibert (ISCTE-IUL, CEA-IUL)
Vítor Rosado Marques (IICT)

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)

Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)

Lisboa

2012

FICHA TÉCNICA

Título

Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica

Coordenadores

Ana Cristina Roque
Gerhard Seibert
Vítor Rosado Marques

Design Gráfico e Paginação

João Dias

Edição

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL)
Avenida das Forças Armadas
1649-026, Lisboa, Portugal
Tel.: +351217903000 . Fax: +351217964710
cea@iscte.pt . <http://cea.iscte.pt/>

Instituto de Investigação Científica
Tropical (IICT)
Rua da Junqueira, n.º 86 - 1º
1300-344, Lisboa, Portugal
Tel.: +351 213616340 . Fax: +351 213631460
iict@iict.pt . <http://www.iict.pt/>

Edição digital

ISBN: 978-989-732-089-7

ISBN: 978-989-742-002-3

Lisboa, Novembro de 2012

Uma iniciativa



Apoio



Patrocínio



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
PARTE I - Colonização do Arquipélago	
João Menino – Comerciante ou Escravo? <i>José Domingos Costa</i>	13
A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos <i>Luís da Cunha Pinheiro</i>	27
PARTE II - Património e organização do espaço	
A Cidade de São Tomé no Quadro das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa <i>Teresa Madeira da Silva</i>	49
As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo <i>José Manuel Fernandes</i>	73
São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974) <i>Ana Vaz Milheiro</i>	87
O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo <i>Vera Félix Mariz</i>	129
A Roça de São Tomé e Príncipe: Desígnio e Projecto <i>Hugo Machado da Silva</i> ° <i>Sérgio Leopoldo Fernandez</i>	137
Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento <i>Ana Silva Fernandes</i> ° <i>Manuel Fernandes de Sá</i> ° <i>Rui Fernandes Póvoas</i>	157
Os Arquivos de S. Tomé e do Príncipe: um património a preservar <i>Joaquim Machado</i> ° <i>Maria de Lurdes Henriques</i> ° <i>Maria Teresa Saraiva</i>	177
PARTE III - Colonialismo Moderno	
Desenvolvimento santomense na perspectiva de Ezequiel de Campos (1900-1910) <i>Teresa Nunes</i>	191
São Tomé e Príncipe n’O Mundo Português <i>Sérgio Neto</i>	207
Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974) <i>Luís Filipe Madeira</i>	217
PARTE IV - Ciência colonial e história da ciência	
Gago Coutinho e os Trabalhos de Campo em São Tomé <i>Rui Miguel da Costa Pinto</i>	235
Comparative Economic Development of São Tomé and Santiago de Cabo Verde: Lessons from the 16th Century <i>Robert Garfield</i>	247
A investigação agronómica em S. Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa <i>José Eduardo Mendes Ferrão</i>	255

PARTE V - Pós colonialismo e diáspora

Os constrangimentos ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial 271
Armindo de Ceita do Espírito Santo

Ser imigrante, Ser mulher, Ser mãe: Diáspora e Integração da Mulher São-tomense em Portugal 287
Lígia Moreira Almeida ° José Caldas

PARTE VI - Literatura e cultura

Paisagem e memória em São Tomé e Príncipe: o Forte de São Sebastião e Fernão Dias 305
João Sarmento

A cultura de escrita no quotidiano africano de São Tomé e Príncipe na fase colonial tardia 317
Frank-Ulrich Seiler

Pessimistic History: Santomean Identity, Pessimism and History in two 19th century texts 337
Jared Staller

São Tomé e Príncipe Um Laboratório Atlântico: Diásporas e Dinâmicas Literárias 349
Joseph Abraham Levi

As intelectuais santomenses e a produção de conhecimentos na pós-colonialidade: os casos de Conceição Lima e Inocência Mata 369
Inês Nascimento Rodrigues

As ilhas sob a pele da linguagem: a poética de Conceição Lima 383
Naduska Mário Palmeira

São Tomé e Príncipe: um olhar endoexógeno a partir da literatura 393
Lola Geraldine Xavier

PARTE VII - Língua

Mudança linguística e variação no português de São Tomé 413
Rita Gonçalves

PARTE VIII - Biodiversidade, circulação de saberes e medicina tradicional

Plantas Medicinais e Medicina Tradicional de S. Tomé e Príncipe 433
Maria do Céu de Madureira

Alterações do uso do solo e biodiversidade em São Tomé 455
Ricardo Faustino de Lima

PARTE IX - Desenvolvimento e cooperação

Mercado Informal de Medicamentos em São Tomé e Príncipe 467
Vânia Tira-Picos ° Ulrich Schiefer ° Maria do Céu de Madureira

A eficácia da ajuda e a definição das políticas de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe 485
Raquel Freitas

A reforma do ensino secundário em são Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+ <i>Antónia Barreto</i>	505
A política externa brasileira para São Tomé e Príncipe: O teor político da cooperação Sul-Sul (1975-2010) <i>Kamilla R. Rizzi</i>	519
São Tomé e Príncipe e a Cooperação Internacional: O seu Impacto no Desenvolvimento e nas Finanças Públicas <i>Luís Quintaneiro</i>	553
PARTE X - Cooperação bilateral	
<i>A Cooperação Portuguesa em São Tomé e Príncipe</i> <i>Luís Castelo Branco</i>	571
As Intervenções da Cooperação Portuguesa na Educação e na Saúde <i>Manuel Mendes</i>	579
ÍNDICE REMISSIVO	583

Introdução

O *Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* resultou de uma parceria entre investigadores do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) e do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) no quadro de programas de investigação em curso, e teve como objetivo apresentar e partilhar estudos e resultados de projetos sobre São Tomé e Príncipe, nas várias áreas do saber científico.

Refletindo a sua pequena dimensão, em termos quantitativos, a produção científica relativamente a São Tomé e Príncipe não é comparável com a de outros países africanos lusófonos maiores, como Angola ou Moçambique. Contudo, nos últimos anos, o número dos trabalhos de investigação relacionados com o pequeno arquipélago no Golfo da Guiné tem aumentado consideravelmente, tanto nas áreas das Ciências Sociais, como das Ciências Naturais.

O Colóquio contou com a participação de 112 oradores, que se debruçaram sobre temáticas tão diversas quanto o colonialismo moderno e o pós-colonialismo, as questões da língua, da literatura, da identidade e da diáspora santomense ou do património arquivístico e arquitetónico, de par com questões da salvaguarda não só deste património como dos saberes tradicionais, da biodiversidade e da sustentabilidade, numa perspetiva do desenvolvimento integrado visando a melhoria das condições de vida das populações

Nesse sentido, este Colóquio pretendeu dar maior visibilidade à investigação que tem vindo a ser feita, criando oportunidades para os investigadores das diversas áreas científicas apresentarem os seus trabalhos e contribuírem, deste modo, para dinamizar o interesse por São Tomé e Príncipe e pelo papel desempenhado pela investigação científica. Daí que se tenha privilegiado um espaço de discussão interdisciplinar que teve em conta perspetivas históricas, antropológicas, sociológicas, culturais, económicas, políticas, biológicas e ambientais, que permitiu não só uma perspetiva histórica em termos globais e ao nível da relação do arquipélago com o continente Africano e com o mundo, mas também em termos do reconhecimento da importância dos saberes no contexto atual desta sociedade.

Esperamos que a discussão e reflexão que foi feita durante os três dias de trabalho em que decorreu o Colóquio possa ter contribuído

para uma compreensão mais aprofundada e alargada da realidade deste arquipélago, ajudando a identificar dificuldades atuais e a cooperar na sua resolução.

A Comissão Organizadora



Colonização do Arquipélago

José Domingos Costa
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa, Portugal

josedomcosta@yahoo.com

João Menino – Comerciante ou Escravo?

Referenciada nos relatos do Piloto Anónimo a presença em São Tomé de João Menino, “homem muito velho”, “negro riquíssimo”, como ele se lhe refere, esta figura tem sido apresentada, pela generalidade dos investigadores, como prova de que, a par dos europeus e dos “filhos da terra”, não teriam sido apenas os escravos negros trazidos do continente os únicos africanos a constituírem a cadeia de povoadores do arquipélago. Na mesma altura, de sua livre vontade, teriam vindo também outros africanos, aproveitar-se das oportunidades de negócio entretanto geradas na ilha, mormente pelo florescente cultivo da cana-de-açúcar. Sem pretender pôr em causa as linhas de investigação seguidas anteriormente pelos historiadores que referem a existência de João Menino, nem tão-pouco as suas conclusões que lhe atribuem a condição de comerciante, é objectivo deste trabalho, caminhando noutra direcção, levantar a hipótese de este homem poder ter sido originalmente escravo e, ao beneficiar do decreto régio de D. Manuel I, assinado em 1517, conseguir a alforria e, conseqüentemente, a sua liberdade.

Palavras-chave: piloto anónimo, João Menino, miscigenação, filhos da terra, escravo, alforria

João Menino - Trader or Slave?

In the account of his trips to São Tomé, the anonymous pilot refers to the presence at the island of João Menino, “very old man”, “very rich black”. The majority of researchers has presented this character as evidence that it were not just Europeans, the “sons of the land” and the black slaves from the mainland, the lonely people who has constituted the chain of settlers in the archipelago. At the same time, have been also other Africans, by their own initiative, to take advantage of business opportunities created though the island, especially the burgeoning crop of sugar cane. Without calling into question the lines of research previously pursued by historians who report the existence of João Menino, nor do their conclusions which confer him the status of trader, is objective of this work, walking in another direction, hypothesize that this man could have originally been a slave and, having the benefit of the royal decree of King Manuel I, signed in 1517, achieve manumission, and thus his freedom.

Keywords: anonymous pilot, João Menino, miscegenation, sons of the land, slave, manumission

Introdução

A referência a João Menino - que dá origem a este trabalho -, surge-nos, em escassas sete linhas, no meio de um texto atribuído a um piloto anónimo de Vila do Conde, no qual este relata uma das suas viagens a São Tomé, decorria a terceira década do século XVI (Albuquerque, 1989, p. 33).

Traduzido do português para o italiano, este importante escrito foi publicado pela primeira vez em Veneza no ano de 1550, incorporado numa não menos importante antologia de viagens - *Navigazioni et Viaggi* -, compilada por Giovanni Battista Ramusio (Caldeira, 2000, p. 11).

Para que melhor se possa entender quem era Menino e o que se julga representar na sociedade da São Tomé seiscentista, será de toda a utilidade que se faça um pormenorizado enquadramento, antes de qualquer outra referência.

Assim, começar-se-á por abordar a colonização da ilha e o ciclópico esforço encetado para o seu povoamento, as tentativas para torná-la auto-suficiente em bens alimentares, a estrutura fundiária escolhida, o tipo de economia que a partir daí se desenvolveu, a sociedade que foi sendo edificada, tendo em linha de conta as condições entretanto criadas.

Referir-se-á, de igual modo, a importância que a escravatura e o comércio de escravos tiveram na economia santomense da época, o contributo da monocultura da cana sacarina para o desenvolvimento da ilha e o papel das alforrias na construção daquilo que se poderá considerar uma sociedade nova.

A Descoberta

Os reis portugueses encontraram nas donatárias um processo expedito para, por interpostas pessoas, mas sempre da sua inteira confiança, administrarem os domínios de além-mar que iam ficando na posse da coroa. Elas eram, no fundo, uma resposta arguta para se contrapor à impossibilidade prática do rei poder exercer a soberania directamente sobre os novos territórios e até, através desse expediente, serem angariadas formas de financiamento que viessem a suportar os elevados custos da epopeia marítima.

A Madeira e os Açores - mais tarde as ilhas de Cabo Verde -, devem a este sistema o sucesso do seu povoamento. Não seria, pois, de estranhar, que igual princípio se continuasse a aplicar, à medida em que ia progredindo a expansão portuguesa.

Foi assim que, já no tempo de D. Afonso V, através do arrendamento do monopólio do resgate e trato da Guiné ao comerciante de Lisboa Fernão Gomes, foi dado um passo de muito significado para a expansão marítima. Através do contrato estabelecido, que tinha a duração de 5 anos (1469-1474), Fernão Gomes via-se obrigado em cada ano, para além do pagamento de 200 mil reais à Coroa, à exploração de cem léguas de costa em direcção a Sul, a partir da Serra Leoa (Cunha, 2001, p. 8).

E foi durante a vigência deste acordo que se exploraram as costas do Golfo da

Guiné, se entrou em contacto com as riquezas da região da Mina, se visitaram pela primeira vez as ilhas que lhe estão ao largo: São Tomé - cujo descobrimento, nos inícios da década de 70, se atribui a João de Santarém e Pêro Escobar -, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó, actualmente Bioko.

Estratégia política

Com excepção da ilha de Fernando Pó, todas as outras eram desabitadas. Por razões que se devem prender com os levantamentos efectuados e com a avaliação daí resultante, que se traduziu no longo período de quase 16 anos que separou o seu achamento da concretização do interesse pela colonização da ilha, terá parecido à Coroa ser São Tomé aquela que reunia as condições mais favoráveis para o seguimento de uma política que, contando com as potencialidades da região, pudesse ser traduzida em incontestadas vantagens para os portugueses.

Com efeito, São Tomé estava situada a 300 quilómetros da costa (distância suficiente para não se recearem ataques dos povos do continente), desabitada até à descoberta como se disse (não sendo, por conseguinte, necessário qualquer esforço de conquista) e a maior de todas aquelas ilhas.

É natural que São Tomé, dada a sua posição estratégica, fosse para o futuro rei D. João II, que desde 1474 se encontrava à frente de toda a colossal empreitada dos descobrimentos, fosse por ele encarada como nevrálgico “ponto de aguada e carnagem necessárias aos navios que demandavam a Índia”, como viriam a sustentar os historiadores Francisco Tenreiro e Maria Benedita Araújo, citados por Pedro José Paiva da Cunha (2001, p. 12).

Facto que não chegaria a concretizar-se, contudo, pois a rota das caravelas rumo à Índia viria a passar muito mais a Ocidente, quase a roçar as terras de Vera Cruz, por força das correntes marinhas e do regime dos ventos muito mais favoráveis (Mau-ro, 1988, p. 127). Teria de ser reequacionado, por isso, o papel que São Tomé viria a desempenhar, que seria importante, sem dúvida, mas não aquele que inicialmente lhe tinha sido vaticinado.

Assim, sem qualquer interferência na mais destacada rota comercial portuguesa, que Vasco da Gama abriu pela primeira vez em 1498, uma outra razão viria a ser invocada para o povoamento da ilha e para o pesado investimento a que isso levava: A necessidade de reconhecimento das costa do Atlântico a sul do Equador, conferiam a São Tomé o estatuto de plataforma logística estratégica (Cunha, 2001, p. 12).

Ver-se-á adiante como a ilha se iria tornar, segundo Arlindo Caldeira, o centro de um projecto económico de dupla finalidade: um lugar de escala de escravos para revenda noutros mercados e a instalação de um importante pólo produtor de açúcar, com a disseminação de vastas plantações de cana sacarina em todas as áreas já colonizadas e a colocação de engenhos em zonas ribeirinhas a exemplo do que fora feito na Madeira, como fase intermédia da cadeia produtiva (Caldeira, 2000, p. 20).

É bom de ver que na génese desta estratégia de aproveitamento da ilha, estariam notícias enviadas a Lisboa por João Pereira, a quem João de Paiva, o primeiro donatário, mandara partir para a ilha, em 1486, à frente de um número indeterminado, mas certamente reduzido, de colonos, de forma a iniciar o seu povoamento (Garfield, 1992, p. 10). Notícias essas reforçadas sucessivamente com as novas que foram chegando dos diferentes donatários, nomeadamente as de Álvaro Caminha, o terceiro donatário da capitania de São Tomé, e as de Pêro Caminha, capitão provisório, que informou o rei - nesta época já D. Manuel I - ter descoberto muitos rios novos “em os quaes há muitos escravos e muito marfim”, aconselhando, implicitamente, a um aproveitamento eficaz das possibilidades da ilha, dada a sua posição geográfica favorável (Cunha, 2001, p. 12).

E o interesse da Coroa portuguesa por São Tomé vai-se tornando cada vez mais evidente também através da legislação saída das mãos do rei, concedendo privilégios a quem se dispusesse a demandar a ilha e aí se fixar. Começa por ser disso claro exemplo a “Carta de privilégio para os moradores de São Tomé poderem resgatar escravos e quaisquer outras mercadorias”, assinada em 16 de Dezembro de 1485 por D. João II que refere a determinado ponto:

... lhe outorgamos que eles (...) possam resgatar e resgatem escravos e quaisquer outras mercadorias que haver puderem nos cinco rios dos Escravos, que são além da fortaleza de São Jorge da Mina, reservando ouro, pedraria e especiaria e gatos-de-algália¹, que não poderão resgatar senão para nós... (Albuquerque, 1989, p. 45).

As condições de sobrevivência

O processo de povoamento mostra-se complexo e lento. Para além do envio de pessoas, tornava-se necessário prover o território de meios, como bens alimentares, que satisfizessem as necessidades mais elementares.

São Tomé como terra desabitada, de recursos visíveis possuía apenas a sua luxuriante vegetação. Nada que se afigurasse viável para garantir a sobrevivência dos seus primeiros habitantes. Seria Lisboa a providenciar os alimentos iniciais, sistema de cuja eficácia o testamento de Álvaro Caminha se viria a queixar, referindo-se às provisões que D. João II enviara para dois ou três anos: “foi logo assim gastado, que durou muito pouco tempo” (Albuquerque, 1989, p. 75).

Para obstar a essas carências, foram, com o decorrer dos tempos, tomadas algumas medidas que, enquadradas naquilo a que se poderá chamar de política de tentativa-erro, não deixaram de dar os seus frutos.

Assim, de Cabo Verde vieram bois, ovelhas e cabras; da Guiné também cabras, para além de galinhas; de Portugal foram porcos, vacas e bois. Sem qualquer sucesso foi, contudo, a tentativa de introdução do cavalo e do burro.

Constatadas as condições grandemente favoráveis do território para a pecuária,

¹ Gato-de-algália é um mamífero carnívoro, da família dos viverrídeos, com cerca de 90 centímetros de comprimento e com umas glândulas anais que produzem uma secreção acre e oleosa, conhecida por almíscar, utilizada na produção de perfumes.

cedo esta actividade começou a apresentar resultados, fazendo com que ramos complementares, como a salga, se viessem a desenvolver. De tal sorte isso se verificou, que o mercado passou de consumidor também a exportador de carne destinada ao abastecimento da feitoria de São Jorge da Mina (Cunha, 2001, p. 21).

Foram, por outro lado, ensaiadas novas culturas agrícolas. Os resultados da tentativa de introdução do trigo, do centeio, da cevada, da vinha, da oliveira, foram desanimadores. Verificava-se o crescimento das plantas, mas sem qualquer tipo de fruto.

Como substituto do pão feito a partir do trigo (ou dos seus substitutos centeio e cevada) passou a usar-se o inhame, proveniente da África continental. Era comido assado ou cozido acompanhando carne ou peixe, ou ainda ralado como complemento de diversos pratos. Acudia ainda nos suprimentos aos navios que passavam pela ilha (Cunha, 2001, p. 24). O inhame era muito duradouro, a ver pelo que dele dizia o Piloto Anónimo: “aturam frescas muitos meses e passam um ano sem se perderem” (Albuquerque, 1989, p. 27).

Introduziram-se ainda o milho zaburro, importado do continente, que dava várias colheitas ao ano, a palmeira e a bananeira, importantes na alimentação dos escravos. Experimentaram-se com muito sucesso outros produtos que constavam anteriormente da dieta alimentar dos colonos, como as hortaliças (alfaces, couves, rábanos, beterraba e aipo), cebolas e alhos, melões, abóboras, nabos, cabaças e hortelã. De referir um único óbice - e de peso -, a contrapor-se ao facto de crescerem em poucos dias: as suas sementes não se multiplicavam (Albuquerque, 1989, p. 23). Tornava-se necessário, a cada ciclo reprodutivo, mandarem-se vir novas sementes de Portugal.

Um exemplo de introdução bem sucedida engloba algumas árvores de frutos: figueiras, laranjeiras, macieiras e limoeiros, todas elas com grandes frutos e muito sumo “que não é para crer”, como a esse facto se refere o manuscrito de Valentim Fernandes (1940, p. 124).

A pesca constituiu-se, naturalmente e desde cedo, uma importante fonte alimentar e de rendimento para os moradores de São Tomé. E de tal forma devia pesar nos seus proventos que levava muitos deles, mar adentro, e apesar das 40 léguas de distância², a procurarem as águas de Ano Bom, por proporcionarem grandes pescarias. Como a isso alude o Piloto Anónimo “Tem ela uma grande pescaria, e os que habitam em São Tomé vão ali pescar repetidas vezes” (Albuquerque, 1989, p. 21).

Também a exploração da madeira se revestia de uma particular importância para a comunidade. Com as árvores das matas que se desbravavam para os seus terrenos darem lugar às plantações de cana, obtinha-se a madeira para se construírem as casas daquilo a que viria a ser Povoação, a capital. Com ela se reparavam também os navios que se dirigiam à ilha, havendo, inclusivamente, a notícia da construção de pelo menos duas embarcações que haveriam de demandar as costas do Golfo e do Congo. Dos seus densíssimos bosques, como os classificava o piloto de Vila do Conde, se retirou também a madeira que haveria de ser mandada para fora.

² Todas as consultas efectuadas reportam equivaler uma légua a aproximadamente 5 quilómetros. O antigo sistema métrico português viria a estabelecer a *légua métrica* (Decreto de 2 de Maio de 1855) e a fixá-la como medida equivalente a 5 mil metros, certamente como oficialização da prática corrente anterior.

O sistema fundiário e o fomento agrícola

Desde que o povoamento começou a ganhar alguma consistência, que as terras foram sendo entregues aos colonos em regime de sesmarias, por cinco anos, de forma a garantir uma maior e mais racional produtividade da terra. Logo que esse prazo findava, as terras ficavam ou não na propriedade do usufrutuário, em conformidade com o maior ou menor aproveitamento que lhes fora dado.

Verificou-se também o aparecimento das fazendas reais, cujo objectivo era a produção de bens alimentares destinados à alimentação dos escravos, que eram enviados para a ilha à espera de serem revendidos noutras paragens. Mais tarde, quando a indústria do açúcar era já uma actividade florescente, estas terras passaram também a albergar as plantações de cana-de-açúcar e os engenhos. Engenhos esses que, acrescente-se, em finais da década de 30 do século XVI, eram já “coisa” de sessenta, segundo aquilo que conta o Piloto Anónimo, produzindo-se a apreciável quantidade de cento e cinquenta mil arrobas de açúcar (Albuquerque, 1989, p. 23), o equivalente a 2 mil duzentas e cinquenta toneladas.

O Povoamento

Se no início as insuficiências alimentares eram um forte motivo que obstava ao povoamento da ilha, constatar-se-ia, logo a seguir, ser o clima o motivo maior para afastar os europeus da sua ida para aquelas paragens.

Aplicar-se-ia aqui, plenamente, uma reflexão do escritor florentino Tiziano Terzani feita a outro propósito e noutro contexto: “A vida era dominada por uma grande incerteza e a morte uma companheira constante”.

Com efeito, o clima ali era demasiado húmido e de calor extremo, foco de uma parafernália de assustadoras doenças, fatais para quem, como os colonos europeus, estariam longe de poder suportar.

São Tomé começou, decorridos os primeiros tempos, a dar de si a imagem de uma ilha demoníaca e infernal, onde a sobrevivência era não apenas improvável, como o paradigma de uma condenação à morte. Ninguém queria ir para São Tomé.

Coube ao Estado rodear-se de políticas que conduzissem ao efectivo povoamento da ilha. Socorrendo-se dos condenados à pena capital a quem, por “piedosa” medida, se comutava a pena, transformando-a em degredo, cedo se começou a criar um número indeterminado de potenciais e efectivos colonizadores da ilha do inferno, obrigados a seguir para aquelas paragens.

Em paralelo, as autoridades portuguesas, procuraram construir uma imagem idílica de São Tomé, contrapondo à pouco convidativa imagem da ilha, o “mito da abundância”, valendo-se da circunstância de o território ser de uma fecundidade insuperável. Facto esse que até D. João II reportava, dizendo que “tinha lá feito plantações de cana de açúcar e que as canas crescem três vezes mais que na Ilha da Madeira e produzem bom açúcar” (Münzer, 1931).

Não teriam sido satisfeitos, de imediato, os desígnios da Coroa. Só paulatinamente

essa imagem de “hossanas e bem-aventuranças” se foi difundindo, o que fez com que só paulatinamente também os resultados fossem aparecendo. E tanto foi assim que, em 1506, Valentim Fernandes não referencia a presença em São Tomé de nenhum colono de outra nacionalidade que não a portuguesa, sendo só muitos anos depois aludida pelo Piloto Anónimo, que, para além de muitos portugueses, reportava a presença de comerciantes castelhanos, franceses e genoveses (Albuquerque, 1989, p. 22).

Vimos já que os degredados constituíram a primeira e mais significativa leva de colonos com que a povoamento se iniciou. Muitos deles, refira-se, que não perecendo na metrópole às mão de um verdugo, viriam, por ironia do destino, a finar-se, logo nos primeiros dias na ilha, debaixo dos efeitos de um clima aziago e de misteriosas doenças.

Eram de tal ordem numerosos os contingentes de degredados que, para além de compensarem a razia provocada pelos óbitos, satisfizeram, ao fim de alguns anos, e em paralelo com o crescimento demográfico, as necessidades que o povoamento originara. Por via dos excedentes, a partir de 1535 passaram a ser encaminhados de Portugal directamente para o Brasil.

A par dos degredados, teremos de considerar também aqueles que vieram para São Tomé de sua livre vontade. Em escasso número, na primeira leva, podem resumir-se a alguns casos, em que se referenciam, por exemplo, dois carpinteiros da casa de Valentim Fernandes que não teriam resistido às doenças e muitos poucos mais. Havia ainda, naturalmente, o caso daqueles a quem estavam destinados altos cargos administrativos e alguns dos seus familiares. Com Álvaro Caminha, o terceiro donatário, vai entretanto um número já significativo de pessoas livres, como refere Arlindo Caldeira, que sugere ainda ter sido nessa altura que aportam à ilha as primeira mulheres europeias (Caldeira, 1999, p. 34).

Entretanto, à Europa iam chegando as notícias das enormes potencialidades da ilha, misturadas, obviamente, com os ecos do “mito da abundância” que, desde cedo as autoridades portuguesas se interessaram em propalar. O rendoso comércio de escravos, primeiro, e o do açúcar logo a seguir, foram o rastilho que incendiou a cobiça de muitos estrangeiros, que começaram a demandar essas paragens. Daí a já referida menção do Piloto Anónimo à presença de comerciantes de várias nacionalidades na ilha.

Vindos em 1493 com Álvaro de Caminha, chegaram também a São Tomé 2000 meninos judeus, cujos pais vieram para Portugal, expulsos de Espanha pelos reis católicos. Era objectivo da Coroa afastá-los das más influências dos seus progenitores, em primeiro lugar (Caldeira, 1999, p. 39), que fossem convertidos ao cristianismo, em segundo, e, finalmente, que ajudassem ao povoamento. Do conjunto deles, de que nenhum excedia os oito anos, diria Pêro de Caminha terem dado boa conta da missão que lhes fora cometida. A sua integração na restante comunidade através do casamento, teria sido, contudo, problemática, tal como refere Valentim Fernandes: “poucas delas, dizia, parem dos homens alvos, muito mais parem as alvas dos negros e as negras dos alvos”. Do contingente inicial de 2000 meninos judeus, indica ele

também, estar, em 1505/1506, reduzido apenas a 600.

A crescer a todos estes elementos, veja-se agora o papel dos escravos negros: eles eram resgatados na costa continental, para serem integrados no colonato onde eram indispensáveis nos trabalhos agrícolas. A cada colonizador eram atribuídos normalmente dois escravos, logo que se iniciavam os trabalhos de amanho da terra. Se esse número se mostrasse insuficiente eram-lhe fornecidos mais escravos ou, em alternativa, ele comprava-os.

Constata-se assim que o escravo negro era uma peça fundamental no equilíbrio económico da ilha, vindo a tornar-se ainda mais imprescindível com o florescimento das plantações da cana-de-açúcar - donde se retirava um produto apetecido e de larga demanda por toda a Europa -, cuja introdução na ilha se terá dado por volta de 1494, vinda da ilha da Madeira, que forneceu também os técnicos que transmitiram as artes de a cultivar.

O recurso ao trabalho escravo foi, pois, o caminho encontrado para se atingirem os objectivos de uma actividade que, durante largas décadas do século XVI, se mostrou frutuosa e altamente lucrativa, enriquecendo os colonos que povoavam a ilha e uma larga teia de intermediários. Essa actividade que se constituía como um enorme sorvedouro de mão-de-obra, disponível, como se sabe, mesmo ali ao lado, na costa continental, veio permitir que, em paralelo, se desenvolvesse a actividade do tráfico esclavagista.

São Tomé era já, nos inícios do século XVI, uma plataforma importante na rota dos escravos da região, ponto de escala para o comércio negreiro com a Europa e ilhas do Atlântico Norte. Disso nos dá conta Valentim Fernandes, referido por Luís Albuquerque (1993, p. 504):

E há agora muitos cativos ricos ou degredados que deles têm catorze e mais escravos, que trabalham e roçam e criam inhames e milho, com que ganham bem. E haverá ao menos nesta ilha de escravos dois mil, que sempre roçam e cavam e trabalham, afora dos escravos do resgate, que são às vezes cinco ou seis mil.

O comércio de escravos sofrerá um ainda maior incremento a partir de 1525, altura em que se inicia a rota transatlântica, directamente de São Tomé para as Antilhas, e mais tarde para o Brasil.

Em 1506, conforme refere Celso Batista de Sousa, reportando-se a dados novamente de Valentim Fernandes, a população de São Tomé distribuía-se da seguinte forma: 600 descendentes de judeus castelhanos; 200 moradores na povoação principal (na maioria degredados); 1000 moradores em toda a ilha (sem esclarecer se os descendentes de judeus se encontram entre eles); 2000 escravos a trabalhar; 5 a 6000 escravos para resgate (Sousa, 1990, p. 234).

As alforrias

O clima de São Tomé, as doenças e o caudal de mortos que arrastavam, provocavam naturais desajustes na estrutura demográfica da Ilha. Desta forma, o inusitado número de óbitos ocorrido em permanência entre os europeus, levou a que fosse encorajada a união entre brancos e negros, tendo, inclusivamente, D. João II ordenado a atribuição de uma escrava negra a cada colono branco, incentivando dessa forma a miscigenação e tentando fomentar o aumento da população da ilha (Seibert, 2002, p. 37).

“... mas às vezes acontece”, refere o piloto anónimo, “que os ditos mercadores, morrendo-lhes as mulheres brancas, as tomam negras, no que não lhe fazem muita dificuldade...” (Albuquerque, 1989, p. 22).

Desta medida, objectivamente destinada a promover o crescimento da demográfico, viria a resultar o aparecimento de um terceiro grupo populacional - para além dos brancos e dos negros -, que haveria de ficar conhecido como «filhos da terra». Era constituído por mulatos, pardos ou mestiços, três designações para significar o mesmo tom de pele, que desempenhou papel interventivo de relevo na sociedade são-tomense, particularmente a partir do momento da promulgação, por D. Manuel I, de dois decretos régios.

O primeiro, de 29 de Janeiro de 1515, determinava que os filhos mulatos de colonos brancos e suas mães, fossem alforriados e conseqüentemente passassem a ser livres. O segundo, de 24 de Janeiro de 1517, ia mais longe e alforriava os escravos do sexo masculino que tinham vindo com os primeiros povoadores, bem como os seus descendentes.

Estes dois documentos são de importância inquestionável para um novo ordenamento demográfico de São Tomé, com repercussões futuras em toda a sociedade da ilha.

Passou-se a ter então um sociedade que tinha como suporte económico um sistema de monocultura da cana, a que se deve juntar o tráfico de escravos, e com uma população segmentada em três grupos diferenciados:

O primeiro, minoritário, de europeus brancos, no topo da pirâmide social, e a monopolizar os principais cargos da administração civil, judicial, eclesiástica e militar, proprietários dos engenhos e fazendas, detentores dos canais de escoamento e comercialização da produção e participando activamente no tráfico de escravos que naquela altura alimentava o plantio e cultivo da cana-de-açúcar, bem como o comércio negreiro;

A seguir vinham os «filhos da terra», que progressivamente se foram afirmando no seio da sociedade, nomeadamente após a morte dos seus progenitores, quando herdavam as suas terras e fazendas, passando a dispor dos meios necessários à sua ascensão, tanto social como económica;

Por último, os africanos vindos do continente. Uns, em larga maioria, trazidos à

força, homens resgatados da costa fronteira e destinados a trabalharem a terra em regime de escravatura e outros, poucos, que investiam e participavam nas actividades ligadas ao comércio.

João Menino

O texto que nos fala, de forma breve, sobre João Menino, foi escrito pelo Piloto Anónimo de Vila do Conde, num período de tempo que se estima entre os meses de Outubro de 1540 e nunca depois de Setembro/Outubro do ano seguinte³. É um documento muito rico em dados e pistas, um alfobre de informações valiosas não apenas sobre São Tomé, como também sobre as ilhas de Cabo Verde, em particular sobre Santiago e, em escala mais reduzida, sobre as costas da Guiné e da Malagueta, e ainda o reino do Congo.

Esse segmento de texto que nos dá a conhecer João Menino, diz o seguinte:

Por cinco vezes estive aqui com navios, principiando no ano de 1520, afirmo ter falado com um negro chamado João Menino, homem muito velho, o qual dizia ter sido conduzido ali, com os primeiros que foram da costa de África para esta ilha, quando ela foi povoada por ordem do nosso rei; e este negro era riquíssimo e tinha filhos, netos e bisnetos casados, os quais já tinham filhos (Albuquerque, 1989, p. 36).

Tem sido muitos os historiadores e investigadores que se debruçaram já sobre este importante escrito do Piloto Anónimo, pois ele, o texto, vem permitir preencher lacunas na história da expansão portuguesa que a inexistência de fontes se encarrega de criar.

Muitos são também que referenciam a fugaz passagem que dá conta da existência daquele negro muito velho e riquíssimo, que teria sido João Menino. Alguns atribuem-lhe a condição de comerciante, outros, em menor número, a de antigo escravo, a quem a piedade do rei venturoso abriu as portas da liberdade.

Sigamos agora o trilho das diferentes argumentações que analisámos, utilizadas para melhor caracterizar a condição de João Menino na história.

Luís da Cunha Pinheiro no seu trabalho *A conflitualidade social e institucional em S. Tomé ao longo do século XVI* (2005, p. 2), refere: “O segundo [grupo] integrava os [negros] livres, uns poucos que investiam e participavam nas actividades económicas. Um destes africanos foi João Menino um negro, nas palavras do piloto anónimo, “riquíssimo”.

Isabel Castro Henriques, no livro *Os pilares da diferença, Relações Portugal-África. Séculos VX-XX* (2004, p. 209), diz por seu turno: “africanos livres, «riquíssimos» - como é o caso de «um negro chamado João Menino» referido pelo piloto anónimo -, que integravam provavelmente os primeiros grupos colonizadores da ilha”.

³ Muito se tem opinado sobre a data da elaboração deste texto. Cremos que Arlindo Caldeira (2000, p. 45) reduz o leque de possibilidades, remetendo a sua redacção para “o final de 1540 ou na primeira metade de 1541”. A precisão dos meses é uma opção nossa, justificada por se saber a data da nomeação do bispo de São Tomé, D. Bernardes da Cruz (referido na narrativa do Piloto Anónimo), e a data aproximada da morte do Conde della Torre, a quem a obra do piloto foi dedicada.

Gerhard Seibert, no seu livro *Camaradas, Amigos e Compadres* (2002, p. 34), seguindo a mesma linha de raciocínio de Isabel Castro Henriques, fá-lo da seguinte forma:

Embora a maioria dos negros fosse constituída por escravos, a cor da pele não dizia necessariamente muito acerca do estatuto social da pessoa, visto que, entre os primeiros colonos, se encontravam escravos brancos e pelo menos um negro livre de Portugal. Também participavam activamente na formação da sociedade crioula africanos livres do continente.

Manuela Cardoso, que em *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento* (2007, p. 276), se debruça também sobre o assunto, refere-se-lhe nos termos seguintes:

No século XV-XVI, época da chamada I colonização, o povoamento foi assegurado por dois grupos bem distintos: o dos “europeus”, heterogéneo, constituído por portugueses (século XV) e no século seguinte também por castelhanos, franceses e genoveses, interessados na “formação de uma sociedade nova” e o grupo dos “africanos”, também heterogéneo, formado por escravos trazidos pelos europeus da costa do Benin, Guiné, Gabão e Congo e por africanos livres.

Pedro José Paiva da Cunha, rejeitando liminarmente o estatuto de ex-escravo para João Menino, escreve a esse propósito na sua dissertação de mestrado *A organização económica em São Tomé: do início do povoamento a meados do século XVII* (2001, p. 64):

Os negros estimados como mão-de-obra são estimados em 2.000 (...) Destes dois milhares de africanos, ainda podemos acrescentar alguns negros livres, provenientes da costa ocidental africana, utilizados nos primórdios da ocupação para facilitar os contactos comerciais com os navios.

Creemos poder ser este o estatuto de um negro, encontrado na ilha pelo piloto anónimo durante a sua primeira viagem ao local, em 1520, de nome João Menino, homem já muito velho que lhe disse ter sido conduzido para São Tomé com os primeiros a ir da costa de África, a mando de D. João II, segundo o testemunho que citamos, era «riquíssimo», porquanto não parece crível tratar-se de um escravo liberto pela ordem de alforria dada em 1515 aos escravos dos primeiros povoadores.

Remata Pedro José Paiva da Cunha desta forma:

Se esta pequena minoria conseguiu vencer segundo o estilo de vida europeu, enriquecendo e absorvendo o *modus vivendi* dos reinóis, ao ponto de criarem as filhas «ao nosso modo, tanto nos costumes como no traje» e de serem até considerados pelos europeus

«inteligentes», bem diferentes eram as condições de vida dos restantes estratos dos africanos de São Tomé.

O conjunto de cinco depoimentos que fica para trás, espelha a posição daqueles investigadores que advogam pertencer João Menino ao reduzido número dos negros continentais livres que veio para São Tomé comerciar e enriquecer.

Não deixa, entretanto, de ser curiosa a posição que sobre o tema manifestou Celso Batista de Sousa, na sua dissertação de mestrado, sob o título *S. Tomé e Príncipe. Do descobrimento ao século XVI* (1990, p. 285):

Uma vez livres, os negros passaram a dar curso à sua iniciativa própria. Muitos enriqueceram e atingiram um elevado nível de vida em tudo igual aos europeus mais abastados. Segundo o relato do piloto anónimo, moravam na Ilha de São Tomé “habitantes negros de grande inteligência e ricos”.

Sem se referir uma só vez a João Menino, poderá, contudo, subentender-se da alusão a “uma vez livres” a sua aceitação da passada condição de escravo do negro Menino.

Finalmente, uma opinião que se situa nos antípodas das cinco primeiras: vem de Arlindo Manuel Caldeira e está claramente plasmada em *Viagem de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, livro onde vem publicado o texto do piloto anónimo, que merece de Arlindo Caldeira uma longa e bem alicerçada introdução, numa obra de que é ainda tradutor e responsável pelas notas, fundamentais para uma maior clarificação dos textos editados. Diz Caldeira em nota (2000, pp. 119-120) situar-se em 1485 a primeira tentativa de povoamento da ilha, ano em que D. João II nomeia capitão de São Tomé João Paiva, escudeiro da casa real, e concede alguns privilégios aos povoadores, permitindo-lhes o comércio dos “escravos e quaisquer outras mercadorias que haver puderem nos cinco rios de escravos que são além da fortaleza de São Jorge da Mina”.

Nessa nota, este investigador avança com a hipótese de ter sido nessa data (1485) que João Menino terá sido levado para São Tomé. Raciocínio que faz todo o sentido se tivermos em conta a passagem em que o Piloto Anónimo, afirma ter-lhe João Menino dito “[...] ter sido conduzido ali, com os primeiros que foram da costa de África para esta ilha [...]” (Albuquerque, 1989, p. 36).

Ainda segundo Caldeira, Menino teria atingido a liberdade em 1517, através da carta de 24 de Janeiro, na qual D. Manuel I alforriava os escravos machos dados aos primeiros colonizadores da ilha, tendo-se registado o seu enriquecimento através da sua provável participação no tráfico negreiro efectuado com a costa de África.

A dar-se a circunstância de ter chegado à ilha em 1485 com cerca de 20 anos, continua o autor, teria à volta de 75 em 1540, idade mais que suficiente para poder ser considerado “muito velho” e com a numerosa descendência que o Piloto Anónimo lhe atribui.

De todos os textos analisados, parece-nos ser este, o de Arlindo Caldeira, aquela

que aprofunda mais a questão de João Menino. Muito embora a argumentação se movimente quase permanentemente no campo das hipóteses, ela parte de pressupostos perfeitamente plausíveis.

Em trabalho por nós apresentado, em 2009, na Faculdade de Letras, subordinado a este mesmo título: “João Menino - Comerciante ou Escravo?”, pretendeu colocar-se em causa, utilizando argumentação que se considerava com alguma consistência, a teoria dominante de que João Menino teria sido um negro vindo da costa de África de sua livre iniciativa, teoria essa de que se deixaram já aqui cinco exemplos.

Os argumentos nessa altura esboçados, apesar de carecerem de maior sustentação teórica, e espelharem parca bibliografia, apontavam na mesma direcção daquela que Arlindo Caldeira nos indica, sendo importante referir-se ter o trabalho sido feito numa altura em que desconhecíamos a sua obra. Essas alegações tentavam mostrar, da mesma forma, a possibilidade de João Menino ter sido escravo, alforriado em 1517.

Como caminho ainda não explorado por nenhum dos autores consultados sobre o tema, era avançada a análise semântica da expressão “o qual dizia **ter sido conduzido** ali, com os primeiros que foram da costa de África para esta ilha”.

Assim, interpretávamos “ter sido conduzido” como expressão que não se compreendia em situação de “ida de livre vontade”, tudo levando a crer que “os primeiros que foram da costa de África para esta ilha” - e isso faz todo o sentido face às necessidades de povoamento -, tenham sido escravos e não comerciantes.

Conclui-se afirmando que este assunto não se esgota aqui. Uma das pistas que continuamos a perseguir é a da origem do apelido “Menino”. É possível que a sua descoberta nos aproxime mais desta tão enigmática figura, deste “muito velho” e “riquíssimo” negro.

Referências

A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI, comentários de Luís de Albuquerque, transcrição em português actual de Luís Albuquerque e Maria da Graça Pericão (1989). Lisboa, Publicações Alfa.

Albuquerque, L. (1993). A colonização de São Tomé e Príncipe: Os capitães do século XV. In *Portugal no Mundo*, Tomo I. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, SA.

Caldeira, A. M. (1999). *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (Séculos XV a XVII)*. Lisboa: Edições Cosmos e Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Cardoso, M. (2007). *Cabo Verde E S. Tomé e Príncipe - Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.

Cunha, P. J. P. (2001). *A organização económica em São Tomé: do início do povoamento a meados do século XVII*. Dissertação de mestrado não publicada. Coimbra: Universidade de Coimbra, Portugal.

- Garfield, R. (1992). *A History of São Tomé island, 1470-1655, the key to Guinea*. Chicago, Illinois: Library of Congress.
- Henriques, I. C. (2004). *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos VX-XX*. Lisboa: Centro de História, Universidade de Lisboa.
- Mauro, F. (1988). *Portugal, o Brasil e o Atlântico – 1570-1670*, vol I. Lisboa: Editorial Estampa.
- Münzer, J., *Itinerarium*, in *História dos Descobrimentos Portugueses*, vol 6, Prefácio, organização e notas de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença.
- O Manuscrito de Valentim Fernandes* (1940). Lisboa: Ed. da Academia Portuguesa de História.
- Pinheiro, L. C. (2005). *A conflitualidade social e institucional em S. Tomé ao longo do século XVI*. In *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, FCSH/UNL. Acedido em 17 de Março, 2012, de http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/luis_cunha_pinheiro.pdf
- Seibert, G. (2002). *Camaradas, Clientes e Compadres*. Lisboa: Vega.
- Sousa, C. B. (1990). *S. Tomé e Príncipe. Do descobrimento ao século XVI*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal (policopiada).
- Viagens de um Piloto Português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introdução, tradução e notas de Arlindo Manuel Caldeira (2000). Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Luís da Cunha Pinheiro

Centro de História de Além-mar (CHAM)
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

luispinheiro08@gmail.com

A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos

A economia são-tomense quinhentista alimentou os fluxos intercontinentais, através do investimento numa agricultura intensiva de rendimento elevado, a cana-de-açúcar, e da constituição de uma plataforma de revenda de mão-de-obra escrava, adquirida nos mercados da costa ocidental africana. Quer o açúcar, quer a maioria dos escravos eram exportados para a Europa e para as Índias. É este o contexto que subjaz à presente comunicação onde procurarei analisar a produção açucareira da ilha de São Tomé ao longo do Quinhentos, desde as primeiras tentativas de cultivo da cana até ao sucesso da sua plantação e ao seu declínio causado por factores internos e externos. Ao longo da comunicação procurarei abordar a forma como o açúcar era produzido, em que condições, como era armazenado até ser embarcado nos navios que o transportaria até à Europa e quais os impostos a que estava sujeito.

Palavras-chave: São Tomé, açúcar, escravatura, engenho, caixas, Antuérpia

In the fifteen-century São Tomé economy is based in intercontinental flows through investment in intensive agriculture of high yield, the sugar cane, and establishing a platform for resale of slave labor, purchased in the markets of the West Coast African. The majority of the sugar production and slaves were exported to Europe and the Indies. It is this context that underlies this communication which seek to analyze sugar production on the island of São Tomé over the fifteenth century, from the first attempts to the success of his plantation and its decline caused by internal and external factors. Over this text we seek to address how sugar was produced, under what conditions, how it was stored before being shipped on ships that would carry to Europe and which was subject to taxes.

Keywords: island of São Tomé, sugar, slavery, mill, boxes, Antwerp

A cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*, *Graminae*) é originária do sueste asiático, tendo os árabes sido responsáveis pela sua expansão no Mediterrâneo. Esta planta foi o recurso utilizado pelos portugueses para fomentar e incentivar o povoamento e a colonização dos arquipélagos atlânticos, nomeadamente na Madeira e em São Tomé e Príncipe. A cana sacarina acompanhou o avanço dos portugueses no Atlântico Sul, tendo a ilha da Madeira sido o campo de ensaio para o modelo da “civilização do açúcar” posteriormente implementado em São Tomé e no Brasil.

Desde os primórdios do povoamento e da colonização da ilha de São Tomé que a Coroa delineou um projecto económico assente em dois tipos de exploração: o investimento numa agricultura intensiva de alto rendimento, consubstanciada na cana-de-açúcar e numa plataforma de revenda da numerosa mão-de-obra adquirida nos mercados vizinhos da costa ocidental africana.

A Coroa desde cedo incentivou os moradores de São Tomé a cultivarem a cana-de-açúcar na sequência do sucesso obtido na ilha da Madeira. A carta outorgada por D. João II em 16 de Dezembro de 1485 delimitou um território exclusivo, situado nos cinco rios dos escravos além de São Jorge da Mina, nomeadamente nos rios Volta, Lagoa, Primeiro, Formoso e dos Escravos, nos quais os moradores de São Tomé poderiam comerciar livremente, com excepção do ouro, pedraria, especiarias e gatos-de-algália por serem um exclusivo régio. Os amplos privilégios comerciais eram uma “compensação do trabalho a que se dispõem [os moradores] em haverem de ir viver em a dita ilha porque é mui alongada destes ditos nossos reinos”¹. O mesmo argumento surge nas cartas de privilégio subsequentes, nomeadamente na de 21 de Novembro de 1493² e na de 26 de Março de 1500³. Mais tarde, pela carta de privilégio de 21 de Novembro de 1493, este território foi alargado para a região compreendida entre o Rio Real, a ilha de Fernando Pó até à terra do Manicongo, mas desde que os moradores utilizassem como produto de troca os bens produzidos na própria ilha⁴.

O documento mais antigo, de que temos conhecimento, a referir o açúcar na ilha de São Tomé é a carta, atrás referida, de 16 de Dezembro de 1485. Segundo esta o açúcar poderia ser um dos produtos comerciados pelos moradores, o que implicava algum investimento na construção dos engenhos e na aquisição da mão-de-obra indispensável para o seu funcionamento. Este documento determina também o regime fiscal fixando o pagamento do quarto à Coroa e do dízimo à Ordem de Cristo. Para além do cultivo previa ainda a venda das canas, da qual pagariam o quarto.

¹ Cf. a carta régia de privilégio aos moradores de São Tomé, de 16 de Dezembro de 1485 (publicada em *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história, 1461-1500* (1988), Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. III, pp. 645-648).

² A carta de 21 de Novembro de 1493 refere “olhando nós aos gastos que para se povoar a dita ilha mandamos fazer e assim mesmo aos grandes proveitos que dela virão aos nossos reinos sendo a dita ilha povoada e vindo a perfeição como com ajuda de Nosso Senhor Deus esperamos que venha consideramos de lhe dar algumas liberdades e franquezas para que com melhor vontade a gente e pessoas que lá forem o queiram fazer” (*Ibidem*, vol. III, pp. 422-424).

³ Na carta de 26 de Março de 1500 afirma-se que “como por a dita ilha ser tão alongada destes nossos reinos a gente não quer lá ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas. E olhando nós aos gastos que para povoar a dita ilha mandamos fazer e assim mesmo os grandes proveitos que dela viriam a nossos reinos sendo a ilha povoada em perfeição como com ajuda de Nosso Senhor esperamos que venha consideramos de lhe dar algumas liberdades e franquezas porque com melhor vontade a gente e pessoas que lá forem o queiram fazer” (publicada em *Portugaliae Monumenta Africana* (2000), Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. III, pp. 53-55).

⁴ Documento citado na nota 2.

Por sua vez a carta de 11 de Dezembro de 1493 para além de fixar a área de resgate e o preço de venda de algumas mercadorias, assegurava um mercado para o escoamento da produção açucareira. Por cada arroba de açúcar entregue ao feitor de São Jorge da Mina pagar-se-ia meio cruzado ou a sua justa valia e por cada escravo quatro mil réis⁵.

A ilha de São Tomé dispunha de um conjunto de condições favoráveis ao sucesso da exploração da cana-de-açúcar. Terrenos baixos e extremamente férteis ao longo da costa, nomeadamente no nordeste na região compreendida entre Sant'Ana e a Ponta do Figo, realidade comprovada pelo piloto anónimo ao afirmar que

quando os Negros deixam de cultivar durante algum tempo uma extensão de terreno imediatamente há árvores que aí crescem e em poucos dias tornam-se tão grandes como, entre nós, em muitos meses, e eles vêm-se obrigados a cortá-las e a queimá-las em seguida⁶.

Humidade e pluviosidade elevadas, propícias ao rápido crescimento da planta. Abundante madeira, essencial para as fornalhas, para a construção dos engenhos e das caixas utilizadas para o transporte do açúcar, bem como numerosos cursos de água, importantes para a irrigação da planta ao longo das várias fases do seu crescimento e maturação e para accionar os engenhos. Boa localização geográfica com numerosas reentrâncias, baías e praias facilitadoras do escoamento da produção⁷. Disponibilidade de numerosa mão-de-obra graças aos escravos adquiridos na costa fronteira.

Este último factor foi essencial para o sucesso da monocultura da cana sacarina. O cultivo intensivo da cana e o fabrico do açúcar exigiam muita mão-de-obra para realizar as longas e pesadas tarefas que lhe estavam associadas, como o preparo e o amanho dos terrenos para o cultivo da cana, o acompanhamento do seu crescimento e da sua maturação, o corte da cana, o trabalho nos engenhos e posteriormente o embarque das caixas nos navios que o iriam transportar para os mercados europeus. Apesar de a escravatura ser um fenómeno conhecido dos povos africanos, serão os europeus os responsáveis pelo seu exponencial crescimento.

Como referi atrás, o recurso à escravatura foi essencial para o sucesso da cultura da cana e da “indústria” do açúcar, mas também para o povoamento das ilhas do Golfo da Guiné. Como ficavam muito distantes do reino e não dispunham de riquezas naturais suficientemente atractivas os portugueses não se predispunham a deslocarem-se para estes territórios. Para agravar esta situação estas ilhas possuíam a fama de serem um cemitério dos europeus, devido às “febres” e à “carneirada”, isto é ao

⁵ Este regime fiscal encontra-se fixado na carta régia de 11 de Dezembro de 1493 (publicada em *Descobrimientos Portugueses*, 1988, vol. III, pp. 428-429).

⁶ Cf. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé* (2000). Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 106-107.

⁷ Cf. Maria Teresa Marques Madeira da Silva (1998). *Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa*, vol. II, Lisboa, dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao ISCTE, pp. 158, 164-65, 172 e 193; Arlindo Manuel Caldeira (2000). *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*. 2.ª ed. Lisboa: Cosmos, p. 21; Ezequiel de Campos (1956). “Modificação do Ambiente das Ilhas de S. Tomé e Príncipe”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 74, nº 4-6, Abril-Junho, p. 143; Isabel Castro de Henriques (2000). *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*. Lisboa: Vega, p. 27.

paludismo, pelo que, de acordo com as palavras do piloto anónimo, os habitantes desta ilha não passavam dos “cinquenta anos, sendo coisa extraordinária ver um homem branco com barba branca”⁸. Para suprir esta dificuldade a Coroa optou por conceder vastos privilégios comerciais e económicos aos moradores no sentido de tornar estas ilhas atractivas.

Neste contexto os escravos negros tornaram-se, desde o início da colonização, no grupo populacional mais numeroso. Eram resgatados na costa africana, nomeadamente nos reinos do Congo e do Benim, sendo oriundos essencialmente da região do delta do Níger, e mais tarde de Angola. Para a sua aquisição usavam-se essencialmente os caurins, um molusco que servia de dinheiro em diversas regiões de África, as manilhas, matamungos ou matamingos, mas também panos, entre muitos outros produtos.

Os escravos obtidos na costa africana não se destinavam somente a suprir as necessidades da própria ilha. Eram também negociados com São Jorge da Mina⁹, e posteriormente com as Antilhas e o Brasil onde iriam trabalhar essencialmente nos engenhos de açúcar. A ilha de São Tomé tornou-se, progressivamente, num extenso canal e num entreposto de escravos.

O Cultivo da cana

Nos primeiros tempos da colonização o sucesso do cultivo da cana foi reduzido apesar de o deão Manuel do Rosário Pinto referir que a 20 de Agosto de 1501 ocorreu o primeiro incêndio na Povoação numa altura em que “a ilha estava já acrescentada em povoação, assim na fábrica dos engenhos de açúcar como nos tratos e negócios”¹⁰. A principal preocupação dos primeiros capitães foi o desbravar da ilha através do recurso ao modelo aplicado anteriormente nas demais ilhas atlânticas ou seja o regime da sesmaria. Segundo este o proprietário tinha um dado período de tempo, regra geral cinco anos, para aproveitar as terras que lhe tinham sido dadas, caso contrário ser-lhe-iam retiradas. Se pelo contrário as aproveitasse ser-lhe-iam confirmadas e poderia fazer delas o que bem entendesse, podendo vendê-las, doá-las ou trocá-las como lhe aprouvesse. Desta forma iniciou-se a exploração económica da ilha de São Tomé, empreenderam-se as primeiras queimadas e o desbaste da densa vegetação para se lançarem as sementes à terra.

Atendendo à orografia e à hidrografia as confrontações das dadas de terras eram quase sempre as ribeiras ou a floresta. A medição das terras partia sempre desses acidentes geográficos, de caminhos ou de outras fazendas em direcção à serra. O capitão do mato Manuel Serrão foi agraciado por Francisco de Barros de Paiva, a

⁸ De acordo com as informações de Valentim Fernandes as principais enfermidades da ilha eram as “febres e inchação de pernas e isto causavam os orvalhos” (*O códice de Valentim Fernandes* (1997). Leitura paleográfica, notas e índice pelo académico de número José Pereira da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 164). Francisco Tenreiro afirma “numa ilha deserta, onde só a cobra preta (*Naja melanoleuca melanoleuca*) se poderia contar entre os animais perigosos das suas florestas, o inimigo que o colono temia, acima de tudo, era o clima” (Francisco Tenreiro (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, p. 54).

⁹ De acordo com os conhecimentos que persistiram até aos nossos dias sabemos que entre 1526 e 1535 o feitor de São Tomé enviou para o seu congénere de São Jorge da Mina 4.206 escravos, a uma média de 420 por ano. Para os períodos de 1526 e 1527 enviou ainda 75.823 caurins, a uma média de cerca de 38.000 por ano, enquanto entre 1532 e 1535 esse número ascendeu a 11.5079, a uma média de cerca de 29.000.

¹⁰ Cf. Manuel do Rosário Pinto (2006). *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Fixação do texto, introdução e notas por Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, p. 58.

11 de Dezembro de 1553, com 200 varas de terra na Ribeira do Abade as quais seriam medidas a partir do caminho que ia para essa ribeira em direitura à serra, confrontando de ambos os lados com matos maninhos. Sete anos depois, a 13 de Julho de 1560 o capitão Pedro Botelho agraciou-o, atendendo aos serviços prestados como capitão do mato e por o ter acompanhado à ilha do Príncipe, com mais 100 varas de terra com a obrigação de as roçar e as aproveitar¹¹.

Nas primeiras décadas do século XVI o cultivo da cana assumiu uma importância crescente. A rendibilidade assegurada pelo fabrico do açúcar teve como consequência directa a extensão da área arável. Os campos que se encontravam incultos e abandonados foram aproveitados, constituíram-se novas fazendas e a extensão dos canaviais aumentou consideravelmente, sendo a cana plantada de uma forma massiva no sentido de obter o máximo rendimento possível. O regimento do feitor de São Tomé, de 1532, estipulava que os moradores deveriam aproveitar as fazendas, nomeadamente as que se situavam na “parte detrás” da ilha, as quais encontravam-se maioritariamente devolutas devido ao temor dos ataques dos negros foragidos. Caso não fossem aproveitadas seriam entregues a outros indivíduos ou, em alternativa, seriam administradas por oficiais régios¹². O mesmo regimento, antecipando a cobiça natural dos homens, recomendava que não se descurasse a plantação dos bens necessários à alimentação das populações, como o inhame, estipulando que “cada um dos senhorios delas [referência às fazendas] a semearem tanta quantidade de mantimentos que a terra possa ser bem abastada”.

O mercador Diogo Fernandes recuperou, em 1524, uma roça com 300 varas de largura que anteriormente fora dada por João de Melo a Álvaro Afonso, mas que não fora aproveitada encontrando-se abandonada¹³. Em 1527 o feitor João Lobato deu a Damião Dias, escrivão da fazenda, umas terras ao longo da Ribeira do Rio do Ouro para instalar um engenho¹⁴. Em 1553 João de Paiva, filho de Duarte Belo, recebeu mil varas de terras ao longo do Rio de São Miguel, nas quais deveria construir “engenhos de canaviais”, aproveitando as águas¹⁵.

No plantio da cana e no fabrico do açúcar os escravos desempenhavam um papel essencial, intervindo em todas as fases de produção. Após a delimitação da área a terra era arroteada. A densa vegetação era cortada ou queimada, sendo a cinza utilizada como fertilizante. Depois de o terreno ser limpo as canas eram plantadas, independentemente da época do ano “pois em todos os meses as plantam e as cortam”. Os escravos asseguravam o amanho da planta até ao momento em que estavam prontas a serem cortadas. Perante as condições naturais favoráveis as canas cresciam rapidamente e assumiam um porte invulgar, completando o seu ciclo em

¹¹ Cf. a carta de confirmação de D. Sebastião de 30 de Agosto de 1570 (ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 25, fls. 75v-76). Como outros exemplos podemos referir a confirmação das dadas de terras a Pedro de Almeida Cabral, a 24 de Maio de 1576 (ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 40, fls. 37-38), as terras concedidas a Manuel Jorge a 12 de Setembro de 1564 (ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 16, fl. 194-194v) e a Sebastião da Costa de Sequeira em 4 de Dezembro de 1566 (ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 37, fls. 192v-193), entre muitos outros exemplos que se podem encontrar nas chancelarias régias.

¹² Cf. Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, Res. Prat. A, cód. n.º 55, fls. 70v-84 (publicado por J. Bato'ora Ballong-Wen-Mewuda (1993), *São Jorge da Mina 1482-1637. La vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*. 2 vols. Lisboa-Paris : Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, Commission Nationale pour les Commemorations des Decouvertes Portugaises, tomo II, pp. 542-633).

¹³ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 30, fls. 203v-204.

¹⁴ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 42, fls. 94v-95.

¹⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 9, fls. 118v-119v.

cerca de cinco meses nos terrenos recentemente desarborizados e arroteados, o que permitia um máximo de duas colheitas por ano, ou pelo menos uma nos campos com maior desgaste. As canas depois de cortadas e limpas eram transportadas até ao engenho onde eram moídas e trituradas de forma a se extrair o suco. De seguida este suco era fervido em caldeiras, purgado com cinza e seco. Quando todas estas tarefas estivessem concluídas o açúcar era transportado, com o auxílio de animais ou de pequenas embarcações, para os locais onde ficaria armazenado até ser embarcado nos navios que o levaria para a Europa.

O aumento das fazendas e a extensão dos canaviais implicava o aumento do número de escravos, pelo que escravos e açúcar são dois vectores indissociáveis na história quinhentista de São Tomé e para o seu desenvolvimento económico. A opção pelo cultivo da cana significou uma dupla valorização da terra e dos escravos, os quais passaram a ser “bens” essenciais para o enriquecimento económico dos moradores. Atendendo à natureza do trabalho efectuado os escravos resgatados deveriam ser jovens, de forma a rentabilizar ao máximo a sua força e a sua energia. O aumento dos canaviais significou a intensificação do tráfico negreiro pois as necessidades eram cada vez maiores. Nos períodos em que Manuel Vaz serviu como feitor e recebedor de São Tomé adquiriram-se 6.238 (1525-1527) e 6.328 escravos (1535-1537), enquanto no de Gabriel Fernandes esse número subiu para 9.516. Esse aumento originou alguns conflitos com as autoridades africanas descontentes com a crescente procura de escravos.

A produção açucareira

Até finais do século XV e inícios da centúria seguinte, tendo em conta os dados conhecidos até ao presente, não se produziu açúcar em São Tomé, somente se cultivava a cana-de-açúcar. No seu testamento o capitão Álvaro de Caminha legou algumas fazendas, escravos, caldeiras, potes, dinheiro, roupa e outros bens a diversos indivíduos, e deixou aos moços que o acompanharam até São Tomé “todo o cobre dos engenhos de açúcar o qual eles venderão e o terão muito bem guardado até haver engenhos de açúcar. Então o poderão melhor aproveitar para vender ou alugar”¹⁶.

Em 1506 Valentim Fernandes refere que ainda não existiam engenhos em São Tomé apesar dos grandes canaviais existentes na ilha e de se produzir mel, obtido através do esmagar e do espremer da cana¹⁷.

Gradualmente e perante o aumento da extensão dos canaviais foram-se instalando os engenhos, os quais recorriam, maioritariamente, à água como força motriz. Em 1517, de acordo com a informação de Bernardo Segura, existiam já em laboração dois engenhos, embora outros estivessem a ser construídos,

e assim há grande aparelho para se fazerem muitos, assim de ribeiras como de lenha. E as canas, as mais façanhosas que em minha vida vi. Porque cá há muitas canas tão

¹⁶ Cf. o testamento de Álvaro de Caminha de 24 de Abril de 1499 (publicado em *Portugaliae Monumenta Africana*, 1995, vol. II, pp. 411-431).

¹⁷ Cf. *Códice de Valentim Fernandes* (1997), p. 176.

grandes que nenhum homem em pé levantando a mão lhe pode alcançar. E pela mor parte são todas tais¹⁸.

Este oficial obteve autorização régia para “fazer sua roça e fazenda [...] e] fazer nela engenho de moer açúcar com sua levada como os lá têm feito algumas pessoas e assim como os agora podem fazer os moradores da dita ilha”¹⁹. Três anos mais tarde Álvaro Frade, num extenso relatório, refere que, conforme recomendação régia, adquiriu duas fazendas “nas melhores terras e mais autas e na melhor comarca de canas que nesta ilha há e podem-se muito bem fazer segundo a informação de água que temos e tem já muitas canas”. Apesar das boas intenções do oficial ainda não existia qualquer engenho nessas fazendas, sendo ainda necessário “tirar água e cortar madeira”²⁰. Em 1527 o feitor João Lobato deu ao conde de Penela algumas terras no Rio do Ouro para instalar três engenhos e plantar as canas necessárias à sua laboração²¹.

Com o passar dos anos o número de engenhos foi aumentado concomitantemente com o aumento da produção açucareira, considerando o piloto anónimo que em meados do século XVI laboravam em São Tomé sessenta engenhos onde se lavrariam cerca de 150.000 arrobas de açúcar²². A maioria destes engenhos localizava-se na região norte e nordeste na ilha, embora desconheçamos os locais exactos por falta de informação.

Os engenhos eram uma organização complexa, pois englobavam para além do engenho propriamente dito outras estruturas como a casa das caldeiras, a casa de purgar, os espaços cultivados e os habitacionais, bem como os homens. Para o seu funcionamento eram necessários vários instrumentos como caldeiras, tachos, escumadeiras, formas²³, sinos²⁴, pombas, entre muitos outros, bem como diversos indivíduos especializados de forma a se obter o melhor açúcar possível, como o mestre de açúcar responsável por superintender todos os trabalhos de fabrico do açúcar, o mestre de engenho responsável pelo funcionamento do engenho, o mestre-purgador encarregado pelo processo da purga, entre outros. Em 1532 Pedro Fernandes era um dos mestres de engenho que residia em São Tomé²⁵. No inventário dos bens entregues em 1535 pelo recebedor Gabriel Fernandes ao seu sucessor Manuel Vaz referem-se, entre muitas mercadorias, cinco mestres de açúcar, purgadores, caldeireiros “os quais todos servem nos engenhos do dito senhor”²⁶. Para além do cultivo da cana e do fabrico do açúcar o engenho assegurava ainda a produção agrícola necessária à sobrevivência dos que aí habitavam e trabalhavam.

Os oficiais preocupavam-se em assegurar as melhores condições para o correcto

¹⁸ Cf. a carta de Bernardo Segura a el-rei de 15 de Março de 1517 (publicada em *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental*. Coligida e anotada pelo Padre António Brásio. 1.ª série. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, vol. I, pp. 377-392).

¹⁹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 46, fl. 204.

²⁰ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 26, documento 15.

²¹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 42, fl. 32v.

²² Cf. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé* (2000), p. 107.

²³ São recipientes cerâmicos de forma cónica com uma perfuração no vértice que se destinava a verter os líquidos resultantes do processo da purgação do açúcar. Serviam basicamente como moldes para a confecção do pão-de-açúcar.

²⁴ São os recipientes de forma cónica utilizados para cristalizar e purgar o açúcar, sendo maiores que as formas.

²⁵ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 174, documento 41.

²⁶ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 202, documento 136.

funcionamento desta estrutura. Os feitores e recebedores de São Tomé quando cessavam as suas funções e apresentavam as respectivas cartas de quitação referem sempre, para além do açúcar recebido em direitos devidos à Cora, uma série de bens e mercadorias essenciais para a produção açucareira. Manuel Vaz, cavaleiro da casa real, feitor e recebedor de São Tomé de 1 de Agosto de 1525 a 1 de Agosto de 1527, recebeu ao longo do período em que exerceu essas funções 1.855 arrobas e 21 arráteis de açúcar, 2.291 pães de açúcar, para além de 9 formas de barro de fazer açúcar e 10 fazendas entre as quais se contava um engenho²⁷. Por sua vez o recebedor Gabriel Fernandes, no período compreendido entre 26 de Janeiro de 1532 e 26 de Janeiro de 1535, recebeu, para além de outras mercadorias e dinheiro, 46.808 arrobas e 8 arráteis e três quartos de açúcar, 11.521 formas de barro de fazer açúcar, 31 pombas, 384 sinos de barro, 30 tachos e coadeiras de cobre para além de cinco fazendas²⁸. Manuel Vaz voltou a exercer os ofícios de feitor e recebedor do trato entre 1 de Janeiro de 1535 e 7 de Julho de 1537 durante o qual recebeu, entre outras mercadorias, 18.126 arrobas e 8 arráteis de açúcar, 21 caldeiras, 7.538 formas de fazer açúcar, 23 pombas de cobre, 281 sinos, 27 tachos de cobre e 7 fazendas, sendo quatro de “fazer açúcar com casas de purgar e casas de escravos” e as restantes três eram fazendas de mantimentos²⁹.

Para além disso as autoridades procuravam assegurar as melhores condições para o cultivo da cana, com a plantação de novos canaviais e a abertura de novas levadas, e para que a qualidade do açúcar melhorasse. O regimento do feitor de São Tomé (1532) determinava que

tereis muito cuidado de dar ordem como as ditas fazendas e engenhos se aproveitem e vão cada vez em mor crescimento e nelas poreis bons caseiros que tenham delas bom carrego e os escravos necessários para o serviço delas que trabalhareis por serem ensinados em todos os ofícios necessários, convém a saber: tacheiros, caldeireiros, mestres de açúcar, purgadores, e em tudo o mais que para serviço de tais engenhos cumprir; e tereis cuidado de os visitar e saber as pessoas que em cada engenho andam, e que tais são e o serviço que fazem e os rendimentos e proveitos que dos engenhos se há, e de tudo avisareis os ditos oficiais da Casa por vossas cartas, e assim da obra que neles é feita, e da que se poderão fazer nos outros que estão por começar e das despesas que para isso serão necessárias e do que poderão render arrendando-se³⁰.

Se as condições naturais eram favoráveis à produção do açúcar, as mesmas eram prejudiciais para a obtenção de um açúcar de qualidade, ou seja, mais branco e duro. O açúcar de São Tomé tinha uma coloração escura e uma textura pouco consistente, sendo de qualidade inferior quando comparado com o da Madeira e o do Brasil, devidamente refinados e branqueados. O principal problema residia na sua secagem, visto o clima húmido de São Tomé não ser o mais propício, mas também devido à rudimentaridade tecnológica disponível neste espaço. Por tais motivos o açúcar são-

²⁷ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 44, fl. 126v.

²⁸ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 44, fl. 4v.

²⁹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 50, fls. 214v-215.

³⁰ Cf. nota 12.

tomense deteriorava-se mais facilmente, o que dificultava o seu armazenamento por longos períodos.

No entanto os moradores tentaram diversas soluções no sentido de aprimorar a sua qualidade. Recorreram aos préstimos de mestres madeirenses, experientes no fabrico de açúcar, e de acordo com a descrição do piloto anónimo delinearão uma estratégia própria para o enxugarem de forma artificial e que consistia no seguinte:

constroem um abrigo alto de tábuas, como os nossos espigueiros, hermeticamente fechado em cima e dos lados, sem janelas e com uma única porta. Fazem dentro dele um estrado levantado seis pés do chão, com traves distantes quatro pés umas das outras, sobre as quais vão estendendo tábuas, onde colocam os pães de açúcar. Exactamente debaixo do dito estrado metem alguns madeiros secos, de árvores muito grossas, os quais lançando-lhes fogo, não fazem chama nem fumo mas vão-se consumindo a modo de carvão. Dessa forma, enxugam os açúcares como numa estufa e guardam-nos depois em lugares todos fechados com tábuas, de modo a que não lhe entre o ar. E, assim que chegam os navios, logo os vendem, pois se os quisessem conservar dois ou três anos liquefazem-se-iam³¹.

Assim o tempo que mediava entre a produção do açúcar e o carregamento nos navios que o levaria para a Europa deveria ser o mais curto possível. O açúcar seria recolhido dos engenhos e guardado em casas específicas localizadas na Povoação pelo recebedor do açúcar³². Em média ocorria uma quebra de 2% por cada mês que estivesse nessa casa a aguardar o embarque nos navios³³. O recebedor Gabriel Fernandes carregou no navio *Bom Jesus* 101 caixas de açúcar contendo 689 arrobas “por se estarem perdendo os ditos açúcares e fazerem-se em mel”³⁴.

A crescente procura de açúcar nos mercados europeus foi um factor decisivo para o aumento da produção. Se na Idade Média o açúcar era considerado um produto de luxo, uma especiaria, um privilégio a que somente alguns tinham acesso, o aumento da produção ocorrida nos séculos XV-XVI permitiu uma maior difusão e uma progressiva generalização do seu uso, substituindo o mel na alimentação.

A documentação parcelar e incompleta impede-nos de ter uma visão conjunta e global da produção açucareira em São Tomé, mas a disponível comprova a importância crescente deste produto na economia insular.

O piloto anónimo afirma que a principal actividade dos moradores de São Tomé “é fabricar açúcar e vendê-lo aos navios que todos os anos o vão buscar”³⁵. De acordo com os números apresentados por Isabel Castro Henriques entre 1517 e 1578 a produção anual passou de 100.000 arrobas para 175.000 arrobas³⁶, ou seja quase que duplicou, verificando-se de seguida uma quebra acentuada pelos motivos que adiante abordarei.

³¹ Cf. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé* (2000), p. 109.

³² Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 42, documento 90.

³³ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 178, documento 103.

³⁴ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 57, documento 58.

³⁵ Cf. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé* (2000), p. 105.

³⁶ Cf. Isabel Castro Henriques (2000), p. 92.

Em 1525 o rendimento de São Tomé foi avaliado em oito contos, oitocentos e vinte e sete mil e quatrocentos réis, sendo cinco contos de réis referentes aos escravos e ao trato do açúcar³⁷. Nesse mesmo ano o valor dos dízimos cobrados ascendia a 11.114 arrobas e 18 arráteis a que corresponderia uma produção total de 111.140 arrobas³⁸.

O mercador Duarte de Noronha arrendou a produção de açúcar de São Tomé referente aos anos de 1526-1528, ou seja o referente aos dízimos, direitos e saídas da dita ilha, à razão de 420 réis por arroba³⁹. Nesse negócio contou com a parceria do mercador Diogo Rodrigues Pinto a quem deu cinco mil arrobas⁴⁰.

Durante o exercício como feitor e recebedor de São Tomé Gabriel Fernandes enviou para o tesoureiro da Casa da Mina, em Lisboa, 25.065 arrobas de açúcar em treze navios⁴¹. Álvaro Mendes, tesoureiro da Casa da Mina entre 21 de Maio de 1550 e 27 de Julho de 1554, recebeu dos feitores de São Tomé 24.676 arrobas de açúcar⁴². No exercício de Jerónimo Rodrigues Correia (de 10 de Agosto de 1557 a 31 de Dezembro de 1560) esse número subiu para 40.063 arrobas e 26 arráteis de açúcar⁴³.

Parte do açúcar embarcado em São Tomé era de retame ou seja um açúcar de inferior qualidade feito a partir de mel e do melaço resultante da purga, sendo um açúcar que se partia facilmente. Em 1533 embarcaram-se no navio *Conceição* 808 arrobas de açúcar para Lisboa, mas 98 arrobas, transportado em nove caixas, eram de retame. Também os pães de açúcar, ou seja o açúcar arrefecido no tendal e depois clareado na purga em formas, eram exportados para o reino. A 19 de Março de 1533 Gabriel Fernandes entregou a João Afonso, mestre da urca *Conceição*, 3.665 arrobas de açúcar, das quais 3.349 arrobas eram em pães inteiros⁴⁴.

Mercados de escoamento

Como o açúcar de São Tomé era de qualidade inferior tinha um preço mais barato quando comparado com o dos seus concorrentes. O preço mais baixo permitia que este açúcar tivesse mercado tanto em Portugal como no norte da Europa. Tal situação favoreceu a que existissem algumas irregularidades, como sucedeu com os confeitores da cidade de Lisboa que o usavam em detrimento do da Madeira.

O açúcar são-tomense estava sujeito a um regime tributário específico. De acordo com a carta de privilégio de 16 de Dezembro de 1485 de todo o açúcar produzido os moradores pagariam o quarto à Coroa e o dízimo à Ordem de Cristo⁴⁵. Mas o foral de 1524 alterou este regime passando os moradores a pagar “de treze dois entrando nisto o dízimo”⁴⁶. A cobrança do imposto seria efectuada logo após a purga “nas

³⁷ Cf. ANTT, Núcleo Antigo 590, fl. 61.

³⁸ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 129, documento 219 e parte II, maço 136, documento 130.

³⁹ Cf. o contrato de compra dos açúcares de 29 de Outubro de 1526 (ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 136, documento 130).

⁴⁰ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 145, documento 43.

⁴¹ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 157, documento 58; parte II, maço 173, documento 112; parte II, maço 174, documento 85; parte II, maço 178, documentos 49 e 52; parte II, maço 181, documentos 70, 122, 129; parte II, maço 184, documento 17; parte II, maço 190, documento 106; parte II, maço 195, documento 42; parte II, maço 207, documento 15.

⁴² Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Privilégios, livro 4, fl. 128-128v.

⁴³ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Privilégios, livro 9, fl. 84.

⁴⁴ Cf. ANTT, Corpo Cronológico parte II, maço 181, documento 129.

⁴⁵ Cf. *Descobrimientos Portugueses* (1988), vol. III, pp. 645-648.

⁴⁶ Cf. ANTT, Gaveta 7, maço 15, n.º 4 e Núcleo Antigo 748.

pilheiras das casas de purgar como se costuma na ilha da Madeira”. No período em que João Álvares desempenhou o ofício de recebedor dos açúcares, ou seja entre 1 de Outubro de 1531 e 26 de Janeiro de 1532, arrecadou dos direitos de saída e de treze dois, 5.088 arrobas e um terço de açúcar⁴⁷. Se o açúcar não se destinasse ao reino os mercadores teriam de pagar o dízimo de saída.

O tempo de armazenagem do açúcar em São Tomé deveria ser curto, como referimos atrás. Rapidamente deveria ser carregado nos navios que o levariam para a Europa. O açúcar era transportado em caixas de madeira e embalado em torno de palha ou folhas de banana⁴⁸, tendo as caixas uma marca específica para se saber a quem pertenciam.

O transporte do açúcar nos navios era uma preocupação constante, pois caso algo corresse mal durante a viagem a quebra seria grande e consequentemente as perdas no investimento efectuado. As caixas deveriam ser acondicionadas debaixo da coberta em partes enxutas e bem acondicionadas e a viagem deveria ser realizada em direitura⁴⁹. Para a estiva das caixas recorria-se ao pau vermelho (*Staudtia Kame-runensis*), de forma a se evitar qualquer dano⁵⁰. Mas se existisse algum problema no decurso da viagem, se esta fosse mais prolongada do que o habitual ou se o navio metesse muita água, não nos esqueçamos que o gusano danificava os navios que faziam a rota de São Tomé⁵¹, as perdas seriam avultadas. Apesar de todo o cuidado a quebra de cerca de 5% era comum⁵².

O açúcar produzido em São Tomé destinava-se sobretudo aos mercados europeus. Pouco permanecia na ilha, a quase totalidade da produção era remetida para Lisboa, onde pagava um novo imposto a sisa. Devido à falta de documentação não nos é possível acompanhar a evolução deste envio, pelo que os números que iremos apresentar de seguida são meramente indicativos tendo em conta a documentação disponível. Entre 1525 e 1536 remeteram-se para Lisboa 65.652 arrobas de açúcar em 37 navios, por sua vez o livro da dízima de 1535-1536 regista o envio de 55.397 arrobas e meia para o primeiro ano e 83.828 arrobas para o segundo⁵³.

Em 1525 o açúcar são-tomense era vendido em Lisboa a 500 réis⁵⁴, enquanto no ano seguinte esse preço ascendia a 540 réis. Cerca de setenta anos mais tarde, em 1592, António Ribeiro Pinto vendeu ao mercador Duarte Pires Solis 250 caixas de açúcar, cada uma com 34 arrobas, a 300 réis a arroba⁵⁵.

De Lisboa o açúcar partia para outros portos, nomeadamente Antuérpia e Itália.

Em Antuérpia os portugueses possuíam, desde 1499, uma feitoria, anteriormente

⁴⁷ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 178, documento 103.

⁴⁸ Cf. o instrumento, de 4 de Maio de 1575, pelo qual Álvaro de Mesquita Pimentel vendeu a Heitor Mendes 400 arrobas de açúcares (ANTT, Cartório Notarial 7, livro de 8 de Março de 1575 a 13 de Maio de 1575, fls. 135-136).

⁴⁹ Cf. por exemplo o contrato de fretamento estabelecido entre Tomé Dias, mestre, piloto e senhorio do patacho *Bom Jesus*, e os contratadores de São Tomé Rui Lopes, Heitor Rodrigues e Baltazar Rodrigues de Chaves celebrado a 29 de Março de 1593 (ANTT, Cartório Notarial 11, livro de 25 de Fevereiro de 1593 a 25 de Maio de 1593), fls. 63v-65) ou o estabelecido entre Francisco Pires Barcelos, mestre e piloto da nau *São João Baptista*, e Baltazar Rodrigues, António Faleiro de Abreu, André Faleiro, Bernardo Drago e Pedro Vaz da Quinta a 3 de Setembro de 1593 (ANTT, Cartório Notarial 11, livro 17 de 7 de Julho de 1593 a 22 de Novembro de 1593, fls. 85v-88).

⁵⁰ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 184, documento 17.

⁵¹ Cf. Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Perdões e Legitimações, livro 2, fl. 138-138v.

⁵² Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 49, documento 5.

⁵³ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 207, documento 45.

⁵⁴ Cf. o conhecimento de Belchior Carvalho, tesoureiro da Casa da Mina, de 15 de Dezembro de 1525 (ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 128, documento 69).

⁵⁵ Cf. ANTT, Cartório Notarial 11, Livro de 15 de Junho de 1592 a 11 de Setembro de 1592, fls. 128-130.

localizada em Bruges, que desempenhava um importante papel na articulação do comércio português com a Europa do Norte. Assegurava a venda de diversos produtos oriundos das ilhas atlânticas, de África, do Oriente e de Portugal em troca de metais, artilharia e tecidos, e angariava capitais. Os cônsules para além de agentes económicos eram responsáveis por outros serviços relevantes para a Coroa, como os diplomáticos.

O açúcar são-tomense era um dos produtos expedidos para a feitoria de Antuérpia, tal como as especiarias orientais, entre muitos outros. Esta praça comercial era a pedra basilar do comércio português, distribuindo os produtos ultramarinos pelo seu *hinterland*, mas também pela Alemanha, Países Bálticos, Inglaterra e França.

Entre os anos de 1535 e de 1551 arribaram ao porto da Flandres 296 navios a uma média anual de 17 embarcações⁵⁶. Os anos em que aportaram mais navios foram os de 1537, 1544, 1536 e 1542 respectivamente com 32, 29, 28, 24 e 23 navios. A carga que transportavam provinha de diversas origens, como Madeira, São Tomé, Portugal, África, Cabo Verde, e era constituída por diversos produtos, como açúcar, gengibre, azeite, pimenta, cortiça, marfim, vinho, pau-brasil, malagueta, cravo, figos, entre muitos outros.

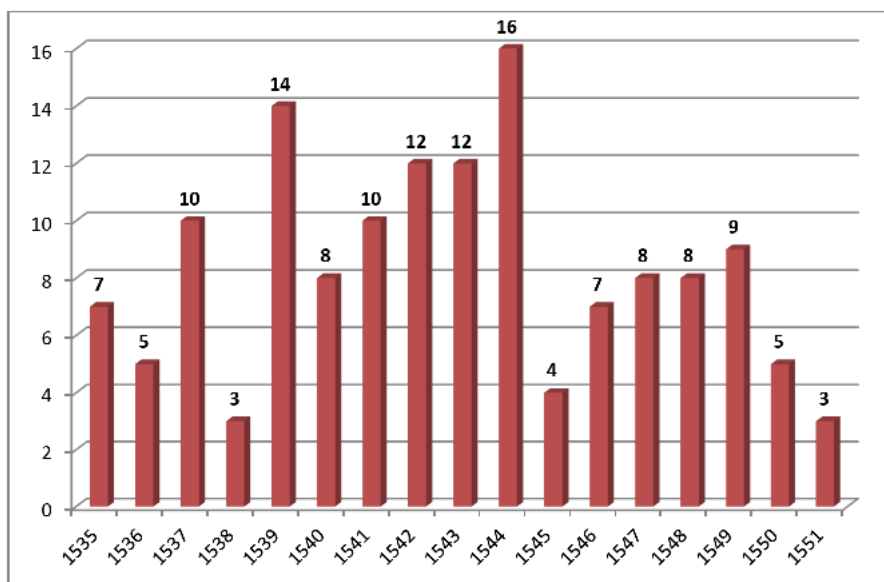


Gráfico 1 – Distribuição anual do número de navios que aportaram ao porto de Antuérpia com açúcar são-tomense (1535-1551)

Concentremo-nos no açúcar são-tomense. De acordo com o livro de avarias correspondente aos anos 1535 e 1551 sabemos que aportaram a esta cidade 143 navios que transportaram 484.855 arrobas e meia de açúcar são-tomense, a uma média anual de 28.520 arrobas. Os anos em que se descarregou mais açúcar foram os de 1539, 1549, 1548, 1544, 1543 e 1542 com 54.330 arrobas, 48.998, 39.630, 39.560, 37.842 e 36.603 arrobas respectivamente. Estes números comprovam a crescente

⁵⁶ Cf. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Feitoria Portuguesa de Antuérpia, caixa 5, livro 1.

produção açucareira são-tomense, capaz de satisfazer a procura cada vez maior por este produto.

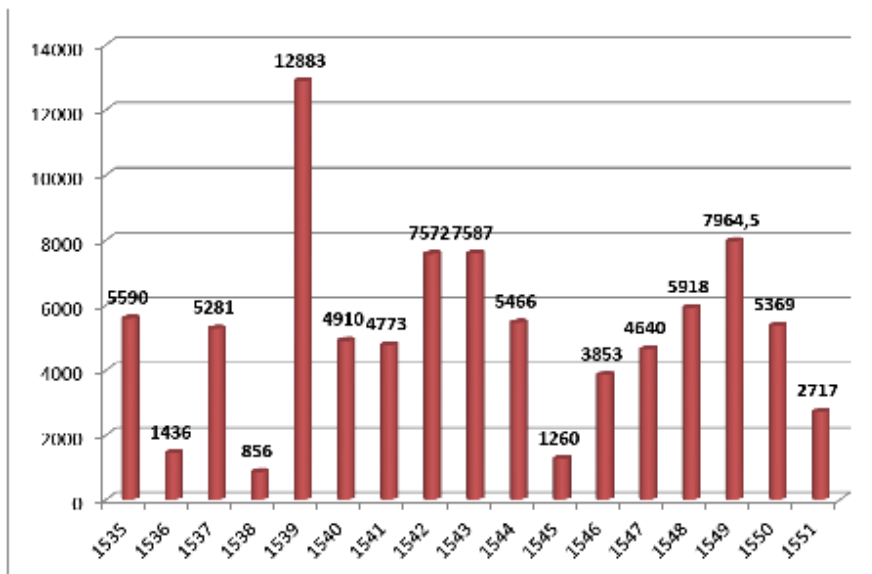


Gráfico 2 – Distribuição anual das caixas com açúcar são-tomense transportadas para Antuérpia (1535-1551)

Esse açúcar pertencia a 183 indivíduos, quer portugueses, quer estrangeiros, nomeadamente flamengos, italianos e espanhóis. Juan Carlos foi quem mais açúcar transportou para esta praça neste período. Ao longo dos dezassete anos foram descarregados 29.711 arrobas que lhe pertenciam. Seguiram-no Cristóvão de Miranda (28.808 arrobas), Gabriel Negro (23.870 arrobas), Salvador Fénix (22.477 arrobas, para além de 120 arrobas de Tomé Afonso), Cristóvão Garcia (21.793 arrobas, para além de 1 arroba, 2 pipas e 1 quarto de retame, 8 quartos, 4 tonéis e 4 pipas de remel, 22 barris de melaço e ainda 500 arrobas de Ped-ro Manhoz, 410 arrobas de Fernão Guterres e 50 arrobas de Diogo Fernandes), Agostinho Henriques (21.224 arrobas) e António del Rio (15.990 arrobas, para além de 11.795 arrobas e 140 arrobas de retame de Afonso de Torres e 3.410 arrobas de Diogo de Torres).

Para além dos particulares a companhia dos navios também participava neste negócio, quer em nome individual, quer colectivamente. No navio *Santa Maria do Lago* o contramestre Bastião Afonso transportou 110 arrobas de açúcar, enquanto o marinho Gregório Rodrigues 70 arrobas. Por sua vez os marinheiros António Fernandes e Jorge Luís e o contramestre Francisco Dias embarcaram na nau *Santa Maria da Conceição* 46 arrobas, enquanto o mestre da nau *São Tomé* João Anes carregou 16 arrobas de açúcar.

John Everaert considera que entre 1536 e 1559 o açúcar madeirense representa somente 26% do total importado pela Flandres enquanto o são-tomense ascendia a 59%. Nos anos de 1552-1553 as transacções de açúcar são-tomense nessa praça representavam 51%, seguindo-se o madeirense (20%), o das Antilhas (10%) e o das

Canárias (6%)⁵⁷.

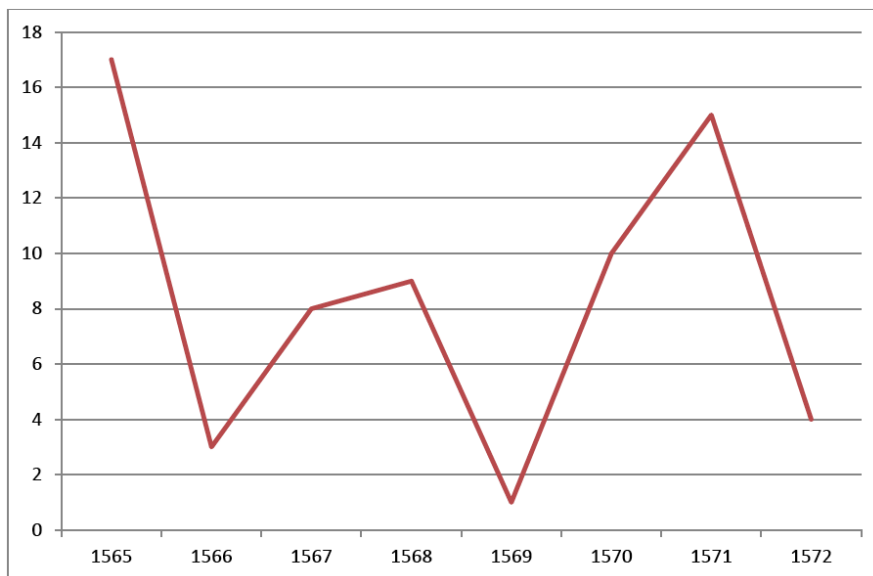


Gráfico 3 – Distribuição anual do número de navios que aportaram ao porto de Antuérpia com açúcar são-tomense (1565-1572)

O segundo livro de avarias regista os movimentos naquele porto entre os anos de 1565 e 1572⁵⁸. Neste período arribaram a Antuérpia 67 navios com açúcar são-tomense, num total de 47.904 caixas. Em 1565, 1567 e 1568 descarregaram-se 18.199, 10.101 e 7.166 caixas de açúcar respectivamente. Nos anos subsequentes o número de caixas diminuiu drasticamente e no ano de 1572 somente se descarregaram 249 caixas. Esta diminuição comprova a diminuição da produção açucareira são-tomense, mas também pode significar o menor interesse na sua procura, fruto da concorrência do açúcar brasileiro.

⁵⁷ Cf. John Everaert (2000), “Flandes y el Atlántico: de las islas a las orillas del océano (1580-1648)”. In Antonio de Béthencourt Massieu (coord), *IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999). Coloquio Internacional 1580-1648*. S.I.: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria, pp. 300-314.

⁵⁸ Cf. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Feitoria Portuguesa de Antuérpia, caixa 6, livro 4.

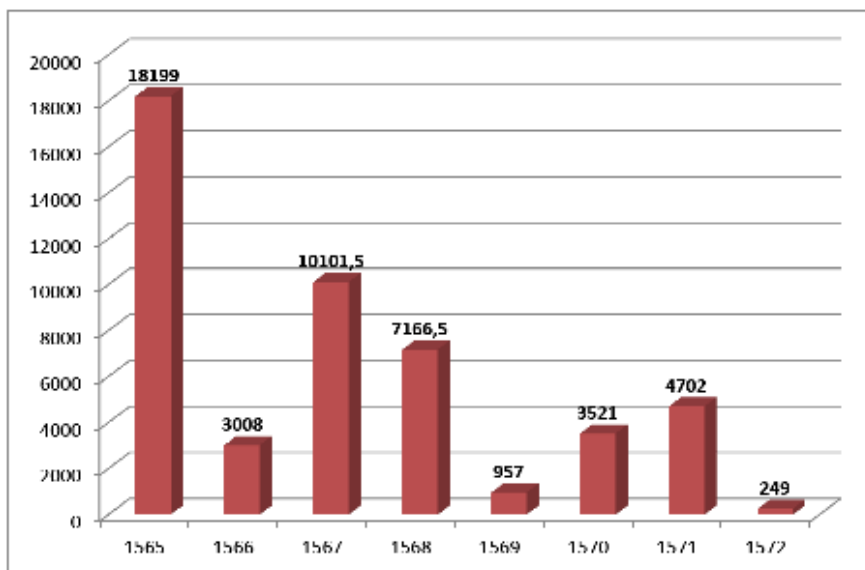


Gráfico 4 – Distribuição anual das caixas com açúcar são-tomense transportadas para Antuérpia (1565-1572)

O açúcar desembarcado neste intervalo temporal pertencia a 240 indivíduos, entre os quais encontramos alguns alemães e flamengos. Rodrigo Álvares Caldeira possuía 5.379 caixas, 16 pipas e 48 arrobas de retame e 2 pipas de melaço. A longa distância encontramos Diogo Cardo (1.621 caixas e 16 pipas de retame), Pedro Godins (1.454 caixas, 13 pipas), Dinis Lopes (1.216 caixas), Gil de Sobreque (1.198 caixas e meia; 13 pipas e 148 arrobas de retame e 8 quartos de remel), Manuel Rodrigues e filhos (1.140 caixas e meia), António Carlos (1.131 caixas) e Simão Soeiro (1.079 caixas e 4 pipas de retame).

Itália era um outro porto de destino do açúcar são-tomense. A Companhia Capponi, de Florença, e Francisco de Andrea Sernigi adquiriram, em 1536, 298 caixas de açúcar avaliadas em cerca de 3.416 florins⁵⁹.

A quebra da produção

Apesar das condições favoráveis para a expansão da monocultura da cana a ilha de São Tomé dispunha, em simultâneo, de factores endógenos que explicam o seu declínio.

A conflitualidade social e institucional latente em São Tomé foi uma característica persistente ao longo da centúria em análise. As pendências entre as autoridades civis e eclesiásticas, motivadas por ingerência de jurisdição e por razões económicas, eram comuns. A fuga dos escravos para os matos, devido à falta de bens alimentares, à falta de vigilância e às duras condições de trabalho, entre outros motivos, foram constantes e já são referidas por Álvaro de Caminha no seu testamento⁶⁰. Estes

⁵⁹ Cf. Virgínia Rau (1971). O açúcar de S. Tomé no 2.º quartel do século XVI. In *Elementos de História da Ilha de S. Tomé (em comemoração do V Centenário do Descobrimento)*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, pp. 7-43.

⁶⁰ Cf. o testamento de Álvaro de Caminha de 24 de Abril de 1499 (documento já citado).

escravos foragidos aproveitavam a orografia e a densa vegetação do interior da ilha para se refugiarem e para daí lançarem diversos ataques às fazendas e à própria Povoação, aproveitando para matar, roubar, saquear e queimar. Tal situação revelava de uma forma explícita a ineficácia das autoridades locais para controlar o espaço exterior à Povoação e às fazendas. Numa inquirição tirada em 1530 o mercador João Fernandes afirmava:

os escravos que estão na ilha de São Tomé não são mais do seu senhor que quanto os ditos escravos querem porque ninguém é poderoso para lhe por algum remédio para deixarem de fugir para o mato salvo se os têm muito bem presos com cadeias muito fortes ou em troncos⁶¹.

Os juizes ordinários Gonçalo Álvares e Rodrigues Aires consideravam, a 18 de Outubro de 1535, que os negros poderiam

fazer grande dano a esta ilha e aos moradores dela [...] e porque ora se fornece cada dia o mato de negros fugidos que se vão para o dito mocambo para o qual é necessário sempre seguir os ditos negros e mocambo com gente que contra eles vão e por ora haver quinze ou vinte dias pouco mais ou menos que o dito mocambo e sua gente vão dar na Ponta Grossa e chegando deu em três ou quatro fazendas e as destruiu e matou muita gente e se tornou a recolher e pelo que assim ora tem feito e dantes e Deus não querendo se pode ao diante perseguir para o qual é necessário ir sempre gente armada seguir os ditos negros ao menos para evitar não terem os ditos negros ousadia a fazer outro salto⁶².

Perante tal cenário o medo, a intranquilidade e a insegurança grassava entre os moradores.

Para suster estes ataques as autoridades promoveram a guerra do mato, sem muitos resultados por falta de dinheiro e de homens. Entre 24 de Maio e 18 de Julho de 1533 o recebedor do trato Gabriel Fernandes despendeu 90.000 réis nesta guerra⁶³. No sentido de tentar controlar o interior da ilha e de organizar os ataques aos mocambos criou-se, ainda, o ofício de meirinho da serra, que Rui Gonçalves⁶⁴, Hilário Rodrigues e Manuel Mendes⁶⁵, entre outros desempenharam, bem como se tentou alargar a zona ocupada para sul, para a parte de trás da ilha.

A conjugação dos danos causados pelos ataques aos engenhos e às plantações, nomeadamente a do negro Amador (1595), pela instabilidade governativa, pela concorrência do açúcar brasileiro, pelos saques e ataques dos franceses (1567) e dos holandeses (1599) à Povoação, pela diminuição da fertilidade dos campos, causado pela monocultura intensiva, e pela praga dos gusanos que atacou as canas explicam a desestruturação do sistema produtivo são-tomense e a quebra da produção açucareira ocorrida a partir da década de 80.

⁶¹ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 161, documento 191.

⁶² Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 204, documento 111.

⁶³ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 184, documento 43.

⁶⁴ Cf. ANTT, Corpo Cronológico, parte II, maço 178, documento 37.

⁶⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 11, fl. 197-197v.

Conclusão

O binómio escravos-açúcar viabilizou o povoamento e a exploração económica da ilha de São Tomé ao longo de Quinhentos, integrando-a nos circuitos comerciais europeu, africano e americano. A prosperidade vivida neste período levou D. João III a elevar a Povoação a cidade⁶⁶ e que o Papa Paulo IV, pela bula *Aequum Reputamus*, instituisse o bispado de São Tomé com jurisdição sobre as ilhas de São Tomé, Príncipe, Ano Bom, Santa Helena e o território africano entre o Rio de Santo André e o Cabo da Boa Esperança⁶⁷.

Mas o sucesso assente na cultura sacarina foi efémero, culminando, devido a uma série de factores externos e internos, no abandono das fazendas e na partida de diversos moradores para outras paragens em busca de melhor sorte.

Nos séculos XVII e XVIII São Tomé tornou-se numa região de aprovisionamento dos navios negreiros que sulcavam o Atlântico. Somente em inícios do século XIX ocorreu uma recolonização, com um aumento económico e demográfico, do território graças à introdução da plantação do café e do cacau.

Referências

Fontes

1. Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- a) Bulas, maço 23, documento 25;
- b) Cartório Notarial 7, livro de 8 de Março de 1575 a 13 de Maio de 1575, fls. 135-136;
- c) Cartório Notarial 11, livro de 25 de Fevereiro de 1593 a 25 de Maio de 1593; livro de 15 de Junho de 1592 a 11 de Setembro de 1592, fls. 128-130; livro de 7 de Julho de 1593 a 22 de Novembro de 1593, fls. 85v-88;
- d) Chancelaria de D. João III, Doações, livro 10, fls. 124v; livro 18, fls. 63v-64; livro 30, fls. 203v-204; livro 42, fls. 32, 94v-95; livro 44, fls. 4v-5 e 216; livro 46, fl. 204; livro 50, fls. 214v-215; livro 69, fl. 117;
- e) Chancelaria de D. João III, Privilégios, livro 3, fl. 261-261v;
- f) Chancelaria de D. Manuel, Doações, livro 25, fl. 126;
- g) Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Doações, livro 9, fls. 118v-119v; livro 11, fl. 197-197v; livro 16, fl. 194-194v; livro 25, fls. 75v-76; livro 37, fls. 192v-193; livro 40, fls. 37-38;
- h) Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Perdões e Legitimações, livro 2, fl. 138-138v;

⁶⁶ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, Doações, livro 10, fs. 124v.

⁶⁷ Cf. ANTT, Bulas, 23, 25.

- i) Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, Privilégios, livro 4, fl. 128-128v; livro 9, fl. 84;
- j) Corpo Cronológico, parte I, maço 26, documento 15; maço 35, documento 3; maço 42, documento 90; maço 44, documento 101; maço 47, documentos 97 e 115; maço 49, documento 5; maço 57, documento 58; maço 63, documento 75, maço 90, documento 226;
- k) Corpo Cronológico, parte II, maço 86, documento 142; maço 90, documento 65; maço 110, documento 12; maço 124, documento 198; maço 128, documentos 3 e 69; maço 129, documento 219; maço 133, documento 149; maço 134, documento 146; maço 135, documento 7; maço 136, documento 130; maço 143, documento 148; maço 145, documentos 43 e 161; maço 147, documento 120; maço 151, documento 69; maço 156, documento 26; maço 157, documento 58; maço 161, documento 191; maço 162, documentos 9 e 51; maço 165, documento 80; maço 168, documento 9; maço 173, documentos 112 e 139; maço 174, documentos 41 e 85; maço 175, documento 46; maço 178, documentos 37, 49, 52 e 103; maço 181, documentos 70, 78, 122 e 129; maço 184, documentos 17 e 43; maço 185, documento 122; maço 188, documento 120; maço 189, documento 110; maço 190, documentos 25, 26 e 106; maço 191, documento 110; maço 195, documento 42; maço 202, documento 136; maço 204, documento 111; maço 205, documento 9; maço 207, documentos 15 e 45; maço 210, documento 91; maço 219, documento 21;
- l) Corpo Cronológico, parte III, maço 11, documentos 75 e 102
- m) Núcleo Antigo, 509, 748

2. Impressas

Códice de Valentim Fernandes (1997). Leitura paleográfica, notas e índice pelo académico de número José Pereira da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história, 1461-1500 (1988). Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1955-1988). Coligida e anotada pelo Padre António Brásio, 1.^a e 2.^a série, 15 + 6 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Academia Portuguesa da História.

Pinto, Manuel do Rosário (2006). *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Fixação do texto, introdução e notas por Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

Portugaliae Monumenta Africana (1993-2002). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé (2000). Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Estudos

Albuquerque, Luís (1989). *Portugal no Mundo*. 6 vols. Lisboa: Alfa.

Ballong-Wen-Mewuda, J. Bato'ora (1993). *São Jorge da Mina 1482-1637. La vie d'un comptoir portugais en Afrique Occidentale*. 2 vols. Lisboa-Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, **Commission Nationale pour les Commemorations des Decouvertes Portugaises**.

Ballong-Wen-Mewuda, J. Bato'ora (1990). Le role de São Tomé dans l'établissement et le développement du commerce portugais dans le Golfe de Guinée aux XV et XVI Siècles. In *Actes du Colloque "La Découverte, Le Portugal et l'Europe"* (Paris, 1988) (pp. 159-172). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian e Centre Culturel Portugais.

Caldeira, Arlindo Manuel (2000). *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe (séculos XV-XVIII)*. 2.^a ed. Lisboa: Cosmos.

Campos, Ezequiel de (1956). Modificação do Ambiente das Ilhas de S. Tomé e Príncipe. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 74 (4-6), Abril-Junho, pp. 141-150.

Everaert, John (2000). Flandes y el Atlántico: de las islas a las orillas del océano (1580-1648). In Antonio de Béthencourt Massieu (coord), *IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)* (pp. 300-314). *Coloquio Internacional 1580-1648*. S.l.: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.

Everaert, John & Stols, Eddy (dir.) (1999). *Flandres e Portugal na confluência de duas culturas*. Lisboa: INAPA.

Henriques, Isabel Castro (2004). *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio e Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.

Henriques, Isabel Castro (1989). Os Portugueses e a reconstrução do mundo das plantas: o exemplo africano nos séculos XV e XVI. In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, vol. III – *Economia e comércio marítimo* (pp. 363-386). Porto: Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Henriques, Isabel Castro (1987). Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura do mesmo quotidiano. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7, pp. 167-178.

Henriques, Isabel Castro & Margarido, Alfredo (1989). Os italianos como revelador do projecto político português nas ilhas atlânticas (séculos XV e XVI). *Ler História*, 16, pp. 29-50.

História e Tecnologia do Açúcar (2000). Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

Matos, Artur Teodoro de & Pinheiro, Luís da Cunha (2004). A ilha de São Tomé no reinado de D. João III. In *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar & Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp. 435-451.

Nova História da Expansão Portuguesa (2005). Coord. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serão, vol. III – *A Colonização Atlântica*, 2 tomos, dir. Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Editorial Estampa.

Pinheiro, Luís da Cunha (2007). A produção açucareira na ilha de São Tomé (1520-1550). In Avelino de Freitas de Meneses, João Paulo Oliveira e Costa (coord.). *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos* (pp. 585-621), vol. 2. Lisboa/Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Centro de História de Além-Mar.

Pinheiro, Luís da Cunha (2006). A conflitualidade social e institucional em São Tomé ao longo do século XVI. In *Actas do Congresso Internacional O Espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005*. http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=76&Itemid=69.

Rau, Virgínia (1971). O açúcar de S. Tomé no segundo quartel do século XVI. In *Elementos de História da ilha de S. Tomé (Em comemoração do V Centenário do Descobrimento)* (pp. 7-43). Lisboa: Centro de Estudos da Marinha.

Santos, Catarina Madeira (1996). A Formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: S. Tomé, primeira metade do século XVI. *Studia*, 54-55, pp. 59-91.

Silva, Maria Teresa Marques Madeira da (1998). *Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa*. Dissertação de mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal.

Sousa, Celso Baptista de (1990). *S. Tomé e Príncipe. Do descobrimento aos meados do século XVI: desenvolvimento interno e irradiação no Golfo da Guiné*. Dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

Tenreiro, Francisco (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Vieira, Alberto (org.) (2004). *Açúcar. Terminologia, conceitos básicos e informações de apoio à investigação*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Associação Internacional de História e Civilização do Açúcar.



Património e organização do espaço

Teresa Madeira da Silva
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
DINÂMIA-CET-IUL, Lisboa, Portugal

teresa.madeira@iscte.pt

A cidade de São Tomé no Quadro das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa

Esta comunicação trata da evolução do traçado urbano da cidade de São Tomé desde a sua génese no século XV, até meados do século XVII, através da abordagem comparativa das morfologias urbanas de quatro cidades insulares atlânticas de origem portuguesa: Funchal (no arquipélago da Madeira), Angra do Heroísmo (nos Açores), Ribeira Grande (em Cabo Verde) e São Tomé (em São Tomé e Príncipe). A reflexão sobre o estudo morfológico destes núcleos urbanos pressupõe, como hipótese de partida, a possibilidade de encontrar uma especificidade nas fundações urbanas portuguesas. Neste sentido, procura-se enunciar um conjunto de características comuns às quatro cidades e, deste modo, incluir a cidade de São Tomé no quadro das formas urbanas típicas estabelecidas para as cidades insulares atlânticas de origem portuguesa.

Palavras-chave: São Tomé, cidade portuguesa, urbanismo de origem portuguesa, ilhas atlânticas, morfologia urbana

São Tomé city in the framework of the Portuguese Atlantic Island Cities

This paper deals with the evolution of the urban plan of the city of Sao Tome since its origins in the 15th century, until the mid-17th century, through the comparative approach of urban morphologies of four Atlantic island cities of Portuguese origin: Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo (Azores), Ribeira Grande (in Cape Verde) and São Tomé (São Tomé and Príncipe). The reflection on the morphological study of urban cores as hypothesis assumes, as a starting point, the possibility of finding a specificity in Portuguese urban foundations. In this sense, this reflection seeks to enunciate a set of characteristics common to the four cities and thus include the city of São Tomé in the context of typical urban forms, established for the Atlantic island cities of Portuguese origin.

Keywords: São Tomé, portuguese city, urbanism of Portuguese origin, atlantic islands, urban morphologic

Introdução

Para o estudo da cidade de São Tomé no contexto das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa escolhemos, como modelo comparativo, três cidades insulares de origem portuguesa; o Funchal no arquipélago da Madeira, Angra do Heroísmo no arquipélago dos Açores e a Ribeira Grande no arquipélago de Cabo Verde. A escolha destas cidades, dentro do contexto insular atlântico, deve-se aos factores que lhes conferem uma maior importância em termos urbanísticos. Para além de outros, a localização, a dimensão, o papel que desempenharam, e as transformações que se operaram desde as primeiras ocupações até aos nossos dias, deram a estas cidades uma importância e um significado que, tanto em termos históricos como, em termos urbanísticos têm sido motivo de reflexão e análise para a compreensão do urbanismo de origem portuguesa. Através da análise da evolução do traçado urbano e de alguns elementos da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), apreendeu-se um conjunto de traços comuns a estas três cidades. Para o estudo da cidade de São Tomé no contexto das ilhas atlânticas de origem portuguesa tornou-se necessário estabelecer três fases distintas que estabelecem diferentes modos de crescimento da cidade.

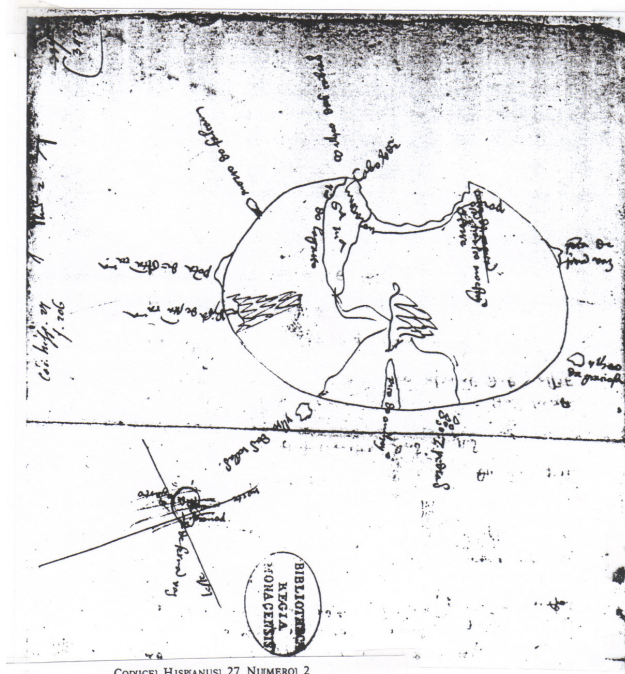
Primeira Fase de Desenvolvimento Urbano. A Estrutura Urbana Inicial

A primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé inicia-se com a chegada dos primeiros povoadores quando a ilha é doada a João Paiva em 1485 e termina em meados do século XVI. Em termos urbanos esta fase inicia-se com a escolha da localização para a implantação do primeiro aglomerado urbano e termina com a consolidação de uma estrutura urbana inicial. A procura de um sítio adequado para a sua localização e os aspectos geográficos a que a ilha está sujeita condicionaram fortemente a implantação da cidade. O facto de se pretender colonizar um território novo e, à semelhança do que se tinha passado anteriormente, quer no continente, durante os séculos XIII e XIV relativamente às cidades fundadas de novo, quer nas ilhas atlânticas descobertas no século XV, originou uma escolha cujos objectivos já estavam pré-estabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, para aceder ao interior da ilha e para abastecer água à população; facilidade de plantar culturas rentáveis e de criar pontos de defesa da cidade foram alguns factores determinantes para a escolha da localização.

Assim, o sítio escolhido caracteriza-se por estar junto a uma baía abrigada (a baía de Ana Chaves), numa zona onde existem boas condições para a criação de um porto natural e onde as condições topográficas permitem facilmente a implantação de pontos de defesa. A proximidade de uma ribeira (ribeira Água Grande), permitindo o abastecimento de água potável às populações e a proximidade de terras propícias para o cultivo de produtos agrícolas, para abastecer as populações e apoio aos navios, constitui outra das características do sítio para a implantação do núcleo urbano

de São Tomé.

O interesse pela ocupação deste arquipélago desde cedo se afigurou favorável devido essencialmente a dois factores: por um lado, pelos interesses económicos que a coroa portuguesa mantinha através do comércio no continente africano, por outro lado, pelas viagens que os portugueses efectuavam no contexto dos descobrimentos, durante o século XV, por todo o oceano atlântico. Neste enquadramento, cerca de quinze anos após a descoberta destas ilhas, iniciou-se o seu povoamento quando a ilha é doada a João Paiva em 1485. Na ilha de São Tomé e a partir do ano seguinte (1486), a introdução da cultura da cana-de-açúcar originou o estabelecimento de um número significativo de engenhos sobretudo na costa nordeste, onde os terrenos e o clima facilitavam esse mesmo estabelecimento. O desenvolvimento de pequenos povoados que viviam sobretudo em torno dos engenhos de açúcar foi o contexto onde se desenvolveu o núcleo populacional mais importante da ilha - a Povoação - mais tarde cidade de São Tomé.



Mapa maior:

Topónimos:

Pouoraçam [na baía]	Morro do Falcão
Torre do Capitão (riscado)	Ponta de Santa Maria
Sam Francisco moesteyro	Rybeyra de Santa Catarina
Torre	Ilha das Rollas
Cabo Verde	Pico do Oulheyro
Santa Maria	7 Pedras
Rio do Lagarto	Ilheo da Graciosa
Ilheo das Cabras	Ponta de Fernam Vaz

Riscado:

Desenho muito pequeno da ilha de S. Tomé com dois riscos que se cruzam perpendicularmente, um deles com «leste», outro com «norte».

Topónimos:

Pouoraçam
Rio do Lagarto
Ponta de Fernam Vaz

Figura 1 - Ilha de S. Tomé. In Códice Valentim Fernandes, *Leitura Paleográfica, Notas e Índice* de José Pereira da Costa, Academia Portuguesa de História, Lisboa, MCMXCVII.

Dos testemunhos da época, Valentim Fernandes, (Fernandes, 1940, p. 125), refere que a povoação que foi estabelecida por Álvaro de Caminha, já perto da Baía de Ana Chaves, em 1506-1510 (data do seu Manuscrito) assentava junto a uma baía

e era constituída por 250 fogos (Fig. 1). Também, segundo o testemunho do piloto anónimo (Albuquerque, 1989, p. 21), que viajou para a ilha uns anos mais tarde (cerca de 1560-1570), a cidade de São Tomé, em meados do século XV, era um desenvolvido aglomerado populacional com cerca de seiscentos a setecentos fogos e era servida por um importante porto. Aceitando como certos os dados atrás referidos por Valentim Fernandes e pelo piloto anónimo, entre o início do século XV e meados desse mesmo século, o desenvolvimento da Povoação foi significativo, adivinhando-se alguma prosperidade. Com o porto, onde os navios faziam escala, o número de habitações passou de duzentos e cinquenta fogos para seiscentos ou setecentos, o que significa que o núcleo populacional, neste período, quase triplicou o número de fogos.

Desde a ocupação inicial até 1510, toda a população da ilha viveu com relativa estabilidade. Os resgates na costa africana e o comércio do açúcar criavam condições para a população da ilha prosperar. Porém, entre esse ano e 1512 ocorreu um grande incêndio que destruiu toda a cidade. Como o solo era rico, facilmente se começou a produzir riqueza na ilha, e a prosperidade de alguns era feita à custa do trabalho árduo de outros. Talvez por esse facto, a 20 de Janeiro de 1517 e segundo Raimundo da Cunha Matos, “os mulatos e os pretos escravos das fazendas de uns fulanos Lubatos, imensamente ricos, amotinaram-se e cometeram (ajudados de outros) grandes destruições.” (Matos, 1916, p. 9). Apesar de esse facto representar o prenúncio de um longo período de grandes conflitos para os habitantes da ilha, pelos meados do século XVI a população de São Tomé crescia rapidamente e continuava a aumentar a riqueza de muitos dos seus habitantes. Também o número de casas da povoação aumentava e foi por essa altura que, a pedido do rei, se elevou a igreja matriz de Nossa Senhora da Graça a catedral. Na sequência do desenvolvimento da ilha e do apoio que esta prestava aos navios portugueses que por ali passavam, a vila de São Tomé foi elevada a cidade em 1535.

Em termos urbanos, o período compreendido entre os finais do século XV e meados do século XVI, corresponde à passagem de uma estrutura urbana incipiente (o núcleo inicial das primeiras construções), para a consolidação dessa mesma estrutura e alargamento da cidade. O aglomerado urbano que se implantou junto à baía de Ana Chaves com Álvaro de Caminha, no final do século XV e início do século XVI, para além de integrar um conjunto de cerca de duzentos e cinquenta fogos de modesta construção, (casas feitas em madeira, de um só piso, ou de dois sobrados e cobertas também de madeira), nela existiam alguns edifícios significativos e era servida por um importante porto. Das primeiras construções existentes no início do século XVI destacam-se: a torre do capitão, as igrejas de Santa Maria e de S. Francisco (incluída no mosteiro com o mesmo nome), a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, a Igreja da Conceição e a Igreja e Hospital da Misericórdia. Estes edifícios e os espaços urbanos confinantes, o porto, as casas dos primeiros habitantes e os armazéns para guardar o açúcar, constituíam os elementos urbanos fundamentais que deram origem à cidade de São Tomé.

A torre do capitão, construída por Álvaro de Caminha por volta de 1492/1493,

era um ponto de defesa da cidade e simultaneamente a habitação do capitão. Foi provavelmente uma das primeiras construções, situando-se junto à ribeira, a poente do núcleo central da actual cidade de São Tomé (no local do actual palácio governamental). Juntamente com algumas casas que lhe estavam próximo e onde moravam os primeiros habitantes da ilha, este, constituiu o primeiro conjunto edificado da então Povoação. Junto à torre, mas mais difíceis de localizar, encontram-se nesta altura, a Igreja de Santa Maria ou N^a S.^a da Ave-Maria e o Mosteiro de São Francisco. Estes foram iniciados por Álvaro de Caminha por volta de 1492/1493 e provavelmente nunca foram terminados. Até agora, dos dados que dispomos quanto à sua localização, depreende-se que a referida Igreja e o Mosteiro se localizavam também próximo da torre, sendo que a primeira (Igreja de Santa Maria ou N^a S.^a da Ave-Maria) se localizava por detrás da actual Sé de São Tomé. Uma vez que poucas são as referências que se conhecem acerca destes dois edifícios, conclui-se que foram perdendo importância ao longo do tempo. A razão para tal facto deve-se, ao facto de, estes dois edifícios não terem sido concluídos depois da morte de Álvaro de Caminha, e por conseguinte à importância que a igreja matriz de N. S. da Graça tomou nos anos seguintes¹. Como é sabido a Sé (Igreja Matriz de N^a S.^a da Graça) foi construída junto aos alicerces da igreja de Santa Maria, o que explica por um lado, a sua decadência e abandono, e por outro, a importância que aquela (a igreja matriz), adquiriu em relação a esta. A data provável da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça é anterior a 1500, passando a Sé em 1534.

Para além do conjunto edificado constituído pela torre e pelas duas igrejas próximas da ribeira, entre o edifício da torre e a igreja matriz, situam-se mais para norte e por conseguinte mais perto da praia, a igreja e o hospital da Misericórdia. Estes (hospital e igreja) situavam-se, não longe da Sé e da torre, no local do actual tribunal. Paralela ao mar e separando o quarteirão da Misericórdia do quarteirão dos edifícios confinantes com a torre, nasce uma pequena rua que acompanhando o terreno e se desenvolve junto à costa. Esta, sendo o elemento estruturante de todo o aglomerado, liga o núcleo da Sé e da Misericórdia ao porto e constituiu o que posteriormente se designou por “Rua Grande”², ou “Rua Direita” (Brásio, A. 1995, vol. VI, p.190).

Esta rua que, no início do século XVII liga a fortaleza de S. Sebastião à igreja de São João, estende-se ao longo da costa, ligando (no século XV), os dois extremos da cidade: o núcleo da Sé, da torre e da Misericórdia ao porto. Embora não haja nenhuma referência concreta quanto à localização dos armazéns para guardar o açúcar é de supor que estes se localizavam junto à costa e perto do porto e acompanhavam o percurso da rua principal no sentido poente/nascente³.

Na primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé as primeiras construções concentram-se num pequeno núcleo à volta da torre, do Mosteiro de S.

¹ Importa referir que as recomendações de Álvaro de Caminha para que estes dois edifícios fossem completados depois da sua morte iam para o seu primo, Pedro Álvaro de Caminha que se supunha ser seu continuador nos destinos da capitania de São Tomé, mas tal facto não aconteceu. Por ordem real foi nomeado Fernão de Melo e não o primo de Álvaro de Caminha. Talvez por essa razão, estes dois edifícios tenham permanecido inacabados.

² Designação indicada no [Plano da Baía de Ana Chaves (...) / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote, Arquivo Histórico Ultramarino, nº176.

³ Tudo indica que seria no local onde posteriormente (século XIX), se localizavam os armazéns para guardar o cacau e o café.

Francisco, da Igreja de N^a S^a de Ave Maria⁴ e da Misericórdia, onde três elementos urbanos fundamentais: os núcleos da Sé, do porto e a rua Direita estão na origem da estrutura urbana da cidade (Fig. 2).



Figura 2 - Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N^a Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16), A. H. U. c. m., nº 170.

Nas outras três cidades estudadas (Funchal, Angra e Ribeira Grande) à semelhança do que verificamos para São Tomé, a malha urbana nasce a partir de uma rua principal que une dois núcleos urbanos, constituindo esta, o elemento gerador e estruturador da referida malha urbana. Para a cidade do Funchal sabemos que a cidade teve origem em dois núcleos urbanos: no núcleo primitivo de Santa Maria do Calhau (onde se ergue a igreja de Santa Maria) e em Santa Catarina onde o capitão mandou erguer a sua casa. O núcleo de Santa Maria do Calhau surgiu a partir de uma igreja e de um largo que lhe estava associado e de uma rua paralela ao mar - a Rua de Santa Maria. Esta rua, paralela ao mar, existia entre o largo da igreja (junto à Ribeira de Santa Luzia) e a zona onde existe o forte de S. Tiago. Para o lado poente da Ribeira de Santa Luzia e no seguimento da Rua de Santa Maria desenha-se, nesta fase de desenvolvimento, a Rua de Santa Catarina (posteriormente designada Rua dos Mercadores e depois Rua da Alfândega) ligando os dois pólos primitivos - de Santa Maria do Calhau e de Santa Catarina. A este tipo de desenvolvimento corresponde uma estrutura alongada no sentido da costa, percorrendo toda a zona junto ao mar. Também para a cidade de Angra se reconhece um crescimento deste tipo. Assim, o primeiro núcleo urbano desenvolveu-se no alto de uma colina no lugar onde se

⁴ Posteriormente designada N^o. S.^a da Graça e Sé em 1534.

ergueu a primeira fortaleza. Paralelamente a este núcleo desenvolve-se um outro (S. Pedro) do lado oposto da baía de Angra para o lado poente. A ligar estes dois núcleos desenvolve-se uma rua, a actual rua da Sé que liga o núcleo do castelo a S. Pedro. Com o desenvolvimento do porto na zona baixa da cidade houve necessidade de ligar o castelo e o cais. É então que se assiste a um novo crescimento linear através da Rua de Santo Espírito, mas este ao contrário do que acabamos de ver para o Funchal é um crescimento linear, neste caso, perpendicular à costa.

Para a cidade da Ribeira Grande situada no arquipélago de Cabo Verde, o seu crescimento inicial é também do tipo linear. Neste caso uma forte condicionante relativa aos aspectos topográficos - por um lado um vale de declive acentuado, por outro a existência de uma ribeira que inundava e causava grandes estragos nas zonas mais baixas provocou o crescimento urbano deste aglomerado de uma forma linear paralela à ribeira e para norte, por conseguinte perpendicular à costa. Nesta fase de desenvolvimento, podemos observar a existência de um largo, o largo do pelourinho e o desenvolvimento de uma rua, a Rua da Carreira, seguindo o curso da ribeira existente.

A Segunda Fase de Desenvolvimento Urbano - A Implantação de Novos Edifícios Institucionais

Durante o século XVI a cidade de São Tomé tinha como funções essenciais a exportação de açúcar, o tráfego de escravos e a importação de produtos alimentares sobretudo vindos da Europa. O acesso por via marítima e a facilidade de aceder ao mar pela praia permitiu que este núcleo populacional se desenvolvesse junto à costa predominantemente ao longo da baía e à volta do porto, ponto de convergência destas funções.

Instalado o núcleo de carácter civil e religioso na primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade, com o desenvolvimento económico provocado pelo comércio açucareiro e com o aumento de população, a cidade cresce para uma outra zona localizada do outro lado da ribeira, e por conseguinte para poente. A esta zona da cidade, marcadamente de carácter mercantil, está ligado o porto e os edifícios cujas funções com ele estão associadas. Não se conhecendo a data da construção da alfândega de São Tomé, mas na sequência do que aconteceu nas outras ilhas atlânticas, associada ao desenvolvimento das actividades mercantis (exportação de açúcar e de escravos) é provável que ela já existisse no final do século XVI. Nesta altura a exportação de açúcar da ilha de São Tomé, começava a preocupar os mercados da ilha da Madeira, até então ocupando um lugar de destaque relativamente ao seu fabrico e exportação. No decorrer do século XVI a exportação foi crescendo e tudo leva a crer que esta era uma intensa actividade que requeria um local como a alfândega para seu suporte. A primeira planta que se conhece com a localização deste edifício é, no entanto, datada de 1888/89⁵, e nesta altura este edifício situa-se junto ao cais.

⁵ Planta: *Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé)*, 1889, escala 1: 5000, A. H. U., nº 239.

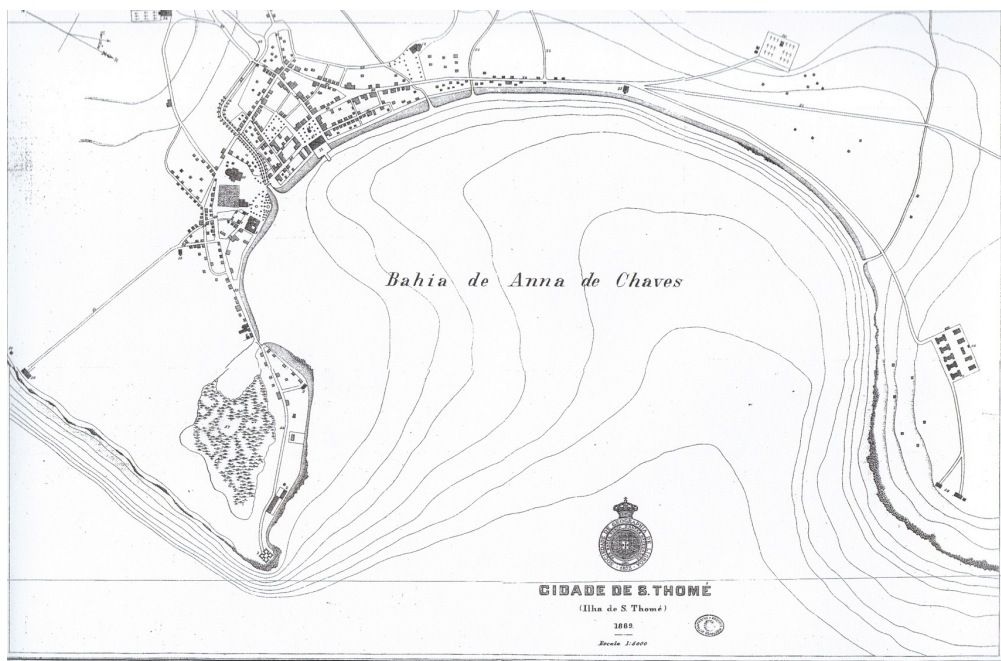


Figura 3 - Planta da Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889, escala 1: 5000, in A. H. U., c.i., nº 239.

O tráfego de escravos oriundos da África ocidental e destinados à exportação requeria igualmente uma estrutura de suporte na cidade. Para além desta (da alfândega) e segundo Catarina Madeira Santos, a existência do comércio de escravos na ilha teve como consequência a “necessidade de construir fazendas que os albergassem durante o período em que esperavam para ser embarcados e conduzidos aos mercados europeus de venda.” (Santos, 1996, p. 77). No entanto, e antes de estes serem enviados para as ditas fazendas

os escravos chegados da costa africana eram inscritos na feitoria de São Tomé. O lapso de tempo, que decorria entre a chegada (de África) e a partida para os portos importadores (Portugal, Antilhas e Ilha da Madeira), correspondia à estadia de grandes quantidades de escravos no espaço insular. (Santos, 1996, p. 77).

Ora, a feitoria seria um local importante ligado às actividades do porto. A sua localização é omissa nos documentos que dispomos mas segundo algumas informações de actuais moradores, esta actividade era exercida no edifício da Curadoria Geral indicada na planta de 1916⁶ (Fig. 4). Supondo que estes dois edifícios se localizavam, o primeiro (o edifício da alfândega) junto ao cais como indica a planta de 1888 e o segundo (o edifício da feitoria) no local da Curadoria Geral indicada na planta de 1916, podemos verificar que nesta fase as actividades portuárias desenvolvem uma estrutura nova localizada na parte poente da cidade.

⁶ Este edifício encontra-se referenciado na *Planta da Cidade de S. Tomé (1916)*, escala 1: 5000, na Rua do Município, no enfiamento da Travessa do Pelourinho.



Figura 4 - Planta da Cidade de S. Tomé (1916), escala 1: 5000. “Redução feita no grupo de trabalho de Cartografia e Cadastro de S. Tomé e Príncipe em Abril de 1965, da antiga *Planta da Cidade de S. Tomé* levantada na escala de 1:1000 no ano de 1916...” Origem: S.C.O.T.R.D.S.T P.

Apesar de não se conhecer a data da construção do edifício da câmara⁷, este existia desde o século XVI, vindo a instalar-se não se sabe em que data na continuação da rua Direita, junto ao edifício da primeira cadeia da cidade. Segundo Caldeira, em 1516 já existia um edifício da câmara na cidade. Segundo o referido documento, “Bernardo Segura foi nomeado ouvidor geral da ilha de São Tomé durante o ano de 1516. Tendo partido de Lisboa a 17 de Setembro desse ano, tomou posse do cargo, no edifício da Câmara da cidade, em 29 de Outubro, um dia depois da sua chegada ao arquipélago.” (1997, p. 193). Na segunda fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé à semelhança de muitas cidades portuguesas do continente, a rua Direita desempenha um papel fundamental na estruturação do traçado urbano. Esta, normalmente de carácter comercial, desempenha duas funções: por um lado, liga vários elementos urbanos importantes: a Sé, o porto, a Misericórdia e a alfândega, por outro é o elemento gerador de novas ruas com ela relacionadas estruturando,

⁷ O edifício da câmara municipal encontra-se referenciado através de cartografia, pela primeira vez, na planta de 1916. Este situa-se no seguimento da antiga Rua Direita, ou seja, na Rua do Município.

por conseguinte, um novo tecido urbano. Neste sentido, também aqui, à semelhança de outras cidades portuguesas, esta rua liga numa primeira fase o núcleo da Sé, da torre e da Misericórdia ao porto e à alfândega (Fig. 5), e numa segunda fase os dois extremos da cidade, a ponta nascente onde se encontra a fortaleza de S. Sebastião e o extremo poente onde se localiza a igreja de S. João.



Figura 5 - Traçado Urbano da Cidade de São Tomé - Localização dos edifícios institucionais significativos (século XVI) ; (desenho da autora).

Para além da alfândega, da feitoria e da câmara municipal de São Tomé, novos edifícios religiosos começam a pontuar a envolvente da cidade e a criar novos pólos de atracção sendo esta também uma forma de estruturação da cidade já verificada noutras cidades portuguesas. Os primeiros exemplos conhecidos são: a igreja de S. João Baptista no local da actual igreja de S. João a poente do núcleo central da cidade, a igreja da Madre de Deus, a “um quarto de légua [da cidade]” (Brásio, 1955, (V), p. 18), a igreja de Santo Amaro “no termo da cidade” (Brásio, 1955, (III), p. 3), a capela de S. Sebastião em frente à fortaleza de S. Sebastião e por conseguinte no extremo nascente da cidade, o Real Hospício de Stº António dos Capuchinhos Italianos cuja localização não foi detectada, um outro hospício, este “no melhor çitio que tem a Cid.e” (Ambrósio, 1970, p. 298), não se reconhecendo a sua localização concreta, e finalmente um outro o da Ordem de Santo Agostinho que se localiza junto à Igreja da Conceição e que, em todo o caso, pode ser o anteriormente referido, cujo nome e local não se reconhecem.

Até meados do século XVI (cerca de 1566), a ilha de São Tomé não necessitou de pontos de defesa significativos. Para além da torre de Álvaro de Caminha, que servia os habitantes da ilha, nenhuma fortaleza ou muralha se construiu até então. A partir desta altura e como medida preventiva, iniciou-se a construção de uma fortaleza junto à baía de Ana Chaves. Segundo Lopes de Lima, a razão para tal facto

deveu-se, ao conhecimento que o rei tinha relativamente aos ataques provocados pelos corsários franceses nas outras (“nossas”) ilhas atlânticas. Diz-nos o referido autor, que até ao ano de 1566, as ilhas de São Tomé não necessitaram de grandes meios de defesa. Só mais tarde,

o Senhor Rei D. Sebastião, sabendo dos estragos e afrontas, que os corsários franceses andavam fazendo em todas as nossas Ilhas, mandou (...) que no lugar do espalmadouro construísse uma trincheira para defesa dos navios, que se achassem no porto; e aquele insigne capitão, como bem versado que era nas artes da guerra, não só cumpriu fielmente o que lhe foi intimado, mas em vez de um trincheira abriu os alicerces a uma fortaleza, a que poz o nome de S. Sebastião, a qual com a ajuda dos moradores, e condemnações judiciais, veio a concluir-se em 1575, governando Diogo Salema. (Lima, 1916, p. 44).

À semelhança das outras cidades insulares portuguesas situadas junto a baías, as fortalezas são construídas nos seus extremos. Na cidade de São Tomé, contrariamente a muitas outras suas contemporâneas, não se verificou a construção de muralhas, apenas se verificou o início da construção de uma trincheira. As boas condições de defesa da baía (com uma curvatura muito apertada) talvez fosse a razão para a sua inexistência. Nesta altura (meados do século XVI) só a fortaleza de S. Sebastião foi edificada, no entanto, em 1613/1614 e em 1756 respectivamente, outros dois pontos defensivos foram instalados, - o forte de S. Jerónimo, junto à Praia Pequena - e o Forte de S. José no outro extremo da baía, na ponta de Cabo Verde.

Relativamente ao traçado urbano, como foi anteriormente referido, a rua Direita para além de ligar vários elementos urbanos de grande significado, nomeadamente edifícios institucionais e espaços urbanos, também desempenha o papel de elemento gerador de novas estruturas de ocupação do solo. Esta rua principal que se estende ao longo da costa no sentido longitudinal, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas ruas que se cruzam com estas, mais ou menos na perpendicular, criando assim, uma estrutura regular de quarteirões alongados, essencialmente constituídos por edifícios que servem de armazém para guardar “os açucares” e por edifícios pertencentes à alfândega. A malha urbana, anteriormente descrita, de ruas e travessas ainda hoje se pode adivinhar através do traçado existente. Se novamente observarmos a planta de 1916, podemos referenciá-las e identificá-las facilmente: A rua Direita, coincidiria com a rua da Misericórdia, passava pelo largo 5 de Outubro, esta rua atravessava a ribeira, seguia pela rua General Calheiros, rua dos Mártires da Liberdade, terminando provavelmente na travessa da Conceição, uma vez que a igreja do mesmo nome já se encontrava edificada. Os quarteirões alongados eram definidos pela rua 5 de Outubro, rua Miguel Bombarda, rua do Município (paralelas à anterior) e pelas, travessa do Tribunal, travessa da Alfândega, travessa do Pelourinho, travessa do Município e travessa da Conceição, perpendiculares às anteriores e à costa.

Característico deste tipo de malha urbana, tal como se verificou para as outras cidades, é uma hierarquia de ruas de frente e de traseiras, cortadas por ruas transversais - as travessas, onde os quarteirões são de forma alongada e de

planimetria rectangular. Os lotes urbanos são paralelos uns aos outros e ocupam de um lado ao outro do quarteirão, tendo uma frente para uma rua principal e uma outra para uma rua secundária.



Figura 6 – Vista panorâmica da cidade de São Tomé. À direita o Palácio do Governo In arquivo Histórico de São Tomé.

Do que anteriormente foi referido relativamente à segunda fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, conclui-se que em termos urbanos esta é marcada por dois factores de crescimento: o primeiro relaciona-se com a implantação de alguns edifícios institucionais significativos (a alfândega, a feitoria e a câmara) ao longo do eixo estruturador da cidade, ou seja, ao longo da rua Direita e outros, (igrejas e a fortaleza) fora do núcleo urbano central, nomeadamente a Igreja de São João, a Igreja Madre de Deus, a Igreja de Santo Amaro, a Capela de São Sebastião, o Hospício de Santo António e o Hospício da Ordem de Santo Agostinho, assim como a Fortaleza de S. Sebastião constituindo novos pólos dinamizadores de crescimento da cidade. O segundo factor de crescimento é, como em muitas cidades de origem portuguesa, caracterizado pela implantação de um traçado regular onde as ruas formam um conjunto de quarteirões regulares de planimetria rectangular, reflexo de uma intenção explícita de planeamento. Estamos naturalmente a referir o traçado urbano formado a partir da rua Direita e que se estende desde a zona do porto até à travessa da Conceição. Estas ruas, à semelhança de outros casos, são cortadas por travessas que lhe são perpendiculares, e os lotes urbanos que os compõem ocupam a profundidade total do quarteirão.

Relativamente às outras cidades em estudo, e à semelhança da cidade de São Tomé, a rua principal estruturou a malha urbana uma vez que em qualquer destas cidades, foram surgindo novas ruas paralelas a esta, cortadas por outras de menor dimensão, as travessas, verificando-se, como para as cidades medievais do continente, uma hierarquia definida pela rua/travessa resultando um conjunto de quarteirões alongados de forma rectangular. Para o Funchal a partir da Rua de Santa Maria (no primitivo núcleo de Santa Maria do Calhau) podemos constatar o aparecimento de uma outra rua paralela a esta e por conseguinte paralela à costa designada por Rua Nova de Santa Maria (actual Latino Coelho) e um conjunto de pequenas ruas perpendiculares a estas, criando uma malha de quarteirões de planimetria rectangular alongados, paralelos ao mar. Como se pode constatar a estes quarteirões correspondem lotes estreitos e alongados no sentido da profundidade, característicos também das malhas urbanas medievais do continente.

Para a cidade de Angra do Heroísmo, apesar de não existirem as características definidas anteriormente relativas à malha urbana, também se verifica o aparecimento de uma rua paralela à Rua do Santo Espírito - a Rua Direita. Aqui devido ao acidentado do terreno junto ao castelo, a malha urbana torna-se irregular devido à adaptação ao sítio. Exemplo disso, são as Ruas do Pisão, da Garoupinha e o Beco das Alcadarias. Também no núcleo primitivo de São Pedro não se verifica este padrão regular, aqui as ruas convergem para um largo e não são paralelas entre si.

Para a cidade da Ribeira Grande verifica-se o mesmo tipo de desenvolvimento. Paralela à Rua da Carreira surge a Rua Direita e a Rua da Banana, sendo estas ligadas por outras mais pequenas (travessas), criando um conjunto de quarteirões alongados paralelos ao curso da Ribeira existente.

Terceira Fase de Desenvolvimento Urbano - A Expansão da Cidade

O final do século XVI e o início do século XVII foram marcados, na ilha de São Tomé, por diferentes acontecimentos que afectaram de forma negativa os habitantes da ilha: por um lado, factores de ordem interna como os desentendimentos entre os diferentes poderes (eclesiástico, local e o povo), as revoltas dos escravos e os ataques aos engenhos de açúcar, e por outro, a dominação dos espanhóis às colónias portuguesa fez com que os ataques da pirataria aumentassem. A ocupação e os distúrbios causados pelos holandeses em nada contribuíram para acalmar os ânimos. O florescimento da cultura da cana do açúcar no Brasil fez igualmente com que a vida económica da ilha entrasse em decadência. Em consequência desse facto, o ano de 1550 é marcado por uma forte emigração dos habitantes da ilha para o Brasil. Neste sentido, embora se reconheça uma certa instabilidade na ilha, esta vai viver em termos económicos um período diferente do anterior: ao período próspero que a ilha viveu, até ao final do século XVI, em torno da cana-de-açúcar - o ciclo do açúcar, segue-se um período de relativo abrandamento no seu desenvolvimento económico, onde o tráfico de escravos constituiu a actividade com forte rendimento - o ciclo do escravo.

Embora a ilha tenha tido pouco desenvolvimento económico durante o século XVII e não se tenha verificado um crescimento demográfico acentuado no conjunto da ilha (antes pelo contrário devido à emigração para o Brasil), a cidade prosperou e desenvolveu-se.

A estagnação económica do século XVII não terá sido de molde a estimular o crescimento demográfico, mas a verdade é que a progressiva desarticulação da economia de plantação, com o conseqüente abandono de muitas roças e com a tónica económica posta na relação com os navios estrangeiros, deve ter contribuído para acentuar à cidade o seu carácter de pólo de atracção demográfica. (Caldeira, 1997, p. 106).

Pressupõe-se, deste modo, que se tenha verificado a restauração de alguns edifícios incendiados, pilhados e destruídos e o surgimento de outros para servir as

populações. Assiste-se, assim, a mais uma fase de desenvolvimento urbano - a terceira fase de desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, marcada por duas tendências em relação ao seu crescimento. A primeira, é fruto das tipologias urbanas usadas no continente nos séculos XV e XVI (período renascentista), e origina uma expansão da cidade onde o traçado urbano é igualmente regular, como na fase anterior, mas agora com um sentido diferente e inovador. A segunda, corresponde ao desenvolvimento da cidade mais para o interior na sequência do desenvolvimento das vias de acesso às igrejas e a edifícios significativos afastados do núcleo urbano central, construídos na fase anterior.

Relativamente à primeira tendência, a criação de uma malha regular na actual baixa de S. Tomé, e à semelhança das intervenções urbanísticas dos séculos XV e XVI, esta corresponde a uma nova atitude: os objectivos agora correspondem a uma modernização do ponto de vista da cidade, quer a nível funcional, quer a nível estético. Se, por um lado, era necessário dar resposta aos aspectos de ordem sanitária e de segurança da cidade, aspectos que se agravavam com o aumento da população nos centros urbanos, por outro, os contactos com as ideias renascentistas que Portugal manteve com o resto da Europa no final do século XV originaram uma nova forma de intervir na cidade. Esta modernização em muitos casos passava por regulamentar e legislar certas intervenções, em estruturar novos espaços urbanos públicos, assim como criar novas extensões urbanas planeadas. Se observarmos a planta de Gaspar Barleus publicada (em primeira edição) em 1647⁸, podemos verificar uma nova extensão da cidade marcada pela existência de uma malha urbana reticulada composta de ruas paralelas e perpendiculares onde as ruas em muitos casos formam ângulos quase rectos, dando origem a quarteirões de forma quase quadrada, sendo esta malha, segundo Cunha Matos, definida no início do século XVII.

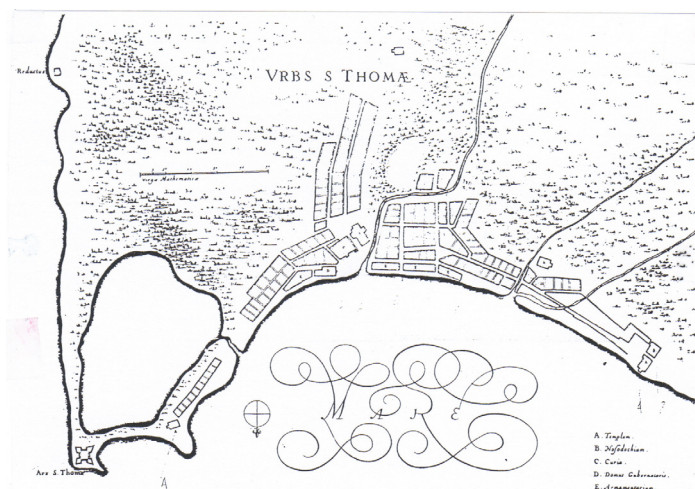


Figura 7 - Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, “História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil”, Recife, 1980.

⁸ Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, “História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil”, Recife, 1980.

Segundo este autor:

a cidade foi antigamente muito extensa e a planta topográfica dela que se acha na obra de Barleus foi levantada poucos anos depois do incêndio de 1600 e por isso é menos extensa do que no tempo presente. As ruas da cidade são mui direitas, quase tôdas tiradas a cordel e nenhuma é calçada. (Matos, 1916, p. 134).

Das palavras de Raimundo da Cunha Matos e pela verificação da citada planta, conclui-se que este traçado tem a sua origem no início do século XVII.

A nível da estrutura do quarteirão e da definição dos lotes, pelo que podemos ver pela planta publicada por Barleus e pelo traçado actual, verificam-se alterações em relação ao esquema anterior: agora os lotes têm uma única frente virada para a rua, e outra para o interior do quarteirão. A forma dos quarteirões passa a ser mais parecida com o quadrado ao contrário da anterior que se assemelhava a um rectângulo. O facto de as estruturas urbanas assentarem em malhas regulares reflecte uma preocupação de ordenamento do espaço urbano. Se tivermos em conta um documento datado de 1615, podemos perceber que já existiam preocupações de ordem urbanística e de ordenamento do espaço urbano desde o início deste século relativamente à cidade de São Tomé. No documento: a “*Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)*” encontra-se a “designação das ruas da cidade de S. Tomé, especificando o comprimento de cada uma em braças.” (Brásio, 1955, Vol. VI, p. 190). Até então a documentação encontrada acerca das realizações arquitectónicas e urbanísticas referiam-se quase somente a aspectos particulares de certos edifícios e não a aspectos de carácter geral da cidade.

Relativamente à segunda tendência atrás referida, (o desenvolvimento das ruas para o interior), como noutros casos já referenciados, o núcleo urbano de São Tomé estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos criando por um lado uma rede viária em estrela, que J. M. Fernandes, designa por estrutura “radio-concêntrica” ou “irradiante”, (1989, p. 248). Também a existência de uma ribeira que penetra para o interior acentua esta tendência uma vez que o aglomerado se desenvolve acompanhando-a para o interior. Através da observação das plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino dos séculos XVII⁹ e XVIII¹⁰ (fig. 7), podemos bem verificar esta tendência.

⁹ *Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de Nª Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16)*, A. H. U. c. m., nº 170.

¹⁰ [*Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796*] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

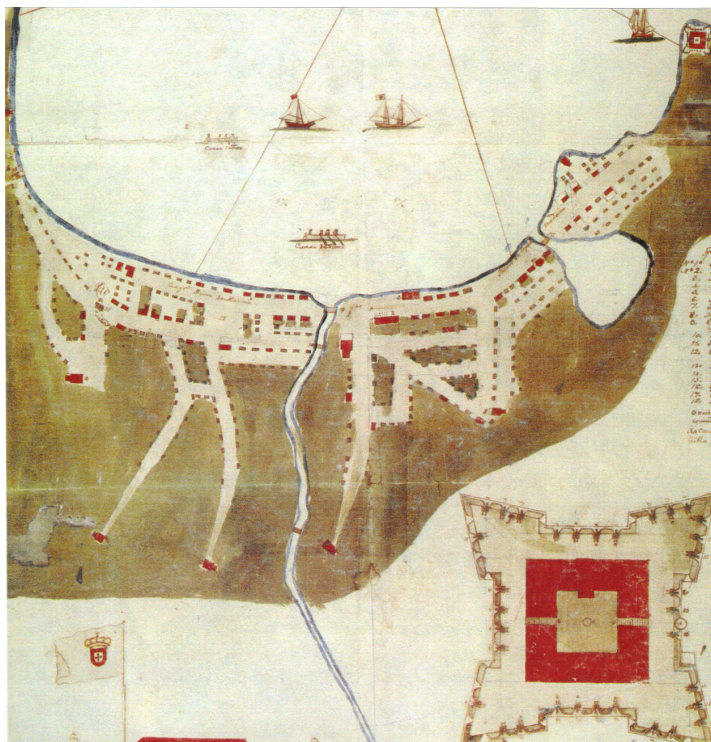


Figura 8 - [Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

Para além do desenvolvimento urbano formado por uma malha reticular, no núcleo central da cidade encontramos outros elementos (neste caso espaços livres, terreiros ou alargamentos de ruas) pontos de convergência de pessoas, actividades e até de estruturas viárias, geradores de determinados espaços urbanos, os largos. Na cidade de São Tomé em meados do século XVII podemos reconhecer quatro zonas que identificamos como o embrião de futuros largos. Não sabendo ao certo em que altura eles foram definitivamente estruturados, o que é certo é, que nesta altura podemos reconhecer um junto à Sé e Misericórdia, outro junto ao cais e alfândega, outro junto à Igreja da Conceição e outro junto à Igreja de São João. O mais importante situa-se junto ao núcleo constituído pela Sé, pela Misericórdia e pela torre. Junto a estes edifícios desenvolve-se um espaço amplo - um terreiro - designado pelo “terreiro da Misericórdia” em 1644¹¹, para onde convergem algumas das ruas mais importantes da cidade. Neste caso o largo assume um carácter marcadamente religioso devido aos edifícios que lhe estão adjacentes, (a Sé e a Misericórdia), mas também terá um cariz civil, visto se encontrar nas proximidades da torre que para além de residência do capitão (e posteriormente do governador) servia também, de ponto de defesa importante da cidade. Para além deste largo, podemos perceber a existência de um outro espaço, este ligado às actividades marítimo-comerciais. Aqui a definição do espaço corresponde mais a um alargamento de ruas do que propriamente a um

¹¹ Quadro explicativo anexo à planta de 1646, A. H. U., nº 170.

terreiro como se verificou no caso anterior.

Do que nos é dado observar através da planta de Tavares Leote, de 1788 podemos dizer que este espaço constituiu a origem da praça ligada ao porto e à al-fândega (actual Praça da Independência), já inteiramente definida na referida planta. Junto à Igreja da Conceição e à Igreja de S. João, ao observar as duas plantas datadas do século XVII e XVIII, reconhece-se a existência de amplos espaços urbanos confinantes de carácter religioso. Não se sabendo ao certo, mais uma vez a data em que estes espaços foram reestruturados, pelo menos sabe-se que já existiam neste século. No que respeita ao edificado podemos enumerar alguns edifícios construídos nesta altura: no início do século XVII que foi fundada a Igreja de S. Tiago (Ambrósio, 1984, p. 174). Referido por Manuel do Rosário Pinto: “foi em 1691 que os Agostinhos Descalços fundaram casa em São Tomé.” (Ambrósio, 1970, p. 303). “A igreja de N. S^a do Rosário dos Homens Pretos: é de alvenaria, mediana grandeza, e foi construída no princípio do século XVII (...).” (Ambrósio, 1984, p. 174). Segundo a mesma fonte, a capela de São Miguel Arcanjo foi construída provavelmente no século XVII e Miguel dos Anjos efectuou-lhe uma reforma em 1786. A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho foi fundada pouco depois de 1617. De carácter defensivo, este período foi marcado por duas novas construções, o Forte de São Jerónimo¹² e o Forte do Picão de Nossa Senhora da Graça¹³ que se presume não ter sido concluído.

Do que anteriormente foi referido podemos perceber que a terceira fase de desenvolvimento urbano da cidade de S. Tomé é marcada por duas tendências: a primeira fortemente determinada pela existência de uma malha urbana reticulada que ocupa toda a actual baixa de São Tomé (patente na planta de G. Barleus e na descrição da cidade de 1615), com os lotes quadrangulares voltados para o seu interior, e a segunda é marcada, pelo crescimento no sentido do interior (em relação à costa) através do desenvolvimento de caminhos e crescente implantação de edifícios - igrejas e fortaleza -, originando o desenvolvimento da cidade no sentido desses edifícios.

¹² Foi pelo ano de 1613 ou 1614 que, segundo nos refere Lopes de Lima (Lima, 1844), foi construído um forte - o Forte de São Jerónimo - cujo objectivo era a defesa da fortaleza e do porto ligado à cidade.

¹³ Pelos meados do século XVII, determinou fazer-se mais uma fortificação - o Forte do Picão de Nossa Senhora da Graça. Esta teria como objectivo a defesa da cidade e a retirada definitiva dos holandeses que ocuparam a ilha no início do século XVII.



Figura 9 - Planta da cidade de São Tomé identificando o traçado das ruas referidas no doc. “Descrição da cidade de S. Tomé (8-2-1615)”, in António Brásio, *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1611-1621)*, vol. VI, A.G.U., Lisboa, MCMLV, Doc 61, p.190. (A localização das ruas encontra-se na planta de 1889, A.H.U., nº 239); (desenho da autora).

O desenvolvimento urbano nas outras três cidades em estudo é, nesta fase, caracterizado, igualmente, pela influência de dois tipos: um é marcado pela implantação de novos edifícios institucionais normalmente edifícios de carácter religioso (igrejas e conventos) e edifícios administrativos, afastados dos núcleos urbanos iniciais, outro é resultante da influência dos traçados urbanos regulares planeados, renascentistas, praticados no continente nos séculos XV e XVI. Esta prática chega a Portugal através da influência da teorização ligada à problemática da cidade ideal renascentista que se desenvolvia na altura no resto Europa.

Exemplo da primeira situação no crescimento urbano do Funchal é a transferência da casa do capitão para a zona designada de nossa Senhora da Conceição de Cima, onde junto a ela se construiu uma igreja. Para além disso, a criação da Sé, da Câmara, Paço dos Tabeliães e Alfândega Nova assumem um papel importante no futuro desenvolvimento da cidade. Também a posterior localização de novas igrejas e conventos afastados da costa define um tipo de crescimento diferente do anterior. São exemplos disso, São Francisco, N^a S^a da Conceição, Corpo Santo e Santiago. No Funchal e paralelamente a este tipo de crescimento verifica-se um outro, onde, a

malha urbana assume uma estrutura inovadora em relação à anterior. Aqui os lotes não se dispõem paralelamente ocupando a profundidade, tendo frente para uma rua e as traseiras para outra, mas estes dão para as quatro frentes dos quarteirões.

Para a cidade de Angra, esta segunda fase de crescimento também é marcada por estas duas influências, a primeira reflecte-se na construção de diversas igrejas fora do tecido urbano inicial. São exemplo disso a igreja de Santa Luzia e a igreja da Conceição. A segunda, e na sequência do desenvolvimento nascente/poente (Castelo/S. Pedro) e do eixo norte/sul (castelo/cais) surge um conjunto de ruas, paralelas e perpendiculares, de traçado fortemente regular que ocupa toda a zona da chamada baixa de Angra e que corresponde quase integralmente ao traçado actual. A este traçado, corresponde todo um conjunto de ruas paralelas e perpendiculares, aos dois eixos anteriormente referidos, onde os quarteirões são constituídos por lotes urbanos organizados costas com costas.

Para a Ribeira Grande não é clara a influência destes dois tipos de situação, no entanto podemos observar a existência de algumas construções de carácter religioso afastadas do primitivo núcleo de desenvolvimento: o Colégio dos Jesuítas, N^a S^a da Conceição, S. Miguel, S. Roque e a Sé. Posterior ao desenvolvimento do tipo linear, na Ribeira Grande, e influenciado pelas malhas urbanas planeadas temos um novo tipo de implantação. Esta situa-se no bairro designado de São Sebastião (junto à Sé), onde se reconhece claramente um tipo de malha regular em quadrícula formada por ruas paralelas e perpendiculares formando um conjunto de quarteirões, como se verificou para os outros casos.

Conclusão

Relativamente ao desenvolvimento urbano, podemos reconhecer em todas as cidades estudadas, (embora com algumas nuances), três fases de desenvolvimento urbano distintas:

- a primeira fase inicia-se com a chegada dos primeiros colonos e é essencialmente marcada pela existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga e caracteriza-se pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos) através do desenvolvimento da referida rua.
- a segunda fase de desenvolvimento urbano é caracterizada pelo surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de planimetria rectangular, e uma hierarquia de ruas definida pelas ruas principais e secundárias. Aqui os lotes são estreitos e alongados no sentido da profundidade dos quarteirões ocupando a sua total profundidade. Normalmente, têm todos, as mesmas dimensões e uma frente virada para uma rua principal e a traseira voltada para uma rua secundária onde é reconhecido um tipo de traçado característico das cidades medievais que durante os séculos XIII e XIV

se iam construindo no continente;

- a terceira fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente uma forma quadrangular, e onde a hierarquia das ruas anteriormente verificada desaparece para dar lugar a uma nova forma onde as frentes dos lotes dão para as ruas e as traseiras para os interiores dos quarteirões organizando-se costas com costas. Aqui os traçados são influenciados pelo modo de fazer cidade no continente português no século XV e XVI, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante.

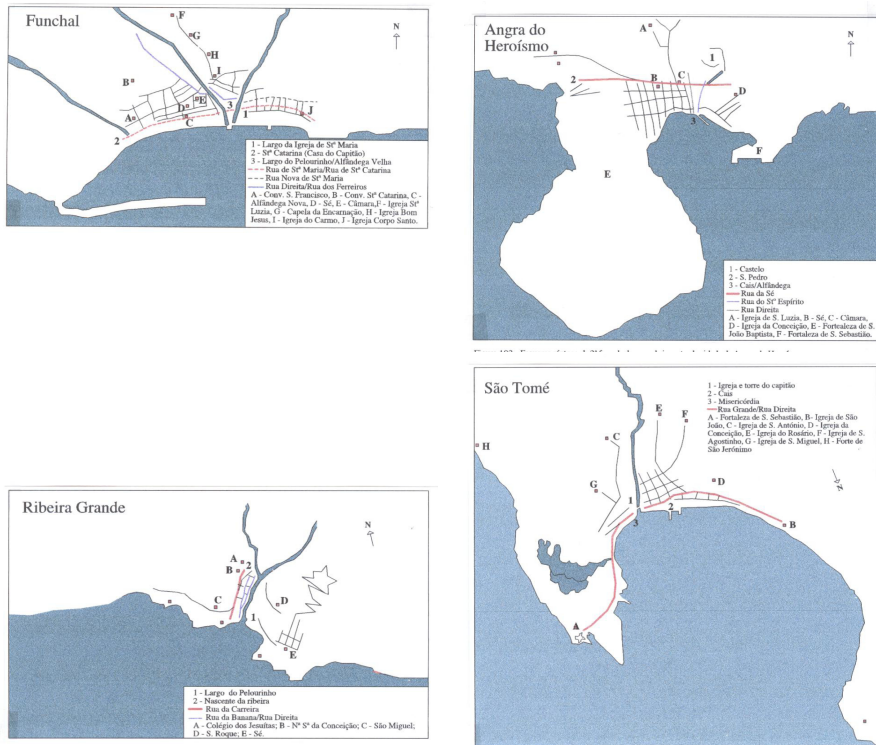


Figura 10 – Plantas síntese das quatro cidades – Funchal, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e São Tomé, indicando esquematicamente os principais edifícios institucionais e o traçado urbano; (desenhos da autora).

Dada a análise comparativa realizada acerca da evolução do traçado urbano e de alguns elementos da morfologia do tecido urbano (estrutura de quarteirões, ruas e largos, implantação de edifícios de grande significado e pontos defensivos), para as quatro cidades, apreendeu-se um conjunto de traços comuns que permitem colocar a cidade de São Tomé no quadro das cidades insulares de origem portuguesa.

Referências

- Albuquerque, L., (dir.) (1989). *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Ambrósio, A. (1984). *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Aragão, A. (1979). *Para a História do Funchal, Pequenos Passos da sua Memória*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Barleus, G. (1980). *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, (Tradução de Cláudio Brandão) Recife.
- Brásio, A. (coligida e anotada) (1955). *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, (III, V e VI).
- Caldeira, A. M. (1997). *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé e Príncipe (Séculos XV e XVIII)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Camara, T. B. (1989). Urbanismo Angrense. Da Fundação Quatrocentista à cidade do Renascimento. *Revista do I.C.A.L.P.*, 18, pp. 108-116.
- Carita, Rui (1984). *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)* (pp. 47-73). Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação.
- Cortesão, A. (dir.) (1987). *Portugalia e Monumenta Cartografica*, (reprodução Fac-similada da edição de 1960). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cortesão, A. (1971). *Descobrimento e Cartografia das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*, LXII. Coimbra: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigação do Ultramar.
- Costa, A. A. (1989). Valores permanentes da Arquitectura Portuguesa. *Vértice*, série 19, II.
- Facundes, J. (1990). Ribeira Grande: a Cidade Velha. *Oceanos*, 5, pp. 78-84.
- Fernandes, J. M. (1989). O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico estudo comparativo e de enquadramento histórico-cultural. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (pp. 247-260). Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração da Madeira.
- Fernandes, J. M. (1989). *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fernandes, J. M. (1992). *Cidades e casas da Macaronésia, evolução do território e da Arquitectura Doméstica das Ilhas atlânticas sob influência portuguesa - Quadro Histórico do séc. XV ao séc. XVIII*, (tese de Doutoramento). Lisboa: F.A.U.T.L.
- Fernandes, J. M. (1987). O lugar da cidade portuguesa. In *Povos e Culturas 2 - A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, 2, pp. 79-112.

- Fernandes, V. (1940). *O Manuscrito de Valentim Fernandes*, (Leitura e Revisão de Provas de António Baião). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Gaspar, J. (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra*, IV (8), pp. 198-215.
- Henriques, I. C. (1989). *Formas de Intervenção e de organização dos Africanos em São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Separata nº 51. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 797-831.
- Lima, J. J. L. L. (1844). *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental na China, e na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Matos, R. J. C. (1916). *Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernão Pó*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Murias, M. (1939). *Cabo Verde. Memória Breve*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Pereira, D. P. (1988). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Portas, N. (1995). Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In *Estudos de História de Arte (Homenagem a Artur Nobre Gusmão)*. Lisboa: Veja.
- Ribeiro, O. (1962). *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Ribeiro, O. (1985). *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX: Estudo Geográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Ribeiro, O. (1994). *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rossa, Walter (1995). A cidade portuguesa. In Pereira, P. *História da Arte Portuguesa* (pp. 233-323), (III). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Silva, A. C. (1990). Os fundamentos do povoamento. *Oceanos*, (5), 69-75.
- Silva, F. A. da S. & Meneses C. A. (1984). *Elucidário Madeirense*, Edição fac-símile da edição de 1946. Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, T. M. (1999). *Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares de Origem Portuguesa*. (Tese de Mestrado – texto policopiado), Lisboa: ISCTE.
- Silva, T. M. (1999). Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. In *Actas do Colóquio Internacional A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português – 1415 – 1822* (pp. 247-264). Coimbra: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Silva, T. M. (2011). *A Cidade de São Tomé*. In Fernandes, José Manuel (coord.), *África – Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa* (pp. 37-49). Lisboa: Caleidoscópio.
- Teixeira, M. C., Valla M. (1998). *O Urbanismo Português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tenreiro, F. (1956). *Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação: Separata* (pp. 12-17). Lisboa: publicação da Imprensa Nacional.

Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tomé*. (24). Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.

Cartografia

[Plano da Baía de Ana Chaves, compreendendo a Planta da cidade de S. Tomé e a perspectiva e planta da Fortaleza de S. Sebastião / 1788-1796] [por] João Rozendo Tavares Leote. 440x670mm; In A.H.U., c. m., nº176.

Mapa da Cidade de São Tomé, na ilha do mesmo nome, África, conquistada em Outubro de 1641, por uma esquadra holandesa partida do Recife, autor desconhecido. In Gaspar Barleus, "História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brazil", Recife, 1980.

Planta da Baía de Ana Chaves, Compreende a cidade, a Fortaleza de S. Sebastião e o Forte do Picão de N^a Senhora da Graça, (1646 Dezembro 16), A. H. U. c. m., nº 170.

Planta da Cidade de S. Thomé (ilha de S. Thomé), 1889, escala 1: 5000, in A. H. U., c.i., nº 239.

Planta da Cidade de S. Tomé (1916), escala 1:5000. "Redução feita no grupo de trabalho de Cartografia e Cadastro de S. Tomé e Príncipe em Abril de 1965, da antiga planta da cidade de S. Tomé levantada na escala de 1:1000 no ano de 1916..." Origem: S.C.O.T.R.D.S.T P.

José Manuel Fernandes

Faculdade de Arquitectura
Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

jmfernandesarq@yahoo.com

As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo

Os dois núcleos urbanos do arquipélago de São Tomé e Príncipe tiveram crescimento lento, desde as respectivas fundações proto-quinzentistas. Do ponto de vista urbanístico, seguiram e mantiveram ao longo dos séculos XVI a XVIII um padrão tradicional, dentro do modelo da cidade de origem portuguesa da fase medievo-renascentista. O núcleo central da cidade de São Tomé foi estruturado nas edificações de suporte das essenciais funções civis e religiosas (Torre do Capitão, depois possivelmente originando o actual Palácio do Governo; igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, sucessivamente reconstruída, a poente da torre, e junto à ribeira; e a igreja e hospital da Misericórdia, entre a torre e a baía). Os edifícios principais da cidade reflectiam no século XIX a sua singeleza urbana; encontram-se igualmente algumas arquitecturas representativas de Novecentos, desde obras do Modernismo dos anos 1930-40 à Arquitectura Moderna dos anos 1950-60. Santo António tem traçado regular (talvez pela reforma urbana da época pombalina), que inclui uma praça central (com câmara e a torre da antiga igreja matriz), a rua do Rosário, ligada à praça (com a igreja do Rosário, no extremo sul); e ainda uma outra praça ajardinada, litoral, a norte.

Palavras-chave: cidade de São Tomé, arquitecturas séculos XVI, XVII e XVIII, arquitecturas século XIX, arquitecturas século XX, cidade de Santo António do Príncipe

Both urban structures of São Tomé and Príncipe islands, in Guinea Gulf, had a slow developmet through history. Founded in the 16th century, they kept until the 18th century a traditional urban pattern, within the Portuguese colonial overseas city type, based on a medieval-renaissance mixed model. The central area of the city of São Tomé, in São Tomé island, includes the main supporting functions, civic and religious (Goverment Palace, Parish Church/Cathedral, former Misericórdia hospital building). The remaining 19th century buildings of São Tomé city are simple in design and expression, in an adequate manner to the city ambience; we can find there also some representative buildings from the 20th century, namely form Modernism period (1930s to 1940s) and from Modern Movement architecture (1950s to 1960s). Santo António city, in Príncipe island, presents an urban regular grid pattern, (perhaps dating from the mid-18th century Pombaline reform), ans includes a central square (with the city hall and the tower of the former parish church), the Rosário street, connected to the square (with Church of Rosário at the extreme South side), and another small gardened square, by the coast line, to the North.

Os povoados e as cidades da ilha de São Tomé e da ilha do Príncipe

Para além da cidade de São Tomé, na ilha homónima o povoamento e ocupação secular não geraram mais nenhum núcleo com carácter verdadeiramente urbano – apenas povoações de pequena dimensão, na maioria dos casos, litorais. Estas constituíam breves povoados, implantados ao longo das costas oriental e ocidental, e ligados a percursos de crescimento e de conexões viárias irradiando de norte para sul, ou seja, a partir da cidade.

Igualmente, na ilha do Príncipe, apenas a cidadezinha única, de Santo António, atesta a ocupação primeva e primeira urbanização da ilha.

Estas cidades de São Tomé e de Santo António, os dois núcleos urbanos únicos do arquipélago de São Tomé e Príncipe, tiveram crescimento lento, desde as respectivas fundações proto-quinhestas. Do ponto de vista urbanístico, seguiram e mantiveram ao longo dos séculos XVI a XVIII um padrão tradicional, dentro do modelo da cidade de origem portuguesa da fase medievo-renascentista.

Assim, a implantação urbana fez-se no litoral, com a principal ocupação construída à volta de uma baía (ou mais exactamente frente a ela, no caso de Santo António), e com o seu eixo estruturante paralelo ao mar (embora no Príncipe, mais alongada para o interior); em ambas as localidades desenvolveu-se uma malha constituída por largos, arruamentos e quarteirões, sensivelmente em retícula, mas sem deixar as habituais formas adaptativas e “orgânicas”.

A cidade de São Tomé: urbanismo, evolução, estrutura

O povoamento da ilha de São Tomé começou após a sua doação pelo rei a João de Paiva, em 1485, a que se seguira-se outras donatarias reais, como atrás referido.

Os colonos iniciais vieram, em 1494, como incentivo à plantação de cana-de-açúcar, que se expandiu até ao século XVI. Mas houve desde logo dificuldade de povoamento da ilha, que se reflectiu na lenta urbanização da sua única cidade – devendo a implantação e edificação da urbe de São Tomé ter-se iniciado por volta de 1500. Tal dificuldade pode ler-se nos constantes privilégios concedidos por D. Manuel á Confraria e Misericórdia de Nossa Senhora da Graça, em 1519. O rei D. João III outorgou a Carta de Foral à povoação de São Tomé em 1524, e, com a instauração da Diocese de São Tomé, procedeu à elevação do povoado a cidade, em 1535, por Carta Régia de 22 de Abril.

Sigamos a análise histórico-urbana de Teresa Madeira (in AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 366-367): O aglomerado inicial deve ter prosperado assente quer nos engenhos de açúcar, quer nas actividades portuárias e de tráfico. O singelo núcleo central cedo se definiu, estruturado nas edificações de suporte das essenciais funções civis e religiosas (Torre do Capitão, depois possivelmente originando o actual Palácio do Governo; igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, sucessivamente reconstruída, a poente da torre, e junto à ribeira; e a igreja e hospital da Misericórdia, entre a torre e a baía).

O processo de crescimento e expansão urbana prosseguiu possivelmente, com o aumento da população, na direcção poente, a par da costa, criando-se aí um outro pólo de carácter mais mercantil, pontuado pela Alfândega e pela Feitoria. Um rua longa, paralela à baía, ligava o pólo cívico-religioso da Matriz, Torre e Misericórdia com o núcleo comercial: era a “Rua Grande” da planta de João Rozendo Tavares Leote (de 1788-1796), a qual corresponde à inevitável e estruturante “rua direita” das cidades de matriz portuguesa.

Este crescimento, assente numa estrutura de tipo linear, alongou-se progressivamente, envolvendo toda a baía de Ana Chaves: a nascente, com a fortaleza de São Sebastião a fechar o arco, na sua extrema; e a poente, com a edificação de vários edifícios públicos, como a igreja de São João e a da Conceição.

Com o avançar da urbanização, esta deu lugar à definição de uma pequena malha grosseiramente reticulada, central, que irradiou a partir da antiga praça da Alfândega e da do Mercado. Luís da Silveira (vol.II, pp. 172-173), na sua obra monumental, refere que segundo

...Caldas, na ‘Notícia Geral...’, a cidade dos fins do século XVIII seria assim: a cidade assenta sobre uma pequena planície que terá de comprimento oitocentos passos e de largura pouco mais de duzentos e cinquenta: a direcção das ruas e situação das Casas guardam muito pouca ordem; são estas todas de madeira, e muito poucas cobertas de telha.

Em 1557 havia entre 600 a 700 fogos na cidade, e em 1566 iniciou-se a construção da fortaleza de São Sebastião, tendo sido a cidade atacada em 1567 por corsários franceses que a saquearam. Em 1574 os angolares que povoavam o sul da ilha atacaram também a cidade. Implantado na proximidade da cidade, a nascente, um segundo (e pequeno) forte, de São Jerónimo, foi edificado por Filipe I, em 1613 (restaurado em 1801, aquando das guerras napoleónicas).

O crescimento urbano foi como se disse lento, pautado por sucessivas crises económicas, sociais e políticas, e correlativas fases de decadência, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Em termos de implantação geográfica, a estrutura urbana da cidade de São Tomé acompanhou de forma linear, alongada, a suave curvatura da baía de Ana Chaves. A mais importante cidade destas ilhas era em 1814, segundo Avesac, *...alegre e agradável, com arruamentos amplos e asseados, sem árvores, e formados por cerca de 900 casas, quase todas de madeira, mal trabalhada mas boa e forte, e cobertas por telhas fabricadas na ilha do Príncipe.* (cf. Galvão, 1951). Aquele autor descrevia seguidamente as igrejas, a antiga casa do governador, a câmara e cadeia, a alfândega, todas em pedra - além de referir o mercado.

Conhecem-se diversas plantas da baía de Ana Chaves, nomeadamente, as datadas de 1844, 1888, 1916 e 1918 (cf. Silveira, s/d, Vol.II). Uma vista da cidade, em 1883, mostrava a simplicidade das casas existentes no núcleo edificado, sendo poucas com dois pisos (Ambrósio, 1984).

São Tomé apresenta de facto, nesta fase, que perdurou até recentemente, uma

malha urbana aproximadamente reticulada, disposta frente à linha costeira. As modernizações sucessivas, quer pela expansão para novas áreas citadinas, quer pelo novo edificado, não vieram no essencial alterar a sua forma urbana estruturante, bem como a localização dos principais equipamentos públicos. Desde o seu centro, onde conflui a linha de água local (Ribeira Água Grande), e onde se situam, como se referiu, a Misericórdia, o Palácio do Governo e a Sé Catedral, junto ao mar, seguem-se: para nascente, a igreja do Bom Despacho, e a Fortaleza de S. Sebastião; para poente, ficam o largo da Alfândega, o mercado, a igreja e bairro da Conceição, e a igreja e bairro de S. João (ver cartografia in AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 364-365).

Para o sector nascente da cidade, e bordejando a linha de costa, virada a norte, foi-se desenvolvendo a urbe nos meados do século XX, com base num plano e respectivo “zonamento”, característico do centralismo programado do espaço colonial português (cf. Silveira, vol.II, est. 263, à p. 178), que incluiu um bairro social, com casinhas térreas (antigo bairro “Salazar”, actual 3 de Fevereiro), e os equipamentos públicos como o liceu (antiga Escola Técnica Silva Cunha).

Arquitecturas na cidade de São Tomé

Obras providas dos séculos XVI, XVII e XVIII

Podem mencionar-se, dentre os edifícios e monumentos da cidade mais representativos de Quinhentos, Seiscentos e de Setecentos, algumas igrejas e capelas, bem como fortificações. Porém, dado o acidentado processo histórico da ilha, a maior parte destas obras ou entrou em ruína ou foi reconstruído, perdendo em muitos casos, o carácter e o estilo e desenho originais.

Destaquem-se, em termos de arquitectura militar, as fortificações: de São Sebastião, com planta quadrangular e quatro baluartes, definindo um pátio central com expressão arquitectónica muito densa e original, iniciada em 1566, e possivelmente reiniciada em 1575 (após a revolta dos Angolares em 74, e do ataque dos corsários franceses em 69), constitui o actual museu da cidade; a de São Jerónimo, cerca da Praia Pequena (de 1613-14, reconstruído em 1801), uma simples construção murada, hoje muito arruinada; e o forte de São José, que foi situado no extremo urbano ocidental, na Ponta de Cabo Verde, em 1756, e actualmente praticamente destruído.

No que respeita às igrejas, pode mencionar-se a Matriz de Nossa Senhora da Graça, actual Sé, que teve fundação ainda com D. Manuel, na última década de Quatrocentos (ou em 1504), e depois sucessivamente reconstruída, por D. Sebastião em 1576-78, em 1814, por iniciativa local (possivelmente na sequência das guerras napoleónicas, e das destruições eventualmente então causadas); e, finalmente, reconstruída cerca de 1939 pelo governador Vaz Monteiro (ou mais tarde, em 1956), quando, aproveitando elementos oitocentistas, ou até anteriores, deu lugar a um templo de gosto ecléctico-revivalista, de frontaria em tom Neo-Românico, como se lê no portal de arco redondo, nos arcos duplos e triplos do piso superior e das duas torres; embora permanecendo fiel ao modelo de igreja duplo-torreada, com dois coruchéus e fachada em “H”, muito enraizado nacionalmente, o seu valor arquitectónico geral é escasso.

De facto, em postais de 1915 e de 1928, a fachada da Matriz apresentava uma feição classicizante, mais modesta, com três portais de frontão triangular, cinco vãos de arco perfeito no piso superior, e as duas torres, apenas com um andar, de cada lado do frontão central triangular (cf. Loureiro, 1999, p. 38 e p. 31). Embora os volumes externos da capela mor e anexos se tenham mantido com aquela anterior feição classicizante, a frontaria adoptou o gosto revivalista referido (possivelmente nas remodelações dos meados de Novecentos), algo deslocado. O interior apresenta as paredes da nave e da capela mor revestidas a azulejos policromos (ou da primeira metade do século XX, ou de meados), provavelmente correspondendo à mais recente remodelação do templo.

Outras igrejas, de menor importância, foram erigidas na cidade: a da Conceição, a poente do núcleo comercial, abrindo para vasto terreiro, com torre única, encimada por coruchéu piramidal telhado, adossada a uma singela nave – que, erigida por D. Manuel entre 1495 e 1521, foi reedificada em 1719 e possivelmente, de novo, mais recentemente (em postal de 1910 a torre era mais baixa, e o portal apresentava lintel recto, cf. Loureiro, 1999, p. 22); a igreja de São João, antes de São João Baptista, inicialmente edificada em 1562, também a poente da cidade; a igreja de Bom Jesus, frente à marginal da cidade, a nascente da Misericórdia (hoje o Tribunal), dotada com original corpo de planta octogonal (nave centrada e torre lateral adossada, ambas octogonais, sendo o correspondente interior octogonal da nave revestido a azulejos do século XX), que permanece a de mais interessante arquitectura da cidade, possivelmente sob um padrão formal seis-setecentista (com restauro nos anos 1930, cf. lápide na fachada da torre); e a capela do Bom Despacho, litoral, a nascente da anterior, muito modesta mas de linhas equilibradas, fundada cerca de 1617. De referir ainda a capela de São Sebastião, no interior da fortaleza homónima, erigida em Seiscentos, e uma “igreja de Santo António”, que, localizada a sul da cidade, poderia ter correspondido a antigo convento franciscano (cf. postal de 1905, in Loureiro, 1999, p. 36) – com torre lateral encimada por coruchéu, e fachada com três arcos perfeitos, ao modo típico dos franciscanos.

Uma obra merece referência singular: a Igreja da Madre de Deus, que constitui talvez o mais relevante testemunho do período classicista na ilha. Trata-se de uma edificação isolada, situada nos arredores da cidade de São Tomé (na estrada para sudoeste), possuindo uma rara fachada com elementos de feição renascentista italianizante, com peças esculturais em pedra, denunciando as prováveis origens quinhentistas. Embora no seu conjunto constitua uma obra modesta, destaca-a o delicado portal, em pedra branca, de frontão recto sobre arquitrave com duas colunas coríntias, que exhibe os dois medalhões figurativos. No interior a nave apresenta elementos com superfícies azulejadas. Foi restaurada, no período de 1961-1969, no âmbito de uma “missão” oficial, pelo arquitecto Luís Benavente.

Arquitecturas do século XIX

Os edifícios principais da cidade reflectiam neste período a sua singeleza urbana: a Sé, com se disse, era um modesto edifício de frontão triangular, ladeado por duas torres, em meados do séc. XIX, conjunto formal que terá perdurado até aos anos

1950 – quando a fachada foi remodelada, sendo as torres alteadas. As outras igrejas e as fortalezas da cidade datavam de épocas anteriores, como se referiu atrás. As arquitecturas mais correntes, de habitação e de lojas comerciais, tipificavam-se no modelo dominante, apresentando dois pisos e avarandados cobertos e corridos, sobre a fachada – os quais ainda hoje são visíveis nos quarteirões da área mais central da urbe.

Podem destacar-se alguns imóveis públicos que tiveram uma expressão claramente oitocentista, depois transformada. É o caso do Palácio do Governo, o qual surge num postal de 1910 como uma mansão urbana tipicamente classicizante, de corpo em “L” com os vãos seriados, de desenho em arco perfeito, sendo o edifício encimado por uma platibanda decorativa corrida (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 20). A sua remodelação (talvez nos anos 1940-50?), que deve ter incluído uma ampliação, seguiu um modelo de feição mais neo-clássica e monumentalizante, com a aposição de um frontão triangular sobre colunas, ao corpo precedente - o qual por sua vez parece ter recebido um ático ou sótão superior, marcado por janelas semi-circulares. Uma longa arcaria, em dois pisos, foi também introduzida do lado sul do corpo edificado mais antigo (cf. *Património...*, 2010, p. 370).

Igualmente, o edifício que serviu para sede dos Correios (actual Tribunal), que foi a antiga Misericórdia, apresentava uma expressão oitocentista, com os habituais vãos de arco redondo no piso térreo, em postal de 1915 (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 24). A Câmara Municipal, por certo igualmente uma construção de desenho ou remodelação oitocentista, surgia em postais de 1905 e de 1915, com dois pisos, sendo os seus vãos alinhados, todos com lintel recto - e estava encimado por uma balaustrada decorativa (cf. postais, Loureiro, 1999, p. 35 e p. 25).

Também as construções inspiradas no tipo do “chalet” de Centro-Europa proliferaram na cidade, com os seus elementos em madeira recortada. Vejam-se três exemplos, entre muitos: o edifício na rua Mateus Sampaio, coroado por um corpo de dois pisos com cobertura de inclinação acentuada, em quatro águas, com sanca rematada em madeira recortada (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 36); a Alfândega e Ponte, com um corpo central de cobertura sanqueada e recorte decorativo em madeira (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 37); e ainda a Estação Telegráfica / Cabo Submarino, que deve ter correspondido a um modelo internacional, de cariz industrial (o edifício homólogo em Benguela, de 1889, actual Centro Universitário, é muito semelhante), com um volume compacto de dois pisos, dotado com longas faixas horizontais persianadas, móveis, e de cobertura em madeira com sistema de ventilação sobrelevada, rematada por uma fiada de telha decorativa (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 35).

Já o edifício do antigo Banco Nacional Ultramarino (na antiga Praça da República/depois Praça de Portugal) – actual Banco Internacional de STP, na Praça da Independência - tem uma expressão mais vernácula, em parte por inspiração dentro da ideia da “Casa Portuguesa”, ou “À Antiga Portuguesa” que grassou no país no primeiro quartel do século XX, com longas galerias avarandadas cobertas, em dois pisos, encimados por um portentoso frontão curvo de linhas barroquizantes (cf. postais, Loureiro, 1999, p. 44 e p. 27). Já existia possivelmente em 1915, data atribuída

a um dos postais mencionados.

Arquitecturas do século XX

A urbanização ensaiou alguma nova perspectiva de planeamento, de que é exemplo o já mencionado “Plano de Urbanização de São Tomé e esboço do Ante-plano de Santo António” - tentativa de modernização das duas cidadezinhas, dentro do modelo internacional (corrente nos anos de 1940-50), da “garden-city” - com uso das alamedas arborizadas, das rotundas viárias, dos loteamentos espriados e unifamiliares, etc. Estes planos, sempre centralizados em Lisboa, ficavam-se muitas vezes pela intenção, na fase de Ante-plano - com difícil, pouca ou nenhuma implementação prática; mas, neste caso, parece ter sido bastante seguido, ou pelo menos inspirador dos traçados urbanos mais recentes da cidade (Silveira, vol. II, est. 263, à p. 178).

A arquitectura realizada na cidade de São Tomé nesta fase, em geral, apresenta características mais discretas e de simplicidade, em comparação com a dos vastos territórios afro-lusos a sul do Equador. Constituindo uma pequena cidade litoral, de estrutura urbana histórica, consolidada e com expressão dominante oitocentista, exibindo por isso um conjunto coeso de quarteirões centrais amplamente preenchidos pela arquitectura tradicional (os chalets, os avarandados e cobertos de dois pisos, etc.), como vimos - a cidade de São Tomé também inclui alguns edifícios e conjuntos urbanos representativos do século XX, cujo valor ou originalidade merecem, no seu todo, um destaque.

Assim, nesta cidade, e edificadas olhando sobretudo a suave baía de Ana Chaves, encontram-se algumas arquitecturas representativas de Novecentos, desde obras do Modernismo características dos anos 1930-40 em Portugal, à Arquitectura Moderna dos anos 1950-60. Mas a dominante é a dos edifícios tradicionais, sucessivamente alterados e modernizados, já referidos - como a Sé de São Tomé, num revivalismo neo-românico simplificado (analogamente a outras igrejas luso-africanas desta época), e o simbólico Palácio do Governo, também de feição classicizante, que foi muito alterado e modernizado ao longo das décadas.

A Capela do Bom Despacho e a igreja da Madre de Deus (esta, nos arredores da cidade, com um raro portal de feição classicizante, com elementos esculturais em pedra branca), edifícios com origem Quinhentista, foram restauradas, cerca de 1961-69, no âmbito de uma “missão” pelo arquitecto Luís Benavente, técnico da DGEMN destacado para o Ministério do Ultramar.

Na Marginal da baía, encontram-se exemplos de arquitectura pública e equipamental, como é o caso da “Escola de Artes e Ofícios”, de elementar desenho modernista, ou como a antiga piscina “Miramar”; de mencionar ainda, neste grupo, o lúdico “Clube Náutico”, entre a marginal e mar, com piscina e torre de saltos (obra anterior a 1966, encontrava-se muito arruinada em 2001). Refira-se ainda a “Casa de Repouso Salazar”, que constitui a expressão de uma transição modernista-tradicional, com avarandados sobre a fachada.

O “Bairro Residencial” 3 de Fevereiro, antigo Bairro Salazar, de moradias térreas com alpendre em arcos “à portuguesa” e cobertura com beiral tradicional, urbanizou parte significativa da prevista área de expansão urbana, a nascente da cidade antiga,

e arquitectonicamente acusa outra tendência desse tempo: a de copiar para o Ultramar o modelo do bairro social da Metrópole, com expressão unifamiliar e ruralista (Galvão, 1951, pág. 370-a). Um outro bairro de moradias, mais modesto e recente, é o Bairro ex-Marcelo Caetano, de implantação perto do litoral, a poente do núcleo existente. As casas, alinhadas ao longo da via marginal, exibem a sua cobertura de quatro águas, também com feição tradicional.

No espaço de transição entre o centro da povoação e a área de expansão urbana da primeira metade do século XX, situam-se dois imóveis modernos, isolados e impressionantes, cada um dentro de um gosto arquitectónico específico. Por um lado, com escala monumental e expressão de base modernista, refira-se o antigo cinema “Império”, que continha 1000 lugares, situado na rotunda a nascente da parte da povoação mais “histórica” (possivelmente dos anos de 1950, restaurado cerca de 2000, e constituindo actualmente o Cine-teatro Marcelo da Veiga) (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 369). Por outro lado, a norte do anterior, e abrindo sobre a Marginal e a baía de Ana Chaves, está o edifício da actual Companhia Sãotomense de Comunicações, já de feição moderna, que corresponde ao imóvel dos CTT e de Informação e Turismo, inaugurado em 1965, com corpo de desenho rectangular e interessante grelha geométrica decorativa na fachada (*Diário da Manhã*, 1966, nº12599, p. 105, e cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 369). Segundo a informação por Ana Vaz Milheiro, de 2012, que agradecemos, constitui uma obra fruto do projecto de José Pinto da Cunha (1921-2007) e José Pereira da Costa (1923-1976), desenvolvido em Luanda entre 1957 e 1962.

Na área marginal virada a nascente, que se insere no sector da expansão urbana novecentista, com frente para a avenida da Armada, destaca-se o conjunto, com certa escala, do edifício da antiga Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu Nacional, seguindo as linhas habituais, com expressão equilibrada entre o tradicional e o moderno, de vários outros liceus ultramarinos portugueses: um pórtico central, sobre-elevado e central, apresenta de cada lado duas alas longas, de desenho racional em dois pisos, com vãos modulados, corredos e sequenciais (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 368-369). É baseado no projecto por Lucínio Cruz (1914-1999), dos anos 1950, segundo Ana Vaz Milheiro, cf. info. de 2012.

Além do mercado da cidade, implantado na sua área central (sendo obra da fase modernista, anterior a 1966), refira-se ainda o Centro Diocesano junto à Igreja da Conceição (esta reconstruída em 1947), inaugurado em 1972. De expressão moderna, mas também singela, é a gare do aeroporto de São Tomé (Galvão, 1951, II vol.), de uma relativa dimensão e imponência.

Persistem nos quarteirões da área central da cidade inúmeras edificações de habitação e comércio, em geral com dois pisos, de origem oito ou novecentista, com feição e sistema construtivo tradicional – apresentando fachadas de alvenaria, pintadas, vãos seriados, avarandados corredos, por vezes cobertos e protegidos com persianas e rótulas (cf. AA.VV., *Património...* 2010, p. 368). Noutras áreas urbanas, mais periféricas, implantam-se ainda várias casas do tipo comumente designado “colonial”, com um piso, coberto por amplo telhado de telha de tipo “Marselha”, e de

frontarias envolvidas por avarandado coberto. É exemplo a actual Embaixada de Portugal, na avenida da Armada, esquina com a avenida Engenheiro Rebelo de Andrade (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 370).

Os monumentos aos navegadores e descobridores portugueses eram inúmeros, e estavam, até à independência de São Tomé e Príncipe, presentes nas várias e principais praças da cidade, de forma celebrativa e marcante - tendo sido mais tarde reunidos, vários deles, em frente à Fortaleza de São Sebastião. Mencionem-se alguns deles: a Pero Escobar, na praça do antigo Banco Nacional Ultramarino, na marginal; a João de Santarém, implantado noutra praça urbana; a João de Paiva, situado frente ao antigo estádio Sarmiento Rodrigues, na saída sudeste da urbe; e ainda os monumentos a Vasco da Gama (entre a antiga Sé e a ex-Misericórdia, num larguinho arborizado junto à marginal, consistindo numa espiral ligando a esfera armilar à cruz), e o das Comemorações Henriquinas de 1960, igualmente na Marginal, à semelhança do caso de Bissau (baseado numa ecultura-tipo concebida por Severo Portela, de Torres Novas).

Fora da cidade de São Tomé, na restante área da ilha, refira-se a igreja de Santana, reconstruída em 1940, a igreja de Nossa Senhora de Fátima do Bombom, inaugurada em 1965, e a capela da (actual) Roça Agostinho Neto, restaurada em 1954.

A Cidade de Santo António, na ilha do Príncipe - estrutura e arquitecturas

A cidadezinha de Santo António, de fundação quinhentista, foi capital das ilhas desde meados de Setecentos até 1852, quando esse estatuto regressou a São Tomé. Em termos de desenho urbano exhibe uma malha simples, centrada num terreiro com alguns arruamentos convergentes, frente à baía, havendo plantas de 1814, de 1880, de 1888, de 1894 e de 1918 - para além de gravura de 1845, tirada do mar, com as castiças casas de construção tradicional portuguesa e a impressionante montanha equatorial em fundo (cf. Silveira, vol. II).

Duas fortificações, hoje desaparecidas, protegeram a baía de Santo António: na costa a nascente da cidade, a da Ponta da Mina; e outra, na extrema oposta, do lado oeste da baía, frente ao ilhéu Santana. Conhece-se ampla documentação sobre a fortaleza da Ponta da Mina, edificada depois do estabelecimento de uma alfândega no Príncipe, em 1695, e reconstruída em 1809, no quadro do conflito napoleónico (*A Engenharia...*, 1960). Está representada numa gravura inglesa de 1727. A fortaleza, era constituída por duas partes, uma mais acima (“Bateria Real”) da outra (“Bateria do Príncipe”). Cunha Matos descreveu-a, em 1815, e sobre ela versou um relatório pelo Tenente Conceição e Sousa, de 1879. Há fotografias dos meados de Novecentos, e uma notícia recente de descoberta das suas ruínas (um recinto murado, de planta rectangular, com um pórtico encimado por duas volutas barrocas).

A povoação propriamente dita apresenta ainda hoje um traçado regular (talvez com origem numa provável reforma urbana da época pombalina), com uma retícula que inclui: uma pequena praça, central (com a câmara e a torre da antiga igreja matriz); a rua do Rosário, ligada à praça no sentido sul-norte (com a igreja do Rosário

no extremo sul); e ainda uma outra praça ajardinada, a norte, junto ao mar).

Duas ruas, a de Santo António e a dos Prazeres, também rectas e perpendiculares à rua do Rosário, deveriam ligar a área do antigo Hospício de Santo António (onde se implantavam também o mercado, a antiga Alfândega e o Palácio do Governador, a poente, do lado do acesso ao cais), com o referido jardim e com o sector a nascente da povoação, onde se situava a praça de Nossa Senhora dos Prazeres (onde se situa hoje a igreja Evangelista). Todo o conjunto urbano, muito modesto, encontra-se actualmente muito decadente e arruinado.

Nesta pequena urbe, mencionemos a igreja de Nossa Senhora do Rosário, singela, com remate em frontão triangular e torre única encimada por coruchéu (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 360-361). A igreja de Nossa Senhora da Conceição, de 1943, com uma só torre, lateral, é de feição quase vernácula, seguindo as formas tradicionais eclesiais.

Refiram-se com algum detalhe algumas construções históricas da cidade, mais relevantes, dentre os equipamentos e infraestruturas: o imóvel da Administração do Concelho, o qual se implanta na praça central do núcleo histórico, entre a marginal à baía e a igreja do Rosário. Constituindo um característico casarão de expressão oitocentista, com os vãos seriados na fachada, e estrutura tradicional em alvenaria rebocada e caiada (cf. Loureiro, 1999. p. 94). O imóvel pode ser o resultado da iniciativa de edificação da sede concelhia de que há notícia, ocorrida nos anos de 1890, com projecto de 1897; o Edifício da Polícia e do Tribunal do Príncipe (em 2001), situado à entrada da cidade, a poente. De desenho sete-oitocentista, apresenta um corpo térreo sobreelevado, de original composição, simétrica, com portal central, rebaixado, dando acesso ao alpendre semi-interior - além de dois volumes laterais com dois vãos de lintel curvo cada (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 362); o Antigo Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, erigido no largo fronteiro à baía, a norte - obra de expressão oitocentista, com dois pisos, tendo vãos de arco perfeito no térreo e com lintel curvo no superior. No seu topo norte, abre-se no andar superior um avarandado coberto, com arcaria, em betão armado, correspondendo a uma galeria coberta no térreo; o Edifício do Secretariado Regional (em 2001), uma elegante construção de tipo residencial, com expressão oitocentista, apresentando um volume térreo, envolvido por avarandado coberto, apoiado este em finos pilares de madeira. A cobertura, ampla, em telha tipo “Marselha”, prolonga-se sobre os ditos avarandados, com o beiral debruado por sanca feita de peças corridas, moduladas, com motivos ornamentais recortados - ao gosto do *chalet* romântico; o Edifício dos Correios (em 2001), o qual é do tipo térreo e envolvido por avarandado coberto, este apoiado em pilares finos, tal como o imóvel do “Secretariado Regional”; e, finalmente, a edificação de tipo colonial, de linhas elegantes (restaurado antes de 2001), um imóvel térreo, ligeiramente sobreelevado, que ostenta as fachadas em madeira, bem como os avarandados cobertos, apoiados em finíssimos pilares, tendo a cobertura superior com amplas águas revestidas a telha do tipo Marselha. As guardas das varandas e o muro envolvente da construção são edificados em betão (pintado de branco), recortados e modulados com o motivo da Cruz de Cristo

(cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 363). Existem de resto outras edificações na cidade, dentro deste tipo residencial térreo, com características oitocentistas coloniais, com as varandas fronteiras à casa, cobertas e apoiadas em pilares – nomeadamente na área marginal central e a poente.

De uma fase possivelmente mais recente são outras edificações em Santo António, que podem aqui ser destacadas: a que serve actualmente como Centro Cultural Português, e que deve ser originalmente da fase modernista (anos 1940?), constituindo uma edificação térrea, simples, que foi anteriormente escola e prisão, e que recebeu recuperação pela Câmara Municipal de Oeiras em 2009 (ao abrigo dos acordos de geminação de 1997), com projecto por Pedro Carrilho, Nuno Couto e Gonçalo Pestana; e a mais popular Pensão Residencial *Palhota*, obra análoga ao tipo de moradia unifamiliar, de expressão tradicional-modernizada, próprio dos anos 1950 em Portugal. Deve ter estrutura em betão armado, apresentando dois pisos, com alpendre e varanda de gaveto, tendo os seus vãos molduras com planos verticais salientes e de corte oblíquo, ao modo da época.

De assinalar ainda o antigo Palácio de Maria Correia, de dois pisos com nove vãos na fachada, arruinado há muito, segundo Nascimento (2010), e a construção do Bairro Dr. Bruto da Costa (médico que eestudou a localmente disseminada doença do sono), de 1960. A urbe recebeu, à semelhança de outras em África, um Padrão Henriquino, em 1960, por ocasião das comemorações da morte do Infante Dom Henrique.

Referências

AA.VV., *Património de Origem Portuguesa no Mundo* (cord. José Mattoso) / vol. *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico* (coord. José Manuel Fernandes / Filipe Themudo Barata), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 e versão em inglês:

AA.VV., *Portuguese Heritage Around the World* (coord. José Mattoso) / vol. *Africa, Red Sea, Persian Gulf* (coord. José Manuel Fernandes / Filipe Themudo Barata), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

AA.VV., *São Tomé e Príncipe, Cidades, Território e Arquitecturas*, Lisboa, ed. autores, (em preparação, 2012).

Actas da Câmara de Santo António da Ilha do Príncipe (1970). Câmara Municipal de Santo António, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Ambrósio, António (1984). *Subsídios para a História de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Documentação, álbuns e cartografia, São Tomé (recolha em 2001).

Azevedo, J. Lúcio de (1947). O Império do Açúcar. In *Épocas de Portugal Económico* (pp. 215-287). Lisboa.

Callixto, Vasco (1992). *Viagem a S.Tomé e Príncipe. Encontro com o Equador*. Lisboa: ed. Autor.

- Carta de S. Tomé / levantamento aerofotogramétrico / 1958*, esc. 1/25.000, em 5 folhas, Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Arquivo Histórico de São Tomé.
- Carta do Príncipe / 1962*, em duas folhas, esc. 1/25.000, Arquivo Histórico de São Tomé.
- Clarence-Smith, W. G. (1985). *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press.
- Corografia Histórica das Ilhas de S.Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó* (1916). São Tomé. (ver Matos...).
- Cortejo Histórico de São Tomé e Príncipe* (1970 (1470)). Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Descobrimento das Ilhas de São Tomé e Príncipe.
- Diário da Manhã* (1966). nº12599, p. 105.
- Diário da República* (2002). São Tomé e Príncipe.
- (A) *Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno* (1960). (catálogo de exposição, coord. pelo General Luís da Câmara Pina). Lisboa.
- Fernandes, José Manuel (1996). Luís Benavente e as Fortalezas de África. revista *Oceanos*, 28.
- Fernandes, José Manuel (2001). *As Roças de São Tomé e Príncipe. Valor Urbanístico e Arquitectónico*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Escravidura e Mudanças Culturais*, Évora, 29/11/2001.
- Fernandes, José Manuel (2005). *As Roças de São Tomé e Príncipe. Valor Urbanístico e Arquitectónico*. In José Manuel Fernandes, *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa* (pp. 37-53), Lisboa: Caleidoscópio.
- Fernandes, José Manuel & Janeiro, Maria de Lurdes (2001). *A Cidade na África Portuguesa, Século XIX – Primeira Parte*. In *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português: 1415 – 1822, Actas* (pp. 841-853) (coord. Walter Rossa, Renata Araujo e Hélder Carita), Lisboa, C.N.P.C.D.P..
- Galvão, Henrique & Selvagem, Carlos (1951). *Império Ultramarino Português. Monografia do Império. vol. II*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Henriques, Isabel Castro (coord) (s/d (2001)). *Lugares de Memória da Escravidura e do Tráfico Negroiro - Comité Português de "A Rota do Escravo"*. Lisboa.
- História das Ilhas de São Tomé e Príncipe* (1974). Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe.
- Lima, J. J. Lopes de Lima (1884). *Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental na China, e na Oceania*. Lisboa.
- Loureiro, João (1999). *Postais Antigos de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ed. autor.
- Luís Benavente Arquitecto* (espólio profissional nos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo), 1996 (caixa sobre São Tomé e Príncipe, doc. fotográfica sobre a baía de Ana Chaves).

- Luís Benavente Arquitecto* (Catálogo de exposição), Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa, 1997 (coord. de José Manuel Fernandes).
- Matos, Artur Teodoro de (coord.) (2005). *A Colonização Atlântica*. In Serrão Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III, tomo 2. Lisboa.
- Matos, Raimundo José da Cunha de (1916). *Corografia Histórica das Ilhas de S.Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó*. São Tomé: Imprensa Nacional.
- Missão Geodésica de São Tomé e Príncipe / Reconhecimento da Ilha de São Tomé / 1916 a 1918 / com coordenação de cartas anteriores, estudos e plantas por E. Campos, M. Guedes, A.Cortezão, Poças Leitão, B.Faro, A.Azancot, Álvaro Martha, H.Macedo, Gago Coutinho, etc, esc.1/50.000*, original da colecção de Olga Igésias Neves.
- Nascimento, Augusto (2010). *Histórias da Ilha do Príncipe*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Neves, Carlos Agostinho das (1989). *S. Tomé e Príncipe na Segunda Metade do séc. XVIII*, Funchal, Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Lisboa, Instituto de História de Além Mar.
- Plano Hidrográfico da Ponta de São Sebastião na Baía de Ana Chaves levantado pela Missão Hidrográfica ao serviço do Conselho de Administração do Portos e Viação” / 1916*, esc. 1/1000, Arquivo Histórico de São Tomé.
- Projecto de um Caminho de Ferro Eléctrico na Ilha de São Tomé, mandado estudar por um grupo de proprietários* (1904). por Arthur Koppel, de, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Ribeiro, Manuel Ferreira (1877). *A Província de S. Thomé e Príncipe e suas Dependências*. Lisboa.
- Riley, C. (1998). Ilhas Atlânticas e Costa Africana. In Bethencourt, F., Chaudhuri, K. (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (pp. 137-162), vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- São Tomé e Príncipe. Olhar o Futuro* (2006). Lisboa: Caixa Geral de Depósitos, SGE Mediateca.
- São Tomé e Príncipe. Pequena Monografia* (1969). Agência Geral do Ultramar.
- São Tomé* (1966) Câmara Municipal de São Tomé.
- Alves, Carlos Castro (2008). *São Tomé. Ponto de Partida*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor e Publicações Chaves Ferreira-ONGD.
- Silveira, Luís da (s/d, 1956). *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Síntese Monográfica de São Tomé e Príncipe* (1973). Agência Geral do Ultramar.
- Sociedade de Geografia de Lisboa, Documentação e cartografia (conforme identificada no texto).
- Tavares, Miguel Sousa (2005). *Equador Ilustrado. Edição limitada ilustrada com postais da época*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Tenreiro, Francisco (1956). *Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta*. Praia.

Tenreiro, Francisco (1956). *As Ilhas de São Tomé e Príncipe e o Território de São João Batista de Ajudá*.

União Nacional de São Tomé e Príncipe (1948). Imprensa Nacional da Colónia de São Tomé e Príncipe.

Ana Vaz Milheiro

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Dinâmia-CET, Portugal

Departamento de Arquitectura

Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

avmilheiro2@gmail.com

São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)

No quadro colonial português da segunda metade do século XX, o urbanismo e a arquitectura de promoção pública destinados a São Tomé e Príncipe seguem os mesmos princípios de outros projectos realizados a partir de Lisboa para os territórios ultramarinos sob administração portuguesa. Uma análise da sua evolução permite elencar as políticas de Obras Públicas do governo central para o Ultramar. Esta produção urbanística e arquitectónica é essencialmente realizada no âmbito do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), criado ainda durante a Segunda Guerra Mundial por Marcelo Caetano, então ministro das Colónias. Localmente, a Repartição de Obras Públicas e Comunicações de São Tomé e Príncipe é também responsável por um conjunto significativo de equipamentos, principalmente destinados ao ensino primário e à saúde. A maioria destes projectos nunca foi tratada e analisada. Consequentemente, alguns dos edifícios santomenses são aqui pela primeira vez datados e a sua autoria fixada.

Palavras-chave: arquitectura moderna tropical, arquitectura santomense, São Tomé, Gabinete de Urbanização Colonial, Estado Novo, Mário de Oliveira

São Tomé and Príncipe and the Work of the Colonial Planning Office (1944-1974)

In the Portuguese colonial context of the latter half of the 20th century publicly representative urbanism and architecture for São Tomé and Príncipe followed the same principles as other projects carried out for the Portuguese colonies from Lisbon. Analysis of their development allows one to identify the central government's public works policies for the colonies. This planning and architectural output was essentially the work of the Colonial Planning Office (GUC), set up during World War II by Marcelo Caetano, the then Colonial Minister. Locally, the São Tomé and Príncipe Public Works and Communications Department was also responsible for a significant number of facilities, generally for primary education and health purposes. Most of these projects have never been surveyed or analysed.

Keywords: modern tropical architecture, São Tomé an architecture, city of São Tomé, Colonial Planning Office, Estado Novo, Mário de Oliveira

O Gabinete de Urbanização Colonial

O Estado Novo (1933-1974) irá servir-se do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) como veículo de modernização e, simultaneamente, de homogeneização da paisagem construída nos diversos territórios coloniais, com especial destaque para África. O programa seguido alicerça-se num forte impulso de urbanização que se reflecte na consolidação das estruturas urbanas herdadas da primeira República (1910-1926) e na padronização dos edifícios públicos que representam a presença portuguesa. Os mesmos princípios funcionais e estéticos acabam por ser assimilados pelos técnicos das instituições locais, em edifícios que, muitas vezes, replicam soluções semelhantes às adoptadas pelos profissionais do GUC¹.

Em São Tomé e Príncipe, a actuação do Gabinete sente-se essencialmente a partir de 1951, com a elaboração do plano de urbanização de São Tomé, da autoria de João António Aguiar (Silveira, [1956], p. 179), que reestrutura o núcleo histórico e fortalece as principais zonas de expansão urbana. É também na então capital da província que se concentra a maioria dos equipamentos desenvolvidos pelos arquitectos ao serviço deste organismo central que opera a partir de Lisboa. Estes novos edifícios correspondem à implantação de um conjunto mínimo de equipamentos que o Estado Novo considera fundamentais ao funcionamento das cidades coloniais, casos das habitações para funcionários, estruturas administrativas, hospitalares, escolares e desportivas, entre outras. No caso de São Tomé, e dada a ancestralidade da cidade, cujo foral data de 1535 (Silveira, [1956], p. 170), os arquitectos do Gabinete encontram já um núcleo significativo de infraestruturas, dedicando-se a complementar ou a melhorar o quadro preexistente. Nas restantes vilas santomenses um processo semelhante de modernização é seguido pela Repartição de Obras Públicas local, apoiada pelos diversos quadros económicos de Fomento. A atenção dada pelos organismos do Estado Novo, tanto metropolitanos como coloniais, aos aglomerados urbanos em detrimento das estruturas agrícolas onde se centram as principais actividades económicas do arquipélago, confirma este esforço de urbanização e o reconhecimento de que em São Tomé, como afirma a dada altura Henrique Galvão (1895-1970), “a vida e a beleza [...] concentram-se nas roças” (1944, p. 80), facto que se torna urgente alterar.

O GUC é um núcleo de projecto urbano e de arquitectura, dependente do Ministério das Colónias, e associado ao quadro político e administrativo do Estado Novo. Com a revisão constitucional de 1951, passa a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), alterando novamente a sua composição em 1957 quando entra em acção a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC) do Ministério do Ultramar.

É lançado em Dezembro de 1944 com “um carácter de organismo comum a todas as colónias de África” (Dec. nº34:173, 06/12/1944, p. 1167) e começa a trabalhar

¹ Esta permeabilidade das repartições locais à arquitectura oficial, fica exemplificada na Delegação de Saúde, em São Tomé. Obra já de 1962, assinada por Herminio Augusto Fernandes, chefe da Secção de Obras da Repartição Provincial dos Serviços de Fomento da Província de São Tomé, são-lhe conferidas “características [estilísticas] idênticas à do edifício do Centro Materno Infantil, localizado a seu lado” (Fernandes, 1962, p. 2).

oficialmente no primeiro dia do ano seguinte. Posteriormente, a sua acção amplia-se às restantes províncias ultramarinas da Índia Portuguesa, Macau e Timor. Numa primeira fase, o objectivo do ministro das colónias Marcelo Caetano (1906-1980) é que, para lá dos planos urbanísticos, sejam igualmente confiados aos seus técnicos, “os estudos [...] dos problemas da habitação nas regiões tropicais e dos edifícios hospitalares” (Dec. nº34:173, 06/12/1944, p. 1167).

Constituído por engenheiros e arquitectos, e tendo por consultor um especialista em higiene tropical e climatologia, é inicialmente chefiado por um engenheiro de minas, Rogério Cavaca. Funciona em Lisboa, primeiro na Alameda D. Afonso Henriques, transferindo-se depois para a sede do Ministério do Ultramar no Restelo. Os projectos são solicitados pelos governadores dos territórios coloniais ou directamente pela tutela. A sua produção acompanha igualmente os ciclos impostos pelos quatro planos de fomento que arrancam em 1953, simultaneamente na metrópole e nas regiões ultramarinas.

Os projectos enviados para São Tomé e Príncipe reflectem as diferentes fases da cultura urbanística e arquitectónica desenvolvida por este organismo até à revolução de Abril de 1974. Esta manifesta-se nos programas e nas opções estéticas tomadas ao longo dos 30 anos de produção destes arquitectos. Fiel ao espírito da sua fundação, o início do Gabinete caracteriza-se pelo domínio dos programas de habitação para funcionários públicos e de equipamentos básicos, nomeadamente na área da saúde. O momento é igualmente marcado pelo aperfeiçoamento de uma imagem arquitectónica inspirada na arquitectura tradicional do sul de Portugal, de modo a garantir uma ligação afectiva à metrópole. O bloco de três moradias para a ilha do Príncipe, projecto não construído de 1951, insere-se neste programa linguístico (Mário de Oliveira/GUC, trab. 317, 1951).

É ainda durante a primeira parte dos anos de 1950 que se assiste ao aprofundamento de programas específicos, dando origem a uma segunda etapa na cultura de projecto seguida pelo Gabinete. As novas tipologias são desenvolvidas dentro de um espírito racional, ainda que as concretizações se definam pela monumentalidade imprimida às fachadas. Implementa-se uma “arquitectura de representação” adaptada aos trópicos que se consolida como imagem da produção deste organismo correspondendo à sua fase paradigmática e quando se apresenta já como Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU). O edifício da Fazenda, actual Ministério das Finanças do mesmo arquitecto e do mesmo ano das casas anteriores destinadas à ilha do Príncipe, ilustra uma opção estilística e programática original que se dissemina nestes anos pelos territórios de colonização portuguesa. Trata-se de uma orientação estética e funcional próxima da seguida em obras similares na metrópole, apesar dos ajustamentos que tornam os projectos mais eficazes face ao clima e às exigências programáticas coloniais. Na segunda metade da década, dá-se início à actualização dos seus profissionais através da frequência de cursos de especialização em instituições estrangeiras, como a Architectural Association (AA), em Londres (Milheiro, 2011a, p. 60), equiparando o seu conhecimento técnico às práticas arquitectónica e urbanística de outras regiões tropicais, especialmente de países recém independentes.

A década de 1960 é assinalada pela reconfiguração das funções do Gabinete, transformado em Direcção de Serviços e simultaneamente é marcada por uma alteração do paradigma projectual, iniciando uma terceira fase. Os trabalhos de consultoria aumentam, principalmente para as regiões de Angola e Moçambique, progressivamente mais autónomas na produção projectual. Em São Tomé e Príncipe, a dificuldade em fixar técnicos nas repartições provinciais – designadamente arquitectos – vai manter alguma regularidade na encomenda aos profissionais da DSUH da DGOPC. Os projectos desta fase revelam uma maior proximidade às culturas locais, designadamente nos programas de alojamento das populações desfavorecidas, como são o caso dos três tipos de moradias económicas para a vila de Santa Catarina, em São Tomé (Alfredo Silva e Castro/DSUH-DGOPC, trab. 706, 1964).

A arquitectura de promoção pública anterior ao Gabinete de Urbanização Colonial

O plano de urbanização de São Tomé de 1951 permite identificar duas fases no desenvolvimento urbano da capital santomense: a cidade preexistente, progressivamente diminuída durante a fase republicana (Cf. Nascimento *in* Marques, 2001, p. 249), e a cidade ambicionada pelo Estado Novo, monumentalizada fora do seu núcleo histórico, rasgada por largas avenidas, sectorizada e equipada com estruturas desportivas, escolares e sanitárias de maior escala. A cidade consolidada corresponde ao núcleo primitivo, onde se localizam os principais equipamentos públicos (administrativos, religiosos, educativos e de saúde) e os edifícios privados (comerciais e residenciais). Estruturas de maior área e com necessidades funcionais de expansão, como o cemitério ou o hospital implantam-se fora do perímetro urbanizado e em cotas elevadas. O novo plano desenvolve-se ao longo da baía de Ana Chaves, prevendo a criação de bairros residenciais de habitação unifamiliar e ganhando área para os futuros equipamentos de grande porte, como a Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe (Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, inaugurada em 1969). O cruzamento entre a baixa densidade, decorrente do domínio do programa residencial, e a monumentalização dos principais eixos viários é uma das marcas do urbanismo colonial estado-novista.



Figura 1 - Plano de Urbanização de São Tomé, João Aguiar/GUC, 1951 (sobreposição com imagem do Google Earth).

Uma primeira fase de renovação pode ter sido motivada pela visita presidencial de António Carmona (1869-1951) no Verão de 1938 (Cf. Brandão, 2008, p. 59-60), então marcada pela inauguração de obras públicas, casos do bairro piscatório Dr. Francisco Vieira Machado, da maternidade D. Maria do Carmo Fragoso Carmona e do parque desportivo General Carmona.

Para lá das preexistências históricas, a arquitectura do Gabinete irá confrontar-se com duas fortes presenças estilísticas no plano dos equipamentos públicos, que definem a produção colonial portuguesa novecentista até ao Estado Novo. A arte nova que representa o agrupamento de edifícios da Escola Primária Monteiro Vaz, actual Maria de Jesus, remetendo para o período republicano; ou uma arquitectura de contornos mais modernistas e filiação *deco*, que caracteriza o dispensário anti-tuberculose, que alberga o Ministério da Saúde (anterior a 1949²), o Cine-Teatro Império, hoje Marcelo da Veiga, ou a primeira aerogare.

² Existe no Arquivo Histórico De São Tomé e Príncipe um projecto identificado como “Creche e Lactário” (obra 10/1949), do qual encontramos a parte respeitante às estruturas, assinada por Domingos Cabrita, condutor de 1º classe. Pela complexidade da estrutura descrita pode tratar-se do projecto do Dispensário, cuja cúpula central é executada em betão.



Figura 2 - Escola Primária Maria de Jesus, São Tomé (Foto: AVM, 2012).



Figura 3 - Ministério da Saúde, São Tomé (Foto: AVM, 2012).



Figura 4 - Cine-Teatro Marcelo da Veiga, São Tomé (Foto: AVM, 2012).



Figura 5 - Hospital Central de São Tomé (Foto: AVM, 2012).

O mercado municipal da cidade insere-se neste último conjunto, embora a sua configuração denuncie um partido essencialmente pragmático. É sucessivamente objecto de novas propostas, antes ainda do arranque do GUC. Em 1942, por exemplo, Rolando Ferreira de Barros, chefe de Secção de Obras Públicas da Colónia de São Tomé e Príncipe, argumenta a favor da sua deslocação do centro da cidade para junto do novo parque desportivo, alegando motivos sanitários. Defende ainda a necessidade de maior investimento no arquipélago e a dificuldade em obter materiais de

construção, consequência da guerra que ainda decorre. O edifício existente é então descrito como sendo composto por seis hangares cobertos, possuir iluminação zenital e lojas abertas para o exterior (Barros, 1942). No Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe encontra-se um conjunto de projectos-tipo para mercados provenientes do GUC e datados de 1946 (João Aguiar/GUC, trab. 30, “Mercado municipal tipo considerado para abastecimento da população de costumes europeus”) e de 1951 (Eurico Pinto Lopes/GUC, trab. 298, 299 e 300, “Projectos de mercado”) não aplicados.



Figura 6 - Mercado Municipal, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

A proliferação da arquitectura *deco* no arquipélago está igualmente associada aos primeiros projectos modernistas de casas para funcionários, como o desenho aprovado para a residência do director do hospital em 1946 (“casa para funcionários – tipo A”), não localizada, mas idêntica à actual embaixada do Brasil, erguida na marginal de São Tomé junto aos serviços da Marinha. Estas unidades residenciais caracterizam-se pelo recurso a linhas curvas, volumes puros, e cobertura plana em terraço, antecipando outras linguagens modernas que aproximam a arquitectura praticada nas colónias das expressões metropolitanas. Para a Av. 31 de Janeiro, actual marginal 12 de Julho, o desenhador António José Sam Pedro³ assina a folha de medições do projecto de uma residência para funcionário tipo B, de 1948 (hoje ampliada com um novo piso), térrea, de traçado mais simples, planta rectangular e cobertura igualmente plana. Este desenhador permanece ao serviço da repartição local de obras públicas durante um longo período. Da sua autoria, por exemplo, é a actual capitania da Cidade de Santo António, no Príncipe, que dez anos depois segue os mesmos princípios de composição *deco*, valorizados com motivos decorativos de inspiração náutica.

³ O desempenho deste desenhador é elogiado por Mário de Oliveira no seu relatório de 1964.



Figura 7 - Capitanía, António José Sam Pedro, 1958, Santo António, Príncipe (Foto: AVM, 2012).

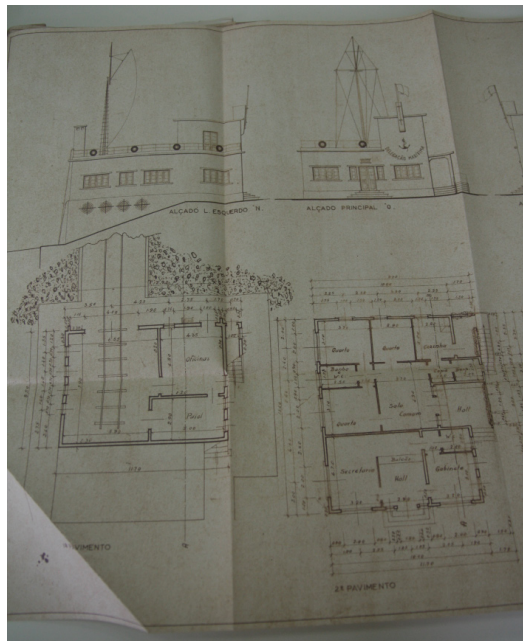


Figura 8 - Projecto da Delegação marítima da ilha do Príncipe, António José Sam Pedro, 1958, Repartição de Obras Públicas, Gabinete de Estudos e Projectos, Província de STP (AHSTP).

No âmbito do alojamento, algumas iniciativas desenvolvidas fora da cidade de São Tomé merecem particular atenção por formarem pequenos conjuntos urbanos com unidade arquitectónica. Em Pantufo, por exemplo, “uma pequena aldeia de pescadores, a 2 km da cidade, constituída por barracas de madeira” são construídas “algumas casas de alvenaria, alinhadas consoante programa de urbanização de

alcance limitado” (Valente, 1958, s.p.). Apesar do tom crítico do engenheiro Manuel Neto Valente, o resultado é uma proto estrutura urbana, implantada ao longo da orla costeira, tendo por elemento central a igreja, e casas que obedecem a um projecto-tipo de 1942.



Figura 9 - Pantufo (Foto: AVM, 2012).



Figura 10 - Lemba (Foto: AVM, 2012).

Simultaneamente são desenvolvidas residências tipo para pescadores, semelhantes às que se encontram em Lemba, na Vila das Neves, ilustrando o investimento realizado no domínio da habitação para as populações de menores recursos. Aqui, um alinhamento de seis casas de áreas mínimas, fachada principal formada por porta e janela, termina num largo, aberto sobre o mar, constituído por uma igreja, um edifício

multifuncional (Correios, Regedoria e Posto Sanitário⁴), actual Câmara Municipal de Lemba, e uma antiga maternidade, hoje uma residência particular. Este tipo de operações sugere a importância crescente da infraestruturação do território santomense a partir de acções de promoção pública, concorrendo com o forte investimento privado que as roças de cacau representam.

A arquitectura do Gabinete na cidade de São Tomé até 1957

As obras iniciais do Gabinete, na cidade de São Tomé, começam por atender aos programas de maior significação e urgência, implantando-se maioritariamente no limite do núcleo histórico. Esta localização é consequência do próprio processo de projecto – elaborado à distância e raramente com informações precisas – que privilegia lotes isolados e livres de constrangimentos de modo a permitir maior liberdade de concepção e implantação.

O arranque do GUC em 1945 coincide com o início do governo de Carlos de Sousa Gorgulho⁵ (substituído em 1953 por Francisco Pires Barata). A partir dos projectos inventariados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, é possível traçar um breve itinerário pelos principais equipamentos propostos e/ou construídos até à posse de Manuel Marques de Abrantes Amaral, já no final de 1957, enunciado assim um primeiro quadro cronológico das obras estado-novistas. O panorama é idêntico ao de outras cidades africanas, como Bissau ou o Mindelo, de escala semelhante à capital santomense. Nesta fase trabalham para o arquipélago João Aguiar, Luís Borges, Mário de Oliveira (que marcará a arquitectura luso-santomense a partir de 1960), Eurico Pinto Lopes, Lucínio Cruz, Alberto Braga de Souza e Luís Possolo (autor de apenas um projecto não construído).

O primeiro grande projecto remetido à capital da colónia é a cadeia (Luís Borges Coelho/GUC, trab. 133, 1948) “destinada a reclusos europeus e indígenas de ambos os sexos” (Coelho, 1948, trab. 133, p. 1). O partido arquitectónico é marcado por extrema sobriedade e dentro de ideais de “simplicidade e economia” (Coelho, 1948, trab. 133, p. 3), planta rectangular, pátio interior, e mantendo-se o mais encerrado possível para o exterior.

O projecto seguinte, de Eurico Pinto Lopes, é o futuro estádio Sarmiento Rodrigues, actual 12 de Julho (trab. 289, 1950), implantado numa das zonas de expansão do plano de Aguiar, à margem da antiga Av. Oliveira Salazar, nas proximidades do primeiro grande bairro residencial para funcionários, com o mesmo nome (actual bairro 3 de Fevereiro). A “cobertura de plano inclinado” (Lopes, Levy, 1950, trab. 289, p. 1) que corre as bancadas e a tribuna central é o elemento estrutural mais complexo. O projecto tem afinidades com outras peças semelhantes, disseminadas em cidades coloniais de média dimensão, caso do estádio homónimo de Bissau.

⁴ Uma cópia do projecto encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino no processo referente à proposta para um novo posto sanitário para a vila das Neves (DGOPC-DSUH/MU/Cx041).

⁵ Carlos de Sousa Gorgulho é nomeado por Decreto de 21-2-1945 (São Tomé e Príncipe..., 1964, p. 99). Será substituído na sequência dos protestos populares em reacção ao trabalho compulsivo que ainda é praticado durante o regime colonial.



Figura 11 - Estádio 12 de Julho, Eurico Pinto Lopes/GUC, 1950, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

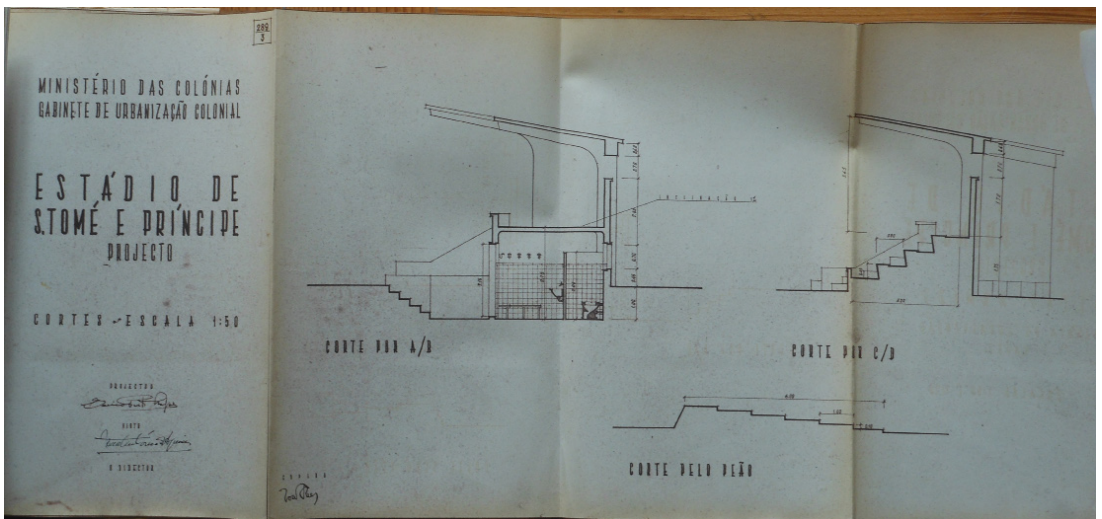


Figura 12 - Estádio de São Tomé e Príncipe, Eurico Pinto Lopes/GUC, 1950, São Tomé, trab. 289 (AHU).

No prolongamento da actual rua de Angola ergue-se outro equipamento-chave, o antigo Liceu Nacional D. João II (hoje Liceu Nacional Patrice Lumumba). O edifício de um piso, sucessivamente ampliado até à actualidade, corresponde ao projecto original do Colégio-Liceu de São Tomé (Lucínio Cruz/GUU, trab. 378, 1952), um projecto tipo destinado a 175 alunos, de planta em L e dois pavimentos, para “ser construído nas regiões quentes, devendo ser protegido contra a incidência solar e humidade” (Cruz, trab. 378, 1952, p. 1). A adequação aos trópicos começa a monopolizar os argumentos técnicos transmitindo-se aos elementos plásticos: “As fachadas foram compostas

com os elementos que as condições climáticas locais obrigam a adoptar para protecção e defesa dos raios solares” (Cruz, trab. 378, 1952, p. 4). Palas sobre os vãos e paredes verticais salientes são alguns dos temas trabalhados pelos arquitectos. A segunda grande questão coloca-se em relação à ventilação e ventos dominantes que determinam a orientação da implantação do edifício, de modo a que a “fachada de maior desenvolvimento fique defendida contra a insolação e possa ao mesmo tempo beneficiar dos ventos dominantes” (Cruz, trab. 378, 1952, p. 5). Por fim, considera-se o desenho da cobertura procurando-se uma “ventilação satisfatória na caixa de ar” (Cruz, trab. 378, 1952, p. 5). O liceu santomense é contemporâneo das escolas profissionais angolanas de Luanda e do Huambo (Milheiro, 2011b), antecedendo portanto as *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*, redigidas quatro anos depois pelos técnicos do Gabinete (Campos, Aguiar, Machado, 1956). O fixar de princípios base para programas com a importância dos equipamentos escolares reforça a cultura de projecto praticada pelos técnicos do Gabinete, que procuram assim otimizar meios e conhecimento.



Figura 13 - Liceu Nacional Patrice Lumumba, Lucínio Cruz/GUU, 1952, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

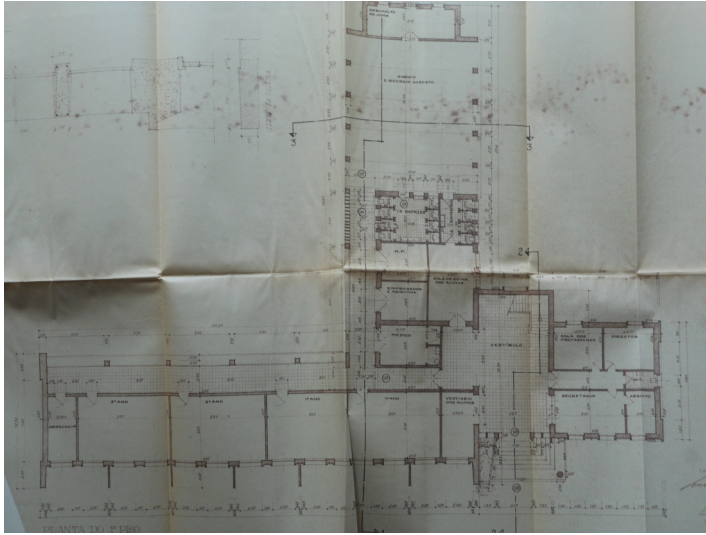


Figura 14 - Projecto dum Colégio-Liceu, Lucínio Cruz/GUU, 1952, São Tomé, trab. 378 (AHU)

Contemporâneo do Colégio-Liceu são os serviços alfandegários (Alberto Braga de Sousa/GUU, trab. 384, 1952). O edifício de estrutura pavilhonar localiza-se no novo sector portuário da cidade de São Tomé e confirma o recurso à galeria exterior coberta como uma das tipologias dominantes em projectos para os trópicos. Esta decorre simultaneamente da tradição da arquitectura colonial e de experiências externas ao próprio GUU, exercitadas noutros territórios africanos de colonização portuguesa, mas que acabam integradas na prática corrente dos arquitectos do Gabinete. Resultam, na nossa opinião, do cruzamento de dois edifícios escolares desenhados pelo arquitecto José Costa Silva da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, ainda na segunda metade dos anos de 1930: os liceus nacionais Salvador Correia e Salazar, respectivamente em Luanda e Lourenço Marques (Milheiro, 2011c).

Terminando esta primeira fase de equipamentos de grande escala, já de 1954, é a ampliação do Palácio do Governo (Eurico Pinto Lopes/GUU, trab. 446), situado nas proximidades da sé, cujo significado de representação exige que os alçados sejam “projectados no sentido de dar monumentalidade ao edifício através da escada principal, escadaria de acesso ao terraço dos salões de festa e enriquecimento dos garnecimentos das janelas” (Lopes, 1954, trab. 446, p. 2). Há preocupação em “aplicar [...] os materiais da região” e em respeitar “tanto quanto possível as características” do existente (Lopes, 1954, trab. 446, p. 2). O frontão da fachada principal recebe o escudo da República Portuguesa. Partindo de elementos preexistentes, o novo palácio é contudo uma reinvenção de Pinto Lopes dentro do quadro historicista que os arquitectos do Gabinete manipulam em programas semelhantes, integrando-se com bastante naturalidade entre o tribunal, albergado num edifício histórico, e a principal sede religiosa da cidade, também intervencionada nesta época e cuja fundação remonta ao período de governação do capitão Álvaro Caminha (1490-1499) (Madeira *in* Mattoso, 2010, p. 367).



Figura 15 - Palácio do Povo, Remodelação Eurico Pinto Lopes/GUU, 1954, São Tomé (Foto: AVM, 2012).



Figura 16 - Palácio do Governo de S. Tomé, Remodelação Eurico Pinto Lopes/GUU, 1954, São Tomé, trab. 446 (AHU).

Do mesmo arquitecto são alguns edifícios de escala intermédia: o Rádio Aeroclube de São Tomé (GUC, trab. 301, 1951) e a Casa dos Pescadores (GUC, trab. 329, 1951), erguida nas proximidades do estádio e recentemente demolida. A sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) junto ao porto de São Tomé (actual Ministério da Defesa), na marginal, é provavelmente de 1958, sendo sinalizada por Mário de Oliveira no relatório que descreve a sua estadia no território santomense em 1964.

A arquitectura do Gabinete instala-se na cidade sem uma concorrência expressiva de outras expressões arquitectónicas coevas, para lá do modernismo *deco*, já citado, que vem de épocas anteriores. Em 1957, contudo, está já a decorrer o projecto do actual edifício da Companhia Santomense de Telecomunicações, antigo edifício

dos CTT e da Informação e Turismo, que começa a alterar o perfil da baía de Ana Chaves, aumentando a cêrcea. Destacando-se como um volume paralelepípedo sobre uma plataforma, é portador de uma linguagem inequivocamente moderna, de elevada qualidade, onde o *brise-soleil* não desempenha somente funções técnicas mas adquire valor estético. O edifício localiza-se nas traseiras do Cine-Teatro Império sendo fronteiro à praça Luís de Camões (actual praça Ucla) e abrindo-se para o mar. O projecto destinado inicialmente à sede dos Correios, programa depois ampliado, é da autoria dos arquitectos José Pinto da Cunha e Pereira da Costa, fixados em Luanda, facto que comprova a existência de relações profissionais entre as diversas regiões coloniais, autónomas da intervenção da metrópole. A sua novidade não se inscreve apenas no domínio da cultura arquitectónica, mas é igualmente sentida no plano construtivo. Dificuldades em encontrar empreiteiros locais, reflectem-se na contratação de uma empresa de construção civil angolana⁶.



Figura 17 - Companhia Santomense de Telecomunicações, José Pinto da Cunha e Pereira da Costa, 1957, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

A presença crescente de edifícios claramente inscritos no Movimento Moderno – como a Casa Equador (actual Centro Cultural Português), também de desenho irrepreensível – incentiva a renovação do ideário cumprido pelas obras públicas praticado pelos arquitectos do Gabinete. O projecto de Luís Possolo, recém chegado do curso de Arquitectura Tropical leccionado na AA, para o posto de camionagem de São Tomé (GUU, trab. 500, 1955), não desenvolvido, indicia nessa orientação.

Outras povoações da ilha de São Tomé

Durante a década de 1950, os arquitectos do Gabinete de Urbanização do Ultramar desenvolvem uma série de projectos-tipo para equipar as cidades e vilas santomenses. O processo inicia-se com um conjunto de planos urbanos, provavelmente

⁶ As fundações e execução da lage do piso térreo são entregues ao empreiteiro José Joaquim Peres, residente em Luanda (Proposta para o projecto dos CTT de S. Tomé, 1957...., AHSTP).

realizados sob orientação do engenheiro Santos Paiva, c. de 1956, para Santo Amaro, Guadalupe, Neves, Madalena, Bombom, Pantufo, Angolares e Trindade, a principal cidade durante o período colonial depois de São Tomé. Estas propostas urbanas partem da estrutura preexistente, normalmente uma via de atravessamento que organiza linearmente a disposição dos principais equipamentos, igualmente previstos: escola primária, posto sanitário, mercado, igreja, posto de polícia, posto de seccionamento. Trindade possui uma estrutura urbana mais complexa, com praças, largos e miradouros, e um maior número de equipamentos, onde se incluem a estação de correios (de expressão *deco*) e o hospital (ambos desactivados e em ruína). Para todas as povoações é previsto um equipamento desportivo que não será realizado. Ao longo deste eixo principal existem já construções privadas, sobrados ou lojas, a maioria em madeira, de qualidade estética e construtiva razoáveis, potencializando a função urbana da via. As restantes construções mantêm-se precárias.



Figura 18 - Plano de Urbanização de Trindade, Santos Paiva, s.d. (sobreposição com imagem do Google Earth).

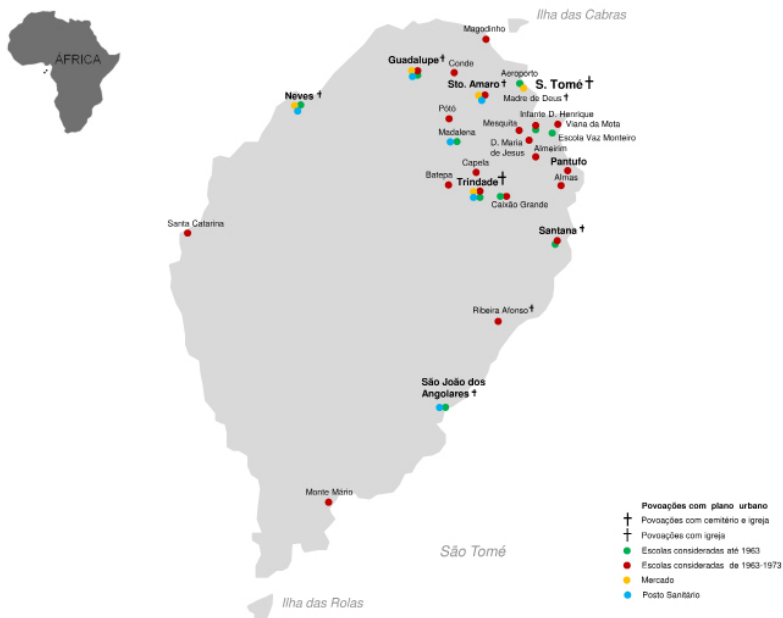


Figura 19 - Esquema das povoações e seus equipamentos (Filipa Fiúza/PTDC/AURA-QI/104964/2008).

Os planos de Santos Paiva propõem a substituição dos assentamentos informais que se disseminam à margem do eixo principal por bairros residenciais de baixa densidade, privilegiando a habitação unifamiliar (lotes com jardim ou horta) organizados segundo esquemas ortogonais e aproveitando, tanto quanto possível, a matriz preexistente. Os equipamentos agrupam-se gerando “centros cívicos” e proporcionando às povoações um núcleo de representação, de modo a reforçar a urbanidade destes lugares. Na maioria dos casos, estas propostas não são aplicadas, muito embora os projectos dos equipamentos sejam realizados, adaptando-se às condições preexistentes que não sofrem grandes alterações. Em 1960, por ocasião das comemorações henriquinas, diversas povoações recebem padrões evocativos da descoberta de São Tomé e Príncipe. Para lá de São Tomé e de Santo António do Príncipe, estes monumentos distribuem-se por Guadalupe, Neves, Pantufó, Santana ou Ribeira Afonso. Algumas implantações são estudadas pelo arquitecto Mário de Oliveira. O padrão de Guadalupe, por exemplo, é localizado no “largo previsto no plano de urbanização da vila [então] em curso” (Viegas, 1960).

No final da década de 1950, são precisamente os equipamentos de representação que ocupam os arquitectos do Gabinete, entretanto reformulado como Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da DGOPC do MU. Lucínio Cruz desenvolve um edifício tipo para serviços públicos em 1959 para Madalena, Angolares, Santana, Santo Amaro, Trindade, Guadalupe e Santa Filomena (DSUH-DGOPC, trab. 573 a 578, 1959). Os edifícios de planta rectangular, dois pisos, entrada assimétrica assinalada

por um arco e com torre de relógio, não se chegam aparentemente a realizar⁷. Existem versões de menores dimensões, de acordo com as características do povoado. Santos Paiva irá propor uma alternativa, de expressão puramente funcionalista.

Há portanto um conjunto de projectos, supervisionados por este engenheiro, que acompanham a elaboração dos planos. Os que correspondem a equipamentos públicos essenciais são geralmente concretizados, cumprindo os objectivos de melhoria das condições urbanas dos aglomerados santomenses. A tipologia da casa do povo, como a que é proposta para Guadalupe, com a sua sala de espectáculos, não foi localizada. O mesmo acontece com as estações de camionagem (que variam entre simples telheiros ou estruturas mais complexas). Correntes são os posto sanitários, de estrutura modular adaptável ao número de habitantes e dimensões da povoação, os postos de seccionamento (foram identificados dois tipos) ou as escolas primárias, elevada sobre pilotis (configurando um recreio coberto no plano térreo) e também ajustável ao número de alunos servidos. A escola é o edifício de maior investimento plástico e modernidade. A Memória Descritiva assume que a “circunstância de as aulas estarem num piso elevado, permitiu criar a rampa de acesso que valoriza muito o aspecto do conjunto. [...] O partido arquitectónico presta-se, sob o ponto de vista económico, à execução duma estrutura resistente em betão armado” ([Paiva], Santo António do Príncipe, s.d., p.1). A cobertura é de duas águas.



Figura 20 - Posto sanitário e posto de seccionamento, Santos Paiva, sd, Santo Amaro (Foto: AVM, 2012). O posto de seccionamento concretizado corresponde ao projectado para Guadalupe.

⁷ Na visita de reconhecimento a Santo Amaro, Guadalupe, Neves, Trindade e Angolares realizada entre 19 e 27 de Janeiro de 2012, não foram localizados edifícios correspondentes a estes projectos de Lucínio Cruz.



Figura 21 - Escola Primária, Santos Paiva, sd, Trindade (Foto: AVM, 2012). Existem construídas quatro escolas da mesma tipologia, variando somente o número de módulos.

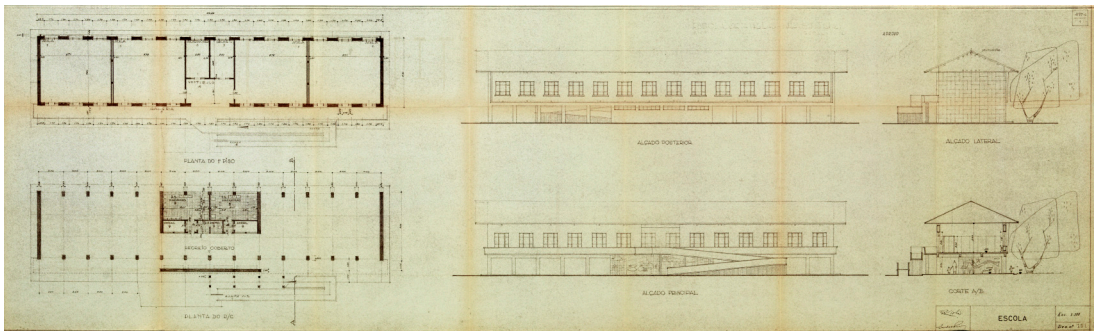


Figura 22 - Escola Primária, Santos Paiva, sd (AHU).

A escola permanece assim como um edifício de excepção, destacando-se pela sua qualidade, presença arquitectónica e escala, face às restantes construções, mesmo as de promoção pública. Em Trindade e nas Neves, as escolas construídas correspondem a dois módulos, enquanto em Guadalupe e em São João dos Angolares, a apenas um. Esta última é inaugurada em 1962, segundo placa no local, embora genericamente a data apontada para os projectos seja 1960⁸. A prevista para Santo António no Príncipe (de que se cita a Memória Descritiva) não se concretiza. A cidade recebe um outro projecto-tipo, já de 1965, correspondendo a um segundo momento de implementação de equipamentos educativos durante o Estado Novo. A actual Escola Primária Paula Lavres é implantada na marginal e não no lote inicialmente previsto para o anterior projecto. Tem quadro salas de aula, desenvolve-se num só piso e possui entrada lateral monumentalizada. O átrio funciona como uma sala de uso polivalente⁹.

⁸ Assinaturas: Desenhador (Flávio); Engenheiro-Chefe (Santos Paiva).

⁹ Assinaturas: Desenhador (ilegível); Engenheiro-Chefe (A. Ferreira?) (Projectos tipo escolas primárias Província de S. Tomé e Príncipe, Escola de Santo António do Príncipe...). Este projecto corresponde ao de Mesquita (planta invertida) e de Bobo Forro.



Figura 23 - Escola Primária Paula Lavres, c. 1963-1973 (Foto: AVM, 2012).

O posto sanitário é formado por um pavilhão de um só piso e cobertura de duas águas. Para o posto de Madalena, que corresponde a um módulo (idêntico ao erguido em Santo Amaro), prevê-se que a “galeria exterior possa constituir o local de espera”. A cobertura “é aligeirada e feita em fibrocimento” ([Paiva], Madalena, s.d., p.1). A aprovação dos desenhos em Lisboa tem a data de Março de 1956. Nas Neves, o posto sanitário não pertence à mesma série, não se tendo ainda localizado o projecto.



Figura 24 - Mercado, Santos Paiva, sd, Guadalupe (Foto: AVM, 2012).

O mercado é o terceiro programa com maior incidência¹⁰. Obedece a uma tipologia que se reproduz em Guadalupe, Neves e Trindade: planta em L ou em U, formando uma frente de lojas para a rua e um pátio interior (só parcialmente coberto)¹¹. A localização do telheiro coberto varia em relação aos projectos executados. Uma ex-

¹⁰ Não se localizaram ainda os projectos de arquitectura referentes a estes mercados.

¹¹ O de Santana não foi localizado.

cepção é o mercado de Santo Amaro, que se reduz a uma notável estrutura coberta de betão armado, configurando abobadas aligeiradas. Assiste-se na mesma época à reestruturação do fornecimento de água através de fontanários públicos que se implantam maioritariamente junto das vias principais de acesso, no interior dos mercados ou nos recreios das escolas e cujos desenhos cumprem igualmente projecto-tipo. Equipamentos religiosos de fundação mais antiga são igualmente melhorados¹². O de Santana, por exemplo, é reconstruído durante o governo de Ricardo Vaz Monteiro (1933-1941), em 1940 (segundo lápide afixada na fachada), antes ainda da criação dos Gabinetes. Mas é a passagem, entre 1958 e 1967, do arquitecto Luís Benavente por território santomense que desencadeia uma operação sistemática de restauro dos monumentos históricos, onde se incluem algumas destas igrejas.

A consolidação de uma rede de ensino primário é um dos aspectos mais significativos da estratégia estado-novista. Em 1958, são oficialmente inventariados oito estabelecimentos escolares (Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 33). Esse número cresce para 31 (29 em São Tomé e dois no Príncipe) no levantamento efectuado em 1973 pela Divisão Técnica da Secção de Edifícios e Urbanização das Obras Públicas que identifica as escolas anteriores a 1963 e as edificadas no intervalo de 1963 a 1973. Dá-se início a uma fase exemplar de construção de equipamentos escolares, e à materialização de um conjunto homogéneo e singular no panorama colonial português. Muitas das escolas existentes são ampliadas na sua capacidade original através da implementação de mais unidades modulares, casos de Guadalupe e Trindade. Em algumas povoação mais desfavorecidas, a escola apresenta-se como único equipamento público, salientando-se pela qualidade elevada da sua arquitectura e pelo carácter mais definitivo da sua construção (em alvenaria). A maior concentração dá-se na região norte, de São Tomé, mais povoada, em contraste com a região sul mais empobrecida e com população mais dispersa.

Nos programas mais recentes, as escolas organizam-se em L, separando a ala das salas de aula, da que alberga o gabinete do director e as instalações sanitárias¹³. Os acessos fazem-se lateralmente e a circulação é assegurada através de galeria, que pode funcionar como espaço de recreio coberto. As salas de aulas são ventiladas transversalmente e iluminadas através de grandes superfícies envidraçadas. As coberturas são inclinadas. Os materiais são seleccionados pela sua resistência e baixa manutenção. Entre os modelos mais usados salienta-se o projecto-tipo implantado em Santa Catarina e em Magodinho, inicialmente de duas salas de aula¹⁴, destacando-se no panorama precário da envolvente. Santana, Trindade, Guadalupe, Santo Amaro, Almeirim e Ribeira Afonso são melhoradas com novas unidade de duas, três e quatro salas de aula que repetem o mesmo desenho¹⁵. As escolas do Conde e de Almas são também idênticas, evidenciando-se pela planta rectangular e pela entrada axial que se distingue dos acessos posicionados assimetricamente da maioria dos projectos¹⁶.

¹² Os projectos de Santos Paiva aconselham geralmente à substituição dos templos mais antigos, o que não se verifica. Para Santo Amaro ou para Santana, por exemplo, são fornecidos novos desenhos de igrejas.

¹³ Existe um projecto-tipo de cantina, não realizado, de João Aguiar de 1952 (GUU, trab. 393).

¹⁴ Datas: 28/04/1972 (elaboração); 29/04/1972 (aprovação). Assinaturas: Desenhador (ilegível), Chefe de Secção (Flávio), Engenheiro-Chefe (Levy ?).

¹⁵ Assinaturas: Desenhador (Flávio); Engenheiro-Chefe (A. Ferreira ?), s/d. A de Almeirim vem com a indicação do projecto ter sido elaborado em 13/02/1973.

¹⁶ Data: 1965. Assinaturas: Desenhador (Flávio); Engenheiro-Chefe (A. Ferreira ?).

As escolas de Mesquita e Bobo Forro seguem o padrão da Escola Primária Paula Lavres de Santo António, já aqui mencionada. Em Bobo Forro, uma das empenas é preenchida por um mural datado de 1965 e com a inscrição OP. Em Monte Mário, o desenho da escola ostenta a data de Maio de 1971. Possui duas salas de aula, e localiza-se marginalmente à povoação, junto à praia¹⁷, constituindo o seu edifício mais qualificado. A mais impressionante escola é todavia a de antiga Nova Aurora junto ao aeroporto internacional do Príncipe (actual Escola Primária Januário Graça), de duas salas, elevada sobre uma plataforma e de cobertura invertida. O acesso lateral funciona simultaneamente como recreio coberto. O edifício é detalhado, desde as molduras dos vãos, passando pelas floreiras e palas. A escola encontra-se em excelentes condições, mantendo a paleta de materiais original. Data de 1968¹⁸. A sua qualidade coloca-a num patamar idêntico ao de outras obras modernas internacionais. É repetida no Bairro da Fundação Salazar (antiga Escola D. Maria de Jesus) e em Pantufo, ainda que sem alcançar o impacto paisagístico da escola do Príncipe.



Figura 25 - Esquema com localização das escolas primárias (Filipa Fiúza/PTDC/AURA-QI/104964/2008).

¹⁷ Assinatura: Engenheiro-Chefe (A. Ferreira ?).

¹⁸ Assinaturas: Desenhador (Flávio); Engenheiro-Chefe (Levy ?).



Figura 26 - Escola Primária, Conde (Foto: AVM, 2012).



Figura 27 - Escola Primária, Monte Mário (Foto: AVM, 2012).



Figura 28 - Escola Primária Januário Graça, Príncipe (Foto: AVM, 2012)

A qualificação do desenho das escolas primárias santomenses verifica-se também na actual Escola Primária Adão Deus Lima, em Santana (já reproduzida na *Pequena monografia* publicada em 1964), situada num promontório sobre a cidade preexistente que ocupa a orla costeira. O agrupamento de escolas da capital é igualmente expressivo, casos da escola de Bombom, dedicada actualmente ao ensino preparatório, marcada pela expressão directa da funcionalidade programática, ou das actuais escolas primárias Francisco Tenreiro, junto ao aeroporto internacional (lápida com data de inauguração a 4 de Outubro de 1965), e Professor Atanásio Gomes, nas imediações do antigo bairro Marcelo Caetano, actualmente bairro Yon Gato, com diversas tipologias que reflectem diferentes fases de expansão. A antiga escola Viana da Mota, junto ao liceu nacional, é hoje ocupada com uma universidade privada. Esta produção de equipamentos escolares, provavelmente oriunda da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de São Tomé e Príncipe, revela a presença potencial de técnicos muito qualificados, que este estudo ainda não identificou com precisão. Mesmo no antigo quadro ultramarino português, não se encontra um conjunto de escolas do ensino primário com um desenho tão qualificado, como as que marcam a última década da administração colonial.

As obras santomenses de Mário de Oliveira

Entre os arquitectos do Gabinete de Urbanização do Ultramar, depois integrados na Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação, que projectam para São Tomé e Príncipe, destaca-se Mário de Oliveira, nascido em 1915, pela expressão que os seus edifícios têm na capital santomense. O conjunto mais importante da sua obra acompanha o governo do major António Jorge da Silva Sebastião (1963-1972). O arquitecto começa contudo a desenhar para o arquipélago ainda em 1951, data das três moradias para o Príncipe e da Repartição Central dos Serviços de Fazenda e

Concelhia de São Tomé, actual sede das Finanças. O edifício destina-se à Praça de Portugal (hoje Praça da Independência), que funciona como segundo “centro cívico” da cidade depois da praça conformada pelo palácio do governo e pela sé. Corresponde, estética e funcionalmente, à tipologia de edifício administrativo desenvolvida pelo Gabinete de Urbanização Colonial a partir de 1948, espalhando-se nos territórios guineense, angolano e moçambicano, e culminando na elaboração do projecto não concretizado da Câmara Municipal de Díli, cerca de 1960. Oliveira argumenta que os alçados são “estudados de modo a traduzir todo o arranjo funcional da planta, atendendo-se também à protecção do edifício”. A valorização da fachada principal atribui-lhe “um carácter arquitectónico” plenamente adequado a “um edifício público” (Oliveira/GUC, trab. 334, 1951, p. 3).

Este edifício foi estudado de harmonia com as necessidades do núcleo urbano e a sua compartimentação foi feita segundo as exigências do programa. Trata-se de um edifício público simples, mas equilibrado esteticamente, tendo sido resolvido todos os seus problemas fundamentais, tomando em consideração o seu aspecto económico (Oliveira/GUC, trab. 334, 1951, p. 1).



Figura 29 - Direcção das Finanças, Mário de Oliveira/GUU, 1951, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

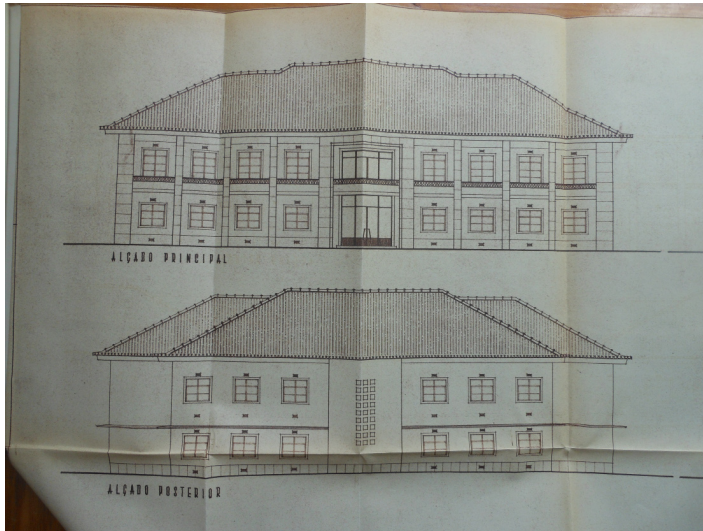


Figura 30 - Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Concelhia de São Tomé, Mário de Oliveira/GUU, 1951, São Tomé, trab. 334 (AHU).

A orientação Nascente/Poente e a ventilação são itens tratados com algum pormenor. Galerias na fachada principal, palas, e cobertura avançada sobre as restantes fachadas, impedem a incidência directa do sol. A renovação de ar é assegurada pelas bandeiras basculantes e reguláveis dos vãos. O sistema de ventilação é completado por ventiladores nas fachadas e por telhas ventiladoras colocadas junto da fileira do beirado. Os mesmos princípios detectam-se nos projectos que, até 1960, são da responsabilidade de diversos técnicos do Gabinete, provando a partilha de uma cultura arquitectónica *tropicalizada*. Mas nesse ano, Oliveira começa a monopolizar os trabalhos destinados à província, consequência da deslocação que cumpre ao território com o objectivo de elaborar o novo plano de urbanização da capital provincial. Durante a estadia atende a algumas solicitações imediatas, estudando a implantação dos padrões do Infante D. Henrique em São Tomé e na Cidade de Santo António, por exemplo, da autoria do escultor Severo Portela (1898-1985).

Do ano seguinte, datam os projectos para os CTT (DSUH-DGOPC, trab. 638), diversos arranjos urbanísticos pontuais (área circundante ao palácio do governo, DSUH-DGOPC, trab. 124-B), a escola com cinco salas e o jardim infantil para as Irmãs Canossianas (DSUH-DGOPC, trab. 639 e 640), a Leprosaria (DSUH-DGOPC, trab. 642¹⁹) e o bloco cirúrgico (DSUH-DGOPC, trab. 649), os dois últimos para o Hospital de São Tomé. São, na generalidade, projectos “elaborados sem pretensões arquitectónicas, mas respeitando os princípios da climatologia” como se escreve em parecer favorável (não assinado e datado de 26 de Junho de 1961), sobre o conjunto escolar para a Ordem Canossiana. O jardim infantil ainda existente, corresponde a um pavilhão

¹⁹ Em relação a este projecto, cujo esboço se então apresenta, esclarece o arquitecto ter o seu programa sido elaborado “por indicações do médico leprólogo em São Tomé, Dr. Joaquim de Almeida Mota, que forneceu ao signatário um ‘croquis’ de ideia base para a realização dum projecto para os inválidos da lepra daquela nossa província ultramarina”. Acrescenta-se a necessidade de consulta ao “professor Doutor Bissaya Barreto [...] pelo conhecimento directo que tem dos problemas da lepra como ainda e principalmente pelos valiosos trabalhos que tem publicado sobre o assunto”. (Oliveira/DSUH-DGOPC, Trab. 642, 1961, p. 1). Esta informação reflecte os procedimentos seguidos pelos arquitectos da DSUH e o alargamento das equipas a consultores especializados.

térreo, depois duplicado, com galeria na fachada principal e telhado de quatro águas. A ventilação cruzada faz-se a partir dos vãos. Representa o nível de adaptação de programas correntes às especificidades climatéricas da região.



Figura 31 - Jardim escola, Irmãs Canossianas, Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, 1961, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

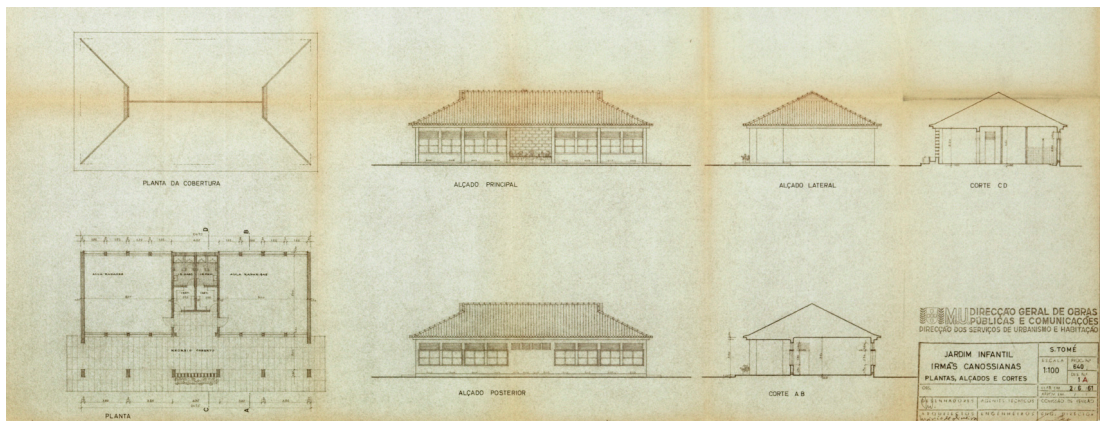


Figura 32 - Jardim escola, Irmãs Canossianas, Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, 1961, São Tomé, trab. 640 (AHU).

A viagem de 1960 faz-se após uma deslocação à Guiné, dois anos antes, que terá um forte impacto no pensamento arquitectónico e urbanístico do arquitecto, introduzindo-o definitivamente no estudo dos “habitats nativos” e das culturas africanas que caracterizam os diferentes territórios ultramarinos portugueses. Consequentemente, o Antepiano de Urbanização da Cidade de São Tomé (DSUH-DGOPC, trab. 685, c. 1962) representa uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanística praticada no Gabinete. A viragem é antecipada no opúsculo que publica em 1962 dedicado aos *Problemas essenciais do Urbanismo no Ultramar* e onde o seu projecto para os Bairros Populares de Bissau (1959) é apresentado como um caso de estudo. Exige-se agora

que os novos bairros fomentem a instalação de populações multirraciais. O antepiano é preparado através de inquéritos às populações e análises às condições existentes. Abandona-se o traçado determinista, presente nos planos da geração de João Aguiar (que delinea praças e avenidas ao mesmo tempo que define áreas funcionais), a favor de uma abordagem assente na definição de grandes sectores. É na sequência do plano para São Tomé, que Oliveira elabora a proposta para a unidade residencial da Quinta de Santo António (trab. 685/5), destinada à população mais desfavorecida e obedecendo a uma implantação mais orgânica e menos ortogonal. No relatório da viagem de 1960 apontava-se já a necessidade de providenciar “habitações higiénicas” (Oliveira, 1964, p. 4). Para Bissau, Oliveira tinha proposto três tipologias de casas populares a serem realizadas em sistema de auto-construção recorrendo às técnicas locais, dando assim continuidade aos resultados dos estudos que cumprira sobre o habitat guineense e as diversas casas tradicionais. Em São Tomé, propõe uma nova abordagem. Decide-se então pela elaboração de seis tipologias (três a serem construídas em alvenaria e outras três recorrendo à madeira, sistema tradicional santomense). As casas são desenhadas a partir da consulta directa às populações, razão que leva Mário de Oliveira a não considerar estes projectos da sua exclusiva autoria, como esclarece no relatório anexo à nova viagem que cumpre em 1964 para fixar o Plano definitivo (Oliveira, Anexo, 1964, p. 3).

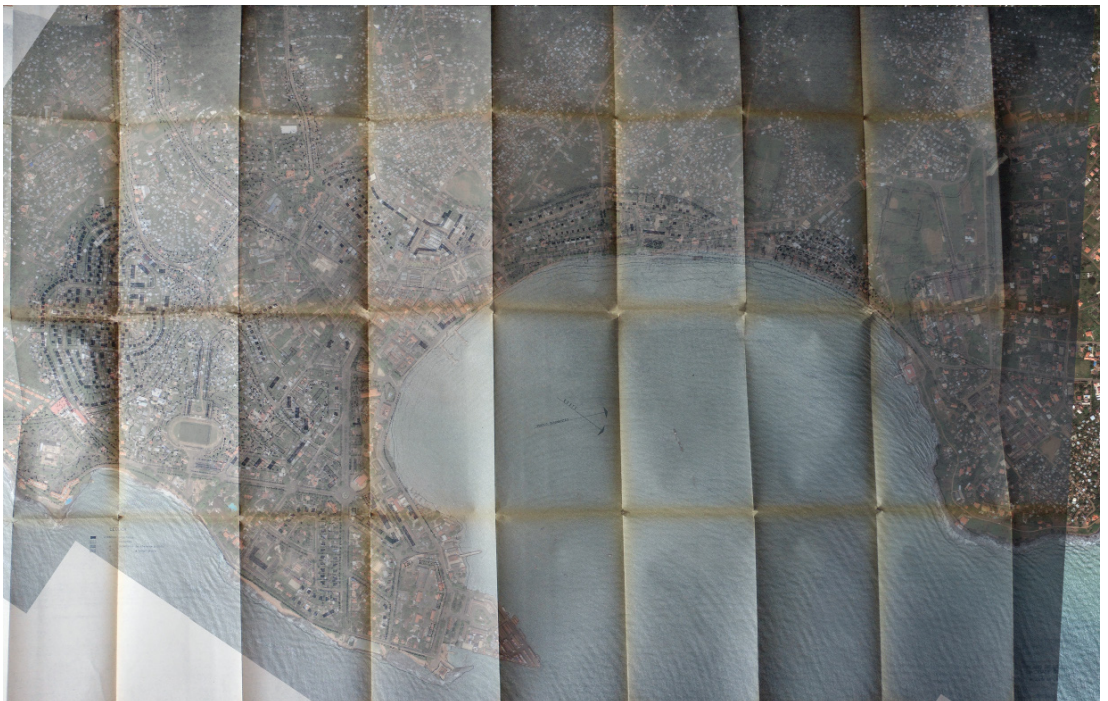


Figura 33 - Antepiano de Urbanização da Cidade de São, Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, 1962, trab. 685 (sobreposição com imagem do Google Earth).

Esta viagem tem como objectivo a concretização de uma série de projectos que Mário de Oliveira então elenca: o “estudo do habitat local” e “projectos de moradias tipo (habitação tradicional) para o Bairro da Quinta de Santo António”; “arranjo urba-

nístico para a colocação do padrão comemorativo da viagem” presidencial de 1963; “novo arranjo urbanístico” da envolvente dos CTT; “projecto do Centro Social para Sant’Ana”; “escola primária com 2 salas de aula a casa para professora”; “edifício de 24 apartamentos para a Caixa de Previdência”²⁰; e arranjo, decoração, jardim e esplanada da Pousada de São Jerónimo (Oliveira, 1964, p. 1). A visita a São Tomé faz-se na sequência de uma deslocação a Moçambique (Outubro de 1963), onde se ocupa da elaboração de planos urbanos. A influência de Adriano Moreira, recentemente saído do cargo de ministro do Ultramar, sente-se em Mário de Oliveira. Estas visitas, cada vez mais frequentes entre os arquitectos afectos à DSUH reflectem-se num conhecimento aprofundado sobre as diversas realidades africanas para as quais trabalham.



Figura 34 - Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe, Mário de Oliveira/DSUH-DGOPC, inaugurado em 1969 (Foto: AVM, 2012).

O mais importante edifício projectado por Oliveira para a cidade é a Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu nacional, descrito em *A Voz de S. Tomé* como tendo uma “área coberta de 7.453 m², sendo o restante ocupado por um campo de jogos ao ar livre, jardins, um pequeno largo, arruamentos e passeios. A área de passeios é de 3.675 m²” (*A Voz de S. Tomé*, 1969, p. 1). Entre 1956 e 1960, liceus e escolas técnicas são um dos focos fundamentais do trabalho do Gabinete, reflexo das novas políticas ultramarinas que visam criar futuras elites locais. Do edifício, inaugurado em 1969, desconhece-se o projecto. Mário de Oliveira assiste à inauguração, realizada no dia 6 de Outubro. O conjunto é composto por um edifício principal, ginásio e oficinas. Possui “12 salas de aulas [...], dois anfiteatros, um laboratório de física, um laboratório de química, um laboratório de ciências sociais, uma sala para geografia, uma sala para trabalhos femininos, uma sala para aulas de contabilidade, uma biblioteca, uma sala para escritório comercial e uma cantina” (*A Voz de S. Tomé*,

²⁰ Trata-se do bloco residencial junto ao liceu (entretanto identificado pelo próprio arquitecto), concluído cerca de 1968. Nele esteve exilado Mário Soares.

1969, p. 1). O arquitecto assina ainda os painéis de azulejos que retratam aspectos da vida económica do arquipélago. Segundo prática habitual destes arquitectos, a planta reflecte organização funcional do programa, e o corte soluciona as questões climatéricas (isolamento e ventilação cruzada).



Figura 35 - Edifício para Funcionários do Banco Nacional Ultramarino, Mário de Oliveira, 1967, São Tomé (Foto: AVM, 2012).

Em 1967, Oliveira projecta o edifício para os funcionários do Banco Nacional Ultramarino na marginal da cidade, encerrando assim a sua actividade conhecida para São Tomé. Não é caso único de um arquitecto do Gabinete que trabalha para este organismo bancário. Na mesma época, Schiappa de Campos faz a sede e as casas dos funcionários da instituição, em Díli (1965-1968). O partido arquitectónico do edifício santomense é moderno: “A construção será assente em ‘pilotis’, revestidos a mármore, tendo sido adoptada esta solução em virtude da muita humidade que existe na cidade”. Acrescenta ainda o arquitecto que “os espaços entre os ‘pilotis’, podem ser utilizados para guarda de automóveis, ou ainda para recreio coberto das crianças que habitam o bloco” (Oliveira, 1967, p. 2). Tratando-se de um defensor da arquitectura nacionalista portuguesa, como declarara na tese apresentada cerca de 20 anos antes no primeiro Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em Lisboa em 1948, não deixa de ser significativo que Oliveira tenha abraçado sem constrangimentos a cultura moderna quando se trata de projectar para os Trópicos.

A arquitectura no fim do período colonial

Com a aproximação aos anos de 1970, a arquitectura dos técnicos da DSUH torna-se mais permeável aos ideais organicistas. Esta orientação começa a surgir nos projectos da última fase colonial que conta com propostas de arquitectos como Júlio Naya, Alfredo Silva e Castro ou Vitor Consiglieri. A arquitectura de promoção pública,

principalmente a que se destina ao alojamento popular, aproxima-se das soluções tradicionais. Silva e Castro propõe em 1964, para Santa Catarina, três soluções para habitações económicas-tipo. Inspiradas nas casas tradicionais santomenses, privilegiam a madeira como material de construção e recorrem a alguns elementos pré-fabricados (como vãos, portas e janelas). As casas são ligeiramente elevadas sobre estacas e o acesso ao interior faz-se por uma varanda. A estrutura é estudada de modo a que seja possível adicionar novos módulos programáticos. Admitem-se unidades isoladas ou geminadas. Algumas são concretizadas, mas desaparecem dada a precariedade das suas soluções. Em 1965, nas primeiras jornadas de engenharia realizadas em Moçambique, Silva e Castro debate o tema da pré-fabricação. Falando da experiência santomense declara que o sistema construtivo usado, veio “de encontro aos hábitos de construção local – pavimento separado do solo, cobertura leve, paredes de madeira, varanda alta, etc.”, tendo-se procurado “por outro lado, o máximo de normalização não só para facilitar o fornecimento de materiais e a execução [...], como também para encontrar uma solução económica” (Castro, 1965, p. 33-34).

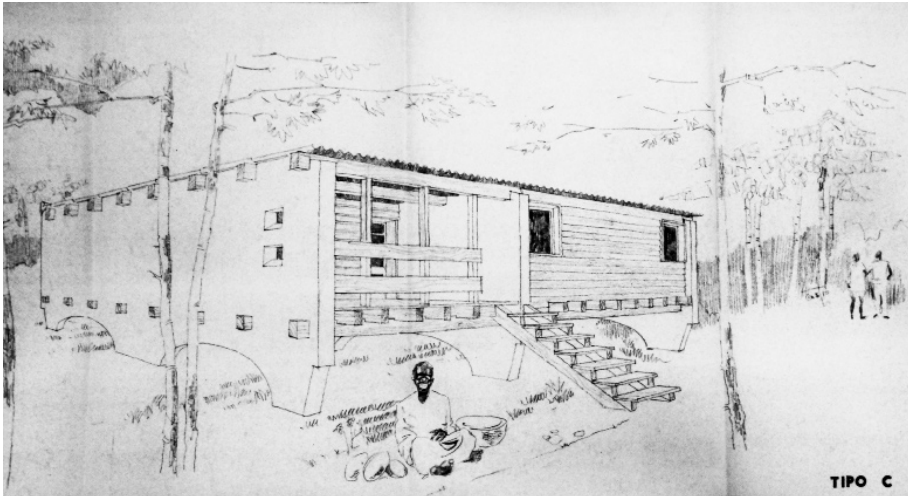


Figura 36 - Habitações Económicas para São Tomé e Príncipe, Alfredo Sila e Castro/DGOPC-DSUH, 1964, trab. 706 (IPAD).



Figura 37 - Casa tradicional, Príncipe (Foto: AVM, 2012).

Um reencontro com a figuração e elementaridade da arquitectura tradicional santomense estava já presente em soluções como a que a partir de 1958, é apresentada para o bairro Dr. Bruto da Costa em Santo António no Príncipe com o objectivo de construir dez casas para as populações mais desfavorecidas. Trata-se de uma estrutura urbana elementar, localizada à saída da cidade. As casas são descritas como mínimas e baseadas nas tipologias residenciais desenvolvidas pelos arquitectos do Gabinete que retomam os temas da vernaculidade a partir de meados dos anos de 1950, talvez influenciados pelo Inquérito à arquitectura regional portuguesa que então decorre²¹. Os operários deslocam-se de São Tomé para o Príncipe a fim de construírem o bairro. Os materiais de construção são importados. Herminio Augusto Fernandes da Repartição de Obras Públicas de São Tomé é o técnico responsável.

²¹ Cerca de 1954, é enviado para a Repartição local um conjunto de projectos de residências para indígenas, oriundo do Gabinete de Urbanização do Ultramar, com o ofício nº 834/54 de 26/10/1954.



Figura 38 - Bairro Dr. Bruto da Costa, Hermínio Augusto Fernandes, 1958-1959, Santo António (Foto: AVM, 2012).



Figura 39 - Casa em São João dos Angolares (Foto: AVM, 2012).

Em 1963, surgem novas experiências, como os projectos de casas económicas a construir nas vilas urbanizadas, a exemplo do que acontece em Trindade ou em São João dos Angolares, baseadas nos mesmos princípios. As casas de dois quartos e sala comum, com cozinha e instalações sanitárias nas traseiras, apresentam um desenho simultaneamente primitivo e racional.

Nestes anos, a maioria dos projectos executados pela DSUH prende-se com programas mais técnicos – casos dos postos de seccionamento que Júlio Naya elabora

em 1963 para Guadalupe e Santo Amaro (DSUH-DGOPC, trab. 689 e 690). A Central de aproveitamento hidroeléctrico que Vitor Consiglieri desenha para o rio Contador (DSUH-DGOPC, trab. 699, 1964) evoca uma linguagem brutalista, construída de pórticos de betão armado e blocos de cimento.

No arranque dos anos de 1970, o paradigma volta a mudar. O temas mantêm-se, mas as abordagens integram outras preocupações e principalmente novas metodologias de projecto. A passagem de Alfredo Silva e Castro por São Tomé em 1972, relacionada com a reestruturação não concretizada do Hospital Central, dando continuidade à proposta de 1962 (Alfredo Silva e Castro/DSUH-DGOPC, trab. 667), cria também a expectativa da construção de uma nova escola do ciclo preparatório. O arquitecto verifica ainda do progresso das obras do bairro da Quinta de Santo António. Os processos em que está envolvido, todavia, reflectem aproximações cada vez mais técnicas e menos estilísticas. O projecto de 1974 do pavilhão para leprosos e infecto-contagiosos (DSUH-DGOPC, trab. 795-B), executado à beira da revolução de Abril, reproduz já uma prática projectual que se apoia no uso de diagramas funcionais.

Considerações finais

Com a produção arquitectónica que aqui se descreve, os arquitectos das diversas versões que o Gabinete de Urbanização Colonial foi tomando, entre a sua fundação e 1974, ajudaram a moldar o padrão das obras públicas santomenses. Ao mesmo tempo foram integrando as correntes da cultura arquitectónica praticada tanto na metrópole como internacionalmente. A opção por uma arquitectura nacionalista e monumental conduziu-os até à vernaculidade da arquitectura africana e às suas potencialidades. As suas obras dialogaram com expressões estilísticas novecentistas já instaladas no arquipélago, herdeiras da primeira República ou divulgadoras de um primeiro modernismo *deco*. Foram-se progressivamente convertendo às virtudes de uma arquitectura moderna tropical. A sua acção foi portadora de urbanidade, equipando as povoações e cidades santomenses ao mesmo nível das roças de cacau, principal foco de investimento colonial até ao Estado Novo. Este facto é comprovado com o conjunto de planos urbanos e seus equipamentos proposto pela equipa do engenheiro Paiva Santos. Mesmo que os planos não tenham sido aplicados e que nem todos os edifícios públicos programados tenham sido construídos, os equipamentos concretizados asseguraram os serviços essenciais: acesso ao ensino primário e cuidados básicos de saúde, o fornecimento de água potável (através, por exemplo, de uma rede de fontanários) e de electricidade, e a construção do mercado municipal.

Referências

Artigos

- Caetano, Marcelo (1948). O Gabinete de Urbanização Colonial. *Diário de Notícias*, 15/06/1948, 1-4.
- Madeira, Teresa (1999). A evolução dos espaços urbanos públicos na cidade de São Tomé. In Teixeira, Manuel C. (coord.). *A Praça na Cidade Portuguesa* (pp. 43-68). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A. H. de Oliveira (org.) (2001). O Império Africano 1890-1930. In Serrão, Joel & Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- Mattoso, José (dir.) (2010). Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitectura e urbanismo. In Barata, Filipe Themudo & Fernandes, José Manuel (coord.), *África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Milheiro, Ana Vaz (2010). Education Buildings in the Tropics: the work of the Colonial Planning Office in the former Portuguese Africa. In AAVV, *11th International Docomomo Conference Living in the Urban Modernity* (pp. 19-27). Mexico City: Docomomo, August.
- Milheiro, Ana Vaz (2009). No Mundo do Futuro – uma creche para São Tomé por Pedro Reis. In Dias, Manuel Graça (comissário), *Cinco Áfricas, Cinco Escolas, 8ª Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo – Representação Oficial Portuguesa* (pp. 116-123). Lisboa: Ministério da Cultura, Direcção Geral das Artes.
- Milheiro, Ana Vaz (2011a). O Gabinete de Urbanização Colonial e a Arquitectura de promoção pública na Guiné-Bissau durante o Estado Novo. In Fernandes, José Manuel (coord.), *África - Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa* (pp. 51-67). Lisboa: Caleidoscópio e Universidade Autónoma de Lisboa.
- Milheiro, Ana Vaz (2011b). Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda. In Prado, Roberto Goycoolea & Martí, Paz Núñez, *La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda* (pp. 98-131). Angola e Madrid: Universidad Alcala.
- Milheiro, Ana Vaz (2011c). Escolas em Angola durante o Estado Novo: Arquitectura e Arte. *Revista de História das Ideias*, 32, pp. 7-36.
- Oliveira, Mário de (1965). O “Habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais. *Geographica*, 3 (7), pp. 65-75.
- s.n. (1932). Urbanismo colonial – uma representação da Sociedade dos Arquitectos. *Arquitectura, revista de arte e construção*, 24 (4), pp. 142-144.
- s.n. (1969). Um Grande empreendimento inaugurado em s. Tomé – a nova Escola Técnica de Silva e Cunha. *A Voz de S. Tomé*, 11-10-1969, 1-3.

Monografias

- Acciaiuoli, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Agência Geral do Ultramar (1960). *Relação dos Estabelecimentos de Ensino Oficial em funcionamento nas províncias do Ultramar em 31 de Dezembro de 1958*. Lisboa: Ministério do Ultramar, Direcção-Geral do Ensino.
- Aguiar, João António, Machado, Eurico Gonçalves & Campos, Fernando Schiappa de (1956). *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*. Lisboa: Ministério do Ultramar, Gabinete de Urbanização do Ultramar.
- Aguiar, João (1952). *L'Habitation dans les pays tropicaux*. Lisbonne: XXle Congrès, Federation Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme.
- Anselmo, Marcos André Gomes (2011). *Arquitectura Popular de África: manifestações do primitivo na arquitectura dos anos 1950/60*. In *A Arqueologia e o Turismo, o caso da Península de Tróia*, Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Projecto Final de Arquitectura, Mestrado Integrado em Arquitectura.
- Baweja, Vandana (2008). *A Pre-history of Green Architecture: Otto Koenigsberger and Tropical Architecture, from Princely Mysore to Post-colonial London*. Ann Arbor: University of Michigan. Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy – Architecture.
- Brandão, Fernando de Castro (2008). *Estado Novo – uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, José Manuel (2002). *Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fry, Maxwell & Drew, Jane (1982 [1964]). *Tropical Architecture in the dry and humid zones, second edition*. Malabar, Florida: Robert E. Krieger Publishing Company.
- Galvão, Henrique (1944). *Outras Terras, Outras Gentes* (tomo 1). Porto: Editorial do Jornal de Notícias.
- Kultermann, Udo (1963). *New Architecture in Africa*. New York: Universe Books.
- Kultermann, Udo (1969). *New Directions in African Architecture*. New York: George Braziller.
- Lei Orgânica do Ultramar Português – Lei nº 2.066, de 27 de Junho de 1953 em apêndice as alterações introduzidas pela Lei nº 2.076, de 25 de Maio de 1955*. Revista por Doutor Afonso Rodrigues Queiró (1956), Coimbra: Coimbra Editora.
- Lobo, Margarida Souza (1995). *Planos de Urbanização, a época de Duarte Pacheco*. Porto: Edições FAUP.
- Oliveira, Mário de (1962). *Problemas essenciais do Urbanismo no Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Reis, Fernando (1965). *Povô Flogá. O Povo Brinca, Folclore de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Câmara Municipal de São Tomé.

Rosas, Fernando (1995). *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial estampa.

Rosas, Fernando & Brito, J. M. Brandão de (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II). Lisboa: Bertrand Editora.

Silveira, Luís ([1956]). *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, (vol.2 [Africa Ocidental e Africa Oriental]). Lisboa: Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar.

Documentos consultados

[s.n.] (1961) Projecto de execução da obra do abastecimento de água da cidade de S. Tomé e dos aglomerados suburbanos. Processo nº651 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Castro, Alfredo Silva e (1964), Projecto de Habitações Económicas para São Tomé e Príncipe. Processo n. 706 MU – DGOPC – DSUH (IPAD).

Consiglieri, Vitor (1964), Projecto da Central Eléctrica do Rio Contador em S. Tomé. Processo n.º699 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Cruz, Lucínio (1959?), Projecto do edifício para os serviços públicos de Madalena, Processo nº 573 MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Cruz, Lucínio (1959?), Projecto do edifício para os serviços públicos de Trindade. Processo nº577 MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Cruz, Lucínio (1959?), Projecto do edifício para os serviços públicos de Santana. Processo nº579 MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Cruz, Lucínio (1959), Edifício para os serviços públicos de Sto. Amaro. Trabalho n.º580 MU – DGOPC – DSUH Cx.083 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Ferreira, A. Brazão (1965?), Construção de 4 salas de aula anexo à Escola Infante D. Henrique. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.083 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Lopes, Eurico Pinto (1951), Rádio Aeroclube de São Tomé, Processo nº301 MU – DGOPC – DSUH Cx.135 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Naya, Júlio (1962), Projecto do muro de vedação do recinto do Palácio do Governo de S. Tomé. Processo nº626 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Naya, Júlio (1962/63), Projecto da Residência para as Irmãs Hospitaleiras. Processo n.º667-A MU – DGOPC – DSUH Cx.083 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira Mário (1951), Moradias, projecto de adaptação, Ilha do Príncipe, Trabalho nº317 MU – DGOPC – DSUH Cx.141 (Arquivo Histórico Ultramarino)

Oliveira Mário (1961), Projecto da escola com 5 salas para as Irmãs Canossianas em S. Tomé, Processo nº539 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário de (1961), Projecto dos CTT de S. Tomé (pormenores); Projecto para o Anexo

dos CTT da Cidade de S. Tomé (localização e características). Processo nº638 MU – DGOPC – DSUH Cx. 083 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário de (1961), Esboceto de leprosnaria para S. Tomé. Processo nº642 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário de (1961), Projecto do Hospital Central de S. Tomé. Processo nº649 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário de (1960) Plano de urbanização da cidade de S. Tomé (anteplano). Processo nº685 MU – DGOPC – DSUH Cx.135 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Pantufo, secção IV, Abastecimento de Água, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Guadalupe, secção III, Casa do Povo, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Madalena, secção III, Edifício dos Serviços Públicos de Madalena, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Vila das Neves, secção III, Estação de Camionagem, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Vila das Neves, secção III, Posto sanitário da maternidade, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Vila das neves, secção III, Escola, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Projecto de urbanização de povoações; considerações gerais e apresentação, Peças Escritas e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH Cx.041 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos] (s.d.), Angolares, Guadalupe, Neves, Pantufo, Sto. Amaro, Trindade, secção I, Plano de Urbanização, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. s.n. MU – DGOPC – DSUH (Arquivo Histórico Ultramarino).

Seabra, António (1961), Projecto da estação rádio naval de S. Tomé. Processo nº646 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Sousa, Alberto Braga de (1952), Serviços Aduaneiros na Cidade de São Tomé, Trabalho nº384, MU – DGOPC – DSUH Cx141 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Documentos citados

Castro, Alfredo Silva e (1965), Considerações sobre a construção tradicional e a pré-fabricada por Alfredo da Silva e Castro, 1º jornadas de Engenharia de Moçambique.

Castro, Alfredo Silva e (1972), Relatório de missão do arq. Silva e Castro a S. Tomé, Setembro, DGOPC-MU (IPAD 9698).

Coelho, Luís Borges (1948), Projecto de Cadeia de São Tomé, Lisboa, 5 de Abril, Trabalho nº133, MU – DGOPC – DSUH Cx141 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Cruz, Lucínio (1952), Projecto dum Colégio Liceu, Lisboa 3 de Novembro, Trabalho nº378, MU – DGOPC – DSUH Cx141 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Lopes, Eurico Pinto; Levy, S. Quinhones (1950), Estádio de São Tomé e Príncipe, Lisboa, 13 de Dezembro, Trabalho nº289, MU – DGOPC – DSUH Cx141 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Lopes, Eurico Pinto (1951), Projecto da casa dos pescadores de S. Tomé, Processo nº329 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Lopes, Eurico Pinto (1954), Palácio do Governo de S. Tomé, Trabalho nº446, MU – DGOPC – DSUH Cx141 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário (1951), Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Concelhia de São Tomé, Lisboa, 5 de Dezembro, Processo nº334 MU – DGOPC – DSUH Cx. 010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira Mário (1961), Projectos do jardim infantil para as Irmãs Canossianas em S. Tomé, Lisboa, 20 de Junho, Processo nº640 MU – DGOPC – DSUH Cx.010 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Oliveira, Mário (1964), Trabalhos realizados em S. Tomé (anexo ao relatório do arquitecto Mário de Oliveira), 29 de Outubro, DGOPC-MU (IPAD 6849).

[Paiva, Santos] [1956], Madalena, secção III, Escola, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. MU – DGOPC – DSUH Cx.135 (Arquivo Histórico Ultramarino).

[Paiva, Santos], (s.d.) Santo António do Príncipe, secção III, Escola, Memória Descritiva e Peças Desenhadas. MU – DGOPC – DSUH Cx.135 (Arquivo Histórico Ultramarino).

Valente, Manuel Neto, engenheiro civil (1958), Pantufo, secção IV – Abastecimento de Água, Memória, Lisboa 1 de Outubro, MU – DGOPC – DSUH (Arquivo Histórico Ultramarino).

64.1 - Projectos tipo escolas primárias Província de S. Tomé e Príncipe, Província de São Tomé e Príncipe (1973), Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, OP – Divisão Técnica, Secção de Edifícios e Urbanização, Edifícios Escolares (IPAD 6833).

Documentos consultados no Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe citados neste artigo

[s.n.] (1946), Residência do Director do Hospital (Casa para Funcionários – tipo A), Secção de Obras Públicas de STP.

[s.n.] (1958), Projecto de construção de moradias económicas para nativos, Príncipe (Memória Descritiva e Justificativa e peças desenhadas).

Barros, Rolando Ferreira (1942), Mercado São Tomé, Secção de Obras Públicas de STP.

Cunha, J. A. Pinto da; Costa, F. Pereira da (1957), Proposta para o projecto dos CTT de S. Tomé.

Fernandes, Herminio Augusto (1958), Construção de um Bairro para nativos em Santo António no Príncipe, Repartição Técnica de Obras Públicas, Gabinete de Estudos e Projectos (Orçamento Geral e peças desenhadas).

Fernandes, Herminio Augusto (1962) Delegação de Saúde, em São Tomé, Repartição Provincial dos Serviços de Fomento da Província de STP (Memória Descritiva e Justificativa, 2 pág. dactilografadas).

Garcia, José Acácio Martins (eng.-chefe) (1963), Casas económicas a construir nas vilas urbanizadas, Brigada de Estudos e Fiscalização das Obras de Urbanização em São Tomé.

Oliveira, Mário (implantação); Portela, Severo (escultura); Viegas, Manuel Honório de Matos (eng.-chefe) (1960), Padrões de Guadalupe, Vila das Neves, e de São Tomé .

Oliveira, Mário (1967), Projecto do Edifício para Funcionários do Banco Nacional Ultramarino de S. Tomé, (Memória Descritiva e Justificativa, 2 pág. e peças desenhadas).

Pedro, António José Sam (1958), Projecto da Delegação marítima da ilha do Príncipe, Repartição de Obras Públicas, Gabinete de Estudos e Projectos, Província de STP.

Vera Félix Mariz
Instituto de História da Arte
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa, Portugal

verinhamariz@hotmail.com

O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o Estado Novo

O caso da valorização e intervenção patrimonial em São Tomé e Príncipe, durante o Estado Novo, é incontornável. A incontornabilidade do caso de estudo presentemente abordado prende-se, sobretudo, com o pioneirismo adjacente. Isto porque datam do ano de 1958, tanto o decreto que responsabilizou a Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar pelo inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos de além-mar, como a primeira experiência centralizada do género: o desenvolvimento do programa de salvaguarda do património arquitectónico de para São Tomé e Príncipe. De resto, na sequência desta missão inaugural, Luís Benavente, o arquitecto responsável pela execução do decreto de 1958, viria a desenvolver, nos restantes territórios portugueses ultramarinos, um vasto e complexo programa de salvaguarda patrimonial.

Palavras-chave: salvaguarda patrimonial em São Tomé e Príncipe, Luís Benavente, Igreja da Madre Deus, Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, Forte de S. Sebastião, Forte de S. Jerónimo

The case of heritage valorisation and intervention in São Tomé and Príncipe, during Estado Novo, is unavoidable. The unavoidability of the case currently addressed relates, mainly, to the adjacent pioneering. This because dates of 1958 both the decree which tasked the General Directorate of Public Works and Communications of the Overseas Ministry to the inventory, classification, conservation and restoration of the overseas monuments, and the first centralized experience of this nature: the development of an architectonic heritage safeguard program to São Tomé and Príncipe. Moreover, following this inaugural mission, Luís Benavente, the architect who was responsible for the execution of the 1958's decree, would develop, in the remaining Portuguese overseas territories, an extensive and complex program of heritage safeguard.

Keywords: heritage safeguard to São Tomé and Príncipe, Luís Benavente, Igreja da Madre Deus, Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, Forte de S. Sebastião, Forte de S. Jerónimo

Privilegiando, no âmbito do conhecimento científico relativo a São Tomé e Príncipe, as questões do património arquitectónico de origem portuguesa, propomo-nos, neste momento, a contribuir com um estudo relativo à salvaguarda material e espiritual da herança anteriormente referida.

Deste modo, ao longo deste estudo pretendemos demonstrar o modo como o caso de São Tomé Príncipe se enquadra num abrangente programa de salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino. Objectivamente, procuraremos analisar as razões pelas quais consideramos que, no âmbito do programa de salvaguarda patrimonial desenvolvido pelo *Estado Novo* (1933-1974) para os territórios coloniais, São Tomé e Príncipe reveste-se de um pioneirismo inegável.

Salvaguardar o património arquitectónico para salvaguardar a autoridade política

Antes de mais é fundamental compreendermos que a questão da salvaguarda do património arquitectónico português em São Tomé e Príncipe e, de resto, na pretensa totalidade dos territórios coloniais (Mariz, 2012, p. 588), está intimamente relacionada com dois princípios incontornáveis da ideologia do *Estado Novo*: a ideia de *Império Português* e o entendimento dos monumentos como testemunhos do triunfo nacional, que, de resto, mais não são do que expressões óbvias do nacionalismo inerente ao regime político em causa.

No entanto, no que concerne à salvaguarda dos monumentos nacionais, não podemos esquecer que, se por um lado, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi criada, em 1929, como entidade responsável pelas obras de edifícios e monumentos (Neto, 1995), esta actividade não abrangia os territórios além-mar. Não obstante esta falta de responsabilização, por parte do governo central, relativa ao património erguido pelos portugueses aquando do arranque e desenvolvimento das descobertas marítimas do século XV, havia, claramente, a ideia de que aqueles monumentos ultramarinos eram os mais expressivos testemunhos da legitimidade portuguesa naqueles territórios. Este entendimento esteve, de resto, patente na *1ª Exposição Colonial Portuguesa*, organizada, no Porto, por Henrique Galvão no ano de 1934, tendo havido a preocupação de reproduzir, em escalas reduzidas, monumentos icónicos da expansão portuguesa, tais como o arco dos vice-reis da Velha Goa ou o farol da Guia de Macau (Galvão, 1934). Como outro caso explícito do entendimento dos monumentos ultramarinos como testemunhos da herança e legitimidade portuguesa naqueles territórios, podemos referir, por exemplo, o papel de destaque desempenhado pelos mesmos aquando das visitas presidenciais às colónias, sendo utilizados como palcos privilegiados de acção propagandista (Aranha, 1939).

Chegados aos finais dos anos 40, esta valorização dos monumentos ultramarinos, pelo seu impacto visual, carga memorial e ancestralidade, tornar-se-á mais evidente e, do ponto de vista prático, mais consciente e complexa. Este desenvolvimento coincidirá, conscientemente, com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o crescimento dos movimentos nacionalistas e com a criação da Organização das

Nações Unidas.

Assim, se por um lado, a partir dos anos 50, o regime procurou justificar a legitimidade da presença e administração portuguesa nos territórios ultramarinos através da valorização de uma das faces visíveis da herança portuguesa, ou seja os monumentos; por outro deparou-se com o grave problema do seu estado de conservação. Afinal, tal como acontecia com a política colonial portuguesa, também os monumentos ultramarinos espelhavam uma progressiva ruína que em nada contribuía para a pretenciosa ideia de *Império Português*.

Como resposta a este paulatino desmoronamento político e patrimonial, e ainda que de forma totalmente desfasada do que se verificou na Metrópole com a actividade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, provavelmente aplicando-se a máxima salazarista segundo a qual “Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem. É ridículo mandar vestir a casaca a um homem que não tem camisa...” (Ferro, 2007, p. 59), surgiu o Decreto nº 41:787 de 7 de Agosto de 1958.

Ora este Decreto veio, pela primeira vez após as sucessivas reformulações do Ministério do Ultramar (Mariz, 2012a), incumbir a Direcção-Geral das Obras Públicas e Comunicações do Ultramar do inventário, classificação, conservação e restauro dos monumentos ultramarinos (Ministério do Ultramar, 1958, p. 757).

Contudo, aparte da ausência do centralismo desta questão, não podemos deixar de observar a existência, a um nível local, isto é, ao nível dos governos provinciais, de organismos dotados das competências necessárias para a promoção da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos. Neste âmbito, merece destaque o papel desempenhado pelo Governo da Índia Portuguesa que, desde o ano de 1895, promoveu a protecção dos monumentos portugueses em Goa, Damão e Diu através da criação da *Comissão Permanente de Arqueologia*. Num período consideravelmente posterior, mas já no continente africano, encontramos, a partir do ano de 1922 a *Comissão de Monumentos Provinciais de Angola*. Finalmente, em Moçambique foi criada, no ano de 1943, a *Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas*.

A salvaguarda do património arquitectónico em São Tomé e Príncipe

Não obstante a existência e funcionamento destas comissões de monumentos, bem como a elaboração do Decreto 41:787, em São Tomé e Príncipe, tal como em Cabo Verde ou na Guiné, não existiram quaisquer comissões locais especificamente criadas e orientadas para a salvaguarda do património arquitectónico português. Ainda assim, não podemos confundir a inexistência duma comissão desta natureza em São Tomé e Príncipe com a ausência de uma consciência patrimonial, isto é com o sentido de valorização do património e intenção de protecção do mesmo.

Afinal, anteriormente ao ano de 1958, momento em que decorreu, como veremos, a primeira viagem a São Tomé e Príncipe com o intuito de estudar e desenvolver a recuperação do património religioso e militar local, surgiu, logo em 1956, a intenção de promover esta mesma acção. Este intento é revelado pela solicitação realizada

pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar a Luís Benavente (1902-1993), então director do Serviço de Monumentos Nacionais, no sentido de indicar um arquitecto daquele serviço, experiente no restauro de monumentos do século XVI, para que se deslocasse durante um mês a São Tomé e Príncipe (Gabinete de Urbanização do Ultramar, 1956).

Perante esta solicitação inédita ao então director do serviço da Direcção Geral e Monumentos Nacionais responsável pela salvaguarda patrimonial, o próprio Arquitecto Benavente disponibilizou-se para partir imediatamente para São Tomé e Príncipe (Benavente, 1956). Esta disponibilização imediata ter-se-á devido, na nossa opinião, não só ao reconhecido interesse do arquitecto pela história da arquitectura portuguesa de uma forma geral, mas, também, às informações adquiridas dos contactos estabelecidos com Arnold Walter Lawrence (1900-1991) da Comissão de Monumentos e Relíquias do território que actualmente corresponde ao Gana, e aos elementos recolhidos no local pelo Arquitecto Baltazar de Castro (1891-1967), Charles Boxer (1904-2000) e pelo próprio Gabinete de Urbanização do Ultramar.

Não obstante a intenção do arquitecto e a articulação das futuras actividades com o referido Gabinete Urbanização do Ultramar, o início do estudo e restauro das igrejas e fortes de São Tomé e Príncipe, fruto provável de questões burocráticas e financeiras, arrastou-se até ao ano de 1958, momento em que, pela primeira vez, o Governo central assumiu a responsabilidade perante o património ultramarino através do supracitado Decreto 41:787.

A primeira missão de Luís Benavente ao Ultramar, bem como o início da aplicação do Decreto 41:787, teve lugar no ano de 1958. Os objectivos desta missão estavam, à data da partida, bem definidos, abrangendo um universo muito concreto que incluía o levantamento e restauro da igreja da Madre Deus, da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, do Forte de S. Sebastião e do Forte de S. Jerónimo (Benavente, 1959).

Tendo em consideração a natureza do universo eleito é possível concluirmos que nesta fase inicial de investigação e intervenção, a atenção recaiu, essencialmente, nos monumentos religiosos e militares do século XVI e início do XVII, como tal, anteriores à fase de decadência da ilha de São Tomé no século XVIII e coincidentes com os dois primeiros períodos de crescimento e desenvolvimento urbano (Fernandes, 2010, pp. 363-366). Todavia, note-se que o critério de selecção não foi unicamente o da antiguidade, aliando-se a este, claramente, a importância simbólica dos mesmos bem como o seu estado de conservação, pois afinal as igrejas da Conceição e de São João, dos séculos XV e XVI, não fizeram parte deste universo inicialmente definido. Ainda assim, não obstante a real intervenção material na generalidade do património arquitectónico de origem portuguesa naquelas ilhas, refira-se que o Arquitecto Luís Benavente, defensor da importância dos inventários, estudou, com maior ou menor pormenor, outras igrejas locais, como foram os casos de Sant'Ana, Trindade, Nossa Senhora do Carmo, Bom Jesus e a Sé, entre outras. De facto, Benavente (1959) não só estudou estas construções religiosas parcialmente ou quase totalmente arruinadas, como oportunamente defendeu a sua recuperação, considerando, inclusivamente, que

estas deveriam servir de escola de obras para os trabalhadores locais, no que seria “um grande serviço a prestar à Nação e à província” (doc. 11).

Não sendo esta a ocasião para analisar a totalidade das intervenções de conservação e restauro desenvolvidas aquando das missões de Luís Benavente a São Tomé e Príncipe, interessa-nos, neste momento, definir as linhas de acção orientadoras destes trabalhos pioneiros no Ultramar e que, conseqüentemente, contribuíram para o desenvolvimento futuro do intrincado programa de salvaguarda patrimonial traçado para os monumentos portugueses do além-mar.

Antes de mais, tal como acontecia na Metrópole governada por um regime nacionalista com uma visão triunfalista da História e que, naquele momento, via a sua política colonial contestada, não podemos deixar de sublinhar as motivações. De facto, além da homologação do decreto 41:787 e da necessidade de justificar a administração portuguesa em São Tomé e Príncipe, é importante referirmos que, nos anos de 1960 e de 1970, foram celebrados, respectivamente, os quintos centenários da morte do Infante D. Henrique e da Descoberta de São Tomé e Príncipe. A relação entre o desenvolvimento de programas de restauro e a celebração de centenários foi, de facto, algo manifestamente recorrente durante o *Estado Novo* e, como tal, houve também nas ilhas em estudo a intenção de inaugurar as obras restauradas naquelas datas simbólicas. Neste âmbito, tal como aconteceu na Metrópole (Neto, 1999, p. 450), o centenário da morte do Infante D. Henrique revestiu-se de uma importância incontornável pois, afinal, tratava-se da celebração dos feitos de uma figura história intimamente ligada ao início das campanhas portuguesas pelos mares do mundo, num momento em que a Organização das Nações Unidas (1969) já houvera declarado ilegal toda a prática colonial, “Recognizing that the peoples of the world ardently desire the end of colonialism in all its manifestations”. Ainda assim, não obstante a importância dos centenários em questão, os monumentos restaurados não foram inaugurados nas datas previstas.

As verbas foram, de resto, o maior entrava ao andamento célere das obras. Senão veja-se o modo como, após os estudos e trabalhos iniciais, o Governador Alberto Monteiro de Sousa Campos, conseguiu, do Governo central, um crédito de seiscentos contos (Campos, 1960), que se reveste, evidentemente, de uma enorme importância, quando, no entanto, apenas dois anos depois, deparamo-nos com as obras de restauro paralisadas pela inexistência de verbas.

Por outro lado, as ilhas não contavam com a existência de pessoal formado para desempenhar este tipo de trabalhos de restauro de monumentos. Assim, foi necessário contratar, na Metrópole, um pedreiro e mestre-de-obras experiente nos trabalhos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Benavente, 1960). Esta estratégia reveste-se, na nossa opinião, da maior importância pois, através da contratação de trabalhadores locais, este projecto permitiu a criação de uma escola local de intervenção no património arquitectónico local, contribuindo, simultaneamente, para o aprofundamento de uma consciência patrimonial. Por outro lado, a coordenação foi, evidentemente, assumida pelo Arquitecto Benavente. Contudo, é importante não esquecer que, à altura, o arquitecto em causa era Director do Serviço de Mo-

numentos Nacionais na Metrópole e, não menos importante, comprometera-se com o desenvolvimento de um programa idêntico para todos os territórios portugueses ultramarinos. Deste modo, se inicialmente o restauro dos monumentos de São Tomé teve um início promissor, o andamento dos trabalhos foi ficando comprometido pela falta de supervisão suficientemente presente e, não menos importante, das previamente apontadas verbas.

Em termos de metodologia de restauro, podemos falar de uma situação de compromisso que, de resto, seria aplicada nos restantes monumentos ultramarinos. Isto porque se, por um lado, é possível identificarmos comportamentos inéditos cujas raízes, no mapa mental de Benavente, foram anteriores às definições de princípios internacionais, por outro verificam-se resquícios de uma postura ultrapassada (Mariz, 2012b, pp. 49-56). Assim, é omnipresente a valorização não apenas de obras-primas, mas também de obras modestas, sendo óbvia a distinção de valor da fachada da igreja da Madre de Deus e do arruinado forte de S. Jerónimo; a utilização dos monumentos de uma forma que seja útil à sociedade, sublinhando, diversas vezes, as potencialidades turísticas e museológicas dos monumentos de São Tomé (Benavente, 1959, doc. 15); a defesa do estudo histórico prévio e a documentação de todas as fases do trabalho, conforme testemunha todo o espólio do arquitecto supracitado. O “pecado”, se assim lhe quisermos chamar, passa pela questão da *unidade de estilo*, estando o arquitecto convicto que as intervenções realizadas no presente deveriam devolver aos monumentos o aspecto físico que traduzisse os momentos de glória passada, ou se preferirmos, o seu “verdadeiro aspecto” (Benavente, 1969, doc. 15), sendo, neste caso, verdadeiro sinónimo de inicial.

O contributo do caso de São Tomé e Príncipe para o programa patrimonial do Ultramar Português

Em jeito de conclusão, interessa-nos demonstrar as consequências directas do programa de estudo e restauro levado a cabo em São Tomé e Príncipe a partir do ano de 1958, pois consideramos que não podemos medir o sucesso (ou não) desta iniciativa através do número de monumentos intervencionados ou da qualidade das respectivas intervenções.

Neste sentido, na nossa opinião, em termos de experiência inauguradora e promotora do desenvolvimento de um programa abrangente e internacionalmente inédito, o caso de São Tomé e Príncipe reveste-se de um sucesso negavelmente expressivo. Afinal, logo no ano de 1960, motivado pela experiência vivida naquelas ilhas e, não menos importante, pelo momento da política externa no qual se procurava justificar a continuidade do colonialismo português ao mesmo tempo que se perdia o Forte de S. João Baptista de Ajudá e que a Organização das Nações Unidas declarava ilegal toda a prática colonial, Luís Benavente lançou-se num projecto inédito.

Na verdade, imediatamente após a missão a São Tomé e Príncipe, Benavente foi incumbido, pelo Ministério do Ultramar, de executar o anteriormente referido Decreto nº41:787 de 1958 (Benavente, 1960a), dando-lhe um novo dinamismo com a criação

de legislação para a classificação, valorização e reabilitação dos monumentos do Ultramar.

No entanto, de modo a ser possível legislar acerca deste tema, o arquitecto considerou necessário proceder, antes de mais, a um inventário dos bens em causa, tendo para isso enviado um questionário a todas as províncias ultramarinas. Contudo, como o próprio (1960) deu conta, “verificámos que a matéria remetida, não constituía nem possuía elementos pelos quais fosse possível a criação de um “Tombo” propriamente dito” (doc. 2).

Ainda assim, não obstante todas as dificuldades financeiras, administrativas, políticas e culturais, o arquitecto Benavente, munido da experiência inaugural de São Tomé e Príncipe, avançou como responsável máximo pelo desenvolvimento de um programa centralizador de salvaguarda patrimonial para Cabo Verde, Guiné e Índia, estando os restantes territórios ultramarinos dependentes das anteriormente referidas comissões de monumentos.

Afinal, e concluindo, a complexidade e abrangência deste programa patrimonial desenvolvido até à queda do *Estado Novo* e da sua enraizada política colonial são, sem dúvida, o melhor testemunho da incontornabilidade da experiência inaugural desenvolvida em São Tomé e Príncipe nos finais dos anos 50 do século XX.

Referências

- Aranha, P. (1939). *Segunda Viagem Triunfal*. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional.
- Benavente, L. (1956). *Nomeação de Benavente para os restauros em São Tomé e Príncipe*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 75, Pasta 527, Documento 17.
- Benavente, L. (1959). *Relatório de 5 de Janeiro de 1959*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 70, Pasta 490, Documentos 11, 15, 20.
- Benavente, L. (1960). *Programa anual de trabalhos*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 71, Pasta 491, Documento 31.
- Benavente, L. (1960a). *Classificação dos Monumentos do Ultramar*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 118, Pasta 805, Documento 2.
- Benavente, L. (1970). *Inauguração das igrejas restauradas*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 75, Pasta 53, Documento 8.
- Benavente, L. (1972). *Centenário da Descoberta da Ilha*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 71, Pasta 494, Documento 16.
- Campos, A. M. S. (1960). *Abertura de crédito para restauro*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 71, Pasta 491, Documento 23.
- Fernandes, J. M. (2010) *São Tomé (Ilha de São Tomé) Enquadramento Histórico e Urbanismo. Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, 363-366.
- Ferro, A. (2007). *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Gabinete de Urbanização do Ultramar (1956). *Solicitação ao Arquitecto Luís Benavente*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo Luís Benavente, Caixa 75, Pasta 527, Documento 1.

Galvão, H. (1934). *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional.

Mariz, V. (2012). A pioneer program of historic preservation – Portugal and the Colonies Heritage Monuments (1958-1974), *1st International Conference on Architecture and Urban Design*, 587-590.

Mariz, V. (2012a). O restauro do pelourinho da *Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970)* – Um processo de legitimação e consagração da memória. *Africana Studia*, no prelo.

Mariz, V. (2012b), De Atenas a Veneza – o percurso do Arquitecto Luís Benavente, *Simpósio Património em Construção – Contextos para a sua preservação*, 49-56.

Ministério do Ultramar (1958). Decreto 41:787. *Diário do Governo*, (172), 756-76. Acedido a 9 de Maio, 2012, de <http://dre.pt/pdf1sdip/1958/08/17200/07560761.pdf>.

Neto, M. J. (1995). *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Neto, M. J. (1999). Monumentos Nacionais – Memória, Propaganda e Poder (1929-1960). *Propaganda e Poder – Congresso Peninsular de História da Arte* (pp. 429-450). Lisboa: Faculdade de Letras.

Organização das Nações Unidas (1960). 1514 (XV) – Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples. *General Assembly – Fifteenth Session*, 66-67. Acedido a 10 de Maio, 2012, de <http://untreaty.un.org/cod/avl/ha/dicc/dicc.html>

Hugo Machado da Silva ° Sérgio Leopoldo Fernandez

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

Faculdade de Arquitectura

Universidade do Porto, Portugal

hugomachadodasilva@gmail.com ° atelier15@gmail.com

A Roça de São Tomé e Príncipe: Desígnio e Projecto

O presente artigo procura contribuir para o entendimento das estratégias da colonização Portuguesa, nomeadamente em território Africano, que utilizam assentamentos do tipo agrícola-industriais como elemento nuclear de estruturação, de transformação da paisagem e construção cultural de comunidades. Tomando como ponto de partida alguns exemplos que povoam o universo do caso de estudo - roças de São Tomé e Príncipe durante o ciclo do café e do cacau (finais século XIX até meados século XX) - pretende-se demonstrar que a materialização destas estruturas coloniais resulta de um intenso processo de especialização, que congrega a adaptação de métodos e modelos des/conhecidos ao universo português não só a uma geografia concreta, mas também a uma realidade socioeconómica em constante mutação.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, aglomerados agrícolas, roça, cacau, café

This article seeks to contribute to the understanding of the strategies of the Portuguese colonization, particularly in African territory, using agricultural/industrial settlements as a core element of organization, landscape transformation and cultural construction of communities.

Taking as a starting point a few examples that populate the universe of the case study - Roças of São Tomé and Príncipe during the cycle of coffee and cocoa (late nineteenth century until the mid twentieth century) - is intended to demonstrate that the materialization of these colonial structures result from an intense process of specialization, which congregates the adaptation of methods and models un/known to the Portuguese universe not only to a specific geography, but also to a ever-changing socio-economic reality.

Keywords: São Tomé and Príncipe, agricultural settlements, roça, cocoa, coffee

Introdução

O artigo encontra-se estruturado segundo três momentos: introdução, corpo do artigo e conclusões. No presente momento, o primeiro, procura-se enquadrar o artigo na investigação que o suporta. Deste modo, será identificada a natureza do problema, ou tese, que dá o mote à investigação, a essência do estado da arte no domínio abordado, o objectivo do artigo e sua relevância para fazer progredir o estado do conhecimento, bem como a metodologia proposta.

Num segundo momento descreve-se, de uma forma pormenorizada, os pontos relevantes do trabalho realizado. Por último, num terceiro momento, apresentam-se as conclusões do artigo, bem como futuras linhas de investigação.

O presente artigo surge no âmbito de uma investigação para doutoramento, desenvolvida pelo doutorando Hugo Machado da Silva, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), inserida no Centro de Estudos e Urbanismo (CEAU), sob a orientação científica do Professor Sérgio Fernandez e financiada através de Bolsa de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O projecto de investigação pretende colaborar para expansão do conhecimento, de natureza científica, da temática do património arquitectónico de origem portuguesa, estando o seu âmbito geográfico circunscrito a África, mais precisamente a São Tomé e Príncipe, durante o ciclo do café e do cacau (finais do século XIX até meados do século XX).

O caso de estudo define-se num extenso universo de assentamentos do tipo agrícola-industrial, comumente designados de roças, responsáveis pela estruturação do território segundo redes hierarquizadas e infra-estruturadas, em que os elementos são pensados e desenhados para desempenhar uma função específica e onde cada elemento ou edifício constitui uma peça chave num conjunto.

Procuram-se investigar os métodos e abordagens, soluções de vanguarda, quer a nível dos métodos de produção, quer a nível da materialização dos assentamentos, que tornaram possível um intenso processo de transformação destas ilhas num dos maiores produtores de cacau a nível mundial, para servir o propósito do projecto colonial.

Pretende-se comprovar que o processo de materialização das roças de São Tomé e Príncipe se caracteriza, não só pela adaptação de métodos e modelos des/conhecidos ao universo português a uma realidade concreta, mas também a uma realidade socioeconómica em constante mutação. Em suma, pretende-se demonstrar que as explorações que ainda hoje podemos visitar não resultam de um desígnio prévio, assente em modos e práticas de construção experimentadas noutras geografias, mas de todo um processo evolutivo, que se estende durante décadas, que alia esses mesmos modos e práticas a uma geografia específica, a diferentes momentos de investimento (determinados pelas cotações do cacau e do café), à introdução de novas técnicas e infra-estruturas de produção e a determinantes convulsões sociais (transição de um sistema cripto-esclavagista para um de serviços contratados).

Segundo Water Rossa (2007) no cerne da temática da investigação - património

arquitectónico e urbanístico de origem portuguesa - a problemática em torno da existência, ou não, de um relacionamento entre arquitectura, território e sociedade, inicialmente desenvolvida por arqueólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores é hoje maioritariamente investigada por arquitectos.

No caso de São Tomé e Príncipe, mais especificamente das roças, a identificação, documentação e mais prementemente, a investigação da arquitectura e urbanismo de origem portuguesa não se encontram, até ao presente momento, salvaguardados. O trabalho, desenvolvido ao longo de várias décadas, por outros colegas investigadores, na sua grande maioria de outros âmbitos disciplinares díspares do da arquitectura, resultou num conjunto de informação de elevado interesse, que no entanto não permite uma leitura/análise arquitectónica ou urbanística do património existente.

Assim, os estudos e publicações de referência são marcadamente do âmbito etnográfico, histórico e geográfico, fomentados numa primeira fase pela introdução das culturas do café e do cacau (Negreiros, 1895, 1897, 1901, 1909), (Campos, 1907, 1912, 1920), (Mantero, 1910) e numa segunda fase por um forte investimento no território (Campos, 1944, 1955, 1956a, 1956b), (Tenreiro, 1949, 1951, 1953, 1956, 1961a, 1961b). Apenas recentemente a investigação enveredou por outros âmbitos, nomeadamente o social (Garfield, 1971), (Hodges e Newitt, 1988), (Seibert, 2002), (Nascimento, 2002), (Moura, 2004).

Também no campo da investigação de arquitectura existiram já alguns estudos, ainda que direccionados para a inventariação. É de referir o trabalho efectuado por uma equipa multidisciplinar, que se deslocou ao arquipélago e desenvolveu uma série de levantamentos e recolha de informação, maioritariamente registos fotográficos, esquemas de implantação e características gerais de um universo restrito de roças (Lima, Guedes, Guedes, 1987).

Também no meio académico têm surgido investigações que centram a sua atenção na referida temática. No entanto, estas dissertações ou abordam diferentes linhas de investigação ou são, por natureza, curtas reflexões teóricas que abordam a informação pré-existente, não se traduzindo na adição de novos dados ou na sua posterior análise.

Em suma, a presente investigação, no âmbito disciplinar da arquitectura e do urbanismo, pretende contribuir para a colmatação de uma evidente lacuna na História da Arquitectura Portuguesa, uma vez que os estudos existentes referem a vertente arquitectónica mas não a analisam. Esta investigação torna-se ainda mais pertinente dado o estado de conservação dos elementos que povoam o universo do caso de estudo. Nesta perspectiva torna-se premente não só inventariar, mas também levantar o património de origem portuguesa em São Tomé e Príncipe e avançar para a sua análise e investigação. O seu interesse e aplicabilidade extrapolam, tanto o âmbito do caso de estudo, como o do próprio domínio da arquitectura, pelo que o seu labor poderá ser benéfico a um alargado conjunto de investigadores e entidades, das mais variadas disciplinas que abordem um alargado leque de temáticas nas mais diversas geografias.

Todas as tarefas referentes a levantamentos das estruturas coloniais das antigas

Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe foram efectuadas em conjunto com a Arquitecta Ana Luísa da Silva Fernandes, Doutoranda da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Doutor Manuel Fernandes de Sá e do Professor Doutor Rui Fernandes Póvoas, cuja investigação está relacionada com Micro-Estruturas de desenvolvimento, tendo São Tomé e Príncipe como caso de estudo.

A cooperação entre as duas investigações, materializada na produção de uma base de dados única, possibilita não só ampliar os elementos que constituem a amostragem, mas também abordar o levantamento de cada estrutura agrícola de uma forma mais pormenorizada (através da utilização de escalas de trabalho mais associadas ao edificado), permitindo a recolha de mais elementos e características. Em suma, a colaboração facultou uma importante sinergia de investigação e partilha de informação, a ser desenvolvida posteriormente segundo perspectivas autónomas e diferenciadas - uma segundo uma vertente mais histórica, génese e evolução das estruturas agrárias, outra sob a perspectiva do desenvolvimento.

O trabalho de campo foi alicerçado tanto na listagem de 112 Empresas Agrícolas (sedes e dependências), patente na investigação Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe (Lima, Guedes, Guedes, 1987), como no trabalho de campo desenvolvido em colaboração com a Doutoranda Arquitecta Ana Luísa Fernandes. Deste modo, a equipa procurou expandir, detalhar e operacionalizar a informação existente, empregando uma metodologia de trabalho que resultou não só das tarefas executadas, mas também da sua posterior análise crítica.

A amostragem cifra-se, no presente momento, em 68 conjuntos de levantamentos arquitectónicos, compostos por desenhos cotados e fotografias, aos quais se adicionam outros conjuntos compostos apenas por levantamentos fotográficos.

Cada Empresa Agrícola ou Roça foi entendida como um conjunto arquitectónico devidamente definido, localizado e georreferenciado, sendo o seu levantamento arquitectónico organizado e desenvolvido da escala do conjunto, através do desenho cotado de uma planta geral esquemática (desenho de perfis de terreno sempre que se justifique), até à escala do objecto arquitectónico, através do desenho cotado da implantação e fachada principal de cada edifício que compõe o conjunto.

Para cada elemento da amostragem foi elaborada uma ficha de levantamento específica onde se estabeleceram os campos a serem inquiridos: função, área, características físicas e construtivas e ainda o estado de conservação.

Corpo do Artigo

O património arquitectónico ainda hoje existente em São Tomé e Príncipe, que é abrangido pela presente investigação, apresenta sinais de inúmeras colagens, ampliações e demolições, aliás este é também dos aspectos que lhe conferem uma inegável qualidade e interesse. No entanto, nem todas estas operações se enquadram no âmbito temporal da investigação, remontando, muitas delas, a intervenções ocorridas na pós-independência. Por outro lado, uma vez que procuramos indícios de um processo

de especialização, muitas das características ou exemplos necessários à investigação remontam ao século XIX, sendo hoje, na sua grande maioria, inexistentes.

Deste modo, a investigação socorrer-se-á de dois tipos de informação: uma resultante da recolha nos mais diversos registos bibliográficos (publicações, teses, cartas, registos históricos); outra recolhida através do trabalho de campo. Em conjunto, as duas fontes de informação procuraram formar um retrato fiel da evolução dos assentamentos dentro do hiato temporal pretendido.

Dada a natureza do presente artigo não se procura, neste momento, apresentar uma contextualização muito detalhada e extensa do processo de colonização do território de São Tomé e Príncipe. Esta contextualização será apresentada apenas como suporte ao presente artigo, procurando, acima de tudo, ir de encontro à sua finalidade.

Significado e Origens: Reflexão bibliográfica

O processo de colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe não se caracteriza, na sua essência, pela singularidade ou por uma especificidade decorrente das suas características geográficas. De um modo geral, pode-se afirmar que a metodologia de apropriação do território ocorreu de acordo com o que havia já sido testado e ensaiado pelos portugueses, noutras regiões insulares do Atlântico¹. Segundo Francisco Tenreiro (1961a, p. 651), a ocupação das ilhas recorreu a uma série de premissas comuns a quase todas elas². Estávamos, deste modo, perante um plano estratégico que aplicava a um conjunto de territórios que abarcavam um espectro geográfico de ampla dimensão³, um mesmo conjunto de conceitos e normas, aparentemente, indiferente às especificidades geográficas e climatéricas de cada ilha ou arquipélago.

Em São Tomé e Príncipe, assim como na generalidade dos outros territórios, o processo de ocupação e apropriação do território fez-se por entre o derrube do mato (*Obó*⁴) e a instalação de grandes estruturas agrícolas, seguindo o modelo *plantation*⁵. Este sistema, de inúmeras repercussões, primeiro na colonização da América e mais tarde na África e Ásia, consistia num sistema agrícola baseado na monocultura de exportação, recorrendo a latifúndios e a numerosa mão-de-obra escrava. A natureza dos seus produtos, o facto de se tratar de bens de exportação, dependentes das cotações dos mercados internacionais, conferia às *plantations* um elevado grau de complexidade e disciplina administrativa. Na sua estrutura podem-se observar os campos dedicados à cultura por produto de rendimento garantido, as matas⁶ e também o terreiro, peça central do aglomerado agrícola. No terreiro podíamos encontrar a casa da administração (a casa grande dos engenhos Brasileiros) e as sanzalas⁷.

¹ Casos dos Arquipélagos da Madeira e Açores e das Ilhas de Cabo Verde.

² 1) introdução de população livre e população escrava; 2) introdução de culturas lucrativas, uma das quais desempenhou papel de grande importância no desenvolvimento dos arquipélagos: a cana-de-açúcar; 3) política de atracção de comerciantes e técnicos estrangeiros; 4) estímulo de cruzamentos entre europeus e africanos com o fim de se criar população "nova" e livre; 5) substituição gradual do regime de escravidão por servidão atenuada; 6) tentativa de transplantação de culturas de subsistência do Mediterrâneo para os arquipélagos; 7) circulação de homens e produtos da África, da América tropical e da Índia para as ilhas; 8) radicação de sistemas administrativos e agrários vulgares no Sul da Europa nas Ilhas Atlânticas e nas do golfo da Guiné, tais como o regime de donatários e as organizações agrárias que prenunciam os sistemas capitalistas de exploração da terra (roças ou plantações). (Tenreiro, 1961a, p. 651)

³ Desde os Açores, a 40° Norte, até São Tomé e Príncipe, atravessado pela linha do Equador.

⁴ Denominação utilizada em São Tomé e Príncipe para definir mato.

⁵ A utilização da palavra inglesa *plantation* surge das várias interpretações possíveis da aplicação da tradução para o português: plantação.

⁶ Terrenos destinados a futuras expansões, ou à rotatividade das culturas consoante a necessidade.

⁷ Habitações destinadas aos escravos ou, dependendo do enquadramento temporal, serviços contratados.

Este espaço significava mais do que apenas o centro da função habitacional destas estruturas, era também o centro do sistema de produção; local de instrução dos trabalhadores, de secagem dos produtos e nó organizativo de todas as outras peças que compunham a *plantation*: armazéns, oficinas, secadores e refeitórios.

Segundo Francisco Tenreiro (Tenreiro, 1961a, p. 654), este tipo de estrutura agrícola é visível em muitas das explorações agrícolas, decorrentes do colonialismo português, não apenas pela sua organização física, mas também na sua organização administrativa e social.

A roça de São Tomé é sinónimo da fazenda do Brasil (do cacau e do café), como também da finca de Fernando Pó – todos estes estabelecimentos apresentam o mesmo estilo inconfundível. (Tenreiro, 1961a, p. 654)

Definidos os traços gerais, orientadores da expansão (ocupação dos territórios insulares) tornasse pertinente reflectir acerca do modo de disseminação do modelo em São Tomé e Príncipe.

Na sua génese, a palavra roça significa o desbaste de terras para dar lugar a culturas. Assim, após o abate das árvores, ou roça do mato, passa-se à queimada, de modo a preparar o solo para a cultura a plantar. Este é um sistema quase que universal, encontrando repercussões por toda a Europa, sendo mais tarde exportado para as respectivas colónias. Em São Tomé e Príncipe tendo sido, no início da colonização, necessário proceder à abertura de roças para o plantio de milho como meio de subsistência e autonomia territorial, rapidamente essa significação transpôs o âmbito da técnica, passando a significar o próprio campo de cultivo, à semelhança do Brasil.

A palavra “roça” representaria na ilha de São Tomé, desde o século XVI até meados do século XIX, um pequeno estabelecimento agrícola, que, tendo resultado do acto de roçar, se destinava a culturas de subsistência. (Tenreiro, 1961b, p. 142)

Tal como nos relata Tenreiro, esta designação duraria até meados do século XIX, altura em que este território sofreu um intenso processo de transformação, uma vez que até esta altura a estrutura agrária do território se encontrava totalmente dedicada a um único produto de rendimento garantido, a cana-de-açúcar.

Os engenhos do açúcar, as estruturas agrárias decorrentes do plantio da cana e da produção do açúcar, eram, na sua generalidade, estruturas que se identificavam pela sua funcionalidade e por um relacionamento íntimo com a envolvente. Ao mesmo tempo que nos surgem quase como prolongamentos da paisagem, revelam a sua verdadeira natureza: uma verdadeira máquina de produção intensiva. Seja pela grandeza da sua dimensão, pela especificidade cultural incutida pelo produto do seu labor, ou pelo poderio económico e social de que usufruíam os seus donos, estas estruturas herdaram o seu nome da peça central do processo de produção a que estavam destinadas: o engenho.

Uma outra designação bastante comum neste espaço temporal para designar propriedades de grandes dimensões era o termo “fazenda”. Enquanto em Portugal continental a expressão “ter fazenda” significava ser possuidor de terras de pão e de gado (Tenreiro, 1961b, p. 143), em São Tomé o seu significado era algo díspar. Englobando no seu sistema não só a cultura de produtos de rendimento garantido, mas também a cultura de produtos de subsistência, exploração de madeiras e por vezes algum gado, constituíam-se segundo aglomerados de grande dimensão e complexidade.

Tanto as fazendas como os engenhos nunca assumiram um papel de relevância dentro do panorama São Tomense, visto que ambos os modelos não se assumiram como estruturas economicamente rentáveis. Enquanto as primeiras não apresentavam um volume de exportação relevante, derivado à sua natureza de estrutura de policultivo, a natureza das segundas, o cultivo da cana no território de São Tomé e Príncipe, não apresentava uma performance que permitisse a concorrência com os engenhos Brasileiros.

O fracasso económico dos modelos ditou o abandono relativo das ilhas durante aproximadamente 200 anos, permitindo que o mato invadisse os terrenos de cultivo e as estruturas agrárias, entretanto desprotegidas.

Um novo ciclo de povoamento e forte humanização do território deu-se com a introdução de duas novas culturas: primeiro o café e mais tarde o cacau. Foi, deste modo, que em meados do século XIX se sentiu mais uma vez a necessidade de efectuar roças e domar o mato com vista ao estabelecimento de novos aglomerados agrícolas que respondessem às exigências de um novo tipo de cultura.

Segundo Tenreiro as primeiras plantações fizeram-se aproveitando os antigos engenhos, aproveitando a infra-estruturação já realizada e empurrando de novo o obó para o interior da ilha.

Mas foram os engenhos que estiveram na base das actuais propriedades da ilha de São Tomé, e não as roças alimentares nem as fazendas de policultivo dos séculos XVI a XIX. Recuperados, a partir da segunda metade do século XIX, os terrenos dos velhos engenhos, vieram dar lugar às actuais roças da ilha. (Tenreiro, 1961b, p. 143)

Se por um lado estas novas propriedades não herdaram o nome dos engenhos, marcado pelo fracasso económico e por uma cultura específica de um produto diferente, seriam apelidadas de fazendas durante algum tempo⁸. No entanto, todo o sistema de organização e hierarquização funcional, bem como todo o sistema social assentavam nos moldes dos velhos engenhos.

Mas a moderna roça não herda só do engenho o seu próprio território, muitas vezes o nome local, como, nas suas linhas gerais, se justapõe à estrutura económica e administrativa daquele. Organismo agrário dedicado a culturas comerciais, reata, cerca de duas centúrias após o “pousio”, as funções económicas e sociais que o engenho desempenhara nos séculos XVI e XVII. (Tenreiro, 1961b, p. 146)

⁸Motivo pelo qual até certa altura se torna difícil contabilizar o número de roças existentes nas ilhas.

A par do próprio território e da estrutura administrativa e social, a roça herdou do engenho a estrutura, o sistema espacial que organiza as propriedades. Nos seus traços gerais a estrutura é a mesma: no centro o terreiro, antigo local do engenho ou moenda do açúcar, agora assumindo todo o protagonismo enquanto centro administrativo e social. Ao seu redor todas as estruturas administrativas e infra-estruturas associadas à produção: a casa da administração (a casa grande do engenho), o hospital, a capela, os armazéns, as oficinas e as sanzalas. Por último, rematando a periferia da estrutura, os campos de cultivo e as matas.

Ciclo do café e do cacau: Um novo paradigma

Ao nível do território este novo ciclo caracterizou-se pela expansão das lógicas e metodologias de ocupação pontual. A rentabilidade do café e do cacau, a possibilidade da sua plantação a altitudes mais elevadas e um processo produtivo que não dependia directamente dos cursos de água, potenciou uma apropriação da paisagem que se estendeu para lá da orla costeira, dispersando-se pelo território à excepção das áreas de difícil acesso.

Segundo José Manuel Fernandes (2005) as propriedades agrícolas, agora denominadas de roças, funcionavam como os focos povoadores estruturadores do território, descrevendo uma rede “*proto-urbana*”, não só porque são elas que na realidade materializam a fixação à terra, mas também por que introduzem no contexto São-Tomense todo um conjunto de equipamentos (hospitais/enfermarias, escolas/creches, capelas e oficinas), infra-estruturas (caminho-de-ferro, portos de mar) e modos de habitar, frequentemente, associados à contemporaneidade. Desta forma, as roças representavam autênticas micro-cidades, muitas vezes auto-suficientes, que dependiam do exterior apenas para o escoamento do seu produto.



Figura 1 - Roça Uba Budo - Formatura [IICT].



Figura 2 - Condução dos serviçais ao trabalho [IICT].

As ligações estabeleciam-se, maioritariamente, entre as pequenas propriedades, as dependências, e as grandes propriedades pólos de produção e destas para as roças com porto de mar que concentravam todos os serviços de logística de exportação. Deste modo, cada peça da rede desempenhava um papel específico (plantação, produção e exportação), sendo a sua constituição e organização perfeitamente adequada à sua função. A sua originalidade e qualidade resultam acima de tudo na leitura do seu conjunto e não das partes que o compõem.

Os escassos recursos tecnológicos ditavam a necessidade de um elevado número de mão-de-obra, para executar, na maior parte das vezes, um trabalho intensivo. Este factor, aliado ao isolamento próprio de um território virgem, traduziu-se na formação de aglomerados agrícolas que almejando a maior concentração possível de mão-de-obra, ditavam a criação de micro-sociedades ao serviço da produção. Desta forma, as roças exprimiam na paisagem São Tomense a imagem de um verdadeiro aglomerado. Uma comunidade, fortemente hierarquizada e complexa, composta por grupos sociais bem definidos: os proprietários, dirigentes, capatazes e trabalhadores (escravos ou mais tarde, serviçais contratados). Nestes locais, a ordem social derivava do trabalho, do isolamento e das regras sociais impostas pelos donos das plantações, que se reflecte num sistema urbanístico que deu lugar à criação de subculturas, identidades e significações específicas.



Figura 3 - Roça Monte café - Formatura [IICT].



Figura 4 - Roça Monte café - Formatura [IICT].

Conclusões

Especialização: Métodos e Lógicas de Actuação

O trabalho desenvolvido por outros colegas investigadores sugere que o processo de colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe ocorreu em conformidade com os padrões de colonização portuguesa. A actuação pauta-se, primeiramente, por um carácter pragmático, fortemente vocacionada para o mercantilismo, para a ocupação da orla costeira, dos portos essenciais para as exportações de produtos oriundos das penetrações fluviais. É apenas quando as condições económicas e socioculturais o permitem (rendimentos do cacau e do café) que se põem os problemas dos traçados mais claros e unificadores (forte investimento na infra-estruturação do território e nos assentamentos agrícolas). Numa visão mais generalista, em conformidade com os padrões de colonização portuguesa, o que se perdia em racionalidade, ganhava-se muitas vezes na singularidade dos traçados urbanísticos e dos conjuntos arquitectónicos.

Neste sentido, entende-se o ciclo do café e do cacau como um processo evolutivo que especializa os modos e práticas anteriormente experimentados pelos portugueses, a uma cultura específica (café e cacau), a uma geografia específica (ilhas de São Tomé e Príncipe) e é determinado por inúmeros factores económicos (cotação

internacional do cacau), sociais (transposição de um sistema de escravatura para um de serviçais contratados) e políticos (transição de sistema político - republicano para ditatorial). Neste sentido, o sucesso das novas culturas de alto rendimento funciona como charneira entre os modos e práticas anteriormente experimentados e os exemplos mais evoluídos e realizados das roças de São Tomé (Empresas Água Izé, Rio do Ouro, Monte Café, entre outras).



Figura 5 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 6 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 7 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 8 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].

A configuração de um sistema de especialização revela-se ainda mais interessante uma vez que as conclusões primárias da investigação sugerem a presença de transversalidade deste processo às várias escalas de actuação, estabelecendo relações directas de causa e efeito. Assim, é possível observar factores de transformação concertados desde a escala do território, passando pela escala do assentamento e terminando na escala do edificado.



Figura 9 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].



Figura 10 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].



Figura 11 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].

Ao nível do território, o inicial alto rendimento das novas culturas originou uma corrida às áreas de plantação, fomentando a expansão das lógicas de ocupação. No entanto, a alta volatilidade das cotações destas mesmas culturas, nas primeiras décadas do século XX, originou uma profunda reorganização da estrutura da propriedade. A incerteza do rendimento e as baixas margens de lucro preceituavam, não só a necessidade de grandes extensões de plantação, como um extremo racionalismo do processo de exploração. O resultado traduziu-se num processo de agregação de assentamentos, de pólos unitários em empresas agrícolas de médio e grande calibre, fortemente hierarquizadas e infra-estruturadas. A reorganização potenciou tanto a organização industrial como a organização social à grande escala. Os assentamentos deixam de actuar isolados, dependentes dos cursos de água, e organizam-se em rede, estando cada elemento destinado a uma função específica (plantação, produção e exportação). Também os serviços de carácter assistencial se encontram agora disseminados pelo território e adaptados a este novo paradigma, estando as sedes das empresas encarregues de servir as dependências de um vasto leque de serviços (administração, saúde e educação).

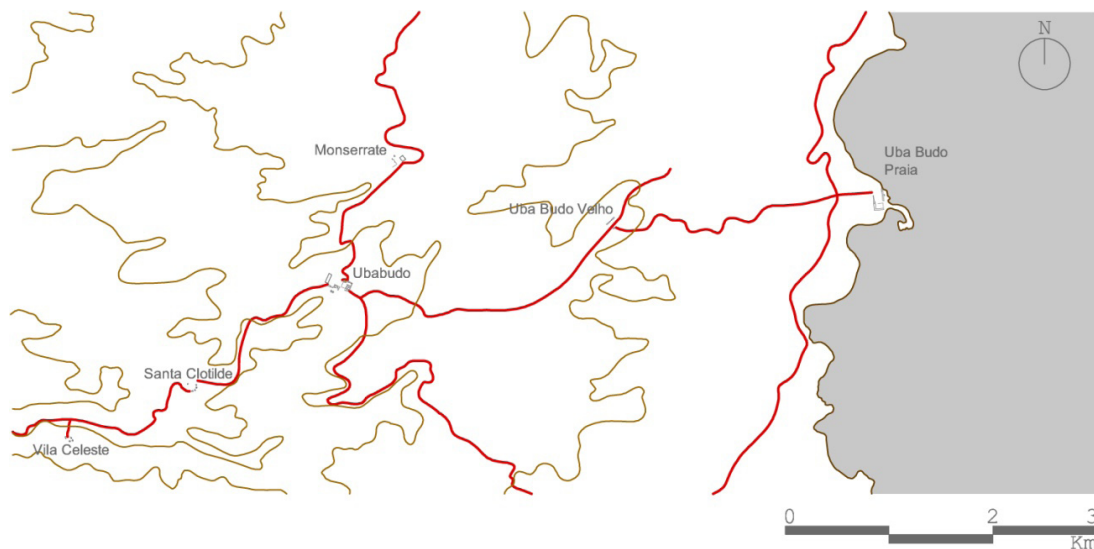


Figura 12 - Mapa Empresa Uba Budo [ASF + HMS].

Ao nível do assentamento, as transformações programáticas resultantes da organização em rede, aliadas a inúmeras conturbações sociais e políticas, correspondem também a profundas alterações dos paradigmas que regem a organização destes espaços. Assim, a reorganização dos assentamentos surge, não só de forma a corresponder aos seus novos desígnios dentro do esquema geral da empresa, mas também em resposta à introdução de novos equipamentos, tanto de carácter social, como industrial. Na sua base está um racionalismo extremo, cujos parâmetros não procuram tanto a coerência, mas principalmente a eficiência, recorrendo ao senso comum, compreendem acima de tudo os objectivos a cumprir.

A atribuição de uma função específica a cada elemento que compõe a rede, provoca profundas mutações à definição desse mesmo elemento. Em suma, verifica-se a transposição de um sistema amplamente experimentado, que respondia a todas as vertentes necessárias a uma matriz de produção auto-suficiente, para vários modelos específicos (plantação, produção e exportação), correspondentes à função desempenhada dentro do esquema geral.

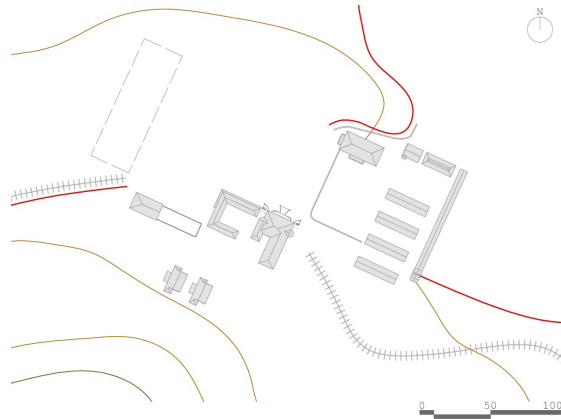


Figura 13 - Planta Geral - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

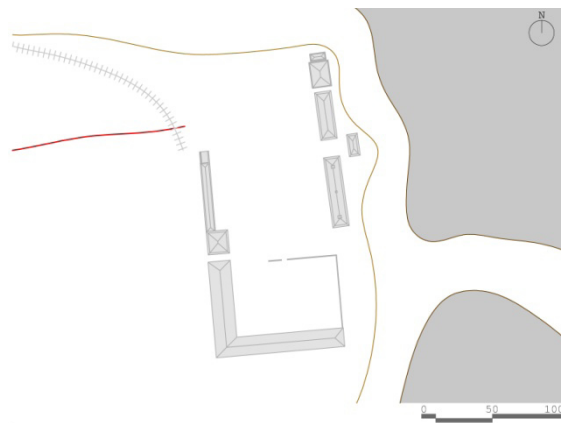


Figura 14 - Planta Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

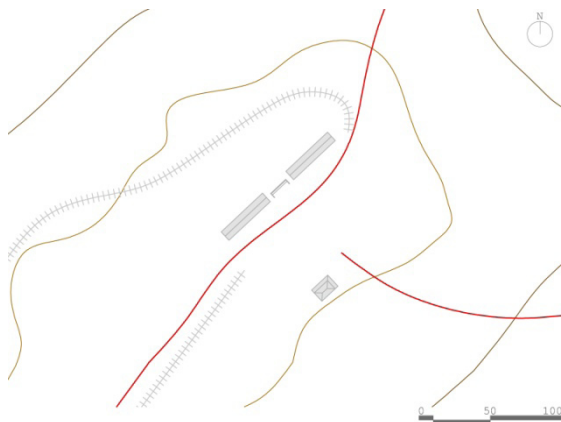


Figura 15 - Planta Geral - Roça Uba Budo Velho [ASF + HMS].



Figura 16 - Planta Geral - Vila Celeste [ASF + HMS].

Às sedes, centros polarizadores de cada empresa, corresponde um esquema complexo composto, tanto por unidades de habitação, como de produção, armazenagem, assistência e por vezes de exportação. Às dependências, correspondem esquemas mais simples, compostos na sua grande maioria, apenas por unidades de habitação. Neste âmbito, é de referir a perda gradual de importância do terreiro na definição da matriz espacial das dependências. Uma vez que estes assentamentos não careciam de um espaço de processamento de matérias-primas, a sua implantação não contemplava a definição espacial de um terreiro, realizando-se a formatura e a organização do trabalho num descampado situado na periferia da roça. Este factor poderá também explicar a utilização, nas dependências, de um sistema de exposição solar díspar das sedes⁹ e das antigas roças¹⁰.

Ainda que de empresa para empresa, as características das estratégias de organização, tanto das sedes, como das dependências, sejam, no seu âmago, semelhantes, é possível associar lógicas de actuação a diferentes empresas e a diferentes hiatos temporais, sugerindo diferentes, mas homogéneos, momentos de investimento.

Também ao nível do edificado é notória a pretensão de abandono de modelos que tiveram por base intenções mais pragmáticas e casuísticas por construções que correspondam aos novos desafios económicos e sociais.



Figura 17 - Alçado Geral - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

⁹ Nas quais o terreiro influencia directamente a definição do espaço.

¹⁰ Nas antigas roças de São Tomé e Príncipe, assim como acontecia nas fazendas do Brasil, a orientação solar era definida de forma a maximizar a exposição solar do terreiro.

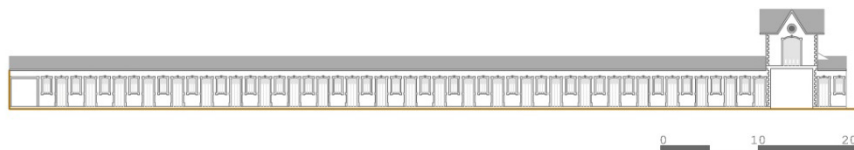


Figura 18 - Alçado da Sanzala - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

Assistimos, de uma forma geral, não só à transposição de um sistema de construção baseado na madeira para as alvenarias de pedra, tijolo e bloco, mas também à transformação dos paradigmas que regem a organização dos edifícios. Assim, onde se procura a economia de meios e a prontidão de construção, normalmente nas habitações destinadas aos serviçais (sanzala) e nas infra-estruturas de apoio à produção (armazéns, secadores, oficinas) revela-se um surpreendente rigor associado à sistematização dos processos construtivos e um claro recurso ao uso tipológico.

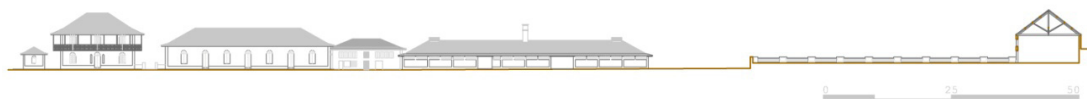


Figura 19 - Alçado Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

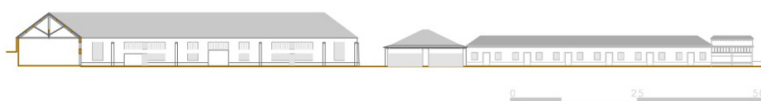


Figura 20 - Alçado Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

Nas construções onde estas condicionantes desvanecem, habitação dos feitores e dos proprietários, bem como nas infra-estruturas de apoio social (hospitais e enfermarias) emerge um investimento na vanguarda das correntes arquitectónicas da época, ainda que muitas vezes pautada uma forte miscigenação de influências.

Tal como acontecia na organização dos assentamentos, também na definição do edificado é possível agrupar, dentro do âmbito de cada empresa, diferentes momentos de investimento, numa clara tentativa de resposta a diferentes condicionantes socioculturais.

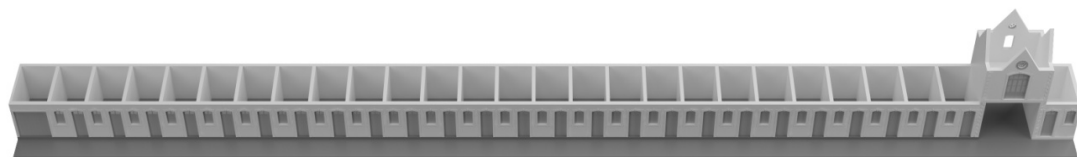


Figura 21 - Modelo da Sanzala - Roça Uba Budo Sede [ASF + HMS].

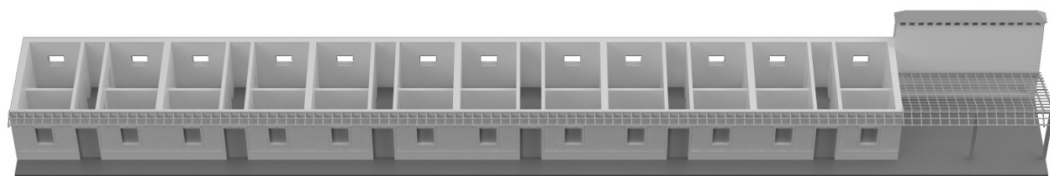


Figura 22 - Modelo da Sanzala - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

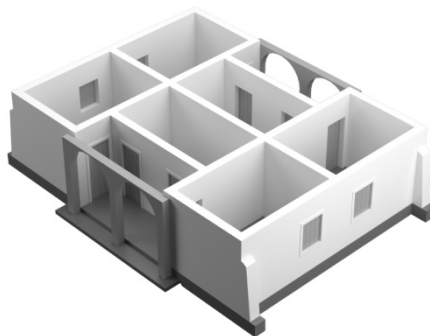


Figura 23 - Modelo da Sanzala - Roça Vila Celeste e Santa Clotilde [ASF + HMS].

Agradecimentos

A presente investigação conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), sob a forma de Bolsa de Doutoramento do primeiro autor, sem a qual o actual plano de estudo não seria possível.

Agradece-se à Arquitecta Ana Silva Fernandes, Doutoranda pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, (referenciada como ASF), tanto pela realização conjunta dos levantamentos arquitectónicos das Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe, como por todo o apoio e disponibilidade demonstradas no decurso da presente investigação.

Iconografia

[ASF] - Ana Silva Fernandes

[IICT] - Instituto de Investigação Científica e Tropical

[HMS] - Hugo Machado da Silva

Referências

Alves, Carlos Castro (2008). *São Tomé - Ponto de Partida*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações e Instituto Marquês de Vale Flor.

Campos, Ezequiel (1907). *Caminho de ferro do Norte da Ilha de S. Thomé. Elementos do Projecto do 1º traço: Cidade - Cruzeiro da Trindade*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.

- Campos, Ezequiel (1912). *Obras Publicas de S. Thomé. Plano de melhoramentos locais. Projectos de leis*. Lisboa: Livraria Ferin.
- Campos, Ezequiel (1920). *A revalorização agrícola da Ilha de S. Thomé. Subsídios para a Política Colonial*. Vila Nova de Famalicão: Edição do autor, Typographia Minerva.
- Costa, Alexandre Alves (2007). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP Publicações.
- Fernandes, José Manuel (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Garfield, Robert (1971). *A History of Sao Tome Island, 1470-1655: The Key to Guinea*. São Francisco: Mellen University Press.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja.
- Hodges, Tony & Newitt, Malyn (1988). *São Tome and Príncipe: From Plantation Colony to Microstate*. Westview.
- Lima, João Abreu, Guedes, Manuel Sousa & Guedes, Sebastião Sousa (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Fundação Amaro da Costa. (não publicado).
- Mantero, Francisco (1910). *A mão dobra em S. Thomé e Príncipe*. Lisboa.
- Moura, Denise (2003). *São Tomé e Príncipe: Roças, Hierarquias e Quotidianos Brancos (1820 – 1975)*, Mestrado em História de África, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa.
- Nascimento, Augusto (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Nascimento, Augusto (2002). *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense,
- Negreiros, Almada (1895). *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos.
- Negreiros, Almada (1909). *L'instruction dans les Colonies Portugaises*. Bruxelles: Institut Colonial International.
- Seibert, Gerhard (2002). *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. 2ª Edição. Lisboa: Vega.
- Silva, Hélder Lains e (1958). *São Tomé e Príncipe e a cultura do café Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- Rossa, Walter (2002). *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Tenreiro, Francisco (1949). *A agricultura na Ilha de S. Tomé: suas relações com as condições geográficas, a colonização e a economia em geral: Congrès International de Géographie* Lisboa: Union Geographique Internationale.

Tenreiro, Francisco (1961a). A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé. Garcia de Orta. *Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, 9 (3), pp. 649-656.

Tenreiro, Francisco (1961b). *A ilha de São Tomé: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar.

Ana Silva Fernandes ° Manuel Fernandes de Sá ° Rui Fernandes Póvoas

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

Faculdade de Arquitectura

Universidade do Porto, Portugal

alfernandes@arq.up.pt ° msa@arq.up.pt ° rpovoas@arq.up.pt

Regeneração das roças de São Tomé e Príncipe: herança e apropriação, desafios e potencial para o desenvolvimento

O território de São Tomé e Príncipe, profundamente marcado por uma colonização que incidiu na exploração agrícola extensiva, herdou as estruturas e mecanismos desenhados para esse propósito de optimização da produção: as empresas agrícolas - roças - constituíram não só laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, como também a base de estruturação da paisagem física e humana. Estas estruturas testemunham assim os progressivos passos da luta de manipulação do território, da experimentação e da procura da vanguarda tecnológica para superação de desafios entrepostos à acção humana. Na actualidade, as Roças constituem a materialização de uma extensa memória, que abarca não só o projecto colonizador, mas principalmente todos os meios e relações mobilizados na sua concretização e na sua subsequente apropriação e readaptação: o contributo dos trabalhadores, a busca de estratégias de optimização para os problemas encontrados, as opções de configuração e desenho do espaço, ou os mecanismos da sua transformação no contexto de autonomia pós-colonial, configuram um extenso património físico e humano. A independência e as estratégias políticas que marcaram os diferentes períodos da governação da nova Nação, introduziram alterações radicais na estrutura socioeconómica São-tomense, assim como na sua estrutura fundiária e no regime de propriedade. Da nacionalização das propriedades agrícolas operada no seguimento da sua independência, até à reforma agrária doze anos mais tarde que propõe a distribuição de terras pelos trabalhadores das extintas empresas (PNUD, 2008, p. 54), produzem-se mutações não só no uso do solo, mas também na forma como o espaço e as estruturas arquitectónicas são vividos. De complexos desenhados para a optimização da produção agrícola, as Roças passaram a aldeias improvisadas. Com a transição de empresas agrícolas com gestão centralizada e mão-de-obra extensiva, para as parcelas de exploração autónoma, alteram-se as relações sociais, as rotinas laborais e as necessidades habitacionais, de que são reflexo as adaptações e apropriações operadas no edificado. E essas alterações, processando-se num contexto de dificuldades económicas e escassez de recursos, têm assumido contornos de precariedade. Actualmente, quase oitenta por cento das habitações localizadas em meio rural, das quais grande parte se situa em contexto de roça, são consideradas “básicas”, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade (INE, 2003, p. 10). A provisão e o acesso a infra-estruturas básicas ou a equipamentos de apoio são também frágeis, estando grande parte das estruturas herdadas em avançado estado de degradação. De forma a identificar constrangimentos e capacidades, o trabalho de investigação em curso incide na análise das mutações sofridas pelas roças e dos mecanismos de apropriação dos edifícios herdados, no levantamento das características e estado de conservação do património arquitectónico, e ainda na sua interacção com relações sociais. Assim, a presente comunicação tem como intuito apresentar parte dessa pesquisa, analisando a herança colonial, as mutações pós-independência e o seu impacto na actual conformação do território e do património arquitectónico, identificar necessidades contemporâneas e mecanismos para a sua colmatação e, por fim, lançar a discussão em torno desses desafios e potenciais para o desenvolvimento.

Palavras-chave: património, roças, apropriação, reabilitação, desenvolvimento

Nos contextos pós-coloniais, as heranças socioeconómicas e territoriais não detêm uma afiliação única mas constituem antes um extenso *património partilhado*, reunindo e assimilando os contributos de múltiplas influências, gerações e legados culturais. Para além do impacto dos projectos coloniais - quer ao nível das estruturas socioeconómicas quer do ambiente construído - múltiplas outras participações contribuíram para a construção destes territórios: a influência, em paralelo, de outras culturas e pontes de ligação, assim como a reconstrução identitária que sucedeu à independência e aos múltiplos processos de mutação até à actualidade, conformam essa realidade contemporânea de múltiplas afiliações. Esse legado de miscigenação molda portanto um *património partilhado*, que inclui para além dos testemunhos construídos, também um extenso legado imaterial.

Esta ideia de *património partilhado* tem vindo a assumir uma posição de maior visibilidade enquanto valor e testemunho da diversidade cultural e do contacto entre culturas, como o transparece a ainda recente criação (em 2003) do *Committee on Shared Built Heritage* da UNESCO no seguimento do anterior *Committee on Shared Colonial Architecture and Town Planning* que data de 1998. Esta conjugação de esforços demonstra que a “crispação pós-colonial foi lentamente dando lugar a um entendimento menos exclusivo do encontro de culturas, a um cuidado cada vez maior em preservar os indícios da partilha de valores que nesse vasto encontro se verificou” (Mattoso, 2010, vol.II, p. 13). Desta forma, se neste contacto cultural os desequilibrados jogos de poder não podem ser negados, é também importante reconhecer os processos de interacção, mútua influência e assimilação que tomaram lugar. E se estes mecanismos foram marcados pela especificidade local e as suas conjunturas espaciotemporais, actualmente “os vestígios deste encontro de culturas já não pertencem a um só país; pertencem a toda a Humanidade, porque dão testemunho da diversidade cultural e da criatividade humana” (Mattoso, 2010, vol.II, p. 14). Estes testemunhos conjugam pois essa dupla escala: a universal, relacionada com os mecanismos de actuação da cultura humana, mas também a local, na forma como se materializaram naquele contexto específico e dada a conjugação de determinados factores. Ao nível local, apresentam-se assim não só como testemunhos de uma herança, mas especialmente da acumulação de todos os processos que atravessou, dos contributos iniciais, a alterações subsequentes ou aos mecanismos de apropriação operados com mudanças radicais de contexto: o seu valor reside “tanto para a história desses encontros ou desencontros, como para a compreensão das culturas nacionais que deles resultaram” (Mattoso, 2010, vol. II, p. 15).

A actualidade, apresenta-se portanto como essa combinação de ligações, densificada ao longo do tempo e relacionando-se no espaço. No entanto, o território pós-colonial, devido à sua herança, às rupturas ideológicas e estruturais assumidas no processo de independência assim como às radicais alterações das suas estruturas socioeconómicas, está recorrentemente associado com a ideia de subdesenvolvimento, apresentando dificuldades adicionais no seu processo de sustentação. Neste contexto, a conservação dos bens patrimoniais assume-se como especialmente exigente (Serageldin, 1997; Fernandes *et al*, 2011): não só as lacunas económicas

e infra-estruturais são extensas, como o recente processo de construção da Nação apresenta fragilidades ao nível dos mecanismos de intervenção e regulação, dificultando grandemente as iniciativas de intervenção, manutenção e dinamização.

Os patrimónios partilhados de matriz Portuguesa

As ilhas do Atlântico funcionaram como autênticos laboratórios de experiências humanas que promoveriam a adaptação de homens e plantas a novos ambientes e ao estabelecimento de vivo diálogo entre gente da Europa e de África. (Tenreiro, 1961).

A atitude Portuguesa no contacto com os territórios além-mar é descrita como sendo especialmente permeável à integração de outros contributos e à reacção ao local de implantação, ideia que surge transversalmente nos domínios da historiografia e dos estudos territoriais e arquitectónicos (Hollanda, 1995 (1936); Freyre, 1961; Costa, 1995; Rossa, 2002; Portas, 2004; Fernandes, 2005). Comparativamente a outras potências colonizadoras, o caso Português surge como o exemplo onde a assimilação de referências constitui recorrência, estratégia e necessidade: possivelmente pela pequena escala do território de origem, a sua reduzida população e os limitados recursos materiais face à ambição do projecto colonial, a adaptação e a miscigenação constituíram uma mais-valia na reacção aos constrangimentos e à imprevisibilidade.

Gilberto Freyre, debruçando-se sobre a atitude do português no Brasil, cunha a divulgada ideia de *luso-tropicalismo* - essa estratégia de miscigenação e assimilação cultural operada pelos Portugueses no contacto com os trópicos -, influenciando diversos autores, entre os quais Francisco Tenreiro, com extensa obra sobre São Tomé e Príncipe. Esta ideia viria a ganhar força também no contexto do Estado Novo, manipulada para veicular a imagem de um extenso Portugal com Províncias Ultramarinas, com a intenção de anular a repressora noção de império colonial.

No entanto, e independentemente da visão luso-tropicalista, do seu enquadramento temporal ou da sua utilização enquanto estratégia política, dois aspectos são importantes para a compreensão deste enquadramento: por um lado, entendendo o projecto colonial como um processo que não é uno, mas múltiplo e diversificado, reagindo às diferentes conjunturas económico-temporais que se foram materializando e à especificidade de cada território; esta perspectiva traduz-se na leitura do espaço colonial enquanto laboratório, onde se processa a adaptação ao local e a integração de múltiplos contributos, constituindo portanto um produto de miscigenação, ou seja, de conjugação de múltiplas influências. Por outro lado e num segundo aspecto, o espaço pós-colonial surge enquanto território de heranças, palco de reestruturações e apropriações, em que novos contributos são produzidos já sobre a realidade herdada, conformando na independência um enquadramento socioeconómico distinto dos períodos anteriores, com novos desafios e aspirações.



Figura 1 - Escala da vegetação, São Tomé [ASF].



Figura 2 - Roça Fernão Dias, São Tomé [HMS].

As Roças de São Tomé e Príncipe

O território de São Tomé e Príncipe, profundamente marcado por uma colonização que incidiu na exploração agrícola extensiva, herdou as estruturas e mecanismos desenhados para esse propósito de optimização da produção: as empresas agrícolas - *roças* - constituíram não só laboratórios de experimentação de culturas e depuração de soluções técnicas, como também a base de estruturação da paisagem física e humana. Estas estruturas testemunham assim os progressivos passos da luta de manipulação do território, da experimentação e da procura da vanguarda tecnológica para superação de desafios entrepostos à acção humana.

Na actualidade, as Roças constituem a materialização de uma extensa memória, que abarca não só o projecto colonizador, mas principalmente todos os meios e relações mobilizados na sua concretização e na sua subsequente apropriação e re- adaptação: o contributo dos trabalhadores, a busca de estratégias de optimização para os problemas encontrados, as opções de configuração e desenho do espaço, ou os mecanismos da sua transformação no contexto de autonomia pós-colonial, configuram um extenso património físico e humano.

A independência e as estratégias políticas que marcaram os diferentes períodos da governação da nova Nação, introduziram alterações radicais na estrutura socioeconómica São-tomense, assim como na sua estrutura fundiária e no regime de propriedade. Da nacionalização das propriedades agrícolas operada no seguimento da sua independência, até à reforma agrária doze anos mais tarde que propõe a distribuição de terras pelos trabalhadores das extintas empresas (PNUD, 2008, p. 54), produzem-se mutações não só no uso do solo, mas também na forma como o espaço e as estruturas arquitectónicas são vividos. De complexos desenhados para a optimização da produção agrícola, as Roças passaram a aldeias improvisadas. Com a transição de empresas agrícolas com gestão centralizada e mão-de-obra extensiva, para as parcelas de exploração autónoma, alteram-se as relações sociais, as rotinas laborais e as necessidades habitacionais, de que são reflexo as adaptações e apropriações operadas no edificado. E essas alterações, processando-se num contexto de dificuldades económicas e escassez de recursos, têm assumido contornos de precariedade. Actualmente, quase oitenta por cento das habitações localizadas em meio rural, das quais grande parte se situa em contexto de roça, são consideradas “básicas”, ou seja, sem as condições mínimas de habitabilidade (INE, 2003, p. 10). A provisão e o acesso a infra-estruturas básicas ou a equipamentos de apoio são também frágeis, estando grande parte das estruturas herdadas em avançado estado de degradação.



Figura 3 - Roça Quéluz, São Tomé [IICT, início do séc. XX].

De forma a identificar constrangimentos e capacidades, o trabalho de investigação em curso incide na análise das mutações sofridas pelas roças e dos mecanismos de apropriação dos edifícios herdados, no levantamento das características e estado de conservação do património arquitectónico, e ainda na sua interacção com relações socioeconómicas, com vista a uma intervenção que tenha em conta esses múltiplos aspectos inter-relacionados.



Figura 4 - Roça Quéluz, São Tomé [HMS, 2010].

Regeneração

A ideia de *regeneração* implica justamente essa conjugação da reabilitação com o fortalecimento das dinâmicas de vivência das construções: ultrapassa o domínio do ambiente construído para o encarar como um processo que envolve vários agentes e áreas de intervenção, utilizando o património material como catalisador no processo de desenvolvimento. Defende-se portanto essa abordagem integrada de *regeneração*, pelo que constitui a perspectiva proposta no estudo em curso sobre São Tomé e Príncipe.

Metodologia de investigação - construção de base de dados

Esta pesquisa insere-se num trabalho de investigação mais alargado, partilhando o contexto de estudo com o trabalho do Arquitecto Hugo Machado da Silva, a ser realizado na mesma instituição académica com orientação do Arquitecto Sérgio Fernandez. Coincide o foco de estudo, embora em perspectivas complementares: essa pesquisa incide na componente histórica, enquanto o presente estudo analisa a actualidade e os desafios de desenvolvimento. Desta forma, a conjugação de sinergias para a construção de uma base de dados comum surgiu com a necessidade, em ambos os trabalhos de pesquisa, de ter acesso a uma amplo conjunto de informação, que ainda não tinha sido detectada noutras fontes de dados¹, com a extensão necessária para o desenvolvimento das análises exigidas por estes trabalhos de pesquisa. Dado o âmbito, as necessidades específicas e o carácter operativo das referidas pesquisas, sentiu-se portanto a necessidade de uma recolha adicional de dados. Estes dados são relativos a questões como a implantação das estruturas coloniais, o seu desenho, estado de conservação, construção e uso.

Desta forma, para a criação dessa nova base de dados conjunta, adoptou-se como referência e como ponto de partida o *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*, realizado em 1987 por João Abreu Lima, Manuel Sousa Guedes e Sebastião Sousa Guedes, não publicado, por se tratar de um levantamento estruturado e de extenso espectro. Contempla, para além da documentação do edificado em contexto urbano – tanto da cidade de São Tomé como de Santo António – um conjunto de fichas relativas a 112 empresas agrícolas, cada uma das quais com um esquema de implantação, a altitude, uma breve descrição, o estado de conservação e o levantamento fotográfico à época. Esta listagem constitui assim o ponto de partida para os levantamentos integrados na investigação em curso. Para a realização do trabalho de campo de levantamento, adoptou-se uma ficha constituída por duas componentes: uma primeira relativa ao complexo das roças e uma outra para cada edifício.

¹ Nem nas diversas referências bibliográficas nem em anteriores estudos académicos, como os trabalhos de fim de curso realizados na mesma instituição, a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

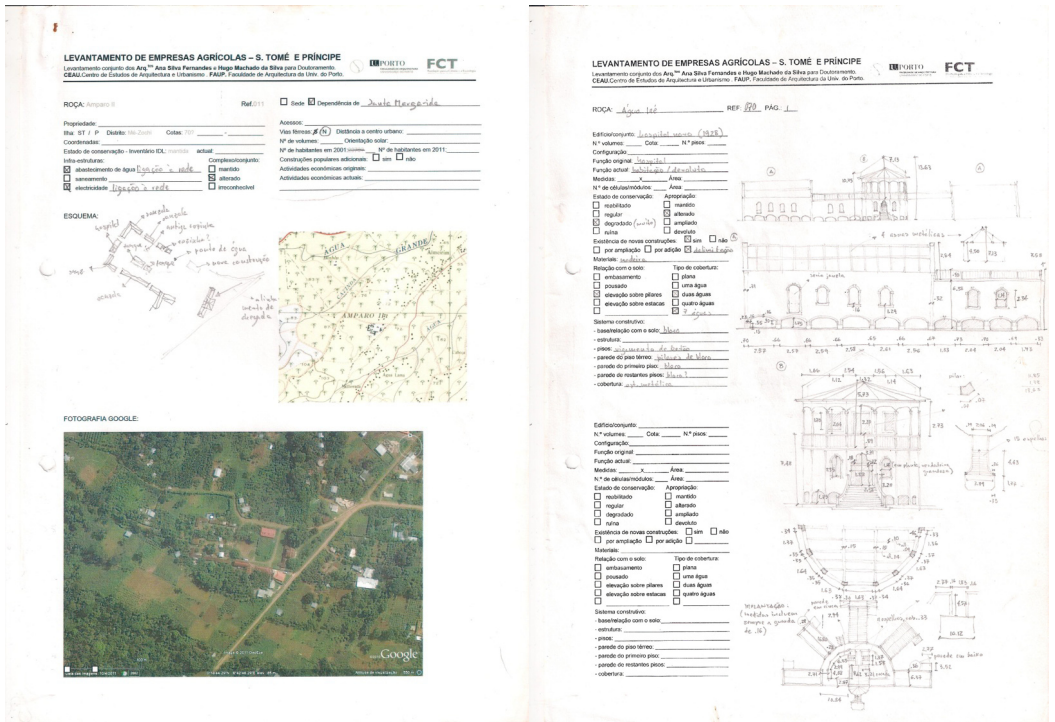


Figura 5 - Exemplos das fichas de levantamento – página do complexo e do edificado [ASF+HMS].

A primeira inclui dados relativos à localização e implantação dos complexos, as suas infra-estruturas, actividades económicas e número de habitantes.

A segunda é mais detalhada e conjuga a informação desenhada com dados complementares. Inclui assim dados relativos à função, configuração, estado de conservação, uso e construção, acompanhado de desenhos e medições dos seus alçados, plantas, cortes e pormenores que se considerem importantes.

Esta recolha de informação desenhada foi aplicada a todo o edificado de mais de sessenta roças - além do levantamento fotográfico de complexos adicionais - o que representa até ao momento o trabalho contínuo de levantamentos, empreendido por duas pessoas durante um período de cerca de cinco meses cada, que será ainda completado. Estes dados estão neste momento a ser transferidos para o formato digital e a ser processados.

A utilidade deste levantamento reside no conjunto: a construção de uma base de dados onde se homogeneizaram os critérios de recolha de informação permite que esses dados sejam comparáveis, a sistematização de soluções e a análise de recorrências.

Naturalmente que a quantidade de informação varia bastante de roça para roça, em algumas existindo poucos edifícios restantes e noutras mais de duas dezenas. Mas, no seu conjunto, apresentam já um panorama da actualidade destas estruturas.

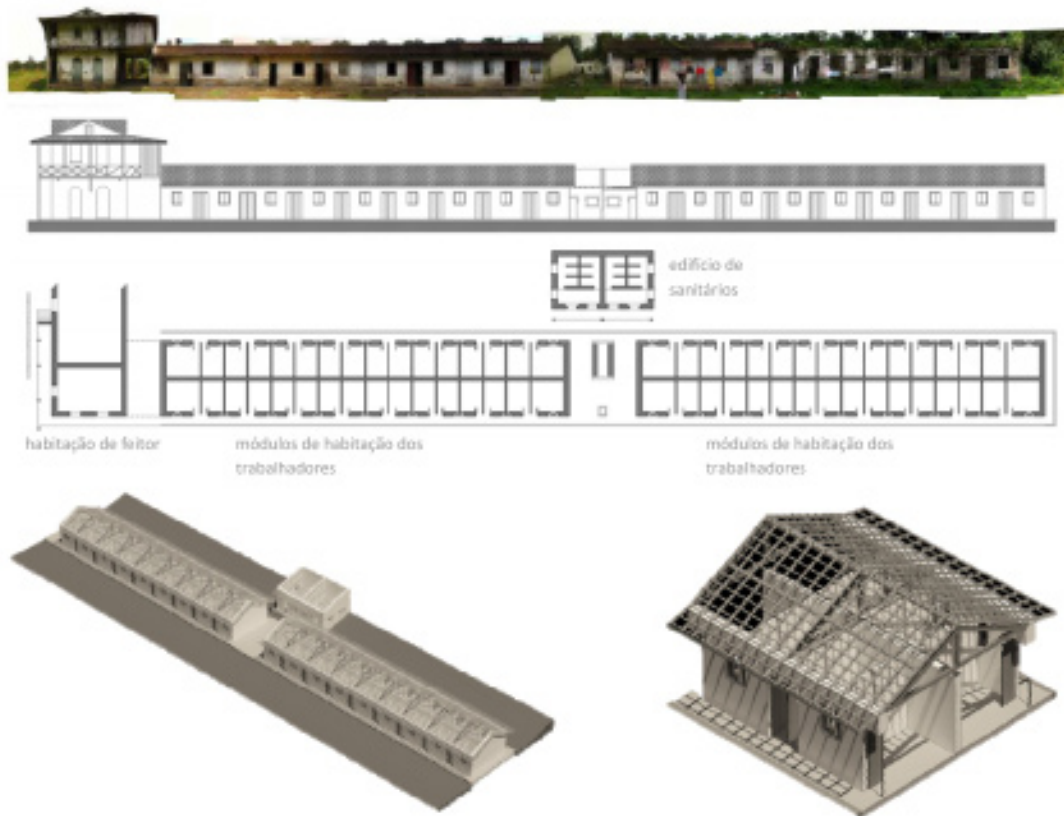


Figura 6 - Exemplo de levantamento, Roça Bombaim, São Tomé: montagem fotográfica da habitação dos trabalhadores, alçado, planta, modelo tridimensional do edifício e da célula [HMS+ASF, 2010].

Análise em curso

Da mais alargada análise em curso, apresentam-se aqui três temas: o estado de conservação, as mudanças operadas no seu uso e algumas soluções construtivas.

Estado de conservação. Para a análise do estado de conservação, partiu-se dos critérios estabelecidos no *Inventário* de 1987 que distingue a classe de edifícios mantidos ou reabilitados (com boas condições, a amarelo), regular (com necessidade de intervenção, embora sem risco estrutural, a laranja), degradado (a vermelho) e ruína (a cinza). Aponta ainda alguns casos de ruína iminente. Como estes critérios foram atribuídos aos complexos e actualmente existe uma grande variabilidade do estado de conservação entre os edifícios do mesmo conjunto, optou-se por atribuir esta leitura a cada edifício.

Além dos levantamentos arquitectónicos, funcionais e construtivos, alguns dos dados recolhidos tiveram o intuito de ser transpostos para registos mais diagramáticos, que permitissem uma rápida visualização, como é o diagrama do estado de conservação das estruturas existentes (Fig. 07), numa tentativa de registo de um panorama geral.

Os edifícios de cada complexo foram então separados em três grandes grupos

(do lado esquerdo): infra-estruturas habitacionais (casa de patrão, trabalhadores, técnicos), infra-estruturas de apoio (hospital, creche, cozinhas) e infra-estruturas de produção (secadores, armazéns, oficinas). Cada quadrado representa portanto uma função, ainda que possa ser constituída por mais do que um edifício. O que repetindo pela totalidade de edifícios até agora levantados, estabelece já uma visão mais ampla da actualidade. Ora tendo em conta que à excepção dos edifícios a amarelo, todos necessitam de intervenção, é possível verificar o preocupante panorama geral destas estruturas.

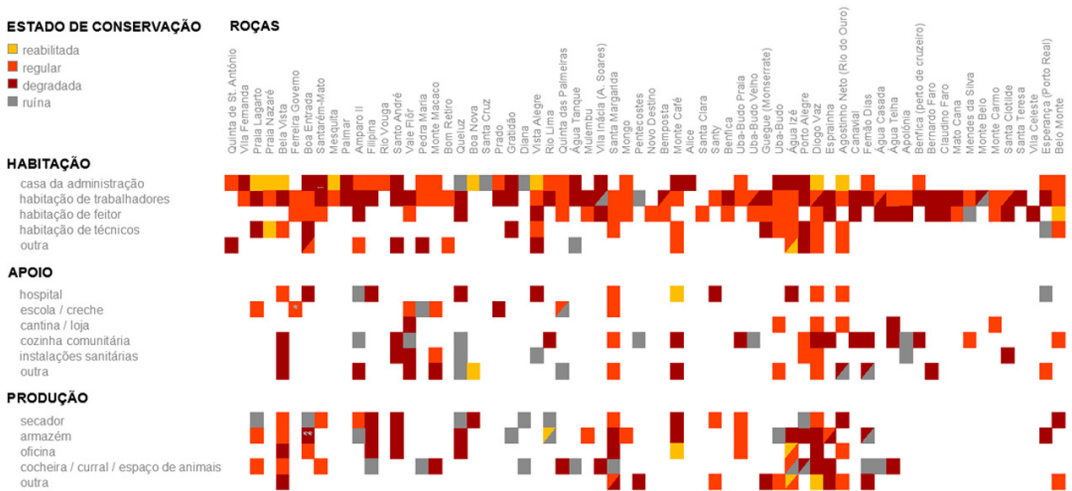


Figura 7 - Diagrama do estado de conservação de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento: ASF +HMS, diagrama: ASF].

Com a mesma estratégia, é também possível analisar os actuais usos destas estruturas (Fig. 08). Assim, representa-se a azul-claro a habitação, a azul-escuro outros usos e a cinzento os edifícios devolutos. Percebe-se prontamente que a habitação é predominante e se concentra nas estruturas originalmente já de uso habitacional, embora também venha a ocupar pontualmente outros edifícios.

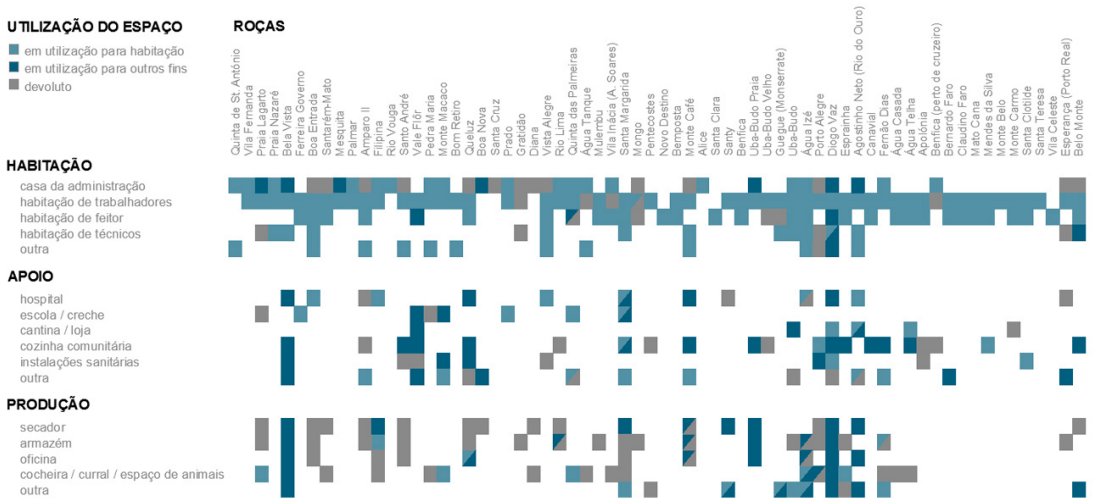


Figura 8 - Diagrama dos usos de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento: ASF +HMS, diagrama: ASF].

Subsequentemente, é possível ainda cruzar os dois diagramas anteriores, ou seja, representar em que condições é que os edifícios são utilizados (Fig. 09). No grupo de avermelhados aparecem os edifícios que são usados sem condições suficientes: a vermelho vivo para habitação, a cor de vinho para outros usos. Os cinzentos correspondem a devolutos e sem condições, e apenas os verdes apresentam um bom estado para utilização. A partir desta visão mais ampla, parte-se para a tentativa de perceber de que forma se materializa estes usos e as adaptações para eles operadas.

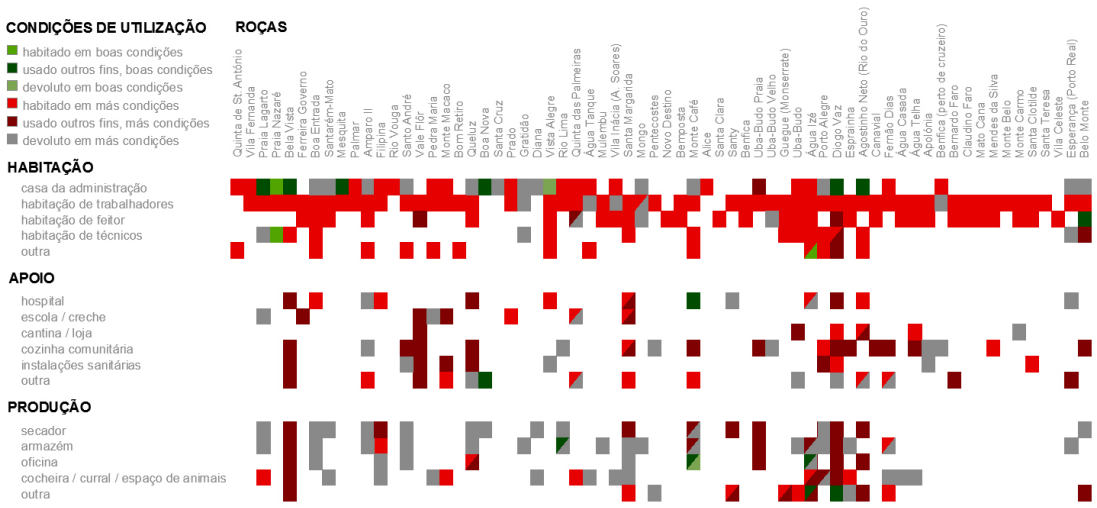


Figura 9 - Diagrama das condições de uso de uma amostra de cerca de 60 roças em 2011 [levantamento: ASF +HMS, diagrama: ASF].

Herança e mutações

As Roças apresentam assim alterações radicais no seu uso, organização socioeconómica e estrutura fundiária. De empresas agrícolas passaram a aldeias. Ou seja, de uma propriedade única com gestão centralizada voltada para a produção agrícola extensiva e baseada numa relação laboral duramente hierarquizada, passou a um assentamento constituído por múltiplas parcelas individuais, essencialmente voltadas para culturas de subsistência (ou organizadas em pequenas cooperativas), onde se estabelece uma relação de vizinhança entre habitantes.

Estas alterações implicam portanto um legado de estruturas desenhadas para os propósitos específicos da maximização da produção agrícola, e portanto a desadequação às necessidades contemporâneas de muitas das infra-estruturas herdadas, e a necessidade da sua adaptação.

Apresenta-se aqui, a título ilustrativo, a Roça Boa Entrada, localizada no nordeste da ilha de São Tomé, para mostrar um pouco do que significam essas alterações.

Tendo em conta que a vermelho se representa a função habitacional, a amarelo as funções de apoio (como equipamentos ou serviços), a castanho os edifícios de produção e a cinzento os actualmente devolutos (Fig. 10), o que se nota é naturalmente uma grande expansão das necessidades habitacionais e uma extensa perda nos de produção.

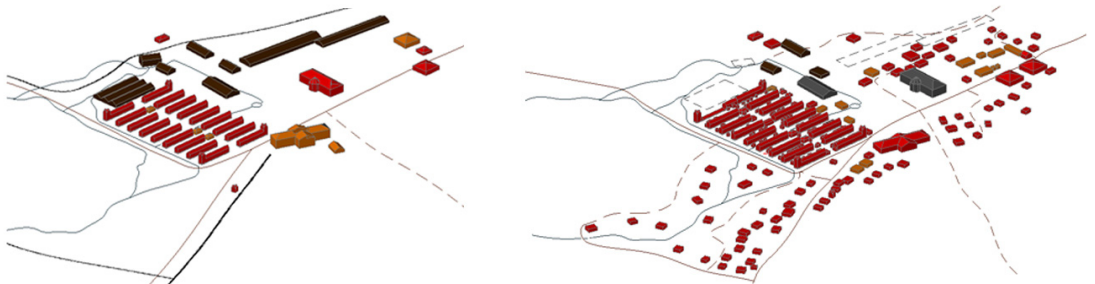


Figura 10 - Diagrama das funções dos edifícios na Roça Boa Entrada, no início do séc.XX e em 2010 [ASF].

Focando na área de habitação dos trabalhadores da antiga empresa agrícola, duas questões parecem ser as mais visíveis: em primeiro lugar, que os equipamentos comunitários (tais como cozinhas colectivas) foram abandonados, passando esta função para a escala familiar. Um segundo aspecto consiste na ampliação das unidades privadas, seja do seu espaço habitável ou para apoio ou provisão de meios de subsistência.

É essas necessidades que parecem ditar as alterações introduzidas nos espaços herdados, assumindo em muitos casos um carácter precário. É necessário não esquecer que mais de metade da população São-tomense vive abaixo do limiar de pobreza, o que implica graves limitações nas suas capacidades de subsistência e naturalmente, de intervenção no espaço onde vivem.

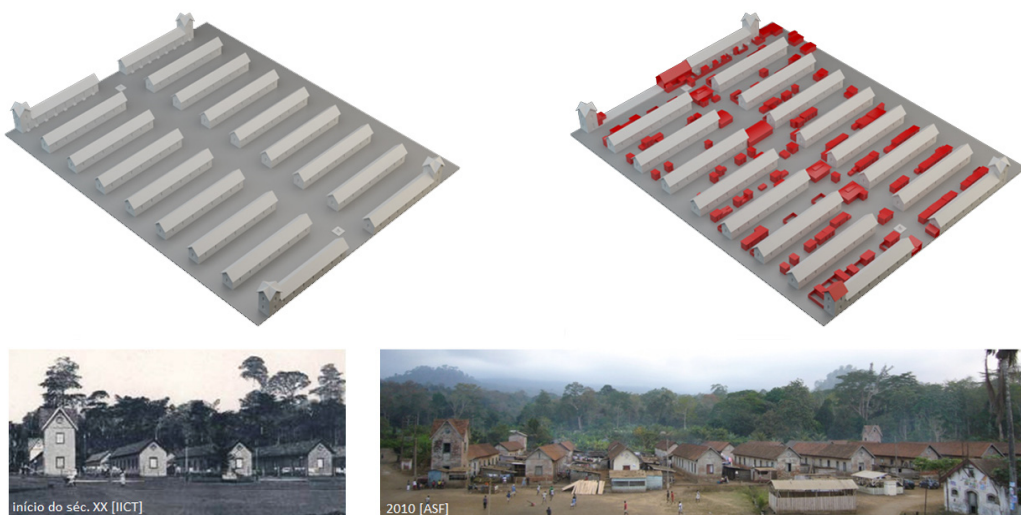


Figura 11 - Área habitacional da Roça Boa Entrada, no início do séc.XX e em 2010 [modelação: ASF, renderização: HMS].

Mas estas alterações, que poderiam parecer de composição casuísta, constituem antes a combinação de três mecanismos muito simples (Fig. 12): (a) de ampliação do espaço habitável, (b) de adição de novas funções e (c) de delimitação da sua área exterior de influência; aos quais se adiciona a construção de novas habitações (d). Constituem, em todo o caso, mecanismos de ampliação do espaço privado e de manipulação dos seus limites e confrontações com os domínios colectivo e público, de forma a responder a novas necessidades.

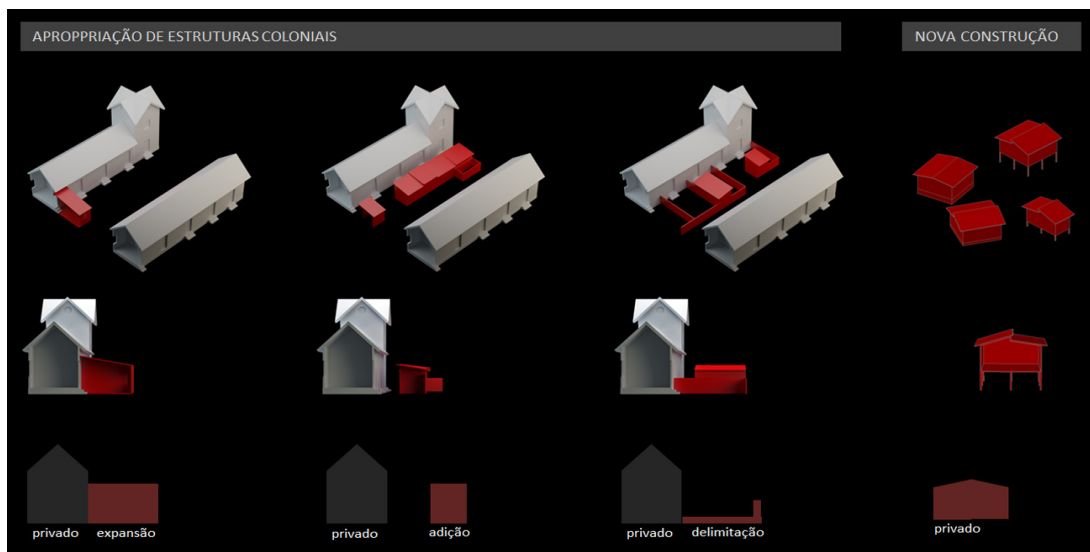


Figura 12 - Mecanismos de apropriação da área habitacional da Roça Boa Entrada [modelação: ASF, renderização: HMS].

Soluções construtivas

A última componente que aqui se apresenta é a das soluções construtivas, também a título ilustrativo do trabalho em curso, para demonstrar que os dados recolhidos incluem informação mais detalhada, com a intenção de que a sua sistematização permita entender padrões e recorrências, levando à criação de ferramentas de apoio à decisão e à acção de reabilitação.

Pretende-se, portanto, que esta sistematização permita a identificação de várias soluções para o mesmo problema. Aqui apresentam-se, por exemplo, três sistemas adoptados para a ventilação de coberturas, de forma a minimizar o aumento de temperatura interior dos edifícios (Fig. 13). Pretende-se também que permita a compreensão dos mecanismos de “tropicalização” de uma arquitectura de matriz portuguesa, ou seja, de adaptação a novos territórios e de assimilação de outros contributos.

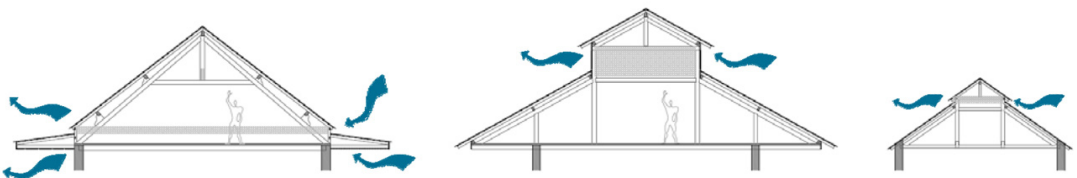


Figura 13 - Exemplos de asnas com ventilação: (A) casa grande da Roça Boa Entrada, (B) habitação de funcionários na Roça Boa Entrada, (C) armazém na Roça Bela Vista. Ilha de São Tomé [ASF, HMS].

Nesta sistematização incluem-se também os sistemas e materiais adoptados, de forma a construir a base do que possa constituir uma ferramenta de apoio à reabilitação. Incluem-se portanto as diversas soluções que foram sendo encontradas durante os levantamentos, relativamente ao contacto com o solo, paredes e coberturas (Fig. 14).



USO	DESIGNAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
fundação	estaca e pau-a-pique	sobre-elevação da construção ao solo através de estacas ou pilares de madeira
	muro de fundação	construção contínua de fundação
	pilar de fundação	construção pontual de fundação, em alvenaria ou betão
	aparelho regular de junta seca	pedra talhada e aparelhada para encaixe sem ligamentos
	alvenaria regular	pedra talhada com junta de argamassa
parede/ muro	alvenaria irregular / pobre / ordinária	pedra irregular ligada com argamassa
	alvenaria de tijolo	tijolo maciço/vazado com junta de argamassa
	alvenaria de bloco	bloco localmente produzido com pedra local e argamassa de cal
	alvenaria mista	alvenaria de pedra irregular e tijolo, unidos com argamassa
	parede de frontal	estrutura em madeira (horizontal e vertical com travamento diagonal), com enchimento em tijolo maciço (ou pedra) e argamassa
estrut. de cobertura	tabique	estrutura em tabuado vertical, recoberto a fasquios, ripas horizontais para fixação da argamassa
	tabique horizontal	estrutura em madeira, recoberta com tábuas horizontais “em escama” (recobrindo a inferior)
	tabique a prumo com mata-juntas	estrutura em madeira, recoberta com tábuas verticais e ripas sobre as suas juntas
	tabique a prumo sem mata-juntas	estrutura em madeira, recoberta com tábuas verticais
estrut. de piso	alvenaria de bloco	alvenaria de bloco de cimento unido por argamassa de cimento
	betão armado	betão aplicado sobre estrutura de ferro (usualmente carris de caminhos-de-ferro)
estrut. de cobertura	asna	estrutura de suporte da cobertura em madeira (pode ter reforços metálicos)
	vigamento de madeira	estrutura em que as paredes limitrofes e (algumas) interiores se prolongam até à cobertura
estrut. de piso	vigamento de madeira	estrutura de piso em viga de madeira
	laje	betão sobre malha de ferro

Figura 14 - Modelo tridimensional da casa de guarda (torreão) e trabalhadores na Roça Boa Entrada [levantamento: ASF+HMS, modelação e renderização: HMS] e listagem de soluções construtivas [ASF].



Figura 16 - A invisível delimitação de propriedade e de laços de vizinhança, Riboque, Cidade de São Tomé [ASF, 2011].

Uso do espaço

O segundo desafio está relacionado com a vivência e o uso do espaço, as adaptações necessárias para colmatar as carências actuais e oferecer oportunidades para as aspirações futuras. Compreendendo a alteração da conjuntura socioeconómica, assim como a desadequação das estruturas herdadas às exigências contemporâneas, é essencial identificar os mecanismos da sua vivência actual, as lacunas e as aspirações.



Figura 17 - Apropriação das estruturas coloniais, Roça Boa Entrada, São Tomé [ASF+HMS, 2011].



Figura 18 - Estado de avançada degradação, Armazém, Roça Boa Entrada, São Tomé [HMS, 2011].



Figura 19 - Modelo tridimensional da casa de guarda e trabalhadores na Roça Boa Entrada, em conjunto com novas construções de apoio [levantamento, modelação e renderização: HMS+ASF].

Reabilitação do património

E o terceiro desafio está então relacionado com a conservação e reabilitação deste *património partilhado*. Estas estruturas encontram-se, neste momento, na fase crítica do seu ciclo de vida: tendo os edifícios antigos mais de um século de vida e os de betão cerca de meio século, ultrapassaram já largamente as expectativas de vida tomadas como referência aquando da sua construção (Appleton, 2003: p.9).

Tendo em conta que durante este período não foi realizada grande parte da sua necessária manutenção, percebe-se que este património partilhado está em risco de perda irreversível. Esta intervenção tem ainda de superar o desafio adicional do desajustamento entre as especificidades construtivas deste património e as capacidades técnicas dos seus utilizadores, pelo que esta ponte tem de ser urgentemente estabelecida.

Notas conclusivas

Assim, este texto teve como intuito apresentar parte da pesquisa em curso, analisando a herança colonial, as mutações pós-independência e o seu impacto na actual conformação do território e do património arquitectónico, de modo a identificar necessidades contemporâneas e mecanismos para a sua colmatação e, por fim, lançar a discussão em torno desses desafios para o desenvolvimento.

Defendeu-se que o valor deste *património partilhado* não reside apenas no seu carácter de testemunho das sucessivas mutações que com ele tomaram lugar - ou seja um valor cultural de reconhecimento universal - mas também no seu potencial enquanto catalisador para o desenvolvimento, dotando os seus habitantes e utilizadores de estruturas adaptadas - adquirindo assim um valor identitário e infra-estrutural.

Defende-se portanto que é essencial que estes espaços sejam vividos, evitando a tentação de musealizar, privatizar para uma elite ou congelar no tempo vestígios de uma memória (ou da construção dessa memória). A ideia de *regeneração* engloba antes a compreensão de todo o processo de mutações até à actualidade, encarando o legado como um testemunho vivo e adaptável a novos desafios, melhorando as suas condições de vivência e dinamizando o contexto socioeconómico em que se implanta. E, neste enquadramento, a conservação das estruturas físicas não constitui o objectivo último, mas antes uma das peças de um processo de consciencialização e desenvolvimento transversal, numa ideia que Baba Dioum sintetiza: “No fim, conservaremos apenas o que amamos. Amamos apenas o que compreendemos. E compreendemos apenas o que nos é ensinado.” (1999)².

Agradecimentos

A presente investigação conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a forma de Bolsa de Doutoramento da primeira autora, contributo sem o qual este estudo não teria sido possível.

Agradece-se a Hugo Machado da Silva (referenciado como [HMS]), Doutorando da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pela realização conjunta dos levantamentos arquitectónicos das Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe.

E agradece-se ainda a Gerhard Seibert, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, pela valiosa revisão científica de textos anteriores, a correcção e a clarificação dos conteúdos expostos, permitindo portanto que o trabalho em curso avance de forma mais sólida.

² Esta citação surgiu no número de Fevereiro de 1999 da revista National Geographic. Apesar de aplicada no contexto de conservação da natureza, transmite uma mensagem extrapolável a outros contextos [in <http://coa-rj.com/>].

Referências

- Albuquerque, L. (ed.) (1989). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- Cardoso, M. (2007). *Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (1998). “O modo português de estar no mundo”: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- Cóias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos: Alvenaria, Madeira, Técnicas Pouco Intrusivas*. Lisboa: Argumentum, GECOIPA.
- Costa, A. A. (1995). *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: FAUP publicações.
- Fernandes, A. S., Sá, M. F. & Póvoas, R. F. (2011). Património Luso-Afro-Tropical: o exemplo das Roças de São Tomé e Príncipe. Desafios para a sua conservação e reabilitação, e o seu potencial para o desenvolvimento. In *Actas do VI Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia-III Congresso de Engenharia de Moçambique*. Maputo. Porto: Edições INEGI.
- Fernandes, J. M. (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Freyre, G. (1961). *Portuguese integration in the Tropics*. Lisboa: Tipografia Silvas.
- Hollanda, S. B. (1995 [1936]). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.
- INE (2003). *Características e Condições da Habitação, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001*. São Tomé: Instituto Nacional de Estatística.
- Lima, J. A., Guedes, M. S. & Gedes, S. S., (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa (não publicado).
- Mattoso, J. (dir.) (2010). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitetura e Urbanismo*, 4 volumes, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, A. (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Prefácio.
- Oliveira, J. E. C. (1993). *A economia de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto para a Cooperação Económica, Instituto de Investigação Científica Tropical, Cooperação Portuguesa.
- PNUD (2008). *Rapport national sur le développement humain à São Tomé e Príncipe: la problématique de lla terre et le développement humain durable*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: São Tomé e Príncipe.
- Portas, N., (2004). Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas. In *Os tempos das formas, volume I: A cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autó-

nomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Santo, A. C. E. (2009). *S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.

Seibert, G. (2002). *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

Serageldin, I. (1997). *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*. London: Academy Editions.

Tenreiro, F. (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Sítios

<http://sbh.icomos.org/>

<http://coa-rj.com/>

Cartografia e iconografia

[ASF] - Ana Silva Fernandes.

[CGU-JIU-UM] - Carta da Ilha de S. Tomé. Escala 1:75.000. Centro de Geografia do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar. Papelaria Fernandes, Lisboa: 1961.

[HMS] - Hugo Machado da Silva.

[IICT] - Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IMVF, CEGOT-UC] - Sistema de Informação Geográfica. São Tomé e Príncipe. Versão 1. Instituto Marquês de Valle Flôr e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra, 2010.

Joaquim Machado ° Maria de Lurdes Henriques ° Maria Teresa Saraiva

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

joaquim.machado@antt.dgarq.gov.pt ° mlhenriques50@gmail.com ° teresa.saraiva@antt.dgarq.gov.pt

Os Arquivos de S. Tomé e do Príncipe: um património a preservar

A comunicação apresenta:

- A experiência de uma missão realizada ao Príncipe, tendo como objectivo a criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe;
- As condições dos Arquivos em S. Tomé e no Príncipe: estado de conservação e tratamento intelectual: identificação e descrição;
- Principais Fundos documentais existentes, nomeadamente os da Administração Colonial Portuguesa e os das Roças, cuja importância, nunca é demais realçar;
- Carências fundamentais nesta área: edifícios de arquivos adequados e formação técnica em arquivos.

Palavras-chave: arquivos, património material, património imaterial, património arquivístico comum, memória, história, Língua Portuguesa, roças, sustentabilidade, recursos humanos, formação

This lecture presents:

- The experience of a mission carried out in Príncipe, with the objective of creating the Historical Archive of the region of Príncipe (Arquivo Histórico da Região do Príncipe);
- The conditions of the archives of both S. Tomé and Príncipe: state of conservation and intellectual treatment (identification and description);
- The essential needs in this field: adequate buildings for the installation of archives and personnel with the appropriate technical training.

Os Arquivos constituem um património único e insubstituível transmitido de geração em geração. (...) Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e colectiva (...)

Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada na 36ª Conferência Geral da Unesco, Novembro de 2011.

Os autores desta comunicação, enquanto elementos constituintes da Missão realizada ao Príncipe, em Outubro e Novembro de 2010, propõem-se partilhar a sua experiência, e colaborar num debate interdisciplinar, que contribuir para um desenvolvimento sustentável em S. Tomé e Príncipe.

A missão referida visava dar continuidade às duas anteriores missões realizadas em 2006, com o objetivo de contribuir para a **criação e instalação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe**.

Levava como funções:

Analisar com o Governo Regional do Príncipe, a problemática relacionada com o edifício necessário à instalação do futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe;

Verificar as condições em que se encontrava a documentação tratada pelas anteriores missões;

Proceder, dentro dos condicionalismos locais, à recolha e tratamento da documentação dispersa pelas Roças e, se possível, concluir o trabalho de identificação da documentação da Administração Colonial Portuguesa, iniciado pelas anteriores missões.

Atividades desenvolvidas

Contactos Institucionais

O primeiro contacto efectuado localmente foi com o Governo Regional do Príncipe, representado pela Secretária do Governo para a Educação, Cultura e Assuntos Sociais, que nos transmitiu o empenho do Governo, na criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe, como forma de garantir o acesso e divulgação do património documental existente, para o que nos garantiu como apoio logístico a afectação de 4 funcionários a tempo inteiro, um jeep e respectivo motorista para as deslocações às Roças.

Foi-nos apresentado o problema relativo ao edifício necessário à instalação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe, porquanto o projecto arquitectónico realizado para a recuperação do edifício da antiga cadeia colonial, e destinado a Centro Cultural, onde o GRP pretendia instalar o Arquivo Histórico, sofreu alterações em

relação ao projecto inicial, não tendo sido contemplado o espaço necessário para o Arquivo.

Quando o Centro Cultural foi inaugurado, em Julho de 2010, foi transferida a documentação tratada pelas anteriores missões, que se encontrava provisoriamente depositada numa sala do Palácio do Governo, tendo lotado a única sala disponível, inviabilizando a hipótese de ali se instalar o futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe, por falta de espaços necessários para novas incorporações, para consulta/leitura e de uma sala de trabalho para os funcionários.

Face a esta situação, o GRP propôs-nos, como solução provisória, depositar os Arquivos das Roças, que conseguíssemos recolher, no edifício dos escritórios da Roça Sundy, propriedade do Governo e à data desativados. Foi-nos solicitado, ainda que procurássemos identificar um ou mais edifícios, na Cidade de Santo António, que reunissem condições para o futuro Arquivo, ainda que sujeitos a obras de recuperação/adaptação.

Visitas de reconhecimento às Roças

Foram efetuadas visitas de reconhecimento às Roças Sundy, Belo Monte e Porto Real, as únicas que poderiam possuir documentação, tendo-se registado o seguinte:

- Roça Sundy – A documentação encontrava-se depositada num anexo ao edifício dos escritórios da Roça, muito degradado, com uma parede em ruínas, devido a infiltrações

Não foi possível avaliar de imediato a quantidade de documentação, devido ao estado compactado e à sujidade que a envolvia. Só à medida que a documentação ia sendo retirada se ia fazendo a sua avaliação e selecção. O trabalho de higienização foi muito grande.

- Roça Belo Monte – deslocámo-nos a esta Roça, para certificar se ali existiria alguma documentação

Da visita à Casa Principal, em avançado estado de degradação e do contacto com os habitantes da Roça, não se destetaram vestígios de documentação.

- Roça Porto Real – Da visita ao local confirmou-se a existência de documentação no sótão da Casa Principal em avançado estado de ruínas,

Parte da documentação, encontrava-se no chão, em avançado estado de degradação, pelo que teve de ser destruída.

- Retirar, o que restava do arquivo, num sótão em ruínas, era tarefa que apresentava riscos, uma vez que as escadas de acesso tinham sido destruídas

Não foi possível avaliar a quantidade de documentação que ali se encontrava nem o seu estado de conservação/degradação.

Definição de uma estratégia de trabalho

Com base no reconhecimento feito, optou-se por iniciar o trabalho na Roça Sundy, por ser o local que oferecia, de imediato, condições mínimas de trabalho. Entretanto, foi definida uma estratégia de intervenção para a Roça Porto Real, e procuraram-se os meios logísticos que permitiriam retirar em segurança, o que restava do Arquivo.

Roça Sundy

Para uma mais fácil percepção do valor informativo da documentação das Roças, parece-nos oportuno apresentar uma brevíssima síntese das respectivas histórias administrativas.

Assim:

A Roça Sundy era propriedade da Sociedade Agrícola Sundy, Lda, com sede em Lisboa, empresa privada até à independência. Com esta, veio a nacionalização, a partir da qual se passa a designar Empresa Estatal Agro-Pecuária Sundy.

A Sociedade Agrícola Sundy detinha, na Ilha do Príncipe, as roças: Porta do Sol, São Jorge (Azeitona), Oque Gaspar, Praia Inhame, Paciência, Belo Monte, S. João e Santo Cristo e Santa Rita, para além da principal, que era a Sundy.

Sob o ponto de vista organizacional, a roça era uma estrutura complexa e diversificada, ainda hoje visível através do que resta do seu património edificado e documental. Em lugar de destaque localizava-se a casa principal do administrador, também chamada

casa de passagem, por ser onde se instalavam os muitos visitantes que por ali passavam, os escritórios, a capela, o hospital, a creche, a escola, as residências dos trabalhadores, a cantina, os armazéns, a casa de secagem, as oficinas, os estábulos, os currais, as capoeiras e pelas enormes propriedades agrícolas.

A actividade principal era a agricultura, complementada pela pecuária, pela pesca e pelas atividades industrial e comercial.

Os principais produtos agrícolas de exportação eram o cacau: cacau fino, designado comercialmente por flavour, e o cacau de escolha; o café (arábico e libéria), e ainda a copra ,coco e coconote, mas também a banana, mamão, manga, matabala e mandioca.

Toda esta intensa atividade agrícola, industrial (secagem e preparação do cacau e do café) e comercial eram suportadas por uma enorme mão-de-obra laboral, que se encontram reflectida na documentação tratada, da qual referimos, como amostragem, algumas das séries documentais identificadas, ainda que obviamente incompletas:

- Atas das reuniões da Direção;
- Atas das assembleias de trabalhadores;
- Cadastro das propriedades rústicas;
- Contratos de prestação de serviços;

- Fichas de identificação do gado bovino e respectivas folhas de controle;
- Fichas dos produtos entrados e saídos na farmácia da Roça Sundy;
- Fichas individuais dos trabalhadores;
- Guias de consultas, baixas médicas e outros actos clínicos emitidos pelo Hospital da Roça;
- Guias de exportação de produtos para a Metrópole e para o estrangeiro;
- Manifestos dos produtos produzidos;
- Mapas da Alfândega de S. Tomé e Príncipe, visando os produtos exportados;
- Mapas dos trabalhadores com respectivos salários, categorias profissionais, descontos e local de trabalho;
- Mapas dos pagamentos das contribuições à Segurança Social;
- Relação dos trabalhadores Cabo Verdianos;
- Relatórios e contas anuais.

O trabalho realizado na Sundy, consistiu:

- Retirar a documentação do local onde se encontrava;
 - Proceder a uma primeira avaliação/selecção, a fim de separar a documentação que seria passível de higienização e tratamento, da que teria de ser destruída por se manifestar inviável a sua recuperação;
 - Após essa primeira selecção, procedeu-se à higienização e separação por grandes conjuntos documentais;
- Seguiu-se a análise desses conjuntos documentais, a sua organização por ordem cronológica, na maior parte dos casos, ou pela ordem lógica que a documentação determinava;
- Paralelamente à organização, ia sendo feita a sua descrição e acondicionamento, cujos documentos encheram 210 caixas, que ficaram instaladas provisoriamente nos escritórios da Roça. Sundy, conforme indicação do GRP.

Roça Porto Real

A Roça Porto Real pertencia à Sociedade de Agricultura de S. Tomé e Príncipe, empresa privada com sede em Lisboa. Em S. Tomé, a administração localizava-se na Roça Margarida e no Príncipe na Roça Porto Real.

Esta Sociedade detinha na Ilha do Príncipe, para além da Roça principal, a Porto Real, as roças: Infante D. Henrique, Bela Vista; Abade, Terreiro Velho; Pico, S. José, Monte Alegre, S. Joaquim, S. Carlos, Fundão, Lapa, Esperança e Maria Correia.

A estrutura, organização, serviços e produções são idênticos aos apresentados para a Roça Sundy.

Quanto ao trabalho efetuado utilizou-se a mesma metodologia que na Sundy.

A operação mais complicada, pelo risco associado, foi a recolha da documentação do sótão, tarefa que partilhamos convosco, através de imagens, pois são suficientemente representativas das dificuldades do trabalho:

A documentação recolhida foi transportada para uma sala no Palácio do Governo, onde foi desinfestada, higienizada, identificada, organizada, descrita e acondicionada. Os documentos encheram 30 caixas, que ficaram depositadas nos escritórios da Roça Sundry, junto à documentação daquela Roça.

Delegação do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social/Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais (após a independência).

Esta documentação foi-nos enviada pela Secretaria do Governo para a Educação, Cultura e Assuntos Sociais, em cujo edifício se encontrava, em péssimo estado de conservação e completa desorganização.

O Instituto, criado em 1962, pelo Ministro do Ultramar, tinha como missão estudar, orientar, dirigir e fiscalizar as relações entre trabalhadores e empregadores. Trata-se, pois, de documentação cuja informação cruzada com a informação da documentação das Roças, relativa a questões laborais permite um conhecimento bastante abrangente desta área social. Para demonstrar, esta pequena amostragem:

- Estatutos da Empresa SAC – Sociedade de Agricultura de S. Tomé e Príncipe;
- Livro de Registo de objectos e dinheiro entregue aos trabalhadores;
- Mapas mensais de vencimentos, salários e respectivos descontos dos trabalhadores, das diversas Empresas da Ilha do Príncipe;
- Processos de emigração;
- Processos individuais de trabalhadores;
- Processos de acidentes de trabalho;
- Processos judiciais.

A metodologia de trabalho foi igual à utilizada para a documentação das Roças. As 40 caixas de documentação foram depositadas no Centro Cultural, por se tratar de documentação proveniente da Administração Colonial Portuguesa, portanto com a mesma origem da que ali já se encontrava.

Formação em local de trabalho

Paralelamente ao trabalho desenvolvido foi ministrada formação geral ao grupo e formação específica, fora do local de trabalho, durante os fins-de-semana, a um dos elementos do grupo, que pelo seu interesse e apetência para este trabalho, pelo que o recomendámos como elemento de sustentabilidade para o futuro Arquivo Histórico da Região do Príncipe.

Acções Pedagógico/Culturais

Foram realizadas duas sessões culturais para estudantes do ensino básico e secundário, do 8º ao 11º ano.

A partir dos temas Arquivos e Património Arquivístico, foram abordadas questões tão importantes como Memória, História, Património material edificado e Património imaterial, como a Língua Portuguesa e a sua importância no Mundo, Identidade e Cidadania.

Dos resultados destacamos:

1. Salvar e tratar o que restava dos arquivos das Roças e que se encontrava em vias de completa destruição;
2. A relevância dada à formação em local de trabalho, com uma insistência quotidiana, sobre a importância dos arquivos na vida do cidadão, como fonte de garantia dos seus direitos, nomeadamente do direito ao trabalho, à aposentação, à educação, à saúde, à emigração e outros, com que os funcionários iam tomando contacto através da própria documentação;
3. O contacto com os jovens, com quem estabelecemos diálogos, extremamente interessantes, quer nas sessões culturais, quer em encontros de rua, em que recorrentemente alertávamos para a necessidade de preservar e valorizar o património local, nomeadamente o património ambiental, o património edificado, o património imaterial e o património arquivístico, em relação ao qual se realçou a sua importância, enquanto memória colectiva das gentes do Príncipe, e dos povos que por ali passaram, vindos de outros países de África: de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique, mas também de Portugal. O que esse património representa enquanto testemunho histórico das actividades que desenvolveram nas Roças do Príncipe, mas também o que representa das suas vidas pessoais, a sua chegada e desembarque na Ilha, as condições de vida, os acidentes sofridos, os castigos, os casamentos, o nascimento dos filhos, falecimentos, repatriações, salários auferidos, em suma as suas histórias pessoais. Destacámos a importância dos valores culturais, para História local, nomeadamente a História oral, pois a perda desses valores, representa uma ameaça à sua identidade, enquanto Povo.

O nosso balanço aponta para um resultado muito positivo, pela postura como contribuímos para a Cooperação Portuguesa e para o bom relacionamento e amizade entre Povos, que partilham a mesma língua e a mesma História.

Passamos a apresentar algumas das recomendações feitas e cuja concretização representam uma preocupação e um anseio.

Que este Colóquio, aberto ao diálogo interdisciplinar, possa incorporar no seu debate, algumas das recomendações que apresentámos.

Recomendações

Edifício para instalar o Arquivo Histórico da Região do Príncipe

Para a **Criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe** impõe-se a conjugação de 2 factores:

1. A existência de documentação tratada e acessível ao público;
2. Um edifício de Arquivo que reúna as condições exigidas para desempenhar com dignidade a missão que lhe compete, a saber:

2.1 Um espaço de depósito, que permita incorporar e preservar os documentos de arquivo;

2.2 Um espaço dedicado ao tratamento arquivístico, tratamento físico e intelectual. Entenda-se como tratamento físico a higienização e o acondicionamento e como tratamento intelectual, a identificação, organização, descrição e elaboração de instrumentos de descrição. Como complemento, a digitalização ou seja a transferência de suporte, como forma de preservar o original e tornar o acesso ao conteúdo do documento, mais fácil e rápido, possível via internet.

2.3 Um espaço público, que compreenderá uma sala de consulta/leitura, onde os cidadãos possam pesquisar, ou solicitar documentos provatórios, para fazer valer os seus direitos. É igualmente recomendável uma sala de exposições, que permita a apresentação de exposições temáticas ou outras, que são um contributo importante para a formação cultural dos cidadãos, particularmente dos jovens.

Relativamente ao 1º factor, a existência de cerca de 1.000 caixas de documentos, que se encontram minimamente tratados, que cobrem um período que vem dos finais do Séc. XIX, todo o Séc. XX, com algumas incursões pelos primeiros anos do Séc. XXI, documentos que testemunham a História da Ilha, sob o ponto de vista económico, social, laboral e cultural, e que pela situação em que foram produzidos, cruza com a História de outros povos e de outros Países da Lusofonia. Esta documentação faz parte integrante do Património Arquivístico Comum e representa a Memória Histórica da Ilha do Príncipe e um dos seus principais pontos de referência e de Identidade.

Relativamente ao 2º factor, a inexistência de um edifício de Arquivo, é uma ameaça, porquanto esta situação leva a que a documentação corra sérios riscos de degradação, pois nenhum dos locais onde se encontra depositada oferece as mínimas condições de preservação.

O Centro Cultural dispõe de ar condicionado, que não funciona, dada a falta de energia na Ilha, e o gerador do próprio Centro, só é ligado em condições muito especiais, devido aos elevados custos e escassez de combustível.

Em consequência, a temperatura e humidades são elevadíssimas, ao que se junta a falta de ventilação da sala, pelo que os documentos continuam a degradar-se.

A documentação das roças depositada por indicação do Governo Regional do Príncipe, no edifício dos escritórios da Roça Sundry, também não tem as mínimas condições de preservação, porque para além da humidade elevadíssima, na ordem dos 100%, se encontra vulnerável a todo o tipo de insectos.

Dando satisfação ao solicitado pelo GRP, registámos dois edifícios que depois das adequadas obras de recuperação, poderão vir a reunir condições excelentes para instalar com dignidade o futuro Arquivo Histórico do Príncipe.

A nossa indicação aponta para 2 edifícios coloniais, pertencentes ao Governo, localizados em zona nobre da Cidade, próximo do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e de outros serviços públicos, e cuja recuperação, contribuiria simultaneamente para a defesa do que resta do património arquitectónico colonial, e para a recuperação do centro da cidade. A sua localização central é favorável aos futuros utilizadores locais, ou externos que ali se venham a deslocar.

O repto foi lançado e bem acolhido.

Não será que da interdisciplinaridade presente neste Colóquio possa surgir uma proposta de projecto de recuperação de um dos dois edifícios referenciados? Se esta oportunidade surgir, poderão contar com o nosso apoio e colaboração, pois reafirmamos que a falta de um edifício para instalar o Arquivo irá pôr em causa, a curto prazo, não só o trabalho realizado, como também o Património documental existente.

Formação

A formação é uma área extremamente carenciada a precisar urgentemente de apoio: formação específica em arquivo para os que estão ligados ao projecto, mas também para outros, desde que demonstrem interesse, pois a capacitação de recursos humanos é fundamental num País onde se verifica grande défice de recursos qualificados.

O Arquivo Histórico Nacional de S. Tomé

No regresso do Príncipe, permanecemos uma semana na Ilha de S. Tomé, durante a qual tivemos várias sessões de trabalho, com a Directora do Arquivo Histórico Nacional. Do contacto com o Arquivo destaca-se:

1. O Arquivo, encontra-se completamente lotado, sem capacidade para efectuar incorporações; da documentação que ali se encontra destacamos especialmente a dos fundos documentais provenientes das instituições da Administração Colonial, e a das Roças. A documentação das Roças, foi sendo incorporada à medida que estas iam sendo desactivadas. Registe-se que a grande maioria (mais de 80%) da documentação ainda se encontra fechada nos embrulhos, tal

como foi incorporada;

2. As condições ambientais do edifício são deficientes: excesso de humidade, falta de arejamento, porque o ar condicionado não funciona, condições adversas à preservação da documentação;

3. Falta de formação dos funcionários.

Nenhum dos funcionários tem formação em arquivo, pelo que se trata de uma área extremamente carenciada, situação que tem sido recorrentemente apresentada pela Directora, solicitando a realização de cursos de formação de técnicos de arquivo, não só para o próprio Arquivo Histórico, mas também para as diferentes instituições governativas, por forma a criar uma cultura de arquivo, que não existe.

Sintetizando:

Em S. Tomé, verifica-se a existência de um Arquivo Histórico, repleto de um rico Património Arquivístico, inexplorado, e quase desconhecido, a necessitar urgentemente de tratamento , que facilite o acesso ao seu conteúdo informativo.

No Príncipe, a falta de um edifício de Arquivo representa uma ameaça à criação do futuro Arquivo Histórico da Região porque contribui para a degradação do Património existente.

A falta de formação técnica representa uma ameaça para todo o Património documental, quer em S. Tomé, quer no Príncipe, cuja perda, representa a perda da sua Memória Histórica, pondo em causa a sua Identidade enquanto Povo.

Contribui igualmente para a falta de transparência governativa, e de cidadania, na medida em que limita ao cidadão o acesso à informação a que tem direito.

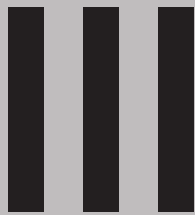
Para terminar, lembramos uma das resoluções aprovadas na 36ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Novembro de 2011, em Paris, - *Ajudar os Estados membros a promover a autonomia dos cidadãos no acesso universal ao conhecimento, à preservação da informação e à promoção do património documental.*

E, porque acreditamos que é possível congregarmos esforços, conhecimentos, ideias, partilhámos a nossa experiência, e as nossas apreensões contando com o apoio de todos. Contem connosco.

Fotografias da Missão: Apoio à Criação do Arquivo Histórico da Região do Príncipe







Colonialismo Moderno

Teresa Nunes

Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Universidade Autónoma, Portugal

sousa.nunes@sapo.pt

Desenvolvimento santomense na perspectiva de Ezequiel de Campos (1900-1910)

O objectivo deste trabalho reside sobre as análises formuladas por Ezequiel de Campos acerca do arquipélago santomense, das suas potencialidades e das debilidades da economia insular, um esforço sistemático efectuado no decurso da primeira década do séc. XX. Este labor, divulgado na província e na metrópole através dos mecanismos institucionais mas também na imprensa periódica, culminava num conjunto amplo de soluções elaboradas em vésperas da implantação da República. Essas, inscritas nos domínios económicos e sociais, procuravam resolver alguns dos problemas estruturais do arquipélago, na perspectiva ezequieliana, a saber a debilidade da estrutura demográfica com impacto na disponibilidade da mão-de-obra, as dificuldades/custos da produção impostos pelas características orográficas do território, a insalubridade das ilhas e a insuficiência de recursos característica dos centros urbanos. No entanto, as mesmas propostas incidiam ainda sobre as opções económicas associada às formas de cultura dominantes e ao regime de propriedade, sobre as consequências do alargamento das áreas do cacau e os efeitos ambientais perniciosos, previstos para breve prazo, com repercussões drásticas nos rendimentos obtidos na província.

Palavras-chave: desenvolvimento económico, colonização portuguesa, I República, S. Tomé e Príncipe, recursos naturais, infra-estruturas de transporte

The subject of this paper focus Ezequiel de Campos's analyses about S. Tomé and Príncipe, its potentialities and the weakness of insular economy, an effort systematic made throughout the first decade of the twenty century. This work, expressed in the province and in the metropolis through institutional mechanisms but also in the portuguese press, conclude with a large proposal of a solutions for S.Tomé' economy made 1910, just before the republican revolution in Portugal. This solutions, from the economic and social areas mostly, were a effort to solve some of the structural problems present in S.Tomé and Príncipe such as demographic structure and its consequences in the lack of human resources in agriculture, industry and commerce, the production costs and difficulties imposed by geographical conditions, living conditions in the islands, especially in the urban environment. Ezequiel de Campos's proposals also included radical changes in aspects as agriculture options in S. Tomé, mainly associated to the cocoa as first production, and the reform in land rights.

Chegado ao arquipélago de S. Tomé e Príncipe em 1899 para iniciar o seu percurso profissional como engenheiro auxiliar do quadro das Obras Públicas da província, Ezequiel de Campos irá permanecer estreitamente associado àquele território durante a primeira década do século XX em diversas vertentes. Em primeiro lugar, no desempenho de funções públicas, mas também ao serviço das grandes roças de cacau, como representante de Salvador Levy no contrato celebrado para a construção da via ferroviária entre Baía Ana de Chaves e a vila da Trindade, como divulgador das virtualidades oferecidas pelo arquipélago na metrópole, e, ainda, como figura próxima do governador interino Miranda Guedes, designado pelas autoridades republicanas em Novembro de 1910, S. Tomé e Príncipe monopolizou, quase integralmente, a sua atenção e a actividade daquele engenheiro, natural de Beiriz, concelho da Póvoa de Varzim, onde nascera em 1874.

Esta proximidade, comprovada pela bibliografia publicada naquela época, nas conferências realizadas em Lisboa, ou na sua intervenção nos periódicos santomenses e metropolitanos, assentava em factores estruturantes do pensamento ezequieliano: a formação em engenharia, civil e de minas, pela Academia Politécnica do Porto (1898), as suas convicções políticas inscritas no quadro do republicanismo, dois traços que interagem com as influências da estrutura socio-económica da sua região de origem, marcada pela preponderância do sector primário sobre os demais, pelo dinamismo da propriedade de pequenas e médias dimensões mas também pelas características do fluxo migratório português em Oitocentos.

Além destas premissas, ou em função delas, a intervenção ezequieliana sobre S. Tomé e Príncipe reportava-se a uma concepção de soberania condicionada pela capacidade operativa do Estado na promoção do desenvolvimento harmonioso de cada uma das partes que constituíam o todo nacional. Subsidiária dos princípios consagrados pela Conferência de Berlim de 1884-1885, incorporados pela propaganda republicana no decurso da primeira década do séc. XX e largamente partilhados por Ezequiel de Campos, esta perspectiva impunha padrões de exigência à governação colonial nos domínios da modernização administrativa, financeira e económica, através do investimento infra-estrutural e, por extensão, também no âmbito político, por não ser conciliável a desejada eficácia do processo de decisão com a manutenção do centro decisório na metrópole. Não era concretizável uma administração virtuosa sem o reconhecimento institucional pleno da especificidade intrínseca a cada uma das províncias coloniais.

Estes eram os pressupostos genéricos do pensamento de Ezequiel de Campos que, na apreciação da sociedade e economia santomenses, salientava enfaticamente o paradoxo maior do arquipélago a saber, a prosperidade dos recursos naturais responsável pelo sucesso da cultura cacoeira, geradora de saldos orçamentais relevantes, e a precaridade máxima das condições de vida e de trabalho dos seus habitantes, impeditiva do crescimento económico sustentado. Se a primeira era intrínseca aos caracteres geográficos, climáticos e orográficos do território, a segunda constituía uma emanação da realidade nacional, marcada pelo atraso económico e social do país, desfasada no tempo e nas competências adquiridas pelo Velho

Continente e pelo Novo Mundo, caracterizados por elevados graus de desenvolvimento industrial e agrícola.

Segundo esta lógica, S. Tomé e Príncipe assumia uma dimensão ambivalente no discurso ezequieliano por ser representativa da incompetência colonial portuguesa e por constituir um retrato fiel de um país pobre, embora provido das condições basilares para o crescimento da sua economia e bem-estar da sua população, tanto na metrópole como nas colónias.

Centrado em S. Tomé e Príncipe, o modelo de desenvolvimento preconizado por Ezequiel de Campos foi sistematizado na obra *Melhoramentos Públicos na ilha de S. Tomé*, onde coligia materiais diversos e exibia a longa experiência acumulada no território. Desde logo, tornava público um extenso relatório de sua autoria sobre o Saneamento da Cidade, datado de 1900, ano em que foi expedido para Lisboa. Por não ter tido consequências, este trabalho era revisitado pela sua actualidade, dez anos após a sua feitura, e constituía a base da caracterização ezequieliana sobre a capital da província cuja insalubridade era incompatível com as actividades económicas em contexto urbano e portuário.

Sem esquecer as sugestões apresentadas no início da década, de transposição do núcleo urbano para uma localização geográfica de altitude superior onde se concentrariam o Governo Provincial e mais estruturas administrativas com excepção das alfandegárias mantidas junto do porto, Ezequiel de Campos preconizava uma via mais pragmática de redefinição de espaços – residenciais, administrativas e comerciais – no perímetro urbano, ladeado por superfície florestal e de pequena e média propriedade orientada para prática agrícola intensiva, destinada aos abastecimentos citadinos e do movimento portuário.

A relevância desta proposta não ficava no propósito imediato de suscitar a redução da mortalidade. Orientava-se antes para uma tendencial redefinição do perfil económico da ilha, processo ao qual considerava imprescindível o fortalecimento da demografia insular. Sem o reforço demográfico não haveria capacidade produtiva endógena diversificada, nem um mercado interno embrionário capaz de sustentar o impulso inicial dos sectores subsidiários ao crescimento urbanístico. Assim, importava inserir S. Tomé e Príncipe, “a melhor colónia que possuímos” (Campos, 1910, p. 139), no elenco dos destinos preferenciais da emigração portuguesa.

Este desiderato alcançava-se através da regulação dos direitos de posse sobre a superfície urbana, pois

sem uma lei reguladora da posse dos terrenos inutilizados da cidade, não podemos esperar a construção de casas regulares e de renda barata. S. Tomé há-de ser sempre uma terra de eliminação para o europeu: e embora este continue a ter aqui interesses enormes, só os pode conservar por uma renovação periódica dos encarregados de administrar esses valores, quer sejam agrícolas, comerciais ou profissionais. É um dos motivos porque os colonos se abstêm de construir na cidade: porque afinal não enraizam aqui, terra apenas de labor e biliosa; e um prédio fica depois entregue aos inquilinos aleatórios e aos seus criados, sem ninguém que zele e repare a tempo os pequenos danos que

a pouco e pouco o arruinam ou, pelo menos, desvalorizam. Lisboa fica a mil léguas...
(Campos, 1910, p. 139)

Para além da reformulação urbanística, seriam necessárias medidas adequadas ao incremento da produtividade económica da ilha, uma temática directamente relacionada com a educação de parte substancial da população santomense, os “filhos da terra”, a quem reconhecia a total ausência de hábitos de trabalho. Atribuía esta ausência, não apenas às características étnicas, como ao falhanço completo obra colonial da metrópole, nesta como nas demais matérias. Defensor indefectível das virtualidades da Escola de Artes e Ofícios, como da criação de uma congénere, vocacionada para o sector primário, mostrava as reservas em face do decreto de 18 de Janeiro de 1906, cujas disposições não se adequavam à realidade da ilha.

Em alternativa, apresentava um modelo de educação fundado numa perspectiva revalorizada da escola primária, considerada primordial na aquisição de conhecimentos, na interiorização do código social e ético e dos padrões de conduta desejáveis para a integração plena do africano na sociedade ditada pelas regras europeias. Valia-se da experiência norte-americana para justificar a relevância deste nível de ensino, um raciocínio que subentendia a relação directa entre a alfabetização e o desempenho económico bem sucedido. Reportava ainda aos Estados Unidos para aludir às virtualidades do processo de miscigenação – “Em 1890 já 1.132.060, ou 15,2% da população de origem africana, tinha sangue branco. A população de sangue africano [em] 1900 era de 8.840.789 pessoas; 11,6% da população total dos Estados Unidos. Em 1907, cerca de 3 milhões tinha sangue branco” (Campos, 1910, p. 160), como forma de acelerar o processo de sociabilização de parte da população.

No caso português, esta realidade era inexequível devido à incapacidade de os europeus resistirem às condições de vida nos trópicos, um factor que determinava uma tendência demográfica inversa à ocorrida no caso americano isto é, “o natural é a regressão a sangue puramente africano das mesclas diversas que, mercê de várias circunstâncias, desde logo o povoamento se fizeram” (Campos, 1910, p. 160). Consequentemente estimava um decréscimo da influência da escola primária que, apesar de muito importante, não seria, por si só, suficiente para proceder à correcção dos efeitos que o meio ambiente

simultaneamente com a escola de leitura seria necessário introduzir aqui a temperatura a zero graus centígrados, com um inverno por ano e todo o cortejo de perturbações cósmicas que dessem em resultado a mudança deste verão contínuo, e da terra de fartura excessiva, em outro meio mais hostil ao homem (Campos, 1910, p. 160)

- e a ascendência étnica exerciam sobre o indivíduo, sem esquecer a influência perniciosa dos missionários sobre as populações africanas pois

Com latim e procissões, rezas e bentos explorou-se e degradou-se a gente da terra; amanhã com a escola primária o que obtemos com certeza é habilitar mais umas dezenas de

amanuenses e olheiros, sem de modo algum resolvermos sequer o problema da cultura da terra que o filho de S. Tomé entrega ao abandono (Campos, 1910, p. 160).

A formação devia ser uma competência inalienável do Estado e pressupunha a institucionalização do trabalho correcional, aplicável às populações africanas com a finalidade de as integrar na estrutura económica e social imposta pela potência colonial. Extensível ao pleno do território ultramarino português, o sistema adquiria superior interesse em S. Tomé e Príncipe, província caracterizada pela escassez estrutural de mão-de-obra, minimizada pela sua importação, cada vez mais difícil.

A eficácia da formação implicava, no entanto, um enquadramento legislativo até então inexistente, diverso do Regimento da Administração de Justiça, de 20 de Fevereiro de 1892, onde o trabalho correcional figurava apenas como pena; ou mesmo do decreto de 21 de Maio do mesmo ano sobre o recrutamento militar que visava “fazer concorrer ao trabalho os indígenas de S. Tomé, violentá-los mesmo a isso pelo receio da expatriação e que aspirava a resolver, embora violentamente, o problema da educação e da riqueza do indígena” (Campos, 1910, p. 161), medida claramente deficiente nos propósitos e consequências.

Numa província confrontada com falta de mão-de-obra, parecia insensato a afectação da existente ao serviço militar na Guiné ou em Angola: esses efectivos trariam escassa valia às regiões para as quais seriam encaminhados e, a médio prazo, não alteravam os seus padrões de actividade. Na prática, tal sistema era tão inadaptado à realidade santomense quanto o decreto de 16 de Julho de 1902 que regulava o trabalho indígena e o fomento agrícola da província de Angola pelo que rejeitava liminarmente a sua implementação no arquipélago.

Crítico quanto à solução militar no âmbito estrito, Ezequiel de Campos reconhecia-lhe a virtualidade de contribuir para a “regeneração do filho da terra” se, a par do espírito de disciplina, este serviço fosse sensível às necessidades da Repartição de Obras Públicas que, só por si, absorveria um contingente de 1000 homens, passíveis de recrutamento entre os 2000 existentes e desaproveitados que, segundo os cálculos de Ezequiel de Campos, habitavam em S. Tomé¹. A solução passava pela convergência das duas instituições: a fixação do serviço militar obrigatório

a ser pago em trabalhos públicos para todos os indivíduos de 18 a 25 anos que não tem terreno em superfície de meio hectare, pelo período de um ano, a oito horas úteis de todo por dia, em regime militar, com o jornal de 300 reis (no máximo), em dia de trabalho; e o pret regulamentar nos outros dias – fosse intercalado com um ano de descanso na aprendizagem militar no quartel e seguido de outro ano de trabalho,

disposições complementadas por uma terceira, não menos importante: que se impusesse a obrigação da cultura regular e intensa da terra indígena, pelo indígena, exclusivamente sob pena de arrendamentos isolados ou colectivos a particulares, pelo

¹ *Pelo censo de 1900, há 6.195 varões de 20 a 30 anos; metade, serão filhos de S. Tomé; e duas terças partes destes, isto é, cerca de 2.000 homens não têm profissão, nem terra sua e devem além disso estar incluídos no artigo 7º do regulamento dos serviços de recrutamento, de 12 de maio de 1910 (Campos, 1910, p. 163).*

governo com proveito para o Estado e pena de trabalho obrigatório para o dono (Campos, 1910, p. 164) expediente empregue na redução drástica da área inculta, aplicada apenas à propriedade dos naturais da ilha.

A eficácia deste esquema aferia-se através do cumprimento de três objectivos primordiais de médio e longo alcance: o acréscimo de produtividade da Repartição das Obras Públicas que, em seis anos, com os cerca de 800 trabalhadores anuais estava habilitada a fazer as principais obras da ilha, a “educação moralizadora dos indígenas com o desenvolvimento demográfico”, vertente tão mais relevante porquanto permitia à província libertar-se da dependência externa nesta matéria e, finalmente, o aumento dos rendimentos do sector primário santomense, porque “muitos quilómetros quadrados de terra boa, hoje abandonada e mal possuída, começavam a render muito dinheiro” (Campos, 1910, p. 164). Não receava agravamentos financeiros nos cofres da província: o pagamento destes soldados seria efectuado pelos tarefeiros das Obras Públicas, quando se encontravam ao seu serviço e ou pela Repartição, caso se tratasse de administração directa da mesma. Considerava também a possibilidade de uma redução do quadro de oficiais se, no decurso do 2º ano de serviço militar, fossem mantidos apenas os efectivos indispensáveis para o serviço da província, integrados num contingente mais pequeno adstricto apenas a funções de policiamento urbano e trabalhos públicos. Por fim, expunha as virtualidades de um sistema de recrutamento militar simplificado, acompanhado de mecanismos de vigilância a exercer sobre os soldados/operários, conseguido com a articulação entre as estruturas militar e administrativa, com competência militar, do território. No primeiro caso, salientava a relevância em recorrer a soldados provenientes de outras províncias ultramarinas, guinés ou landins, cuja eficácia no controlo dos acampanhamentos de trabalhadores, com lotação nunca superior a 60 pessoas, implicava a ligação estreita com os regedores das aldeia.

Reconhecia a eventual estranheza suscitada pela proposta, assente em princípios diferentes dos dominantes na perspectiva colonial portuguesa. Todavia, enfatizava a necessidade deste procedimento sem o qual dificilmente haveria lugar à plena integração económica e social do africano na estrutura eminentemente europeia, sem desprimor para o papel da escola primária e do ensino de artes e ofícios. A prazo, a Escola de Artes e Ofícios deveria ser substituída pelas oficinas das Obras Públicas, o local de excelência para a formação dos operários indígenas, na justa proporção das carências santomenses. Os restantes operários deveriam secundar as necessidades do sector secundário da ilha, através da aprendizagem desenvolvida em estabelecimentos particulares de alfaiataria, sapataria, entre outros. Mas ainda as exigências associadas ao sector primário, estimulado através da cultura dos terrenos saneados, espaço propício à fixação de alguns elementos étnicos que têm paixão pela terra;

ajudavam-se e ensinavam-se numas hortas sob a direcção de um regente agrícola que quisesse trabalhar; tentava-se até uma leitaria, com belo benefício para a colónia. E por entre as fiadas de eucaliptos e coqueiros diriam bem os tectos amarelos das palhotas

isoladas, a verdura mimosa das hortas e o ar de prosperidade e trabalho (Campos, 1910, p. 166).

Esta proposta surgia no decurso do sexto capítulo da obra que temos vindo a analisar, particularmente relevante pelas matérias abordadas onde se destacavam as questões energéticas e o problema da irrigação da ilha. Salientava, à partida, a necessidade de autonomizar o território, do ponto de vista energético ou, no mínimo, reduzir drasticamente as importações de combustíveis, premissa plausível perante os recursos hídricos da ilha.

Era conveniente que, por uma vez, acordássemos para a vida moderna, e transformássemos o apetrechamento anacrónico do porto e da vida em outro mais cómodo e económico. Ora para a iluminação e para as diversas máquinas de transporte e deslocação de mercadorias não podemos obter energia nem mais cómoda, nem mais higiénica e barata do que a energia eléctrica proveniente das torrentes da ilha (Campos, 1910, pp. 148-149).

Com base no conhecimento do terreno, concedia prioridade ao Rio do Ouro como sendo o mais adequado, pela localização geográfica, constância do caudal e características do curso de água, ao aproveitamento energético, cuja estrutura não era sequer de grande exigência em termos de engenharia:

entre a ponte da Boa Esperança para o Monte Café e as Caldeiras do Rio do Ouro, a torrente desce 150 metros numa distância de 2.5000 m pelo thalweg. O ponto mais conveniente para a instalação eléctrica fica a 7.700 m do Cruzeiro da Trindade, e a 12.000 m da Fortaleza da cidade. Podemos garantir 200 cavalos vapor no quadro durante o ano. Bastará um canal de 2.400 m para ligar o rio ao começo da tubagem (Campos, 1910, p. 149).

A instalação eléctrica de S.Tomé era concebida de acordo com as necessidades coevas e futuras da ilha, avaliadas de pequena monta, devido à ausência de grandes centros urbanos, “o burgo no fundo da baía Ana de Chaves há-de ser sempre pequeníssimo; a vila da Trindade um lugarejo insignificante”. A este factor aliava-se a dimensão das indústrias urbana e agrícola, de pequeno porte. Maior exigência estava associada à electrificação dos caminhos-de-ferro e às estruturas portuárias, após a construção do cais acostável; contudo, o tráfego reduzido e a leveza do material circundante não careciam de maior produção de energia além da estimada. Importava, por isso, tão só criar a instalação eléctrica e dotá-la do carácter “de robustez e simplicidade dos maquinismos, embora em detrimento da utilização” (Campos, 1910, p. 153).

Na abordagem do sistema de irrigação, Ezequiel de Campos tornava-se menos sintético a justificar a pertinência do investimento, a curto e médio prazo ou a caracterizar as fontes de alimentação da estrutura e as regiões a privilegiar. Reportava-

se às alterações climáticas no norte da ilha, atingida por verões quentes, secos e prolongados, danosos às plantações existentes e ou às replantações efectuadas em todo o baixo Potó, mas também às dificuldades associadas à rega nas roças desta área, “vales e regos, outras vezes recorrendo aos processos mais primitivos, mais caros e mais trabalhosos – a celha à cabeça dos pretos, pelos trilhos ásperos do thalweg ao cimo das encostas (Campos, 1910, p. 150).

A evolução dos preços no mercado internacional permitia prever um decréscimo do valor do cacau, motivado pelo alargamento daquela cultura no Brasil, um factor exógeno a concorrer, num mesmo espaço e tempo, com a dificuldade endógena, associada à crise braçal provocada pelos obstáculos crescente à saída de recursos humanos de Angola sentidos no decurso da primeira década do séc. XX. Esta convergência ditava uma prática de irrigação caracterizada pela menor componente manual, mesmo que o período de regas coincidissem com o de trabalho diminuto nas colheitas.

Ezequiel de Campos defendia um sistema de repartição equitativa da água das torrentes, no abastecimento da área mais ameaçada pela seca, compreendida entre o rio Abade e o rio do Ouro. Esta proposta resultava da observação das condições do terreno e do clima, não do pessimismo do autor

Se continuasse a cultura do Quija, como continuou a derrubada pelos Angolares, pelas bacias do ocidente da Ilha e pelo rio Contador, e se Monte Café se resolvesse a fazer derrubadas seguidas pelas terras altas de S. Pedro à Lagoa Amélia, quer-me parecer que os factores oro-geográfico e de orientação da Ilha eram impotentes para conservar, sem uma irrigação em grande escala o clima propício, que hoje temos, à cultura do cacauero (Campos, 1910, pp. 150-151)

uma visão corroborada pelo mau desempenho e pelas perdas registadas nas plantações da Pinheira, do rio do Ouro, do Uba-Udo e de Diogo Vaz, em consequência das deflorestação insular e efeitos da mesma no clima.

De resto, Ezequiel de Campos tornava a hidráulica agrícola transversal a toda a actividade agrícola da ilha, fosse de grande ou pequena dimensão, fosse em propriedade de europeus ou naturais. E empenhava-se em demonstrar o quão visíveis e prejudiciais eram as repercussões da seca na ilha, espaço onde terra arável estava já votada ao abandono:

Quem percorrer toda a região da Mesquita, a lombada do caminho de Água Ploco, a região de Lemos, do Bombom e da Monta, e tantas outras manchas de terra abandonada à vegetação espontânea, não deixará de ter pena de ver uma grande miséria moral e económica onde tudo podia ser um belo paraíso de abundância e vida. (Campos, 1910, p. 151).

As suas propostas não envolviam grande complexidade: bastava conferir ao canal de serventia da estação eléctrica uma outra finalidade, a de rega, uma hipótese

plausível para os terrenos numa altitude a baixo dos 400 m na área entre o Potó e a Mesquita, sem prejuízo dos interesses da roça do Ouro e adjacentes como Monte Macaco e Boa Entrada. Além de, a “água e energia a colher desde as cascatas do Obó de Monte Café até Fernão Dias é muito abundante, e estará garantida, se não houver derrubadas insensatas nas terras altas do norte da Ilha” (Campos, 1910, p. 151).

Concluía com um apelo à intervenção das autoridades provinciais, sobre quem fazia incidir o estímulo inicial desta mudança, desejavelmente através de legislação tendente a promover a cultura de terrenos desaproveitados, medidas de cujo sucesso dependiam também da “educação do trabalho na gente da terra”.

Na segunda parte da obra, subordinada à gare marítima e à relevância estratégica da estrutura no desenvolvimento da ilha, Ezequiel de Campos voltaria à temática do desenvolvimento agrícola, da propriedade e da mão de obra. Esta análise partia do relatório elaborado em 1900, ao qual acrescentava dados sobre a evolução do fluxo comercial da primeira década do séc. XX, favoráveis, em consequência da expansão da cultura cacoeira em resposta à procura e valorização do género no mercado externo. No entanto, mostrava-se apreensivo com o facto de os níveis de produção serem conseguidos com um alargamento da área cultivada e não da produtividade das zonas em cultivo, comportamento que determinou as já referidas derrubadas em solos, não raras vezes, impróprios para novas plantações:

a linha de exportação subiu num coeficiente angular que mais ninguém conseguiu obter na mesma cultura; mas simultaneamente muito terrenos desbravados e plantados, havia pouco, tiveram de ser novamente entregues à natureza, como aconteceu na bacia do R. Quija (Campos, 1910, p. 173).

O desempenho agrícola das roças santomenses parecia-lhe fulgurante mas, ao mesmo tempo, precário, convicção reforçada pelas condições do mercado em 1908, ano de grande produção em S.Tomé mas também de variação de preços em baixa, além dos efeitos internacionais da contestação de William Cadbury. Sem questionar os bons resultados anteriores

em 1888 a ilha de S. Tomé exportava pouco mais de 1.500 toneladas de cacau; em 1890 um pouco menos de 3.000 ton.; em 1895 já cerca de 5.400 ton.; em 1900, perto de 11.500. Os grandes arroteamentos do fim do ano passado começaram a afluir muito na exportação de ano para ano, de modo que em 1909 a Ilha exportou 20.207 toneladas de cacau, com valor superior a 9 mil contos de réis e, em 1910, cerca de 30.000 toneladas (Campos, 1910, p. 173).

Ezequiel de Campos empenhava-se em identificar novos caminhos para a viabilidade económica da ilha, compatíveis com a mudança, considerada irreversível, do mercado externo e as novas exigências das demais províncias ultramarinas portuguesas em matéria de recursos humanos.

De resto, a província crescera à mercê de circunstâncias “anormais”, as mesmas que projectaram Portugal para o topo da lista dos maiores produtores de cacau do mundo, em menos de vinte anos:

de menos do décimo da produção mundial em 1894 – do quinto lugar – (abaixo da Venezuela) para o segundo lugar em 1903, um sexto da produção mundial – mais 700 ton. do que o Brasil e 800 ton. menos que o Equador, que ficava em primeiro lugar. Em 1904 demos o lugar ao Brasil, para o retomarmos em 1905, superiores também ao Equador – como primeiro exportador de cacau; mas logo em 1906 o Brasil apresentou uma alta extraordinária de produção, passando a primeiro lugar, que por certo nunca mais deixará. E o Equador retoma também a primazia sobre S. Tomé em 1908 (Campos, 1910, p. 174),

um ano de prosperidade também para a agricultura santomense, mas não o suficiente para acompanhar os níveis de produção dos parceiros cacauzeiros mais directos.

Contrariamente a alguns dos concorrentes – como o Brasil – em S. Tomé não se previa uma perspectiva de crescimento além das 40 mil toneladas/ano, um limite considerado realista, dentro do aparelho produtivo da Ilha. A incerteza sobre a possibilidade de se manterem as condições de recrutamento da mão-de-obra e a percepção de perda de rendimento para a agricultura santomense levavam Ezequiel de Campos a encarar com relutância a meta das 51 mil toneladas de cacau por ano, estimadas por Francisco Mantero (Mantero, 1910).

Se a produtividade alcançada pelo arquipélago se devia a factores anómalos, o cenário de crise então sentido era consequência das características estruturantes do aparelho económico nacional, onde o sector secundário não era expressivo e, em função disso, era incapaz de valorizar a matéria-prima produzida no espaço colonial:

país pequeno e desprovido de tino industrial, tivemos por acaso o primeiro lugar na produção de uma matéria prima valiosa, sem ao mesmo tempo revelarmos a mínima capacidade para a manufacturar e colocar no mercado externo e assim estarmos a coberto de, por qualquer motivo, sermos postos de banda numa operação comercial que não seria difícil de urdir (Campos, 1910, p. 175).

Referia-se menos às movimentações dos produtores de cacau ingleses, cuja importância não menosprezava, mas sobretudo à expansão do sector primário brasileiro, com repercussões no mercado internacional suscitadas pela aumento de oferta. Todavia, este crescimento parecia-lhe uma evidência, ou uma inevitabilidade, desde os finais do séc. XIX: “bastava mais um pouco de viação acelerada para secundar a enorme corrente migratória estabelecida para a outra banda do Atlântico, bem como a mais pequena baixa no preço da borracha”, condições que, quando reunidas não confluíram num imediato aumento em massa da produção de cacau no Brasil; contudo, apesar de gradual, a relevância da economia brasileira na produção deste género, tenderia a aumentar em virtude da “vastidão enorme de terra cacaoeira

que só espera braços e meios de transporte” (Campos, 1910, p. 175).

Nos antípodas, S.Tomé e Príncipe não oferecia possibilidades de alargamento das zonas de cultivo – delimitadas pela geografia do terreno e pela relação entre a área florestada e as características climáticas – uma situação cuja previsibilidade deveria ter inspirado ao Estado português providências para transformar a presença lusa neste mercado em dois segmentos, o da exportação da matéria-prima e de produtor de género manufacturado. Esta fórmula permitia aos produtores de cacau santamente resistir ao

fornecedor mundial mais importante e mais temível pela quantidade e baixo preço de produção, [se] estivesse já assegurada a saída da nossa colheita pelas marcas já acreditadas, para o que muito havia de contribuir a homogeneidade do nosso cacau (Campos, 1910, p. 175).

Favorável ao arranque industrial chocolateiro português, o autor considerava-o numa tripla vertente: na possibilidade de afirmação externa diversificada da economia portuguesa, no plano de substituição de importações com o fornecimento do mercado interno, se possível, alargado a novos públicos onde “enraizar o hábito de o preferir ao café nas classes populares e médias, [traria] enorme vantagem para os roceiros e o país” (Campos, 1910, p. 175). Para o espaço colonial, em especial Angola e Moçambique, produtores de açúcar, este surto industrializante significava uma nova finalidade, mais lucrativa e de efeitos menos danosos para a saúde das populações africanas quando comparada com a aplicação tradicional, o alcool.

Esta era a interacção desejável entre espaços diversos e produções respectivas, muito diferente da realidade onde a perspectiva de lucro no imediato e o monopolismo tendencial associado à cultura do cacau prejudicavam as possibilidades de crescimento integrado, a longo prazo. No entanto, atento à realidade, interna e externa, evidenciava a quebra de rendimentos da agricultura insular como o início da falência do modelo da grande exploração agrícola santomense. E inverter esta tendência passava por modificar profundamente o aparelho produtivo da ilha e abandonar o eixo estruturante da presença portuguesa nas colónias a saber, “a exploração da raça negra, em vez da exploração da terra africana” (Campos, 1910, p. 175).

A economia angolana constituía um exemplo da capacidade produtiva perdida pela potência colonial, devido à ausência de investimento nas potencialidades de cada território e da falta de uma visão acerca das complementaridades possíveis a estabelecer entre os diferentes espaços. No caso de Angola, perdia-se

uma colossal fazenda a exportar de tudo, produtos do solo e minérios da terra – café, borracha, açúcar, algodão, cera, carnes, couros... cobre, petróleo, carvão – encontramos apenas um domínio selvagem, sem caminhos de ferro, nem estradas, e em que passou a razia do alcool, do militar, da exploração daninha da guerra e do comércio sem escrúpulos. Em vez da prosperidade, o desolamento. E o açúcar, que Angola havia de mandar para a metrópole adoçar o cacau de S. Tomé antes de o oferecer ao mundo, fermentou

e passou a alcool para arrasar o nosso domínio africano (Campos, 1910, pp. 177-178).

Distantes pela ausência de uma perspectiva integradora de crescimento conjunto, ambas as províncias haveriam de se encontrar no cenário de adversidade uma vez que, se a ruína comercial de Angola influía na estagnação da agricultura santomense, o definhamento do sector primário em S. Tomé contribuía para acelerar a decadência económica angolana.

Para ambos os casos, em particular para S. Tomé, a solução do problema implicava aumentar o contingente demográfico das ilhas do cacau, com medidas à fixação populacional e

assegurado assim o baixo custo de produção pelo povoamento efectivo da Ilha por uma colónia trabalhadora e melhorável de geração em geração, pouco importaria a luta comercial: que, em poucos anos, nós deixávamos de ser um concorrente perigoso pela quantidade; mas estávamos sempre garantidos das condições remuneradoras de produção e na homogeneidade do produto, pois não seria provável que qualquer outra região cacaoeira pudesse competir connosco neste campo (Campos, 1910, p. 178).

Não esquecia as dificuldades na concretização do objectivo supra-enunciado; aliás, no domínio da fixação demográfica, o autor mostrava-se exigente com a qualidade da mão de obra a captar e atento aos custos do seu transporte, dois parâmetros onde a capacidade de conciliar os interesses da metrópole, da província de Angola e de S. Tomé se encontrava prejudicada. Por esse motivo, Ezequiel de Campos centrava-se na proposta sobre a cultura obrigatória dos terrenos para sugerir a redefinição dos termos aplicáveis ao imposto de palhota. Entendia necessário atribuir ao trabalho indígena um tratamento semelhante ao do serviçal, com ressalva para o facto de, em ambos os casos, os regulamentos deveriam ser explícitos nas formas e simplificados nos conteúdos respectivos,

sem subterfúgios, desde o salário e horas de serviço, até ao alimento e pensões por desastres, etc sempre nas condições locais e só nestas, que, de tão anormais, não se prestam à experiência de outros regulamentos. São uma providência de regeneração de uma colónia, e não uma medida de exploração dela (Campos, 1910, p. 185).

Assim, estimava possível o “começo da colonização de S.Tomé” (Campos, 1910, p. 185) e, inclusivamente, plausível a meta das 50 mil toneladas anuais de cacau, em seis anos, caso se registasse uma inflexão da mortalidade infantil no território santomense. Esta proposta, em confronto evidente com o princípio da repatriação obrigatória consagrado na legislação e defendido pelos republicanos, culminava no reforço do investimento infra-estrutural no domínio dos transportes.

O plano de melhoramentos englobava a construção de armazéns e da alfândega, junto da Ponta da Fortaleza e do novo molhe, para proceder à demolição de antigas instalações na cidade, outros armazéns e a antiga casa dos cabindas, localizadas

entre o balneário municipal e a ponte de importação. O objectivo era edificar uma estrutura nova para armazenamento de géneros “com um recinto pequeno destinado à venda de bilhetes e uma sala de espera – quanto basta para a estação urbana, que por esta forma se livra da expropriação caríssima do terreno onde está o tribunal” (Campos, 1910, p. 213). Com este arranjo, a cidade mantinha capacidade logística para albergar os géneros ainda que fosse necessário o alargamento de algumas vias, como a Travessa do Tribunal, para permitir um melhor acesso de pessoas e bens à referida estação. Insistia na necessidade de garantir uma ligação férrea entre a ponte de importação, no fundo da Baía, ao ramal urbano, possível através da eliminação de um pequeno armazém e “desta forma, melhor prosseguem as obras da gare marítima e mais economicamente se chega a uma deslocação completa” (Campos, 1910, p. 213), objectivo enunciado no início do século que permitiria a requalificação da Avenida marginal.

Defendia a repartição entre o movimento comercial da ilha e do tráfego de géneros de abastecimento à cidade; se o segundo era pouco representativo, o mesmo não era aplicável ao primeiro que, deslocada a alfândega, não devia entrar na cidade, antes

deverem seguir, logo em barco, quando tiverem de ir em torno da ilha, para as roças e vilas do litoral; em vagon quando tiverem de tomar o caminho-de-ferro. E o cacau, e os outros artigos de exportação podem ir directamente do comboio, acabado de chegar ao molhe, para a lancha que o leve ao vapor, sem passar pelos armazéns, já que não somos capazes de fazer um molhe acostável aos navios para onde ele entrasse directamente. Nada custa a transportar pelo caminho-de-ferro e descarregar em um só dia todo o embarque que o Norte da ilha pode dar (Campos, 1910, p. 214).

A relevância económica do sistema de viação santomense era inquestionável para Ezequiel de Campos, um acérrimo defensor do mesmo desde 1899, convicção reforçada neste contexto. No entanto, o desenvolvimento deste sistema deveria corresponder às necessidades/actividades agrícolas, às características da cultura, às especificidades geográficas e, por último, às áreas a servir em tempo médio e longo. As preocupações com a economia ditavam-lhe ainda a certeza que o transporte terrestre, por estrada, apenas seria eficiente em caso de não ser possível e ou rentável a construção de uma rede ferroviária destinada exclusivamente ao tráfego de géneros; e em regiões do interior da ilha e ou desprovidas de acesso fácil ao litoral, onde a via marítima sobrançava qualquer outra forma de transporte de pessoas e bens. Estas ideias, e outras como a articulação entre as redes viária e ferroviária da ilha ou a conciliação das iniciativas públicas e privadas santomenses em matéria de transportes, eram estruturantes no ideário do autor que, nessa medida, mais não fazia do que reeditá-las num novo contexto. O mesmo era aplicável às redes viária e ferroviária, uma vertente onde, de um modo geral, reafirmava as convicções anteriores.

A avaliar pelo Programa da Execução e Exploração dos Melhoramento Públicos na Ilha de S. Tomé, o autor defendia a implantação de uma via de cintura, uma

alternativa antes enjeitada pelos mesmos motivos que ora a justificava, o grau de dificuldade do projecto e os custos financeiros inviáveis do mesmo, uma alteração determinava pelos avanços da engenharia e, sobretudo, pelas experiências bem sucedidas de Cuba e das Filipinas; removidos estes obstáculos, entendia,

deve-se construir rapidamente aquela estrada que ficará a ligar as roças do litoral, facultando a única maneira de transitar pela ilha entre esses pontos; contribuirá para o desenvolvimento de muitos núcleos de população indígena e para a expansão cultural de muitos terrenos; e com o caminho-de-ferro de travessia, cidade-Angra, dará a melhor oportunidade de admirar esta ilha prodigiosa (Campos, 1910, p. 307).

Referia também a validade de uma estrada central no prolongamento da que ligava a cidade à Trindade, reduzia à dimensão de caminho nos pontos mais difíceis do trajecto. Em termos gerais, o plano estabelecia uma largura máxima de 5m e mínima de 4,70m para as estradas a construir, como a preferência pelo pavimento de macadam. Indicava também o processo de construção das vias mais eficaz: “preparação do leito pela cilindragem a fundo, cilindragem mecânica da brita e drenagem completa” (Campos, 1910, p. 308), e as regras a obedecer em qualquer traçado – a inclinação máxima tolerável de 7% e o raio mínimo de 20 m. Tratamento semelhante era dado aos caminhos: “todos macadamizados, terão como inclinação máxima oito por cento, havendo todo o cuidado em não ultrapassar sete %; e terão a largura mínima de 2,5m de piso, havendo então pontos de desvio com 5,0m de largura de espaço a espaço” (Campos, 1910, pp. 308-309).

Com excepção das duas vias discriminadas, a de cintura e central, as demais estradas da ilha deveriam ser projectadas em função da existência das linhas férreas, dos seus traçados e ou da respectiva impossibilidade em determinadas zonas. Por seu turno, a concepção de rede ferroviária não comportava alterações de vulto; o autor sustentava a inconveniência do ramal entre o Cruzeiro da Trindade à Madalena, defendido anteriormente, como a necessidade de prolongar o primeiro troço de caminho de ferro da Cidade à Angra dos Angolares através dos Formosos², a forma de ligação rápida e directa com o sul da ilha. Além desta, mantinha-se indefectível na necessidade de ligação férrea entre a Cidade a Monte Café³ e, por último, do Quifindá ao vale do Rio Abade⁴. Acentuava o valor da tracção eléctrica, a única que permitiria a exploração deste meio de comunicação sem prejuízo, antes através do aproveitamento racional de um recurso abundante na ilha: os cursos de água: “para a exploração pela electricidade temos energia hidráulica à mão no rio do Ouro, no rio Abade e no Ió Grande (se for necessário) de um aproveitamento fácil e económico”(Campos, 1910, p. 305). Contudo, esta modalidade determinava à partida a adopção de comboios frequentes e mais leves, com menor desgaste do material fixo. “Podem ser explorados como tramways, com resuzido pessoal, com todos os sinais e ordens transmitidos pelo telefone (como aliás já é prática hodierna mesmo

² O traçado desta linha férrea deveria servir as roças altas de Nordeste da ilha e a encosta esquerda do Ió. Campos, 1910, p. 270.

³ Este caminho-de-ferro permitia o escoamento da produção das roças do noroeste da ilha, do Potó e da roças altas do Norte. Campos, 1910, p. 270.

⁴ A terceira via ferroviária destinava-se às roças baixas de Nordeste e do Vale do rio Abade. Campos, 1910, p. 271.

nos caminhos de ferro de vapor da Suíça e em muitas enormes redes da América do Norte” (Campos, 1910, p. 305).

Por outro lado, a electrificação das linhas não representava quaisquer dificuldades e ou paragens no serviço prestado: assim que um troço estivesse concluído para a utilização do vapor poderia ser iniciada a adaptação à electricidade que, uma vez terminada, correspondia a maiores benefícios até na condução dos comboios, tendencialmente mais fáceis de manobrar. Este processo de electrificação das linhas deveria ser feito, de forma faseada, por intermédio de empreitadas sucessivas, depois de sujeito a concurso público.

Aliás, esta modalidade era aconselhada como a mais eficaz, económica e rápida de conseguir os equipamentos necessários em S. Tomé, uma província onde não escasseavam os maus exemplos de administração directa do Estado e do consequente desvio de verbas. Contudo, dificilmente a empreitada geral poderia trazer os benefícios desejados porque implicava a conclusão prévia de todos os estudos, mesmo daqueles que ainda não estavam sequer iniciados como, por exemplo, o prolongamento da via férrea até aos Angolares. Por outro lado, seria sempre mais dispendiosa quando comparada com outra, a preferida do autor, descrita como um processo faseado, de intervenções sucessivas ditadas pelo fim dos projectos, aos quais seguia-se o recurso ao concurso público de tarefas específicas.

Apresentadas as carências infra-estruturais da ilha de S. Tomé, determinadas as intervenções necessárias e o modelo mais adequado das mesmas, Ezequiel de Campos enveredava pela fase seguinte, referente à conservação e exploração dos melhoramentos, em especial dos meios de transporte, uma matéria acerca da qual teve de rever uma convicção anterior sobre o papel do Estado na promoção de melhores condições de vida e de trabalho em S. Tomé. Mostrava-se coerente na denúncia da falta de associativismo entre os grande proprietários da ilha, os mesmos que antes havia exortado a substituírem o poder central em razão da inércia e ou incompetência na gestão dos recursos naturais e financeiros santomenses. Em Dezembro de 1910, como em 1904, voltava a lastimar a ausência de uma plataforma de entendimento comum dos donos das grandes roças. Mas, contrariamente à posição expressa durante a primeira década do século, não desmonstrava quaisquer dúvidas sobre o protagonismo do Estado a quem reconhecia a competência, mas também a capacidade de iniciativa e acção para inverter a situação vivida em S. Tomé. Trata-se, no entanto, não do Estado monárquico, cuja falência administrativa colonial criticara nos seus trabalhos, antes de um novo Estado, de feição republicana, cujo advento identificava então, mas não por muito tempo, com o início de um ciclo de desenvolvimento económico.

Referências

- Alexandre, V. (2000). *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cadbury, W. (1910). *Os Serviços de S. Tomé. Relatório de uma visita às ilhas de S. Tomé e Príncipe e Angola, feita em 1908, para observar as condições da mão- de-obra empregada nas roças de cacau da África Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Campos, E. (1904). *Viação de S.Tomé. Apontamentos*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Campos, E. (1907). *Caminho de Ferro do Norte da Ilha de S.Tomé. Elementos do projecto do 1º troço Cidade-Cruzeiro da Trindade*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Campos, E. (1908). *A Ilha de S.Tomé. Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 5 de Maio de 1908*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Campos, E. (1908). *Trabalhos Topográficos na Ilha de S.Tomé*. Comunicação apresentada na Conferência na Ordem dos Engenheiros Cívicos Portugueses em 20 de Junho de 1908. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Campos, E. (1910). *Melhoramentos Públicos na Ilha de S.Tomé. Apontamentos Ligeiros*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.
- Clarence-Smith, G. (1990). *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa, Teorema.
- Guedes, A. Miranda (1911). *S. Tomé. Seis meses de governo e administração. Relatório oficial*. Porto: Tipografia a vapor da Empresa Guedes.
- Ilha de S.Tomé*. dir. por Ezequiel de Campos, ed. de Francisco Trindade, nº 1, S. Tomé, 20 de Outubro de 1910.
- Mantero, F. (1910), *A Mão de Obra em S.Tomé e Príncipe*. Lisboa: Ed. do autor.
- Negreiros, J. Almada (1895), *História Etnográfica da Ilha de São Tomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos.
- Nascimento, Augusto (2001). S. Tomé e Príncipe. In A. H. de Oliveira Marques (Vol. Ed.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O império africano 1890-1930* (pp. 201-252). Lisboa: Editorial Estampa.
- O Africano. Semanário Independente*, 1909.
- Portugal em África*, Lisboa, 1900-1914.
- Santos, Isau [1973]. *Síntese Bibliográfica das ilhas de S.Tomé e Príncipe*. s. l., s. d.
- Vasconcelos, E. (1919). *Colónias Portuguesas III. S.Tomé e Príncipe. Estudo Elementar de Geografia Física, Económica e Política*. Lisboa: Tip. da Cooperativa Militar.

Sérgio Neto

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)
Universidade de Coimbra, Portugal

sgdneto@gmail.com

São Tomé e Príncipe n’O Mundo Português

A revista *O Mundo Português* (1934-1947) foi uma das vozes mais afirmativas do colonialismo português, procurando dirigir-se sobretudo aos jovens. Artigos sobre história e etnografia, “heróis” e viagens, ideologia e propaganda encheram as suas páginas. Pretende-se analisar a “imagem” do arquipélago de S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: propaganda, cultura, colonialismo

O Mundo Português (The Portuguese World) magazine (1934-1947) was one of the most assertive voices of Portuguese colonialism, looking particularly address young people. Articles on history and ethnography, “heroes” and travel, ideology and propaganda filled their pages. The aim is to analyze the “image” of the archipelago of S. Tomé and Príncipe.

Keywords: propaganda, culture, colonialism

Inegavelmente colonialista – recorde-se a reacção do Partido Republicano perante o Ultimato Inglês de 1890 –, o regime saído da revolução havida a 5 de Outubro de 1910 fez da propaganda uma forma de promoção do património territorial ultramarino português. Uma série de publicações ilustra esse desígnio: por exemplo, a *Revista Colonial* (1913-1923), dada à estampa em Lisboa, acompanhou boa parte da vigência da Primeira República, não se coibindo de publicitar a vida em terras do ultramar, assim como de convidar explicitamente potenciais colonos que quisessem deixar a metrópole e investir em Angola e Moçambique, os territórios considerados mais prósperos. Também o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, surgido durante a Monarquia Constitucional, foi apresentando estudos e conclusões acerca da temática colonial, fiel à máxima de “saber para dominar” (Said, 2004). Por seu lado, multiplicaram-se os periódicos editados em cada uma das colónias.

Todavia, coube ao período da Ditadura Militar e, sobretudo, ao do Estado Novo, aprofundar esta tendência publicista. Certamente que a natureza propagandística deste regime, quando da divulgação das suas realizações, (Paulo, 1994) em muito pesou. É preciso não esquecer que a obra colonial foi objecto de algumas das mais impressionantes exposições alguma vez realizadas em Portugal, caso da Exposição Colonial do Porto, em 1934; a Exposição (do Duplo Centenário) do Mundo Português, em 1940; sem esquecer o Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Descoberta de Cabo Verde), em 1960. No que respeita à produção periódica, uma série de jornais e revistas de temática colonial viram a luz do dia numa rápida sucessão temporal. Uma possível lista teria de incluir: *O Colonial* (1927); *Jornal das Colónias* (1927); *O Jornal da Europa* (1927); *Lusocolonial* (1927); *Expansão Nacional* (1928); *Império Português* (1929); *Informação Colonial* (1929); *Acção Colonial* (1930); *Portugal Colonial* (1931); *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932); *O Mundo Português* (1934), entre outros (Neto, 2008, p. 322).

Esta ampla produção editorial, a que acresce um avultado número de obras de maior fôlego, teve o condão de ajudar a criar uma certa literatura que tendia a romantizar o espaço colonial. A ideia não era nova e seguiu de próximo o que se fazia noutras metrópoles. Por outras palavras: a fim de atrair colonos, estes textos promoviam uma imagem idealizada do espaço colonial, quer minimizando, quer enobrecendo as dificuldades aí encontradas, quer estereotipando o indígena, quer ainda veiculando uma ideologia nacionalista e imperialista, catalisadora dos brios patrióticos. Não é, pois, de estranhar, que *O Mundo Português*, decerto a revista mais emblemática deste período, anunciasse, no seu número inaugural, que se destinava à “gente jovem”. Tratava-se da assunção que importava, antes de mais, formar um escol de futuros quadros coloniais, imbuídos do espírito de missão. Neste sentido, a predilecção da revista por textos de recorte literário, a narração heroicizada de episódios da “gesta” portuguesa, o olhar enviesado e paternalista quando da análise do Outro, sem esquecer as iniciativas culturais destinadas aos estudantes de Portugal e do Ultramar, confirmam esta hipótese.

O artigo que se segue, procurará, pois, enquadrar o arquipélago de S. Tomé e Príncipe no mundo português, realidade geográfica e revista, ensaiando caracterizar

a imagética que o território assumiu num dos periódicos mais importantes dos primeiros tempos do regime de Salazar.

Sob o signo da Mística Imperial

Começada a publicar em 1934, a revista *O Mundo Português* prolongou a sua actividade editorial até 1947. Editada pelo SPN e pela Agência-Geral das Colónias (AGU) – organismo este criado em 1925 a fim de contrariar o facto de “a grande maioria dos portugueses desconhece[r] em absoluto as nossas colónias” (Cortesão, 1925, p. 3) –, a revista teve uma periodicidade (bi-) mensal, organizando concursos de cruzeiros de férias às colónias para os alunos metropolitanos e viagens a Portugal para os estudantes oriundos do ultramar. Neste âmbito, as suas actividades aproximaram-se daquelas desenvolvidas por dois periódicos congêneres: o *Boletim da Agência-Geral das Colónias* (Concursos de Literatura) e o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Semanas das Colónias).

Porém, *O Mundo Português*, significativamente subintitulado de “cultura e propaganda / arte e literaturas coloniais”, foi mais longe, consagrando a quase totalidade das suas páginas à (re)invenção de um exotismo literário que caracteriza toda uma época. Ao invés do *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, mais apostado em aliciar o potencial colono com pautas comerciais, promissoras descrições económicas e convites explícitos ao estabelecimento em terras de África, *O Mundo Português* fez da sedução estética uma arma ao serviço da propaganda. Os seus intentos pedagógicos encontraram realmente tradução na panóplia de artigos doutrinários, contos e poemas “exemplares”, fotografias de “indígenas” e paisagens “virgens”, pequenos ensaios etnográficos e “retratos” idealizados de cada uma das colónias¹.

Para além desta crença numa inadiável missão histórica a cumprir e da necessidade de “civilizar” as “tribos indígenas”, de igual modo a revista aceitou a crença de que o povo português, como resultado de cinco séculos de contactos, teria adquirido uma singular facilidade em estabelecer relações com os povos colonizados. Esta “experiência” e o trato fácil com o Outro poderiam ser inferidos a partir das “estórias” exemplares amiúde publicadas.

Nos anos seguintes, conforme atesta o Anexo II, muito embora este tipo de artigo apologético tenha diminuído, não esmoreceu, porém, “a missão de cultura e propaganda”. Por outro lado, é preciso não perder de vista o facto de a maior parte dos artigos, qualquer que fosse a temática abordada, enaltecem sempre o pioneirismo expansionista português, a sua “vocação colonial” e o “ressurgimento” estadonovista, razão por que a ideologia oficial nunca chegava verdadeiramente a estar ausente. Ou seja, com o correr do tempo e também de acordo com a idiosincrasia dos regimes autoritários da Europa de então, privilegiou-se mais a estética do que a ética. Na verdade, importava veicular a imagem, mas sobretudo vesti-lo nos trajes mais agradáveis.

¹ Cf. Anexo II.

S. Tomé n'O Mundo Português

Uma das imagens que S. Tomé assumiu perante o olhar metropolitano, como não poderia deixar de suceder, girou em torno do potencial económico do arquipélago. Por exemplo, José Osório de Oliveira (1939), figura do Estado Novo ligada à propaganda colonial e que muito escreveu acerca de Cabo Verde, definia S. Tomé como uma “pequena Java”, pretendendo assim sublinhar a produção de café local (p. 375). De resto, este publicista, hábil na criação de imagéticas sugestivas, também chegou a considerar Cabo Verde como uma sorte de Brasil miniatural, como outros viram neste arquipélago: “Portugal exilado no meio do Atlântico azul” (Casimiro, 1934, p. 1). Ou seja, o discurso orientava-se para a romantização das realidades, na procura de semelhanças entre Portugal e colónias, com o emprego de diminutivos a sublinhar simbolicamente o sentimento paternalista dispensado pela metrópole.

Esta atitude propagandística percebe-se noutros artigos da revista aqui analisada. Por exemplo, o Marquês do Lavradio (1936), chegado a S. Tomé, pela primeira vez em 1896, garantia à distância de quase quatro décadas que “fui encontrar o cenário completamente mudado” (p. 245). Ao mesmo tempo tinha as roças por “centros de instrução onde o preto se civiliza, encontra conforto, aprende a trabalhar e vive feliz” (p. 246). De igual modo não esquecia que a colónia enfermava de falta de trabalhadores, pelo queurgia “dar à ilha os meios necessários para que a agricultura não morra e não se perca o trabalho de tantas dezenas de anos” (p. 247). Numa palavra: nada dizendo acerca dos naturais, fazia a apologia do esforço levado a cabo durante os derradeiros anos, por colonos e trabalhadores, enfatizando o papel do Estado Novo nesse ressurgimento ultramarino.

Caso sintomático dessa exacerbação do Império constituiu a série de sonetos de Hugo Rocha (1940), extraídos do livro em preparação *Poemas Exóticos*, através dos quais pretendia veicular a ideia de um “Portugal de tão estranhas gentes”, um imenso Portugal que o poeta percorreu “sempre em deslumbramento”, enfim, um Portugal que: “para quem, como eu, a uma ambição se arrima / a ambição de vive uma vida mais pura / e mais livre, uma vida isente de amargura / o mundo tropical merece toda a estima” (pp. 19-20). Nas páginas seguintes, sob o título genérico de “Ronda do Império”, Hugo Rocha dedicava um soneto a cada parcela ultramarina, à Madeira e aos Açores, e mesmo ao Brasil, que “também responde à chamada”. Sobre S. Tomé e Príncipe, a estância mais sugestiva não lograva escapar ao lugar-comum: “café, cacau, que mundo de riqueza / esplende ali, em galas espantosas! / como o Equador desfolha, ali, as rosas / da cor, da luz, do assombro e da grandeza” (p. 23)

Viajantes mais ilustres, como Manuel Múrias (1938), antigo integralista e nacional-sindicalista, que aderiu ao regime de Salazar, integrando-se na Assembleia Nacional, e um dos primeiros seguidores da teoria luso-tropical, tendo, em 1938, acompanhado o Chefe de Estado, Óscar Carmona, em visita oficial a Angola e a S. Tomé, ponderando este último território, que denominou de “colónias de fazenda”, advogava a universalidade do “espírito português” e o seu não racismo (pp. 181-184).

Já Leite de Vasconcelos (1936) ao assegurar que “são mais de 200 ‘roças’ a

atestar as prodigiosas energias da alma e do braço lusitanos” (p. 242), parecia esquecer os contratados. O seu texto, glorificação do “trabalho de dezoito gerações de gente ‘branca’, arrojada pelo mundo” (p. 244), descrevia em traços largos a história das ilhas, a qual “se foi construindo sobre covais e ossadas da afoita gente lusa” (p. 240). As expressões empregues no intuito de caracterizar a opulência da natureza – “picos altos sobranceiros”; “trovoadas furibundas rebentando”; “arvoredos ciclópicos”; “morada de Satanás” (p. 239) –, mais não fazem do que ilustrar a crença de que o espaço africano era *terra incognita*, que o colonizador deveria desbravar e valorizar, perante a suposta inoperância do colonizado.

Por seu lado, Jorge de Sena (1944), também nas páginas de *O Mundo Português*, aí se deparou com um mundo selvagem, que descreveu com o recurso a uma bela prosa literária. Para si, o homem, ante a imensidão e a tenacidade de tal paisagem, pouco poderia fazer para a domar completamente, opinião que contrastava com a subscrita pela propaganda, a qual falava num espaço selvagem, sem dúvida, mas, cujo ímpeto, à custa das diligências dos colonizadores, fora vencido (pp. 181-184).

Uma vertente igualmente abordada versou a etnografia ou “folclore”. Para o efeito, tanto se estimulou a imaginação acerca das tradições e dos costumes africanos, quanto se veiculou a ideia de estes ainda não se acharem corrompidos “pela mesmice insulsa que é o figurino do Chiado ou do Terreiro do Paço” (Melo, 1944) ou a “neurastenia europeia”. No fundo, tratava-se daquela concepção herdada do século XIX que, sem negar as conquistas tecnológicas e a “superioridade” do Ocidente, descobria, nos povos da África Negra, uma maior proximidade das “origens” e, por isso mesmo, um carácter menos postiço e mais puro.

Outras conclusões são possíveis. José Brandão de Melo, que assinou dois artigos sobre a etnografia são-tomense, comprova como, nos anos 40, o pensamento de Gilberto Freyre ainda não penetrara no âmago da ideologia colonial estadonovista. É que, tomando como ponto de partida os “indígenas” de Angola e de Moçambique, Brandão de Melo considerava-os menos “enfraquecidos” do que os autóctones de S. Tomé e Príncipe, em virtude de não terem enfrentado sucessivos “cruzamentos”, supostamente responsáveis pelo depauperamento da “raça” – leia-se menos aptos para o trabalho (Melo, 1944).

Mas, se a miscigenação, no entender desse autor, minguara o valor físico, também não elevava o “nível” intelectual do são-tomense, não chegando este “à craveira para ‘amanuensar’ em qualquer repartição da colónia”. Por fim, adjetivava-o de “esperto”, “ladino” e “indolente”, de uma “ingénita preguiça”, desenvolvendo, após tais apodos, algumas reflexões de ordem etnográfica.

Os cruzeiros de férias às colónias contaram-se entre as primeiras grandes acções lançadas pela revista. A finalidade passava por levar a “mocidade portuguesa” a conhecer e “apreciar devidamente Portugal em todos os seus recantos mais distantes” (Cunha, 1934, p. 307).

De facto, não chegava apenas fazer a apologia do império através de jornais, imagens e mostras culturais. Imperioso se tornava fazer dele uma verdadeira exposição viva, na qual os jovens estudantes, acompanhados por professores, artistas e

escritores, tivessem a oportunidade de senti-lo seu. “Um espírito juvenil [...] é a melhor matéria-prima para trabalhar o futuro” seria, talvez, a frase mais apropriada para entender os verdadeiros objectivos da iniciativa: doutrinar potenciais futuros colonos e quadros ultramarinos; atrair e mobilizar, com a publicitação da viagem, outros jovens; enfim, dinamizar e criar entusiasmo nas escolas, tanto mais que, todos os anos, seriam abertos concursos premiando com uma viagem os “que mais se distingam em certas disciplinas e aqueles que melhores trabalhos apresentem sobre assuntos coloniais” (Torres, 1936, pp. 227-230).

Após numerosos artigos saudarem a iniciativa, o primeiro e único cruzeiro alguma vez realizado tocou, no ano seguinte, no Verão, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Como quer que seja, a revista publicou todos os discursos que as autoridades coloniais produziram quando do encontro com os visitantes, assim como pequenos textos escritos pelos estudantes, sob a forma de diário de viagem ou ensaio apologético, com o subtítulo de “o que eu vi nas colónias”. Na prática, a ideologia pretendia efeitos reprodutores: os alvos de ontem tornavam-se os difusores de hoje. Quais foram as impressões dos estudantes acerca de S. Tomé e Príncipe?

As opiniões fixavam-se no “exótico”, no “pitoresco”, e no “fascínio” africano, não se cansando de louvar o “génio” colonizador português. Em relação a S. Tomé, que aqui nos interessa, sublinhavam a beleza da paisagem, “sinfonia verde”, e “o esforço individual do colono português”, responsável pelo prosperar das roças, considerando-se o autóctone um tanto descaracterizado pelo contacto europeu. Por exemplo, um dos estudantes desdenhava do aspecto do batuque: “o batuque que em terra se exibia era bastante civilizado, fazendo lembrar uma cegada carnavalesca” (Cardoso, 1935, p. 300).

À Maneira de Conclusão

No essencial, sem receio de se errar, pode-se dizer que, da mesma maneira que, em Portugal, os estudos empreendidos sobre as temáticas da colonização e da descolonização, têm vindo a privilegiar, sobretudo, o ponto de vista do colonizador, nos novos países independentes, parceiros da Comissão de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e, em especial, em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, tem-se dado, antes de mais, apreço à vertente literária, tida por decisiva fatora da nacionalidade. Na verdade, tal, nem poderia deixar de suceder, em virtude de, em ambos os territórios, escritores e poetas se contarem entre os mais destacados opositores ao colonialismo, quer, recorrendo à pena, quer, no caso cabo-verdiano, mesmo à luta armada, constituindo, assim, a sua vida e produção, matérias históricas de grande valor e de evidente abordagem mais imediata.

Todavia, os dois arquipélagos partilham, e partilharam, características que convidaram a aproximações, tanto dos naturais, quanto dos portugueses, ao longo do século XX, umas vezes eivadas de um certo sentido propagandístico, na medida em que, ao invés das colónias não insulares, Cabo Verde e S. Tomé foram povoadas de raiz, daí derivando sociedades mestiças, “novas” e “originais”, criadas sob a égide do

colonizador, outras tantas, imbuídas de uma certa decepção pelo presente estado de coisas. Este último parecer foi subscrito por Francisco Tenreiro, o poeta e geógrafo santomense, ao avaliar a evolução conjunta dos dois arquipélagos até ao século XIX, evolução essa, em muitos aspectos, comungando de traços comuns, como a miscigenação, a um tempo étnica e cultural. Teria sido o século XIX, com a introdução do café e do cacau, e conseqüente emparcelar da pequena propriedade, pertença dos “filhos da terra”, o estabelecimento de grandes roceiros, e a contratação de uma numerosa mão-de-obra de outras colónias, a ditar o fim da construção de uma sociedade crioula, similar a Cabo Verde.

No decorrer da Primeira República, tais mecanismos de exploração económica prosseguiram, quase inalteráveis, estendendo-se ao Estado Novo, a despeito das denúncias internacionais, cuja mais fundamentada proveio da parte do chocolateiro inglês, William Cadbury, apostrofando todo o processo – desde a contratação forçada dos serviçais até às penosas condições de trabalho, que redundavam numa elevada taxa de mortalidade – de não respeitar dos mais elementares direitos humanos, e não fechando mesmo a porta a reminiscências das práticas escravagistas das centúrias passadas.

Ao mesmo tempo, consubstanciava-se a imagem recorrente de S. Tomé, a de “ilhas do cacau e do café”, verdadeira “colónia de fazenda”, caso único no Ultramar Português, que, contrastava, assim, profundamente, com a de Cabo Verde. De facto, conforme foi assinalado na revista *O Mundo Português*, espécie de “porta-estandarte” da mística imperial do Estado Novo, nos anos 30 e 40, enquanto Cabo Verde primava pelo seu valor intelectual, literário, ou, numa palavra, cultural, S. Tomé e Príncipe possuía um valor, antes de mais, económico. Assim, se, por um lado, partindo-se do argumento étnico, visto o Darwinismo Social ainda se encontrar na ordem do dia, se inferia que, em S. Tomé, sendo a proporção de mestiços inferior à de Cabo Verde, o comum dos naturais teria menos aptidões intelectuais, por outro, pretendeu-se divisar em S. Tomé, devido ao grau de mestiçagem, uma certa descaracterização cultural e mesmo degenerescência racial, em relação a Angola ou Moçambique. Portanto, de uma maneira ou de outra, haveria de prevalecer sempre a imagem “económica”.

Nos anos cinquenta, a concessão da cidadania ao arquipélago e a visita de Gilberto Freyre, desagravaram um pouco tal negativismo, sem, contudo, lograr modificar as linhas gerais, que, afinal, apodavam o natural de “indolente”, e tão-só se fixavam na glorificação do triunfante “génio” colonizador português em paragens equatoriais. A sucinta passagem que lhe é dedicada, em *Aventura e Rotina*, fez incidir uma nova luz sobre S. Tomé e Príncipe, pois, Freyre nele contemplou o que fora uma prefiguração do Brasil de *Aventura e Rotina*, julgando-o mais luso-tropical do que Cabo Verde. Por seu lado, as monografias produzidas, já ao tempo da Guerra Colonial, buscaram, num registo assaz integrador dos povos do Ultramar no todo nacional, numa derradeira estratégia defensiva do Estado Novo, ante os “ventos” da descolonização, revalorizar os santomenses. Afinal, em última instância, o regime mantinha-se fiel a uma das suas pedras-de-toque, isto é, adaptar-se aos novos tempos, sem nunca escamotear o principal objectivo – permanecer e cumprir a vocação histórica, mesmo que “orgulhosamente só”.

Referências

- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities*. London: Verso.
- Cardoso, J. A. (1935). A Mocidade Académica e o 1.º Cruzeiro de Férias às Colónias. *O Mundo Português*, pp. 297-303.
- Casimiro, A. (1935). As Ilhas Encantadas - Visão de Cabo Verde. *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*.
- Casimiro, A. (1940). *Portugal Crioulo*. Lisboa: Editorial Cosmos.
- Castelo, C. (1999). *O modo português de estar no mundo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cortesão, A. Z. (1925). O Boletim da Agência-Geral das Colónias. *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, 1, 3-9.
- Ferreira, M. (1967). *A Aventura Crioula*. Lisboa: Ulisseia.
- Freyre, G. (1957). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1954). *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Lavradio, M. (1936). São Tomé. *O Mundo Português*, III, p. 246.
- Magalhães, L. (1936). Recordando. *O Mundo Português*, III, pp. 239-244.
- Múrias, M. (1938). A Viagem do Chefe de Estado a S. Tomé e Príncipe e a Angola. *O Mundo Português*, V, pp. 425-426.
- Neto, Sérgio. (2008). Periódicos de temática ultramarina – cultura, propaganda e informação na antecâmara do estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931). *Estudos do século XX*, 8, pp. 317-328.
- Neto, S. (2009). *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, J. O. (1939). A elegia dum povo. *O Mundo Português*, VI, pp. 375.
- Oliveira, J. O. (1955). *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*. Lisboa: Campanha Nacional de Educação para Adultos.
- Paulo, H. (1994). *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva.
- Rocha, H. (1940). Poemas Exóticos. *O Mundo Português*, VII, pp. 19-23.
- Said, E. (2004). *O Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Sena, J. (1944). A Ilha que perdeu o Equador. *O Mundo Português*, XI, pp. 181-184.
- Torres, N. (1936). Cruzeiros de Férias. III, pp. 227-230.
- Venâncio, J. C. (2005). *A Dominação Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa.

Anexos – Relação de artigos publicados n’O Mundo Português

Anexo I

Anos	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Artigos publicados	72	65	86	86	74	86	78	69	66	55	85	76	55	22

Anexo II

ANOS	Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Mozambique	Índia	México	Timor	Totais
1934	1	1	0	6	9	6	1	2	26
1935	2	2	0	7	6	6	3	1	27
1936	10	11	12	15	6	3	0	0	57
1937	0	1	0	3	7	6	0	2	19
1938	2	1	2	5	5	1	2	2	20
1939	2	7	1	3	9	3	1	0	26
1940	1	4	0	11	4	2	0	1	23
1941	2	3	1	7	4	1	3	1	22
1942	4	5	1	3	3	4	0	1	21
1943	2	2	0	6	3	3	0	0	16
1944	4	1	2	10	6	5	0	0	28
1945	2	2	2	7	8	4	0	0	25
1946	5	1	2	2	7	2	0	0	19
1947	3	1	3	4	1	0	0	1	13
Totais	40	42	26	89	78	46	10	11	342

Anexo III

Anos	Idiologias	Discursos	Companhias Publicitárias	Movimentos de Abolicionistas	Cartões	Postais	Artes	Estadísticas	Total
1934	34	1	0	1	2	3	2	3	52
1935	4	8	3	2	7	3	10	4	41
1936	15	1	5	1	6	3	10	4	45
1937	6	5	6	0	3	4	5	1	33
1938	12	1	1	2	2	1	3	2	27
1939	5	2	2	1	5	4	3	3	25
1940	9	0	4	1	5	5	0	2	27
1941	6	0	2	3	5	2	0	2	22
1942	3	1	1	0	2	2	0	3	15
1943	8	2	2	0	1	5	0	1	19
1944	10	0	3	0	4	1	0	4	22
1945	11	2	4	1	2	3	0	7	32
1946	0	0	1	0	0	1	2	2	5
1947	0	1	1	0	0	1	0	3	5
Totais	123	24	35	12	44	38	41	41	376

Luís Filipe Madeira
Universidade da Beira Interior, Portugal

lmadeira@ubi.pt

Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974)

Embora exista a convicção de que os orçamentos de São Tomé e Príncipe, entre 1928 e 1973, teriam sido executados no estrito respeito do equilíbrio entre receitas e despesas e, portanto, que um dos sucessos da governação colonial teria consistido na gestão saudável e sustentada das finanças públicas, uma pesquisa aprofundada dos fluxos financeiros que tornaram possível a administração colonial de São Tomé e Príncipe após a Segunda Guerra Mundial revela que, paradoxalmente, as contas do arquipélago não registam a totalidade dos meios financeiros consumidos pelos poderes públicos. Ora, a correção das contas do arquipélago em função de fluxos que não foram registados nas contas oficiais expõe a existência de uma estrutura financeira radicalmente distinta da propagandeada pelas autoridades coloniais.

Palavras-chave: contabilidade criativa, propaganda colonial, despesa pública, défice estrutural, finanças públicas, política colonial

In spite of the assumption that the Sao Tome and Principe budgets, between 1928 and 1973, would have been executed strictly respecting the expenditure and revenue balance and, therefore, that the colonial government success would have lain upon the public finances sane and sustainable management, a thorough research of the financial flows which enabled Sao Tome and Principe's colonial administration after World War Two reveals that, paradoxically, the archipelago's accounts do not register the total amount of the financial resources consumed by the colonial administration. Actually, the correction of the archipelago's accounting records as determined by the flows not registered in the official accounts exposes the existence of a financial structure completely distinct from that propagandized by the colonial authorities.

Objeto e método

Admitindo como hipótese de trabalho que a estrutura oficial das contas públicas da Província de São Tomé e Príncipe, durante o Estado Novo, nem sempre corresponde à arquitetura real das receitas e das despesas públicas que permitiram o exercício da soberania portuguesa no arquipélago, o presente artigo tem a ambição de revelar a estrutura oculta das finanças públicas de São Tomé e Príncipe e de expor o volume e a natureza efetiva dos fluxos financeiros que sustentaram a governação e a administração pública colonial, durante o período 1950-1974.

Ora, a prossecução deste objetivo aconselha que a demonstração seja efetuada mediante a superação de um conjunto de etapas que se sucedem imperativamente. Assim, uma primeira etapa será consagrada à análise da estrutura das contas oficiais de São Tomé e Príncipe e, mediante a submissão dos fluxos financeiros oficiais a métodos alternativos de organização contabilística das receitas e das despesas, à demonstração da existência de uma eventual estrutura oculta das contas públicas que será suscetível de revelar uma realidade financeira distinta da que resulta da leitura e da interpretação dos documentos contabilísticos oficiais do arquipélago.

Numa segunda etapa, a pesquisa tentará estabelecer se as contas do exercício de São Tomé e Príncipe são a única fonte de informação explorável no que concerne ao estudo da vida financeira do arquipélago, como até hoje têm sido consideradas pelos estudiosos que, de modo direto ou indireto, se têm dedicado à análise das finanças públicas santomenses ou se, pelo contrário, os orçamentos e as contas de São Tomé e Príncipe devem ser complementados com outras fontes que registem o financiamento de despesas decorrentes da governação do arquipélago.

Na eventualidade de se impor uma correção das contas oficiais de São Tomé e Príncipe em função de fluxos financeiros que, tendo sido indispensáveis à governação colonial, não se encontram registados nas contas do exercício do arquipélago, uma terceira etapa da demonstração será consagrada à análise das receitas e das despesas oficiais corrigidas e à reflexão sobre o impacto desta correção sobre a estrutura das finanças públicas de São Tomé e Príncipe.

Por fim, o estudo da estrutura das finanças públicas santomenses será realizado numa perspetiva comparada. No entanto, considerando que, no período 1950-1974, a guerra colonial foi o acontecimento que mais marcou a evolução dos fluxos financeiros públicos das colónias que dela foram palco, a vida financeira de São Tomé e Príncipe pode apenas ser utilmente comparada com a de Cabo Verde e a de Timor, dois territórios insulares que, tal como São Tomé e Príncipe, não foram teatro da luta armada de libertação nacional.

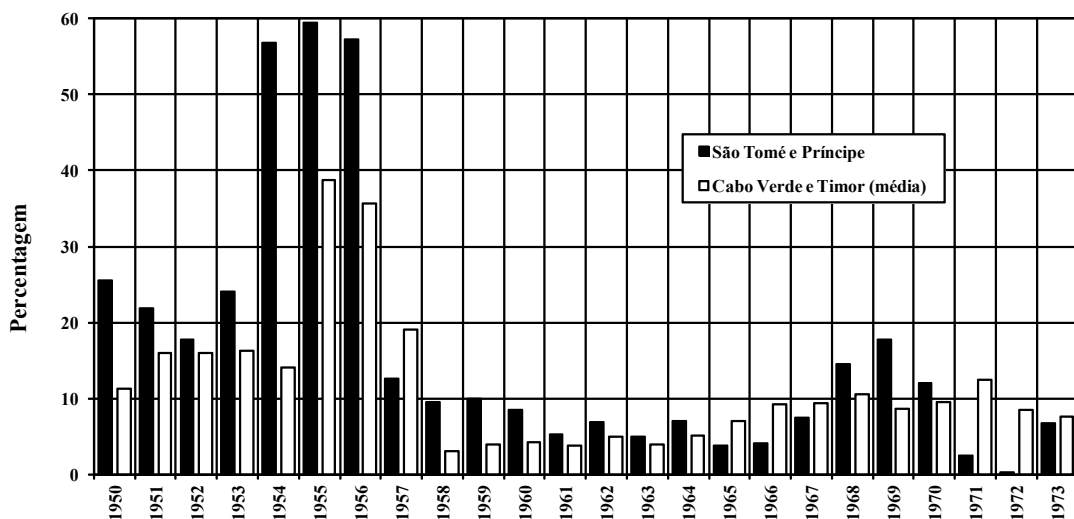
O equilíbrio oficial das contas públicas

Não sendo democrática, a legitimidade de origem e a de exercício do poder executivo, no quadro do regime político instaurado por Oliveira Salazar, repousavam num conjunto dispare de fatores, entre os quais a capacidade de administrar os recursos

financeiros do Estado de acordo com os padrões clássicos de qualidade não teria sido de somenos importância. Aliás, o sucesso político da governação de Salazar enquanto ministro das Finanças, a partir de 1928, e uma fração significativa do seu prestígio político pessoal quando assumiu a chefia do governo, em 1932, foram diretamente tributários do seu desempenho técnico e político que contribuiu para normalizar a vida financeira da jovem República Portuguesa. No quadro do universo teórico financeiro adotado por Salazar, a noção de equilíbrio das finanças públicas tornou-se a pedra angular de toda a política financeira do Estado Novo, fato que não poderia deixar de marcar as contas públicas coloniais de São Tomé e Príncipe.

Com efeito, durante o período analisado, entre 1950 e 1973, tanto São Tomé e Príncipe como, de resto, Cabo Verde ou Timor registaram, em todos os exercícios, nos respetivos documentos financeiros oficiais, excedentes de receita sobre a despesa pública. O diagrama I, elaborado com base nos dados inscritos nas contas do exercício, expõe, de modo comparado, a evolução dos saldos positivos do exercício verificados em São Tomé e Príncipe em percentagem das suas receitas totais.

Diagrama I
Contas do exercício oficiais:
saldos do exercício em percentagem das receitas totais



Fonte: Contas da gerência e do exercício da colónia/província de Cabo-Verde (anos 1950 a 1973)
Contas da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe (anos 1950 a 1973)
Contas da gerência e do exercício da colónia/província de Timor (anos 1950 a 1973)

A análise do diagrama I sugere duas considerações. A primeira é relativa ao carácter extraordinário do volume dos saldos do exercício verificados nos anos 1954, 1955 e 1956. Esta acumulação excessiva de saldos positivos reflete o hábito dos governos das Províncias ultramarinas de produzir e acumular, de ano para ano, importantes saldos de exercícios findos e de exercícios anteriores, uma prática que nos anos 1954-1956 teria coincidido com uma menor utilização de recursos financeiros, decorrente das baixas taxas de execução que caracterizou os primeiros anos de vi-

gência do primeiro plano de fomento.

A segunda consideração é relativa à natureza permanente dos saldos positivos do exercício. Considerando que, em matéria de produção de saldos positivos de exercício, a situação exposta nos anos 1950-1973 é precisamente idêntica à que se verificou no período 1928-1949, coloca-se uma óbvia questão de credibilidade dos dados oficiais. Será verosímil que em Cabo Verde, em Timor ou em São Tomé e Príncipe, entre 1950 e 1973, não tenham ocorrido quaisquer factos inesperados e extraordinários cujas consequências orçamentais nefastas tenham tido um impacto negativo sobre o equilíbrio das contas públicas? Ora, do nosso ponto de vista, o cenário que aponta para que o equilíbrio permanente das contas públicas de São Tomé e Príncipe tenha sido o resultado de um processo natural é inverosímil.

A construção do equilíbrio

Se a produção permanente de saldos positivos de exercício em São Tomé e Príncipe não reflete a realidade material das receitas e das despesas públicas que tornaram possível o governo e administração colonial portuguesa após a Segunda Guerra Mundial, o excedente anual de receita sobre a despesa registado nas contas oficiais pode ser o produto de manipulação das regras da contabilidade pública em vigor no império colonial português. Ora, em matéria de modelos formais de estruturação dos fluxos financeiros públicos, existe uma pluralidade de modalidades de contabilizar as receitas e as despesas públicas, embora nem todas sejam igualmente permissivas de manipulações fraudulentas.

Receitas ordinárias	Despesas ordinárias
Capítulo I Impostos directos gerais Capítulo II Impostos indirectos Capítulo III Indústrias em regime fiscal especial Capítulo IV Taxas e receitas de serviços diversos Capítulo V Domínio privado, empresas e indústrias do Estado Capítulo VI Rendimento de capitais, acções e obrigações Capítulo VII Reembolsos e restituições Capítulo VIII Consignação de receitas	Capítulo I Dívida pública Capítulo II Governo e representação nacional Capítulo III Pensões e reformas Capítulo IV Administração geral e fiscalização Capítulo V Serviços de finanças Capítulo VI Serviços de justiça Capítulo VII Serviços económicos Capítulo VIII Serviços militares Capítulo IX Serviços de marinha Capítulo X Encargos gerais Capítulo XI Exercícios findos
Receitas extraordinárias	Despesas extraordinárias
Empréstimos Subsídios Excedente de receitas ordinárias Saldos de exercícios findos Impostos extraordinários Receitas de actividades extraordinárias	Plano de fomento Outras despesas extraordinárias

Fonte: Contas da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe

Tabela 1 - Estrutura dos orçamentos e das contas do exercício

Em Portugal, o modelo contabilístico introduzido ainda antes da instauração do Estado Novo e que, tendo sido por ele adotado, perdurará até ao fim do regime colonial, era designado como de “equilíbrio da balança ordinária” e a sua estrutura concreta encontra-se exposta na Tabela I.

O modelo de equilíbrio da balança ordinária distribui o conjunto dos fluxos financeiros em quatro quadrantes: receitas ordinárias, despesas ordinárias, receitas extraordinárias e despesas extraordinárias. Nos quadrantes das receitas e das despesas ordinárias são registados os fluxos financeiros que decorrem da via normal das administrações públicas. Nas receitas ordinárias encontramos os recursos que se renovam todos os anos orçamentais - os impostos, as taxas e os rendimentos patrimoniais - e que representam a capacidade de autofinanciamento das despesas públicas de uma administração, enquanto nas despesas ordinárias são registados os encargos que permitem a reprodução anual do governo e da administração pública, tais como o pagamento de salários aos funcionários públicos.

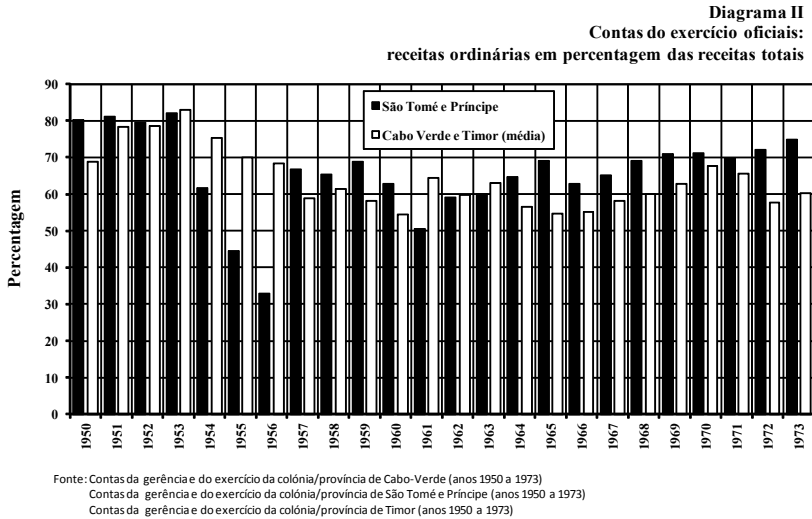
No sector extraordinário das contas encontram-se receitas e despesas que não decorrem naturalmente da vida administrativa. Assim, as receitas extraordinárias agrupavam todos os recursos financeiros excedentários em relação às necessidades ordinárias de financiamento da atividade regular do governo e da administração pública e, no quadro da economia geral do sistema contabilístico português, as receitas extraordinárias não poderiam legitimamente ser uma fonte de financiamento de despesas ordinárias. As despesas extraordinárias, embora fossem compostas por encargos indispensáveis para a vida económica, social, cultural e política da comunidade local, não resultavam diretamente das necessidades financeiras correntes do governo e da administração pública.

Paradoxos contabilísticos

Embora as noções de receita ordinária, de receita extraordinária, de despesa ordinária e de despesa extraordinária sejam aparentemente simples, são pouco precisas e conferem uma margem de manobra considerável ao poder executivo aquando da classificação orçamental dos fluxos financeiros. Com efeito, um fluxo ordinário será aquele cuja utilidade se esgota durante o ano contabilístico ou, em alternativa, tratar-se-á de um fluxo que se repete todos os anos fiscais?

Embora o Estado Novo tenha rejeitado o critério da utilidade e tenha optado pelo da repetição, que pensar de um sistema contabilístico que se funda sobre a distinção entre certas categorias de encargos que podem ser financiados pelos recursos normais do Estado (as despesas ordinárias) e outros tipos de despesa que admitem o empréstimos como meio legítimo de financiamento (as despesas extraordinárias) sem que o recurso a essa modalidade extraordinária de financiamento da despesa pública altere o estado de equilíbrio formal do orçamento? Ora, esta faculdade financiar certas despesas por via de empréstimos sem afetar o equilíbrio orçamental, associada à obrigação de executar em equilíbrio o orçamento, um imperativo legal imposto pelo Estado Novo em 1951, em períodos económicos e financeiros difíceis, constituía um

convite ao registo de despesas de natureza ordinária como despesas extraordinárias e, desse modo, ao financiamento mediante empréstimos de despesas ordinárias que não se encontravam cobertas por receitas ordinárias.



Independentemente destas considerações, o Diagrama II expõe a relação existente entre as receitas ordinárias – impostos, taxas e recursos patrimoniais – e as receitas totais do exercício nas contas de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e de Timor que, embora tenham sido encerradas em equilíbrio, na realidade, apresentam um diferencial entre receitas ordinárias e receitas totais que se pode explicar por uma insuficiência de receitas próprias, isto é, pela necessidade de recorrer a empréstimos para assegurar o pagamento das despesas públicas totais.

Assim, de acordo com as contas do exercício oficiais, na última década de dominação colonial, em média, São Tomé e Príncipe teria sido incapaz de assegurar o pagamento, com receitas ordinárias, de 31% das suas despesas públicas anuais, enquanto em Cabo Verde e em Timor, no mesmo período, em média, essa incapacidade teria sido da ordem de 40%. Ora, segundo o modelo contabilístico adotado pelo Estado Novo a necessidade de recorrer ao empréstimo para cobrir a insuficiência de receitas ordinárias não impediu que todas as contas de exercício oficiais tenham sido encerradas em equilíbrio.

Correção das contas oficiais: os fluxos efetivos

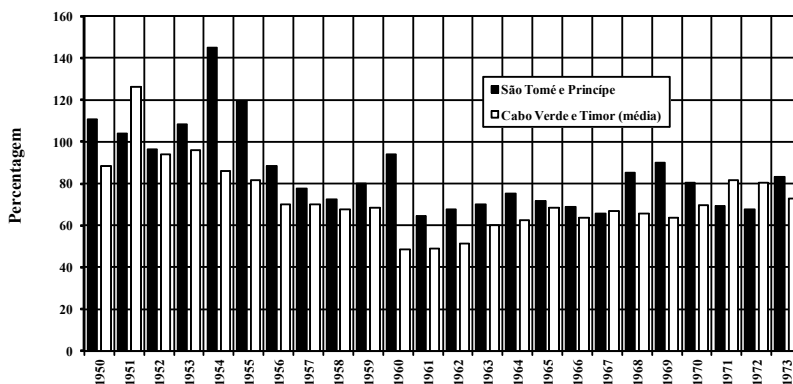
Existem, no entanto, modalidades de registo dos fluxos financeiros públicos que conferem grande transparência à contabilidade pública. Tal é o caso do sistema de equilíbrio da balança efetiva. De acordo com este modelo de registo dos fluxos financeiros públicos, as receitas e as despesas podem ser efetivas ou não efetivas. No que concerne as receitas, se todo o tipo de receita pública aumenta as disponibilidades monetárias da Tesouraria, apenas as receitas efetivas, tais como os im-

postos ou as taxas, aumentam os recursos monetários detidos pela Tesouraria sem, simultaneamente, provocarem um acréscimo da dívida pública. Com efeito, embora as receitas não efetivas, os empréstimos, também aumentem os haveres da Tesouraria, o aumento do património monetário da Tesouraria provocado pela coleta de uma receita não efetiva é necessariamente acompanhado de um aumento concomitantemente do seu passivo.

Em matéria de despesa, um princípio equivalente impera. Se todas as despesas reduzem o património monetário da Tesouraria, apenas algumas provocam a redução do passivo da Tesouraria. O pagamento do principal de empréstimos contraídos é disso um caso exemplar. Enquanto uma despesa efetiva não produz qualquer outro efeito senão a redução do património monetário da Tesouraria, a amortização da dívida pública é uma despesa não efetiva que reduz simultaneamente os haveres monetários da Tesouraria e o seu passivo.

Assim, neste modelo contabilístico, o equilíbrio das contas públicas verifica-se quando todas as receitas públicas (exceção feita dos empréstimos e dos saldos positivos de exercícios anteriores) cobrirem a totalidade das despesas públicas (exceção feita da amortização do principal da dívida pública). Ora, as regras de registo implícitas na noção de balança efetiva são muito menos permissivas de manipulações contabilísticas.

Diagrama III
Contas do exercício oficiais:
Taxa de cobertura das despesas efetivas pelas receitas efetivas



Fonte: Contas da gerência e do exercício da colónia/província de Cabo-Verde (anos 1950 a 1973)
Contas da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe (anos 1950 a 1973)
Contas da gerência e do exercício da colónia/província de Timor (anos 1950 a 1973)

A submissão dos fluxos financeiros oficiais de São Tomé e Príncipe aos princípios efetivos de organização das receitas e das despesas encontra-se exposto no Diagrama III que expõe a taxa de cobertura da despesa efetiva pela receita efetiva, segundo os dados registados nas contas de exercício oficiais.

Ora, o panorama das contas públicas das colónias insulares de Portugal que resulta da análise dos fluxos inspirada pela noção de finanças efetivas é radicalmente distinto do que resulta da leitura das contas oficiais. Enquanto a execução orçamental

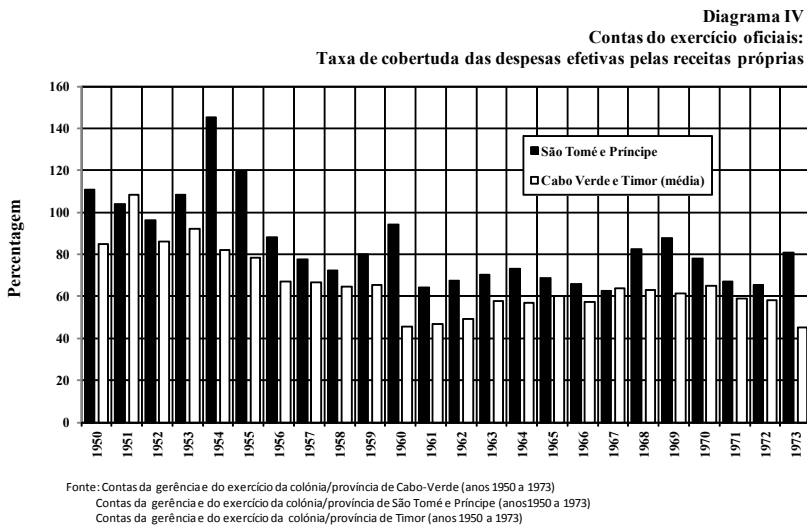
fundada no equilíbrio da balança ordinária determina a existência de equilíbrios orçamentais permanentes e universais, o modelo contabilístico da balança efetiva revela que Cabo Verde e Timor, durante o período analisado, não apresentam qualquer execução positiva do orçamento e que São Tomé e Príncipe apenas teria registado saldos positivos de exercício nos anos 1950-1955.

Deste modo, durante a última década de administração portuguesa, segundo os dados oficiais registados nas contas do exercício do arquipélago, em média, o défice orçamental efetivo de São Tomé e Príncipe ter-se-ia situado em 24% das receitas efetivas, uma percentagem que em Cabo Verde e em Timor, em média, ter-se-ia situado em cerca 30%.

A questão dos subsídios metropolitanos

Segundo os princípios de classificação que resultam da noção de finanças efetivas, os subsídios são considerados receitas efetivas no sentido em que são fluxos financeiros que aumentam o património monetário da Tesouraria sem provocar um aumento concomitante da dívida pública. Ora, dado que os subsídios, embora sejam receitas efetivas não são receitas próprias do território contabilístico beneficiário, a sua integração nas receitas públicas tende a obscurecer a estrutura das contas públicas.

Assim, dado que apenas a noção de receitas próprias permite avaliar o grau de autonomia financeira de um território que disponha de orçamento próprio, o diagrama IV expõe a taxa de cobertura das despesas efetivas pelas receitas próprias.



De acordo com os dados oficiais, as colónias portuguesas não eram beneficiárias de volumes significativos de subsídios metropolitanos. No caso de São Tomé e Príncipe, por exemplo, segundo os dados oficiais, nos últimos dez anos de colonização, em média, os subsídios da metrópole representaram apenas cerca de 2,5% das despesas

públicas anuais. Cabo Verde e Timor, deste ponto de vista constituem uma exceção. Com efeito, de acordo com as contas do exercício oficiais, durante o período analisado, em média, os subsídios da metrópole teriam representado cerca 10,5% das despesas públicas anuais efetuadas nesses territórios.

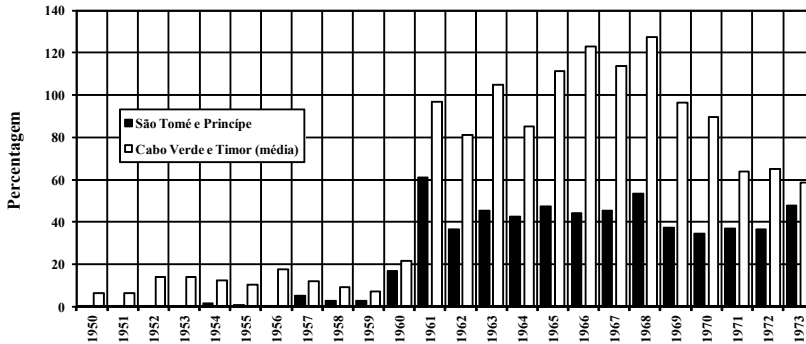
Despesas não registadas

Dado que as políticas públicas deixam rasto nos documentos contabilísticos e que o volume de recursos financeiros consagrados a uma dada política é um indicador da importância que lhe é acordada pelos poderes públicos, os orçamentos e as contas do exercício das administrações públicas são uma fonte de informação importante, nomeadamente, no quadro do estudo da hierarquia das prioridades políticas do poder executivo. No entanto, para que as contas públicas possam ser fontes úteis de informação é indispensável que os documentos oficiais reflitam fielmente as operações financeiras que sustentaram o governo e a administração pública.

Ora, no que concerne São Tomé e Príncipe, as contas do exercício das colónias, a fonte exclusiva de todos estudos até hoje realizados no domínio das finanças públicas, não espelham integralmente os fluxos de receitas e de despesa a que deram lugar o governo e a administração pública do arquipélago. Na realidade, a análise cuidada do orçamento e da conta da metrópole revela um conjunto de despesas do governo central que correspondem ao pagamento de despesas públicas realizadas no território de São Tomé e Príncipe. Ora, dado que essas despesas inscritas nos documentos financeiros da Metrópole não foram registadas como receitas nos orçamentos e nas contas do exercício de São Tomé e Príncipe e que, por conseguinte, as despesas públicas que financiaram também não foram objeto de registo nas contas oficiais do arquipélago, a existência de receitas e despesas públicas relativas a São Tomé e Príncipe que não foram objeto de registo nos orçamentos e contas oficiais reduz consideravelmente o interesse dos documentos financeiros oficiais de São Tomé e Príncipe enquanto fonte de estudo das finanças públicas e da política colonial executada no arquipélago.

Apesar dos orçamentos e das contas do exercício de São Tomé e Príncipe serem, por definição, uma fonte de informação privilegiada no quadro do estudo das finanças públicas, das prioridades governamentais ou das políticas públicas empreendidas pelo governo colonial, têm sido utilizadas de modo acrítico pelos estudiosos da colonização portuguesa do arquipélago.

Diagrama V
Despesa de defesa militar a cargo do orçamento da metrópole em percentagem da despesa efetiva oficial



Fonte: Conta geral do Estado (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Cabo-Verde (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Timor (anos 1950 a 1973)
Contas das forças militares extraordinárias do Ultramar (anos 1961 a 1973)
Ordens de pagamento do Fundo de Defesa Militar do Ultramar (anos 1950 a 1973)

Embora os fluxos financeiros não registados nas contas de exercício de São Tomé e Príncipe tenham financiado despesas públicas do arquipélago em múltiplas áreas, o sector que mais beneficiou com a transferência de recursos financeiros metropolitanos não registados nas contas do exercício da Província foi, sem qualquer margem de dúvida, o da defesa militar. O diagrama v apresenta, numa perspetiva comparada, a despesa anual de defesa militar de São Tomé e Príncipe a cargo do orçamento da Metrópole em percentagem da despesa efetiva registada nas contas do exercício do arquipélago.

Em comparação com outras colónias insulares de Portugal, o volume de encargos assumido pela metrópole com a defesa militar de São Tomé e Príncipe foi menos significativo. Situando-se, em média, em cerca de 2,8% da despesa efetiva total registada nas contas de exercício da Província, durante o período 1950-1960, a despesa a cargo do orçamento da Metrópole com a defesa do arquipélago, na sequência da eclosão da guerra colonial, nos anos 1961-1973, em média, fixou-se em 43,8% da despesa pública efetiva anual total registada nas contas do exercício de São Tomé e Príncipe.

Apesar da contribuição financeira da Metrópole para a defesa militar de São Tomé e Príncipe, em termos relativos, ser impressionante, tem uma natureza relativamente modesta quando comparada com a realizada nas outras colónias insulares de Portugal. Com efeito, em Cabo Verde e em Timor, em média, no período 1950-1960, a contribuição anual para a defesa militar cifrou-se em 11,9% da despesa efetiva total oficial. Na sequência do início da guerra de libertação de Angola e até ao colapso do Império colonial português, em média, a despesa de defesa militar a cargo do orçamento do governo central passou a representar cerca de 93,6% da despesa efetiva registada nas contas do exercício da Cabo Verde e de Timor.

Ora, o facto da contribuição financeira média anual da Metrópole para a defesa militar de Cabo Verde e de Timor, em termos relativos, ter um volume muitíssimo

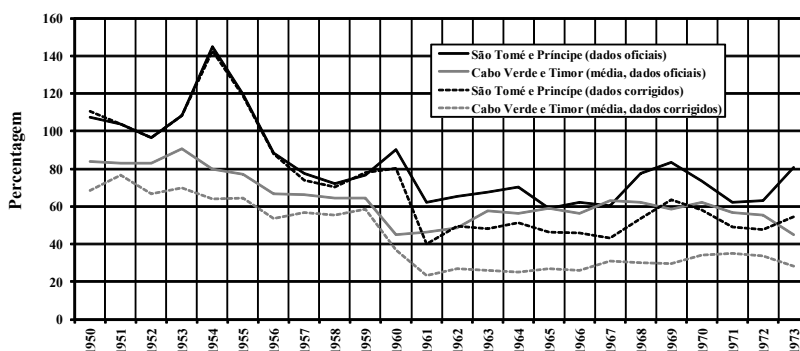
superior ao do encargo assumido em São Tomé e Príncipe não pode ocultar que, durante o período 1961-1973, só para pagar encargos com a defesa militar, em cada ano, em média, o arquipélago registava um défice que ascendia a 43,8% da sua despesa efetiva anual oficial, um encargo que foi assegurado integralmente pelo orçamento do governo central. Acresce que o contributo financeiro anual da metrópole para a defesa militar de São Tomé e Príncipe não se encontra registado nas contas do exercício do arquipélago e que, em consequência, nunca foi tomado em consideração pelos estudiosos dos aspetos financeiros da colonização portuguesa.

A estrutura oculta das finanças públicas

Na realidade, a totalidade dos estudos consagrados a São Tomé e Príncipe que, de modo direto ou indireto, tomaram as receitas e as despesas públicas do arquipélago como matéria-prima das suas análises assumiram implicitamente que as contas do exercício da Província registariam a integralidade dos fluxos financeiros públicos consagrados ao governo e à administração colonial e, deste modo, os documentos financeiros oficiais de São Tomé e Príncipe sempre beneficiaram de um estatuto de exclusividade nas pesquisas relativas às finanças públicas santomenses. Uma tal situação, no entanto, distorce profundamente o entendimento da realidade financeira de São Tomé e Príncipe. Dado que o volume de fluxos financeiros consagrado ao governo e à administração pública de São Tomé e Príncipe não se encontra integralmente registado nas contas do exercício provinciais, qualquer estudo que apenas se funde na análise dos documentos contabilísticos oficiais do arquipélago está condenado a reproduzir as teses difundidas pela propaganda colonial do Estado Novo e a reforçar a falsa consciência da realidade que tem dominado a historiografia económica colonial de São Tomé e Príncipe no domínio das finanças públicas.

Com efeito, quer se trate de refletir em termos absolutos sobre fluxos em que o registo oficial é, afinal, apenas parcial ou de analisar, em termos relativos, qualquer fluxo financeiro registado nas contas oficiais, as contas do exercício da Província de São Tomé e Príncipe não refletem fielmente a vida financeira do governo e da administração pública colonial do arquipélago. Assim, com vista a ultrapassar este constrangimento, o diagrama VI expõe a receita própria de São Tomé e Príncipe em percentagem da despesa efetiva corrigida. O diagrama VI apresenta a capacidade do arquipélago de pagar com receitas próprias – com as suas receitas totais expurgadas, designadamente, de empréstimos e subsídios – as despesas efetivas totais, quer estas tenham sido registadas ou não nas contas do exercício provinciais.

Diagrama VI
Receitas próprias em percentagem da despesa efetiva total corrigida



Fonte: Conta geral do Estado (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Cabo-Verde (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Timor (anos 1950 a 1973)
Contas das forças militares extraordinárias do Ultramar (anos 1961 a 1973)
Ordens de pagamento do Fundo de Defesa Militar do Ultramar (anos 1950 a 1973)

Embora a noção de receitas próprias não constasse do léxico contabilístico do Estado Novo, que só admitia as noções de receitas ordinárias e extraordinárias, o cálculo do seu volume com base nos dados oficiais registados nas contas do exercício oficiais de São Tomé e Príncipe revela que, ainda que as contas oficiais registassem a totalidade dos fluxos financeiros exigidos pela governação de São Tomé e Príncipe, no período 1950-1973, o arquipélago apenas teria conseguido assegurar o pagamento de 82,2% das despesas públicas com receitas próprias, uma percentagem que no período 1961-1973 teria sido da ordem dos 68,3%.

Nos antípodas do equilíbrio permanente das contas públicas propagandeado pelo regime colonial, a situação das outras colónias insulares de Portugal era ainda mais dramática do que a registada em São Tomé e Príncipe. Admitindo, para efeitos da demonstração, que as contas oficiais das Províncias ultramarinas eram fidedignas, de acordo com os dados registados nas contas do exercício, Cabo Verde e Timor, no período 1950-1973, em média, apenas teriam sido capazes de cobrir com recursos próprios cerca de 63,8% das despesas públicas anuais, uma percentagem que, no período 1961-1973, teria decrescido para 55,9%.

Ora, acontece que, como tivemos a oportunidade de demonstrar, as contas oficiais de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e de Timor não registam a totalidade dos fluxos financeiros que foram consumidos anualmente pelo governo e administração coloniais. Assim, a correção das contas do exercício de São Tomé e Príncipe em função das receitas e das despesas não registadas nas contas oficiais revela uma realidade financeira radicalmente distinta de que foi propagandeada pelo regime colonial. Se a diferença entre os números oficiais e os corrigidos, entre 1950 e 1960 não é significativa, após a eclosão da guerra colonial em Angola, as diferenças entre os valores registados nas contas do exercício e a realidade dos fluxos financeiros efetivamente canalizados para a governação de São Tomé e Príncipe é muito significativa.

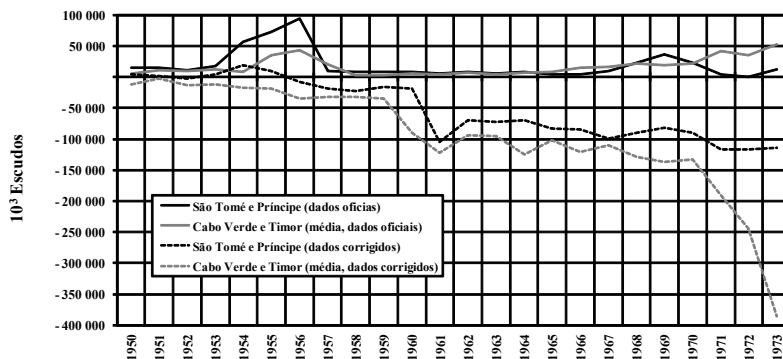
Assim, a correção das contas de exercício oficiais em função dos fluxos financeiros consagrados ao governo e à administração de São Tomé e Príncipe que não foram registados nas contas da Província revela que o arquipélago santomense, uma das colónias portuguesas com maior capacidade financeira de assegurar o pagamento das suas despesas públicas recorrendo a receitas próprias, no período 1961-1973, em média, foi incapaz de garantir o pagamento com recursos próprios de cerca de 49,9% das suas despesas públicas anuais totais.

A constatação de que, nos últimos treze anos da administração colonial portuguesa, em média, o governo de Lisboa assegurou o pagamento de cerca de metade das despesas públicas anuais efetuadas em São Tomé e Príncipe contrasta profundamente com a perspetiva de equilíbrio e de autonomia financeira que era fornecida pela propaganda do Estado Novo no que concerne à administração das finanças públicas praticada pelo governo colonial do arquipélago. Embora o défice orçamental médio anual de 49,9% das receitas próprias verificado em São Tomé e Príncipe durante o período 1961-1973 seja impressionante, tem de ser considerado um défice relativamente pequeno quando comparado com o grau de incapacidade de Cabo Verde e de Timor de assegurar, com meio próprios, o pagamento das suas respetivas despesas públicas.

Com efeito, na sequência da correção das contas públicas de Cabo Verde e de Timor em função das receitas e das despesas públicas que não foram registadas nas respetivas contas do exercício, em média, durante o período 1961-1973, estas duas colónias insulares revelaram-se incapazes de garantir o pagamento de cerca de 71% das despesas públicas anuais realizadas nos seus territórios. Para os territórios que, como Cabo Verde e Timor, durante o período em análise, em média, apenas conseguem pagar com recursos próprios cerca de 29% dos encargos públicos, a capacidade de São Tomé e Príncipe de assegurar o pagamento com meios próprios de 50,1% das despesas efetivas totais pode parecer satisfatória. No entanto, tanto num caso como no outro, a dependência financeira dos governos coloniais do financiamento metropolitano das respetivas despesas públicas provinciais revela uma realidade financeira que a contabilidade oficial do Estado Novo conseguiu ocultar com uma eficácia que perdurou até ao momento presente.

Assim, para melhor perspetivar a diferença entre a versão oficial do equilíbrio financeiro e o profundo desequilíbrio que resulta da correção das contas oficiais, o diagrama VII apresenta, numa perspetiva comparada, os saldos do exercício oficiais e comparados de São Tomé e Príncipe.

Diagrama VII
Saldos oficiais e corrigidos do exercício



Fonte: Conta geral do Estado (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Cabo-Verde (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de São Tomé e Príncipe (anos 1950 a 1973)
Conta da gerência e do exercício da colónia/província de Timor (anos 1950 a 1973)
Contas das forças militares extraordinárias do Ultramar (anos 1961 a 1973)
Ordens de pagamento do Fundo de Defesa Militar do Ultramar (anos 1950 a 1973)

Enquanto a versão oficial das contas do exercício de São Tomé e Príncipe apresenta saldos positivos em todos os exercícios, a análise dos fluxos financeiros públicos do arquipélago segundo os princípios decorrentes da noção de equilíbrio da balança efetiva e a subsequente correção das contabilidade oficial em função das despesas e das receitas que, tendo sido indispensáveis ao governo e à administração colonial de São Tomé e Príncipe, não foram registadas nas contas do exercício da Província revelam uma realidade financeira, uma estrutura oculta da finanças públicas cuja configuração não é suscetível de ser concebida partindo da simples leitura e análise dos documentos contabilísticos oficiais da Província.

Assim, nos últimos anos da colonização portuguesa de São Tomé e Príncipe o défice orçamental do governo do arquipélago tornou-se um fenómeno estrutural evidente. Durante a última década de administração colonial, o défice orçamental, a incapacidade do governo da Província de satisfazer com recursos próprios uma fração significativa das despesas públicas realizadas no território constituiu uma evolução que, mantida em segredo pelo regime colonial, constitui a vertente financeira de um processo acelerado de degradação do espaço imperial que então se encontrava em marcha. Perante esta constatação, a autonomia e a sustentabilidade financeiras do arquipélago de São Tomé e Príncipe, bem como a excelência da administração financeira praticada pelo regime colonial, não passam de factos de opinião que apenas encontram sustentação na propaganda do Estado Novo à sua obra financeira.

Conclusão

Contra todas as expectativas, as contas do exercício da Província de São Tomé e Príncipe não espelham fielmente a totalidade das operações financeiras anuais decorrentes da governação colonial. Com efeito, para além de terem uma função manifesta, a que resulta da sua natureza contabilística, as contas do exercício de São Tomé

e Príncipe desempenhavam ainda uma relevante função latente, a de instrumentos de propaganda ao regime colonial. Assim, no quadro do desempenho das suas funções latentes, as contas do exercício de São Tomé e Príncipe e, mais concretamente, o equilíbrio permanente entre as receitas e as despesas públicas nelas registado tinha a intenção de significar aos contribuintes metropolitanos a inexistência de quaisquer encargos financeiros decorrentes da integração do arquipélago santomenses no Estado português, de reafirmar a excelência técnica do modelo de gestão financeira instaurado por Salazar e, por fim, de demonstrar que as opções de alocação dos recursos financeiros públicos seriam o reflexo de uma ordem de prioridades políticas favorável aos povos colonizados.

Em São Tomé e Príncipe, a produção fictícia de equilíbrios orçamentais foi realizada por duas vias distintas. Uma primeira modalidade de forçar o equilíbrio orçamental ter-se-ia materializado na manipulação do modelo contabilístico oficial, no registo das receitas e das despesas públicas de modo conforme aos preceitos da doutrina financeira vigente. No entanto, para além da exploração das oportunidades oferecidas pela opacidade do modelo de equilíbrio da balança ordinária, a governação financeira de São Tomé e Príncipe, a partir de 1960, recorreu também à desorçamentação um volume significativo de receitas e de despesas com vista a garantir a permanência do equilíbrio das contas do exercício.

A conjugação destas duas manobras contabilísticas permitiu ocultar, até hoje, a estrutura efetiva das finanças públicas de São Tomé e Príncipe. Com efeito, a reorganização dos fluxos financeiros santomenses segundo os princípios decorrentes da balança efetiva e a correção dos números oficiais em função dos recursos financeiros que, embora tenham sido consumidos pela governação de São Tomé e Príncipe, não foram registados nas suas contas do exercício, revela que as finanças públicas do arquipélago, após 1960, eram muito deficitárias, um défice provavelmente estrutural, e que a vida financeira de São Tomé e Príncipe dependia do contributo financeiro da metrópole para o pagamento de, em média, cerca de 50% das despesas efetivas anuais totais.

A demonstração de que as contas do exercício de São Tomé e Príncipe eram meros instrumentos de propaganda do regime colonial, no entanto, constitui apenas uma primeira etapa de um processo de reapreciação de alguns consensos que dominam a historiografia económica colonial de São Tomé e Príncipe, relativa aos anos 60 e 70 do século xx, no que concerne às prioridades regime colonial em matéria de políticas públicas. Com efeito, numa perspetiva de análise funcional das despesas públicas de São Tomé e Príncipe, do estudo dos encargos orçamentais em função da sua natureza concreta, a constatação de que existem fluxos financeiros que foram consagrados à governação do arquipélago mas que não foram registados nas suas contas do exercício e, portanto, que nunca foram tomados em consideração aquando da análise das finanças públicas do arquipélago, impõe uma reavaliação das prioridades do governo colonial em matéria da alocação dos recursos financeiros públicos.

Dado que os fluxos financeiros não registados nas contas oficiais de São Tomé e Príncipe não asseguraram o pagamento de despesas públicas em todas as áreas

funcionais do orçamento e que, mesmo que tivessem beneficiado todos os sectores funcionais, não favorecido cada uma deles, em termos relativos, de modo idêntico, a constatação da natureza propagandista do equilíbrio das finanças públicas de São Tomé e Príncipe é uma conclusão da pesquisa que, não sendo um ponto terminal do inquérito, permite prosseguir a investigação, de modo profícuo, designadamente, no domínio das prioridades reais do governo colonial em matéria de políticas públicas.

Referências

Cabo Verde (1951-1955). *Contas do exercício e da gerência de 1950-1954*. Praia: Imprensa Nacional.

Estado-Maior do Exército (1988). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)* (Vol. I). Lisboa: s/editor.

Franco, A. (1999). *Finanças públicas e direito financeiro* (Vol. I). Coimbra: Almedina.

Leite, J. (1966). *Na base, finanças sãs*. Lisboa: Edições Panorama.

Ministério das Finanças (1951-1974). *Conta Geral do Estado de 1950-1973*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Província de Cabo Verde (1956-1974). *Conta da gerência e do exercício de 1955-1973*. Praia: Imprensa Nacional.

Província de São Tomé e Príncipe (1951-1974). *Conta de gerência e de exercício de 1950-1973*. São Tomé: Imprensa Nacional.

Província de Timor (1951-1974). *Conta de gerência e de exercício de 1950-1973*. Díli: Imprensa Nacional.

Santos, J. (2010). *Finanças públicas*. Oeiras: INA Editora.

IV

Ciência colonial e história
da ciência

Rui Miguel da Costa Pinto

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Brasil

rcostapinto@netcabo.pt

Gago Coutinho e os Trabalhos de Campo em São Tomé

Procuraremos demonstrar a importância dos trabalhos realizados na delimitação de fronteiras coloniais e de geodesia em São Tomé e Príncipe e de como os seus resultados, fruto de uma intensa observação astronómica, conduziram à retificação da linha do equador. A Missão Geodésica de S. Tomé e Príncipe que se estendeu de Setembro de 1915 a Maio de 1918 teve como objetivo proceder ao levantamento de cartas, na escala 1/25.000, das ilhas de S. Tomé e Príncipe. A sua permanência na Ilha de S. Tomé possibilitou um melhor conhecimento da realidade nas roças adivinhando-se alguma perturbação junto dos seus proprietários por uma eventual alteração no traçado dos limites das mesmas. O trabalho de Gago Coutinho possibilitou a modificação e correção de alguns instrumentos de campo junto de fabricantes estrangeiros proporcionando, em futuros trabalhos de campo, maior precisão nos cálculos. O relatório entregue em 1919 e publicado em 1920 foi considerado o mais completo trabalho de geodesia produzido até então, com projeção internacional. O seu trabalho seria reconhecido anos mais tarde com a colocação de um marco comemorativo no ponto mais alto de São Tomé.

Palavras-chave: Gago Coutinho, fronteiras, São Tomé, geodesia

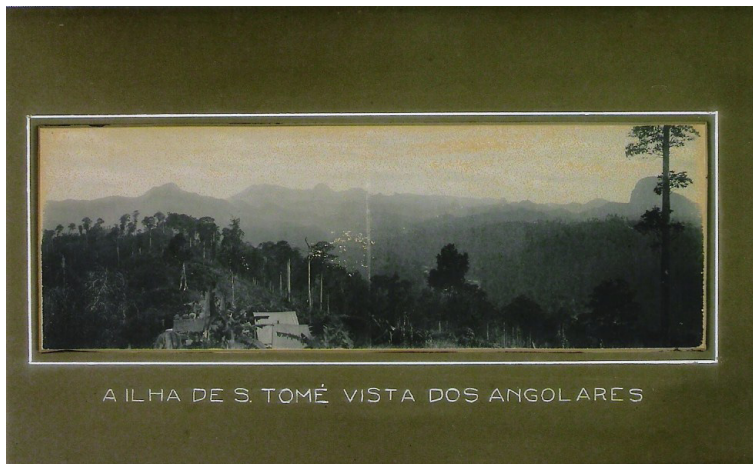
...subi aos altos de Timor e da Angónia como ao Pico de S. Tomé, ouvindo nas sua origem estalar as trovoadas, como ouvi ao longe troar a grande catarata de lelala, e trombetear os elefantes no banho, e rugir o leão satisfeito, depois de ceiar.¹

Em 28 de Setembro de 1915 Carlos Viegas Gago Coutinho era indicado para chefe da Missão Geodésica de São Tomé com o aval do seu Governador José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro para dirigir os trabalhos geodésicos e topográficos.² Nas suas próprias palavras, este último classifica-o “como um dos oficiais mais aptos para trabalhos da mesma natureza nas Colónias”. O convite viria a ser renovado pelo Governador Pedro do Amaral Botto Machado.

O objectivo era proceder ao levantamento duma carta de 1/25.000 das ilhas de S. Tomé e do Príncipe, contudo apenas se efectuou o levantamento da primeira.

A 14 de Junho de 1916 parte para o arquipélago sem o seu teodolito Troughton & Simms cuja entrega fora atrasada pela conjuntura da 1ª Guerra Mundial.

A recepção em São Tomé não foi tão má como à priori se pensara. Anteriormente muitos dos possuidores de roças tinham-se recusado a fornecer as plantas das mesmas com receio que fossem modificados os seus limites, sofrendo assim o conseqüente aumento de taxas. Com Coutinho tal não aconteceu, tendo este rapidamente se tornado amigo de muitos dos fazendeiros.



Para o trabalho era necessária a utilização de todos os instrumentos que haviam servido na demarcação da fronteira do Zambeze e na demarcação da fronteira do Barotze, nomeadamente os teodolitos, um equipamento de fios de invar, sextantes e projectores.

Exigente consigo próprio mas também com os outros, não ficou animado com o teodolito que encomendara à casa Salmoiraghi, detectando doze erros no fabrico do instrumento. O engenheiro da Salmoiraghi ficou perplexo pela minúcia a que chegara

¹ Adeus às Colónias In Coutinho, Gago, *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959. 2º vol, p.468-476.

² Provisório, até decisão do Senado acabaria por não tomar posse (31 Maio de 1915 a 6 Junho de 1915) Seria futuro Chefe do Estado-Maior Naval (1931-1932).

Gago Coutinho como era o caso dos erros nos parafusos micrométricos nunca antes detectados. Só no final de 1910 é que chegariam os respectivos aparelhos, agora modificados de acordo com as instruções apontadas por Gago Coutinho.³



Figura 1 - Gago Coutinho observando na Ilha de S. Tomé com o teodolito Salmoiraghi fabricado especialmente para esta campanha geodésica.

Os trabalhos em São Tomé estenderam-se por dois grandes períodos: o primeiro de 14 Julho de 1916 a Março de 1917 e o segundo de Novembro de 1917 a Maio de 1918.

Edificou 56 marcos geodésicos, mediu duas bases com fios de invar⁴, “uma de mais de 3 km e outra de mais de 2 km, foram determinadas com erros prováveis de pouco mais de 0,5 mm e de pouco mais de 1 mm respectivamente. O erro provável da compensação da rede principal resultou inferior a 0,5” por direcção e o da rede secundária não excedeu 1”. No nivelamento, os erros prováveis das altitudes absolutas resultaram: inferior a 5 mm por km para as estações da rede principal e igual a 2 cm por km para as da rede secundária. As latitudes e os azimutes astronómicos foram sempre determinados com erro provável que só num caso excede, e muito pouco, 0,2”. Só as longitudes tiveram de ser deduzidas por operações topográficas a partir da longitude de um ponto da ilha, conhecida mediante determinação astronómica anterior com boa precisão.

Comparando as latitudes geodésicas com as astronómicas resultaram desvios da vertical que Gago Coutinho estudou cuidadosamente, acabando por atribuí-los à grande profundidade do Oceano na vizinhança imediata da ilha, e por assinalar a sua influência em operações puramente geodésicas que se façam sobre ela.⁵

A primeira torre para observações foi colocada no Morro Mukinki, um trabalho penoso, exigindo a colaboração do futuro secretário da missão, Manuel dos Santos

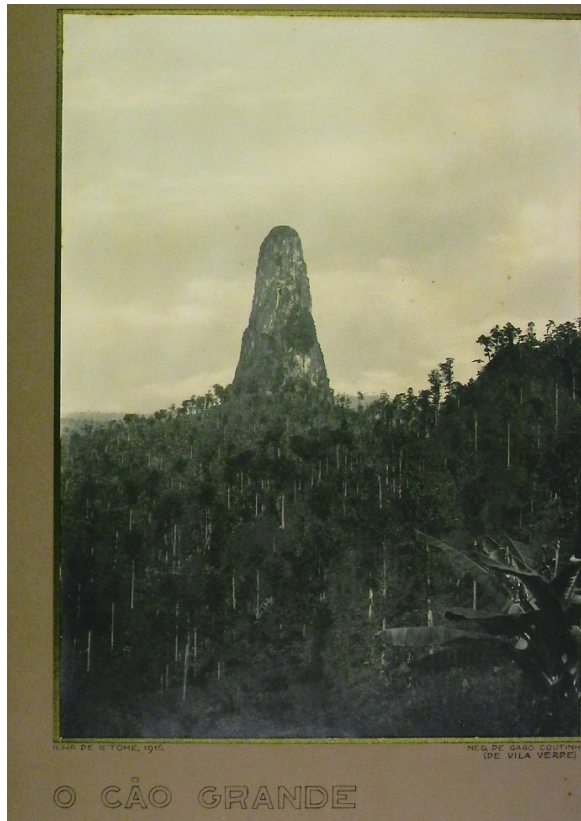
³ *Gago Coutinho* [Em linha]. [Consult. 14 de Dezembro de 2008]. Disponível em: <http://gagocoutinho.site.vu>

⁴ *liga de níquel e aço de muito baixo coeficiente de dilatação térmica (...)* Eram submetidos previamente a esforços e tratamentos especiais que quase garantiam a invariabilidade do seu comprimento. Os fios de invar permitiam precisões que facilmente ultrapassavam uma parte por milhão, garantindo pelo menos, a precisão de 1/300.000 no lado da figura de expansão que se integrava na rede. Antes de cada campanha os fios aferiam-se em Sèvres, no Bureau des Poids et Mesures, e mais tarde, no Instituto Geográfico e Cadastral (hoje Instituto Geográfico Português, IGP). In Santos, Paula Cristina - *As Missões Geodésicas na Comissão de Cartografia (1883-1936)* [Em linha]. 30 de Outubro de 2008 [Consult. 10 Janeiro 2012]. Disponível no Blogue História Lusófona <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13774>

⁵ Reis, Manuel dos, Cortesão, Armando - *Gago Coutinho Geógrafo*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1970. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Tomo XIII (1969) pp. 116-117 -118.

Pereira. Erigiram um marco no pico Cantagalo a 850 metros de altitude e outro no monte do Mikondó.

A primeira missão ascendeu até ao Pico Kabumbe a 1400 m de altitude e de seguida ao Pico de São Tomé a 2024 m (de temperaturas muito baixas).⁶



Armando Cortesão que era então o responsável pelo levantamento topográfico da Roça Colónia Açoreana, mede uma reduzida base de 300 ou 400 m² à beira mar, e sobre ela define o esquema trigonométrico, o que motivou todos para o futuro levantamento de mais uma roça, pelo que o plano de trabalhos da ilha seria cumprido como era expectável.⁷ Reconhecido do esforço de Armando Cortesão, recomenda-o a Álvaro Marta.

Mais tarde Gago Coutinho viria a ser indicado para vogal da Comissão de Cartografia, tendo-se tornado seu membro efectivo a partir de 24 de Junho de 1919.

Coutinho extenuado das febres que o perseguiam pede uma licença de seis meses para poder viajar pela Europa e adiantar os cálculos a efectuar. Chega a Lisboa em

⁶ Coutinho, Gago Coutinho - *Diário particular de Gago Coutinho durante a missão geodésica à África Oriental. Estadia no Barotze* [Manuscrito]. 25 de Dezembro de 1913 a 6 de Junho de 1916. 102 fls. .Acessível na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa. Portugal. Reservados 145 n° 26 (12).

⁷ Cortesão, Armando - *[Carta] 1916 Outubro 4 [a] Gago Coutinho* [Manuscrito]. 1916. Acessível na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa. Portugal. Reservados. Documentos soltos s/n.

Janeiro de 1917 e entrega o relatório provisório dos trabalhos realizados.⁸

No relatório mostrava-se reconhecido pela ajuda prestada pelos directores do Observatório Astronómico da Tapada, da Escola Politécnica, do Conselho de Administração de Obras Públicas de S. Tomé e Príncipe e pelos proprietários das Roças de S. Tomé.

O seu coadjuvante Tenente Álvaro de Almeida Marta acabaria por adoecer e todo o trabalho previsto de medição de ângulos da triangulação, de posicionamento de estações secundárias complementares e de trabalho topográfico acabaria por ser entregue a um agrimensor.

Em 1917 dá-se o retorno de Gago Coutinho mais Álvaro Marta para a conclusão das observações geodésicas azimutais, zenitais e astronómicas que duraram cinco meses. Infelizmente este esforço veio a verificar-se infrutífero, pois numa noite em que se preparava para desembarcar em Água Izé (ao se arriar a baleeira) um erro fez tombar para a água as malas de Coutinho que continham todos os cálculos astronómico, tábuas de logaritmos, medições, livros, formulários até então efectuados. Gago Coutinho foi forçado a regressar a Portugal para refazer todo o trabalho de triangulação. Durante 12 meses prepara os quadros sucintos para o relatório final, que redige de seguida.⁹

A dureza do trabalho de campo, pela compacta nebulosidade e até pelas trovoadas que interferiam com as agulhas magnéticas, tornava todo o labor mais complicado.

Os autóctones que o acompanhavam na missão temendo os trovões fugiam largando o acampamento à procura de resguardo seguro.

Passou 14 meses em partidas sucessivas para o campo e dois anos em serviço de gabinete.

Durante a sua ausência deixou instruções precisas ao seu adjunto, relativas ao levantamento topográfico. (ver Anexo)

Apenas lamentava não se poder recorrer da radiocomunicação ou do cabo submarino, como era comum, de forma a alcançar os sinais directamente de Greenwich, e que terminados os ajustes obrigatórios tornava possível determinar a hora com a aproximação de alguns centésimos de segundo. Tal era indispensável para a determinação da longitude. Todavia foi compelido a confiar nas observações de longitude concluídas em 1889 por um oficial da marinha de guerra inglesa em junção com o observatório da Cidade do Cabo, apesar de não ser este o cenário ideal.

Os supracitados trabalhos de cálculo prolongaram-se de Junho de 1918 a Julho de 1919, ainda que Coutinho tivesse pedido a sua deposição do cargo em Dezembro de 1918 por acentuado cansaço.

Deixara um duplicado de todo o trabalho nas Obras Públicas receando algum ataque de submarinos alemães.¹⁰

Um relatório preparatório foi publicado em 1917 pelo Governo de S. Tomé e Príncipe e o relatório final foi entregue em 1919 e publicado em 1920 pelo Conselho

⁸ Morel, Edmar - *Gago Coutinho e sua vida aventurosa*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1941, p. 46.

⁹ Reis, Manuel dos, Cortesão, Armando - *Op. Cit.* p. 117.

¹⁰ *Gago Coutinho* [Em linha]. [Consult. 14 de Dezembro de 2008]. Disponível em: <http://gagocoutinho.site.vu>

de Administração dos Serviços de Obras Públicas da Província de S. Tomé e Príncipe, contendo 357 páginas. Considerando na altura o Presidente da Comissão de Cartografia e Secretário-Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, Ernesto de Vasconcelos, o melhor trabalho de geodesia produzido à época, sugeriu a sua divulgação pelas diversas instituições portuguesas e estrangeiras. Devido à diminuta superfície da ilha tratava-se de um excelente trabalho de triangulação, com medição de duas bases de precisão, e abundantes observações astronómicas obrigadas pela incorrecção da vertical na ilha.¹¹

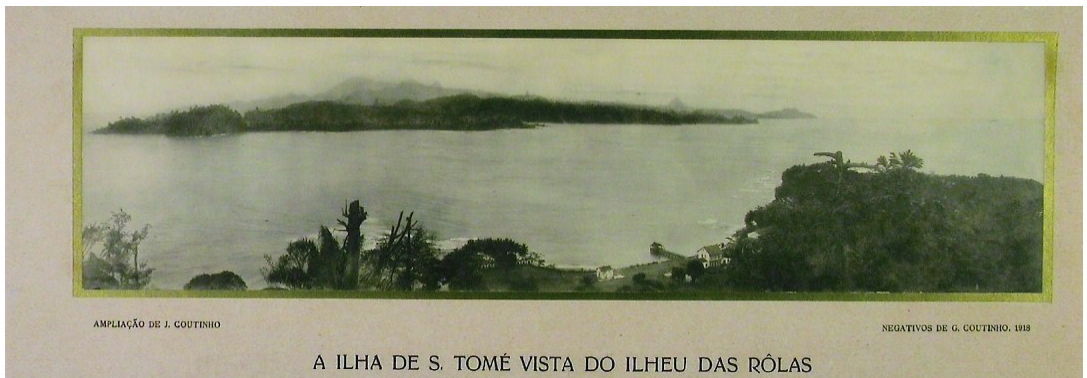
As cartas das Ilhas de S. Tomé e do Príncipe foram divulgadas em 1921 pela Comissão de Cartografia, nas escalas 1/50.000 e 1/30.000 (CSA, 1953).¹²

Mais tarde haveria de referir que a tarefa fora “facil por causa de picos característicos; difícil por causa da névoa falta de vento; chove muito. Tive que trabalhar durante as trovoadas, que me cahiram em cima; como nas trincheiras; o relampago e a seguir o tiro!”¹³

O presidente do Instituto de Ciências Peter Rafles declarou em Paris:

Não se compreendia que os portugueses os mais antigos colónos europeus na África, não tivessem uma carta perfeita da Ilha de São Tomé, mais da metade cultivada. O geógrafo Gago Coutinho, vem de preencher aquela lacuna, de maneira magistral.¹⁴

As sucessivas observações astronómicas evidenciaram o valor do desvio da vertical na ilha e determinaram que a passagem da linha do equador era realizada pelo Ilhéu das Rolas, e não entre este e São Tomé como até então se julgava.¹⁵



Na portaria de 16 de Junho de 1923 (data do aniversário da chegada ao Brasil), o Governo da Província de São Tomé ordenou que o Ilhéu das Rolas passasse a cognominar-se de Ilhéu de Gago Coutinho, e o canal entre ele e a Ilha de S. Tomé de Canal Sacadura Cabral.

¹¹ Coutinho, Gago - Notas Autobiográficas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 77, nº 4- 6 (Abril - Junho 1959) p.142.

¹² Cortesia da Eng^a Paula Santos.

¹³ Coutinho, Gago - *Algumas aplicações da astronomia na vida prática* [Manuscrito]. S/d. Acessível na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa. Portugal. Reservados. Ms 1933-1956. Documento nº 11.

¹⁴ Morel, Edmar - *Op. Cit.*. p.50.

¹⁵ Amzalak, Moses Bensabat - Elogio Histórico do Almirante Gago Coutinho. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. 34 (1962), p.26.

Estava assim consagrada uma missão com o reconhecimento de todos e sobretudo marcando de forma permanente o seu trabalho científico.

Já em 1933 regressa à Ilha de São Tomé, mas agora como Presidente da Comissão de Cartografia, e é preiteado pelas personalidades da administração local, homens de negócio e possuidores de roças.

Para comemorar o evento ficou assente a construção de um pequeno monumento no Ilhéu das Rolas no ponto exacto que Gago Coutinho definira para a passagem da linha do Equador (e que classificaria de Equador Geodésico por ser o fruto de tantas observações astronómicas cumpridas em cerca de doze estações e ligadas entre si por uma rede de triangulações), testemunhando o esforço científico colectivo dos colonos de São Tomé.¹⁶

Contudo só a 26 de Julho de 1936 é que foi inaugurado o marco comemorativo no ponto mais alto, exactamente nas coordenadas estabelecidas por Gago Coutinho, ou seja, na latitude de 1,95” S¹⁷. No monumento pode ler-se a seguinte inscrição:

*Ao Almirante Gago Coutinho homenagem da Colónia de S. Tomé e Príncipe
DOS TRABALHOS GEODÉSICOS E ASTRONÓMICOS REALIZADOS POR GAGO COUTINHO DE 1916 A 1918, EM S. TOMÉ, CONCLUIU-SE QUE O EQUADOR GEODÉSICO
PASSA NESTE PONTO.*

Gago Coutinho tinha lavrado para o assentamento da primeira pedra um texto a que deu o título de “O Monumento do Ilhéu das Rolas”.¹⁸

O comandante Baeta Neves durante a sua Missão Geográfica a Cabo Verde escreve a Coutinho sobre os desvios da vertical no arquipélago, ao que este lhe pediu que reflectisse na “ influencia que o desvio vertical exerce no fecho dos triangulos. Eu em S. Tomé não pensei; e é talvez d’aqui que vem aquele triangulo que lá me fechou a 4”.¹⁹

Em 1920 a Sociedade de Geografia sugere a criação do curso de Engenheiro Geógrafo, o que se viria a materializar no ano seguinte.

Conclui Luís Crespo de Carvalho no seu *site*:

“E se a este levantamento ajuntarmos o Bloco Geodésico trabalhado pela MGAO teremos todo um conjunto singular que confere a Gago Coutinho o estatuto de notável Geodeta, quiçá o maior e o melhor Geodeta-Operacional da História Portuguesa Ultramarina. Indiscutivelmente!”²⁰

Imediatamente a seguir à sua morte o deputado são-tomense Francisco José Vasques Tenreiro em Assembleia Nacional faria um elogio fúnebre à figura do Almirante

¹⁶ Coutinho, Gago - *Relatório da Missão do Presidente da Comissão de Cartografia às Colónias em 1933, para o Ministro das Colónias, Armindo Monteiro*. 1933 Outubro, Lisboa [Manuscrito]. 1933. Autogr. Acessível no IICT. Lisboa. Portugal. AHU. Ministério das Colónias. Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais. 173-Q.

¹⁷ “ outras medições feitas em 1935, com maiores recursos, acusaram a diferença de apenas 3 cm.” In Reis, Manuel dos, Cortesão, Armando - Gago Coutinho Geógrafo. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar. Tomo XIII (1969), p. 127.

¹⁸ Coutinho, Gago – O Monumento ao Ilhéu das Rôlas. *No Equador Padrão de Gago Coutinho*. Edição da Comissão Executiva do Padrão de Gago Coutinho. S. Tomé – África Ocidental Portuguesa. Lisboa: Tipografia Pires & Ct, 1937. pp. 11-13.

¹⁹ Comissão de Cartografia - Ministério das Colónias. Lisboa, 1928 Novembro 29.

²⁰ *Gago Coutinho* [Em linha]. [Consult. 14 de Dezembro de 2008]. Disponível em: <http://gagocoutinho.site.vu>

nos seguintes termos:

O homem que foi hoje a enterrar, despidido de qualquer ressaibo de vaidade, deixa no coração da gente de S. Tomé a mais grata recordação. Foi assim, com a despreocupação de quem tem preocupações elevadas, que arrostou com as florestas, se perdeu nas capoeiras mais intrincadas, subiu a todos os cones vulcânicos, espreitou crateras, olhou panoramas dos picos mais acerados da ilha de S. Tomé.

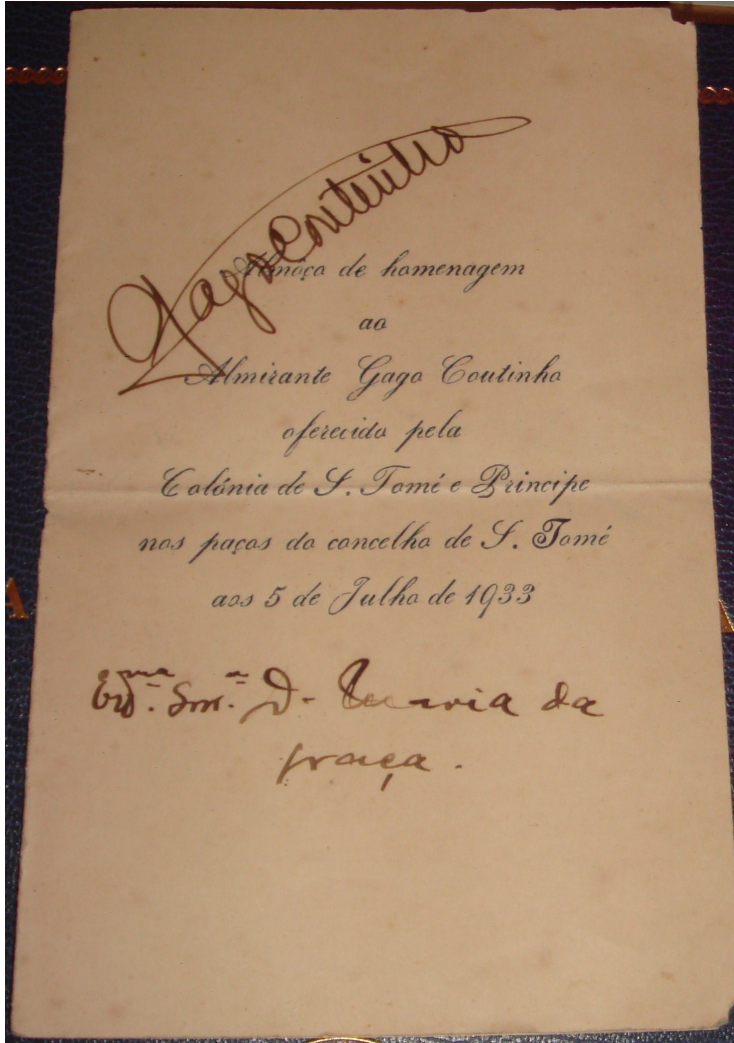


Figura 2 - Cortesia do Comandante Malhão Pereira

Eu, que ali nasci e as contingências da vida atiraram para matérias afins às cultivadas por Gago Coutinho, não encontrei naquela ilha, e nesta época do jeep e do avião, grota profunda ou pico alto onde não colhesse informação, de gente que de tudo se recorda, de que ali havia estado Gago Coutinho, a pé ou a cavalo. Percorrendo de lés a lés a ilha, Gago Coutinho conseguiu fixar em mapa, a que o tempo ainda não roubou valor, a fisionomia da ilha de S. Tomé; a exactidão com que

trabalhou e a existência providencial de um ilhéu permitiram-lhe trazer, nesses anos recuados, contribuição valiosa para a ciência, de grande repercussão no estrangeiro ; é quando no ilhéu das Rolas e através de cálculos minuciosos determina a passagem «exacta» do equador.

Ali está um marco, a meio de pequena ladeira que leva a formosa cratera, a atestar tão delicado trabalho; ali também, em tarde de gravaria, com o seu mapa desdobrado nos joelhos, tendo no horizonte a imensidão do Atlântico Sul, que tantas vezes cruzou, sentindo no rosto a candura do alísio, pensei em Gago Coutinho e na grandeza da sua alma - capaz de feitos de grande arrojo era também herói nas coisas aparentemente pequenas, mas de grande significado científico: um mapa que se desenha a rigor, uma determinação astronómica, um sextante que se adapta à navegação aérea, etc.

Perdura ainda na memória da gente de S. Tomé o homem afável, obcecado pelo trabalho, recto no tratamento, mas, sobretudo, a sua enorme simplicidade e a extrema amorabilidade pela natureza é o que mais acorda à lembrança. Para quem o conheceu, era como um português antigo, sobrevivência ou relíquia de um mundo desaparecido...

Morreu o último geógrafo das viagens de redescobrimto de sertões e desapareceu o navegador, o último dos Bartolomeus Dias! Morre tão modesto como grandiosa foi a sua vida. Receio até que com o desaparecimento de Gago Coutinho, símbolo de grandeza moral que os tempos vão conspurcando, se quebre o derradeiro liame que recordava à Nação que os homens são grandes quando são simples. Indo para o túmulo com o seu velho fato de caqui que o acompanhou nas peregrinações de «campo», Gago Coutinho ofereceu a todos, uma vez mais, essa nobre lição; que nestes tempos tão enroupados de pedantismo isto seja aviso salutar.

Para a gente de S. Tomé, que assim o conheceu vestido, é como se na hora final Gago Coutinho lhes acenasse um adeus que, embora distante, era o adeus de um amigo.

Acenemos nós agora, os de S. Tomé, um adeus de saudade ao «geógrafo africano».²¹



Figura 3 - Cortesia do Comandante Malhão Pereira

²¹ “Diário das Sessões da Assembleia Nacional”. Sessão n.º 74 (20 de Fevereiro de 1959) 211 – 216.

Referências

Res 1 - 26 - 2 *Diário particular de Gago Coutinho durante a viagem a São Tomé, Angola e Moçambique* [Manuscrito]. 1 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1904. 102 fls.

Res 1 - 27 - 1 *Relatório de Gago Coutinho da missão geodésica a São Tomé e Príncipe* [Manuscrito]. 1916. 102 fls.

Res 1 - 28 - 1 *Diário particular de Gago Coutinho durante a missão geodésica a São Tomé e Príncipe* [Manuscrito]. 4 de Abril a 22 de Novembro de 1918. [O manuscrito contém a indicação de que a 4 de Abril se registou um naufrágio onde se perdeu o diário do período anterior]. 102 fls.

Res 1 - 28 - 2 *Diário particular de Gago Coutinho durante a missão geodésica a São Tomé e Príncipe* [Manuscrito]. 14 de Junho de 1916 a 12 de Junho de 1921. 102 fls.

Res 1 - 34 - 8 *Diário particular de Gago Coutinho. Missão geodésica a São Tomé e Príncipe e estadia no Brasil* [Manuscrito]. 18 de Junho de 1922 a 17 de Julho de 1926. 102 fls.

Res 1 - 34 - 18 *Diário particular de Gago Coutinho. Passagem pela Madeira, São Tomé e Moçambique* [Manuscrito]. 24 de Junho a 1 de Março de 1933. 102 fls.

GEODES (Centro de Geoinformação para o Desenvolvimento) - Instituto de Investigação Científica e Tropical. Lisboa. Portugal.

Relatório da Missão geodésica de S. Tomé e Príncipe [Manuscrito].

Anexo

Instruções geraes que o adjunto da Missão geodésica de S. Tomé e príncipe ha de referir no levantamento topográfico durante a sua permanencia em trabalho em S. Tomé:

I – A triangulação terciária será combinada de modo a consolidar a polygonação principal, conforme julgar mais conveniente. D’ esta triangulação organizará um plano e relação de lados, angulos e coordenadas, incluindo altitudes e alturas de marcos e descrição dos lugares onde êles se encontram. Os angulos serão medidos a Trongliton, em dois giros a 90º, pelo menos, os vertices terciários serão ligados entre si sempre que isto não arraste demasiada demora no trabalho. Para o nivelamento d’estes vertices terciários recorrerá em geral a observações recíprocas, feitas a hora indiferente. A formula de separação??? a empregar será $dh?? = K2 \cdot 2.830$. Sobre estes marcos será construido um pilar, com tubo de ferro central, de 30x30x30 cm e com uma face orientada norte – sul verdadeiro.

II – A polygonação principal será medida a Trongliton, indo sempre fechar a um marco de triangulação. Os fechos em asimute serão calculados em mapas especiaes, onde se fará a conveniente compensação.

III - Depois de compensados os asimutes, esta polygonação principal será cuidadosamente desenhada na escala 1/10.000, em uma folha onde senão fará compensação alguma, de modo que fique aparente qual foi o erro de fecho. A compensação d'este erro far-se-á graficamente sobre a folha de desenho do detalhe; n'aquela folha figurarão os números das estacas, e haverá chamadas aos livros e folhas a que se referirem as diferentes polygonações.

IV - De acordo com as minhas instruções anteriores, esta folha deve ser desenhada para toda a polygonação principal que fôr aproveitada no desenho da carta já feito ou a fazer.

V - A polygonação secundária e o desenho do detalhe serão, em regra, feitos à bus-sola - chinetro??? (o que considero suficiente) e só em casos especiaes se recorrerá ao taqueómetro, muito mais moroso. Os livros d'esta polygonação serão escriturados de modo que possam ser tradusidos por pessoa diferente da que trabalhou no campo. Sobre estes livros ficará calculado o nivelamento, e a seguir far-se-á nos seus croquis de campo o desenho a lapis encarnado das curvas de nivel de 10 em 10 metros. Quando o terreno se preste poderá empregar a prancheta para o desenho do detalhe, mas se houver polygonação secundária feita sobre a prancheta, ele será sempre registado nos livros.

VI - D'estas polygonações secundárias organizar-se-ão folhas separadas com o desenho só do caminho percorrido, na escala 1/10.000, sem n'elas se fazer compensação alguma. Indicar-se-ão os livros d'onde foram contrahidas, as altitudes dos pontos extremos, os erros de fecho encontrados e a variação da agulha resultante. Estas polygonações secundárias serão passadas para a carta em desenho, fasendo-se na ocasião a compensação gráfica e a seguir o desenho de detalhe.

VII - A carta será desenhada na escala 1/10.000, sem se perder de vista que a carta final a publicar será na escala 1/25.000. As curvas no terreno cultivado ou facilmente acessivel serão de 10 em 10 metros, e no solo. De 50 em 50 metros. Representar-se-ão os caminhos de ferro, as estradas públicas e os caminhos de carro que forem percorridos.

VIII - Organisara em papel transparente, uma copia da carta, onde se indicará só a quadricula kilométrica, limites aproximados de roças, culturas, e nomes e detalhes que não convenha desenhar na carta em construção, para evitar confusão.

IX - Da carta far-se-á uma copia completa, a qual ficará em S. Tomé.

X - Os mapas da ploygonação principal serão remetidos para Lisbôa, ficando três copias em S. Tomé. Os desenhos de polygonação primaria e secundária serão tambem

enviados para Lisboa, mas só depois d'eles cá chegarem poderão ir para Lisbôa os livros originais, d'onde foram extrahidos. Esta precaução é muito importante.

XII - O pedreiro Pereira tem que transformar em marcos primários os marcos da Jou?? e mono-Peixe???; e tem a reforçar com o costumado anel de cimento armado (60 cm x60x30x10) os marcos principaes de cabras???, Sintra e Cantagalo P.A.. Estes trabalhos não são urgentes. O mesmo auxiliar deverá também ser mandado medir as alturas dos alvos dos marcos secundários de Monte-Castro, Sebastião. Isabel, Vila-Verde, Fraternidade e Cruseiro (este ultimo marco precisa reparação). Este trabalho de medição deve estar concluído até fim de Agosto.

XIII - À sua chegada a Lisbôa entregará um relatório minucioso (destinado a ser enviado à Dir. de Portos e Viação), em que mostrará como cumpriu estas instruções, como correu o trabalho, e quaes foram os processos empregados e os resultados colhidos desde que começou, em novembro passado, o levantamento topográfico.

XI - Caso retire antes de chegar outro oficial para o render, deixará o Henrique macedo encarregado do levantamento do detalhe, a completar falhas, ou a medir triangulação terciárias, conforme entender mais conveniente.

XIV - nos casos em que estas instruções forem omisas resolverá conforme o seu critério.

S. Tomé - 18 Maio 1918

Robert Garfield

Department of History
DePaul University, USA

rgarfiel@depaul.edu

Comparative Economic Development of São Tomé and Santiago de Cabo Verde: Lessons from the 16th Century

The islands discovered by Portugal in the 15th and 16th Centuries had to be made economically productive in order to cover the cost of their discovery and occupation, and to support in general the Portuguese overseas voyages. Some of these islands, like Madéira or the Azores, were naturally productive; others, like Santiago in the Cape Verde Islands and São Tomé, needed a great deal of effort and investment if they were to be worth the trouble and expense of ruling them, and if they were to contribute to the wealth of Portugal. This paper compares the development of the two latter islands, one a tropical and fertile land which required huge amounts of labor to become economically valuable; the second a semi-desert whose development and economic worth was based largely on its location and on a modest attempt to produce items for passing ships. Both had to confront the fact of having no native population, and how to overcome this central disadvantage. It discusses the various schemes and plans to make the two islands valuable for the Portuguese Crown, especially in regards to an adequate labor supply. It notes how location, as well as ecology, effectively determine the ability of outsiders to make islands, especially, economically viable. Finally, it concludes with some comparative views on the applicability of these islands' histories to present-day possibilities of economic development for equally small islands that generally lack a large natural resource base.

Keywords: Santiago de Cabo Verde, São Tomé, development, labor, location, economy

A key issue in the contemporary study of islands is the question of economic development: how can one develop islands that are small, have low populations, lack most conventional natural resources, and are often too far off the world's trade routes to be either economical to trade with or accessible for visitors? However, these issues are not new to the 21st Century. In fact, they were among the very first issues that Europeans had to face as they began their voyages of exploration nearly six centuries ago.

While these voyages had many motives and many goals, losing money was not one of them; royal governments subsidized the voyages reluctantly, and expected their investment to be paid back literally with interest. And, since the first lands reached were islands, viz., Madéira, the Canaries, the Azores, the Cape Verdes and the islands of the Gulf of Guinea, it was island economic development that most concerned the governments involved.

This paper looks at two of these newly-found islands, describing how Portugal attempted to make the islands economically viable in order to repay the costs of finding and settling them. It will suggest how some of those strategies, now a half-millennium in the past, may hold lessons about islands' development today.

The two islands are Santiago, in the Cape Verdes, and São Tomé, in the Gulf of Guinea. They were not the first Atlantic islands found by the Portuguese (Soeiro de Brito, 28); the Canaries had been reached and explored in the late 1200s, Madéira was discovered about 1420, and the islands of the Azores had been found, one by one, beginning in the 1430s; the discovery of the last of the latter group was nearly simultaneous with the discovery of the Cape Verdes and São Tomé, all occurring the decade or so after 1460 (Duncan, ch. 2, *passim*). But what makes Santiago and São Tomé interesting is that, while neither was inhabited (which was also true of Madéira and the Azores), neither had the economic advantages of these other newly-found islands (Soeiro de Brito, 74). Madéira was a lush sub-tropical island, well-watered and wooded, with good soils (though a broken and elevated topography); the Azores were well-situated to support fishing and whaling as well as provide a decent agricultural base to eventual settlers (Barata, 926-27).

Santiago and São Tomé, however, presented different and more difficult situations. The former, like all of the Cape Verdes, was arid, nearly a semi-desert (Duncan, 158). Soils were thin, rainfall inadequate and harbors few. São Tomé was a tropical, volcanic island with plentiful rainfall and deep volcanic soils (Tenreiro, 45-49). But the island was so rugged and so totally lacking in natural anchorages that clearing the land and importing or exporting anything was a monumental undertaking. In addition, neither island had a native population; since economic development required labor as well as natural or introduced resources, it meant that the acquisition and acculturation of labor would be an added cost that would offset any profit that the islands might provide.

Given the problems, why did the Portuguese Crown make the difficult and expensive attempt to develop Santiago and São Tomé? The answer is three-fold: first, the islands were on the prized sea-route to Asia (and later, to America); their development could

support that all-important endeavor by providing a place where ships could call for repairs, supplies or protection (Duncan, 166-7). Second, developing the islands could provide cash income for the Crown, which had undertaken a vast operation with few resources. Portugal was one of the smaller, less-populous and poorer of Europe's kingdoms; the voyages of discovery had to pay off, sooner rather than later, if the "Enterprise of Asia" was to continue. Finally, Portugal knew that if she did not occupy and develop these islands, someone else most certainly would. That someone was Castile (not yet "Spain"), with whom Portugal had already been at war for nearly a century over its own independence, over inheritance of the various Iberian crowns, and - most relevantly - over ownership of the Canary Islands. For all these reasons, therefore, Portugal saw the settlement and development of the Atlantic islands as a national imperative.

The Cape Verdes were the least attractive islands of the Atlantic. Of the fifteen major islands, a dozen were simply too dry to support more than the barest human population and all the islands were uninhabited when the Portuguese found them (Barata, 929; Santos Pereira, 962-3). Of the remainder, only little Fogo had anything approaching fertile soil, and it was the rugged remnant of an extinct volcano (Duncan, 180). The rest had only scrub vegetation and none had a really suitable harbor (Ameal, 91). By default, Santiago, the largest of the Cape Verdes, with marginal soil and an equally marginal port, Ribéira Grande, became the focus of Portuguese efforts in the archipelago (Duncan, 168, 172-5).

But how could Santiago make money for the Crown? The answer was soon seen to be that old cliché about real estate: "location, location, location." Because of its position vis-a-vis the Atlantic winds, vis-a-vis the African coast about 100 miles away, and its shallow, open, but wind-shielded harbor, Santiago could become both a relief station for ships going to and/or from India and for ships carrying slaves from Africa to the West Indies (Soeiro de Brito, 82-3). Further, while crops on the island would be barely adequate to feed the local population, the scrub grasses could support goats and some cattle, whose meat, skins and hair would feed passing ships and provide a modest local product for external sale (Duncan, 168-71; Santos Pereira, 966-7).

In addition, the Portuguese introduced crops such as wheat, rice, grapes, figs, and melons. All of these grew only marginally well. In both quality and quantity, the crops could not profitably be shipped back to Portugal; passing ships were the only possible market, besides the minimal needs of the local, introduced population (Duncan, 172-3). That Santiago even had a population was unusual. The rest of the islands in the Cape Verde archipelago had only imported goats living on them until the mid-16th Century (Soeiro de Brito, 29, 72-3).

Even this modest level of development would require labor, and the nearby coast was its source. Control of the island had been vested in two *Donitários* or grantees, who undertook development of the island on behalf of the Crown, which took a risk-free share of any profits (Soeiro de Brito, 76-80). The use of Donitarios to administer and develop new lands harks back to the feudal practice of giving newly-won lands to royal favorites to reward supporters without burdening the royal treasury, as well

as having an experienced (or at least demonstrably-violent) and loyal subject take on the cost and burden of control and wealth-extraction, from which the Crown would get a large share.

The roots of this were feudal and medieval, but the system is perfectly analogous to modern practices, variously called “franchising,” “outsourcing,” or “privatization.” The receiver of the royal (or, today, corporate) bounty got the opportunity to become rich, while the grantor - royal or corporate - was saved the burdens and cost of actually running a newly-acquired property but still stood to make a substantial sum if the enterprise succeeded; if it failed, the Crown or company lost little.

Each Santiagan Donitario ruled half the island, the Crown covering its bets in case one Donitario or one part of the island proved to be too incapable of effective development. Each was authorized to import labor from the near-by mainland (Duncan, ch. 9, *passim*). Relatively speaking, not a lot of labor would be needed, since the economic capabilities of the island were so limited. Unlike São Tomé, most of the slaves on Santiago were intended for export instead of for labor on the island itself. Herding and household service, not field labor on plantations, was the lot of Santiagan slaves who were kept on the island. But the very lack of huge slave numbers betrayed Santiago’s developmental limits; little labor was needed because little profitable economic activity could be expected (Barata, 928-9).

Still, the introduction of livestock proved to be a two-edged sword. Goats and cattle provided meat and hides for ships and local inhabitants. They also virtually destroyed the marginal soil with their constant grazing. Like sugar on São Tomé, introduced animals proved to be a short-term and literally wasting asset on an island that nature had essentially designed to be left alone by humans.

Physically, São Tomé was in every way different from, and better off than, Santiago. The landscape was lush and fertile, rain almost too-plentiful, and while a true harbor was lacking, the shallow Bay of Ána de Cháves could be used as a port by lightering cargo to and from ships in shallow-draft barges.

But like Santiago, the central problem restricting development was lack of labor, and as with Santiago, slaves from the nearby African mainland were quickly introduced; the first record of slave importation on São Tomé dates from the late 1490s. Unlike Santiago, however, Portugal had recourse to other labor sources for São Tomé. By emptying Lisbon’s jails, sweeping prostitutes and petty criminals off Lisbon’s streets, and by seizing and forcibly converting the children of refugee Castilian Jews, the Portuguese Crown gave São Tomé a much larger early labor supply, as well as a culturally more varied population out of which a new society and economic development would be created. Like Santiago, São Tomé also was granted to a Donitário, who would be responsible for the island’s settlement and economic development (Tenreiro, 57-66).

But what could São Tomé produce that would give its Donitário, and the King, a satisfactory income? Wheat was tried, since bread could be sold to passing ships going to or from India. That failed, as wheat did not thrive in the climate, while the nature of the local winds made it better for ships to bypass the island. Grapevines

were tried, but the yield was small and the wine of low quality. By about 1520, some thirty years after settlement and fifty years after discovery, São Tomé still had at best a marginal value to Portugal and to its Donitário. It was, in a sense, a very lush Santiago.

Then, about 1520, plantations were established in the West Indies. With the near-extermination of native American Indian populations, labor on these plantations was desperately needed; in effect, there was an energy shortage, since human muscle, supplemented where possible by animal power, was the major source of energy for economic development anywhere in the world before the Industrial Revolution. It turned out that São Tomé was ideally situated to supply this need. While winds for India-bound ships were problematic near the island, they were ideal for voyages to the African coast where slaves could readily be bought. The winds were also ideal for ships sailing westward from São Tomé to the West Indies and, later, to Brazil, where the demands for slave labor were constant and growing.

As utterly abhorrent as it is to modern sensibilities, slave labor was, in reality, the petroleum of the 16th Century Atlantic. Any place that could provide it or, like São Tomé, organize and expedite its supply, would prosper immensely, and the island did. Since it did not export many of its own slaves, those being needed for its own plantations, São Tomé more resembled a modern Singapore or Bahrain rather than a Kuwait; it was the middleman/fixer/aggregator of a key international commodity, the demand for which was seemingly inexhaustible.

But São Tomé had another source of economic potential. Its equatorial climate and deep volcanic soils (at least in the northern third of the island where the ground was flat, even if covered in rainforest) were found to be ideal for growing sugar. In those centuries, sugar was of immense value with a limitless European market; Madéira's early prosperity was due to the crop. But São Tomé, with a more suitable climate and topography and barely 100 miles from its "energy source," the slave marts of the African mainland, soon far surpassed Madéiran sugar production and indeed effectively killed it by the 1530s. By the 1560s, São Tomé was the greatest supplier of sugar in the world, the wealth of the island enormous, and the plantation owners rich men.

It did not take very long for the Portuguese Crown to see how this was going. As early as 1524, it abolished the São Tomé donitória and took over direct control of the island through a royal governor. In contemporary terms, the franchise was revoked, the middleman eliminated, and corporate headquarters decided to increase its profits and its control by running the business itself. For nearly a century, until eclipsed by the far greater sugar output of Brazil, São Tomé prospered (Tenreiro, 67-74).

What did not happen, however, was reinvestment of profit for the purpose of continued economic growth. Sugar was the capital-generator of 16th Century São Tomé, and when its market was lost to Brazil, there was nothing to take its place as a resource or as a source of capital. Indeed, in an early example of capital-flight, those who still had money, either from sugar or the slave trade, decamped to Brazil, leaving the island bereft of wealth, talent or entrepreneurs. Even the gruesome slave

trade began to bypass São Tomé, as former islanders in Brazil used their local knowledge to import slaves directly from the African mainland, cutting the island out of the process completely. As with Santiago, São Tomé's marginality and precarious existence as a disposable middleman eventually caught up with it, leaving economic ruin and social stagnation in its wake.

What lessons might be learned by modern-day islands seeking economic development from the history of Santiago and São Tomé? First, it must be recognized that islands, by their very nature, are generally marginal to the world economy, unless like São Tomé, temporarily, in the 16th Century, they naturally have or can produce a commodity that is vital to world trade.

Second, location is important, perhaps crucial. Santiago enjoyed what small prosperity it had, indeed was only settled at all, because its location made it idea for trans-Atlantic and Europe-India trade. It was, in a sense, the Singapore of the 16th Century Atlantic. Like Singapore, Santiago did try to be more than just an entrepot, and to develop local products with off-island market potential. But this effort failed, defeated not by the island's location but by its ecology, for which the 16th Century had no technological fix.

Third, small islands are utterly dependent on political and economic decisions made elsewhere, decisions that are made with the needs and interest of the islands and their populations as a secondary or even tertiary consideration. The Portuguese Crown put time, effort and money into Santiago and São Tomé as long as the prospect of profit existed. When it became clear that no such prospect really existed (in the case of Santiago) or had run its course (in the case of São Tomé), the external controlling power effectively abandoned the islands and left their inhabitants to their own devices.

Ultimately, it is the fate of small islands to live and die by and for the needs and whims of others. Changing technologies of transportation and communication, changing markets and consumer tastes, or new products or alternate availability of old ones, all can leave even the most seemingly-prosperous of small islands dangerously vulnerable to economic marginalization and disaster. The fates of Santiago and São Tomé are not pleasant to behold, and the lessons they teach may be depressing, but they are examples worth studying for those trying to sustain and develop small islands in our own day, nearly 400 years after the histories of Santiago and São Tomé reached their sad conclusion.

References

- Ameal, João (1966). Perspectiva histórica sobre a Guiné e Cabo Verde. *Curso Extensão Universitária*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Barata, Óscar (1966). O povamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé. *Curso Extensão Universitária*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Duncan, T. Bently (1972). *Atlantic Islands: Madéra, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth Century Commerce and Navigation*. Chicago: University of Chicago Press.
- Garfield, Robert (1992). *A History of São Tomé Island: the Key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press.
- Marques de Almeida, Carlos Rebello (1966). O presente e o futuro da agricultura de São Tomé e Príncipe - prestir our desistir, eis a questão. *Curso Extensão Universitária*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Rau, Virginia & Macedo, Jorge de (1951). O Açúcar na Ilha de Madeira; análise de um cálculo de produção dos fins do século XV. In *Congresso Internacional da Historia dos Descobrimentos*, vol. 5.
- Rau, Virginia & Macedo, Jorge de (1962). *O Açúcar da Madeira nos fins do Século XV; problemas de produção e comércio*. Funchal, Madeira: Junta-Geral do Distrito Autónomo.
- Santos Pereira, Maria dos (1966). Cabo Verde: duas tentativas para sua valorização agro-pecuária. *Curso Extensão Universitária*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Silva Rego, António de (1966). Reflexões sobre o primeiro século da história cabo-verdiana. *Curso Extensão Universitaria*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Soeiro de Brito, Raquel (1966). Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: alguns aspectos da terra e dos homens. *Curso Extensão Universitaria*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A Ilha de S. Tomé*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

José Eduardo Mendes Ferrão
Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal

A investigação agronómica em São Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa

O autor faz um enquadramento muito breve da evolução das actividades agrícolas nas ilhas após o seu povoamento até chegar à criação, em 1876, de um lugar de Agrónomo no quadro do funcionalismo do território, chama a atenção para a insuficiente preparação deste técnico em “assuntos coloniais” e penúria de meios que aí lhe foram fornecidos para exercer a sua atividade e para a euforia que se vivia no território com os preços fabulosos conseguidos com a exportação do cacau e a dificuldade de introduzir inovação técnica num conjunto de administradores de Roças tecnicamente impreparados sob o ponto de vista agrícola, ufanos dos resultados que obtinham e os donos das Roças em Lisboa satisfeitos com os resultados. Passa-se em revista o período das “derrubadas” e das quedas vertiginosas da produção de cacau e das medidas tomadas para resolver o descalabro que se estava a verificar. Indicam-se algumas missões de cientistas que a convite das Empresas ou contratados pelo Estado procurando averiguar causas das quebras de produção que se verificaram e os conselhos que deram e os ouvidos surdos da maioria dos administradores da época. As dificuldades na vida agrícola das ilhas durante ao anos seguintes, a falta de trabalhos científicos apontando-se alguns sobretudo na área da tecnologia do cacau, considerado um dos mais bem preparados no mundo. Refere-se a influência de diplomados em Agronomia entre alguns proprietários e administradores locais, abrindo caminho para uma melhor aceitação da ciência e algumas das iniciativas que tomaram na experimentação orientada sobretudo no aumento da produção de cacau. A representação dos agricultores pedindo providências e a proposta da criação de um Centro de Investigação Agrária nas ilhas, de carácter privado e suportado basicamente pelos agricultores. A criação da Brigada de S. Tomé e Príncipe da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar e aspectos básicos do trabalho que realizou em termos de investigação e experimentação. A criação da Brigada de Fomento agropecuário de S. Tomé e Príncipe e a investigação e experimentação realizadas, virada não apenas para as grandes empresas mas também para os pequenos agricultores.

Palavras-chave: investigação agronómica, administração colonial

Em primeiro lugar quero agradecer o honroso convite que gentilmente me fizeram para intervir neste evento, felicitar os que tiveram a ideia de o promover e recordar aqueles que tiveram o trabalho de o organizar.

Sou hoje uma das poucas pessoas que viveram o ambiente das Roças de S. Tomé e que acompanhei de perto o esforço de investigação agronómica realizado nestas ilhas. Por isso me sinto na obrigação relativa de dar aqui um testemunho vivido de coisas que outros conhecerão apenas pela leitura ou pela opinião de terceiros.

Foram-me concedidos 20 minutos, espaço de tempo que procurarei cumprir, mas que desde já considero manifestamente insuficiente para trazer aqui algumas informações, por vezes muito mal conhecidas, sobre a investigação agronómica nas ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Vou tentar fazê-lo quase em simples enunciado, o que empobrece o seu conteúdo e sobretudo mostrar como a atividade privada assumiu localmente a responsabilidade de experimentar e investigar quando o Estado esteve ausente ou se comportou como parceiro minoritário.

Por esse fato, por não ter dado origem a muitos estudos publicados, porque as gerações mais recentes não ouviram falar desses trabalhos aos administradores nessas ilhas e numa análise superficial, por vezes profundamente injusta, parece quase imediato concluir que, quantos aos trabalhos de investigação, estas ilhas são como um árido deserto.

Convém referir, para nos entendermos melhor, que nos fins do século XIX e princípios do século XX as ilhas de S. Tomé e Príncipe eram consideradas o território tropical mais bem aproveitado no mundo. Ali iam ver e aprender muitos estrangeiros que deixaram em artigos, conferências e livros as suas impressões sobre estas ilhas e os mais rasgados elogios às técnicas aí seguidas.

Os portugueses não se ficaram atrás neste trabalho de dar a conhecer o que nestas ilhas se passava, podendo dizer-se que dos territórios então províncias ultramarinas portuguesas, estas ilhas são o mais rico em informação por unidade de superfície. Para ter uma pequeníssima ideia recorda-se que num apanhado feito em 1982 (e quanto se conheceu e publicou depois disso), pelo Centro de Documentação e Informação do IICT, trabalho que já na época está muito longe de ser exaustivo, foram consideradas de interesse para estas ilhas nada mais nada menos do que cerca de 900 referências. Recordo aqui também a opinião de Ezequiel de Campos, engenheiro civil que esteve nas ilhas como profissional das obras públicas neste período, que no seu básico livro *Revalorização Agrícola da ilha S. Tomé*, publicado em 1920, refere no prefácio que só ele nessa data já tinha publicado 1330 páginas sobre as ilhas, a que devem somar-se as 400 páginas deste livro que ainda hoje deve constituir um documento de muita reflexão e em muitos aspetos como que uma Bíblia e outros foram ultrapassados pelo que a ciência progrediu.

Muitos trabalhos sobre a agricultura desta ilhas e outras áreas do conhecimento, encontram-se publicados principalmente no Boletim da Sociedade de Geografia, na Revista Agronómica, no Boletim da Agência Geral das Colónias e no Jornal de Agricultura Prática, este dois últimos já desaparecidos.

Um passo no passado

A atividade quase exclusiva das ilhas sempre foi a de uma agricultura quase industrializada, e por isso a grande maioria dos trabalhos publicados a elas dedicados, a ela se referem directa ou indirectamente.

Vou tentar, neste espaço de tempo mostrar, que a ocupação científica destas ilhas não é tão negra como alguns menos informados e menos cuidados levanamente têm afirmado.

Para o fazer, baseio-me muito no que estudei durante uma longa vida dedicada ao ensino e investigação, muito particularmente nos aspetos ligados a estas ilhas, nas permanências que fiz nestas ilhas, integrado na vida de algumas das suas explorações agrícolas onde acompanhei o dia a dia das suas diversificadas atividades e mais tarde, entre 1965 e 1972, como Consultor Científico do Governo local, quando este assumiu a orientação direta do fomento agropecuário das ilhas, libertando-se assim das mil e uma limitações e indiferenças de um governo exageradamente centralizado nos Gabinetes de Lisboa.

Até aos meados do século XIX, a agricultura regia-se, em quase todo o mundo pela tradição, pelos conhecimentos transmitidos de pais para filhos, pelos adágios ou adivinhações e em S. Tomé não era diferente. A contribuição notável de Liebig nos princípios do século o conceito da restituição terreno dos princípios minerais retirados pelas culturas para uma continuidade da produção, modificou este panorama, levou à criação do ensino agrícola que em Portugal se iniciou em 1852. A orientação do ensino deveria preparar bons empresários agrícolas juntando os conhecimentos científicos e técnicos recebidos no ensino à experiência e prática dos seus pais, com claramente foi explicitado por Filipe de Figueiredo em 1905.

Em Portugal, com esta orientação, só em 1878 foram criados no Estado lugares para os diplomados por este tipo de ensino, simultaneamente no Continente, nas Ilhas Adjacentes e nas Províncias Ultramarinas. As ilhas de S. Tomé passaram a contar no quadros do seu pessoal com um e apenas um agrónomo que entrou nestas ilhas equatoriais com pouca ou nenhuma experiência da agronomia tropical e em particular das suas culturas dominantes, numa época de grande prosperidade local.

Sobre estas ilhas publicaram-se vários e importantes livros em que a agricultura aparece sempre como denominador comum. Entre eles poderei citar a básica obra de Raimundo da Cunha Matos (o visconde de Pindela) “Chorographia histórica da ilha de S. Thomé”. “As ilhas de S. Tomé e Príncipe” de Vicente Melo Almada, “As ilhas de S. Tomé e suas Dependências de Manuel Ferreira Ribeiro”, “O ensaio sobre a estatística das províncias ultramarinas de Lopes de Lima”, “A revalorização agrícola da ilha de S. Tomé” de Ezequiel de Campos, “A Roça Água Izé” de Sousa Faro e “A Roça Boa Entrada de Henrique de Mendonça”, o estudo de Egidio Inso e só em tempos mais recentes e com uma primeira análise agronómica, o trabalho de Lains e Silva sobre “S. Tomé e Príncipe e a cultura do café”. publicado em 1958, isto independentemente de outros muitos estudos que directa ou indirectamente se relacionam com a agricultura, como o clássico estudo de Francisco Tenreiro sobre a ilha de S. Tomé.

Quero recordar aqui também o trabalho do Prof. Júlio Henriques e seus colaboradores, principalmente o naturalista F. Moller e José Dias Quintas o primeiro do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra que num plano nacional orientado por aquele Jardim, fizeram em S. Tomé os primeiros ensaios da introdução das quineiras. Dessa ação pouco mais ficou por lá que o nome de “morro das quinas” dado a uma das maiores elevações da Ilha se S. Tomé mas enriqueceu o património científico e técnico com o extraordinário livro de agricultura colonial escrito por aquele professor.

Os fins do século XIX e princípios do século XX

A maioria das propriedades agrícolas destas ilhas (as chamadas “Roças”), eram de absentistas vivendo em Lisboa, algumas vezes por eles visitadas no período mais fresco do ano (os chamados “inspetores do cacimbo”) e geridas localmente por administradores que se haviam feito de tarimba e adquirido conhecimentos que nessa época eram considerados suficientes. Como reconhecia Ezequiel de Campos, sempre

foi da praxe cuidar-se muito pouco da competência agrícola dos administradores das roças; com a maior sem cerimónia trocava-se a altura do sol da ponte do navio pela altura da varanda do administrador, o boné agalado do comando militar pelo chapéu de aba larga do roceiro, a pena das contas correntes pelo machim do mato. Mandava plantar quilómetros quadrados de cacau quem não fizera nunca o mais insignificante tiorocínio agrícola. E (Deus seja louvado) os cacoeiros durante muitos anos parece que se não deram mal com isso nem os roceiros.

Como é a regra, ninguém contesta a competência das pessoas quando os rendimentos são fabulosos.

Até aos fins do século XIX os roceiros bastavam-se a si próprios sem qualquer apoio agronómico oficial. As ilhas viviam período de grande prosperidade, as terras eram ricas, a produção de cacau era boa, as cotações internacionais do produto eram altas, os preços de custo não eram muito elevados, passavam-se os últimos tempos da mão de obra escrava.

Os proprietários de grande número das “Roças” mais importantes viviam luxuosamente em Lisboa, onde construíam palácios ajardinados e casas confortáveis e contribuía generosamente em ações de caridade e nas suas propriedades santomenses, aprimoravam-se nas residências dos administradores e outro pessoal como sinal de prestígio e garantia de bem estar dos que lhes proporcionavam tamanhos rendimentos.

Não deixaram os roceiros de procurar que esta situação de euforia se não alterasse e nesse sentido alguns deles visitaram outras zonas produtoras de cacau procurando atualizar-se.

Nalgumas dessas visitas verificaram que as plantações de cacaueros eram feitas “em pleno sol”, processo diferente do que seguiam nestas ilhas onde o cacau se cultivava sob sombra de árvores de maior porte. Era então ponto assente entre eles que

o cacaveiro era uma planta muito sensível que não resistiria á ação direta do sol.

Iniciam-se então nas ilhas as célebres “derrubadas” eliminando progressivamente as árvores que faziam sombra aos cacaveiros, tentando colocar em prática as novas técnicas que observaram nas suas visitas e naturalmente, como diríamos hoje, perante conhecimentos que nessa época eram apenas suposições, deu-se um aumento sensível da produção de cacau. Daí até se desencadearem as derrubadas totais deixando as plantações em pleno sol, foi um passo, um breve passo. A conclusão parecia lógica. Se retirando umas arvores que faziam a “sombra” aos cacaveiros a produção aumentava, então fazendo a sua total eliminação, as plantações “mijam-se a dar cacau”, como se afirmava.

As críticas a esta desarborização começaram logo em 1884 quando o Inspetor F. Moller do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra aí deslocado para acompanhar os ensaios da introdução da cultura das quineiras. Foi ele que deixou escritas no Jornal de Agricultura Prática palavras de alerta de que a continuar o sistema de “deitar tudo abaixo”, dentro de cinquenta ou sessenta anos estariam modificadas as condições climáticas das ilhas e por isso a viabilidade da cultura do cacaveiro estaria comprometida.

Outros cientistas e técnicos que passaram por estas ilhas alertaram para esta nova forma de cultivar o cacaveiro. Nos princípios do século XX August Chevalier, célebre agrónomo tropicalista francês de visita à Ilha de S. Tomé para avaliar o progresso aí conseguido com a cultura do cacaveiro, igualmente defendeu que a presença das árvores de sombra era indispensável, tanto nas plantações jovens como naquelas que se encontravam, em plena produção. O Prof. Júlio Henriques, o grande impulsionador da cultura das quineiras, numa época em que as derrubadas já haviam tomado proporções alarmantes, pedia aos agricultores que “não queiram produzir a ruína da bela ilha de S. Tomé.”

Apesar destes e outros avisos, a maior parte dos administradores continuavam na sua tarefa de “deitar tudo abaixo”, convencidos que estavam no caminho certo.

Esta intervenção na vegetação foi acompanhada por um período de importante redução nas quedas pluviométricas e o alargamento do período da “gravana” não faltando quem visse no segundo a influência direta das primeiras. Ezequiel de Campos apaixonou-se por esta questão.

Com as plantações conduzidas segundo o novo processo, as produções começaram a cair e os administradores vivendo em S. Tomé a acompanharem o dia a dia desta situação alarmante sem saber o que fazer e os roceiros em Lisboa preocuparam-se com a quebra de rendimentos que estavam a sentir e uns e outros. Não encontrando outra razão plausível, atribuíam todos os males aos ataques de doenças e pragas aos cacaveiros.

Em Março de 1909, já em pleno período de crise, decorreu em S. Tomé uma reunião de “roceiros” que reconheceram então os perigos da situação, mas não sabendo como ir mais longe. Como dizia Almeida, “são admiráveis colonos mas a Nação não pode exigir-lhes aquilo que eles não podem dar”.

Saraiva Viera, um ilustre diretor local dos serviços de Agricultura, não deixou de

referenciar mais tarde ironicamente que “a maior praga das plantações de S. Tomé Príncipe tem sido o homem”. Os vendedores de adubos e pesticidas apareceram logo a oferecer os seus produtos, mas sem grande aceitação limitando-se a fazer localmente alguns ensaios que não tiveram grande impacto.

As Missões Técnicas às ilhas

Os roceiros em Lisboa pediram o apoio do Governo para tentar debelar a grande dificuldade que eles não haviam conseguido ultrapassar.

Foi mandada a expensas do Governo uma primeira Missão constituída por dois agrónomos da Secção Colonial do Instituto de Agronomia e Veterinária, José Joaquim de Almeida e Acrísio Cannas Mendes. Tendo-se demorado na ilha de S. Tomé cerca de três meses, estes dois técnicos tiveram oportunidade de visitar “todas as plantações de cacau” da ilha. Do relatório que elaboraram consta a identificação de alguns fungos que encontraram, mas que afinal eram frequentes em quase todas as regiões produtoras de cacau e entenderam que as quebras de produção eram devidas menos a pragas e muito mais à forma como estava a ser feita a cultura. A plantação não havia sido devidamente acautelada manifestando-se nas ilhas como “uma febre financeira não tendo em vistas senão o lucro, mais que uma iniciativa agrícola-económica refletida e bem orientada que guiou a mão e o espírito dos plantadores desta região”.

O Ministério das Colónias decidiu, em face das situação, reforçar o apoio técnico ao território contratando em 1914 o Eng. Agrónomo Armando Zuzarte Cortesão para dirigir os Serviços de Agricultura cuja capacidade tinha sido sempre simbólica por falta de meios locais e por alguma falta de conhecimentos. O Estado garantiu que lhe seriam facultados os meios necessários para o bom desempenho da sua missão e antes disso, para estar bem esclarecido sobre os problemas ligados à produção e comércio do cacau deveria visitar outras plantações de cacau principalmente na África Ocidental, o que efetivamente sucedeu e alguns centros de grande comércio do cacau europeus. Cortesão chegou a S. Tomé em 25 de Novembro de 1914, em plena situação de crise. Como muitas vezes sucede as promessas de apoio que lhe tinham sido garantidas pelo Governo foram completamente goradas, o que o levou a lamentar-se “encontre-me em S. Tomé sem um único elemento de trabalho”. Apesar de tudo, tentou criar uma Estação Agronómica, introduziu e começou a estudar o comportamento de varias plantas introduzidas para uma potencial diversificação cultural e defendeu desde logo a rearborização das ilhas e a recomposição das plantações com novas árvores de sombra muitas delas introduzidas de outras zonas produtoras de cacau, principalmente americanas. Com estas ideias não foi tecnicamente bem recebido pelos administradores que ainda não tinham compreendido que as quebras de produção a que estavam a assistir não eram devidas a ataques de doenças e pragas mas ao empobrecimento dos terrenos provocado pela modificação do sistema cultural de cultura sombreada para cultura em pleno sol, pelas intensas derubadas que haviam sido praticadas e que alguns teimosamente continuaram a fazer.

Com a situação de calamidade continuava, contratado pela Companhia Agrícola Ultramarina deslocou-se a S. Tomé o entomologista Armando Seabra e também uma Missão Técnica constituída por Henri Navel e Pereira Coutinho por intermédio da Sociedade de Emigração de S. Thomé e Príncipe em 1919 para estudarem as doenças que estavam a afetar os cacauzeiros. No ano seguinte uma nova Missão Técnica constituída por Pereira Coutinho e Souza da Câmara do Instituto Superior de Agronomia, a expensas da Companhia da Ilha do Príncipe e Sociedade Agrícola Valle-Flor, esteve nas ilhas que pela primeira vez, de forma bem fundamentada, alertam para o sistema cultural errado que se estava a praticado e ainda nesse mesmo ano de 1920 o Doutor Ulrich, entomologista da Trindade e experiente na cultura do cacauzeiro e depois o fitopatologista alemão, Dr. Kaden. Em 1921, apesar dos escassos recursos locais, A. Cortezão encontrou cacauzeiros atacados pelo rubrocinto e imediatamente passou este pequeno inseto a ser o bode expiatório das quebras e produção, ponto de vista também partilhado por Sousa e Faro então administrador da Roça Água Izé. Hoje sabe-se perfeitamente, pelo comportamento ecológico deste inseto que vivendo ao sol atacou as plantações onde a sombra tinha sido suprimida. Mais tarde este comportamento foi confirmado porque os ataques desapareceram quando a sombra das plantações foi reconstituída.

A cultura do cacauzeiro e as ilhas de S. Tomé deixaram para reflexão, um período áureo e passaram a surgir dificuldades que muitas roças mais pequenas por não conseguiram suportar, foram abandonadas, dadas aos comerciantes locais em troca de dívidas contraídas para a manutenção das propriedades, especialmente no abastecimento da mão de obra ou incorporadas noutras roças ou empresas.

Uma alternativa

Em muitas plantações de cacauzeiros devastadas, para tirar algum rendimento das terras, plantaram-se palmeiras do dendém. As plantações de cacauzeiros recuperaram com a sombra do palmar alguma coisa e foi possível manter duas culturas diferentes no mesmo terreno embora em clara concorrência com mais tarde se havia de reconhecer. O “crash” da Bolsa de Nova York em 1929 provocou profundos agravamentos na economia mundial com a queda fantástica dos valores nas bolsas, baixa geral de preços, redução das produções, aumento de desemprego e falências e quase paralisação do mercado internacional. As cotações do cacau baixaram para cerca de metade.

Na década de trinta do século passado as pragas e doenças, entre as quais o míldio e as podridões das raízes (pourridié) estavam controlados, as produções estavam estacionárias, mas a valores muito baixos, sabia-se que o rubrocinto só atrapava os cacauzeiros ao sol as dificuldades de exportação eram grandes com a Segunda Grande Guerra.

Os roceiros estavam habituados a colher bastante e a investir pouco. Enquanto a fertilidade da terra o permitiu e a reciclagem das árvores de sombra das plantações ia dando para manter uma fertilidade sofrível, tudo correu razoavelmente. A fertili-

zação das plantações exigia investimento que nem sempre foi feito, as plantações davam algum rendimento em cacau, óleo de palma e coconote, as exportações de cacau mantiveram-se quase estáveis.

O investimento técnico nas plantações

Foi nesta situação de um certo conformismo que os roceiros e o Estado iniciaram um maior investimento técnico e científico.

Por uma lado, nas Administrações das Empresas em Lisboa passaram a ter inter-ferência mais direta técnicos agrícolas seus proprietários ou contratados e o Centro Colonial criou em Lisboa um Centro de Estudos que serviria de retaguarda e aconselhamento às empresas associadas e em S. Tomé vários engenheiros agrónomos e regentes agrícolas passaram a ser administradores da maior parte das maiores empresas. Entre os primeiros conta-se Marques de Almeida, Matos Morais, Tavares de Carvalho e Rodrigo de Castro. Entre o segundos Almeida Barreiros, Almeida Ribeiro, Cunha Rego, António Rosa, António Jordão, António Portugal e mais tarde também Ribeiro Goulão, Tomas Morbey e Jaime Borges.

Este investimento técnico, conjuntamente com muitos excelentes administradores “de carreira”, constituiu uma extraordinária colaboração para a modificação da situação agrícola das ilhas que se veio a verificar nos anos seguintes.

Nos primeiros anos da década de cinquenta do século passado a situação económica das Ilhas era tida como alarmante. As produções unitárias de cacau, principal atividade agrícola, eram muito baixas, cerca de 290 kg por hectare, os impostos eram elevados, os encargos com a mão de obras cresciam com nova legislação, os serviços agrícolas oficiais não existiam ou os roceiros não acreditavam neles.

Os roceiros pressionaram o Governo verbalmente em 1956 para lhes dar mais apoio mas não havendo resposta eficaz às suas preocupações, em 1957 apresentaram um documento escrito intitulado “Representação dos agricultores de S. Tomé e Príncipe a Sua Excelência o Ministro do Ultramar”, subscrito por 47 empresas agrupadas no Centro Colonial, representando “mais de 80% da produção daquela Província Ultramarina, profundamente preocupados com a grave crise com que se debatem e que ameaça conduzir à ruína a maior parte das explorações agrícolas das referidas ilhas”. O documento reconhecia que uma “pequena parte” das responsabilidades das baixas produções unitárias lhes cabia, mas também ao aparecimento de pragas e doenças, à redução da área cultivada por pelo “abandono de plantações decadentes”, “uma progressiva diminuição da produtividade das árvores que é das mais baixas do mundo”, “devido ao esgotamento das terras, envelhecimento das árvores e falta de material de replantação com formas melhoradas e mais produtivas”. Os agricultores, para responderem aos pontos que consideravam de sua responsabilidade propõem nesse documento ao Governo a criação de um “Centro Agronómico de S. Tomé e Príncipe”, de natureza particular, embora de Utilidade Pública, de que para o efeito juntavam já um Projeto de Diploma Legal. Este Centro receberia do Governo uma dotação inicial e depois um subsídio anual com caráter transitório e teria com receitas

ordinárias um imposto sobre os produtos exportados, um subsídio do Instituto Marquês de Valle Flôr e um subsídio do Governo, devendo este Centro assumir algumas das funções que nesse tempo cabiam à Repartição de Agricultura que assim ficaria livre de alguns encargos.

O ministro mandou este documento à Junta de Investigações do Ultramar para parecer e esta encarregou desse estudo o Eng. Lains e Silva, técnico de competência reconhecida que estivera em S. Tomé em 1956 e elaborara um estudo sobre a cultura do café nas ilhas. A sua informação não foi nada favorável à criação do proposto Centro com carácter particular. Lains e Silva reconhecia a necessidade da existência de um Instituto de Investigação Agronómica mas deveria ser de carácter oficial, para ajudar os agricultores e as autoridades a resolverem alguns dos problemas agrícolas com que as ilhas se debatiam, reconhecendo que “a agricultura de S. Tomé e Príncipe, na qual se baseia integralmente a sua economia atingiu a algumas décadas a decadência típica das atividades agrárias das regiões propícias sujeitas a exploração colonial” e que “a experiência de mais de um quarto de século provou ser irreversível pelos métodos tradicionais de trabalho” e que “a restauração da agricultura santomense teria de ser feita com recurso a técnicas modernas de exploração da terra”, apresentando em consequência as “Bases para a criação em S. Tomé e Príncipe de um Instituto de Investigação Agronómica”, apoiando e alargando a proposta dos agricultores mas dando-lhe uma base estatal, mas com o objetivo implícito de preparar técnicos especializados em agronomia tropical para servirem em todos os territórios tropicais aos quais Portugal está administrativamente ligado porquanto, no dizer do proponente “não parece possível o ensino eficiente de agronomia tropical numa quinta de Lisboa”.

O parecer foi enviada aos agricultores de S. Tomé e Príncipe que em apreciação na base do Centro Colonial não recebeu grande apoio porque, entre outros motivos controversos, os agricultores de S. Tomé e Príncipe não se sentiam na obrigação de suportar a formação de quadros para depois irem servir noutros territórios, já que uma parte importante do financiamento do referido Instituto seria conseguido por taxas lançadas sobre os produtos agrícolas exportados pelo território.

O Governo, hesitante na tomada de posição e tendo possivelmente em conta que do lado dos agricultores havia razões e pontos de vista muito de considerar e o alto prestígio social e profissional de muitos deles, procurando não criar mais encargos e dificuldades, decidiu “aguardar melhor oportunidade”.

Entretanto alguns estudos científicos ou técnicos nos domínios da agricultura foram feitos.

Refiro em primeiro lugar o estudo de Lains e Silva sobre a cultura do café nestas ilhas e publicado em 1958 a que já me referi, os trabalhos de Marques de Almeida e Matos Morais sobre a ecologia das ilhas e os problemas do sombreamento do cacau e nos domínios da tecnologia do cacau os estudos de Ester Portella, Ladeira Baptista, Fernando Costa, Mendes Ferrão. este que depois manteve uma linha de investigação em que colaboraram Helena Almeida e Cecília Leitão e que, com maior ou menor dificuldade, continuou mesmo depois da Independência.

A situação de impasse a que se chegara levou os roceiros a tomarem a iniciativa de resolverem parte das dificuldades. Deve referir-se a importação dos primeiros cacauzeiros híbridos por algumas das maiores empresas, a progressiva reconstituição do cacauzal abandonando áreas economicamente marginais, recompondo o sombreamento, principalmente no que diz respeito às espécies utilizadas como sombreadoras, associado a um esquema de fertilizações e combate de pragas e doenças, apoiando-se em novas plantações estabelecidas de forma mais racional e onde quase sempre foram utilizados clones da população local das ilhas, mas também novos “cacauzeiros híbridos”. Foi principalmente na década de sessenta que se fez uma grande reconstituição na sombra das plantações tendo-se reconhecido haver uma concorrência evidente entre as palmeiras e os cacauzeiros por ambas desenvolverem os seus sistemas radiculares nas mesmas espessuras de terreno e por ser necessário usar muitas palmeiras por unidade de superfície para se conseguir a sombra necessária. Assiste-se então a uma eliminação maciça das palmeiras das plantações e introduzindo outras árvores de sombra. Esta ação foi tão concentrada que em determinada época as ilhas sentiram a escassez de óleo de palma. A correção da situação deveria fazer-se pelo estabelecimento de novos palmares extremos com palmeiras melhoradas que nunca foi feita com a intensidade desejada, por entretanto terem subido os preços do cacau no mercado internacional. Nesse sentido se preparou ao nível oficial principalmente o material necessário colocado à disposição dos agricultores, a maioria do qual nunca chegou a ser utilizado, como se refere noutra local

Quando se pretendeu dar seguimento às ações previstas no Plano de Fomento para estas ilhas, não existiam localmente estruturas que as pudessem realizar nos domínios do apoio previsto ao sector agrícola. Foi então criada, dentro da Missão de Estudos Agronómicos no Ultramar, então uma estrutura de apoio e de retaguarda, uma “Brigada Agronómica de S. Tomé Príncipe” a qual se instalou nas ilhas e realizou um notável trabalho de reconhecimento, introduziu muito material melhorado para investigação local e manteve um esquema notável de investigação científica na área das ciências agrárias, apoiando-se essencialmente nos dinheiros concedidos por Portugal ao território e conseguiu reunir uma equipa notável de cientistas e técnicos que muito contribuíram para o estabelecimento das bases científicas para o desenvolvimento agrário de forma mais racional.

As actividades dessa Brigada, no que ao cacau diz respeito, concentraram-se essencialmente em três áreas. A primeira visava a produção local de híbridos adaptados às condições locais e bons produtores, para o que conseguiu reunir em coleção os cacauzeiros locais de produção excepcional e introduziu material de base e com um e outro começou a produzir “cacauzeiros híbridos” que entraram depois em fase de ensaio. A segunda tinha em vista aumentar significativamente as produções unitárias, estudando a fertilidade dos terrenos, muitos já esgotados ou próximo disso, os adubos mais aconselhados, a concentração da cultura nos terrenos mais apropriados, reduzindo a área ocupada e com isso os encargos de mão de obra e o combate contra pragas e doenças, nomeadamente o mildio do cacauzeiro, as cochonilhas, a broca do tronco, e dos frutos, a mármara dos frutos e outras que causavam prejuí-

zos importantes. Uma terceira procurava atenuar a importância relativa do cacau nos valores de exportação através duma diversificação cultural adequada e em especial visando o aproveitamento das áreas de cacauzeiro que seriam abandonadas. A Brigada estudou e interessou-se por outros vários aspetos da agricultura local, nomeadamente nos domínios da fruticultura e em especial da bananicultura e na introdução de material para a produção de semente híbridas de palmeira do andim que haviam de ser o suporte de novas plantações. A ação realizada por esta Brigada “foi de grande importância para o apoio dos agricultores das ilhas” e os próprios roceiros reconheceram que “os técnicos desta Brigada têm trabalhado em S. Tomé com manifesto e construtivo propósito de resolver os problemas agronómicos de que depende o acréscimo da produtividade das plantações”. Estes e outros estudos deram origem à publicação e valiosos trabalhos. Esta Brigada dedicou a sua atenção a muitos outros aspectos, nomeadamente a elaboração da Carta de solos das ilhas, o estudo da fertilidade de muitas roças etc. Aqui estiveram, entre outros, Vieira da Silva, Crespo Ascenso, Armindo Cardoso, Armando Noronha, João Goulão, Brito Mariano

Em consequência de alguns desencontros de opiniões quanto aos objectivos a atingir com a referida Brigada, o organismo foi extinto em 1964 e em sua substituição foi criada a Brigada de Fomento Agro-Pecuário de S. Tomé e Príncipe e nela incorporado o património valioso da primeira, a qual deveria continuar os estudos de melhoramento do cacauzeiro e outras valências em curso, incumbindo-lhe, entre outras funções definidas por Portaria de 24 de Novembro desse ano, “prestar assistência técnica às empresas agropecuárias e à pequena agricultura nativa e “intensificar o povoamento interno” e “exercer a inspeção dos produtos de origem animal importados e exportados e dos destinados à manipulação, industrialização e venda, estimular o conhecimento das vantagens do cooperativismo e criar uma cooperativa na Roça Favorita”.

A maior parte do pessoal científico e técnico da primeira das Brigadas regressou a Lisboa e a nova Brigada, dispondo de quadros em número reduzido, passou por uma fase de reorientação, mas conseguiu assegurar o apoio científico de alguns professores universitários e outros quadros entre os quais Risberg, especialista de podridões das raízes, Ário de Azevedo na Agricultura tropical, Raul Cabral na Fitopatologia, Mendes Ferrão nas tecnologias e ainda os investigadores Castel Branco na entomologia, Soares de Gouveia na fitossanidade do armazenamento, Rosário Nunes na apicultura e Ernesto Rafael na cafeicultura.

Com o tempo a Brigada foi constituindo os seus quadros com engenheiros agrónomos, veterinários, regentes e práticos agrícolas e passou a receber uma colaboração muito valiosa do Dr. Bartley especialista em melhoramento de cacau que tinha exercido a sua atividade na ilha da Trindade e se instalou em S. Tomé realizando um trabalho de alto nível, nomeadamente no melhoramento do cacauzeiro, na produção de novos híbridos, procurando encontrar indivíduos apropriados para as diferentes condições ecológicas das ilhas.

A Brigada continuou o trabalho de juntar em coleção os cacauzeiros reconhecidos pelos agricultores locais como dotados de características excepcionais (Colecção

S.S.T.), com eles constituiu um campo de ensaio e a partir deles prepararam-se numerosos cacauzeiros híbridos que estavam a ser estudados alguns deles já ao nível das plantações a quando da independência.

O fomento da fruticultura, recomendado como área de diversificação cultural num território dominado pelo cacau, começou pelo acompanhamento das primeiras exportações de bananas para Lisboa a partir das cultivares locais e introduzindo depois a cultivar Valery, nessa época a dominante no comércio internacional da banana fresca, em colaboração com o grupo de Trabalho de Fomento Frutícola do Ultramar. Foi deste ilha de S. Tomé que, com os devidos cuidados, se introduziu esta cultivar em Angola sendo aí a base de uma próspera fruticultura que estava em grande desenvolvimento na independência. Além disso, deu grande importância à difusão da cultura do ananaseiro lançando-a aos pequenos agricultores e introduziu outras fruteiras tropicais que estavam em estudo, nomeadamente as mangueiras com frutos quase isentos de fibra e papaieiras de frutos mais pequenos visando a exportação.

Outra linha de trabalho a que esta Brigada se dedicou foi o melhoramento da palmeira do dendém igualmente dentro do programa de diversificação cultural referido. A Brigada continuou a reunir em coleção as palmeiras reconhecidas com boas produtoras e produziu a partir de pólen vindo de Angola e da Guiné e usando como progenitores femininos plantas locais do tipo dura, reunidas na coleção referida, afinou técnicas de germinação rápida das sementes e colocou ao dispor dos agricultores milhares de plantas tenera a um preço simbólico. Infelizmente as plantas estavam disponíveis quando o cacau atingiu cotações muito interessantes no mercado internacional e os agricultores já não pensaram na diversificação e milhares de plantas ficaram sem serem utilizadas. Dentro do campo das palmeiras a Brigada introduziu unidades artesanais para a extração do óleo de palma para pequenos agricultores ou grupo de pequenos agricultores, estudou-se a instalação de uma unidade de coco ralado.

Na área do cacau a Brigada introduziu modificações na tecnologia do cacau, reduzindo o tempo de fermentação, controlando a secagem e armazenamento e os teores de acidez volátil no cacau fermentado que depreciavam o cacau de S. Tomé no mercado internacional. Por outro lado, procurou dinamizar-se a instalação local de uma unidade de industrialização intermédia do cacau visando a exportação de pasta de cacau e retendo no território parte importante do valor acrescentado pela tecnologia. Tendo em conta que uma parte razoável de cacau era produzido por pequenos agricultores que usavam uma tecnologia deficiente e cujo aparecimento no mercado depreciava o cacau santomense no geral, foi estudada a instalação de unidades tecnológicas para tratamento do cacau dos pequenos agricultores nas zonas onde eram dominantes, uma nas proximidades de Santo Amaro e outra nas proximidades da Trindade.

Nos domínios do cafeeiro arábica, que continuava a ser cultura relevante nas terras de altitude onde a cultura do cacauzeiro já não era viável e em colaboração com o Centro de Investigação de Ferrugens do Cafeeiro do Instituto de Investigação Científica Tropical e com o Instituto de Investigação Agronómica de Angola estudarem-se

as condições de adaptabilidade, produção e resistência a doenças, especialmente a ferrugem alaranjada, a antracnose e resistência a nemátodos de cafeeiros produzidos naquela Estação.

No Plano de trabalhos da Brigada estava o estabelecimento e apoio a pequenos agricultores locais. Nesse sentido iniciou esse trabalho com a aquisição da roça Favorita que dividiu em parcelas, entregando cada uma a um agricultor sem terra e dotada a parcela cedida de casa própria e outras estruturas familiares e forçando o espírito cooperativo, criou instalações para o tratamento tecnológico conjunto da produção dos pequenos agricultores.

Dentro do plano previsto de apoiar os grandes e os pequenos agricultores, a Brigada criou um Boletim Informativo de que se publicaram 27 números e manteve na rádio um programa semanal sobre a agricultura. Nesta Brigada deram o seu melhor entre outros Vinício Marques, Jaime Borges, Edomeu Almeida, Rui Quinta, Tomaz Morbey Castro Antunes e vários engenheiros técnicos e práticos agrícolas.

Ao lado, Carvalho Rodrigues, através dos Serviços Cadastrais deixou a sua esplêndida Carta Agrícola das duas ilhas.

Nota final

As ilhas de S. Tomé e Príncipe, ao longo dos séculos, sempre foram, salvo um período de grande abandono, terras de monoculturas de exportação. Primeiro o açúcar, depois o café e seguidamente o cacau que ainda hoje é rei e senhor da economia das ilhas. Não admira assim que os estudos se centralizem nestas atividades, direta ou indiretamente e que as venturas e desventuras das ilhas estejam ligadas aos poucos produtos dominantes, quase exclusivos de uma agricultura empresarial a que os nativos não aderiram significativamente, baseada em empresas, algumas das quais eram “estados dentro de outro estado” e às vezes mais do que isso.

Da investigação, da experimentação e da experiência tinha-se atingido uma fase de progresso da agricultura mais fácil e mais segura. Depois disto são as opções políticas.

Quando andei por essas ilhas, numa expressão feliz alguém dizia que para viver em S. Tomé haveria que falar 80 por cento em cacau e 20 por cento em tudo o resto.

A cultura do cacau foi o Eldorado enquanto se exploraram terras virgens e de grande fertilidade, passou pela crise das derrubadas e esgotamento dos terrenos, acordou com rendimentos de 290 kg por hectare de cacau comercial nos períodos a seguir à Segunda Guerra Mundial.

A atividade era ruínosa para muitas das pequenas roças que foram desaparecendo.

Os roceiros e o Estado deram com o tempo “a volta ao texto”.

No momento próprio deixamos uma agricultura cacauífera em pleno progresso, com sombreamentos regularizados, com fertilizações em rotina, com o abandono de áreas economicamente marginais e com material vegetal de qualidade em termos

de reconstituição das plantações, muitas das quais estavam a atingir o fim da sua explorabilidade económica. A cultura, apesar dos encargos terem subido, era rendível, dos pouco menos de 300 kg referidos deixamos uma média de 550 kg por hectare e uma previsão de 11 mil toneladas que deveriam ser produzidas em cerca de 20 mil hectares e muita terra livre para uma diversificação cultural que se tinha como indispensável em termos de segurança económica.

E deixámos também quase todas as bases técnicas e científicas para o desenvolvimento da agricultura local, dentro dos seus condicionalismos.

Se na vida nada é perfeito nem tudo é imperfeito. Por aquilo que fizemos e deixámos não encontramos apenas exploração e domínio.

Terminaria com um frase que um dia encontrei à entrada duma propriedade agrícola. “Aqui não interessa os que sabem muito, mas aqueles que são capazes de fazer melhor”.

V

Pós colonialismo e diáspora

Armindo de Ceita do Espírito Santo

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA)

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

Centro de Estudos Africanos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal

Direcção de Finanças de Lisboa – Serviço de Inspeção Tributária, Portugal

asceita@dgci.min-financas.pt

Os constrangimentos ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial

Este artigo procura discutir os constrangimentos de ordem cultural ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência. Tais constrangimentos resultam de importantes ruturas que bloqueiam o seu processo de desenvolvimento e de redução da pobreza. O texto começa por indagar sobre o ambiente social em que se estruturaram os valores culturais dos forros são-tomenses no período colonial, de maneira a compreender os fatores culturais que parecem dificultar o processo de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-independência. Por outro lado, o artigo procurará discutir o efeito da rutura social que ocorreu no séc. XIX, com o regresso de europeus ao arquipélago, e que conduziu à despromoção social da elite forra que governava o arquipélago e a conseqüente perda da sua identidade cultural. No fundo, pretende-se questionar por que razão a nova elite forra, que emergiu na sequência do processo da independência, e que comanda os destinos do país, não foi capaz, até hoje, de promover o seu desenvolvimento sustentável no período pós independência. Adotando antes um comportamento neopatrimonialista e lutas constantes entre os elementos da elite política pelo acesso ao poder para acumulação de riqueza pessoal, o que inviabiliza a busca de consensos para definir uma linha de rumo para orientar o desenvolvimento do país com vista à redução da pobreza das pessoas. Um tal ambiente constituiu oportunidade para o florescimento do empresariado informal da área urbana cujos agentes lutam pela sobrevivência, inventando formas de vida, de maneira à escapar de uma condição de pobreza ainda mais deprimente. Este trabalho é elaborado tomando em consideração o caso de Cabo Verde que, no período pós-independência, apresenta um relativo avanço em termos de desenvolvimento em relação a S. Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: desenvolvimento, valores culturais, ambiente social, empresariado informal

Introdução

Quando se questiona o atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento no período pós-independência, toma-se, geralmente, como termo de comparação o caso de Cabo Verde.

Na verdade, à data da independência, ocorrida em 1975, estes dois pequenos Estados insulares de África enfrentavam os mesmos problemas para o seu desenvolvimento. Isto é, as condições de partida eram basicamente as mesmas nos dois países. É, contudo, importante salientar que S. Tomé e Príncipe era (e é) relativamente mais abundante em recursos naturais do que Cabo Verde. Este facto levou muitos, na época, a admitir que, ao contrário de Cabo Verde que tinha enorme escassez de recursos naturais, S. Tomé e Príncipe apresentava-se com melhores potencialidades para se desenvolver. Porém, a partir dos anos noventa do século XX, o desempenho de Cabo Verde em matéria de desenvolvimento, e por consequência do desenvolvimento humano, tornou-se visível e relativamente mais importante do que em S. Tomé e Príncipe, tal como tem sido evidenciado nos dados estatísticos oficiais locais e do relatório anual do desenvolvimento humano do PNUD e de outras fontes internacionais (FMI, BM, etc.).

A constatação do relativo avanço de Cabo Verde em termos de desenvolvimento em relação a S. Tomé e Príncipe sugere questionar o que é que está na base desse relativo avanço no período pós-independência. Ou dito de outra forma, por que razão S. Tomé e Príncipe não conseguiu colocar-se no caminho do desenvolvimento tal como Cabo Verde? Qual é o principal obstáculo que bloqueia S. Tomé e Príncipe de definir uma linha de rumo para o seu desenvolvimento no período pós-independência?

Para responder a esta questão, procurei indagar sobre o ambiente social em se estruturaram os valores culturais dos são-tomenses e dos cabo-verdianos, na medida em que, para além de outros fatores, parecem existir razões culturais na origem do relativo avanço de Cabo Verde em relação a S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento.

É oportuno aqui referir que, na perspetiva antropológica, não é possível compreender a cultura dum povo sem conhecer o ambiente em que os seus valores culturais se estruturaram e no qual esse povo se encontra inserido. O conhecimento desse ambiente em relação a Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe contribui para uma melhor compreensão da razão do relativo avanço do primeiro em relação ao segundo em termos de desenvolvimento.

Pode-se rapidamente definir a cultura como o conjunto das tradições humanas. Tais tradições são invenções, outras vezes reinvenções, ou criações dos seres humanos no seu ambiente social e que se transmitem no tempo (Giddens, 2006). As tradições humanas formam-se num determinado ambiente social e nesse sentido cada ambiente social gera as suas próprias tradições que são apropriadas pelo conjunto dos seus membros. Isso quer dizer que as tradições em Cabo Verde não são as mesmas que as tradições em S. Tomé e Príncipe porque o ambiente social em que

se estruturaram é diferente. Por conseguinte, o ambiente social é determinante das tradições sociais e, portanto, da cultura.

A estruturação dos valores culturais em S. Tomé e Príncipe: o passado no presente

A formação da sociedade são-tomense fez-se em torno das grandes plantações coloniais de exportação e terá sido nesse ambiente social que começou a estruturar-se os valores culturais em S. Tomé e Príncipe. Partindo desse pressuposto, que me parece incontestável, é de admitir que o ambiente social em que se estruturaram os grupos sociais fundamentou-se, primeiro, em torno da cultura de cana-de-açúcar e, mais tarde, após uma longa ausência da presença europeia, do café e do cacau e no modo de produção escravagista e servil e na luta pela posse de terra.

Com o declínio da economia de cana-de-açúcar no século XVI e a retirada dos portugueses e seus filhos mulatos para o Brasil, ficou o arquipélago entregue aos mestiços (descendentes remotos de europeus e mulheres negras) durante cerca de dois séculos. É de salientar que nesse período houve nascimento de mulatos em resultado de cruzamento de europeus com mulheres negras que com eles se prostituíam (Jorge Costa Oliveira, 1993). Tais europeus eram marinheiros de navios que esporadicamente aportavam as ilhas de S. Tomé e Príncipe para se abastecerem de água e algum mantimento, e de invasores que ali deixavam as suas “sementes”.

Durante aquele longo período de abandono, a administração do território ficou nas mãos dos mestiços (elite forra) que se tornaram grandes proprietários de terra e donos de escravos. Embora se possa questionar essa legitimidade da posse e de mando, a verdade é que eles descendem de europeus que tinham sido grandes fazendeiros dos canaviais e administradores do território, antes da debandada rumo ao Brasil.

Durante todo esse período, até o regresso de europeus no século XIX, a sociedade são-tomense estava estruturada em torno dos forros¹ de diferentes escalões com base na propriedade e posse da terra. Assim, a forma da distribuição das terras, que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, e que subsistiu até à revolução agrária do século XIX, com o regresso de portugueses ao território, permite caracterizar a sociedade forra estruturada em três níveis de estratificação social: a elite forra, também designada filho da terra, era proprietária de enormes extensões de terra, pertencia ao primeiro escalão na estrutura social da sociedade forra; os forros proprietários de terra; e os forros sem terra (Eyzaguirre, 1986). Os primeiros eram um grupo social minoritário, descendente dos primeiros moradores do arquipélago e, por isso, embora de pele escura, se intitulavam a si próprios filhos da terra e exerciam o controlo do poder político, administrativo e económico do arquipélago. Os forros proprietários de terra possuíam terrenos de pequena dimensão próximos da capital ou em zonas altas.

¹ Forro é a designação dada aos naturais de S. Tomé e Príncipe seja de origem africana ou de cruzamento de pessoas de outras origens desde a formação primitiva da sociedade são-tomense (Espírito Santo, 2009: pp. 39 e 197). O termo deriva de português e era empregue de início para referir à condição social de “livre” ou “liberto” para as pessoas nascidas em S. Tomé e Príncipe, de origem africana ou de cruzamento entre europeus e mulheres negras, o qual acabou por ser, posteriormente, apropriado pelos nativos.

Os forros de escalão mais baixo (forros sem terra) eram descendentes de africanos de origem mais recente nas ilhas. Os membros deste grupo só conseguiam adquirir terras através de arrendamento de terras do Estado em poder da elite forra e terras dos forros proprietários de terra.

Tem interesse aqui apresentar a composição da população nos primeiros anos do século XIX, em que o grupo social dos mestiços era irrisório. Assim, de acordo com as estatísticas apresentadas em Ambrósio (1984, p. 180), havia em 1814 um total de 7.003 habitantes em S. Tomé, dos quais 3.302 eram homens e mulheres livres, 169 mestiços (pardos e quase brancos) e 21 brancos. Na ilha do Príncipe (ano de 1812), havia 4.875 habitantes, sendo 1.416 livres, 200 mestiços (pardos) e 100 brancos. Os dados do recenseamento de 1830 apontam para um total de 10.089 habitantes (7.017 na ilha de S. Tomé e 3.072 na ilha do Príncipe). De acordo com as estimativas de Lopes de Lima, no Livro II, Parte Primeira, p. 2-A, havia, em 1844, 12.753 habitantes dos quais 8.169 em S. Tomé e 4.584 na ilha do Príncipe. Os naturais eram 7.054, os escravos 5.514 e brancos e pardos 185. Estes dados referem-se a um período de fraco dinamismo económico que contrasta com o apogeu da economia do açúcar no início da segunda metade século XVI em que a população terá atingido entre 15 e 20.000 habitantes (Galvão e Selvagem, p. 204) e o período áureo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, com as plantações do café e do cacau. Ambrósio (1984, p. 180) refere que a quebra significativa da população entre o século XVII e princípios do século XIX se deveu a morte de escravos e a transferência de outros para o Brasil, e que por essa altura era já irrisória a presença de forros de origem angolara. O seu aumento surgiu com a importação de mão-de-obra vinda de Angola na segunda metade do século XIX.

Os forros sem terra eram depreciados tanto cultural como socialmente devido à sua categoria étnica. Eles tornaram-se livres através da decisão dos grandes senhores da terra (elite forra) que eram os seus donos e aos quais mantinham laços de dependência, e de parentesco ou afinidade em relação a forros de escalão intermédio (forros proprietários de terra). Esta posição permitia a maioria dos forros sem terra obter títulos de posse de terras através de arrendamento entre os membros da elite forra e forros de segundo escalão, uma vez que a posse de terra era essencial à produção ou recolha de bens de subsistência para a sua sobrevivência.

Era neste contexto que funcionava a sociedade forra que se manteve plural durante todo o período de ausência da elite europeia, em que tanto o poder político como o económico se concentrava nas mãos dos nativos. E foi nesse contexto, em torno da posse de terra, que se estruturaram os valores culturais dos forros, marcados por um conjunto de comportamentos para a obtenção de terra, designadamente tráfico de influências junto da elite forra, laços de dependência, subserviência, clientelismo, corrupção, bem como o excessivo desprezo pelo trabalho. Tem interesse referir que durante a ausência da elite europeia, a população deixou as grandes plantações agrícolas e passou a concentrar-se essencialmente nos centros urbanos (cidade e vilas) levando uma vida de relaxamento, pouco ou nada produtiva, já que da natureza provinha-lhe o indispensável a uma sobrevivência precária (Galvão e Selvagem, 1951,

p. 267). Com a retirada dos portugueses e da mão-de-obra essencial das grandes plantações, na sequência do processo da independência do território em 1975, a população voltou a concentra-se, como no passado, nos grandes centros urbanos próximos da capital. Mas, neste caso, as razões são mais de natureza socioeconómica do que cultural.

É de justiça referir que alguns mulatos de origem são-tomense, fixados no Brasil, regressaram ao arquipélago provavelmente entre finais do século XVIII e princípios do século XIX, dotados de elevado nível sociocultural e poder económico. Foram eles que introduziram a cultura do café e do cacau trazidos do Brasil. É sobejamente conhecido o caso de João Maria de Sousa e Almeida que foi o 1º Barão de Água Izé.

Aquela estrutura sociocultural da sociedade forra atrás referida foi profundamente modificada na segunda metade do século XIX com o regresso de portugueses. A modificação foi reforçada com a importação de um número crescente da mão-de-obra de origem africana a partir dos anos 50 do século XIX, que se estendeu até aos anos 50 do século XX (os contratados ou serviçais) para as grandes plantações coloniais e a total despromoção social da elite forra que foi empurrada para o nível do grupo social dos contratados e seus descendentes (tongas). Por outro lado, os novos contingentes do continente africano, muito numerosos, eram portadores de valores culturais mais tradicionais e na crença e prática de rituais do oculto e reduzida capacidade cognitiva (Tenreiro, 1961; Oliveira, 1993). E embora estes se concentrassem nas roças, e os despromovidos forros nos centros urbanos ou nas suas proximidades, a presença de um crescente número de serviçais, com valores estranhos, alterou profundamente a estrutura sociocultural existente antes da revolução agrária do século XIX, através do processo de transculturalidade (Kotter e Heskett, 1992; Gonçalves, 1997; Giddens, 2006).

Por conseguinte, com o declínio da economia do açúcar em S. Tomé e conflitos internos e invasões estrangeiras, os europeus rumaram para o Brasil com os seus filhos mulatos a partir do século XVI, deixando o arquipélago entregue aos mestiços. Estes eram netos de europeus ou o resultado de cruzamentos entre si ou com mulatos. Foram eles que mais de dois séculos exerceram o poder efectivo nas ilhas, eram donos das grandes propriedades de terras e de escravos.

Com o regresso de portugueses no início do século XIX, a questão da posse da terra voltou a estar no centro da estruturação dos grupos sociais. A elite forra que dominava a sociedade durante mais de dois séculos foi colocada rapidamente à margem da sociedade tanto política, social como economicamente e ao mesmo nível dos outros forros de escalão menor, anteriormente dominados por essa elite.

A destruição da estrutura social forra em meados do século XIX conduziu à destruição da sua identidade cultural, definida pela distância social entre a elite forra e outros forros e serviçais (nativos africanos não nascidos em STP). Por conseguinte, depois de marginalizados, política, social e economicamente, a promoção de forros de escalão menor e de serviçais na nova estrutura social significou para os forros a sua despromoção social. Por outro lado, os seus membros tinham sido afastados

de altos cargos que ocupavam na administração pública colonial por novos europeus que ocuparam os seus lugares.

A distância social marcada por uma nova estrutura social em que os forros passaram a ocupar uma posição relativamente superior no mais baixo estrato social do arquipélago significou o aniquilamento da sua identidade cultural na medida em que viram reduzida a distância social que os separava dos outros forros de escala menor e sobretudo em relação aos africanos não nativos que trabalhavam nas grandes plantações. Esta é a questão central que conduziu à destruição da estrutura da sociedade forra e da sua identidade cultural na segunda metade do século XIX, em consequência de acontecimentos relacionados com o regresso de europeus ao território, e que, provavelmente, pode ter, em parte, influenciado o processo de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe no período pós-independência, no sentido em que o novo país viu-se privado da sua elite de origem bem como a ausência de uma classe média com suficiente dimensão, diferentemente de o que acontecera em Cabo Verde.

A partir daí, os forros passaram a viver com enormes ressentimentos pela despromoção social das posições que ocupavam na sociedade forra, antes do regresso de portugueses, que se reforçou com os trágicos acontecimentos de Batepá² em 1953, em que muitos forros foram mortos ou mutilados.

Esse ressentimento recalcado parece explicar o radicalismo que os forros manifestaram relativamente a tudo quanto era do regime colonial logo após à independência do território. Eles nacionalizaram todas as propriedades coloniais e substituíram as designações e símbolos do regime colonial, designadamente nome das ruas, das organizações, estátuas, etc. Por conseguinte, a hipotética recuperação da identidade cultural forra conduziu à rejeição da cultura europeia e a afirmação dos valores africanos, contrariamente aos cabo-verdianos que escolheram a via do Atlântico a norte para promover a sua inserção internacional.

Com a independência, o grupo dos forros que assumiu o controlo político e económico do país constituiu-se na nova elite forra, já que aquela elite filho da terra, de origem mestiça, entrou rapidamente em decadência e ruína durante a segunda metade do século XIX (ver Oliveira, 1993, p. 87).

A nova elite forra parece ter recuperado a identidade cultural forra no sentido em que passou a ocupar novamente os altos cargos na administração pública e no governo e acesso e controlo dos bens do Estado, mormente as terras, institucionalizando o neopatrimonialismo, característico da generalidade dos governantes africanos subsarianos, deixando de fora da partilha da riqueza o grosso da população. Esta nova elite forra nada tem a ver com aquela elite forra de origem mestiça que governou o território durante mais de dois séculos e que atrás se referiu. Os membros da nova elite são descendentes de forros de segundo escalão, de forros sem terra, ou de cruzamento entre os grupos raciais presentes no arquipélago depois da revolução agrária do século XIX.

² A designação correta é “Bate, pá”. Tratou-se de uma orientação dada superiormente aos polícias que interrogavam os nativos presos injustamente para que os castigassem cada vez mais até que confessassem um crime que não cometeram (ver Espírito Santo, “O massacre de «Bate, pá» e o lugar de Fernão Dias”, in *O Parvo*, S. Tomé, Fevereiro de 2011).

Importa esclarecer que embora a elite forra de origem mestiça tivesse entrado em declínio, os elementos mais importantes da estruturação dos valores culturais, resistentes à mudança, foram justamente os forros sem terra e forros proprietários de terra (forros de segundo escalão), que, por sinal, são, basicamente, os mesmos cuja elite forra pós-independência é descendente. Aqueles valores culturais foram estruturados durante o período de ausência da elite europeia no território, período que coincide com o ambiente social em que os forros exerceram todo o poder de domínio sobre o arquipélago. Tais valores culturais são designadamente o clientelismo, tráfico de influência, subserviência, intrigas, relações de dependência, corrupção e desprezo pelo trabalho. Com a importação de grandes contingentes de mão-de-obra barata do continente africano no século XIX, surgiu de forma vincada um outro valor cultural: a crença excessiva no oculto. Estes são os mesmos valores que ainda hoje caracterizam a cultura são-tomense pós-independência à qual se juntam a mendicidade, o furto, o individualismo, a inveja, a vingança, muitas vezes através da prática do oculto, a vaidade no sentido de Ter (exibição de bens materiais muitas vezes através de esquemas de furto ou de corrupção) e o espírito de fatalidade, no sentido em que a condição de vida que se tem e tudo o mais de constrangedor derivam da vontade divina e contra isso não há nada a fazer. Trata-se de uma ideologia totalmente oposta a dos cabo-verdianos que privilegiam o progresso (“vontade de vencer”) ao fatalismo.

Como o trabalho é desvalorizado, os são-tomenses encontram no furto e na mendicidade esquemas de vida para uma sobrevivência precária. A mendicidade é claramente visível na capital e nas zonas de grande comércio mas é um valor cultural transversal a toda a sociedade são-tomense. Desde políticos até aos de mais baixo escalão social praticam a mendicidade só diferenciando na forma consoante o nível social de cada um. No regime do partido único, os ministros mendigavam junto de Christian Hellinger, que fora um grande investidor estrangeiro residente no país, para receberem géneros alimentícios (uma espécie de ração mensal ou quinzenal) para a sua alimentação. Hoje, diz-se nos meios locais, que é comum um político, no exercício das suas funções, mendigar a estrangeiros, geralmente negociantes, ou a nacionais não residentes, um par de calçado (ténis), telemóvel ou outro artigo qualquer para si ou para seus filhos, ou a políticos de outros países africanos recursos em seu próprio benefício.

As diferentes categorias sociais que emergiram do novo arranjo social pós-independência vivem até o momento presente em condições de normalidade e unidade nacional, sem conflitos de natureza étnica, cultural ou religiosa. Mas essa convivência pacífica não conduziu até hoje à formação de uma identidade cultural própria e de afirmação coletiva em torno das quais o objetivo do desenvolvimento sustentável fosse encarado como um desígnio nacional partilhado por todos, como o é em Cabo Verde. O argumento segundo o qual a boa fertilidade do solo são-tomense permite colher da terra bens de subsistência com pouco ou nenhum esforço humano à alimentação local por si só não parece satisfatório para justificar a ausência de interesse na convergência em torno de um objetivo comum para o desenvolvimento. São os

valores culturais dos forros, resistentes à mudança, que emergiram das várias ruturas no processo de formação da estrutura social são-tomense que melhor explicam a ausência de uma identidade própria, contrariamente a Cabo Verde cuja sociedade se estruturou, desde o início, em ambientes socioculturais sem grandes ruturas sociais, e a partir do início do século XIX, com a progressiva ascensão da classe crioula, a sua sociedade tem-se caracterizado por uma evolução de continuidade e consolidação, com base numa população essencialmente homogénea.

A importação de grandes contingentes de mão-de-obra de origem africana, em consequência da transformação social que ocorreu no século XIX, contribuiu para o surgimento de mais idiomas autóctones em S. Tomé e Príncipe. Assim, embora o seu tamanho territorial (1.000 km²) seja quatro vezes menor do que o de Cabo Verde (4.033 km²), e uma população, igualmente mais reduzida (menos de um terço da população cabo-verdiana em 2011), tem quatro idiomas autóctones (crioulo forro, crioulo cabo-verdiano, crioulo lunguyé e idioma angular), enquanto em Cabo Verde existe um único idioma local, falado por todos, em toda a parte, embora com algumas nuances entre as ilhas. E se hoje o crioulo forro é falado ou compreendido por todos os grupos sociais e o idioma português o veículo de comunicação privilegiado entre os ilhéus, a presença de 4 idiomas autóctones não deixa de constituir um elemento característico da heterogeneidade da população são-tomense contrariamente à de Cabo Verde.

A vida socioeconómica em Cabo Verde iniciou-se com as plantações de milho, algodão e cana-de-açúcar em Santiago, provavelmente no início do século XVI, vindo o povoamento a estender-se depois pelas restantes ilhas. Tal como S. Tomé e Príncipe, também Cabo Verde passou por um longo período de cerca de dois séculos de abandono pela potência colonial, que ocorreu a seguir ao declínio da sociedade primitiva na segunda metade do século XVII. No entanto, o regresso de portugueses no século XIX, movido pelo dinamismo do porto das águas profundas de Mindelo (Porto Grande³), na ilha de S. Vicente, não provocou ruturas no tecido social existente ao contrário de S. Tomé e Príncipe.

Alguns estudiosos admitem que foi durante todo o período de abandono das ilhas até ao surgimento do interesse inglês no século XIX, com o desenvolvimento de atividades portuárias no Mindelo, que se estruturou a identidade cultural própria da população mestiça cabo-verdiana.

Assim, o dinamismo da cidade de Mindelo, que fez renascer o interesse de Portugal pela sua colónia, e a abolição da escravatura na segunda metade do século XIX, contribuíram para a formação das estruturas sociais que se mantiveram até à data da independência do território em 1975.

Por conseguinte, com o declínio da sociedade escravocrata, e após um longo período de cerca de dois séculos, emergiu, no início do século XIX, a sociedade crioula

³ O interesse inglês pelo Porto Grande, que conduziu às intensas atividades portuárias nele desenvolvidas, marcou definitivamente a vida económica e social no arquipélago e constituiu o principal motor de transformação social bem conseguido após o longo período de abandono por Portugal. Mindelo, através das suas crescentes atividades portuárias, passou, então, a ser o centro em torno do qual girava toda a vida económica e social do arquipélago. Para lá foram pessoas doutras ilhas mais próximas trabalhar e viver. Motivado pela sua importância e interesses ingleses, as autoridades coloniais decidiram transferir a capital para Mindelo, onde, ainda hoje, existem desenhos gravados em azulejos representativos dessa atividade naquela época.

ou mestiça. A desagregação gradual das estruturas morgadio-senhoriais favoreceu o desenvolvimento da sociedade crioula e a ascensão económica da classe média (formada por mestiços) que se afirmou sobretudo na administração pública bem como noutros serviços. A emigração desempenhou um papel determinante na ascensão gradual do poder da classe média e dos libertos através das remessas de emigrantes bem como das suas intervenções o que permitiu alargar o campo de ação da classe média na nova sociedade colonial.

As estatísticas sobre a população apresentadas em António Carreira (1984) referem que em 1731, a população total em Cabo Verde era de 30.397 habitantes, dos quais 29,1% eram mestiços e negros 68,2% (livres 51,1% e escravos 17,1%). E em 1807, era de 58.431 habitantes, os mestiços representavam 41,5% e os negros 55,5% (46,6% eram livres e 8,8% escravos). Os dados avançados por Eduíno de Brito (1963), mostram que em 1900, a população total era de 147.424 habitantes, sendo os mestiços 64,2% e os negros 33,2%. Esses dados permitem concluir que a sociedade cabo-verdiana evoluiu de uma população estruturalmente negra para uma sociedade mestiça, enquanto em S. Tomé e Príncipe aconteceu o contrário, pelas seguintes razões: a) fuga de europeus e seus filhos mulatos para o Brasil a partir do século XVI, e b) a crescente importação da mão-de-obra barata do continente africano a partir da segunda metade do século XIX.

A estrutura social cabo-verdiana não sofreu alterações significativas no período pós-independência: mantiveram-se os grandes proprietários de terra, a burguesia comercial, os funcionários públicos e trabalhadores rurais, aos quais se acrescenta no novo xadrez social o grupo dos comerciantes do setor informal da economia (os rabidantes) e, mais recentemente, o grupo dos empresários da indústria e turismo. A presença de uma população essencialmente homogénea (a inexistência de tribos), um único idioma crioulo falado em todo o arquipélago, e a adoção de uma política da não nacionalização do aparelho produtivo parecem ter contribuído para uma evolução normal, sem ruturas, da estrutura socioeconómica em Cabo Verde no período pós-independência.

Há cinco factores que foram determinantes na estruturação da cultura cabo-verdiana: os constrangimentos geográficos que originaram condições de clima muito severas com escassez de recursos naturais provocaram fomes durante longos períodos e mortes por falta de alimentos; uma população essencialmente homogénea desde a formação primitiva da sociedade cabo-verdiana (inexistência de tribos); uma única língua crioula de comunicação entre todos; o abandono da potência colonial durante cerca de dois séculos e, posteriormente, o contacto com povos de ambientes culturais mais desenvolvidos e o efeito da emigração e das remessas de emigrantes. A combinação destes fatores concorreu para a formação da sua base cultural que ainda hoje caracteriza os valores culturais cabo-verdianos. Face a um tal contexto muito desfavorável, a população teve de inventar formas de vida para encontrar respostas para as difíceis condições em que vivia para a sua sobrevivência. Elegeu “no djunta món” (temos de unir os esforços para vencer os terríveis obstáculos em benefício de todos) a que posteriormente se juntou a expressão “nhõs ajuda nhõs”

que significa que uns devem ajudar os outros, para uma vida melhor. Este parece ser o ponto de partida que levou à estruturação da identidade cabo-verdiana, em que predomina o afeto e a comunicação, o que favorece o “diálogo social” e reforça a “coesão social” entre os ilhéus, levando a que os que partem, em busca de uma vida melhor no estrangeiro, mantêm, de forma muito especial, uma forte ligação com os que ficam no arquipélago.

Em S. Tomé e Príncipe, com a independência, a institucionalização de um regime político caracterizado por um controlo social severo, o aprofundamento da prática do comportamento neopatrimonialista, a partir dos anos noventa, e a tendência para o individualismo não favoreceram o espírito de unidade em torno de um objectivo comum para o desenvolvimento.

Esboçando o futuro: o presente e o depois

No ponto anterior, foi discutido o ambiente social em que se estruturou a sociedade forra, que teve lugar durante a ausência da elite europeia, do qual emergiram valores culturais que ainda hoje são dominantes na nova sociedade forra pós-independência. E aos quais se lhe juntaram outros valores culturais em resultado da importação de grandes contingentes da mão-de-obra barata do continente africano, a partir de segunda metade do século XIX (a crença excessiva no oculto), e do período pós-colonial (o aprofundamento da atitude do desprezo pelo trabalho, a mendicidade, o furto, a corrupção, o individualismo, a intriga). Esses valores culturais prejudicam a formação dum base social para o “diálogo social” e retardam ou inviabilizam a “coesão social” para a busca dum objetivo comum para o desenvolvimento sustentável com vista à redução da pobreza das pessoas e constituem o principal bloqueio ao desenvolvimento do país. Por conseguinte, o problema de S. Tomé e Príncipe está nos seus valores culturais que são reativos, precários e resistentes ao progresso e ao bem-estar geral, contrariamente aos valores culturais presentes na sociedade cabo-verdiana (cf. Espírito Santo, 2011b).

A causa do declínio da sociedade forra, e da extinção da sua elite, foi o regresso de portugueses no século XIX que adotaram como estratégia para a sua afirmação a despromoção social da elite forra de origem mestiça. Essa estratégia promoveu uma rutura no tecido social são-tomense na medida em que fez desaparecer a elite forra que dirigia o arquipélago e deu origem a uma relação social diferentemente daquela que existia antes da revolução agrária do século XIX. A nova sociedade colonial baseou-se numa relação social entre exploradores europeus das grandes propriedades agrícolas e explorados (os trabalhadores das roças) sem que daí emergisse uma classe média com dimensão que pudesse ser capaz de encetar um processo de desenvolvimento no período pós-independência, como o foi em Cabo Verde. Mas não se pode daí concluir que foi o regresso de europeus a causa do relativo atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento em relação a Cabo Verde no período pós-independência. O regresso de portugueses ao território criou constrangimentos no desenvolvimento humano local sobretudo pela limitação da liberdade

individual e, por consequência, da instrução, e nessa medida terá contribuído para agravar as condições de base para a promoção do desenvolvimento no território, mas não é sustentável, de todo, que é a causa do atraso que hoje se vive em S. Tomé e Príncipe. São os valores culturais presentes na cultura são-tomense, os quais são resistentes à mudança e ao progresso, que melhor explicam o subdesenvolvimento do país. Por outro lado, a elite forra pós-independência, e os forros em geral, são descendentes de forros sem terra e de forros de escalão intermédio e de outros grupos raciais presentes no território depois da revolução agrária do século XIX. Os mestiços de hoje (inclui mulatos) pouco ou nada têm a ver com aqueles mestiços que governaram o arquipélago durante mais de dois séculos, e que atrás referi. Os novos mestiços (forros de origem mestiça) são descendentes de cruzamentos recentes em consequência da transformação sociocultural que ocorreu na segunda metade do século XIX. Por consequência, os forros da sociedade são-tomense pós-colonial têm os mesmos valores culturais, os mesmos que tinham os forros sem terra e forros de escalão intermédio aos quais se juntaram novos valores já mencionados.

Esses valores culturais dos forros conduziram S. Tomé e Príncipe a várias ruturas no período pós-independência a saber: a primeira ocorreu logo a seguir à independência do território em 1975. Foi a substituição da sociedade colonial por uma sociedade de tendência marxista-leninista que consistiu no seguinte: substituição do sistema político - governativo do tipo colonial pelo paradigma de governação da então República Democrática Alemã (regime de ditadura socialista); substituição do modo de produção colonial por um paradigma económico de direção centralizada e planificada; e substituição de economia colonial de mercado por um regime de controlo absoluto de mercado – estatização da economia (nacionalizações e expropriações). Depois foram muitas outras ruturas, designadamente a introdução dum paradigma parecido com o de economia de mercado, a substituição do regime do partido único pelo multipartidarismo, a substituição da economia das grandes plantações por um modelo de ruralização da economia (parcelamento das grandes propriedades agrícolas distribuídas, à pressa, a pequenos e médios agricultores locais).

Com o multipartidarismo, os conflitos políticos entre membros da elite política local atingiu o clímax e sucederam-se várias quedas de governo entre 1991 e 2009. A nível micro, a generalidade dos projetos não chega ao fim ou não é continuado. Na administração pública, assiste-se a descontinuidade a vários níveis: no sistema de ensino, de justiça, de saúde, etc., com as instituições a funcionarem de forma precária ou mesmo aleatória.

Em termos de fornecimento, há cortes frequentes de energia elétrica, de abastecimento de água, de bens alimentares de importação, etc. No setor produtivo, continuou-se a insistir na economia do cacau apesar do seu ciclo ter chegado ao fim há mais de uma década (Espírito Santo, 2008 ou 2009) e ser o seu custo real de produção por kg superior à correspondente receita de exportação, sendo esta uma variável exógena não controlável pelo produtor/vendedor local, em vez de uma aposta na economia do mar (indústria de pescas, porto das águas profundas para importação e exportação para países fronteirios de África, turismo, pequena indústria

naval, etc.).

Em termos de comunicação espacial, existe descontinuidade entre norte, noroeste e sudoeste da ilha de S. Tomé e esta e ilha do Príncipe. Na verdade, o país resume-se, hoje, praticamente, a cidade capital, seus arredores e da Trindade a Monte Café, estando tudo o resto em isolamento ou em estado de abandono. Por outro lado, orientados por um comportamento neopatrimonialista, os membros da elite política se confundem simultaneamente com os das elites empresarial e financeira, tornando muito vulnerável a governação e, dessa forma, contribuem para as várias descontinuidades referidas.

E excepto as empresas e empresários estrangeiros, que funcionam segundo os padrões de gestão ocidental, as empresas do sector formal de nacionais são demasiadamente frágeis, sobretudo devido à adoção de um paradigma de gestão tipicamente africano e estarem dependentes da função do poder político, estando quase todas em situação de falência ou de falência técnica. Um tal ambiente favoreceu o crescimento da pobreza geral que se agravou em consequência da implementação do paradigma de ruralização da economia, a partir do início dos anos noventa do século XX (Espírito Santo, 2009), que tinha subjacente as políticas da ortodoxia do paradigma dominante, incompreendidas pelas autoridades governativas locais. Foi num tal contexto que emergiu de forma espetacular o empresariado do setor informal de economia da área urbana, cujos agentes se dedicam, geralmente, à compra e venda de bens manufacturados com vista à obtenção de rendimento para suprir as suas privações mais básicas e as do seu agregado familiar. Por conseguinte, contrariamente aos empresários ocidentais (schumpeterianos), cujo objectivo é a maximização do lucro, os empresários informais são-tomenses (candongueiros) procuram emprego e rendimentos para se escaparem de uma situação de pobreza mais deprimente. Estes agentes, de pequenos negócios, são numerosos, onde o género feminino é dominante. E ao contrário dos agentes económicos protegidos pelo poder político, a prática destes comerciantes informais é congruente com as regras do paradigma normativo da economia de mercado, devido a concorrência existente entre si no quadro de comércio livre. São estes agentes e suas empresas que contribuem para evitar a escalada de aumento da pobreza absoluta em S. Tomé e Príncipe através do efeito de criação de emprego e rendimento, um problema ao qual o poder político não foi capaz de dar resposta. Consequentemente, o desempenho destes comerciantes e suas empresas, ao evitar uma situação catastrófica em termos de pobreza extrema, funciona como uma almofada para amortecer as tensões sociais e, neste sentido, acabam por beneficiar o sistema político-governativo. Por conseguinte, este empresariado – que vem de baixo para cima – tem uma dinâmica sociocultural específica de mudança e transformação social e é congruente com o paradigma de desenvolvimento local em contextos não ocidentais (cf. Espírito Santo, 2011b), do qual, no futuro, admite-se que emergirá o “empresário moderno” capaz de promover o desenvolvimento sustentável do país, tendo presente que o empresariado e a governação constituem os pilares fundamentais do desenvolvimento e internacionalização da economia.

Mas se do lado do empresariado a solução passa pelo surgimento dum “empre-

sariado moderno”, não protegido pelo poder político, a emergir no seio da dinâmica dos candongueiros e suas empresas, fica por responder a questão da problemática da governação em S. Tomé e Príncipe, uma vez que os valores culturais da elite política derivam dos valores culturais dos forros sem terra e dos forros proprietários de terra e de novos valores que emergiram no período pós-independência, os quais são resistentes à boa governação, à mudança, ao progresso e, por conseguinte, ao desenvolvimento. Por outro lado, salvo raros casos, a elite intelectual local é praticamente inexistente pelo que continuará o país privado de uma “massa crítica” para pensar o presente e o futuro em matéria do seu desenvolvimento e integração na economia mundial. Neste caso, qual deve ser a proposta de solução? Há duas vias. Uma é pressionar os membros da elite local a perceberem o desenvolvimento pelo abandono dos valores culturais contrários ao desenvolvimento, já anteriormente referidos, bem como das seguintes práticas: a cultura de festas frequentes, da sexualidade promíscua, da ganância pelo dinheiro (a elite forra nada faz – quando convidada a participar em colóquios ou a apresentar artigos recusa-se a fazê-lo senão em troca de dinheiro) e corrupção. A pressão pode vir dos forros esclarecidos residentes e/ou não residentes e de outros atores sociais, organizações internacionais ou países, entre os quais os Estados Unidos de América. Embora os norte-americanos não possam estar presentes ao mesmo tempo em todo o lugar, é importante que aumentem a vigilância sobre os políticos propensos à prática de corrupção, para a sua segurança, na medida em que estes podem desviar recursos da prática de corrupção para objetivos lesivos à segurança ou interesses dos Estados Unidos da América. Outra via é esperar que, da transformação social em curso, movida pelo grupo social dos candongueiros, surja uma elite, portadora de novos valores culturais (cultura do trabalho, de progresso e das boas práticas), com talentos, competências e capacidade de gerir, para afirmar a governação do país.

Conclusão

Os forros são-tomenses pós-independência, seja qual for a sua origem (angular, cabo-verdiana, mestiça, ou da costa fronteira de África), são descendentes de forros sem terra e de forros proprietários de terra ou de seus cruzamentos com os diferentes grupos raciais presentes no arquipélago durante a segunda metade do século XIX. Estes forros nada têm a ver com a elite forra de origem mestiça que governou o território durante mais de dois séculos cujos valores culturais eram os de posse e de mando. Essa elite forra entrou em declínio durante a segunda metade do século XIX, em consequência da transformação social que ocorreu com o regresso de europeus no século XIX.

Os atuais forros são portadores dos mesmos valores culturais de forros sem terra e de forros proprietários de terra, aos quais se juntaram outros valores culturais que emergiram no período pós-independência. Tais valores são o clientelismo, a subserviência, a dependência, tráfico de influência, a intriga, a inveja, o excessivo desprezo pelo trabalho, a crença excessiva no oculto, o espírito de fatalidade, a crença divina,

o furto, a corrupção, o individualismo, a mendicidade e esquemas para obtenção de vantagens pessoais ou partidárias, e que por épocas de campanhas eleitorais assume a forma de “banho” (ver Espírito Santo, 2008). Esses valores culturais são resistentes ao desenvolvimento e explicam por que razão S. Tomé e Príncipe permanece até hoje num estágio de subdesenvolvimento quando comparado com a situação em Cabo Verde.

Os valores culturais dos forros foram estruturados em consequência da primeira grande rutura social ocorrida no século XVI, com o declínio da economia de açúcar e a debandada dos europeus e seus filhos mulatos para o Brasil. O território ficou nas mãos dos mestiços (descendentes remotos de europeus - netos de europeus e ou o resultado de cruzamentos entre si e com mulatos) que assumiram a posse de todas as grandes plantações e eram donos dos escravos. Foi durante o seu reinado em que o elemento relevante foi um conjunto de esquemas utilizados pelos forros sem terra com o envolvimento dos forros proprietários de terra para a obtenção de terra junto da elite forra que se estruturaram os valores culturais próprios dos forros, os quais prevalecem até ao presente. Por conseguinte, o relativo atraso de S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento, quando comparado com Cabo Verde, no período pós-independência, deve-se ao ambiente social em que se estruturaram os valores culturais dos forros os quais são resistentes ao desenvolvimento e não ao regresso de europeus no século XIX. Esses valores culturais, estranhos ao progresso, têm conduzido o país a ruturas e descontinuidades a vários níveis (económico, político, social e institucional) e retardam ou inviabilizam o seu desenvolvimento sustentável.

Terá a atual elite a percepção de que o principal bloqueio ao desenvolvimento deriva dos valores culturais dos forros que são resistentes à mudança? E estará ela sensibilizada para introduzir mudanças culturais favoráveis ao desenvolvimento do país? Ou teremos que esperar pelo surgimento de um grupo social do seio dos comerciantes informais da área urbana, dotado de talentos e competências para realizar as funções de boa governação e dum empresariado “moderno”?

Referências

Ambrósio, António (1984). *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Carreira, António (1983). *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. In Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, 2ª ed.. Mem Martins.

Carreira, António (1984). O primeiro censo da população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731). *Revista de História Económica e Social*, 13, pp. 51-60.

Brito, Eduíno de (1963). A população de Cabo Verde no século XX. *Boletim Geral do Ultramar*, 39, (458-9).

Espírito Santo, Armindo (2011a). *Empresariado, Ambiente Cultural e Desenvolvimento em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: os rabidantes de Santiago e os candongueiros de S. Tomé. Uma abordagem comparada das suas dinâmicas*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.

- Espírito Santo, Armindo (2011b). O massacre de «Bate, pá» e o lugar de Fernão Dias. *O Parvo*, Fevereiro de 2011, S. Tomé.
- Espírito Santo, Armindo (2009). *S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*. Lisboa: Colibri.
- Espírito Santo, Armindo (2008). *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Colibri.
- Eyzaguirre, Pablo (1986). *Small farmers and estates in São Tomé, West Africa*. Tese de doutoramento, Faculty of Graduate School of Yale University, Connecticut, EUA.
- Galvão, Henrique & Selvagem, Carlos (1951). *Império Ultramarino Português – monografia do império*, vol. II. Empresa nacional de Publicidade.
- Giddens, Anthony (2006). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gonçalves, A. Custódio (1997). *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Porto: Afrontamento.
- Kotter, John & Heskett, James (1992). *Corporate culture and performance*. New York: The Free Press.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844). *Ensaio sobre a Statistica das possessões portuguezas no Ultramar, Livro II, Das Ilhas de S. Thomé e Príncipe e sua Dependência*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Oliveira, Jorge E. Costa (1993). *A Economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto para a Cooperação Económica.
- Tenreiro, Francisco José (1961). A ilha de S. Tomé. *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 24, pp. 9-289.

Lígia Moreira Almeida

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE)
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade do Porto, Portugal
Iberoamerican Observatory of Health and Citizenship

ligia_almeida@fpce.up.pt

José Caldas

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE)
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
Universidade do Porto, Portugal
Instituto de Saúde Pública
Faculdade de Medicina
Universidade do Porto, Portugal
Iberoamerican Observatory of Health and Citizenship

jcaldas@fpce.up.pt ◦ healthandcitizenship@fpce.up.pt

Ser imigrante, Ser mulher, Ser mãe: Diáspora e Integração da Mulher São-tomense em Portugal

Os imigrantes são-tomenses, particularmente mulheres em diáspora, enfrentam frequentes dificuldades na integração precoce, mas ao longo do tempo e entre gerações, esse processo é geralmente bem-sucedido. Este estudo resulta da recolha de informação privilegiada entre o contingente feminino são-tomense com residência na área metropolitana do Porto, através de entrevistas semiestruturadas com membros da Associação Cívica de São Tomé. Da investigação em curso, antevê-se que a maioria das queixas incide sobre a interpretabilidade da lei e sua usurpação por parte de quem recebe os imigrantes. Paralelamente, a crescente burocratização associada às Instituições que o Estado Português disponibiliza para superintender a entrada dos imigrantes em território nacional revela-se extremamente danosa, vincando nos seus percursos de vida as vulnerabilidades decorrentes do processo migratório.

Palavras-chave: imigrante, mulher, São-Tomense, mãe, diáspora, saúde materno-infantil

Sao Tomean immigrants, particularly women in the diaspora, frequent face difficulties in early integration, but over time and between generations, this process is usually successful. This study resulted from the collection of privileged information among the Sao Tome women residing in the metropolitan area of Porto, through semi-structured interviews with members of the Sao Tome Civic Association. In the ongoing investigation, it's anticipated that most complaints relate to the interpretability of the law and its usurpation by the persons who receive immigrants. Simultaneously, the growing bureaucracy associated with the Institutions that Portuguese Government provide to supervise the entry of immigrants in the country seems to be extremely harmful, perpetuating in their life courses the vulnerabilities resulting from the migration process.

Keywords: immigrants, women, Sao Tomeans, mother, diaspora, maternal and child health

Estado da Arte

As tendências migratórias representam oportunidades de evolução irrefutáveis para a União Europeia, atendendo a necessidades específicas do mercado de trabalho, essenciais à manutenção (reconfiguração?) da estrutura social europeia, e para a retoma do desenvolvimento económico e cultural. Em Portugal, nos últimos anos, os censos demonstram que os fluxos migratórios desempenharam um importante papel contrariando o envelhecimento demográfico (natalidade decrescente entre mulheres autóctones, sendo as migrantes que mais contribuem para a manutenção das taxas de fertilidade, fecundidade e nascimentos) (Caldas, 2007; Padilha & Miguel, 2009; Padilha et. al, 2009).

Portugal tem demonstrado empenho em melhorar a integração dos imigrantes, através de uma série de políticas inclusivas, favorecedoras da legalização e reunificação familiar, apresentando um enquadramento teórico legal de livre acesso aos cuidados de saúde. Os mais recentes fluxos migratórios (num quadro social anterior à crise económica mundial, sendo que não existem dados atualizados que não puramente empíricos do enquadramento da realidade contemporânea) mostram, concordantemente, a feminização da migração e a participação crescente das mulheres imigrantes na demografia europeia (Dias & Rocha, 2009; Fonseca et al., 2009; Martins et al., 2010).

Saúde como barómetro de inclusão

Um dos mais nobres desafios acometido pelos fenómenos migratórios prende-se com a prestação universal e equitativa de cuidados de saúde, sendo fulcral a acessibilidade e qualidade de serviços, independentemente do sexo, etnia ou país de origem – saúde como direito universal (Padilla, 2008; Fernandes & Miguel, 2009). Saúde e garantia de acesso aos cuidados de saúde são pilares para a inclusão social dos imigrantes, consistindo uma das principais rotas de ingresso na cidadania participativa e direitos civis (Dias & Rocha, 2009; Ingleby, Chimienti, Hatziprokopiou, & Freitas, 2005; Padilla & Miguel, 2009; Padilla, Portugal, Ingleby, Freitas, & Lebas, 2009).

A evidência científica mostra que as populações imigrantes têm um maior risco de contrair doenças, tais como doença cardiovascular, evidenciando taxas mais elevadas de prevalência de diabetes e mortalidade associada ao cancro, em comparação com as populações nativas; os migrantes apresentam igualmente maior risco de contrair doenças infecciosas como a tuberculose, HIV/AIDS e hepatite (Rumbold et al., 2011). Evidenciam ainda um maior risco de sofrer de doença mental, incluindo depressão, esquizofrenia e *stress* pós-traumático, como resultado da interação de determinantes psicossociais específicos (Bunevicius et al., 2009).

Linhas de investigação contemporânea em saúde, desenvolvendo ideias mais ou menos recentes, têm vindo a recuperar tendências de pesquisa ora desenvolvidas ora estrategicamente abandonadas (e.g. epidemiologia social), e que atribuem um papel preponderante aos aspetos sociais no desenvolvimento e experiências de doença. Assim, torna-se premente considerar os contextos onde residem e se movem os contingentes migrantes nos países de acolhimento a fim de compreender os comporta-

mentos de saúde, as especificidades culturais e as crenças que os acompanham na demanda pela procura de serviços e as trajetórias de doença, concebendo a saúde no contexto onde ela se desenvolve, articulando constructos de pobreza, nível socioeconómico e educação na determinação do estado de saúde, favorecendo a compreensão de alguns fenómenos epidemiológicos que se revelam de extrema utilidade nas linhas de investigação em saúde pública (Barradas, 2005; OMS, 2010).

A equação explicativa da saúde individual e coletiva é efetivamente complexa, multivariável e multimodal. Ao domínio biológico, bioquímico da saúde física há que acrescentar, como verificado, todo um *background* sociológico e contextual associado a variáveis sociais, culturais e educativas, mas também o mundo da experiência psicológica individual inerente à migração, à experimentação do processo migratório e dos desafios pessoais que daí advêm. Assim, é impossível conceber a saúde sem considerar características pessoais como a resiliência, a tolerância à frustração e a gestão do *stress* mediante um contexto de frequente isolamento e ausência de suporte social. Investigadores internacionais começam a debruçar-se sobre os efeitos do *stress* racial em mulheres africanas de diferentes gerações migratórias, identificando-o como um dos fatores causais para as altas taxas de parto prematuro (Harutyunyan, 2008; Gushulak, Pace & Weekers, 2010). O *stress* crónico pode interferir e deteriorar o funcionamento do sistema hormonal e imunológico, exacerbando funções inflamatórias e comprometendo a eficiência das ações metabólicas (Harutyunyan, 2008).

Deste modo, fatores sociais e psicossociais frequentemente induzem uma vulnerabilidade crescente durante a gravidez (complicações psicopatológicas antes e/ou após o parto - depressão pós-parto, psicose e depressão (Bunevicius et al., 2009; Rumbold et al., 2011) - exacerbada por stressores associados ao processo de migração), pelo que os cuidados de saúde materna e infantil devem ser alvo de especial atenção (Bunevicius et al., 2009; Canavarró, 2001; Martins, Faria, & Lage, 2010). Estudos demonstram que o cortisol proveniente de uma grávida que padeça de altos níveis de *stress* durante a gravidez (e.g. passíveis de serem aumentados através acontecimentos de vida significativos, potencialmente stressantes, de que são exemplo as experiências de migração) tem uma elevada probabilidade de entrar no feto pelas através das trocas placentárias. A passagem excessiva de cortisol para o feto faz com que este sofra uma acentuada e mais rápida maturação, aumentando o risco de um nascimento prematuro, de baixo peso ao nascer (e.g. complicações de restrição de crescimento intrauterino), resultando num desenvolvimento empobrecido do córtex pré-frontal e favorecendo problemas de comportamento no futuro (Harutyunyan, 2008). Numa exploração preliminar dos indicadores gerais de saúde disponibilizados para a caracterização das populações migrantes, verifica-se tendencialmente que este contingente apresenta mais complicações sexuais e reprodutivas, os resultados da gravidez tendem a ser empobrecidos (incidência superior de bebés pré-termo e com baixo peso ao nascer), maior mortalidade materna, neonatal e infantil, mais abortos espontâneos, uma maior incidência de depressão pós-parto, seguimento ginecológico irrisório e educação pré-natal precária. (Machado et al., 2007; Carballo, 2009).

Investigação recente tem ainda demonstrado que mulheres provenientes do conti-

nente Africano apresentam diferenças sociobiológicas e culturais que podem contribuir para que consistentemente evidenciem piores resultados obstétricos e perinatais (baixo peso ao nascimento, e partos prematuros, mais complicações durante a gravidez, maior morbilidade e mortalidade materna) (Savona-Ventura, Buttigieg & Gatt, 2009). Estas mulheres também apresentam diferenças culturais relativamente aos cuidados obstétricos esperados e procurados, bem como perante perdas perinatais que podem causar problemas no atendimento e na gestão do processo terapêutico para os médicos assistentes. Por este motivo, é recomendável uma prestação de especial atenção relativamente aos conhecimentos e concepções das imigrantes, principalmente ao do coletivo Africano, a fim de melhorar a utilização e adequação nos padrões de procura dos cuidados adequados às suas necessidades, dada a presença de variados fatores e determinantes que, a existir, tendem a concorrer sistematicamente para originar resultados de saúde adversos, nomeadamente na área da saúde materna e infantil (Sosta et al., 2008; Savona-Ventura et al., 2009; Schutte et al., 2010; Reeske et al., 2011).

Metodologia

O presente artigo resulta de um Projeto de Investigação financiado pela FCT, “Saúde e Cidadania: Disparidades e necessidades interculturais na atenção sanitária às mães imigrantes” (Ref.: PTDC/CS-SOC/113384/2009), ainda a decorrer.

No âmbito da investigação encontra-se o estudo e observação da “cidadania da saúde” e seus determinantes, visando a saúde das mulheres imigrantes grávidas e o acesso aos cuidados de saúde materno-infantis como um elemento fulcral para a promulgação dos direitos da cidadania em Portugal.

Objetivos

Os objetivos da investigação original prendem-se com a análise do papel da cultura da população imigrante e autóctone com o intuito de perscrutar se existem desigualdades nos acessos aos cuidados de saúde materna, considerando todos os atores deste contexto. Pretende-se ainda proporcionar ferramentas essenciais às boas práticas no domínio dos cuidados da saúde materna, pelo desenvolvimento de uma avaliação multimétodo das necessidades de saúde desta população, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e de indicadores nacionais de saúde.

Participantes

Este projeto tem como participantes principais grávidas/mães recentes imigrantes (grupo denominado experimental) e portuguesas (grupo de comparação), residentes na área metropolitana do Porto. As imigrantes são filhas de pais estrangeiros e nasceram elas próprias fora do território nacional: países de Leste, Brasil e PALOP's (grupos étnicos mais representativos do contexto imigratório português). Desta conjuntura, destacámos e analisámos os discursos e experiências das mulheres oriundas de São Tomé e Príncipe, junto das quais se procedeu à explicação geral do estudo e objetivos, monitorização de autorização para a realização de gravações áudio das entrevistas, interesse e *compliance* em participar desta pesquisa, bem como recolha

de consentimento informado.

Procedimentos

O protocolo da investigação original segue uma metodologia de recolha e análise de dados mista (interface quantitativa e qualitativa). A amostra foi intencional, e respondeu aos seguintes critérios de inclusão: foram recrutadas mães recentes, com crianças de idade inferior a 36 meses (contemplando todo o espectro da idade fértil), residentes no Porto e AMP, cujos pais não tenham nascido em Portugal (no caso das migrantes), com disponibilidade e interesse em participar na investigação.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas (num total de 30), atendendo à nacionalidade/proveniência das mulheres: seis a mulheres dos PALOP (considerando, à partida, a limitação inerente às diferenças culturais entre países aqui incluídos), seis a mulheres de Leste, seis a brasileiras e seis portuguesas, em fases similares de puerpério/maternidade.

Um dos focos primordiais da pesquisa reside em aferir se os dados recolhidos qualitativamente (entrevistas semiestruturadas) convergem com indicadores numéricos (recolhidos através de um desenho de estudo caso-controlo), pelo recurso a técnicas de triangulação. Após a recolha dos dados qualitativos, efetuou-se uma interpretação compreensiva da informação resultante (análise de conteúdo e categorias de informação emergidas), a ser posteriormente confrontada com dados quantitativos. Pela especificidade metodológica anteriormente descrita, também se pretende uma participação curta e precisa de profissionais de saúde e *stakeholders* específicos (e.g. dirigentes associativos, Autarquia), como intermediários primordiais de contacto com as populações-alvo (entrevistas informais).

O presente artigo reverte sobre os primeiros dados qualitativos recolhidos, pela aposta deliberada na perspetiva holística e de compreensão de informação sensível na ótica dos utilizadores do Serviço Nacional de Saúde, que permita identificar e entender os padrões de procura, o acesso e a utilização efetiva dos serviços disponibilizados. Através de estratégias qualitativas (entrevistas semiestruturadas), pretendeu efetuar-se o levantamento de necessidades percebidas e desafios culturais que potencialmente influenciam as percepções subjetivas da população migrante (Dias, Gama e Rocha, 2010), e que podem condicionar a procura e adesão às terapêuticas e a efetivação de comportamentos de saúde aconselhados.

A Realidade das Imigrantes São-Tomenses: Resultados Qualitativos

Procurou efetuar-se uma análise sistemática dos dados sobre as informações recolhidas entre o contingente feminino são-tomense (que envolveu um processo de busca e organização de transcrição de entrevistas, notas de campo e demais matérias), com o objetivo de aumentar a compreensão desses mesmos materiais (Bogdan & Binklen, 1994) através de técnicas de análise de conteúdo. Segundo Terrasêca (1996, p. 67), “a análise de conteúdo tem por finalidade desopacitar o material analisado, permitindo desvendar os sentidos escondidos ou presentes de modo subliminar.” Tendo os constructos anteriores como ponto de partida, procurou apreender-se unidades de

análise a partir de categorias informacionais emergentes dos discursos das mulheres são-tomenses, essenciais à elaboração de uma grelha de leitura concisa para codificação e análise dos dados.

Estabeleceram-se assim três categorias principais, Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde (1), Saúde Geral, Sexual e Reprodutiva (2), e Processo Migratório (3), cada uma com diversas subcategorias (ver Tabela 1). Para todas elas se procurou obter e veicular excertos elucidativos dos discursos das mães são-tomenses, que se reunirão de seguida.

A primeira categoria informativa, Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, constitui-se de seis subcategorias: a) Acesso ao SNS; b) Percepção sobre o acesso/qualidade; c) Comparação dos serviços Portugal – São Tomé; d) Barreiras; e) Facilitadores; e f) Falhas, necessidades e/ou sugestões de melhoria. Tomando esta subgrelha de análise, encontraram-se algumas informações relevantes que dão conta da necessidade de deslocação do ponto de atenção e enfoque das políticas de saúde pública da garantia de acessibilidade das imigrantes grávidas aos cuidados de saúde (preposição relativamente alcançada a nível nacional) para a asseguaração da qualidade na prestação destes cuidados destes cuidados (tendência que se verifica na maioria dos países europeus que partilham da premissa da saúde como direito universal) (Éssen et al., 2002; Malin & Gissler, 2009; Fedeli et al., 2010).

No que concerne à subcategoria “Acesso ao SNS”, as são-tomenses referem não ter experienciado entraves significativos quanto à acessibilidade aos serviços de saúde e repercussão nos cuidados recebidos, salientando-se a atenção generalizada do sistema nacional de saúde para com as grávidas, nacionais ou migrantes.

E1: Eu sempre que necessário recorro ao serviço nacional de saúde, mesmo para fazer uma consulta diária em vou ao centro de saúde e consigo a consulta. Mesmo nas urgências também (...)

A4: Sempre que preciso, vou lá (...)

E3: Várias vezes, já estou em Portugal há muitos anos (...)

No que concerne à subcategoria “Percepção sobre o acesso/qualidade”, existe a referência à satisfação com o atendimento, nomeadamente nos serviços de maior proximidade (cuidados de saúde primários), que as próprias mulheres associam à experiência de gravidez e maternidade.

E1: Das vezes que eu fui (ao SNS), graças a Deus fui bem atendida, foi rápido também um bocado... E foi bem, correu tudo bem...

A4: Eu fui bem atendida, pronto, quando eu estava de bebé. Sempre fui bem atendida (...)

D3: No centro de saúde, sempre tive um bom atendimento. Só no hospital é que houve de vez em quando pequenas divergências (...)

Relativamente à “Comparação dos serviços Portugal - São Tomé”, existe tendencialmente uma perspetiva de melhor qualidade dos serviços e do atendimento nos

serviços de saúde públicos em Portugal, tal como esperado, identificando-se algumas semelhanças particularmente quanto ao tempo de espera para atendimento.

E1: (...)acho que lá a demora, a espera é igual. Só que (...)aqui tem médicos com melhor capacidade (...). (em São Tomé) Há poucos especialistas (...), acho que também é devido a condições do país, faz com que... (...) tratamento, exames e essas coisas, demora mais tempo em relação aqui.

A4: (...) no caso de ficar à espera para ser chamada, é igual. (em Portugal) Atendem as pessoas melhor, com mais cuidado, mais atenção.

No que diz respeito a “Barreiras”, os discursos são variáveis uma vez que se relacionam com experiências e percursos pessoais, maioritariamente idiossincráticos, sobre a percepção de dificuldades a vários níveis, e sobre até que ponto estas interferiram e prejudicaram os objetivos e intenções de demanda por determinados serviços e especialidades clínicas.

E1: Acho que a principal barreira foi por não ter o cartão (de utente). (...) porque quando cheguei, eu vim com uma filha (...) e através dela é que eu consegui o cartão... aquele papel de utente.

A4: (...) não tive nenhuma dificuldade, nada.

Relativamente a aspetos “Facilitadores”, estes são percebidos como relativamente escassos entre as mulheres são-tomenses, destacando-se algumas configurações circunstanciais e exceções referentes a protocolos de cooperação em saúde entre o Estado Português e o de São Tomé.

E1: O que facilitou... a ter esses serviços acho que foi mesmo por vir com a bebé... Porque acho que se fosse por vir sozinha e fazer uma consulta, acho que não conseguia porque não tenho cartão de residência.

D3: (...) eu acho que se calhar tem a ver com acordos dos países, acordos de cooperação e saúde (...)

As mulheres são-tomenses identificaram ainda “Falhas, necessidades e/ou sugestões de melhoria” destes serviços, predominantemente dirigidas a uma visão estatal, de políticas sociais e de saúde pública insuficientes para uma resposta adequada às necessidades que evidenciam (ainda afastada da necessária humanização e interculturalidade ao nível das práticas).

E1: (...) uma boa compreensão do Estado Português em relação às suas imigrantes, porque enquanto uma pessoa não tiver documentos, não pode inscrever em certos sectores cá... Acho isso um pouco errado, eu trabalho, faço desconto para a segurança social, faço tudo, e mesmo assim não posso ter cartão porque vou ter de esperar 2 anos.

E3: (...) faltam mais acordos de cooperação entre os países para facilitar acesso dos uten-

tes, dos imigrantes aos centros de saúde (...)

A segunda categoria de informação, Saúde Geral, Sexual e Reprodutiva, abrange sete subcategorias distintas: a) Estado de saúde; b) Acesso aos cuidados de saúde materno-infantis; c) Dificuldades e estratégias para as ultrapassar; d) Qualidade do atendimento pelos profissionais de saúde; e) Consequências da qualidade de atendimento; f) Métodos anticonceptivos – Informação; e g) Métodos anticonceptivos – Uso e decisão. Verifica-se, na generalidade, que as mulheres são-tomenses apresentam bons níveis de saúde geral e reprodutiva antes de imigrarem, com algumas exceções pontuais. Identificam maioritariamente barreiras burocráticas e/ou de desinformação por parte de pessoal não técnico (e.g. serviços administrativos e de secretariado) numa primeira abordagem aos serviços especializados. Avaliam, uma vez mais, muito positivamente os cuidados recebidos, nomeadamente ao nível do planeamento familiar e contraceção, mas tendem a não identificar potenciais experiências de sub-qualidade nos atendimentos, não as relacionando posteriormente com eventuais consequências adversas.

Considerando a primeira subcategoria, “Estado de Saúde”, observa-se que os conteúdos emergidos são variáveis. As imigrantes são habitualmente saudáveis, apenas reportando problemas de saúde *minor* ou facilmente resolvidos aquando da chegada a Portugal por já se encontrarem erradicados no nosso país.

E1: (...) *problemas de estômago que eu sempre tive, e infecção (rubéola, nas duas gravidezes...).*

A4: *Problemas de saúde era do estômago (...)*

E3: *Antes de imigrar nunca tinha problemas de saúde.*

D3: (...) *o problema de saúde que eu tinha era Paludismo (...)*

No que diz respeito ao “Acesso aos cuidados de saúde materno-infantis”, uma vez mais as mulheres tendem a reportar uma elevada satisfação com o atendimento e a qualidade dos cuidados recebidos durante a gravidez e puerpério, associando a atenção recebida e a acessibilidade à condição de grávida / mãe recente. A registarem-se, as reclamações revertem invariavelmente sobre os profissionais dos serviços administrativos dos cuidados de saúde primários; as imigrantes tendem a referir estes profissionais como, por vezes, desconhecedores dos direitos da mulher imigrante grávida, podendo dificultar indevidamente o acesso aos serviços.

E1: *Desde que soube que estava grávida fui ao centro de saúde e... eu não sei se é porque eu contei à médica que já tive uma filha com problemas genéticos, (...) fui muito bem atendida e estou sendo (...)*

A4: *Quando tive grávida dele (aponta o filho), tive alguns problemas de planeamento familiar... fui à urgência do Hospital Júlio Dinis, atenderam-me muito bem.*

No que concerne à subcategoria “Dificuldades e estratégias para as ultrapassar”,

observa-se que algumas imigrantes são-tomenses são propensas e revelar barreiras linguísticas (que não identificaram como existentes anteriormente).

E1: (...) eu perguntei o que ela falou comigo, eu não entendi e voltei a perguntar... falamos português, mas o nosso português é diferente de cá, e ela falou de um jeito que eu não compreendi, voltei a perguntar (...)

A “Qualidade do atendimento pelos profissionais de saúde” é reportada genericamente como muito boa e satisfazendo as necessidades e expectativas das mulheres são-tomenses. No entanto, voltam a emergir categorias de informação que as mulheres não identificam como comprometedoras da qualidade dos serviços recebidos, mas que dão conta de algumas dificuldades colocadas por parte de certos profissionais de saúde.

E1: Humm... um pouco de mau humor..., má disposição, mas nunca exaltaram comigo.

D3: (...) lá no centro de saúde disseram que ela (filha) já não podia fazer consulta no centro de saúde porque, como alteramos residência, tinha de ser no novo centro de saúde. E no novo centro de saúde, ela grávida já de 3 meses e tal, não aceitaram ela... Tivemos de recorrer à maternidade.

A não identificação destes aspetos como barreiras subliminares à equidade das práticas clínicas, quando presente, pode resultar de forma perniciosa em termos das “Consequências da qualidade de atendimento”. Salienta-se a experiência traumática, vivenciada por uma mãe que perdeu a primeira filha, e que dá conta da falta de informação e diálogo de que esta mulher foi alvo por parte dos profissionais de saúde com quem contactou (quer devido, uma vez mais, a barreiras de comunicação e compreensão, quer devido a uma relação descuidada médico-paciente, independentemente do acompanhamento clínico que a mãe reporta como negligente).

E1: Vou ter sempre problema de entender o que aconteceu (morte da filha)... Porque os médicos não foram explícitos comigo. (...) eu acho que houve um pouco de negligência da parte deles. (...) só sei que me disseram que a anestesia passou à bebé. Que foi um pouco a mais. E ela não conseguiu resistir... à anestesia. Acho que para ela não conseguir resistir, a anestesia foi tanta... só pode ter sido... Mas depois, eu quis entrar com um processo ao Hospital de Santa Maria onde estávamos, em Lisboa, mas houve..., quer dizer, houve uma... um apoio dos médicos lá, tive muita atenção, tive isso e aquilo, de maneira a que... de maneira a que eles me calassem para que eu não entrasse com o processo.

Relativamente à subcategoria “Métodos anticonceptivos – Informação”, os serviços de consulta e planeamento familiar disponibilizados pelos cuidados de saúde primários são frequentemente elogiados e tidos como um exemplo de bom funcionamento pelas mulheres são-tomenses, que se consideram geralmente bem informadas no que concerne à contraceção.

E1: *Antes (de engravidar) comecei a usar há coisa de, menos de um ano e, graças a Deus fui muito bem informada e acompanhada pelo médico e pela enfermeira do serviço de saúde (...)*

A4: *Eu acho que estou bem informada (...)*

Ainda no que diz respeito à contraceção, subcategoria “Métodos anticoncepcionais – Uso e decisão”, verifica-se que a escolha do método parte com regularidade de uma colaboração entre a própria mulher e um profissional de saúde, sendo que, por vezes, mediada pela opinião do marido.

E1: *Fui eu que decidi. (...) eu antes falei com o médico porque queria tomar a pílula, e... comecei pela primeira vez e (o médico) indicou-me um comprimido. (...) juntos, fizemos a escolha.*

A4: *Eu é que sei o que escolho. (quem participa na escolha)... é o meu marido.*

D3: *A primeira vez foi o farmacêutico. Depois quando fui ao centro de saúde, ela (médica) indicou qual seria o melhor a ser utilizado.*

Por fim, a última categoria informacional emergida diz respeito ao “Processo Migratório”, de onde se destacaram seis subcategorias: a) Duração da estadia em Portugal; b) Motivos subjacentes ao processo migratório; c) Adaptação ao país; d) Situação documental; e) Percepção sobre as Instituições de apoio; e f) Avaliação da experiência de migração. Nalgumas subcategorias transversalmente se observam reclamações recorrentes sobre a crescente burocratização do processo de autorização de residência, vistos de estudo e permanência, condutores à regularização da estadia destas mulheres. São incontáveis as histórias e experiências, vividas ou presenciadas em primeira mão que dão conta da inflexibilidade e desarticulação informacional entre os vários serviços estatais, e entre estes e os Consulados, que resultam numa soma interminável de prejuízos pessoais e financeiros para os imigrantes, em particular para estas mulheres, mas também para o Estado Português.

No que se refere à “Duração da estadia em Portugal”, procurou-se deliberadamente abranger mulheres com diferentes experiências no intuito de incrementar a compreensão sobre os fenómenos que foram sendo alvo de questionamento e análise. Neste sentido, a amostra é intencionalmente heterogénea de forma a permitir leituras diferenciadas sobre os percursos, barreiras e superações em contraponto com o tempo de permanência no nosso país.

E1: *...há 3 anos...*

A4: *Há 7 anos.*

E3: *Deixa ver..., há 14 anos!*

D3: *Estou em Portugal há cerca de 20 anos.*

Numa breve exploração acerca dos “Motivos subjacentes ao processo migratório”,

verifica-se que estes são muito distintos, mas trazem inerente uma vontade de melhorar as condições de vida que existiam em São Tomé, nomeadamente através dos estudos.

E1: (...) *eu vim, como eu disse, com minha filha de Junta, num acordo entre o Estado Português e Estado São Tomense, mas ela chegou e faleceu logo (...). (...) decidi ficar para estudar.*

A4: *Decidi imigrar porque em São Tomé a vida não estava bem estabilizada, por isso é que recorri aqui para ver se conseguia organizar-me melhor.*

E3: *Na altura vim de férias, no dia da viagem cáí, alejei uma perna, e... acabei por ficar quase um mês sem poder fazer muito. E como estava aqui o meu marido, fui ficando mais um mês, mais um mês... e até hoje (...)*

D3: (...) *vim com uma bolsa de estudo que perdi logo no segundo ano, ou seja no 1º ano de curso. Ou seja, porque eu fiz o 12º ano aqui no Carolina Michaelis, e depois o primeiro ano nas Biomédicas, e bolsa de Gulbenkian (antes era, agora não sei se é), mal reprova-se, perde-se logo a bolsa. E então aí começaram as dificuldades, e tive de trabalhar, praticamente suspendi... Quer dizer, mantive a matrícula na faculdade mas sempre a trabalhar.*

No que se refere à subcategoria “Adaptação ao país”, muitas vezes sobressai a angústia de quem deixou filhos em São Tomé para abraçar novos desafios e oportunidades. Outros aspetos variados emergem, como o clima ou determinantes circunstanciais específicos. As mulheres que estão há mais tempo em Portugal referem que, ao longo dos últimos anos, o racismo foi sendo diluído, sendo que a sua integração ficou facilitada pelo emprego ou pela vinda de família e restituição de laços de suporte.

A4: *Assim que cheguei, comecei a trabalhar e pronto (...). Minha preocupação era porque deixei também lá os filhos, sempre pensava nos filhos (...)*

E3: *A adaptação foi difícil, tive muita dificuldade em arranjar emprego. Depois era o racismo, na altura, era muito “à vista”, e foi complicado. E o clima?!!*

D3: *A adaptação também foi um bocado difícil, a primeira dificuldade foi de, do clima... é muito diferente, vim no Inverno, saí de lá com cerca de 27 graus, vim apanhar 10-5 graus. (...) também foi mais difícil ainda porque tinha deixado duas filhas crianças, de 3 e 5 anos, em S. Tomé...*

Considerando a subcategoria “Situação documental”, aparecem as mais fortes fontes de descontentamento e prejuízos pessoais. A totalidade das imigrantes refere ter-se sentido discriminada, mal atendida ou mal informada, no decorrer do processo de legalização, independentemente da situação documental no presente.

E1: (...) *até agora, como eu disse, por causa dos documentos que não tenho, não posso estudar... (no IEF) eles disseram que a lei que tem no meu passaporte, por ser uma lei de Junta médica, não permitia eles arranjamem-me um emprego... e eu tinha de fazer isso*

por conta própria, e foi isso que aconteceu.

A4: (...) *tudo bem, tudo regularizado.*

E3: (...) *não tive dificuldades, uma vez que meu marido estava aqui, e estava legalizado. Através dele consegui a documentação.*

D3: *Os meus filhos estão com esse problema, tanto um como o outro. Foram renovar (visto de residência), e até agora já vai há um ano... e até agora não conseguiram, ainda não têm documento. (no SEF) Vão adiando sempre, adiando sempre... até aspirar prazo e depois...*

Este sentimento de insatisfação relativo à “Percepção sobre as Instituições de apoio” e insuficiência dos serviços é manifesta nomeadamente com relação às instituições estatais que superintendem a entrada e integração dos imigrantes no país. A maioria das imigrantes sente que o campo de ação destas instituições permanece cego às necessidades e dificuldades sentidas pelos imigrantes, independentemente das frequentes queixas que lhes fazem chegar. São inúmeras as consequências desta austeridade inflexível, que resulta como extremamente prejudicial para as imigrantes e, reversivamente, para o próprio país.

E1: (Associação de Estudantes São-Tomenses do Porto) *Essa ajuda, porque eles veem as situações de pessoas, o Presidente (...) apoia em arranjar emprego, aquela associação não pode fazer muito... (CNAI) eles lá deram apoio... é uma instituição que apoia em termos de documentação, mas fora disso não tive outros apoios... ; (...) falando em engravidar, até acho que muitas de nós, imigrantes, são-tomenses, africanas principalmente, não sei, engravidam porque através da gravidez conseguem documentos. Porque passam anos e anos cá e sem documentos. Então muitas de nós, mesmo não querendo ter um filho no momento que temos, engravidamos porque através do bebé (...) conseguimos papel para cartão de saúde.*

A4: (sobre o CNAI) *Tem casos que trabalham muito bem, sabem atender as pessoas, ajudam a encontrar um emprego.*

E3: (sobre o SEF) *Serviço de Estrangeiro, tratam muito mal aos imigrantes, houve um caso de Serviço de Estrangeiro na Loja do Cidadão que eu vi, fiquei muito triste da maneira como a funcionária tratou um imigrante, é muito triste.*

D3: (sobre o SEF e o tempo de demora entre o pedido de atendimento e a efetivação deste) (...) *eu acho que eles fazem de propósito para ultrapassar o prazo, e para não darem visto. Agora é assim, se eles não querem que as pessoas fiquem aqui, mais vale não dar visto de entrada! Não é? Do que trazer as pessoas para aqui, as pessoas estão a estudar, só o processo para estudar já é um bocado... já é difícil para os estudantes, e depois com esses problemas de SEF, os estudantes ficam mais frustrados ainda! Não há concentração possível, porque está-se em casa a pensar que, a qualquer momento, o SEF pode bater à porta e a pessoa regressar ao país. Eu acho que as coisas não podem funcionar assim.*

Por último, no que diz respeito à “Avaliação da experiência de migração”, a maio-

ria das pessoas consegue identificar aspetos positivos e negativos, sendo transversal um sentimento de maturação e crescimento pessoal, mas também de muitas dificuldades a superar.

E1: *Um lado positivo e outro lado negativo. Positivo porque tenho cá família e ajuda bastante; negativo porque se não tivesse cá ninguém, acho que já estaria em São Tomé há muito tempo. (...) é saber que tive cá uma filha que faleceu, e isso incomoda-me bastante. (...) o Estado não apoia muito nesses ramos, as pessoas imigrantes (...).*

A4: *(...) nós somos bem acolhidos...*

E3: *Foi uma experiência com a parte positiva e negativa. A positiva é que consegui fazer se calhar muitas coisas que lá não conseguia. A nível geral, não posso muito me queixar.*

D3: *Eu acho que o balanço é positivo, apesar das dificuldades. E eu acho que vale a pena imigrar, porque mundo sem migração acho que não fazia muito sentido... (...) o meu conselho é: quando encontrar dificuldades, se calhar, ou mudar para outro país, ou regressar e tentar outras coisas. Não ser teimosa como eu fui.*

Discussão dos resultados, observações e conclusões preliminares...

Os imigrantes são-tomenses, particularmente as mulheres, na sua diáspora em geral enfrentam, muitas vezes, dificuldades na integração precoce (devido a barreiras intrínsecas e externas), mas ao longo do tempo e entre as gerações, o processo de integração é geralmente bem-sucedido. Os principais mecanismos identificados como facilitadores desse processo foram a aquisição de cidadania / nacionalidade (tempo de permanência em Portugal), e gradual adopção da língua, cultura e costumes da sociedade de acolhimento - desenvolvimento de uma participação social ativa e cada vez mais adaptada.

Portugal tem mostrado forte compromisso em melhorar a integração dos imigrantes através de políticas inclusivas, favorecendo a legalização e aquisição de dupla cidadania (quando o país de origem o permite) e de reagrupamento familiar, apresentando uma lei extremamente inclusiva em termos de políticas de integração comparativamente com a União Europeia, nomeadamente no que respeita ao livre acesso aos cuidados de saúde de mulheres grávidas e mães recentes. No entanto, da lei à prática, há uma série de lacunas que concorrem para piorar sistematicamente os indicadores de integração e saúde da população imigrante, nomeadamente a são-tomense.

Da investigação que continua em curso, pode já apontar-se que a maioria das queixas conta com aspectos não abrangidos na legislação, que facilitam a interpretabilidade da lei e a sua usurpação por parte de quem recebe os imigrantes.

A crescente burocratização associada às Instituições que o Estado Português disponibiliza para superintender e regular a entrada e integração dos imigrantes em território nacional tem vindo a ser extremamente danosa, vincando nos seus percursos de vida as dificuldades e vulnerabilidades decorrentes do processo migratório.

Através de procedimentos legais cegos às histórias individuais, aos objectivos pes-

soais, às intenções de concretização de projetos, à superlativa vontade de estudar e trabalhar para o progresso e melhoria das condições de vida, muitos são-tomenses vêm-se forçados a regressar ao país de origem. Levam consigo a frustração que é conceber a destituição de si mesmos como cidadãos do Mundo, resultante de erros administrativos e lapsos informáticos, numa encruzilhada legislativa, em busca de documentação e vistos de permanência. Outros permanecem nas sombras da ilegalidade, na coragem de quem não desiste. Umas vezes destituindo-se também eles da sua própria cidadania, distanciando-se da consciencialização reflexiva de si mesmos, outras vezes trabalhando, “lutando, lutando e vencendo. Caminhando a passos gigantes na cruzada dos povos africanos” (“sic” Hino Nacional da República de São Tomé e Príncipe), em Portugal.

Categorias para Análise de Conteúdo	
Categorias	Subcategorias
Acesso e utilização dos Serviços de Saúde	Acesso ao SNS
	Percepção sobre o acesso/qualidade
	Comparação dos serviços Portugal – São Tomé
	Barreiras
	Facilitadores
	Falhas, necessidades e/ou sugestões de melhoria
Saúde geral, sexual e reprodutiva	Estado de saúde
	Acesso aos cuidados de saúde materno-infantis
	Dificuldades e estratégias para as ultrapassar
	Qualidade do atendimento pelos profissionais de saúde
	Consequências da qualidade de atendimento
	Métodos anticonceptivos – Informação
	Métodos anticonceptivos – Uso e decisão
Processo Migratório	Duração da estadia em Portugal
	Motivos subjacentes ao processo migratório
	Adaptação ao país
	Situação documental
	Percepção sobre as Instituições de apoio
	Avaliação da experiência de migração

Tabela 1 - Categorias estabelecidas na Análise de Conteúdo das entrevistas efetuadas às mães são-tomenses.

Referências

- Barradas, R. (2005). Epidemiologia Social. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 8 (1), pp. 7-17.
- Bogdan, R. & Binklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bunevicius, R., et al. (2009). Psychosocial risk factors for depression during pregnancy. *Acta Obstetrica et Gynecologica*, 88, pp. 599-605.
- Caldas, J. (2007). *Inmigración y salud: un nuevo reto para las políticas de salud pública*. In VII Jornadas de Sociología de la UBA: Pasado, presente y futuro de la sociología. Buenos Aires: Argentina.
- Carballo, M. (2009). Communicable Diseases. In A. Fernandes & J. Miguel (eds.), *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society* (pp. 53-70). Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.
- Dias, S. & C. Rocha (2009). *Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Imigrantes Africanas e Brasileiras*. Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração.
- Essen, B., et al. (2002). Are some perinatal deaths in immigrant groups linked to suboptimal perinatal care services?. *BJOG*, 109 (6), pp. 677-82.
- Fedeli, U., Alba, N., Lisiero, M., Zambon, F., Avossa, F. & Spolaore, P. (2010). Obstetric hospitalizations among Italian women, regular and irregular immigrants in North-Eastern Italy. *Acta Obstet Gynecol Scand*, 89 (11), pp. 1432-1437.
- Fernandes, A. & J. Miguel (2009). *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.
- Fonseca, M. et al. (2009). MIGHEALTHNET - Relatório sobre o Estado da Arte em Portugal. *MIGRARE Working Papers*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Friel, S & Marmot, M. (2011). Action on the Social Determinants of Health and Health Inequities Goes Global. *Annual Review of Public Health*, 32, pp. 225-236.
- Gushulak, B., Pace, P. & Weekers, J. (2010). Migration and health of migrants. In *Poverty and social exclusion in the WHO European Region: health systems respond*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.
- Harutyunyan, R. (2008). Pregnant African American women face barriers to health care. *The Associated Newspapers of Ceylon Ltd*. US Fed News Service: US State News.
- Ingleby, D., et al. (2005). The role of health in integration. In M. Fonseca & J. Malheiros (eds.), *Social integration and mobility: education, housing and health* (pp. 88-119). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Machado, M. et al. (2007). Cuidados de saúde materna e infantil a uma população de imigrantes. *Migrações*, 1, pp. 103-127.
- Malin, M. & Gissler, M. (2009). Maternal care and birth outcomes among ethnic minority women in Finland. *BMC Public Health*, 9 (84).

Martins, I., A. Faria, & G. Lage (2010). *Diversidade Cultural Urbana*. Porto: Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto.

Organização Mundial de Saúde (2010). *Redução das desigualdades no período de uma geração - Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais*. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde.

Padilla, B. (2008). Saúde dos imigrantes: Protegendo direitos e assumindo responsabilidades. In A. Vitorino (ed.), *Migrações: Oportunidade ou ameaça? A habitação e a saúde na integração dos imigrantes*. Lisboa: Principia.

Padilla, B. et al. (2009). Health and migration in the European Union: Good Practices. In A. Fernandes & J. Miguel (eds.), *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society*. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

Padilla, B. & J. Miguel (2009). Health and migration in the European Union: Building a shared vision for action. In A. Fernandes and J. Miguel (eds.), *Health and migration in the European Union: Better health for all in an inclusive society* (pp. 15-22). Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.

Reeske, A. et al. (2011). Stillbirth differences according to regions of origin: an analysis of the German perinatal database, 2004-2007. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 11 (63).

Rumbold, A. et al. (2011). Delivery of maternal health care in Indigenous primary care services: baseline data for an ongoing quality improvement initiative. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 11 (16).

Savona-Ventura, C., Buttigieg, G. & Gatt, M. (2009). Obstetric outcomes in immigrants of African nationality. *International Journal of Risk & Safety in Medicine*, 21 (3), pp. 147-152.

Schutte, J. M. et al. (2010). Rise in maternal mortality in the Netherlands. *BJOG*, 117 (4), pp. 399-406.

Sosta, E. et al. (2008). Preterm delivery risk in migrants in Italy: an observational prospective study. *J Travel Med*, 15 (4), pp. 243-247.

Terrasêca, M. (1996). *Referenciais subjacentes à estruturação de práticas docentes: análise dos discursos dos/as professores/as*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.

VI **Literatura e cultura**

João Sarmento

Departamento de Geografia
Universidade do Minho, Portugal
Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa, Portugal

j.sarmento@geografia.uminho.pt

Paisagem e memória em São Tomé e Príncipe: o Forte de São Sebastião e Fernão Dias

Este artigo debruça-se sobre dois monumentos públicos em São Tomé e Príncipe. Começo por analisar o Forte de São Sebastião, edifício colonial, e apresento uma pormenorizada descrição/visita/percurso ao Museu Nacional aí estabelecido em 1976. Discuto em seguida a forma como o monumento de Fernão Dias, construído num contexto pós-colonial, foi recentemente demolido, numa conjuntura de modernização, progresso e destruição criativa. O objectivo de expor estas histórias é o de esboçar ligações entre lugares e o de traçar algumas das interpretações, performances e representações do passado. Tento apontar para a inscrição de múltiplas temporalidades e espacialidades no presente colonial, para a destabilização da paisagem e da memória pública, e para possíveis projectos de descolonização.

Palavras-chave: pós-colonialismo, património, memória pública, Forte de São Sebastião, Fernão Dias

This article looks at two public monuments in São Tomé and Príncipe. I start by analysing the colonial building of Fort of São Sebastião, by providing an extensive descriptive view/visit/stroll of the National Museum established in 1976. I then continue by discussing how the monument of Fernão Dias, built in postcolonial times, was recently demolished under the rational of modernisation, progress and creative destruction. The purpose of presenting these stories is to sketch connections between places and to unravel some of the interpretations, performances and representation of the past. I make an attempt to point to the inscription of multiple temporalities and spatialities in the colonial present, and to possible de-colonisation projects.

Keywords: post-colonialism, heritage, public memory, Fort S. Sebastião, Fernão Dias

Memória e Identidade

O Pós-colonialismo deve ser entendido como um projecto que necessariamente retorna ao passado colonial (Gandhi, 1998), sendo uma das tarefas da Geografia Pós-colonial a de desvelar os discursos e práticas coloniais inscritos no espaço, tornando-os visíveis, apontando para os desenvolvimentos que encorajam estas desigualdades (Sarmiento, 2011). Monumentos, edifícios coloniais diversos, infra-estruturas várias, etc. são assim objectos que nos devem fazer reflectir sobre os graus diferentes de continuidade e descontinuidade entre as estruturas de poder e privilégio do colonialismo e do pós-colonialismo. Ainda que não deva tornar-se o fascínio dominador, a materialidade do espaço e em particular o património construído, tem uma centralidade marcante na construção da paisagem e na memória que inscrevemos no espaço. Neste capítulo, a construção da identidade é feita através de um equilíbrio dinâmico entre memória e esquecimento. Não só é importante o que se representa, o que se comemora, o que celebra, como o que está ausente, os silêncios e os vazios. Pierre Nora (1989) mostrou como o declínio dos espaços de memória - *milieux de mémoire* - que organizavam e permanentemente recreavam o passado, deram passagem ao surgimento de lugares de memória - *lieux de mémoire* - lugares específicos onde memórias formais e populares são produzidas, negociadas e ganham raiz. É nestes lugares que o material, o simbólico e o funcional coexistem, criando ambientes híbridos e fluídos.

Neste artigo vou tentar analisar brevemente a vida de dois monumentos, fazer uma visita a ambos e levantar algumas questões relacionadas com o seu significado presente, que se interlaça com a memória pública, a paisagem e a identidade. Os materiais usados na construção deste trabalho derivam de arquivos em Lisboa (sobretudo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e em São Tomé e Príncipe (especialmente no arquivo histórico de São Tomé e Príncipe), e particularmente de trabalho de campo realizado no início de 2010, que incluiu várias visitas performativas no Forte de São Sebastião e ao Museu Nacional, visitas à Roça de Fernão Dias e às ruínas do Monumento de Fernão Dias, entrevistas informais com vários actores locais, e visitas a outros locais chave.

O Forte e o Museu Nacional

O Forte de São Sebastião foi construído no contexto de uma economia de plantação de cana-de-açúcar, entre 1566 e 1575, tendo sido consideravelmente reformulado em 1579. Fez parte de um projecto colonial territorialmente gigantesco, parte de uma rede de poder e de um sistema particular de governança (Sarmiento, 2011). Com quatro bastiões - Real, S. Sebastião, S. Anna e S. Tomé - foi erigido sobre rocha de coral, com três faces para o mar, e com dois pisos (Figura 1). No piso térreo, um pátio rodeia uma cisterna pluvial, que sempre funcionou mal devido à falta de pedreiros qualificados. Defronte da entrada há uma capela com altar, devota a São Sebastião. Em tempos existiu ainda uma cozinha, um armazém e uma cadeia. As

camaratas ficavam também em baixo.



Figura 1 - Forte de São Sebastião

Fonte: Autor, Fevereiro 2010

No início do séc. XVII outras fortificações foram erguidas, pois o forte encontrava-se bastante isolado e desprotegido. Do Forte de São Jerónimo, construído entre 1613 e 1614 e separado por 1,5 quilómetros, restam apenas algumas ruínas (Figura 2). Do Forte Picão de Nossa Senhora da Graça, construído em 1638 e 1639, e que possivelmente nunca foi acabado (Madeira, 2001b) ou que foi mais tarde demolido (Carita, 1989, p. 204) e do Forte de São José, construído 150 anos mais tarde em 1756 (Madeira, 2001a), nada resta.



Figura 2 - Forte de São Jerónimo

Fonte: Autor, Fevereiro 2010

O Forte de São Sebastião nunca constituiu uma defesa eficaz para a cidade e durante largos períodos da sua existência militares ou soldados treinados foram em número insuficiente para existir um poder marítimo adequado. A ocupação do forte pelos holandeses, entre 1641 e 1648, marcou um período no qual São Tomé se tornou um entreposto e peça importante do comércio global que ligava as possessões e interesses holandeses em África (Elmina e Luanda) e na América do Sul. Dos séculos XVI e XVII, período que Tenreiro (1961) designou como o *Grande Poísio*, há muito pouca informação sobre o forte. Sabe-se que há uma acentuada degradação dos monumentos em geral, agravada pela incursão francesa do início do XVIII.

No século XX o Forte deu um último suspiro enquanto edifício colonial. Luís Benavente (1902-1993), arquitecto destacado do Ministério das Obras Públicas para o Ministério do Ultramar, foi o responsável pelas obras e adaptação do edifício para Comando de Defesa Marítima. Sobre esta transformação existe vasta documentação na Torre do Tombo, desde plantas, cartas trocadas durante a execução das obras relatando atrasos e problemas, orçamentos e custos, listas de fornecedores, etc. (ver Fernandes, 1996). A cor ocre que hoje existe, por exemplo, foi reestabelecida por Benavente, pois segundo ele as fachadas escuras assemelhavam-se a uma fábrica de gás (Benavente, 1959).

O Museu Nacional

Ironicamente, contrariamente às ideias de Benavente, que achava que o forte não tinha condições de luz adequadas à criação de um museu, logo após a independência, e num movimento relâmpago durante 1975 que implicou algumas obras com demolição de paredes, e para as quais não encontrei qualquer tipo de documentação, o forte foi metamorfoseado de comando de defesa marítima (que durou apenas cerca de uma década) em museu nacional de São Tomé e Príncipe.

Certamente que os museus podem ser vistos como uma invenção ocidental moderna, produto do iluminismo, que pretendem apresentar uma certa ordem para as elites culturais. Naturalmente são apenas uma forma de representar o passado da nação, apesar de serem uma forma oficial de o fazer. Quando nos referimos a museus temos que discutir o significado de uma ‘coleção’ de artefactos e performances e a visualização dos mesmos por um determinado público. Mas independentemente da coleção, a representação e interpretação da mesma deve potenciar a criatividade e a aprendizagem. A forma de se expor um objecto, por exemplo, o lugar que se escolhe, as palavras que se elegem ou se encobrem para informar o público, são naturalmente importantes. Seguramente que os museus nacionais devem ter como um dos seus papéis essenciais, o de recuperar e recargar o passado, tornando-se espaços onde a nação se pode apresentar como uma ‘comunidade imaginada’ (Anderson, 1983). A passagem ou tendência de passagem destes museus de ‘Tradição’ para museus de ‘Tradução’, como argumenta Bhabha (1994), representa um olhar mais atento para, e usando Said (1989) o penetrante, e para a questão profundamente perturbada e perturbante da nossa relação com os outros – outras culturas, outros estados, outras histórias, outras experiências, tradições, pessoas e destinos.

Em São Tomé e Príncipe, em 1975, o museu foi criado através da recolha de ob-

jectos das empresas agrícolas, na altura recém-nacionalizadas, da câmara eclesiástica e da câmara municipal. Num contexto de grandes alterações no território, desenvolveu-se um plano de actividades culturais que começou a funcionar ainda antes do museu estar pronto. Num outro edifício colonial - o Liceu Nacional - debateram-se questões como a Geografia humana de São Tomé, a libertação da mulher, o médico e a sociedade ou a literatura africana lusófona (Sarmento, 2011). Na inauguração do museu nacional, Alda Espírito Santo (na altura ministra da educação nacional e cultura popular) fez um discurso que Ngugi wa Thiong'o (1981) classificaria de 'descolonizador da mente': 'Contrariamente ao que à primeira vista se poderia tirar uma ilação, este Museu nacional é o testemunho do passado, é o testemunho do fausto instaurado por um sistema colonial feudalista de cinco séculos de existência. Não é o museu do silêncio mas um Museu gritante, enriquecido por um património que ilustra a visão clara do Povo' (Revolução, 1976, p. 3)

Uma visita ao Museu

Em 2010 estive em São Tomé e fiz diversas visitas performativas ao Forte e ao Museu. Apresento aqui uma breve descrição e análise destas visitas, que invariavelmente começa pelo toque da campainha à entrada. Após adquirir-se um bilhete de cerca de 2€, pode percorrer-se o museu acompanhado de um guia/funcionária, seguindo uma rota pré-estabelecida (Figura 3). Por esta altura estavam abertas ao público onze salas. Não há catálogo ou qualquer tipo de folheto, mas após algumas visitas em contextos diferentes (sozinho, com grupos diversos), apercebi-me de que grosso modo o guião oral se vai repetindo.

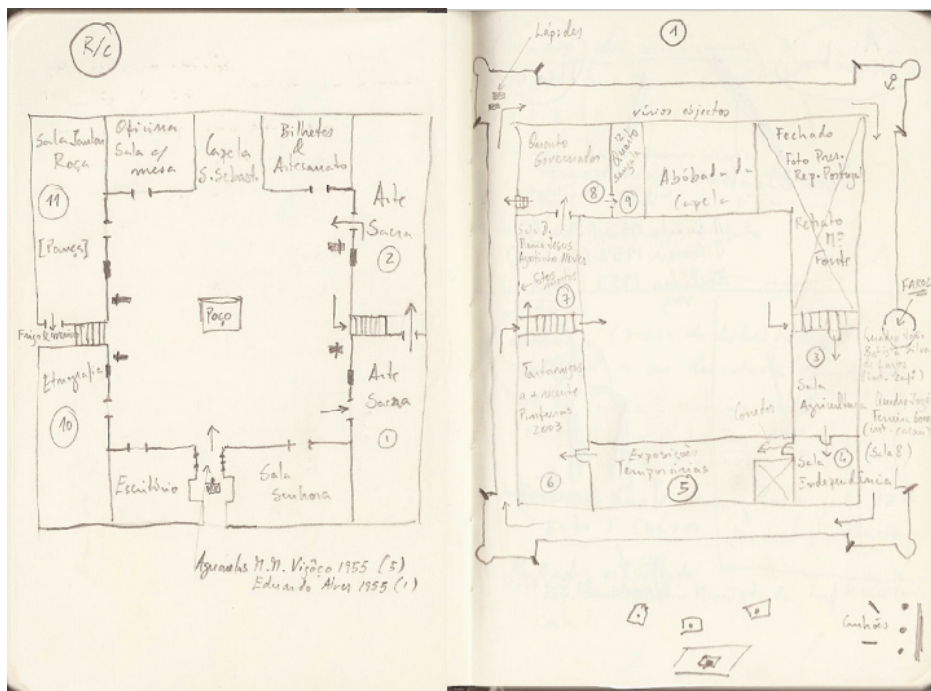


Figura 3 - Esboço da planta do Museu Nacional (em caderno de campo)
Fonte: Autor, Fevereiro 2010

Nos anos 60 e 70 do século XX, o espaço das salas ‘Arte Sacra’ (Salas 1 e 2) servia de caserna a 24 soldados. O museu não nos conta isto, nem tão pouco se sabe das obras no forte, nem o que elas significaram e representaram, pois não é a história do lugar mas a história do conteúdo que está no lugar que é mostrada. No entanto, nestas salas, a religião não é apresentada como algo que veio de fora, como marca do colonialismo, dos baptismos forçados, do apagar de nomes africanos, mas simplesmente como a religião de uma nação.

Enquanto se ignora o forte em si mesmo, na ‘Sala da agricultura’ destacam-se através de dois grandes quadros a óleo, João Baptista Silva de Lagos e Jorge Ferreira Gomes, os introdutores do café e do cacau, respectivamente. Não se contextualiza ou se aponta para a papel vital destas introduções na transformação e recolonização do território. Há silêncio, não se grita a propósito destas economias de plantação, da mudança radical da estrutura de propriedade, da expropriação de terras que fez as elites nativas sucumbirem, da composição demográfica, dos fluxos migratórios (de Cabo Verde por exemplo), do trabalho forçado. Não há destabilização. Ignora-se ainda a introdução da cana do açúcar, chegada no final do séc. XV, e que absorveu escravos em massa. Talvez por não se ter encontrado um quadro a óleo onde um europeu branco estivesse representado.

Depois vem a ‘Sala da Independência’, onde se exibem fotografias dos dois primeiros presidentes do país, a mesa onde se assinou a independência e um armário onde se guardam a última bandeira de Portugal e a primeira de São Tomé e Príncipe. Segue-se, num corredor escuro, um quadro do rei Amador e outro da revolta de escravos de 1595. Apesar da importância desta figura para a nação (representado por exemplo nas notas de dobra ou simbolizado no feriado de 4 de Janeiro cuja memória este dia celebra), erroneamente construído como Angolar, aqui, quase nada se diz. Passados mais de 35 anos, poderia aqui esboçar-se uma desconstrução do papel de Amador, dos angolares, das revoltas dos escravos e das construções distorcidas que se fizeram destes mesmos eventos (ver Seibert, 1998).

Antes da sala dedicada à associação Marapa – sala mais actual, sobre projectos de conservação da natureza, sobre a protecção de espécies como as tartarugas – entramos numa divisão que juntou dois quartos de oficiais dos anos 60 e 70 do século XX. Aqui encontrei porcelanas, objectos de vidro e cristal e alguns quadros de arte nova. É difícil reconstruir o puzzle do que por aqui se tem passado nas últimas décadas.

Finalmente chegamos à Sala ‘D. Maria de Jesus Agostinho Neves’, o lugar do museu onde mais se contesta o colonialismo. Entre alguns outros objectos destacam-se cinco fotografias a preto e branco de rostos espancados, fotografias de Carlos Gorgulho, o governador nos anos 50 do século XX, fotografias de interrogatórios, das forças policiais e de um tribunal militar. Diz-se muito pouco sobre o pouco que se sabe que aconteceu 1953. Mas no contexto do pouco que se sabe, esta sala acaba por ser bastante doce. No contraste entre o quarto do proprietário da roça e o quarto do trabalhador da sanzala há novamente um tocar na ferida. É marcante, é contrastante, resulta bem.

Percorre-se então o forte por fora, apreciam-se as vistas generosas, passa-se por túmulos, vê-se o farol, e todos os bastiões. Depois, cá em baixo, há diversas salas sombrias, onde se dispõem objectos vários, onde se explora pouco o património etnográfico africano das ilhas. Há também objectos de rituais que mereceriam mais luz, mais destaque, mais interpretação sobre a sua importância na história, sociedade e identidade nacional. Termina-se no luxo de uma sala de jantar de uma roça, a Roça Rio do Ouro, hoje Agostinho Neto.

Fico a saber que há cerca de 2000-3000 visitantes por ano. Alguns estrangeiros em grupos organizados trazem o seu próprio guia, pois a informação disponível aqui é pouca. O museu pouco mudou desde 1976, e para as mentes mais novas e rebeldes, em vez de ser um lugar de catarse e de transformação positiva, este é ou pode ser, na minha perspectiva de europeu branco, um lugar algo deprimente, de perda e ausência. Naturalmente que esta situação não é única. Num outro trabalho (Linehan e Sarmento, 2011) mostrei precisamente como o Museu no Forte de Jesus, no Quênia, se bem que criado em tempos coloniais, é ainda hoje um espaço estático, tendo muito pouca intervenção cultural. Hoje a sua interpretação feita por guias locais é em grande medida uma continuação do período colonial (Sarmento, 2010). Aqui, em São Tomé, o forte poderia ser apropriado como um troféu, estabelecendo ligação com múltiplas resistências históricas e presentes (Sarmento, 2011), unindo lugares de memória e de vivências de exploração aparentemente separados, ‘enraizados numa multiplicidade de tempos, trajectórias e racionalidades’ (Mbembe, 2001, p. 9).

O Monumento de Fernão Dias

Em 1953, face a protestos dos forros contra as condições de trabalho e a violência, registou-se uma brutal resposta das autoridades, justificada entre outras, por uma hipotética conspiração comunista. O resultado foi um massacre que ainda hoje permanece mal documentado. Diferentes fontes apontam para números que vão dos 30 aos 2000 mortos. Independentemente da sua dimensão, este massacre passou a constituir um momento importante na resistência ao colonialismo e na identidade nacional, sendo conhecido também como a guerra de Batepá, quase como se em São Tomé e Príncipe tivesse havido guerra. No mesmo ano da inauguração do museu (1976), fez-se a primeira marcha da juventude na direcção de Fernão Dias. Começava-se assim a construir um ‘lugar de memória’ (Nora, 1989). Passados quase 20 anos, em 1993 (e não encontrei fontes sólidas que confirmassem esta data), construiu-se um modesto monumento revestido de azulejos em frente ao cais de Fernão Dias. Todos os anos, no dia 3 de Fevereiro, feriado nacional do ‘Dia dos Mártires do Colonialismo’, renomeado em 1980 como ‘Dia dos Heróis da Liberdade’ (Seibert, 1997, 2006), tem-se sedimentado uma prática pós-colonial de memória.

Em 2008, volvidos 32 anos desde a primeira marcha, o governo assinou um contrato de 300 milhões de euros com uma empresa francesa - Terminal Link - para a construção de um porto de águas profundas. Ironicamente o alvo de tal empreendimento coincidiu precisamente com o lugar de Fernão Dias. O lugar de memória

estava no centro dos 40 hectares do acordo e daria lugar ao 'maior e mais moderno porto em águas profundas da África ocidental'. Falou-se e escreveu-se em gerar aqui metade do PIB do país, em criar 1300 empregos directos mais 3000 indirectos. Este não seria ou é, não sei bem como conjugar, um projecto isolado: há também um investimento da Sonangol STP Offshore S.A numa estação de reabastecimento em Neves - bunker ou estação de prestação de serviços de comercialização de produtos petrolíferos como também é descrito; a modernização do aeroporto e do porto de Ana Chaves.

Em 2009, cerca de um ano após a assinatura do contrato, o monumento de Fernão Dias foi rápida e suavemente demolido. Ironicamente, pouco tempo depois, a Terminal Link anunciava problemas financeiros e sucessivos adiamentos no início da obra. Já em 2012, para além da demolição do monumento, ainda nada tinha aqui acontecido. Por essa altura registaram-se visitas de altas figuras do estado ao Dubai, numa desalentada procura de novos investidores.

Em 2010, o desconforto pela demolição foi grande, e a aproximação do 3 de Fevereiro fez com que o governo encomendasse uma obra temporária à Associação de Artistas Plásticos, que incluiu uma escultura em gesso e diversos quadros de grande dimensão alusivos ao massacre (figura 4). Na véspera de 3 de Fevereiro de 2010, num destes gestos barrocos e singulares que segundo Achile Mbembe (2001) os estados pós-coloniais africanos são tão pródigos, o governo trouxe recatadamente algumas das ruínas do monumento para a Roça de Fernão Dias, por forma a sinalizar que aí se construiria um novo monumento (figura 5). Este foi mais tarde anunciado, em contexto eleitoral, como um monumento moderno, com uma capela, com um centro de documentação. Em 2012, mostraram-se novas plantas, mas até ao momento, nem uma pedra foi colocada.



Figura 4 - Exposição temporária na Roça de Fernão Dias
Fonte: Autor, Fevereiro 2010



Figura 5 - Destroços do antigo monumento na Roça de Fernão Dias
Fonte: Autor, Fevereiro 2010

Conclusões

A comemoração do passado, a construção da memória e a celebração da memória em espaço público têm uma natureza complexa e enlaçada. A fraca centralidade do Forte de São Sebastião como um sítio material onde criticamente se constroem dinâmicas contemporâneas da Santomensidade, e a recente destruição de Fernão Dias, apontam para uma estagnação criativa e para silêncios que se cristalizam ao sabor de projectos neoliberais. Naturalmente seria essencial fazerem-se estudos sobre a experiência dos visitantes no forte, para se entenderem os processos de descodificação em curso. Mesmo assim, podemos ver que o museu nacional parou em 1976. Defendo aqui que há muito material que pode ser utilizado para a continuação da descolonização do forte. A interpretação do património colonial deve contribuir para a consolidação da identidade nacional, e neste sentido, o museu tem que se tornar mais reflexivo, abandonar a sua 'tradição' e tentar alguma 'tradução'. O museu tem que questionar, tem que justapor objectos de arte sacra e rituais sincréticos, por exemplo. Como referem Henriques e Medeiros (2001) no Guia dos Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro, 'Portos, alfândegas, fortalezas, fortins, igrejas, edifícios de natureza diversa, multiplicam-se bem como os sítios onde os 'filhos da terra' ou os escravos africanos organizaram a sua resistência linguística, religiosa, social (...)'. Há que apontar para estes lugares. Há que apontar também para a escravatura contemporânea. O museu tem que confrontar, chocar, abanar. O Forte de S. Jerónimo, mesmo ao lado, é esquecido agora que foi fisicamente 'abraçado e privatizado' pelo hotel Pestana. O museu enquanto espaço pós-colonial que tem que ter um papel social interventivo. Ao mesmo tempo o forte é uma boa casa simbólica para o museu, mas há que confrontá-lo e não ignorá-lo. Há que tomar partido e vê-lo como um troféu (Sarmento, 2011), que se celebra, apontando especialmente para relações importantes, para as transformações do país e para as suas múltiplas

relações com o continente africano.

O caso de Fernão Dias traz outras leituras para a construção da memória e identidade em São Tomé. Aqui o neoliberalismo, um certo neo-imperialismo e o clientelismo histórico do país, junto com as promessas de progresso e de emprego, foram mais fortes do que a vontade das pessoas, a vontade da construção e manutenção de um lugar de memória. Esta história e este processo fez-me lembrar muito mais o que se passa ali perto, na capital da Guiné Equatorial, Malabo, com a construção de uma nova capital (ver Sarmento, 2011). Lá como em Fernão Dias, o esquecimento leva a melhor sobre a memória.

Por fim, de toda esta discussão diria ainda que há em São Tomé e Príncipe uma ausência profunda de um arquivo da memória, seja arquivo no sentido convencional físico, material e institucional do armazenamento de caixas, notícias e documentos vários, seja sobretudo arquivo conceptual, que permite possibilidades de conhecimentos futuros e sítios de contestação.

Referências

- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- Bhabha, H. K. (1994). *The Location of Culture*. Londres: Routledge.
- Benavente, L. (1959). *Fundo Luís Benavente*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
- Carita, R. (1989). O Atlântico: Ilhas e costa Africana. In R. Moreira (org.) *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (pp. 188-206). Lisboa: Alfa.
- Fernandes, J. M. (1996). Luís Benavente e as Fortalezas de África (1956-1973). *Oceanos: Fortalezas da Expansão Portuguesa*, 28, pp. 41-52.
- Gandhi, L. (1998). *Postcolonial theory: a critical introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Henriques, I. C. & Medeiros, I. (org.) (2001). *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro - Lieux de mémoire de l'esclavage et de la traite négrière*. Lisboa: UNESCO.
- Linehan, D. & Sarmento, J. (2011). Spacing forgetting: the birth of the museum at Fort Jesus, Mombasa, and the legacies of the colonisation of memory in Kenya. In Heffernan, M., Meusbürger, P. & Wunder, E. (eds.) *Cultural Memories* (pp. 305-325). Dordrecht: Springer.
- Madeira, T. (2001a). A Evolução dos Espaços Urbanos Públicos na Cidade de São Tomé. In Teixeira, M. C. (ed.) *A Praça na Cidade Portuguesa* (pp. 43-68). Lisboa: Livros Horizonte.
- Madeira, T. (2001b). Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822* (pp. 247-264). Coimbra.
- Mbembe, A. (2001). *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- Ngugi wa Thiong'o (1981). *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Londres: James Currey.

- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, 26, pp. 7-25.
- Revolução (1976). Foi Inaugurado o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe. *Revolução*. São Tomé, 3 e 8.
- Said, E. (2003 [1978]). *Orientalism*. Londres: Penguin Books.
- Sarmento, J. (2010). Fort Jesus: Guiding the Past and Contesting the Present in Kenya. *Tourism Geographies*, 12 (2), pp. 246-263.
- Sarmento, J. (2011). *Fortifications, Post-colonialism and Power. Ruins and Imperial Legacies*. Londres: Ashgate.
- Seibert, G. (1997). Le Massacre de Février 1953 à São Tomé. Raison d'être du nationalisme santoméen. *Lusotopie*, pp. 173-192.
- Seibert, G. (1998). A questão da origem dos Angolares de São Tomé. *Brief papers*, CEsa, 5 (98). Acedido a 10 de Janeiro, 2012, de http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief_98_5.PDF
- Seibert, G. (2006). *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Netherlands, Leiden: Koninklijke Brill NV.
- Tenreiro, F. (1961). A Ilha de São Tomé. *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 24, pp. 9-289.

Frank-Ulrich Seiler
Investigador independente

frank-ul.seiler@hotmail.de

A cultura de escrita no quotidiano africano de São Tomé e Príncipe na fase colonial tardia

O presente artigo trata do discurso colonial sobre a escrita alfabética enquanto modo africano de comunicação, apresentando as suas bases teóricas e a investigação recente, como também as suas consequências no estudo de São Tomé e Príncipe. Aponta para três espaços socioculturais e/ou institucionais diferentes que estão ligados a relações de poder e a práticas culturais de escrita diferentes, com as suas implicações na escrita pessoal e coletiva no quotidiano das camadas afro-crioulas e dos trabalhadores forçados africanos, no colonialismo tardio de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, colonialismo tardio, escrita alfabética, cultura de escrita no quotidiano, camadas afro-crioulas, trabalhadores forçados africanos

The present article deals with the colonial discourse on alphabetical writing as an African communicational mode, giving an outlook on its theoretical groundings and recent research, as well as its consequences for research on Sao Tome and Principe. It appoints to three different sociocultural and/or institutional spaces that are related to diverse power relations and cultural writing practices, with its implications on personal and collective everyday writing among Afro-creole layers and African forced labourers, in late colonial Sao Tome and Principe.

Keywords: São Tomé and Príncipe, late colonialism, alphabetic writing, everyday writing culture, Afro-creole strata, African forced labourers

O presente artigo integra-se numa investigação em fase exploratória. Ele procura apresentar uma abordagem preliminar do discurso sobre a escrita alfabética em África e das condições socioculturais, comunais e pessoais, de onde emanam e para onde se dirigem as práticas culturais de escrita alfabética como contributo para a construção da vida e trabalho diários, no caso, das camadas afro-crioulas e dos trabalhadores forçados africanos, na fase final do sistema colonial português que antecede a independência da República de São Tomé e Príncipe.

A nossa aprendizagem situacional¹ da problemática está na origem do projeto, introduzindo assim o debate de aspetos subjacentes à investigação no respeitante à escrita alfabética enquanto modo de comunicação africano. Discute-se ainda a questão política das fontes e as suas implicações metodológicas na realização do trabalho. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre a eventual estrutura da logística de escrita em São Tomé da altura, com a finalidade de situar a escrita diária africana no contexto da instituição colonial das ilhas e apresentar hipóteses de trabalho sobre as práticas africanas de escrita no quotidiano nas ilhas.

Aprendizagem situacional

A ideia surge com base em observações feitas em 1987 nalguns bairros da antiga “cintura africana”, na zona Norte de Lisboa, no âmbito duma pesquisa sociolinguística junto de imigrantes angolanos sobre “language awareness” (vide: Seiler, 1988). É o encontro com práticas e representações da escrita de três homens africanos, de origens geográficas, sociais e linguístico-culturais diferentes, que nos desperta para o panorama africano da cultura de escrita e nos reencaminha para o tempo colonial nas suas terras africanas.

Um outro momento revela-se na colaboração com jovens da associação “khapaz”² que, ou no processo da criação do rap, i. e., “rhythm and poetry”, ou no seu relacionamento com a literatura, nos mostram a confluência de múltiplos elementos comunicacionais, tais como a escrita, a leitura, o oral, o ritmo, a performance, entre outros fatores culturais, num ato/processo comunicativo. Observamos ainda no seu decurso a transformação individual e de grupo dos intervenientes, inclusive a nossa própria.

Mas é sobretudo no duradouro convívio com mulheres e homens da diáspora santomense e principense da Grande Lisboa e do Ribatejo³ durante o qual se vão soltando memórias do tempo passado nas ilhas em narrações de eventos e histórias do trabalho e da vida pessoal e comunal. É nessas que sobressaem numerosas referências ao uso da escrita no quotidiano e ao valor que lhe é atribuído. De forma assumida ou não, a escrita como idealização ou nas suas práticas culturais detém um papel na construção da vida pessoal, inter-/comunal e em relação ao colonialismo instituído.

¹ Agradecimentos sentidos pela inspiração e orientação vão para a Sra. D. Antónia Francisca, Enga. Mestre L. L. do Rosário Carvalho, Dr. O. Tavares Baía e Sr. Laudir.

² Associação cultural de jovens afrodescendentes que atua em dois bairros sociais de Arrentela, no Seixal.

³ Agradeço a partilha de experiências, histórias e ideias aos membros das famílias Baía, Carvalho, Neto, Renner, do Rosário e Tavares.

Assim, os interlocutores problematizam o envio da correspondência pessoal de Cabinda para as ilhas, outros mencionam Point-Nègre ou Luanda, ou ilustram a dificuldade dos exilados políticos na Guiné-Equatorial de obter notícias dos seus familiares na terra. Há conversas focalizadas numa senhora que fora empregada da única livraria e papelaria de S. Tomé, do mesmo nome, uma mulher pessoal- e intelectualmente muito respeitada pela sua integridade. Aliás, parece que a esse local se associam inspirações culturais, como também aspirações sociais de diversos interlocutores⁴. Um senhor reformado, forro, sinaliza através do seu vestuário extremamente cuidado o seu estatuto social de antigo empregado de escritório, uma atividade muito solicitada por estratos da população afro-crioula na cidade de São Tomé da altura. Ainda num canto discreto dum chalé, o baú protege da humidade, da perda e do esquecimento a correspondência que é cuidadosamente guardada como algo de muito pessoal dum outro tempo, mas também escondida do mundo bocal das ilhas, como também conserva escrituras, cartas oficiais e publicações. Um interlocutor descreve a chegada ou o envio da correspondência no posto dos correios da roça, sob o olhar policial intromissor do PIDE local⁵, trazendo ou espalhando notícias sobre as dificuldades de vida e o desenvolvimento político nas outras “províncias” portuguesas em África. Os trabalhadores cabo-verdianos são tidos como rebeldes devido à sua cultura e postura assumidas perante a autoridade, no entanto, torna-se sensível um certo distanciamento relativo aos trabalhadores que vieram por via de força do Moçambique ou de Angola.

Um breve exame destes e doutros exemplos relatados conduz-nos a alguns tópicos principais, consoante a natureza das práticas descritas ou das representações em seu redor, nomeadamente:

- a existência de nós centrais numa rede institucional de logística das práticas de escrita/leitura em STP;
- o livro enquanto objeto, mercadoria e representação, mas também como impulsionador da leitura em interação com outros modos comunicacionais;
- o livro como transmissor de discursos, mas também como meio de aprendizagem e apropriação, i. e., de transformação cultural e pessoal;
- a escrita e a sua aprendizagem situacional em ambientes formais, informais ou não formais;
- a interação numa variedade de géneros de escrita com outros modos comunicacionais;
- os significados e as representações da escrita/leitura em termos sociais, políticos, como também pessoais.

Esta amostra de elementos e questões evidencia um panorama complexo da cultura de escrita alfabética nas ilhas. Encontramo-la enraizada no social e na cultura africanos e afro-crioulos no referido quadro histórico em STP, mas também a ultrapassar os seus confins, criando uma dimensão africana.

⁴ Memória de conversas com familiares no Seixal e na ACOSP, em Lisboa, por diversas ocasiões.

⁵ Memória numa conversa informal com A. C., na ACOSP, em Lisboa (13.3.2012).

No entanto, esta afirmação causa, desde logo, alguma incredulidade e cepticismo, mesmo a nível académico. As suas razões fundamentam-se, por um lado, na vigência duma discursividade colonial em relação à representação da comunicação africana. Por outro lado, difundem-se ideias que, não obstante, partirem do necessário e legítimo processo de procura, defesa e criação culturais africanas, corram perigo de adoptar uma visão de imobilismo em relação às abundantes dinâmicas e influências culturais e históricas nas sociedades africanas. Daí que consideremos a pertinência dum enquadramento epistemológico da questão da escrita no continente africano.

A escrita alfabética - um modo de comunicação africano?

O africano - o eternamente oral

Oriundo do discurso antropológico colonial de hierarquização do Ser humano, a alegada existência dum abismo entre a barbárie e a civilização que se afigure na distinção entre o africano e o europeu, leva à conclusão de que a escuridão africana necessita da iluminação ocidental, portanto da ação civilizadora colonial.

A ideia do africano como ser oral (Vail & White, 1991) é apresentada como prova viva da ausência nele de características civilizacionais. Por conseguinte, ser africano significaria a limitação ao corpo, à emoção, a falta de atributos como a cognição e o raciocínio lógico (vide: Levy-Bruhl, 1910), atributos esses essenciais dum ser humano pleno. As capacidades intelectuais limitadas trariam apenas o mimetismo, i. e., a reprodução através da imitação das capacidades do colonizador, ou necessitariam do seu suporte conceptual e categorial como “condicio sine qua non” para alcançar um nível cognitivo capaz de ultrapassar a mera experiência, o empírico (Tempels, 1965).

Goody (1986/1968, pp. 25/26) recorda que a antropologia toma o oral ou a escrita como linha divisória na caracterização do desenvolvimento das sociedades. A escrita constitui o emblema simbólico visível, sobretudo da capacidade intelectual europeia de criação dum modo comunicacional a um patamar civilizacional superior, consoante a perspectiva evolucionista ainda prevaiente (Finnegan, 2002, p. 27).

A escrita no “pós-colonial”

A centralidade do elemento comunicacional na representação do “africano” tem sido abordada abundantemente pelas correntes do “pós-colonial”, no entanto, é no seu interior que emergem reedições sofisticadas desse velho raciocínio que mostram o seu profundo enraizamento no atual discurso “mainstream” (Battestini, 2000, pp. 102-159; Finnegan, 2002, pp. 24-28). Os seus defensores recorrem nos seus textos - escritos - a constructos teóricos cada vez mais abstratos como, por exemplo, a inexistência dum pensamento originário (“Can the subaltern speak?”⁶) devido à omnipresença dum discurso ocidental na conceptualização africana. Segundo este raciocínio, as ideias não se desenvolvem na interação humana no seu contexto social, cultural e económico, mas estruturam-se em conformidade com um ideário autónomo e universal a que se acede através da linguagem escrita, alfabética e esotérica, lógica essa emprestada ao filosofar ocidental. A teorização pós-moderna que exerce uma forte in-

⁶ Spivak, G. C. (1988) crítica a invenção da resistência indígena como reinterpretação de alteridade na tradição radical ocidental.

fluência sobre o que é tido como “pós-colonial” segue assim os modelos conceptuais e categoriais de pensamento, de formas de transmissão e representações ocidentais⁷. A concentração em textos constituintes da “biblioteca colonial”⁸ como principal objeto de estudo das relações sociais e culturais africanas, portanto, o trabalho com um imaginário e conceptualizações exógenos, é criticado por Apter (2007) como a “(...) “radical” of critical positions [that – acréscimo nosso] in fact recapitulate the logic of the colonial request – the negation of the Other by a magisterial discourse that masquerades as its antithesis (...)” (p.30). Inventa “o africano” no conforto duma moderna cadeira ergonómica num gabinete académico ocidental, à moda de Levy-Bruhl.

As escritas originárias de África

Até há pouco, o colonizador europeu ignora as escritas originárias do continente africano, à exceção dos hieróglifos egípcios. Com o despertar do nacionalismo africano, o trabalho académico do historiador senegalês Cheik Anta Diop⁹ lança os fundamentos duma intensa investigação histórica africana, como também sobre a escrita no contexto histórico-cultural africano. Ao longo de muitos anos, Battestini (2000) analisa, num olhar semiótico, os signos e as escritas do continente africano, mostrando a sua distribuição em diversas regiões africanas ao longo da história, as suas riquezas, discutindo a sua relação com a cultura de oralidade. Regista a transcrição dalgumas línguas africanas como forma de apropriação da escrita árabe em regiões do continente que se encontram sob influência comercial, cultural e religiosa das correntes do Islão (vide também: Kootz & Pasch, 2008). Gundaker (1998) mostra ainda como inscrições corporais simbólicas, cuja origem remonta a culturas bantu do Congo, contribuem hoje para a construção de sentido em populações afrodescendentes das Caraíbas e dos EUA, interagindo com outros elementos do seu universo comunicacional.

O estudo de escrita alfabética no contexto africano

Apenas tarde, a questão da escrita alfabética em África torna-se um assunto de estudo académico, na Europa e nos EUA, sobretudo em consequência do trabalho desenvolvido por J. Goody (Goody & Watt & Gough 1968/1986). Nos anos de 1960, este antropólogo defende a escrita como o instrumento central e estruturante no desenvolvimento socioeconómico das sociedades, atribuindo-lhe um carácter autónomo universal, quase “sui generis”. Consoante o cânone do tempo (compare: Lévi-Strauss, 1973), também Goody parte duma distinção, no fundo evolucionista, entre sociedades sem ou com escrita, sugerindo que a escrita alfabética promova o pensamento linear e lógico porque concretiza e codifica o conhecimento através do distanciamento racional do mundo vivido. Embora estabeleça uma relação genérica da escrita com o social, Goody passa a ser questionado por vários antropólogos. Estes observam, por um lado, o entrelaçamento dos diversos modos de comunicação, i. e., o oral com a performance, elementos sensoriais e ambientais, inscrições corporais, entre outros (Finnegan 1976, 1977, 2002). Por outro lado, também mostram o relacionamento comunicativo dos diversos tipos de escrita com o meio social e cultural envolvente

⁷ Vide também: Wamba-dia Wamba (2003); Barber (2007, p. 233, nota 2.); Depelchin (2005, pp. 1-24); Mata (2010, pp. 150-153).

⁸ Termo cunhado por V. Y. Mudimbe que designa o conjunto de teorias e invenções ocidentais em relação aos africanos e ao seu continente.

⁹ Diop, Cheikh Anta (1954). *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine.

em situações históricas concretas. É nesta perspetiva que B. Street (1984) se torna um dos mais severos críticos da ideia de autonomia da escrita (pp.44-65), ideia essa defendida por Goody, apresentando, por sua vez, o ‘modelo ideológico’ segundo o qual a escrita apenas se torna entendível no seu contexto concreto, social e cultural. Street admite ainda a existência transcultural de vários modos, níveis e práticas de escrita numa sociedade (pp. 95-125).

Desde então, têm surgido numerosos trabalhos no desenvolvimento da linha iniciada por Goody e/ou Street, levando a uma evolução teórica no sentido da valorização, tanto do aspeto “autónomo” da escrita enquanto arquivo, como também da focalização nas circunstâncias sociais e culturais das práticas e representações da escrita em África (Barber, 2006a), 2007; Krüger, 2007), ultrapassando as simplificações de ambos os lados.

Vários historiadores e antropólogos europeus e norte-americanos têm estado a trabalhar sobre as culturas africanas de escrita e o seu enquadramento situacional, i. e., histórico, cultural e social, mas também pessoal, como Barber na Nigéria (1989, 2006 a), 2006 b)), Newell (2002) e Hawkins (2002) no Gana, Peterson (2004) no Quênia, Krüger (2009) na África do Sul e na Namíbia, Eckert (2007) na Tanzânia. Eles têm-se juntado a estudiosos oriundos de África como, por exemplo, K. Breckenridge (2000, 2006) e P. Harris (1993, 2001, 2007), V. Khumalo (2006), da África do Sul, A. P. Tavares (2002), de Angola, ou A. Gadzepko (2006), do Gana.

Tematicamente, os seus trabalhos concentram-se em questões ligadas ao quotidiano cultural e histórico, passando do escritório colonial ao trabalho forçado africano, da religião às influências mútuas entre a escrita, o oral e a performance nos próprios cultos, numa procura de entender o significado social da “literacia do baú”, i. e., a escrita pessoal masculina e feminina no quotidiano africano. Versam sobre a questão das representações e práticas de escrita nalgumas sociedades africanas desde o colonialismo tardio até à atualidade, debruçando-se ainda sobre a apropriação da escrita em português numa sociedade bantu no interior de Angola no contato político com o poder colonial.

A escrita alfabética no contexto colonial

Sobretudo no início do séc. XX, a escrita alfabética vai “caindo” sobre a África, de forma mais organizada, no intuito de amenizar a presença colonial militar pela construção dum aparelho estatal colonial, com a trindade de componentes de missão, ensino primário e burocratização (Peterson, 2004; Jerónimo, 2006, 2010; Krüger, 2009). Essa política assenta na missão sistemática que vai incutindo códigos de moral e conduta, a fim de se substituírem às espiritualidades e práticas comunicacionais ‘primitivas’ das próprias sociedades africanas (Harris, 2007). O projeto educacional baseia-se na criação de competências literárias mínimas, com distinção funcional entre os géneros, como forma de capacitar uma camada de empregados de escritório africanos para a execução de trabalhos nos escalões inferiores da administração colonial, nas plantações/roças e na organização do comércio, proporcionando, ao mesmo tempo, a disciplina do corpo, da mente e da “alma” africanos (vide: Jerónimo, 2010). Acrescenta-se ainda o duro regime documental de controle

do africano no seu quotidiano de vida, trabalho e mobilidade (também: Barber, 2006, pp. 6-9). A escrita alfabética é incumbida do cumprimento dessa tarefa.

A escrita alfabética torna-se africana

No entanto, os próprios destinatários que o desígnio colonial encara como meros receptores da iluminação civilizadora, apropriam-se da escrita no interior do projeto que, contrariado, vai alimentando tendências cultural-políticas perante o colonialismo. Para a sociedade colonial sul-africana, Krüger (2009) delinea-as como a adaptação com tendências assimilacionistas, como um ‘ir resistindo’ e ainda como a resistência cultural-política aberta (p. 27). ‘Tipificando’ essas tendências, encontramos o sequaz assimilado, o ‘beneficiário’ a agir em interesse próprio e o auto-defensor consciente dum ideal individual e comunal africano.

Colocada no interior da administração colonial e habituada a lidar com os seus instrumentos, as camadas sociais média e baixa africanas¹⁰ - no caso de São Tomé e Príncipe, os estratos baixo-médios da camada afro-crioula - vão usando os seus conhecimentos e competências por via da cultura de escrita, no sentido de criar um espaço discursivo social e cultural face ao poder colonial, mas também em relação aos roceiros e pequenos proprietários afro-crioulos e aos trabalhadores contratados africanos e a outros grupos linguístico-culturais¹¹ que são tidos como culturalmente inferiores (compare: Nascimento, 2002b), 2003, 2007).

Genres e formas da cultura de escrita

Nas sociedades africanas sob o domínio colonial britânico, Krüger (2009, p. 28) observa que, no séculos XIX/XX, a carta talvez tenha sido a forma de comunicação escrita mais importante e com a maior divulgação entre os próprios africanos, mulheres e homens. Barber (2006), por sua vez, afirma que se assiste a uma autêntica explosão no uso da escrita, nomeadamente de “(...) pamphlets and booklets, (...) handwritten documents, (...) diaries and notebooks (...)” (p. 1). Peterson (2004, pp. 149-155) mostra ainda como, no caso queniano dos gikuyu, as representações da cultura de escrita são viradas contra as intenções do colonizador inglês.

As camadas intermédias africanas, mas também os trabalhadores africanos contratados e/ou forçados para uma existência longe das suas famílias (Nascimento, 2002b), 2007; Breckenridge, 2006; Krüger, 2009; Kagan-Guthrie, 2011), criam uma cultura africana de escrita no seu quotidiano com textos, formas e ações de literacia, a chamada literacia de baú ou “tin trunk literacy” (Barber, 2006a), pp. 3-7). Esta representa a sua re/ação perante os novos desafios do trabalho de contrato, da vida pessoal e social, do discurso cultural, religioso e político, num mundo africano colonial em mudança permanente.

O “tin-trunk”

O próprio “tin-trunk”, i. e., uma mala metálica ou um baú, faz parte do mobiliário habitual em casas africanas no século passado, assim também em S. Tomé e Príncipe¹². É um arquivo pessoal onde muitas famílias guardam os seus documentos oficiais e pessoais: escrituras, correspondência oficial, política e/ou pessoal, diários, folhas de

¹⁰ No caso do Gana, vide: Newell, 2002, pp. 7-24.

¹¹ A referência aqui vai para os angolares.

¹² Agradeço a informação à L. L. do Rosário Carvalho (9.5.2012).

rascunho, recortes de jornais com fotografias, mas também trabalhos de poesia ou prosa, jornais, literatura, manuais práticos de autoajuda ou de orientação, brochuras de consolação, a Bíblia, entre outras publicações. O “tin-trunk” é composto por tudo que de escrito à mão ou de impresso pelas tipografias locais ou da metrópole se encontra à disposição do letrado e de outros participantes no processo de criação ou recepção da escrita/leitura. A consistência do material do baú garante a proteção dos seus conteúdos e suportes materiais contra as condições climáticas adversas de extrema humidade (Miescher, 2006) ou, noutras regiões, de areias finas devoradoras de papel.

Todavia, este arquivo de textos que aparenta ter um carácter exclusivamente pessoal levanta uma série de questões, nomeadamente em relação ao historial do acesso à escrita pelos seus participantes, ou no respeitante à existência de redes de escrita e leitura de carácter mais individual, grupal ou institucional em que se apoia a criação extra-/textual. O processo, individual ou coletivo, de criação e recepção dos textos sugere ainda a pergunta sobre as suas implicações no espaço privado e público santomense e principense como tentâmen de compreender eventuais mudanças na relação com o poder colonial instituído ou as outras camadas socioétnicas e culturais existentes na esfera das ilhas e fora dela. A exploração da logística institucional e das esferas socioculturais de escrita em S. Tomé e Príncipe constitui nisto uma primeira aproximação nossa.

Vozes e textos

Como a escrita iluminadora sobre a ocupação/ação colonializadora do território africano é tarefa do antropólogo/historiador ocidental, por conseguinte, a organização teórica e prática do aparelho científico colonial concentra-se na metrópole (Hountondji 1997; Smith, 1999, pp. 19-34; Depelchin 2005), no centro do poder colonial, deixando no território africano arquivos de carácter executivo.

No caso de S. Tomé e Príncipe, ao baú como arquivo pessoal junta-se assim uma variedade de outros arquivos: públicos, missionários, empresariais e particulares, pequenos ou maiores, cuja maioria, no entanto, se situa longe do arquipélago, sobretudo na antiga metrópole, em Lisboa¹³. A organização e manutenção dos mesmos arquivos estão sujeitos a interesses económicos e políticos, processos históricos, além de políticas científicas e discursivas que se esquivam à intervenção dos sujeitos colonizados.

No próprio país, assistimos a realizações assinaláveis no sector arquivístico, se tivermos em conta a fragilidade e as prioridades económicas, sociais e educacionais, dando acesso a arquivos públicos a níveis nacional, municipal e distrital, além dos arquivos missionários. Era aqui onde se encontra ou se guardava a correspondência oficial que os habitantes de STP e os outros africanos dirigiam em forma de petições, pedidos ou reclamações às respetivas entidades, mas também a escrita que fora censurada ou retirada da circulação. Mesmo que isso se assemelhe à procura duma

¹³ Como, por exemplo, os arquivos do AHU, da PIDE no AN-TT, do BNU na CGD, do Instituto Marquês de Valle Flôr.

agulha no palheiro, é possível acharmos documentos de escrita pessoal onde menos estamos à sua espera.

Vozes nos textos

Os textos elaborados pelos empregados ou trabalhadores africanos encontram-se em locais/arquivos diferentes, de acordo com a origem e atividade dos seus autores. Krüger (1996, 2007, 2009) chama a nossa atenção para a dificuldade de encontrar documentos de correspondência privada africana em arquivos oficiais, mesmo em países que passaram por regimes documentais e de censura rigorosos. Assim, o acesso ao material documental acontece muitas vezes de forma indireta, através de ‘vestígios’ de intervenção oficial por funcionários que deixam nas atas os seus comentários, anotações que nos conduzem através do contexto ao documento enviado que, no entanto, ficou preso, apreendido ou esquecido pela administração.

Krüger atribui aos documentos escritos por africanos um carácter sobretudo epistolar (2009, p. 30). Repara que nos modos de escrita privada e oficial se usam estilos comunicativos diferentes cujo conhecimento não necessita de competências de escrita ou leitura, no entanto, a experiência de vida e um ‘escrivão’, i. e., alguém que execute, pela pessoa ‘analfabeta’, a escrita propriamente dita da carta (p. 33). Encontram-se diversas formas de escrita, consoante a necessidade sentida como, por exemplo, a correspondência dirigida à administração ou empresa colonial, cartas de amor, de trabalhadores migrantes ou cartas dirigidas a jornais, entre vários outros.

As próprias vozes, corpos, ideias e história(s)

No caso da investigação em curso, regozijamo-nos com o fato de ainda podermos enfrentar pessoas que tenham vivido e experienciado a fase final do colonialismo em STP, fase essa tão marcante, passada com imensos sacrifícios que ainda hoje traz implicações nas suas vidas. A correspondência enviada ou recebida, a escrita em diversas ocasiões, o ‘palaver’ à sua volta ou sobre a leitura de outros textos fazia parte do seu quotidiano, da sua forma de sobrevivência, da conquista de dignidade, dos sonhos, da sua maneira de ver a terra africana. Era também a sua maneira de interpretar o mundo e de criar a sua história pessoal ou comunal para preencher as suas vidas com sentido (vide também Depelchin, 2005, pp. 177-207).

Queremos atentar ainda um outro tipo de escrita, i. e., a inscrição de mensagens no corpo, um procedimento habitual, por exemplo, em trabalhadores originários da sociedade nyungwe, da província do Tete¹⁴, em Moçambique. Encontram-se neles outras formas de comunicação, embora sujeitas ao silêncio, que possam estabelecer um diálogo entre as escritas alfabética e simbólica.

Todas essas questões são sensíveis pelo que a sua abordagem exige a desconstrução da relação de poder do investigador com as pessoas dado que esse entra como representante do mundo científico exógeno que fora experimentado como colonizador, sobretudo pelos participantes africanos mais idosos. Torna-se importante reconhecer que a história africana deve ser construída pelos próprios como forma de criar sentido e de reconquistar a sua própria iniciativa face ao aparelho instrumental e interpretativo de conceptualizações e categorias alheias.

Sem querer antecipar soluções pensadas à distância, pretendemos traçar apenas

¹⁴ Agradeço a informação sobre as inscrições na pele e o seu significado na sociedade nyungwe ao linguista moçambicano, Dr. S. Rego.

a ideia de que o encontro com os santomenses e principenses ou os membros de grupos africanos em STP, agora minoritários, talvez possa passar pela identificação e criação de objetivos - comuns ou negociados - no trabalho previsto em que esses se revejam. Daí que seja necessário que o investigador vá como um todo, inclusive a sua própria biografia e postura, ao encontro das pessoas na sua totalidade, procurando neste diálogo pontos de contacto ou uma perspetiva comum com as pessoas, questionando assim a relação de poder e substituí-la por uma atitude de confiança e solidária com o que move e preocupa os interlocutores.

Explorações sobre a cultura de escrita alfabética em STP

Excursão literário

(...) Vocês já ouviram falar na história dos cartazes rasgados?

- Que vem a ser isso? - interrogou Féron surpreendido.

- Os nativos arrancaram ou rasgaram os cartazes que o Galho-Galho mandou afixar na Trindade.

(Sum Marky, 1963, p. 261)

No seu livro “Vila Flogá” (1963), o escritor Sum Marky relata, com simpatia evidente pelos colonizados, alguns elementos do que poderá ter ocorrido na vila de Trindade, em 1953, (vide Seibert, 2001, p. 81), mostrando a envolvimento da escrita como cultura comum no quotidiano forro da ilha.

No pequeno extrato textual subentende-se que pessoas do meio forro tenham procedido à leitura conjunta dum documento oficial e à sua interpretação no contexto político concreto da anunciada supressão, pelo governo colonial, do seu estatuto social e da sua posição hierárquica intermédia no sistema colonial português em STP, i. e., os seus direitos historicamente adquiridos. Isto teria como consequência uma alteração do seu trabalho enquanto escritas nas categorias baixas da administração colonial e nas roças, colocá-los-ia a nível dos trabalhadores forçados africanos, que também os servem como serviçais, além de que traria o fim do seu modo de vida pela imposição da lógica brutal do trabalho forçado. Esta leitura impulsiona como ação de resistência a destruição do documento escrito. Este ato é tido como simbolicamente importante no meio santomense da altura, uma vez que aconteça na Trindade, uma vila, com uma concentração populacional de forros muito significativa na ilha. O documento editado pelo governo causa múltiplas formas de interação culturais e sociais, num mundo oral de boatos e contra-boatos direcionados, a que a entrevista sobre a projetada mudança radical com o representante da Curadoria dos Serviçais e Indígenas, no jornal “A Voz de São Tomé” em 1953, ainda deita água na fervura. É lida e comentada em grupos no seio da comunidade forra (vide Seibert, 1995-1999, p. 300; 2001, pp. 80-83), mostrando a evolução da consciência política dos forros no sentido de resistir contra as medidas previstas. No fim, muitos dos seus compatriotas vão ficar vítimas do terrível “Massacre de Bate-Pá”, em Fevereiro de 1953.

Identificação das estruturas públicas da cultura de escrita em STP

Partindo deste romance de Sum Marky cuja narração nos mostra a existência de vários níveis e formas da cultura de escrita, as descrições do estudo sobre “A ilha de S. Tomé”, de F. Tenreiro (1961), mas também os trabalhos de Gomes (1964), uma assistente social, e do P. Ambrósio (1984), além das numerosas publicações de A. Nascimento¹⁵ e doutros autores recentes, conduzem a nossa reflexão para a caracterização dos espaços sociais e institucionais da cultura de escrita de São Tomé e Príncipe.

Espaços da cultura de escrita em STP

No seguinte, procuramos examinar os espaços socioculturais de escrita na sociedade colonial de STP dos anos 1950 e seguintes em que se desenvolvem os diversos atos/processos de escrita nas suas funcionalidades, modos de expressão e execução, em que se constituem relações de micro-poder, de subterfúgio ou de resistência. Embora existam várias subdivisões e múltiplas redes de ligação entre si¹⁶ no dia-a-dia, identificamos três espaços principais com características próprias, a dizer:

- o espaço do colonizador;
- o espaço intermédio afro-crioulo;
- o espaço populacional subalterno africano.

O espaço do colonizador

O espaço do colonizador subdivide-se nas instituições políticas e administrativas do poder colonial português, nas roças, no complexo institucional da igreja católica, no sector social e educacional, nas igrejas protestantes, fazendo dele ainda parte a população branca, embora numericamente pouco significativa¹⁷, como grupo demográfico ideologicamente colado ao poder colonial, na sua grande maioria iletrada (Seibert, 2001, p. 78).

A burocracia estatal

Nas múltiplas repartições do Estado colonial provincial e a nível municipal impera a burocracia nos escritórios com secretárias, impressos, carimbos, selos e outros utensílios representativos do regime documental colonial. A sua existência alimenta a “Imprensa Nacional”, local de impressão do “Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe”, do jornal “A Voz de São Tomé”, das declarações do governador, dos editais oficiais, como também dos impressos que encontram a sua utilização nas finanças ou na administração dos tribunais. A “Imprensa Nacional” produz ainda a documentação relativa ao controle de mobilidade dos cidadãos portugueses, originários de STP¹⁸, como também dos não-cidadãos africanos, os trabalhadores forçados. Edita ainda os impressos por preencher, com pesadas máquinas de escrever, pelos polícias semiletrados e pelos agentes da PIDE, durante ou após a sua sinistra atividade de detenção, interrogatório etc. (vide Sum Marky, 1963, pp. 126, 149).

¹⁵ Vide nas referências.

¹⁶ Chamamos atenção para a dimensão das ilhas e a sua dinâmica populacional específica.

¹⁷ Segundo Seibert (2001, p. 80), em 1952, existem 1.200 brancos numa população total de 62.000 pessoas em que se incluem 24.000 trabalhadores africanos contratados.

¹⁸ O “papel” no livro de Sum Marky.

Por volta dos anos 1950, com o alargamento do ensino primário, da criação da Escola de Artes e Ofícios na cidade de S. Tomé (1948) e do Colégio-Liceu (1952), aumenta também aqui o volume de escrita formal, i. e., de impressos por preencher a vários níveis, à semelhança do que acontece no Hospital Central e nos centros de saúde, com a introdução de apoios formalizados de carácter social (Seibert, 2001, p. 77). Traz, no entanto, um aumento de literacia entre as crianças e jovens crioulos, mas também no caso do projeto único de ensino primário para 80 adultos na localidade de Santana, como nos relata Gomes (1964, p. 64).

A roça

O espaço de escrita/cálculo nas grandes roças segue uma lógica semelhante a da burocracia colonial, embora a uma escala administrativa mais reduzida. No entanto, acrescenta-se a organização contabilística do pequeno comércio da roça, como naturalmente a própria atividade de negócio agrícola com a contabilidade e as necessárias relações com o exterior, i. e., as outras dependências nas ilhas e fora destas (vide também: Nascimento, 2003).

O complexo institucional católico

No complexo institucional católico existe uma divisão por funcionalidades em que a escrita/leitura assume um papel destacado, como no culto religioso, na missa, na catequese e nos casamentos, batizados e enterros. A tipografia claretiana constitui um suporte central para as atividades de culto com a impressão de brochuras religiosas e do semanário “A Luz do Evangelho” para a distribuição gratuita nas missas dominicais. Mais tarde, este é substituído por “O Dia do Senhor”. A essas atividades de apoio ao culto ainda se junta, aos sábados, o programa semanal radiofónico de carácter religioso “Evangelho e Vida” (Ambrósio, 1984, p. 242).

A “Livreria S. Tomé” é o único local para a aquisição de literatura constituída por escritos religiosos, “bons livros” - nas palavras de P. Ambrósio (1984, p. 242), manuais práticos e escolares, destinados à atividade no ensino primário da própria Missão Católica. A sua secção de papelaria ainda vende artigos de escrita, lápis, canetas, papel, envelopes, impressos e outros.

O ensino primário e a estruturação, orientação e docência do liceu público é em grande parte entregue à Igreja Católica, segundo Ambrósio (1984, p. 241), o que contraria a tendência de laicismo nas restantes partes do império colonial (Pontes, 2006, pp. 30/31). Com o objetivo de educação do africano para o trabalho em mente, há uma aposta forte no ensino profissional, i. e., na “Escola d’Artes e Ofícios” (fundada em 1948), onde funciona ainda uma oficina de encadernação, além da associação da referida tipografia claretiana.

Ambrósio refere ainda que (1984), em 1941, as freguesias passam a ter arquivo paroquiais com livros de registo e ficheiros atualizados. No Centro Diocesano inaugurou-se, em 1971, o Arquivo Diocesano de São Tomé e Príncipe (p. 245).

O protestantismo

A “Missão Adventista” protestante tem uma dimensão mais reduzida, mas também está ligada ao ensino primário com uma escola, serviços sociais e médicos¹⁹, além das suas atividades de culto, desenvolvidas na lógica protestante de leitura ativa da Bíblia.

¹⁹ Agradeço a informação a Dr. O. Baia.

O espaço intermédio afro-crioulo

Neste espaço encontramos os pequenos proprietários das roças, pequenos serviços e o comércio urbano na Cidade de S. Tomé que é detentor duma parte do comércio ali existente²⁰. Enquanto “cidadão português”, o afro-crioulo tem as obrigações formais de registo pessoal junto do Estado colonial controlador. A sua relação com o mundo colonial de escrita passa ainda pelo licenciamento do negócio, pelo apuramento e pagamento de impostos, incluindo ainda os atos formais ligados à compra e venda.

A estes acrescentam-se ainda os pequenos funcionários forros nos escritórios das diversas administrações centrais, municipais, no comércio e nas roças (vide: F. Tenreiro, 1961, p. 111, pp. 207-210).

Em 1939 é criado o “Sporting Clube de S. Tomé” que se vai tornando um centro de aspirações nacionalistas da elite afro-crioula com manifestações culturais em que a escrita desempenha um papel fundamental. Seguem-se outros espaços e formas de organização cultural mais informais e publicamente menos expostos (vide também Mata, 1998, pp. 37-39; Seibert, 2001, p. 75).

O espaço subalterno africano

Os trabalhadores forçados africanos de Angola e Moçambique, também de Cabo Verde, estão constrangidos sobretudo ao espaço das roças no interior das ilhas. A sua vida e trabalho são determinadas por documentos escritos, começando pelo contrato de trabalho, assinado no país de origem, por declarações necessárias à qualquer deslocação, pela caderneta de trabalho, por listas salariais, pelo controle do cálculo das suas horas de trabalho e da conta das suas compras no pequeno comércio na roça ao fim do mês (vide: Kagan-Guthrie, 2011).

Face a este aparente domínio da escrita oficial imposta pelo poder colonial com as suas implicações no quotidiano africano, a questão que se coloca é tentar compreender, em conjunto com as pessoas visadas em STP, qual foi o seu relacionamento pessoal com a escrita/leitura alfabética na altura colonial. Como é que a escrita/leitura contribuiu para dar seguimento à sua vida, em termos pessoais, sociais, culturais e políticos? Qual foi o seu papel e como é que se manifestou, como é que se envolveram em práticas de escrita/leitura no seu dia-a-dia?

As práticas de escrita em STP

Como hipótese de trabalho, sugerimos a existência de três configurações fundamentais e, ao mesmo tempo, representativas das práticas quotidianas de escrita/leitura. O seu referencial são os espaços em que se desenvolvem, no entanto, ultrapassam-nos através da criação situacional de formas de produção e de géneros textuais que se influenciam mutuamente na solução de questões vitais, nomeadamente as

- práticas de escrita/leitura coercivas
- as práticas de escrita/leitura existenciais
- as práticas de escrita/leitura voluntárias ou libertadoras.

Entendemos por prática coerciva lidar adequadamente com as obrigações impos-

²⁰ Conversa com Sra. D. Antónia Francisca (26.12.2011).

tas pelo aparelho colonizador oficial ou das roças. Como prática existencial compreendemos a solução dos problemas mediatos ou imediatos de vida ou trabalho para a qual o uso da escrita e leitura, individual ou em grupo, se torna imprescindível. Pode significar, por exemplo, uma forma de atuação entendida como realista face aos poderes instalados ou o contato com familiares longe da residência, mas também uma forma de participação em cultos religiosos. Práticas voluntárias ou libertadoras, na altura dos anos 1950 e seguintes, talvez nos levem a conhecer novas dinâmicas culturais criadas pela escrita, um espírito de ruptura com formas entendidas como ultrapassadas ou, pelo contrário, a renovação cultural por um meio comunicacional novo que, ao mesmo tempo, cria uma relação e atitudes diferentes nos próprios atores.

Em todas as práticas procuramos entender os seus modos de criação, atuação e performance pelos participantes envolvidos.

Conclusão

Termina a nossa tentativa de esboço dalguns aspetos da cultura de escrita no quotidiano em STP pela abordagem, por um lado, do discurso ocidental sobre os modos de comunicação africanos e, por outro lado, pela apresentação da ação colonial de disciplinação e controle comunicacional do trabalhador africano e do afro-crioulo de STP. No entanto, com Barber (1996), Depelchin (2005), Smith (1999) e Wambadia-Wamba (1985) consideramos que uma conceptualização excessiva não nos leva à compreensão da atuação africana porque corremos perigo de nos encurralarmos demasiado no discurso académico eurocêntrico. Daí que pretendamos ‘entregar’ a investigação e a nossa própria pessoa aos próprios santomenses e principenses e aos antigos trabalhadores forçados, no caso, aos mais velhos, para aprender com eles a sua visão do mundo e a sua experiência histórica com a escrita.

Referências

Ambrósio, A. (1987). Dona Simoa de S. Tomé em Lisboa. O seu testamento e a sua capela. *Revista municipal*, XLVIII, 2.^a série, 21, pp. 3-22.

Ambrósio, A. (1984). *Subsídios para a história de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Amin, S. (1999). *Eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*. Lisboa: Edições Dinossauro.

Apter, A. (2007). *Beyond words. Discourse and critical agency in Africa*. Chicago: The University of Chicago Press.

Barber, K. (2007). *The anthropology of texts, persons and publics. Oral and written culture in Africa and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barber, K. (2006a). Introduction. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 1-24). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Barber, K. (2006b). Writing, genre, and a schoolmaster's invention in the Yoruba provinces. In

- K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 385-415). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Barber, K. (1989). Interpreting Oríkì as history and as literature. In P. F. F. de Morães & K. Barber (eds.), *Discourse and its disguises*. Birmingham: Center of West African Studies.
- Barber, K. (ed.) (2006c). *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Barros, J. d'A. (2010). *O campo da história. Especialidades e abordagens* (7ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Battestini, S. (2000). History. About the relationship of history and writing studies. In S. Battestini, *African writing and text* (pp. 102-159). New York, Ottawa, Toronto: Legas.
- Breckenridge, K. (2006). Reasons for writing. African working-class letter-writing in Early-Twentieth-Century South Africa. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 143-154). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Breckenridge, K. (2000). Love letters and amanuenses. Beginning the cultural history of the working-class private sphere in Southern Africa, 1900-1933. *Journal of Southern African Studies*, 2 (26), pp. 337-348.
- Castelo, C. (1998). "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Chartier, R. (2011). Defense et illustration de la notion de représentation. *Working Papers des Sonderforschungsbereiches 640*, 2/2011. Acedido em 9 Fevereiro, 2012, de <http://edoc.hu-berlin.de/series/sfb-640-papers/2011-2/PDF/2.pdf>
- Chartier, R. (1995). The readers and their books. In R. Chartier, *Forms and meanings: Texts, performances, and audiences from codex to computer* (pp. 82-97). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Congregación CMF (2008). *La Congregación Claretiana. Relación histórica*. Acedido em 17 de Fevereiro, 2012, de <http://claret1807.blogspot.com/2008/06/congregacion-cmf-pg.html>
- Curto, D. R. (2007). Introdução. In D. R. Curto, *Cultura escrita. Séculos XV a XVIII* (pp. 9-19). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Depelchin, J. (2005). *Silences in African history. Between syndromes of discovery and abolition*. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers.
- Eckert, A. (2007). *Herrschen und verwalten. Afrikanische Bürokraten, staatliche Ordnung und Politik in Tansania, 1920 - 1970*. München: Oldenbourg.
- Eckert, A. & Jones, A. (2002). Historical writing about everyday life. *Journal of African Cultural Studies*, 15 (1), pp. 5-16.
- Finnegan, R. (2002). *Communicating. The multiple modes of human interaction*. London: Routledge.
- Finnegan, R. (1977). *Oral poetry. Its nature, significance and social context*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Finnegan, R. (1967). *Limba stories and storytelling*. Oxford: Oxford University Press.
- Gadzepo, A. (2006). Public but private. A transformational reading of the memoirs and newspaper writings of Mercy Ffoules-Crabbe. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 314-337). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Ginzburg, C. (2011). *Der Käse und die Würmer. Die Welt eines Müllers um 1600* (7. Aufl.). Berlin: Klaus Wagenbach Verlag.
- Ginzburg, C., Tedeschi, J. & Tedeschi, A. C. (1993). Microhistory. Two or three things I know about it. *Critical Inquiry*, 20 (1), pp. 10-35. Acedido em 13 de Janeiro, 2012, de <http://www.jstor.org/stable/1343946>
- Gomes, M.^a I. S. C. (1964). *A atitude do nativo de S. Tomé perante o trabalho*. Trabalho final do curso de Serviço Social. Lisboa: Instituto de Serviço Social.
- Gonçalves, M. J. S. (1973). Forros de São Tomé. Uma aproximação antropológica. *Geographica*, 35 (IX), pp. 50-77.
- Goody, J. (1968/1986). Funktionen der Schrift in traditionellen Gesellschaften. In J. Goody & I. Watt & K. Gough, *Entstehung und Folgen der Schriftkultur* (pp. 25-61). Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.
- Goody, J. & Watt, I. (1968/1986). Die Konsequenzen der Literalität. In J. Goody & I. Watt & K. Gough, *Entstehung und Folgen der Schriftkultur* (pp. 63-122). Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.
- Gundaker, G. (1998). *Signs of diaspora – diaspora of signs. Literacies, creolization, and vernacular practice in African America*. New York: Oxford University Press.
- Harris, P. (2007). *Butterflies & barbarians. Swiss missionaries & systems of knowledge in South East Africa*. Harare; Johannesburg; Oxford; Athens: Weaver Press; Wits University Press; James Curry; Ohio University Press.
- Harris, P. (2001). Missionaries, marxists and magic: Power and politics of literacy in South-East Africa. *Journal of Southern African Studies*, 27, (3), pp. 405-427.
- Harris, P. (1993). *Work, culture, and identity. Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Johannesburg; Portsmouth; London: Witwater University Press; Heinemann; James Curry.
- Hawkins, S. (2002). *Writing and colonialism in Northern Ghana. The encounter between Lo Daga and "The world on paper", 1892-1991*. Toronto, London: University of Toronto Press.
- Henriques, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.
- Hountondji, P. J. (2002). *The struggle for meaning. Reflections on philosophy, culture and democracy in Africa*. Ohio: Ohio University Press.
- Hountondji, P. J. (1997). Introduction: Recentring Africa. In P. J. Hountondji (ed.), *Endogenous knowledge. Research trails* (pp. 1-39). Dakar: CODESRIA.
- Jerónimo, M. B. (2010). *Livros brancos, almas negras. A "missão civilizadora" do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Jerónimo, M. B. (2006). Os missionários do alfabeto nas colónias portuguesas (1880-1930). In D. R. Curto (Dir.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (pp. 29-67). Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, MCES.

Kagan-Guthrie, Z. (2011). Repression and migration. Forced labour exile of Mozambicans to São Tomé, 1948-1955. *Journal of Southern African Studies*, 37 (3), pp. 449-462. Acedido em 27 de Janeiro, 2012, de <http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2011.602885>

Khumalo, V. (2006). Ekukhanyeni letter-writers. A historical inquiry into epistolary network(s) and political imagination in Kwazulu-Natal, South Africa. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 113-142). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Kootz, A. & Pasch, H. (Hsg.) (2008). *5000 Jahre Schrift in Afrika. Entstehung – Funktionen – Wechsel* (Begleitband zur Ausstellung in der Universitäts- und Stadtbibliothek Köln vom 7. November 2008 bis 8. Januar 2009). Köln: Universitäts- und Stadtbibliothek.

Krüger, G. (2009). *Schrift – Macht – Alltag. Lesen und Schreiben im kolonialen Südafrika*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag.

Krüger, G. (2007). Literalitätsgeschichte in "Außereuropa". Zur Briefkultur von Wanderarbeitern in Südafrika um die Jahrhundertwende. In A. Messerli & R. Chartier (Hrsg.), *Scripta volant, verba manent. Schriftkulturen in Europa zwischen 1500 und 1900: Les cultures de l'écrit en Europe entre 1500 et 1900* (pp. 449-479). Basel: Schwabe Verlag.

Krüger, G. (1996). Historical patterns of writing and literacy in South Africa. neither destroyed orality – nor incomplete literacy. In Geisteswissenschaftliches Zentrum Moderner Orient, *Workshop: Orality and Literacy in African Societies*, held at the Institute for African and Ethiopian Studies, University of Hamburg, July 4-5, 1996. Acedido em 13 de Setembro, 2010, de <http://www.zmo.de/personen/Ehemalige/Reinwald/orality/11Krue.htm>

Lévi-Strauss, C. (1973). *Das wilde Denken* [Original em francês: *La pensée sauvage*]. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag.

Levy-Bruhl, L. (1910). *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris: Félix Alcan.

Mata, I. (2010). *Polifonias insulares. Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

Mata, I. (1998). *Diálogo com as ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

Miescher, S. F. (2006). "My own life". A. K. Boakye Yiadom's autobiography – the writing and subjectivity of a Ghanaian teacher-katechist. In K. Barber (ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 143-154). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.

Nascimento, A. & Cardoso, P. (dir.) (2008). *Atlas da lusofonia. São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.

Nascimento, A. (2007). *O fim do caminhu longi*. S. l.: Ilhéu Editora.

Nascimento, A. (2003). *A Misericórdia na voragem das ilhas. Fragmentos da trajetória das Misericórdias de S. Tomé e Príncipe*. S. l.: Edição do autor.

- Nascimento, A. (2002a). *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Novecentos*. S. l.: Edição do autor.
- Nascimento, A. (2002b). *Desterro e contrato. Moçambicanos a caminho de S. Tomé e Príncipe (Anos 1940 a 1960)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Nascimento, A. (2001). S. Tomé e Príncipe. In J. Serrão & A. H. D. O. Marques (Dir.), *Nova História da expansão portuguesa (vol. XI). O império africano (1890-1930)* (pp. 201-258). Lisboa: Editorial Estampa.
- Newell, S. (2006). Entering the territory of elites. Literary activity in colonial Ghana. In K. Barber (Ed.), *Africa's hidden histories. Everyday literacy and making the self* (pp. 211- 235). Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Newell, S. (2002). *Literary culture in colonial Ghana. "How to play the game of life"*. Manchester: Manchester University Press.
- Newell, S. (2001). 'Paracolonial' networks. Some speculations on local readerships in colonial West Africa. *Interventions*, 3 (3), pp. 336-354. Acedido em 21 de Julho, 2011, de <http://dx.doi.org/10.1080/713769068>
- Oliveira, J. E. d. C. (1993). *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: IICT e Instituto para a Cooperação Económica.
- Peterson, D. R. (2004). *Creative writing. Translation, bookkeeping, and the work of imagination in colonial Kenya*. Portsmouth [USA]: Heinemann.
- Pinto, M. d. R. (2006). *Relação do descobrimento da Ilha de São Tomé*. (Fixação do texto, introdução e notas de A. M. Caldeira). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Pontes, J. X. d. S. (2006). *Um subsídio para a história da educação em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Roberts, P. A. (1997). *From oral to literate culture. The colonial experience in the English West Indies*. Kingston: The Press University of the West Indies.
- Seibert, G. (2001). *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.
- Seibert, G. (1995-1999). São Tomé e Príncipe. Boatos, rádio Boca a Boca e panfletos anónimos na cultura política local. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18-22, pp. 299-316.
- Seiler, F. - U. (2009). *A comunicação e o saber filosófico contemporâneo africanos. Estudo exploratório de uma epistemologia comunicacional africana* (Dissertação do Mestrado). Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Seiler, F. - U. (1988). Angola – 'lusophon' oder 'bantuphon'?. *Tranvia*, 8.
- Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies. research and indigenous people*. London: Zed Books; Dunedin: University of Otago Press.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak?. In Nelson, C. & Grossberg, L. (eds.). *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Urbana: University of Illinois Press.

- Street, B. V. (1984). *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Street, B. V. (ed.) (1993). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sum Marky (1963). *Vila Flogá*. Fundão: Tipografia do “Jornal do Fundão”.
- Tavares, A. P. & Santos, C. M. (2002). *Africae monumenta. A apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Tempels, P. (1965). *La philosophie bantoue* (3^a ed.). Paris: Présence Africaine.
- Tenreiro, F. J. (1961). *A ilha de São Tomé. Estudo geográfico*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Vail, L. & L. White (1991). *Power and praise poem. Southern African voices in history*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Wamba-Dia-Wamba, E. (2003). Introduction. “I, too, am a researcher in African philosophy”. *Journal of African Philosophy*, 2. Acedido em 30 de Março, 2009, de <http://www.africanphilosophy.com/issue2/diawamba.html>
- Wamba-Dia-Wamba, E. (1985). *Experiences of democracy in Africa. Reflections on the practice of communalist palaver as a method of resolving contradictions among the people*. Acedido em 30 de Março, 2009, de <http://otabenga.org/files/wamba1.pdf>

Jared Staller
University of Virginia, USA

jgs3q@virginia.edu

Pessimistic History: Santomean Identity, Pessimism and History in two 19th century texts

This paper adds to the scholarly literature about the Santomean past by analyzing the specific language used in the 19th century texts written by José Joaquim Lopes de Lima and Raimundo José da Cunha Matos. By considering the literary techniques employed by these two writers, the paper can elucidate the literary trends that became entrenched as standard ways of writing and thinking about São Tomé. In particular, Matos and Lima presented images and language of varying societies on São Tomé island, but they wrote about these as a singular colonial society. Their singular island society came to define the idea of “São Tomé” for foreign readers and local people.

Palavras-chave: São Tomé, literature analysis, intrigue, disorder, decadence

História Pessimista: Identidade Santomense, Pessimismo, e História em dois textos do século dezanove

Este trabalho contribui para a literatura académica sobre o passado santomense, analisando a linguagem específica utilizada nos textos do século 19 escritos por José Joaquim Lopes de Lima e José Raimundo da Cunha Matos. Por considerar as técnicas literárias empregadas por estes dois escritores, o papel pode elucidar as tendências literárias que se tornaram entrancheirados como formas padronizadas de escrever e pensar sobre São Tomé. Matos e Lima apresentou imagens e linguagem de diferentes sociedades em São Tomé ilha, mas eles escreveram sobre estes como uma sociedade singular colonial. Sua singular sociedade passou a definir a idéia de “São Tomé” para os leitores estrangeiros e habitantes locais.

Keywords: São Tomé, análise de literature, intriga, desordem, decadência

Introduction

This paper, part of an in-progress dissertation chapter, is about what specific intellectual features were added to the idea of “São Tomé” by Raimundo José da Cunha Matos and José Joaquim Lopes de Lima in the early nineteenth century.¹ While these two writers could be separated they will be discussed here in the same context because their contributions to the idea of “São Tomé” have historically been considered in relation to each other. The main reason for this is that Lima’s book drew heavily on Matos’s relatively obscure account. Lima’s book was more popular, but because Matos’s was based on personal experience on the island it lent authority that Lima’s account would not have otherwise had. The conclusion is that these men both added to the intellectual history of São Tomé in two ways. First, they added specific language that became enmeshed with the idea of São Tomé. São Tomé was understood from the earliest times as a fertile paradise that was as diseased as it was beautiful. Also, the political documents from the first couple of centuries demonstrated that social conflict was a norm. To these ideas Matos and Lima added specifically the pessimistic glosses of São Tomé as a place of disorder, intrigue, and decay. Second and perhaps more importantly, the paper concludes that Matos and Lima, rather unwittingly, added an intellectual coherency to the idea of São Tomé that had not been publicized previously and did not reflect the experience of living on the island among the social dissensions.

Raimundo José da Cunha Matos – Intrigue and Disorder

The first person to systematically investigate Santomean history in the 1800s was Raimundo José da Cunha Matos. Matos, born 2 November 1776 in Faro (Portugal), joined an artillery regiment when he was fourteen years old. He served in active duty from 1793-96 and attained the rank of *marechal do campo* (the highest rank in the Brazilian army) in 1834. Besides his military accolades Matos was recognized as an astute observer and historian of the places where he lived and served including Rio de Janeiro, Goyaz, and São Tomé and Príncipe. Matos was stationed in São Tomé and Príncipe from 1798-1817 serving in a variety of posts on both islands, including governor on Príncipe. While living in Príncipe (1809-11) Matos married a local woman and produced children (including Coronel António Henriques da Cunha Matos).²

Raimundo Matos lived in São Tomé towards the end of the period that historians call the “great [economic] fallow” (1644-1858) and his short exposition of the island and its people reflects that general sentiment of São Tomé as lacking. His estimation that São Tomé was economically and politically lacking closely mirrors that of an eighteenth-century Portuguese administrator on São Tomé, Lucas Pereira d’Arújo

¹ I would like to thank the conference organizers for allowing me to include this paper as part of the conference proceedings despite the fact that I was unable to attend in person due to a series of last-minute grave family problems.

² There are numerous accounts of Raimundo José da Cunha’s life and career in Portuguese sources. Most of the Portuguese sources derive from Lopes (1841). A very thorough summary of his career that focuses on the Santomean component is in Mello (1948). In English the longest description of his career that I am aware of is in Adams (1900, p. 281). The entry for RJ da Cunha Matos was written by US born naturalist Herbert H. Smith who researched the flora and fauna of Brazil.

e Azevedo. (Azevedo, 1978) But, the content of Matos's history defers to an earlier eighteenth-century text written by São Tomé native Padre Manuel do Rosário Pinto because he used that text as primary source material.³ Matos's *Chorographia Historica das Ilhas de S. Thomé e Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó* (hereafter *Chorographia Historica*) assembles the historical narrative of Pinto with Azevedo's emphasis on what São Tomé lacked as well as his own experiences on the island.⁴ What Matos offered most to the intellectual history of São Tomé, besides adding information that occurred after Pinto's account ended, was a new vocabulary to describe the island and its people. Two particular words are very prevalent in Matos's text: disorder (*desordem*) and intrigue (*intriga*).

The *Chorographia Historica* was first written in 1815, though it was not published widely until 1842, which seemed to be a very difficult historical moment in São Tomé's history. With the Portuguese crown having to flee Brazil in 1808, the British were basically free to enforce their naval prowess in the Gulf of Guinea and they systematically weakened Santomean slaving. Santomean sugar was no longer a valuable commodity on the world market, and Matos noted that by 1797 only one sugar mill on the island was still operational (1963, p. 141). Most of the island's agriculture was for subsistence purposes or to provide foodstuffs for passing ships. Although coffee had been introduced to the island around 1800 and had become the leading export crop, it was still not bringing much wealth to the island. Matos left in 1817, five years before the other nineteenth-century cash crop (cacao) would be introduced. Further, as a military man and politician, Matos was a first-hand witness to the decay of both military and political facilities and the disarray of finances and records.

A few examples of the extent of Matos's glosses on São Tomé's history and society as disorderly and full of intrigue are necessary to illustrate the point about how much his words have impressed the writers who followed him. One passage about Santomean society in the late 1500s is worth quoting at length because it set the context in which Matos wrote the rest of his historical narrative.

Already the intrigue of those ages spewed (*vomitavam*) the infernal poison that infected the new colonists, and their successors, like them, who repeated personal grievances at the feet of the royal throne, accusing each other of the most atrocious crimes. They not only construed themselves as arrogant, and intractable, but also wanted to affect independence, and sovereignty over the heads of the immense [numbers of] slaves that they controlled (*dispunham*). Murders, arsons, assaults, kidnapping, robberies, armed violence against public officials, contempt (*despreso*) against the governors or captains, all was put into practice by the powerful inhabitants of São Tomé, true little princes (*regulos*), and tyrants of their country. With their riches they did commit unheard of cruelties, and acts of rebellion that only cowardice or [personal] interest let go unpunished (Matos, 1905, p. 6).

³ Manuel do Rosário Pinto (2006, p. 34) Father Atanásio Lopes da Cruz had a worn and mutilated version of Pinto's text that he bequeathed to his son who eventually offered it to Matos.

⁴ Matos (1905) The book had multiple publications in 1815, 1842, 1905, 1916, and as a testament to its historical usefulness Governor Custódio Miguel de Borja ordered that it be published (in small sections) in the colony's *Boletim Oficial* between January 1880 and March 1882. I will cite the 1905 (3rd) edition.

Matos went on in the next paragraph to write that public officials, especially those in charge of public funds and record keeping often used their position to benefit themselves and their friends, and harm rivals. After mentioning a few other abuses, Matos wrote “Honesty went often (*andava muito*) in disuse in this Island” (1905, p. 7).

Matos applied his judgmental tone to the entire history of São Tomé focusing, as stated earlier, on various forms of intrigues and disorder. Writing of the power struggle between Bishop Quintanilha and Governor Coelho de Carvalho in 1613 Matos claimed, “The disorder (*desordens*) between the two powers [church and state] did not cease...” (1905, p. 12). Bishop Luiz de Barros was not only hindered by the government, but also clergy, for example the disorder (*desordens*) of canon Gaspar Pinheiro who was selling slaves illegally in 1619 (1905, p. 13). Matos wrote of the infamous political and personal struggles between Manuel do Rosario Pinto and Lucas Pereira d’Arújo e Azevedo as ‘disorders’, ‘seditions’, and ‘intrigues’ (1905, pp. 31–2). When King José I moved the colonial capital from São Tomé to Príncipe (Santo António) in 1755, the reason was ostensibly because Príncipe was healthier, however Matos commented that the healthy climate of Príncipe was exaggerated and that the real reason the king had to move the capital was because he was “attentive to what was present” (i.e. intrigues and disorder) in São Tomé (1905, p. 33). Matos implied that the relatively more serene political climate of Príncipe was conflated with a biologically less-deadly environment. For Matos the real problem was a lack of noble virtues on São Tomé going all the way back to the exodus of planters to Brazil, which was concentrated after Amador’s revolt in 1595 in which many sugar plantations were burned and the colonial government was severely threatened by the runaway slave uprising. Even Amador’s rebellion, for Matos, was a result of the disorders between the clergy and politicians because it occurred after a bishop was excommunicated, thus leaving a power vacuum that Amador seized upon. Matos seems to agree with foreign visitors to the island in the early 1600s who predicted the “total ruin” of the island after the planter nobility fled (1905, p. 11).

For Matos, the history of São Tomé could be described as filled with intrigue and disorder because the people themselves were filled with intrigue and disorder. It is unsurprising that Matos referred to the Angolares as “barbarous” given that they lived outside of the cities, were descendants of runaway slaves, and in the past had occasionally attacked plantations (1905, pp. 8–9). However, he frequently spoke of the Portuguese colonists as inherently bad as well. Bishop Luiz de Barros allegedly had “an indomitable spirit of intrigue” (1905, p. 12). For Matos, the actions of a person defined their character. Writing about the people of São Tomé he stated, “Some of them are descendants of the old nobility of São Tomé. We should not look to their appearance, but to their conduct and services; nature makes us equal, and [it is] merits that distinguish us.”⁵ From this line it is evident that Matos was judging personal value on almost medieval ideals of the nobility as a virtuous example for society. But with the early aristocracy emigrating, Matos did not find very many people in the annals of São Tomé whose actions could be considered meritorious. Instead, an

⁵ “Uns e outros são as ascendentes da antiga nobreza de S. Thomé. Não devemos olhar ao seu principio, mas ao seu comportamento, e serviços: a natureza fez nos iguaes, e os merecimentos são quem nos distinguem” (Matos, 1905, p. 3).

“arbitrary and despotic mode of governance” was preferred there while “royal service” and “zeal” were used as covers for all sorts of malice and abuses because “intrigue ruled all of the orders”(1905, pp. 24–5). The problem was that in the small space of São Tomé, where the high mortality rate frequently left seats of power (ecclesiastic, political) vacant the personal stakes for struggle were high. Matos wrote,

When I read the history of São Tomé, I almost always observe the fatal game of ‘Nation against nations’⁶ or between regular and secular clergy. I see that they did not understand in that time (just as many still do not understand) the proper limits of jurisdictions because the governor wanted to be prelate, the clergy wanted to be governor, the treasurer wanted to be a soldier, and all of them wanted to be everything (1905, p. 17).⁷

José Joaquim Lopes de Lima - Decadence

In 1844 the Portuguese politician and former interim Governor of Portuguese India José Joaquim Lopes de Lima published his expansive statistical analysis of the Portuguese colonies entitled *Ensaios Sobre a Statistica das Possessões Portuguezas...* (Hereafter *Ensaios*). Book 2, divided into two Parts, was devoted to São Tomé and Príncipe.⁸ Lima’s text continues to be one of the most influential works about the island. Because the *Ensaios* was so widely published it was used as the basis for later writings, however Lima went into the archives to derive his material and for the recent material about São Tomé he adopted not only the facts but also the language of Matos. That is, Lima gave a very public form to Matos’s pessimistic expression.

However, not all of Lima’s negativity was borrowed from Matos. The Portuguese were under attack intellectually from other European powers (mostly Britain) who viewed them as irrational. Rochelle Pinto argued that, “While the production of racial categories had begun much earlier, the mid- to late-nineteenth century in Portugal saw these categories being rerouted through institutions, laws, and texts for the organization of information about the colonies that would respond to the European demand for the scientific and rational colonialism that Portugal was said to lack” (Pinto, 2010, p. 322). Pinto cited Lima’s work as the exemplar of this Portuguese attempt to carefully and rationally delineate racial and colonial power structures. The very title of his book, (translated as) “Essays about the Statistics of Portuguese Possessions,” suggests an extremely rational and categorizing attempt to marshal evidence about the Portu-

⁶ “Nation against nations” is “Gens contra gentem” in Matos’s text (p. 17), which is a Latin line taken from the Old Testament and referenced by Jesus in the New Testament. (Isaiah 2:4 and Luke 21:10). The prophet Amos envisioned the end times as peaceful when the whole world would recognize the Jewish God as Lord and he would judge them all justly. Isaiah 2:4 (New International Version) “He will judge between the nations and will settle disputes for many peoples. They will beat their swords into plowshares and their spears into pruning hooks. Nation will not take up sword against nation, nor will they train for war anymore.” From the Latin (Vulgate Bible) “et iudicabit gentes et arguet populos multos et conflabunt gladios suos in vomeres et lanceas suas in falces non levabit gens contra gentem gladium nec exercebuntur ultra ad proelium.” (Italics mine) The New Testament version is less optimistic. In it Jesus describes for the apostles the violent and tumultuous struggles during the end times before his final resurrection. “Then he said to them: “Nation will rise against nation, and kingdom against kingdom.” From the Latin, “tunc dicebat illis surget gens contra gentem et regnum adversus regnum.” (Italics mine) Given Matos’s sensational language regarding the contentiousness of Santomean politics, a reference to apocalyptic conflict is unsurprising and seems more likely than a reference to a peaceful vision of humanity.

⁷ “Quando leio as memorias de S. Thomé, quasi sempre observe o fatal jogo de ‘Gens contra Gentem’ ou seja entre ecclesiasticos, ou entre seculares. Parece que não se conheciam n’aquelle tempo (assim como ainda agora muitos não conhecem) os justos limites das jurisdições, porque o governador, queria ser prelado, o cabido queria ser governador, o ouvidor queria ser soldado, e todos ells queriam ser tudo.”

⁸ The other books included Cape Verde, Angola, Mozambique, Goa, and Timor/Macau and their surrounding territories.

guese colonies into a single, usable format.⁹ According to Pinto this, “accumulation of information and its appropriate showcasing worked as a discursive defense against the decline in number and profitability of Portugal’s colonial holdings across the world” (p. 322). Thus, Lima’s pessimism was directed both at islanders, in the sense that he was involved in a project of creating and reifying racial boundaries where people living on São Tomé were less than the Portuguese, and at the Portuguese for losing profitable colonial possessions (i.e. Brazil in 1822) and following an irrational form of colonialism. In terms of the intellectual history of São Tomé, it is perhaps less important why Lima wrote a largely negative text and more important that he continued and solidified the long history of writing about the island focusing on concepts like irrationality (and its myriad synonyms), a sense of ‘lacking’ (culturally, economically...), and to these he added overtly racialized concepts of society and power.

Lima’s emphasis for writing a response to accusations of Portugal as backwards and irrational led him to focus heavily on getting the facts right. Freely admitting that he had not visited the island and understanding the lack of authority that entailed, Lima described the source material that guided him as, “carefully chosen official documents, narratives chosen from competent authors and from trustworthy visitors [to the island]” (Parte I p. 45). His data from the early period of Santomean history was based on the authority of well-established Portuguese historians and chroniclers like João de Barros, Garcia de Resende and Rui de Pina. For more specific data about the island itself Lima relied on the *Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé* by an anonymous Portuguese pilot (Caldeira, 2000) and documents held in the Livro da Ilha (“Book of the Island”) in the Torre de Tombo archives. Lima contradicted the data provided by a source if better data was available. For example, even though he frequently cited Matos’s “true and interesting” book that was “abundant with facts and news collected from good sources,” the dates, particularly for the 16th century, did not “match with those Torre de Tombo records, which I have faithfully followed” (1844, Parte I p. xiii).¹⁰ Regarding the issue of King José I moving the colonial capital to Príncipe allegedly because it had a healthier climate (again, 1755), Lima followed the King’s assertion. He disputed those, like Matos, who claimed that Príncipe was not healthier than São Tomé and, in particular, refuted a publication from Madrid that claimed Príncipe was actually “more unhealthy” (1844, Parte I p. xiv).¹¹ What truly makes Lima’s analysis so strong, and why historians continue to rely on it, is his inclusion of statistical data and analysis of that data. His data, reprinted from the Imprensa Nacional, date mostly between the mid 1830s and 1842. His tables included statistical information about population¹², a chronological list of governors (from 1586) and other officials (from 1600), military personnel, Bishops at the São Tomé See (since 1534), various economic charts relating mostly to imports/exports and total receipts, and a list of convicts (*degradados*) sent to São Tomé. His book also contains the most accurate

⁹ The translation of the title provided is a literal translation. Perhaps a more proper translation into English would be, “Statistical Survey of the Portuguese Possessions” or “The State of the Portuguese Possessions” because Lima’s text is much more of a statistical analysis than what is usually considered as standard for an essay.

¹⁰ See footnote 1 in Lima.

¹¹ See footnote 1 in Lima.

¹² Broken down by parishes/districts, gender, race, free/slave status.

map of São Tomé from that time.

Together with his reliance on authoritative sources and rational presentation of facts, Lima used carefully crafted language to construct a rational image of São Tomé. He knew the power of language dating back to his time as a pamphleteer in Brazil during the constitutional monarchy movement of the early 1800s (Schultz, 2000). During that movement the critics of absolutist government knew that in order to change government a new language was needed to shape public interest. Kirsten Schultz argued that for all of the pamphleteers, “To be a constitutionalist... was to speak as a constitutionalist” (p. 17). In Brazil Lima had argued that instead of a new political language, constitutionalists needed to reclaim the “genuine meaning” of political language that absolutist politicians had “transformed only to deceive” (Schultz, 2000, p. 18) To this end he created a dictionary, and a subsequent supplement to that dictionary, of the new rhetoric of liberalism that sought to reclaim both the original meaning of political words as well as the original human rights that absolutism corrupted.¹³ Twenty-three years after his writing dictionaries Lima still claimed the “national interest” as his literary agenda while manipulating language to highlight the causes of social and economic decline in São Tomé (Lima, 1844, Parte II, p. 45).

With a better understanding of Lima’s manipulation of language, the double pessimism (about both São Tomé and Portugal) expressed in carefully chosen words in his text exhibits his idea of São Tomé as a colonial tragedy, the very opposite of ‘progress’ that was so important in the nineteenth century. São Tomé was a colony ruled by self-interested absolutists (*roça* owners – the local Camara) that had been abandoned by Portugal regardless of its earlier (and potential) wealth. In his words, “With arms crossed we [the Portuguese] have done nothing to enjoy what is left” of the economic potential of São Tomé (Lima, 1844, Parte II, p. 45). And, for Lima, the fortunes of São Tomé were tied to those of Portugal. He argued that with the death of King João III in 1557 (which began a tumultuous period for the Portuguese monarchs), the “decadence” of the island began and included pirate attacks and rebellions (1844, Parte II, p. 8). A “chain of sinister events” engulfed both the island and the monarchy in the early 1500s that led to the Portuguese crown being claimed by Spain in 1580 and from “opulence to the mean state” that now defined São Tomé (1844, Parte II, p. 9.). The power vacuum created by a foreign royal power and fleeing islander nobility left São Tomé to the “feuds and partialities of the overly powerful proprietors ... and the fatal inability of poorly chosen officials” (1844, Parte I, p. xii). Plantation owners were not the only absolutists. The Italian Capuchins established a house on the island in 1648 and had a “monarchic power”(1844, Parte I, p. xiv). Clearly, Lima’s constitutionalist stance led him to understand São Tomé as a colony abandoned by Portugal and left in control of persons with unchecked power.

Beyond the language and description of abandon and absolutist power, Lima also added perhaps the most widely repeated word in the historiography to the idea of São Tomé: decay (*decadencia*). Relying as he did on Cunha Matos, Lima observed plenty of ‘intrigues’ and ‘disorders.’ He wrote that what led King José to move the

¹³ José Joaquim Lopes de Lima, *Diccionario Circundatico Ou Explicação Das Phrazes Dos Circundas [...]* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821); José Joaquim Lopes de Lima, *Suplemento Ao Diccionario-Circundatico [...]* (Rio: Imprensa Nacional, 1821).

capital to Príncipe in 1753 was an “uninterrupted series of disorders (*desordens*), intrigues (*intrigas*), and confusions (*desconcertos*)” (1844, Parte I, p. xiv). But with his emphasis on statistical information, that is the quantifying of people and commerce, Lima could only note that São Tomé seemed to be in a perpetual state of being less than it had been. With the ambitious planter class leaving, São Tomé was a “country sick of itself, and headed to decay (*decadencia*)” (1844, Parte I, p. xii). He summarized the “single narrative” of the 17th and 18th centuries as “the progressive decadence of these islands” (1844, Parte I, p. xv). The sugar-plantation society that the first productive cultivators had built into opulence was abandoned by them following internal attacks and upheaval in Portugal, ruined by the absolutist and incompetent ruling elite¹⁴ that filled the power vacuum, and unfortunately the “mean faculties of the poor cultivators”¹⁵ determined that they could produce nothing more than basic foodstuffs to sell to passing (foreign) ships.

The emphasis on decadence in nineteenth-century Portuguese writing is typically discussed by scholars as relating to the latter decades particularly in works by Teófila Braga, Antero de Quental, and João Pedro de Oliveira Martins, but all of those men admittedly derived their perspective from Portugal’s greatest historian, Alexandre Herculano, who wrote fiction and non-fiction in the early nineteenth century that taught the Portuguese people about their own past with widely acclaimed literary style.¹⁶ During Lima’s time there were others besides Herculano utilizing the language of decay notably the Prime Minister Sá de Bandeira who occasionally spoke of the African colonies as in decline due to corrupt colonial officials and Lima Leitão (doctor, politician, and writer) who argued colonial decline was due more to unjust colonial politics than corrupt people (Marques, 2006, p. 199). If decadence was a common theme, at least a current one, during the 1820s and 30s in Portugal it cannot be said that Lima invented the use of the term in reference to São Tomé. However, once he applied the term to the written idea about São Tomé it was followed almost without question by all later writers until the present time.¹⁷

So far this paper has focused mostly on how the Matos and Lima shared a similarly pessimistic view of the Santomean past and present, however by the time that Lima was writing in 1844 race was becoming an increasingly rigidified and political issue so that his emphasis on decadence was expressed in racial terms that were not as overtly prevalent in Matos’s work. In 1815 Matos certainly understood society as separated into social groups, and skin color had long been noted in Portuguese texts. In this class structure, the markers of social stratification were divided along lines of merit, not race (at least not ostensibly). So, as quoted above, Matos could argue that, “nature makes us equal, and [it is] merits that distinguish us.” The intrigues and disorders on São Tomé were due to individual actions and personal moral failings.

¹⁴ Lima identified the various groups in this elite as the ecclesiastical, colonial, and local (*Senado da Camara*) officials calling them an “oligarchy of various colors, that has ruled with the flame of Discord the way Rome maintains itself with the flame of the Vestments” (Lima, Parte I, p. xiv).

¹⁵ Here the ‘poor cultivators’ are clearly the Forros – descendants of slaves freed in the early 1500s (Lima, 1844, Parte I, p. xvi).

¹⁶ In fact, probably the most famous work on Portuguese decadence from the time was Quental’s paper “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares,” (24 May 1871) delivered at the famous Lisbon Conference, which sought to systemize many of Herculano’s theses.

¹⁷ One example will suffice. Writing about the Portuguese-British agreement to end slaving, the last lucrative economy in São Tomé, Neuma Brilhante recently surmised that the 1815 law “would seal the complete decadence of the island” (Brilhante, 2009, p. 93). “A proibição do tráfico estabelecida em 1815 selaria a decadência completa da ilha.”

However, Lima argued in 1844 that the decadence of São Tomé was linked inherently to humans with an understanding of a rigid biological hierarchy that indicated intelligence and social utility. Lima felt that a general pattern of darkened skin tone on São Tomé was reflective of increasing social decay. “It is true however, that since the beginning of the 18th century (at least) there has been a progressive diminishing (and more noticeably in the 19th century) not only of the white population, but also the creole (*parda*) population, which shows clearly the decadence of the country and the lack (*falta*) of the necessary mixing of the races...”¹⁸ The black Forros, members of a group of African slaves that had been freed in the early 1500s and were Portuguese citizens, needed to be replaced by a “race less indolent and corrupt,” even if that meant increasing the number of Portuguese convicts on the island (Parte I, p. 85).¹⁹ Apparently for Lima any white persons, even criminals, who could help to lighten the skin tone of children in São Tomé, might thereby reverse the descent into decadence. Though modern scholarship is very attuned to the historical process of ‘othering’ latent in colonialism, the Portuguese in the early 1800s were a special case because they essentially considered themselves as the ‘others’ to the British. Given the context in which both men lived, when Portugal was faced with the loss of Brazil and pressure from the British to suppress the slave trade, it is unsurprising that both men saw ruin and decay in the island, Matos while living in Príncipe and Lima when he studied the Lisbon archives and official statistics.

Conclusion – “São Tomé”

This paper claims to demonstrate links between Matos’ and Lima’s writings and identity formation. But, beyond linking the racialization of politics to literature, little about a specific identity has been said. Which identity was being created in these texts? Forro identity, Angolares identity, creole identity, and even local Portuguese identity were all described. Local food and ritual customs (among other cultural activities) for the various groups were noted by both Matos and Lima, and yet they do not appear here. What this paper, hopefully, has demonstrated is that while Matos and Lima were explicitly describing social life on the island between various groups, they were also creating another category for outside audiences. Their descriptions of “São Tomé” implied a coherency that would not have made any sense to islanders involved in the contentions. Only in a single written work, read by outsiders with virtually no context about the island, could all of those social conflicts be understood as part of a unified society. In fact, many comments by the authors themselves suggest that the idea of one society was incorrect. They both emphasized that large planters lorded over their own lands like tyrants or “little princes” – hardly a cohesive image of society even among those who considered themselves Portuguese. In simpler terms, Matos and Lima witnessed (in person or in archives) island societies, but they wrote

¹⁸ “É certo porém, que desde o principio do seculo 18 (pelo menos) se tem ali observado uma diminuição progressiva (e mais sensivel no seculo 19) não só da população branca, como tambem da população parda, o que demonstra evidentemente a decadencia do paiz, e a falta do tão necessario cruzamento das raças...” (Lima, 1844, Parte I p. 84).

¹⁹ Lima also called for *degradados* to be sent from his former colonial post, Goa. Little evidence needs to be provided about how Europeans viewed Africans negatively. For another example by Lima, see his descriptions of the “barbarous” peoples of Dahomey (p. 88-9).

about an island society. The intellectual coherency of “São Tomé,” and by extension a Santomean identity, were created in their earliest widely publicized forms by Matos and Lima. Whether the pessimism about the island came from locals or from Portuguese visitors, the idea of São Tomé and local society was to be burdened with the language of intrigue, disorder and decay for over century.

References

- Adams, C. K. (ed.) (1900). *The Universal Cyclopaedia* (vol. 3). New York: D. Appleton & Co. e A. J. Johnson & Co.
- Azevedo, L. P. d’A. e (1978). *Memórias Da Ilha De Sam Thomé*. Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Museu Nacional de São Tomé e Príncipe.
- Brilhante, N. (2009). Nas Franjas do Império Ultramarino Português: a Experiência Insular de São Tomé e Príncipe no Despertar dos Oitocentos. *História* (São Paulo), 28 (1), pp. 71-97.
- Caldeira, A. (ed.) (2000). *Viagens de um Piloto Potuguês do Século XVI à Costa de África e a São Tomé*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Lima, J. J. L. de. (1821a). *Diccionario Carcundatico ou Explicação das Phrazes dos Carcundas [...]*. H.G. 10125. BNL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Acedido em 15 Fevereiro, 2012, de <http://purl.pt/6641/1/P1.html>.
- Lima, J. J. L. de. (1821b). *Supplemento ao Diccionario-Carcundatico [...]*. H.G. 10126. Biblioteca Nacional. Rio: Imprensa Nacional. Acedido em 15 Fevereiro, 2012, de <http://purl.pt/6666/1/P1.html>.
- Lima, J. J. L. de (1844). *Ensaio Sobre a Statistica Das Possessões Portuguezas Na Africa Occidental e Oriental; Na Asia Occidental; Na China, e Na Oceania* (vol. II). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lopes, J. B. da S. (1841). *Corografia; ou, Memoria Economica, Estadistica, e Topografica do Reino Do Algarve*. Lisboa: Typ. da Academia.
- Marques, J. P. (2006). *The Sounds of Silence: Nineteenth-century Portugal and the Abolition of the Slave Trade* (vol. 4). New York: Berghahn Books.
- Matos, R. J. da C. (1905). *Chorographia Historica das Ilhas de S. Thomé e Principe, Anno Bom e Fernando Pó* (3ª ed.). S. Thomé: Imprensa Nacional.
- Matos, R. J. da C. (1963). *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na Africa*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- Mello, J. B. P. de (1948). *O Coronel António Henriques Da Cunha Matos: (1810-1890)*. Vila Nova de Famalicão: Oficinas Gráficas “Minerva”, de Gaspar Pinto de Sousa, Successores.
- Pinto, M. do R. (2006). *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Pinto, R. (2010). A Travelling Science: Anthropometry and Colonialism in the Indian Ocean. In S. Moorthy & A. Jamal (eds.), *Indian Ocean Studies: Cultural, Social, and Political Perspectives* (pp. 337-357). New York: Routledge.

Schultz, K. (2000). Royal Authority, Empire and the Critique of Colonialism: Political Discourse in Rio De Janeiro (1808-1821). *Luso-Brazilian Review*, 37 (2), pp. 7-31.

Joseph Abraham Levi

The George Washington University, USA

jalevi21@gwu.edu

São Tomé e Príncipe Um Laboratório Atlântico: Diásporas e Dinâmicas Literárias

Após uma breve, porém necessária, digressão pelos diferentes géneros de literatura oral são-tomense, neste trabalho concentrar-nos-emos na produção literária das Ilhas do Nome Santo antes, durante e depois da independência (1975). Apesar de, óbvia e inevitavelmente, o arquipélago possuir características com ecos em outras literaturas africanas, lusófonas e não — primae inter pares as de Cabo Verde e Guiné-Bissau — São Tomé e Príncipe possui uma literatura (oral, escrita e híbrida) que a destaca das suas congéneres africanas, lusófonas em particular. Os intercâmbios transatlânticos entre os séculos XV-XX também deixaram um marco indelével na produção literária dessa jovem nação africana. A deslocação e subsequente colonização europeia e o tráfico transatlântico (parte do mais abrangente comércio triangular), assim como as Diásporas e (i)migrações transcontinentais — impostas ou voluntárias — influenciaram os vários géneros e motivos literários são-tomenses, sobretudo os contos e as representações teatrais, talvez os melhores exemplos do encontro e da miscigenação de mais de duas culturas e línguas a unir três continentes. Consequentemente, este contacto polivalente entre todos os lados e todas as latitudes do mundo atlântico teve a sua contrapartida ao nível cultural. A literatura são-tomense, em língua portuguesa e/ou nos vários crioulos de base lexical portuguesa falados no Arquipélago, é talvez fundamental para desvendarmos as dinâmicas que — durante quase cento e vinte lustros (apesar de a Época dos Descobrimentos ter oficialmente iniciado em 1415, com a tomada de Ceuta, os navegadores portugueses, com a preciosa ajuda de marinheiros genoveses, pisanos, catalães e maiorquinos, entre as demais etnias de cunho não português, começaram a explorar os mares já durante o fim do século XIII e a primeira década do século XIV), na Europa e em África, e mais de cem lustros para as Américas — atraíam, repeliam e uniam três continentes e os seus habitantes.

Palavras-chave: crioulo, diáspora, literatura oral, literatura escrita, miscigenação, teatro

After a brief introduction to the oral nature of the literature from São Tomé and Príncipe, in this work I shall look at the literary production that sprung from this archipelago before, during, and after its independence from Portugal (1975). Though portraying features found in other Lusophone — (particularly Cape Verdean) or pan-African literatures, São Tomé e Príncipe boasts a unique body of work that sets it aside from most contemporary African nations (as in the case of Cape Verde and Guinea Bissau). The transatlantic exchanges that occurred between the fifteenth and the twentieth century also left a mark in the literary production of this young African nation. European settlement and colonization, transatlantic slavery, transcontinental Diasporas and (im)migrations — enforced or chosen/self imposed — had all an effect on São Tomean literary genres and motifs, particularly short stories and the theatrical representations, perhaps the best examples of this encounter/mixing of two or more than two cultures and languages. Hence, the sociopolitical and economic experimentation(s) that occurred everywhere in the Atlantic world had, per force, a counterpart at the cultural level. São Tomean literature, in Portuguese and/or in any of its Portuguese-based Creoles spoken in the archipelago, is perhaps one of the keys to understanding the complex dynamics that — for almost six hundred years, for Europe and Africa, and more than five hundred years (Modern Area interests in and occupation of other spaces outside Europe officially began in 1415 with the Portuguese siege of Ceuta — a Portuguese enclave in Morocco (1415-1580), then a Spanish town and seaport (1580-to the present). However, towards the end of the thirteenth century, and during the first decades of the fourteenth century, Portuguese navigators, with the aid of Genoese, Pisan, Catalan, and Majorcan sailors, were already exploring the Atlantic sea), for the Americas — have been attracting, repelling, and conjoining three continents and their people.

Keywords: creole, diaspora, literature oral, literature written, miscegenation, theater

Introdução

The meeting of cultural influences on the islands of São Tomé and Príncipe is given expression in an exciting and unusual genre of syncretic theatre, known as the *tchiloli*¹.

Dado que, aquando das suas descobertas pelos Portugueses em finais da década de sessenta do século XV, as ilhas do arquipélago de São Tomé e Príncipe se encontravam desabitadas, neste trabalho explorar-se-ão os liames entre as literaturas orais africanas, sobretudo aquelas provindas da costa ocidental africana, e o gradual, porém consistente, surgir de uma literatura são-tomense autónoma, com características próprias, inegavelmente são-tomenses.

Após um breve preâmbulo sobre as características orais de todas as literaturas africanas escritas em línguas europeias, entre as quais ressaltam as literaturas luso-africanas compostas em Português e/ou Crioulo(s) de base lexical portuguesa, a nossa atenção dirigir-se-á para a unicidade da literatura são-tomense, uma literatura com raízes na África Ocidental assim como em Portugal e no resto da Europa.

Preâmbulo

Mesmo se completamente separada dos seus “genitores culturais”, de um lado a literatura são-tomense demonstra possuir, aliás muito claramente, uma matriz africana e, do outro uma fonte portuguesa, a primeira composta por um conjunto de etnias e línguas ocidentais africanas, a segunda com raízes continentais assim como insulares, sobretudo provenientes da literatura oral/folclórica madeirense. Esta última cultura tem de facto contribuído com um *background* europeu, repleto de histórias, mitos e contos, quer seculares quer religiosos. Quanto ao primeiro legado, ou seja, o aspecto africano, a literatura são-tomense tem herdado a espontaneidade sociocultural a qual se manifesta plenamente através do rico repertório das histórias tradicionais africanas, pré e pós “contacto” com os Europeus, sobretudo os Portugueses.² Um exemplo desta feliz união, pelo menos no âmbito do teatro popular, é a tragédia, melhor conhecida com o nome de *Tchiloli/Tchilôli*, um dos melhores espécimes de arte aculturada em solo africano onde elementos europeus, portugueses e não, se fundem com antigas tradições e lendas africanas para criar um elemento completamente único e *sui generis*, sem precedentes, nem na Europa nem na África ao norte ou ao sul do Sara: “Sem dúvida que um dos mais curiosos desses casos de aculturação se refere ao *tchilôli*, isto é, às chamadas «tragédias de São Tomé» [...]”³.

¹ Caroline Shaw (1996). “Oral Literature and Popular Culture in Cape Verde and São Tomé and Príncipe”, in *The Post-Colonial Literature of Lusophone Africa* (248-273. 266.). Eds. Patrick Chabal, Moema Parente Angel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite e Caroline Shaw. Evanston, IL: Northwestern University Press.

² Escolhemos como *terminus a quo*, ou seja, como limite a partir do qual podemos com certeza falar de primeiros contactos europeus — entenda-se, portugueses — com populações africanas ao sul do Sara, o biénio 1433-1434 que viu as primeiras viagens de exploração de Gil Eanes à costa ocidental africana, sobretudo para alcançar e dobrar o famoso Cabo Bojador.

³ Tomaz Ribas (1965). “O «Tchiloli» ou as tragédias de São Tomé e Príncipe: um exemplo de aculturação afro-portuguesa” (70-77. 74). *Espiral* 6-7, 70-77. 74.

Introdução Histórica: I

O arquipélago de São Tomé e Príncipe encontra-se repartido por duas ilhas principais, nomeadamente, a de São Tomé e a do Príncipe, ambas de origem vulcânicas, situadas no Golfo da Guiné, respectivamente ao oeste do Gabão e da Guiné Equatorial. O Arquipélago — o qual também inclui alguns ilhéus e ilhas, como o Ilhéu Carçoço, os ilhéus das Rolas, das Cabras e as ilhas Tinhosa Pequena e Tinha Grande — foi descoberto entre 1460-1471, muito provavelmente em Dezembro de 1470 ou por volta de finais do mesmo ano, pelos navegadores portugueses Pêro Escobar (século XV) — um dos mais famosos pilotos portugueses do século XV, também conhecido por Pêro Escolar — e João de Santarém (século XV).

Dada a sua proximidade ao arquipélago são-tomense, durante o mesmo período também foram descobertas as ilhas de Fernando Pó — corruptela de Fernão do Pó, primariamente denominada “Ilha Formosa” e hoje rebaptizada Bioco/Bioko —, Corisco, Elobey, Mbañe e Ano Bom (outrora conhecida como Anno Bom/Ano Bon/Annobón e hoje rebaptizada Pagalu), as quais, o 11 de Março de 1770, (ulteriormente ratificado com os tratados de Santo Ildefonso, 1777, e do Pardo, 1778), juntamente com o território continental a elas adjacente, nomeadamente, a futura Guiné Equatorial, foram cedidas à Espanha em troca de mais presença portuguesa na América do Sul (o actual Estado do Acre no Brasil). Geograficamente, porém, todas estas ilhas fazem parte de um arquipélago maior, o das Ilhas da Guiné, as quais formam uma cadeia montanhosa de origem vulcânica, a assim chamada “linha dos Camarões”, a unir os arquipélagos ao continente africano, sendo o vulcão *Mount Cameroon*, nos Camarões, o seu ponto mais longínquo.

Introdução Histórica: II

[...] it should be mentioned that, somewhat typically of Lusophone Africa, poems in Sao Tomense Creole, influenced by both popular traditions and Portuguese verse forms were composed in the late nineteenth century by Francisco Stockier and in the fifties by Tomaz Medeiros (Ferreira 1976, Vol. 2: 482-488), though as in Guinea-Bissau, such efforts have been rare. In other words, since independence in 1975, oral literature in Sao Tomense Forro has continued to play a major part in public life, but literature, properly speaking, remains marginal⁴.

Contudo, só depois de uma década e um lustro, nomeadamente, a partir dos anos 1485-1486 para São Tomé e, para a ilha do Príncipe, depois de quase três décadas, assinaladamente em 1500, é que os Portugueses fizeram a sua presença *in situ* mais permanente, sobretudo graças aos seus projectos de povoamento e colonização⁵. Com Álvaro da Cunha, terceiro capitão-donatário do arquipélago, intensificaram-se os esforços para a colonização do território com a fixação permanente de colonos

⁴ George Lang (Winter, 1966). “Literary Crioulo since Independence in São Tomé, Guinea-Bissau, and Cape Verde”. *Luso-Brazilian Review* 33 (2), 53-63. 54.

⁵ Vejam-se as cartas régias listadas na bibliografia final.

europeus, sobretudo portugueses.

A 24 de Setembro de 1485 João de Paiva (século XV), escudeiro de D. João II (1481-1495), recebera uma carta régia na qual o Príncipe Perfeito lhe outorgava a Capitania de São Tomé (1485-1489). Alguns meses mais tarde, nomeadamente a 11 de Janeiro de 1486, D. João II retomara metade da capitania e, seguidos três dias, cedera-a a Mécia de Paiva “e qualquer pessoa que com ela se casar”. Infelizmente estas tentativas de colonização tiveram pouca duração. Menos de um lustro mais tarde, exactamente a 3 de Fevereiro de 1490, João Pereira recebera a Capitania de São Tomé (1490-1493). Também este fidalgo não conseguiu alcançar a meta estabelecida pela Coroa. Finalmente, a 29 de Julho de 1493, Álvaro de Caminha, Cavaleiro da Casa Real, tomara posse do arquipélago (1493-1499), começando, assim, a verdadeira colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe⁶. Álvaro de Caminha foi sucedido por Pedro Álvares de Caminha (capitão entre: 1499-1512?) o qual, talvez no mesmo ano, foi seguido por João de Melo da Câmara (capitão entre: 1512?-1522).

De um lado, abriram-se assim as portas à colonização europeia e, do outro, aliás em número mais elevado, permitiu-se a importação de muitos escravos da costa ocidental africana, estes últimos vindos de muitas e incalculáveis tribos étnica e linguisticamente diversas ou pertencentes ao mesmo ceppo linguístico/racial, entre os quais ressalta o Banto. Muitos escravos foram assim trazidos dos hodiernos países africanos: a Costa do Marfim, o Gana, o Togo, o Benim, o Níger, a Nigéria, o Gabão, os Camarões, Angola e os dois Congos.

Contudo, já a partir de 1542, muitos, se não quase todos os escravos africanos foram forçados a trabalhar nos engenhos açucareiros — os quais, por sua vez, tiveram o seu período de incubação/experimentação nas ilhas do arquipélago da Madeira — e, mais tarde, nas plantações de café e de cacau, a maioria das quais se encontrava nas mãos de judeus e/ou cristãos-novos⁷. A população europeia, ao invés, também conhecida pelo nome colectivo de “moradores das ilhas”, encontrava-se constituída por portugueses deportados, crianças sefarditas entre os zero e os treze anos de idade⁸ e, alguns anos mais tarde, outros europeus em busca de fortuna, fama e glória, entre os quais ressaltavam espanhóis, franceses e os sempre presentes genoveses.

Resulta evidente, então, que desde muito cedo a população são-tomense, assim como as suas congéneres insulares atlânticas, começou a ser constituída por indivíduos com origens étnico-raciais mistas, europeias assim como africanas, em outras palavras, crioulas, localmente denominados por “filhos da terra” e, depois da abolição da escravatura, “forros”, ou seja, pessoas livres, libertas, desobrigadas de qualquer sujeição, eufemismo aplicado aos descendentes dos antigos escravos que posteriormente foram alforriados por cartas régias de alforria. Além disso, temos de acrescentar a componente judaica a qual acaba por dar um valor único a todo o arquipélago são-tomense⁹.

⁶ Vejam-se as cartas régias listadas na bibliografia final.

⁷ Para mais informações sobre a presença judaica/cripto-judaica em ambos os lados do Atlântico, ver a bibliografia final.

⁸ Para ulteriores informações sobre as vicissitudes destas crianças de origem judaica desterradas em solo são-tomense, consultar a bibliografia final.

⁹ Os arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e das Canárias também foram receptores dessa presença judaica/cristã-nova sefardita, portuguesa assim como espanhola, no seu solo. Para ulteriores informações em mérito, veja-se a bibliografia final.

Com a abolição da escravatura, ocorrida a 3 de Fevereiro de 1876, seguiu a inevitável crise económico-laboral a qual foi prontamente aliviada com a deslocação de africanos, muitos dos quais provenientes de Angola, maioritariamente de origem étnico-racial-linguística banta. Já em 1876 o trabalho de empreitada, o assim chamado “contrato”, era de facto a norma para muitos serviços, nomeadamente, africanos lusófonos — sobretudo cabo-verdianos, angolanos e, em medida menor, moçambicanos — assim como um pequeno contingente de indo-portugueses provindos do antigo Estado da Índia (1498-1961)¹⁰, constrangidos a deixarem a sua terra natal para São Tomé, “para lá do mar”, de onde, obviamente, nunca voltariam. Veja-se, por exemplo, a produção literária do poeta e estadista angolano Agostinho Neto (1922-1979)¹¹. Os *Tongas* serão de factos os “crioulos” descendentes dos primeiros *serviçais*, apesar da sua cor de pele, etnia, raça ou língua, radicados em São Tomé e Príncipe: “[...] os *tongas* [são os] indivíduos nascidos em qualquer das duas ilhas mas filhos de brancos ou negras acabadas de ali chegar¹²”.

Durante o triste período da escravatura e do tráfico de escravos transatlântico, as ilhas de São Tomé e Príncipe foram ponto de passagem para centenas de milhares de escravos a caminho das Américas. Os Angolares, outrossim denominados *Angoleses*, alcunha outrora reservada aos antigos naufragados angolanos de Sete Pedras, ao sul da ilha de São Tomé, que conseguiram permanecer no Arquipélago, são hoje todos aqueles cujo trabalho não se encontre ligado ao sistema de cultura do solo, sobretudo nas plantações de café, coco e cacau, mas antes, dedicam-se quase exclusivamente à pesca, particularmente nas vilas costeiras de Santa Cruz e São João dos Angolares. Contudo, temos de sublinhar que os Angolares também são um povo misto, tendo sobre a primitiva camada “angolana” (1535-1550) outros sedimentos compostos por outras tantas etnias e raças provindas do oeste africano as quais¹³, durante mais de trezentos anos, se fundiram escravos fugidos das plantações são-tomenses juntamente com homens e mulheres capturados durante os frequentes ataques de surpresa das autoridades coloniais e dos ferozes donos terreiros:

Um naufrágio de alguns barcos de escravos angolanos fez como que muitos desses angolanos que puderam alcançar as praias de São Tomé se fixassem na ilha constituindo uma população à parte, que vivia nas florestas e a que foi dado o nome de angoleses e à qual se juntaram, depois, muitos escravos negros fugidos das roças¹⁴.

O antigo sistema colonial português (1415-1999), hierárquica, social e racialmente muito estratificado, o qual obviamente não dava nenhuma voz aos escravos e, após a

¹⁰ É prática comum dividir antigo Estado da Índia em quatro períodos históricos, nomeadamente: o de organização (1498-1515), o de fixação e auge máximo (1515-1622), o de isolamento e decadência (1622-1739), e o de reestruturação e sobrevivência (1739-1961). Os luso-indianos em solo são-tomense obviamente pertencem a este último período. De facto, com a anexação de Goa, Damão, Diu e zonas limítrofes à União Indiana (Dezembro de 1961), muitos luso-indianos optaram por voltar ao subcontinente indiano.

¹¹ Para a produção literária de Agostinho Neto ver a bibliografia final.

¹² Tomaz Ribas, 1965, p. 73.

¹³ Muitas destas línguas pertencem aos grupos étnico-linguísticos Kwa e Banto, esta última agremiação, aliás, contendo mais de sessenta milhões de pessoas, divididas por outras tantas inúmeras tribos e numerosas raças, como, por exemplo, os Kimbundu. Para mais informações sobre os Angolares e a sua língua, consultar, entre outras, a obra de: Gerardo A. Lorenzino (1998). *The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Sociolinguistic History*. Munique: Lincom Europa.

¹⁴ Tomaz Ribas, 1965, p. 72.

abolição da escravatura, aos trabalhadores africanos, também deixou as suas marcas no sistema político-social são-tomense. Sobretudo durante a segunda metade (1947-1968) do regime salazarista (1926-1968) e durante toda a fase da regência do seu sucessor, Marcelo Caetano (1906-1980) — nomeadamente entre Setembro de 1968 e o 25 de Abril de 1974 —, a questão da autodeterminação foi uma das forças motrizes para as lutas de independência são-tomense. Resulta óbvio, então, que já a partir da primeira duas décadas do século XX tenham começado em solo são-tomense as primeiras revoltas contra o regime totalitário português.

Os incidentes de Batepá (Fevereiro de 1953)¹⁵ fizeram de maneira que alguns anos mais tarde, nomeadamente em 1960, se formasse o *Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe* (CLSTP). Operando fora da esfera portuguesa, principalmente no Gana, na Guiné Equatorial e no Gabão, o CLSTP esforçava-se por pôr fim à presença colonial em solo são-tomense.

Em 1972 tal órgão foi rebaptizado *Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe* (MLSTP), o qual, sempre do estrangeiro, continuou a lutar pela independência do arquipélago são-tomense até à proclamação da República Democrática de São Tomé e Príncipe, ocorrida a 12 de Julho de 1975.

Dada a situação histórica do Arquipélago, onde, contrariamente àquilo que acontecera em Cabo Verde e, apesar da antiga mestiçagem, a maioria dos habitantes é constituída por africanos e não crioulos:

[...] a verdadeira população nativa de São Tomé, os chamados «filhos da terra» — quer se trate de forros e seus descendentes quer se trate de tongas e seus descendentes — descende de grandes massas de população negras da África de entre a Costa do Marfim e o Congo [...]¹⁶.

Resulta óbvio, então, e quase natural, que a *Negritude* dos autores africanos de língua portuguesa tenha tido os seus primeiros passos em São Tomé e Príncipe e que os escritores são-tomenses de mais relevo sejam todos exponentes deste conjunto de valores culturais e espirituais das comunidades africanas, *diaspóricas* e não.

Apesar de o movimento da *Negritude* (1934) ter tido como seus promovedores os escritores francófonos Léopold Sédar Senghor (1906-2001), do Senegal, Aimé Césaire (1913-2008), da Martinica, e Léon-Gontran Damas (1912-1978), da Guiana Francesa, o termo aplica-se à produção literária de qualquer grupo étnico-racial cuja origem remonte ou se identifique com qualquer uma das raças africanas ao sul do Sara e que se exprima numa língua europeia, geralmente associada com a antiga ocupação colonial daquele país ou com o regime opressivo racista a ela ligado¹⁷.

¹⁵ Para mais informações sobre este assunto veja-se a bibliografia final.

¹⁶ Tomaz Ribas, 1965, p. 73.

¹⁷ Veja-se, entre as demais, a obra de: Joseph Abraham Levi (2011). “A Negritude Lusófona no Novo Milénio: Antigas e Novas Soluções”, in *Tensões da Memória: Ensaio Acerca da Construção e uso de Metodologias na Produção da História* (78-99). Eds. Ângelo Adriano Faria de Assis, João Henrique dos Santos e Ronaldo Sávio Paes Alves. Niterói - Rio de Janeiro: Vício de Leituras.

As Literaturas Tradicionais Africanas

As literaturas tradicionais africanas, assim como em qualquer outra zona do Mundo, são literaturas com uma matriz oral e, enquanto tal, encontram-se quase sempre sem a sua contrapartida escrita. Sem nenhuma excepção, nesse caso, todas as literaturas africanas tradicionais são transmitidas oralmente de uma geração à outra. Não é de estranhar, então, que na maioria dos casos o autor da narração seja desconhecido ou pelo menos, dada a cadeia de transmissores, diluída através dos séculos, esquecido. O conteúdo, ao invés, é quase sempre notório, conhecido por todos os membros da comunidade tribal os quais, de uma maneira ou outra, contribuem à actuação — entenda-se, encenação — da narração, inevitavelmente acompanhada por música, danças e cantos.

A literatura oral africana compreende quase todos os géneros literários que caracterizam uma civilização humana, sendo o romance (assim como este é entendido na sua acepção ocidental) a forma menos apreciada entre as demais. Adivinhas, canções — entre as quais ressaltam aquelas encomiásticas e de caça, assim como as de amor e as sempre presentes orações fúnebres — contos de fadas, animais e outros seres fantásticos, composições gnómicas, crónicas, dramas, enigmas, épicas, fábulas, lendas, mitos, rimas e poesias recitadas e cantadas são, portanto, aquilo que podemos encontrar em quase todas as literaturas orais africanas ao sul do Sara, da Mauritânia à República do Sudão do Sul, dos dois Congos à África do Sul, incluindo as ilhas atlânticas e índicas.

Já a partir da segunda metade do século XIX missionários, filantropos e antropólogos do orbe inteiro começaram a transcrever e, conseqüentemente, compor antologias das várias literaturas orais africanas as quais, por sua vez, faziam parte de gramáticas e/ou dicionários a introduzirem a língua, os usos e os costumes desta ou daqueloutra tribo africana. Gradualmente, porém, tais documentos começaram a ser publicados como compêndios literários separados, mostrando, assim, o valor e a importância das antigas culturas africanas pré e pós “contacto” com os Europeus e, através destes últimos, por causa da escravatura, também com o Novo Mundo: da América do Norte ao Brasil, passando pelas três Guianas e pelas Antilhas. De facto, não só em solo africano, mas também e mormente nas Américas, é que se encontram os maiores compositores da literatura “negra”, ou seja, a literatura “afro-hifenizada”, como, por exemplo, a afro-americana, a afro-cubana, a afro-brasileira e a afro-francófona antilhana/guianesa.

A intensificação dos contactos entre os três continentes, e a conseqüente miscigenação linguístico-cultural a ela relacionada, fez de maneira que histórias, lendas e contos tradicionais de matrizes folclóricas provenientes da Europa e das Américas encontrassem paralelos, se fundissem e, conseqüentemente, se confundissem com as suas congêneres africanas, sobretudo na área político-geográfica sob posse portuguesa:

Given the diversity of origin of the raw ingredients which contributed to the creation of

the unique cultures of Cape Verde and São Tomé and Príncipe, it is not surprising that there are echoes of other cultures. [...] Similarities with oral literature from the New World are also far from coincidental since their history of settlement and slavery has so many parallels with that of these islands¹⁸.

As primeiras antologias eram, portanto, colecções de fábulas, contos de fadas, animais e outros seres fantásticos, lendas, mitos, provérbios, máximas, adágios, anécdotas, oráculos e epopeias em verso. Com a chegada dos Europeus em solo africano ao sul do Sara, *primo inter pares* os Portugueses, iniciou uma nova era também pelas Artes africanas as quais, ao mesmo tempo, receberam “material” dos invasores brancos e deram-lhes, em contrapartida, o próprio modo e a própria maneira de interpretá-las. É exactamente neste sentido que temos de enquadrar o encontro entre a cultura portuguesa e as demais culturas africanas, incluindo as de cunho crioulo:

A presença de Portugal em África pode orgulhar-se de ter proporcionado um dos mais curiosos exemplos de aculturação teatral — que é, em si, um dos mais poderosos exemplos da aculturação afro-portuguesa — verificados em todo o mundo, quiçá o único exemplo de aculturação teatral afro-europeia¹⁹.

Literatura Oral São-tomense

Quanto à literatura oral são-tomense, primariamente expressa nos vários crioulos insulares — respectivamente, *Forro* e *Angolar*, para a ilha de São Tomé, e *Lingwa Iye*, também conhecida na sua forma sincopada *Lunguyê*, para a do Príncipe — e depois, ou até quase simultaneamente, em Português, podemos falar dos seguintes géneros, todos pertencentes aos cânones literários africanos acima referidos: os *aquedá* (adivinhas e enigmas, literalmente: “o que é de?”), os *soiá* ou *contájis* (contos, pequenas histórias), o *lundum* (desafio improvisado entre dois cantores ao som de tambores, hoje quase extinto), o *plegaçom* (pregação), de óbvio fundo religioso, e os *véssu forros*, nomeadamente, os “versos em Forro” escritos pelos *Forros*, ou seja, o(s) Crioulo(s) falado(s) pelos são-tomenses alforriados.

Assim como no Continente Negro, também no arquipélago são-tomense o verdadeiro arquivo das antigas tradições populares é o folclore humano ambulante, este último manifestado através da música, dança e, sobretudo, da:

[...] história oral das famílias ou das tribos, lendas, louvores dos antepassados e dos chefes, código da vida familiar e social, crenças religiosas e interpretações dos fenómenos da natureza, aspirações comuns, tudo o que é manifestação da “alma negra” fiel e espontânea²⁰.

¹⁸ Caroline Shaw, 1996, p. 250.

¹⁹ Tomaz Ribas, 1965, p. 71.

²⁰ Mário Pinto de Andrade (2000). “Poesia negro-africana de expressão portuguesa”, in *Negritude Africana de Língua Portuguesa. Textos de Apoio (1947-1963)*, 21-24. 21. Ed. Pires Laranjeira. Braga: Angelus Novus.

O Teatro Popular São-tomense: O(s) *Tchiloli(s)*

Contudo, é na expressão teatral pública que a literatura são-tomense manifesta características próprias, fruto da fusão entre a cultura europeia e as antigas tradições africanas. Representações trágicas como o *Tchiloli* — em si uma *performance* teatral híbrida, sincrética, com raízes no Catolicismo medieval/renascentista, no ciclo carolíngio e, ao mesmo tempo, uma obra muito original, com características tipicamente crioulas, africanas assim como asiáticas —, a *Tragédia do Emperador Carlos Mangano*, nomeadamente, o *Auto de Floripes* (também este pertencente ao ciclo dos Romances da Távola Redonda, encenação exclusivamente actuada na ilha do Príncipe) e o *Danço Congo* (assinaladamente, a *Tragédia do Capitão Congo*, uma “grande pantomima heróica e evocativa das levas de congoleses” ao arquipélago são-tomense), assim como as representações carnavalescas, a maioria das vezes acompanhadas por marionetas, são de facto exemplos deste encontro de duas ou mais de duas culturas em solo africano, onde as componentes europeias e asiáticas — obviamente estas últimas provindas através do intermédio dos Portugueses — dão valor histórico-religioso ao elemento social, de matriz puramente africana, indubitavelmente oriunda do oeste africano, em particular das populações bantas de Angola, dos dois Congos, do Gabão e da Guiné Equatorial: “La plupart des histoires qu’ils connaissent sont celles de Lisbonne ou de Coimbra, auxquelles ils ajoutent celles de Goa, de Malacca ou de Macao²¹”.

O Carnaval são-tomense obedece a regras puramente populares, onde os antigos usos e costumes tradicionais dos séculos XVI-XVIII ainda continuam a modelar a atmosfera de festa e de júbilo. Durante estes três dias de folia um grupo de actores — todos diletantes, a não superar uma dúzia — deambula por vilas e aldeias à procura de pecúnia. Em troca oferecem versos e pequenas actuações improvisadas, de óbvio sentido licencioso. Às vezes, porém, o teatro ambulante transfere-se a um lugar determinado, escolhido por todos, no qual caso o público é obrigado a pagar um bilhete de entrada²².

Dada a sua própria natureza, em si muito popular, o teatro representado com fantoches ou títeres que se movem por meio de fios, a maioria das vezes muito precários, parece ter sido uma constante histórica nas festas populares são-tomenses, desde os primórdios do povoamento do Arquipélago. Os anciãos, transmissores dos antigos valores arcanos, transferidos de geração em geração, foram assim os únicos que puderam dar voz e corpo a estes seres inanimados. Escondidos em um carro puxado por dois bois, os titereiros dirigem-se ao público, instruindo e administrando, sobretudo os mais jovens, os quais, sem consciência de nada, aprendem as Leis do Bem e do Mal e, mormente, da rectidão moral, custe o que custar, como no caso do monarca Carlos Magno.

A lendária história de Carlos Magno (742-814) — Rei dos Francos (768-814), dos Lombardos (774-814) e, por fim, Imperador do Ocidente (800-814), famoso por ter

²¹ Christian Valbert (1998). *Le Tchiloli de São Tomé. L’Afrique Littéraire* 63-64, 105-114. 105; 108.

²² Inocência Mata (1998). *Diálogo com as ilhas de São Tomé (Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe)*, 26. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

sido um grande patrocinador das Artes, da Cultura e das Ciências e, ao mesmo tempo, por ter propagado o Cristianismo por onde passara — une-se com antigos rituais africanos, funerários assim como de iniciação²³, para assim dar a representação dramática do *Tchiloli*, obviamente a reflectir as peripécias e as vicissitudes dos próprios são-tomenses, durante o seu longo caminho para a liberdade e à autodeterminação, livre dos jugos opressivos coloniais, cívicos assim como religiosos:

Aussi loin que remonte la mémoire noire on trouve le *tchiloli* rythmant de son rituel unique les temps forts de l'année c'est-à-dire les grandes fêtes catholiques et, plus récemment, les cérémonies civiles [...] Sous les oripeaux européens, culturels ou religieux, ont survécu les plus vitaux des schémas culturels noirs. Avec une duplicité sans égale, une malice et un entêtement inébranlable, les Noirs, partout, ont su préserver l'essentiel de ce qui les faisait vivre²⁴.

Mais especificadamente, o liame entre a tradição cristã normativa — obviamente de matriz católica —, o ciclo carolíngio das novelas de cavalaria e as culturas africanas ocidentais presentes no *Tchiloli* e no *Auto de Floripes* é a reinterpretação folclórica madeirense e minhota dos séculos XVI-XVIII, regiões essas que tiveram um grande papel na primeira formação étnico-social do arquipélago são-tomense:

Nestes casos, o processo aculturativo consistiu na apropriação dos textos europeus, transformando-os em outros com formas de expressões em que resquícios de uma moradoria determinaram a *performance*, o desempenho das personagens, a distribuição dos papéis e até a linguagem dessas manifestações populares, aliás, pouco sincréticas²⁵.

A peculiaridade do *Tchiloli* é o facto de ser uma composição teatral, em versos, multilingue, onde a história principal se encontra narrada em Português do século XVI e as partes relativas às partes apócrifas, ou seja, à improvisação e aos comentários extemporâneos — ambas a reflectirem a natureza oral e improvisada deste ritual e, conseqüentemente, pelo simples facto de não pertencer à obra original, portanto consideradas espúrias — encontram-se proferidas em Português contemporâneo e Crioulo, nomeadamente, o Forro, ambos esses idiomas mais propensos a expressar opiniões correntes e situações mediáticas do que uma língua “morta” (entenda-se, não falada) há mais de quatrocentos anos:

[...] tout au long de la séance interviennent des scènes nouvelles en prose et en portugais contemporain. [...] Les textes apocryphes en prose ne dénaturent pas le texte original. Ils éclairent et précisent ce qui a frappé le peuple santoméen dans cette pièce de théâtre. C'est leur apport anonyme; il s'agit de grandes choses: justice, politique, elles sont traitées dans la langue du maître, le portugais²⁶.

²³ Como no caso da circuncisão praticada pelos vários povos bantos provenientes da hodierna Angola.

²⁴ Christian Valbert, 1982, p. 105; p. 108.

²⁵ Inocência Mata, 1998, p. 26.

²⁶ Christian Valbert, 1982, p. 106; p. 108.

Em outras palavras, o Português e o *Forro* são os veículos para desabafar as frustrações político-sociais do momento, sobretudo através da sátira e do escárnio. Com a ajuda de máscaras²⁷ — no mundo pan-africano a representar os espíritos dos antepassados ou dos defuntos em geral, geralmente associados a um lugar físico específico — marionetas, músicas (quase sempre de origem africana; contudo, não faltam alusões satíricas a formas europeias, como, por exemplo, o minueto), cantos e danças (ao som de tambores, flautas de bambu e sucalos), a língua portuguesa e, mormente, o *Forro*, acompanham e fazem de corolário à narração principal, de cunho europeu, contada, em pompa magna, em um português arcaico, quase inteligível se não fosse pelo facto de o *Tchiloli* já fazer parte da tradição oral e cultural são-tomense há muitos séculos — ou pelo menos desde o início do século XIX e, conseqüentemente, o seu vocabulário já se encontrar interiorizado (entenda-se, quase percebido) pela população local. De facto, como justamente observara Françoise Gründ, mais do que os Portugueses de hoje, os São-tomenses se sentem mais à vontade com esta forma arcaica da língua portuguesa: “Les récites qui leur tiennent le plus à cœur sont peut-être ceux que les vieux Portugais du continent sont eux-mêmes en train d’oublier²⁸.”

O auto ou, mais especificadamente, a tragédia portuguesa que, por sua vez, deu origem ao *Tchiloli*, chegou ao arquipélago são-tomense através da Madeira, arquipélago esse que foi povoado, entre as demais regiões de Portugal Continental, por colonos sobretudo oriundos do Minho:

Os textos foram evidentemente levados para as duas ilhas [São Tomé e Príncipe] por colonos metropolitanos [minhotos] e madeirenses que inicialmente os teriam representado à maneira tradicional da metrópole e à maneira popular da ilha da Madeira²⁹.

Todavia, como acabámos de aludir, o problema reside em saber se tal influência portuguesa, continental assim como madeirense, tenha chegado ao arquipélago são-tomense no século XVI, nomeadamente, aquando da vinda dos donos dos engenhos açucareiros madeirenses, ou se talvez este fenómeno tenha alguns liames à divulgação da peça teatral originária, finalmente publicada em edição brochada e muito económica, já a partir do fim da primeira década do século XIX.

O madeirense Baltasar Dias (século XVI) foi de facto o autor do auto *Marquês de Mântua. Tragédia do Marquês de Mântua e do Emperador Carlos Magno*, publicado em Lisboa em 1664³⁰. Sem nenhuma instrução académica este poeta madeirense compôs inúmeros autos, obviamente para serem representados em palcos ao vivo, e romances narrativos, todos de forte cunho popular, os quais conheceram grande êxito em Portugal e, no nosso caso, no Ultramar, por onde se deslocaram muitos

²⁷ Para ulteriores informações sobre o simbolismo das máscaras nas tradições orais africanas, veja-se, entre as demais obras: Isidore Okpegho (1992). *African Oral Literature*, 266-269. Bloomington: Indiana University Press.

²⁸ Françoise Gründ (Janeiro-Março, 1993). “Le Tchiloli: «Voilà notre théâtre»”. *Notre Librairie. Revue du Livre: Afrique, Caraïbe, Océan Indien* 112, 118-123. 119.

²⁹ Tomaz Ribas, 1965, p. 75.

³⁰ Além desta tragédia, Baltasar Dias foi autor de muitas mais obras, entre as quais ressaltam: o *Auto de Santo Aleixo*, o *Auto de Santa Catarina*, o *Auto do Nascimento de Cristo*, o *Auto d’El-rei Salomão* (perdido), o *Auto Breve da Paixão de Cristo* (perdido) e o *Auto da Feira da Ladra* (perdido).

portugueses à procura de uma vida melhor.

A obra de Baltasar Dias serve de pano de fundo para a obra “oral”, não escrita, de tradição verbal são-tomense. Como todos os textos orais, as adições populares à *Tragédia do Marquês de Mântua*, dando assim origem à obra dramática são-tomense, não têm um só compositor, mas antes, uma miríade de compositores/actores os quais, ao longo dos anos, actuaram a dita peça teatral, cada ano ajuntando ao texto original com improvisações e adaptações. Neste sentido, resulta óbvio então que o texto do *Tchiloli* tenha: “crossed borders of tradition, performance, and written literature”³¹, encontrando-se, assim, em um reino híbrido porém único e inovador.

Se compararmos a representação teatral do *Tchiloli* com qualquer uma das versões publicadas da obra original de Baltasar Dias podemos de facto constatar a extrema fidelidade do texto oral são-tomense ao arquétipo seiscentista. As poucas discrepância entre a obra originária e o *Tchiloli* são devidas aos inevitáveis erros de transcrição dos amanuenses ou copistas, a leituras ou interpretações erradas — aliás uma constante quando estamos perante uma obra medieval, tardo medieval ou renascentista — e a puras adaptações coreográficas, dado que as artes da Musa Melpómense (a representar a Tragédia) — e da Musa Polímnia (esta última padroeira da Música), pelo próprio facto de representarem sentimentos fortes e muito pessoais, deixam amplo lugar a “pequenos ajustes” para assim os actores se sentirem plenamente aclimatados à obra e, conseqüentemente, actuarem ao unísono com ela. No caso do *Tchiloli*, então, o texto escrito, ou seja, a “arte verbal” por excelência, apesar de se encontrar codificada nas letras do seu compositor originário, é “mais oral do que literária”, sendo as improvisações populares que acompanham a tragédia a sua consequência mais lógica e natural. A adaptação resulta ainda mais eficaz se considerarmos a adição de músicas, cantos e danças à narração/encenação da tragédia seiscentista:

[...] neste teatro popular, a marcação ou as entradas são como que sugeridas por um acompanhamento musical, discreto e monótono, que leva a passos miúdos ora para trás ora para frente, bem à maneira africana, que adensando a tragédia a conduz a uma clímax de grande excitação. O ritmo é assim, elemento indispensável à representação. De resto, é na música, sempre acompanhada de dança e canto, que o são-tomense deu largas à sua imaginação³².

Isto explicaria e, ulteriormente, justificaria plenamente, a adição de partes apócrifas na narração da história, aliás inspiradas na mesma e dela recebendo a força centrífuga para continuar quase autonomamente no meio da representação cénica:

En el texto original todo se encuentra en filigrana y los incrementos apócrifos sólo insisten y actualizan un problema fundamental de justicia claramente avocado por Carlomagno: “Castigaré al inicuo que sea pobre o rico”³³.

³¹ Caroline Shaw, 1996, p. 267.

³² Tomaz Ribas, 1965, p. 75.

³³ Christian Valbert (1987). “El *Tchiloli* de São-Tomé: un ejemplo de subversión cultural”. *Estudos Portugueses e Africanos* 10, 37-44. 38.

A maioria das adições apócrifas — mais uma vez, todas de matriz improvisadas e, conseqüentemente, de natureza oral e não escrita — foi introduzida durante a primeira metade do século XX, sobretudo nas décadas de trinta e cinquenta.

Figuras históricas fundem-se com outras lendárias: Carlos Magno, o seu filho Carloto, o Duque de Córdova, Beltrão, Valdevinos, Reinaldo de Montalvão e Rolando, entre a miríade de nomes e personagens que entram e saem da cena. Ultimamente alguns críticos, portugueses assim como estrangeiros, talvez com razão, têm visto em algumas figuras do *Tchiloli* certas alusões, ora latentes ora abertas, ao antigo regime colonial português: Carlos Magno e o Supremo Tribunal representariam, respectivamente, o Presidente de Portugal e o Estado Português; Carloto seria o Governador de São Tomé e Príncipe e o assassinato de Valdevinos aludiria à mesma colonização portuguesa, um verdadeiro crime contra a Humanidade e, portanto, digno de ser extinto. A tragédia seria logicamente um pretexto para vindicar os males e fazer emendas:

Esta tragedia es la de un padre todopoderoso que debe, contra su propia sangre, castigar a un hijo venido a menos. Gracias a su justicia sin falta, los pequeños obtienen reparación. Si se reemplaza al Emperador por el Presidente, Charlot por el gobernador portugués y la Corte de Mantua por el pueblo de São-Tomé, todo se aclara: un crimen provocado por la concupiscencia — esa concupiscencia colonial portuguesa que dio a luz a tantos mestizos — una amistad traicionada y a lo largo de la obra sujetos pidiendo justicia, una justicia que no se puede obtener del Señor sino contra él mismo: el drama colonial está entero ahí³⁴.

O teatro popular é assim uma caricatura, se bem que muito velada, dos males e dos padecimentos que o povo são-tomense sofreu ao longo de mais de trezentos anos de escravatura e abusos assim como da corrupção do sistema vigente, ambos culpados por terem abusado da sociedade. Esta mensagem recôndita faz de maneira que as massas populares se sintam mais atraídas por esta forma de arte, compartilhando com ela o desespero e a necessidade de ultrapassar os obstáculos mais insuperáveis: a pobreza e a justiça social de um lado, o bem-estar físico e moral do outro. No *Tchiloli* o uso de máscaras, particularmente brancas, e do vestuário, por exemplo, podem ser assim vistos como presas de consciência para com o elemento colonizador:

Pode entender-se a peça como um elemento ritualizado, mas no quadro desta reflexão histórica ela é infinitamente mais problemática, pois salienta a violência dos choques entre os dois grupos, os brancos e os pretos, procurando estes recuperar a autonomia simbólica graças ao recurso às máscaras brancas³⁵.

Como mencionado supra, o *Tchiloli* pertence a um género teatral mais vasto a abranger, entre os demais, a *Chola*, o *Danço Congo*, os *Fundões*, as representações

³⁴ Christian Valbert, 1987, p. 38.

³⁵ Isabel Castro Henriques (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, 109. Documenta Histórica. Lisboa: Veja.

das famosas irmandades e confrarias *Ússuas*, o *Rocapé* e a *Tragédia do Emperador Carlos Mangano*, alcunhada de São Lourenço.

Comumente os actores do *Tchiloli* são todos homens e, mormente, “nascem” na profissão. Em outras palavras, actuar no *Tchiloli* é uma profissão que é transmitida de pai para filho. Isto explicaria a sua associação a muitas irmandades e confrarias, coisa, aliás, muito comum no mundo lusófono, do Brasil à Índia Portuguesa e mais além. A *Tragédia do Emperador Carlos Mangano*, ao invés, pelo mesmo facto de se tratar de uma história de amor por excelência, requer a presença feminina entre os actores principais.

A peculiaridade da *Chola* reside no facto de esta representação ser efectuada no mar. A procissão naval, constituída por almadias de pescadores, acompanhadas por gestos e palavras proferidas por estes últimos, fazem-nos lembrar dos antigos colonizadores europeus, portugueses e não, durante os primeiros anos de povoamento das Ilhas.

O *Danço Congo*, mais uma vez, também noto como a *Tragédia do Capitão Congo*, é uma verdadeira peça teatral em gestos, mímica, com muitas danças e inúmeras canções. É uma pantomima *par excellence*, com bobos, o *pé po* (pé de boi), o feitiçeiro e o anjo, este último símbolo universal da bondade e inocência humana.

Mais do que nas demais representações teatrais, no *Danço Congo* o público participa na actuação dos acontecimentos. Com ironia, humor e muito sarcasmo os actores e as atrizes, obviamente sem treino nas artes teatrais e, sobretudo, sem o uso de máscaras ou qualquer artifício cénico, aproximam-se, assim, da actualidade do mundo de hoje. Neste sentido o *Danço Congo* parece portanto ser o porta-voz por antonomásia das muitas frustrações político-sociais do público, entenda-se, o povo são-tomense em geral:

Il tend à représenter ou caricaturer les multiples facettes de la vie sociale des gens, partagent avec le public dans les maux dont souffre la société. Bien que moins connue, c'est quand même le théâtre le plus proche des masses populaires qui en lui voient nécessairement reproduits divers aspects des relations sociales caractéristiques auxquelles le Santoméen se trouve confronté³⁶.

No *Danço Congo*, então, tudo se refere aos eventos históricos que fizeram de maneira que os Congolezes se encontrassem em terras são-tomenses. Em particular, há menção de um Capitão (mais especificadamente, um rei congolês) levado em cativeiro para São Tomé. As peripécias, os padecimentos e as mágoas do monarca demonstram manifestamente a influência do Catolicismo — sobretudo como este último era praticado, sentido e, mormente, percebido pelos colonos europeus dos séculos XVI-XVIII —, assim como a dos missionários europeus do mesmo período. Obviamente, o sincretismo religioso-cultural fez de maneira que tal obra se transformasse em uma nova obra com características próprias:

[...] o *Danço Congo* é uma ressurreição em terras de São Tomé de velhas cerimónias

³⁶ Frederico Gustavo dos Anjos (Janeiro-Março, 1993). “Les autres manifestations théâtrales”. *Notre Librairie* 112, 124-125.

e velhos rituais do continente africano a que foram unir-se dados espectaculares talvez copiados das representações possivelmente realizadas pelos antigos colonos e frades-missionários³⁷.

Dada a sua dupla natureza gestual e física, sem bases escritas ou orais, onde a improvisação e a interpretação individual são os únicos fios condutores da narração, resulta óbvio que, analogamente àquilo que acontece no *Tchiloli*, o *Danço Congo* varie de zona em zona e de representação para outra, não existindo, assim, nenhuma representação idêntica à outra. Contudo, assim como no *Tchiloli* e na *Tragédia do Imperador Carlos Mangano*, as personagens principais do *Danço Congo* provêm do repertório europeu — mais exactamente o antigo teatro clássico português: o Algoz, o Anjo, o Bobo e, inevitavelmente, Lúcifer — assim como daquele africano, em particular aqueles ligados à música, ao canto e às danças rituais, *primus inter pares*, o Feiticeiro.

Os *Fundões*, conforme o étimo sugere, são bailados efectuados em sítios distantes e isolados, nomeadamente, nos terreiros, onde também encontramos folguedos e cantos. De facto, nesta acepção a palavra era também usada no Brasil colonial e continua a ser usada hoje com quase o mesmo sentido.

O *Rocapé*, ao invés, é mais um exemplo de miscigenação cultural: desta vez a música e a cadência, ambas de óbvio cariz português, fazem de fundo a uma série de passos, atitudes e poses de danças e movimentos de cunho tipicamente africano.

A *Tragédia do Imperador Carlos Mangano*, assinaladamente, do Imperador Carlos Magno, na realidade é o acima referido *Auto de Floripes*, efectuado exclusivamente na Ilha do Príncipe no segundo domingo de Agosto para celebrar o dia de São Lourenço (oficialmente celebrado pela Igreja o 10 de Agosto), apelido pelo qual é também conhecido, dado que só se actua uma vez por ano em honra do santo mártir. De cunho tipicamente popular, esta peça anónima do ciclo carolíngio parece ter origens minhotas, pois ainda se encontram vestígios deste auto em Viana do Castelo e zonas limítrofes, áreas de onde provinham muitos dos primeiros colonizadores da Ilha da Madeira: “[...] ilha onde o teatro popular e rural tanto se desenvolveu e de onde, passados séculos, saem os agricultores que constituem a camada dos primeiros colonos brancos de São Tomé”³⁸.

As lutas entre “Europeus” — entenda-se, Cristãos (Católicos) — e Muçulmanos, assim como as intrigas cavaleirescas inerentes à encenação trágica, servem de pano fundo, aliás quase inconsciente, para a história verdadeira, assim como esta é sentida pelos são-tomenses: a jovem Floripes, que por causa da sua grande paixão pelo filho de um sultão, portanto “inimigo” da fé cristã, converte-se ao Islamismo. As paixões e os sentimentos são conseqüentemente o fulcro da acção e fazem de trampolim para novas interpretações e adições ao arquétipo português. Misticismo, mistério e magia mandam, por exemplo, que o papel de Floripes seja executado por uma jovem virgem. Não obstante os óbvios obstáculos a tais exigências, tal requisito é cumprido e até imposto:

³⁷ Tomaz Ribas, 1965, p. 75.

³⁸ Tomaz Ribas, 1987, p. 76.

[...] antigamente eram as feiteiras quem verificavam a integridade da virgem escolhida, hoje [1965] são as mulheres velhas da cidade quem disso se encarrega; a virgem escolhida para viver a figura de Floripes na festa do ano seguinte é observada animadamente até ao dia da representação e se, entretanto, tiver deixado de ser virgem outra terá de ser escolhida senão o *tchilôli* não será representado³⁹.

É de sublinhar que, em ambos o *Danço Congo* e o *Auto de Floripes*, o vestuário é tipicamente africano. Sós os muçulmanos são obviamente representados com turbantes e indumentos evocativos do Médio Oriente.

Dados os liames históricos e político-sociais entre o arquipélago são-tomense e o Brasil, resulta óbvio, então, que também neste último país se encontrem vestígios do *Tchiloli* e, mormente, do teatro popular europeu revestido por uma matriz africana, sobretudo no Nordeste, área de grande concentração de escravos provindos do oeste africano. Assim como no arquipélago são-tomense, também no Brasil tais espectáculos são típicos de zonas rurais e remotas, quase sempre associados a festividades religiosas. É a assim chamada “literatura de cordel”, outrora também denominada “literatura em cordel”, onde tradição popular, sensacionalismo, patriotismo, hagiografia e temas moralistas servem de pando de fundo para contar histórias, lendas e contos às camadas mais baixas da sociedade⁴⁰. Consequentemente, o teatro popular destas duas zonas lusófonas — assim como, em teoria, de qualquer outra área do orbe onde a presença portuguesa deixara um marco sócio, linguístico e, sobretudo, cultural —, é caracterizado por:

[...] representações de terreiro de roça ou de largo de uma vila por ocasião de festas da Igreja [...] são [...] [...] uma reinterpretação de motivos de teatro popular que quantas vezes com origem na Europa, ganharam em São Tomé como no Brasil e outras partes do mundo tropical português, uma garridice que [...] testemunha a capacidade criadora das suas populações⁴¹.

Contudo, se olharmos ao nível de adaptação sociocultural e, ao mesmo tempo, ao sincretismo étnico-religioso com o qual o teatro dramático são-tomense conseguiu criar uma forma literária própria, *sui generis* — primeira e particularmente oral, se bem que, já durante as últimas quatro décadas do século XX, também expressa em forma escrita —, onde à camada europeia, particularmente portuguesa, se sobrepõem, aliás lindamente, e se entrelaçam elementos provindos de diversas culturas orais africanas, resulta óbvio, então, o facto que o *Tchiloli* e as suas congéneres trágicas, comumente denominadas *Tchilolis*, representam um exemplo único de aculturação, adaptação e regeneração cultural. Neste sentido, as tragédias são-tomenses superam as suas irmãs brasileiras e lusófonas espalhadas pelo Mundo fora, como no caso da

³⁹ Tomaz Ribas, 1987, p. 77.

⁴⁰ Segundo Teófilo Braga, a Literatura de Cordel pode ser dividida em três fases: a do século XVI, caracterizada por um forte sentido patriótico; a do século XVII, onde abundam histórias hagiográficas, histórias moralistas e histórias de milagres; e a do século XVIII, a mais prolifera e a mais popular de todas, com uma rica produção literária em “folhetos”. João David-Pinto-Correia e Francisca Neuma F. Borges, ao invés, acrescentam mais duas fases, nomeadamente: aquela que vai da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX, e aquela que, a partir da segunda metade do século XIX, chega até aos nossos dias, sendo esta última fase um fenómeno tipicamente brasileiro.

⁴¹ Francisco Tenreiro (1961). *A Ilha de São Tomé*, 58. Diss. Universidade de Lisboa, 1961. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

antiga Índia Portuguesa, Macau e de Malaca:

Apesar das representações de peças clássicas portuguesas que se sabe terem sido habituais na Índia e ainda persistirem no interior do Brasil, desconhecem-se em todo o mundo português um exemplo tao autêntico de aculturação como o dos *tchilolis* de São Tomé e Príncipe, espectáculos de impressionante e maravilhosa força e magnífico colorido [...]⁴².

Além de serem tradicionalmente representados em zonas remotas, a acompanhar funções de ordem religiosa numa determinada altura do ano, o *Tchiloli* e as suas congéneres teatrais são também actuados em teatros citadinos por companhias teatrais compostas por actores profissionais ou semiprofissionais. É graças a associações culturais como a *Tragédia Forminguinha* que o teatro tradicional são-tomense pode continuar a sobreviver e, ao mesmo tempo, ensinar às futuras gerações as antigas tradições insulares.

Fazemos nossas as palavras de Tomaz Ribas aquando já em 1965 apelava à Humanidade que alguém documentasse em forma de película o *Tchiloli* para assim que o orbe inteiro pudesse ver tal representação dramática, única e verdadeiramente original, fruto de aculturação e, ao mesmo tempo, de uma regeneração cultural exclusivamente são-tomense, onde o antigo se une ao moderno, ao contemporâneo, e o espectáculo se casa com o ritual. Como brilhantemente resumira a estudiosa Caroline Shaw:

The *thiloli* is a theatre in which one tradition is embedded within another and both traditions have undergone change. Out of the sixteenth-century Portuguese tragedy bursts contemporary prose dealing with twentieth-century political issues. Vestiges of religious rituals have become a spectacular performance carried out by a closed group of men⁴³.

O *Tchiloli* é, portanto, um exemplo de apropriação cultural; é a afirmação de um povo independente, com uma identidade própria, com os próprios registos literários, e que, portanto, precisa de ser preservada. Nos demais *tchilolis* são-tomenses as literaturas orais africanas pré e pós “contacto” europeu são visíveis através dos valores e significados socioculturais que oferecem histórias, tradições e lendas — quer na sua versão original quer nas suas adaptações, reinterpretações e improvisações — provinidas de longe, neste caso, da velha Europa. Mesmo no meio das muitas idiossincrasias e dos inúmeros anacronismos presentes nestas representações teatrais (como o uso de uma máquina de escrever e de telefones/telemóveis), há sempre espaço para a identidade nacional graças a este latente, mas único, sincretismo linguístico-religioso-cultural luso-africano, fruto de mais de cinco séculos de incubação, experimentação, adopção e adaptação em avizinhar povos, culturas, etnias, línguas, espiritualidade e raças diversas.

⁴² Tomaz Ribas, 1965, p. 77.

⁴³ Caroline Shaw, 1996, p. 272-273.

Referências

- Andrade, Mário Pinto de (2000). Poesia negro-africana de expressão portuguesa. In Pires Laranjeira (ed.) *Negritude Africana de Língua Portuguesa. Textos de Apoio (1947-1963)* (pp. 21-24). Braga: Angelus Novus.
- Anjos, Frederico Gustavo dos (1993). Les autres manifestations théâtrales. *Notre Librairie*, 112, pp. 124-125.
- Chabal, Patrick, Moema Parente Angel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite & Caroline Shaw (1996). *The Post-Colonial Literature of Lusophone Africa*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Garfield, Robert (1994). A Forgotten Fragment of the Diaspora: the Jews of São Tomé Island, 1492-1654. In B. Waddington & Arthur H. Williamson (eds.), *The Expulsion of the Jews. 1492 and After* (pp. 73-87). Nova Iorque: Garland.
- Gründ, Françoise (1993). Le Tchiloli: «Voilà notre théâtre». *Notre Librairie*, 112, pp. 118-123.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Documenta Histórica (vol. 26). Lisboa: Veja.
- Lang, George (1996). Literary Crioulo since Independence in São Tomé, Guinea-Bissau, and Cape Verde. *Luso-Brazilian Review*, 33 (2), pp. 53-63.
- Levi, Joseph Abraham (2011). A Negritude Lusófona no Novo Milénio: Antigas e Novas Soluções. In Ângelo Adriano Faria de Assis, João Henrique dos Santos & Ronaldo Sávio Paes Alves (eds.), *Tessituras da Memória: Ensaio Acerca da Construção e uso de Metodologias na Produção da História* (pp. 78-99). Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leituras.
- Levi, Joseph Abraham (2009). Portuguese and Other European Missionaries in Africa. A Look at Their Linguistic Production and Attitudes. In Otto Zwartjes & E. F. K. Koerner (eds.), *Quot homines tot artes: New Studies in Missionary Linguistics. Special Issue of Historiographia Linguistica* (pp. 365-394), vol. 36 (2/3). Amesterdão: John Benjamins.
- Levi, Joseph Abraham (2009). Brazil, Jews, and Transatlantic Trade. In M. Avrum Ehrlich (ed.) *Encyclopedia of the Jewish Diaspora* (pp. 723-727), vol. 3. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Levi, Joseph Abraham (2008 [2009]). A missão em África nos séculos XVI-XVII. Análise de uma atitude. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 13/14, pp. 439-462.
- Levi, Joseph Abraham (Novembro-Dezembro, 2006 [2009]). Missão em terras africanas, de Cabo Verde a Moçambique: o legado sócio-religioso de S. Francisco Xavier. In Cristina Osswald (ed.) *Brotéria. Cristianismo e Cultura — S. Francisco Xavier. No V Centenário do seu Nascimento* (pp. 525-545). Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier.
- Levi, Joseph Abraham (2006). *Compromisso e Solução: Escravidão e as Irmandades Afro-brasileiras. Origem e formação das confrarias religiosas no Brasil Colonial (1552-1822)*. Berlim: LIT-Verlag.
- Levi, Joseph Abraham (1999). Padre Giovanni Antonio Cavazzi, (1621-1678), nos reinos do

Congo, Matamba et Angola, 29-47. *Estudos Portugueses e Africanos*, 33-34, pp. 29-47.

Lorenzino, Gerardo A. (1998). *The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Sociolinguistic History*. Munique: Lincom Europa.

Mata, Inocência (1998). *Diálogo com as ilhas de São Tomé (Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe)*. Lisboa: Edições Colibri.

Mound, Gloria (1998). Judaic Research in the Balearic Islands and São Tomé. In Karen Primack (ed.) *Jews in Places You Never Thought of* (pp. 60-63). Hoboken: Ktav.

Neto, Agostinho (1974). *Sagrada Esperança*. Lisboa: Sá da Costa.

Neto, Agostinho (1975). *Poemas*. Lobito: Capricórnio.

Neto, Agostinho (1978). *Sobre a literatura*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

Neto, Agostinho (1983). *A Renúncia impossível*. Luanda: INALD.

Okpeqho, Isidore (1992). *African Oral Literature*. Bloomington: Indiana University Press.

Ribas, Tomaz (1965). O «Tchiloli» ou as tragédias de São Tomé e Príncipe: um exemplo de aculturação afro-portuguesa. *Espiral*, 6-7, pp. 70-77.

Serels, M. Mitchell (2000). The Two Thousand Missing Portuguese-Jewish Children. In Israel J. Katz e M. Mitchell Serels (eds.) *Studies on the History of Portuguese Jews* (pp. 193-200). Nova Iorque: Sepher-Hermon Press.

Shaw, Caroline (1996). Oral Literature and Popular Culture in Cape Verde and São Tomé and Príncipe. In Patrick Chabal, Moema Parente Angel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite e Caroline Shaw (eds.) *The Post-Colonial Literature of Lusophone Africa* (pp. 248-273). Evanston, IL: Northwestern University Press.

Simms, Norman (1997). Up from the Footnotes: The History of the Children of São Tomé. *Journal of Unconventional History*, 9 (3), pp. 41-58;

Simms, Norman (2001). Forced Conversion and Abduction: The Children of São Tomé. In Norman Simms (ed.), *Sects, Sex, and Identity. Selected Papers of the Jewish Studies Seminar. 29-31 August 1997. Hamilton, New Zealand* (pp. 35-52). Hamilton: Outrigger Publishers.

Tenreiro, Francisco (1961). *A Ilha de São Tomé*. Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Valbert, Christian (1987). El *Tchiloli* de São-Tomé: un ejemplo de subversión cultural. *Estudos Portugueses e Africanos*, 10, pp. 37-44.

Fontes históricas

Brásio, António (ed.) (1952). *Monumenta Missionária Africana* (15 vols). Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Carta régia de privilégios aos povoadores de S. Tomé. Livro das Ilhas. fol. 109r-109v.

Carta de privilégios aos moradores e povoadores de S. Tomé. Livro das Ilhas. fol. 81r.

Carta régia a Álvaro de Caminha. Livro das Ilhas. fol. 20v-21r.

Corografia histórica das ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó. Lisboa, 1815. Porto, 1842.

Carta de privilégios aos moradores e povoadores de S. Tomé. Livro das Ilhas. fol. 81r.

Carta régia a Álvaro de Caminha. Livro das Ilhas. fol. 20v-21r.

Carta régia de Álvaro de Caminha a el-rei, in *Monumenta Missionária Africana.* Ed. António Brásio. 15 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. 1: 170; 1: 166-169; 171-178.

Matos, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica das ilhas de S. Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó.* Lisboa, 1815. Porto, 1842. 109.

Inês Nascimento Rodrigues
Centro de Estudos Sociais (CES)
Universidade de Coimbra, Portugal

inesbirrento@gmail.com

As intelectuais santomenses e a produção de conhecimentos na pós-colonialidade: os casos de Conceição Lima e Inocência Mata

Partindo da discussão em torno das responsabilidades dos intelectuais, homens e mulheres, na crítica à realidade das sociedades pós-coloniais, proponho-me reconhecer, a partir das reflexões de Homi Bhabha, Edward Said, Ngũgĩ Wa Thiong’o, bell hooks e Gayatri Spivak e articulando-as com o exercício da sociologia das ausências e das emergências proposto por Boaventura de Sousa Santos, os procedimentos das intelectuais envolvidos nas questões coloniais. Para esse efeito, optei por analisar dois casos particulares, o das intelectuais santomenses Inocência Mata e Conceição Lima, para perceber a forma como a sua obra interfere e se encontra engajada com uma consciência política e histórica de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: intelectuais, estudos pós-coloniais, conhecimento, Sociologia das Ausências e das Emergências, São Tomé e Príncipe

From the discussion on the responsibilities of intellectuals, men and women, in criticizing the reality of post-colonial societies, I propose to recognize, from the reflections of Homi Bhabha, Edward Said, Ngũgĩ Wa Thiong’o, bell hooks and Gayatri Spivak and linking them to the exercise of the sociology of absences and emergencies proposed by Boaventura de Sousa Santos, the procedures of the intellectuals involved in the colonial issues. To this end, I chose to analyze two particular cases of santomenses intellectuals, Inocência Mata and Conceição Lima, to see how their work affects and is engaged with a political and historical consciousness of São Tomé and Príncipe.

Keywords: intellectuals, postcolonial studies, knowledge, Sociology of Absences and Emergencies, São Tomé and Príncipe

We engage in history not only as agents and actors but also as narrators and storytellers.

Azade Seyhan

Quando os intelectuais, homens ou mulheres, partem dos pós-colonialismos e dos estudos pós-coloniais para construir novas narrativas da história, alternativas àquela dominante hegemónica ocidental, a tarefa de reflectir sobre a responsabilidade da sua intervenção complica-se. Começo por enunciar, numa primeira etapa, três vectores que contribuem para complexificar a análise ao papel desempenhado por estes críticos: o espaço (não necessariamente geográfico) e o *locus* de enunciação de onde partem, a legitimidade com que falam e, relacionada com esta última, a questão da memória.

Sendo a produção de conhecimento uma actividade específica e situada, dependente dos referentes e da posicionalidade (*cf.* Hall, 1990, p. 222) de que parte o sujeito e/ou sujeitos que o produzem, a idade, a raça, a nacionalidade, a diferença sexual¹ ou a religião a que pertencemos vão ser determinantes na forma como perspectivamos e sentimos a história (Thiong'o, 1997, p. 4; Said, 2000, p. 43; Mama, 2010, pp. 533-535).² Os intelectuais não existem num espaço neutro, etéreo e universal, libertos de fronteiras nacionais ou de identidades e, por isso, não é possível falar de forma genérica sobre “o papel do intelectual”, mas sim tendo em conta o contexto de onde provêm e a partir de onde produzem conhecimento. Sendo assim, e porque nesta actividade há várias dimensões e dinâmicas a ter em conta, segundo Dismas Masolo as categorias dualísticas do pensamento que opõem o tradicional ao moderno, o conhecimento indígena ao conhecimento ocidental e o local ao universal não reflectem a realidade, porque integram um modelo que representa o mundo de uma forma rígida, hermética e ortopédica (Masolo, 2009, p. 508).

Por nos posicionarmos e usarmos uma língua particular, construímos significados que não são neutros, daí que se torne fundamental colocar de parte a obsessão moderna pelo universal e passar a olhar a heterogeneidade do mundo, com os diferentes saberes e formas de conhecimento que o constituem. Estes diferentes saberes e conhecimentos são, por natureza, distintos do exercício das monoculturas da razão indolente, evocada por Boaventura de Sousa Santos como elemento caracterizador do pensamento ocidental e, por isso, foram por este modelo sistematicamente invisibilizados, desqualificados e desvalorizados (Santos, 2010, pp. 88, 95-97, 106-107).

Aos críticos pós-coloniais cabe, segundo o mesmo autor (Santos, 2010, pp. 114-115, 142), a tarefa de encontrar novas formas de articulação entre o local e o global, fazendo emergir o que foi omitido, através da tradução desta ecologia de saberes.

¹ Não pretendendo entrar num debate que muitas opiniões divide no seio das teorias feministas, utilizo o conceito de “diferença sexual” ao invés de “género”, no sentido que Rosi Braidotti lhe atribui em “A diferença sexual como um projecto político nómada” (Braidotti, 2002, pp. 143-160), como “uma nova forma de subjectividade, múltipla e não hierárquica” (Braidotti, 2002, p. 143), onde também a etnia e a raça são consideradas “variáveis centrais na definição da subjectividade feminista” (Braidotti, 2002, p. 156). Veja-se, a título de exemplo, o trabalho desenvolvido por Gayatri Spivak, Trinh Minh-ha, Chandra Mohanti e bell hooks, entre outras intelectuais que trabalham as questões pós-coloniais, a este respeito.

² Também eu participo neste diálogo partindo de uma geografia, de um tempo e de um campo de estudos particulares: Portugal e uma formação de matriz ocidental, em Jornalismo, repartida entre o país e Itália, frequentando, actualmente, o doutoramento em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, financiado pela FCT (SFRH/BD/81653/2011) e no âmbito do qual escrevi este texto.

No entanto, sem ter pretensões de se pensar descomprometido com o contexto histórico, cultural e socioeconómico em que se insere e que constitui a matriz do seu pensamento.

Assumindo-se como «pós-coloniais», o intelectual e a intelectual que assim o fazem, confrontam-se com os múltiplos significados e *nuances* que o termo consigo carrega. Da mesma forma que o conhecimento é o resultado de um contexto particular, construído por um sujeito intersectado por múltiplas histórias, não podemos esquecer que também as disciplinas desafiam a condição de transparência e de ausência de configuração geopolítica (Mignolo, 2009, p. 2), que lhes seria intrínseca segundo a tradição académica europeia. Reflectamos, por momentos, em «pós-colonial».³ À partida, numa leitura rápida e superficial, poderíamos ser levados a pensar que esta proposta de um modelo de crítica à modernidade a partir do colonial é um conceito relativamente neutro, que indicaria sequencialidade, uma etapa “após” ou “ultrapassado” o colonialismo. Mas, na verdade, e tendo em conta que o colonialismo é um paradigma que não pertence ao passado, o prefixo “pós” em “pós-colonialismo” não pode ser pensado em sentido cronológico pois, neste contexto, ele significa uma permanência e não um ponto final, assim como um convite a olhar para outros lados que não o eurocêntrico do Norte global.⁴

Homi Bhabha na sua obra seminal *O Local da Cultura*, reflecte sobre este tema, afirmando que o uso do prefixo “pós” no âmbito das teorias feministas, da modernidade e do colonialismo não indica nem *sequencialidade* nem *polaridade*, mas sim uma “energia inquieta e revisionária” que desafia as ideias etnocêntricas, ao integrar um conjunto de novas vozes e narrativas, “histórias dissonantes” do subalterno - mulheres, homossexuais, colonizados, entre outros (Bhabha, 2007, p. 23). Apesar disso, Anne McClintock considera que este termo surge comprometido com uma ideia linear do tempo histórico, com o conceito iluminista de progresso e afirma que embora pretenda desafiar os binarismos que pautam o historicismo ocidental, a disciplina acaba por cair na própria armadilha, reorientando o mundo, mais uma vez, em torno de uma oposição única e rígida: o colonial e o pós-colonial (McClintock, 1992, p. 85)⁵. De facto, a autora acusa o termo de ser “prematuramente celebratório” (*ibid.*, p. 91), alertando para a necessidade de “análises mais complexas, de temporalidades alternativas, histórias e causalidades para lidar com complexidades que não podem ser explicadas através do conceito único de «pós-colonialismo»” (*ibid.*, p. 91).

Como Anne McClintock e outros teóricos, também Stuart Hall reflecte sobre o conceito de pós-colonial, questionando se a preocupação da disciplina com a dicotomia colonizado/colonizador, simplesmente revive exactamente aquilo que o pós-colonial triunfalmente diz ter acabado (Hall, 1996, p. 247). A pergunta, no entanto, é apropriada pelo autor não para demonstrar a inadequação do conceito mas precisamente para desconstruir as muitas críticas dirigidas ao “pós-colonial” (*ibid.*, p. 249).

Para Stuart Hall, de facto, o “pós-colonialismo” reveste-se de um carácter plural e emancipatório, no sentido em que permite criar uma ruptura com os parâmetros

³ A este propósito, ver os interessantes contributos de Ella Shohat para este debate em “Notes on the Post-Colonial” (Shohat, 1992, pp. 99-113).

⁴ Sobre “eurocentrismo” ver Dussel (1993) e Amin (2009), por exemplo.

⁵ Para um exemplo da concepção linear do tempo e do progresso como processo infinito, ver Rostow (1971).

dominantes da historiografia europeia, fazendo assim, emergir, novas formas de resistência inscritas noutras maneiras de viver e contar essa história:

It re-reads 'colonisation' as part of an essentially transnational and transcultural 'global' process – and it produces a decentred, diasporic or 'global' rewriting of earlier, nation-centred imperial grand narratives. Its theoretical value therefore lies precisely in its refusal of this 'here' and 'there', 'then' and 'now', 'home' and 'abroad' perspective (Hall, 1996, p. 247).

Relembremos, a este propósito, alguns dos contributos dos pensamentos pós-coloniais: por um lado, estes procuram restituir a noção de heterogeneidade do mundo e da pluralidade dos conhecimentos e do pensamento, ao mesmo tempo que elaboram uma crítica à concepção dominante de modernidade. Por outro lado, possuem uma componente de denúncia e dão fundamento a um processo de provincianização da Europa⁶. Por fim, a centralidade da crítica aos discursos e representações nos estudos pós-coloniais exige que se leve a cabo uma reflexão sobre as suas próprias premissas, rejeitando as macro-categorias e o universalismo.

No que diz respeito às outras duas linhas de discussão que enunciei acima, a autoridade e a memória, como constituintes a analisar na produção social de conhecimento, coloca-se a questão da legitimidade do intelectual e da intelectual para criticar determinada situação. Não se pode fazer uma crítica ao papel dos intelectuais, homens e mulheres, ou mesmo à representação destes, se atribuirmos legitimidade para fazer falar os silêncios apenas àqueles que sofrem essa negação de um espaço de enunciação. Dentro da lógica weberiana de que “não é necessário ser César para compreender César” (Weber, 2009, p. 22), de facto, não é legítimo que qualquer intelectual pós-colonial, independentemente do espaço geopolítico e cultural de onde provém, se torne cúmplice e conivente desses silenciamentos. Na verdade, nós temos a capacidade de incorporar como memórias nossas uma coisa que não vivemos (aqui entendida num sentido de responsabilidade e não de culpa) e, por isso, quaisquer que sejam os nossos referentes, o que se torna fulcral é descolonizar a mente (Thiong'o, 1986) e deslocalizar os diálogos, começando por “falar com” os outros, ao invés de “falar sobre” os outros. É importante ressaltar, neste ponto, a introdução de uma dimensão ética de que é importante falar. Ao longo da história, o intelectual e a intelectual abusaram muitas vezes do estatuto de “falar por” esses sujeitos subalternos ou em representação deles. A ética do crítico é, neste domínio, fundamental uma vez que, como alerta Gayatri Spivak no já clássico ensaio “Can the Subaltern Speak?” (1988), na tentativa de falar por aqueles que não são ouvidos, muitas vezes este acaba por, involuntariamente, se apropriar da voz desses indivíduos, contribuindo, mais uma vez, para os remeter ao silêncio.

O espaço privilegiado do crítico pós-colonial será “um espaço-entre, liminar”, diz-nos Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 220), o que nos remete para o “terceiro espaço” de Homi Bhabha (2007), o lugar da troca, onde podemos vislumbrar “o incompatível, o silenciado, o inconsciente” (Wolf, 2008, p. 3). É, ainda, um espaço

⁶ Cf. *Provincializing Europe* (Chakrabarty, 2010).

de conflitos e de tensões, onde se dá o apagamento das fronteiras entre o teórico e o político, construindo “um outro território de tradução, um outro testemunho da argumentação analítica, um engajamento diferente na política de e em torno da dominação cultural (Bhabha, 2007, p. 60) e é nesse campo que reside o poder da tradução pós-colonial.

Nas palavras de Ngugi Wa Thiong’o, o trabalho do intelectual tem que demonstrar comprometimento, não com noções abstractas de justiça e paz, mas com a verdadeira luta dos povos africanos para tomar o poder e assim estar em posição de controlar todas as forças de produção e estender a única base correcta para uma paz real e justiça real (Thiong’o, 1997, p. 76).

Arrisco-me a afirmar que este papel, atribuído por Thiong’o ao escritor e intelectual africano, não é exclusivo nem excludente. Isto é, todo o intelectual pós-colonial terá, necessariamente, e de forma ideal, que se encontrar engajado e comprometido com as estórias e vozes silenciadas ao longo dos últimos séculos pelas narrativas dominantes, recorrendo, para isso, por exemplo, ao exercício da hermenêutica diatópica e da sociologia das ausências e das emergências, proposto por Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2010, pp. 87-126; 414-420). O exercício da hermenêutica diatópica e da sociologia das ausências e das emergências parte da ideia de um mundo de experiências inesgotáveis, em que parte delas são diariamente desperdiçadas e alertanos, por isso, para o perigo da história única da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, uma história única que produz silêncios e exclusões a que é preciso estar atento através de uma vigilância ética. Reveste-se, portanto, de uma preocupação em fazer emergir o que foi sistematicamente ignorado e suprimido pela racionalidade moderna ocidental, tanto ao nível das práticas, como dos conhecimentos e saberes, articulando-o, simultaneamente, com a tradução. Estes três procedimentos (tradução, sociologia das ausências e sociologia das emergências) seriam a base de um modelo de racionalidade apelidado, pelo sociólogo, de “razão cosmopolita” e que seria alternativo àquele da “razão indolente” (Santos, 2010, pp. 88-89). A sociologia das ausências “opera substituindo monoculturas por ecologias” (Santos, 2010, p. 98)⁷ e tem lugar entrando em confronto com o paradigma científico da modernidade ocidental. Por sua vez, à sociologia das emergências caberia o papel de ampliar o presente, através da abertura a possibilidades concretas que este poderia comportar. Esta é definida, por Boaventura de Sousa Santos, nos seguintes termos:

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro (o Ainda-Não) sobre os quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica e política que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer

⁷ São cinco as ecologias que o autor opõe a cinco formas de produção de não existência: a ecologia dos saberes, a ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das trans-escalas e a ecologia das produtividades, em substituição, respectivamente, da monocultura do saber e do rigor do saber, da monocultura do tempo linear, da monocultura da naturalização das diferenças ou lógica da classificação social, da lógica da escala dominante e da monocultura dos critérios de produtividade capitalista ou lógica produtivista (Santos, 2010, pp. 95-107).

melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições (Santos, 2010, p. 109).

Neste contexto, a tradução é um processo de hibridação e confronto com a diferença – os referentes de chegada são necessariamente diferentes dos quadros de partida e, ainda, um acto político, uma vez que é a percepção da diferença e o desejo de compreendermos ou sermos compreendidos pelo outro que conduz à vontade de criar a inteligibilidade. A tradução enquanto hermenêutica diatópica seria, portanto, a forma de criarmos inteligibilidade mútua entre uma pluralidade de culturas diferentes, “com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas”, funcionando, ao mesmo tempo, enquanto “um trabalho intelectual” e “um trabalho político” (Santos, 2010, pp. 115-119). Neste ponto é importante deixar uma nota: parece-me que tanto a sociologia das ausências como a sociologia das emergências, assim como a ecologia de saberes não podem ser encaradas como receituários práticos, mas sim como ferramentas conceptuais úteis para se pensar e lutar pela justiça cognitiva, oferecendo-nos mecanismos para o diálogo. Obviamente que continua a haver sempre o risco de produzir experiências parciais e equivocadas, mas por isso mesmo é importante estar vigilante e ser auto-reflexivo.

Todo o conhecimento é construído e situado, reflectindo particularidades e especificidades locais. Todo o conhecimento deve, também, ser transformador, na medida em que se encontra engajado com determinadas causas. Aqui, tenho que introduzir, mais uma vez, a questão de quem produz o conhecimento. No caso santomense, embora não exclusivo destas ilhas, estamos perante um conhecimento produzido por santomenses, ao invés de exclusivamente sobre os santomenses, o que inverte a lógica dominante da tradição ocidental.

Entre o privilégio epistémico do chamado “Primeiro Mundo” e os desafios internos por parte “das forças conservadoras da sociedade civil, incluindo a própria comunidade intelectual, meio em que quantitativa e culturalmente, os homens continuam a predominar” (Mama, 2010, p. 544), o trabalho do intelectual pós-colonial não está facilitado. Isto conduz-nos ao ponto central que pretendemos tratar, relativo aos desafios de se ser mulher, intelectual e negra num Estado pós-colonial. Ser homem ou mulher intelectual na pós-colonialidade, reveste-se e implica formas diferentes de se estar e ser recebido pela comunidade, seja em que continente for, embora com níveis de dificuldade e constrangimentos distintos, que variam consoante o lugar de onde se fala.

bell hooks, académica negra norte-americana, refere que o trabalho intelectual:

Não reconhece o impacto do género nem discute o modo como as ideias sexistas de papéis masculino/feminino são factores que informam e moldam tanto o nosso senso do que é ou pode ser a intelectual negra quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende as produções individuais. Apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras, pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra, em particular nas comunidades negras segregadas, muito

pouco se escreveu sobre intelectuais negras. Quando a maioria dos negros pensa em «grandes mentes», quase sempre invoca imagens masculinas (hooks, 1995, pp. 466-467).

Pelas razões enunciadas acima, o silenciamento destas intelectuais é duplo, assim como é o seu esforço para se fazerem ouvir. Segundo bell hooks, esta invisibilidade advém da institucionalização do racismo, do sexismo e da exploração de classe, embora remonte ao período da escravatura e à era colonial. De facto, por forma a justificar a exploração masculina branca e o uso da força sobre as mulheres negras, produziu-se um conjunto de representações das mulheres negras carregado de significados e símbolos racistas e sexistas, uma “iconografia de corpos de negras” que incutiu “na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente” (hooks, 1995, p. 469).

Optei, nesta comunicação, por escolher duas mulheres que participam activamente no espaço público santomense, embora de formas bastante distintas: a primeira, Inocência Mata, através da pesquisa e trabalhos académicos; a segunda, Conceição Lima, por intermédio da escrita e, também, do jornalismo, que pratica em simultâneo com a profissão de poeta.⁸

Apesar de recorrerem a estratégias e práticas diferentes, Inocência Mata e Conceição Lima engajam-se com o contexto político, social, económico e cultural de S. Tomé e Príncipe e, tanto uma como outra reivindicam uma história, a história das suas ilhas.⁹ As heranças comuns não terminam aqui e por isso, mais uma vez, me pareceu pertinente a opção por estes dois nomes, porque também ambas estudaram na Europa e viveram uma espécie de “auto-exílio”, característica necessária aos intelectuais, segundo Edward Said; o “intelectual exílico” seria aquele que “não responde à lógica do convencional, mas à audácia do atrevimento e à representação da mudança” (Said, 2000a, p. 62).

Estas intelectuais santomenses, apesar de escreverem, muitas vezes, a partir da diáspora, surgem engajadas nas realidades das ilhas, recusando colocar-se na posição de um representante, de um “porta-voz”, mas na de sujeitos que deixam bem explícito o seu *locus* de enunciação e o “seu pertencimento a um grupo historicamente excluído do lugar de produtor da ciência e que carrega esse mesmo grupo na sua voz, no seu corpo, na sua forma de ler, interpretar e produzir conhecimento” (Gomes, 2009, p. 431).

Ao longo da sua carreira, Inocência Mata publicou diversos livros e textos dispersos por várias revistas, tanto nacionais como estrangeiras, tendo-nos habituado a uma voz inconformada, que recusa ser conivente tanto com certas realidades de S. Tomé e Príncipe, como com os diversos mecanismos da modernidade eurocêntrica hegemónica, que continuam a perpetuar um legado de omissões e silenciamentos de outros saberes e outros conhecimentos. Fazer emergir como sistema literário válido, o sistema literário santomense que está já consolidado mas que é considerado inexistente pelo cânone instituído, é uma preocupação que tem merecido as suas

⁸ Uso, propositadamente, e porque a linguagem não é neutra, o termo poeta para me referir a poetas homens e a poetas mulheres, recusando a palavra poetisa e a significação semântica discrepante existente, nos dicionários, entre “poeta” e “poetisa”.

⁹ Entre a bibliografia, relativamente pouco extensa, sobre ambas as autoras, apenas Jessica Falconi e Margarida Paredes (2009) ensaiam uma aproximação simultânea, num sentido, no entanto, distinto da reflexão que desenvolve no presente texto.

reflexões. De facto, a literatura destas ilhas tem permanecido praticamente invisível deste “lado de cá” da linha abissal de que nos fala Boaventura de Sousa Santos (2009b, p. 23-72). Segundo a autora, embora, naturalmente, a produção literária em S. Tomé e Príncipe, que é um Estado pequeno e com cerca de 160.000 habitantes, seja muito diferente da angolana, por exemplo, isso não significa que o primeiro não seja um sistema consolidado. De facto, o problema parece ser, afirma Inocência Mata em entrevista à *Revista Crioula*, um problema de lugar, o lugar de onde partimos para sentir e olhar o mundo (Santos *et al.*, 2009).

Por forma a contornar esta omissão, Inocência Mata tem-se dedicado ao estudo e divulgação da literatura e cultura do seu país, nomeadamente nos livros *Emergência e Existência de uma Literatura. O caso santomense* (Mata, 1993), *Diálogo com as Ilhas. Sobre Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe* (Mata, 1998) e, mais recentemente, em *Polifonias Insulares. Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe* (Mata, 2010). Nos três volumes acima citados, a professora universitária trilha os percursos literários destas ilhas e elabora retratos da cultura santomense, olhando para as suas línguas, tradições, identidades, lendas e sociedade. Desta forma, a autora leva a cabo uma das tarefas que Edward Said atribui aos intelectuais e que consiste “no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação” (Said, 2000, p. 14).

Não obstante a persistência das reflexões literárias na obra de Inocência Mata, esta desenvolve, em paralelo, um trabalho crítico também para com as estruturas políticas do seu país. *A Suave Pátria* (Mata, 2004) reúne algumas dessas crónicas, que a autora tinha já radiodifundido na RDP ou publicado na revista *África Hoje* e que versam a realidade sócio-política e cultural das ilhas de S. Tomé e Príncipe, nomeadamente, as relações do Estado com a sociedade civil, a fragilidade de uma política cultural no arquipélago, o massacre de Batepá ou o papel do jornalista na sociedade santomense. A discriminação de que as mulheres são alvo, não só no seu país, mas também noutros contextos, é outro dos temas que preocupa a autora, nomeadamente no volume que organizou em parceria com Laura Cavalcante Padilha, *A Mulher em África* (2007).

A prática académica de Inocência Mata reflecte “as suas identificações com várias identidades colectivas [...] e as combinações várias destas facetas” (Mama, 2010, p. 533), deixando transparecer paradigmas e metodologias comprometidas com os seus referentes e contexto. As escolhas que faz, arriscamos dizer com Amina Mama, “não são apenas técnicas ou racionais, mas também morais e políticas” (Mama, 2010, p. 534), espelhando uma responsabilidade social para com as realidades e os interesses africanos e santomenses, em particular.

Como Inocência Mata, também Conceição Lima interroga o cânone e a história. A poeta tem textos e crónicas dispersas por diferentes publicações, antologias e jornais e publicou três livros de poesia, todos pela Caminho: *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó* (2006) e, já em 2011, *O País de Akendenguê*.

A voz poética de Conceição Lima posiciona-se num lugar muito particular. Um lugar a partir do qual pode reescrever e pensar o passado das ilhas e, simultaneamente

te, avaliar e problematizar o presente de São Tomé e Príncipe.¹⁰ A sua poesia fala-nos dos sofrimentos do povo santomense, fala-nos daqueles que lutaram pela independência do país e, ainda, das memórias como Batepá¹¹, dos antepassados ancestrais, das raízes, de África, da terra, da Casa e da Praça. O diálogo faz-se, também, com outros passados, outras lutas e outras vozes, como significativamente vemos em “1953” (Lima, 2011, pp. 27-29) e em “Kwame” (Lima, 2011, p. 81), poemas em que invoca e interpela Kwame Nkrumah, ou nos seis compassos de “Todas as mortes de Cabral e uma montanha” (Lima, 2011, pp. 84-92) e “Em nome de meus irmãos” (Lima, 2011, pp. 93-94) onde celebra Amílcar Cabral. Neste último, convoca também Alda Espírito Santo, a quem o poema é, inclusivamente, dedicado. No universo poético de Conceição Lima, afirma Margarida Calafate Ribeiro, “eles são nomes que em si significam todos os nomes da luta que se desenrolava no continente africano e cujas ondas batiam na pequena ilha no meio do Atlântico” (Ribeiro, 2011, p. 204).

O olhar vigilante sobre o sofrido passado, que bell hooks e Edward Said consideram condição essencial da actividade intelectual (hooks, 1995, p. 474; Said, 2000, p. 35) e o desencanto do presente, move-se no tal “entre-espaço” de que nos falamos Boaventura de Sousa Santos (2010) e Homi Bhabha (2007) e manifesta um profundo sentido crítico na linha de pensamento da autora, que afirma “não querer renunciar a esse passado”, nem “ao que foi menos celebrável nesse passado, até porque o passado não se apaga, mas o presente está sempre a ser reconstruído” (Eu sou África - RTP).

O seu povo tem um passado, uma história e tem direito a uma voz própria. Sendo assim, a poeta e jornalista assume, de forma vincada, uma postura ética e politicamente comprometida, que é visível a vários níveis. Conceição Lima vai reconduzir, portanto, os santomenses ao lugar de senhores do próprio destino e fazedores da sua própria história. Uma história onde agora cada um é responsável pelo que acontece no arquipélago, como em “Descoberta” (Lima, 1999). Daí, que, desfeitas as ilusões e na abertura do poema “A Mão”, lance o desafio para que cada um dos santomenses contribua com o seu quinhão para o renascer das ilhas (Lima, 2006, p. 52).

As suas reflexões jogam, também, com questões identitárias; com a construção de uma identidade nacional imaginada, onde nem todos os habitantes das ilhas podem reivindicar um lugar próprio ou um lugar que seja seu. Por isso, Conceição Lima assume, no programa da RTP *Eu sou África* que a sua poesia procura “estilhaçar a ideia cristalizada de uma falsa homogeneidade” e “devolver ao país o seu rosto, que é plural”. Neste contexto, a heterogeneidade e a hibridação não são encaradas como um espaço de harmonia e de equilíbrio, como acontecia por exemplo, com o lusotropicalismo de Gilberto Freyre; é antes de mais e, principalmente, um espaço repleto de ambivalências, de conflitos e de tensões (cf. Mondlane, 2011, pp. 309-332).

A poeta, ao recusar-se a compactuar com a cristalização das identidades, resgata, através da poesia, as vozes silenciadas dos angolares, dos serviçais ou trabalhadores

¹⁰ Cf. Também Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco, que considera que o seu “lirismo intimista não impede, contudo, um olhar vigilante sobre o passado e o presente do país” (2008, p. 14).

¹¹ Nome do lugar onde, a Fevereiro de 1953, decorreu o massacre dos forros a mando do governador Carlos Gorgulho e que se tornaria, segundo Gerhard Seibert, na “raison d’être do nacionalismo são-tomense e suas exigências de independência” (Seibert, 2002, p. 71). Para uma reconstrução dos eventos que levaram ao massacre de Batepá e suas consequências nas ilhas, ver Seibert (2002, pp. 71-102).

contratados e dos tongas, grupos étnicos discriminados em São Tomé e Príncipe, tanto na sociedade colonial como na pós-independência, atribuindo-lhes um espaço neste universo e reclamando-lhes visibilidade.¹² Apesar de não ser um problema exclusivo do arquipélago, em São Tomé e Príncipe, de facto, a questão do trabalho forçado conduziu a um problema de discriminação étnica que atinge dimensões a ter em conta, na medida em que a situação particular do povoamento das ilhas gerou uma variedade imensa de regimes de dominação e marginalização, dando origem a uma sociedade profundamente hierarquizada (Margarido, 1980, p. 12).¹³

A poesia é a forma encontrada por Conceição Lima para lutar contra o esquecimento a que estes indivíduos foram e são votados. Contra essa exclusão e problematizando-a, Conceição Lima vai, através do diálogo com os sujeitos marginalizados, fazer emergir o seu direito, tradicionalmente negado, a um lugar de enunciação no espaço santomense e, assim, hastear “a memória dos que deixaram / a melancolia das ossadas por herança / nos lugares onde agora despontam janelas e praça” (Lima, 2006, p. 29).

De acordo com Inocência Mata, “quase se pode dizer que é um dos seus demónios, a denúncia de uma comunidade que, tendo lutado pela sua libertação, acaba por reduzir à condição de apátrida parte dos seus membros” (Mata, 2006, p. 239). Em “Manifesto imaginado de um serviçal”, “Kalua” e “Daimonde Jones”, os três do livro de estreia, *O Útero da Casa* (2004), e “Canto obscuro às raízes”, “Zálima Gabon” e “Raúl Kwata Vira Ngwya Tira Ponha”, de *A Dolorosa Raiz do Micondó* (2006), esses grupos são convocados para o mundo da escrita da poeta, que reescreve as suas narrativas e as reinscreve na história do arquipélago, deslocando-os das margens a que tinham sido, desde sempre, remetidas. E dando-lhes voz, uma voz que reclama o lugar merecido na sociedade santomense, uma voz que reclama uma pertença e que “interpela directamente aqueles que são responsáveis pelo seu destino de apátrida” (Mata, 2006, p.244):

Trazei-me os silêncios todos que percorri
Mostrai-me os caminhos que não trilhei mas
[construí
Celebrai-me anónimo na praça que não verei mas
[antevi

Ilhas! Clamai-me vosso que na morte
Não há desterro e eu morro. Coroai-me hoje
De raízes de sândalo e ndombó
Sou filho da terra.
(Lima, 2004:37)

¹² Para outros textos sobre a problemática dos trabalhadores contratados em Conceição Lima, ver Mata (2006, 2010), Secco (2008), Ribeiro (2009) e Falconi (2011). Para uma abordagem sobre o mesmo tema, mas transversal a outros autores africanos de língua portuguesa, nomeadamente, aqueles de alguma forma associados à estética negritudinista, ver Pires Laranjeira (1995).

¹³ Sobre o mosaico complexo que constitui a sociedade santomense, ver também Henriques (2000) e Seibert (2002).

A título de conclusão

Inocência Mata e Conceição Lima, duas mulheres, intelectuais, santomenses tomaram entre si, com todos os constrangimentos que essa opção implica, a responsabilidade de mapear as histórias de silenciamentos e omissões do colonialismo, assim como dialogar com os sonhos e desilusões de quem habita no arquipélago, reposicionando os sentidos de quem quer experienciar as ilhas e simultaneamente, procedendo à sua releitura, portanto, deslocalizando-as das margens para um novo centro.

São, portanto, mulheres e intelectuais que não se contentam simplesmente com produzir conhecimento, mas se engajam politicamente e de forma ética com o conhecimento que produzem, manifestando um comprometimento continuado para com os interesses e contextos santomenses e africanos. Um dos maiores desafios dos intelectuais, homens ou mulheres, que assim se posicionam é, segundo Nilma Lino Gomes, “a sua capacidade e coragem de romper com estruturas opressoras, de construir novas categorias analíticas e literárias através da criação” (Gomes, 2009, p. 430-431).

Os textos de ambas as autoras representam, de facto, a consciência e o esforço de revisitar as memórias e vozes do passado e do presente do arquipélago, assim como a vontade de transmitir uma herança cultural e histórica que é, frequentemente, invisibilizada ou negligenciada. Sendo assim, o trabalho crítico destas duas intelectuais pode, a partir das suas múltiplas geografias e experiências, dar origem a novos espaços de enunciação, diferentes actores e outros bancos colectivos de memória.

O balanço da história, Inocência Mata e Conceição Lima fazem-no demonstrando uma postura ética e engajada, que lhes permite fazer emergir outras pistas, outros conhecimentos e outros saberes, antes esquecidos ou desvalorizados. Embora, obviamente, não encontrem respostas para todas as suas indagações, na escrita destas duas vozes femininas de São Tomé e Príncipe “o pessoal-é-o-político, o mundo-na-casa” (Bhabha, 2007, p. 32) e este é, talvez, o aspecto mais revelador da relação comprometida e afectiva que as une às ilhas e ao país.

Referências

- Amin, Samir (2009). *Eurocentrism*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Bhabha, Homi K. (2005). A Questão Outra. In Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Bhabha, Homi K. (2007). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- Braidotti, Rosi (2002). A diferença sexual como um projecto político nómada. In Macedo, Ana Gabriela (org.), *Género, identidade e desejo. Antologia crítica do feminismo contemporâneo* (pp. 143-160). Lisboa: Cotovia.
- Chakrabarty, Dipesh (2000). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.

- Dussel, Enrique (1993). Eurocentrism and Modernity. *Boundary, 20* (3), pp. 65-76.
- Falconi, Jessica & Paredes, Margarida (2009). Conceição Lima e Inocência Mata, dois lados da moderna travessia literária são-tomense. *Legado Fliporto 2008, Trilhas da Diáspora*, pp. 274-285. Acedido em 9 de Maio, 2012, de http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/download/brasil/artigo-literatura-04.pdf
- Falconi, Jessica (2011). A língua de Conceição Lima: um novo país da palavra. In Ribeiro, Margarida Calafate & Jorge, Sílvia Renato (orgs.), *Literaturas Insulares. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe* (pp. 185-196). Porto: Afrontamento.
- Gomes, Nilma (2009). Intelectuais Negros e Produção de Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 419-442). Coimbra: CES/Almedina.
- Hall, Stuart (1990). Cultural Identity and Diaspora. In Jonathan Rutherford (org.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 223-237). London: Lawrence & Wishart.
- Hall, Stuart (1996). When Was the «Post-Colonial»? Thinking at the Limit. In Chambers, I. & Curti, L. (orgs.), *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons* (pp. 242-259). Nova Iorque: Routledge.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Vega.
- Hooks, bell (1995). Intelectuais Negras. *Estudos Feministas, 3* (2), pp. 464-478.
- Laranjeira, Pires (1995). *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto: Afrontamento.
- Lima, Conceição (1999). Descoberta. In Brás, Alice & Maia, Armandina (eds.), *Vozes poéticas da lusofonia*. Sintra: Câmara Municipal.
- Lima, Conceição (2004). *O Útero da Casa*. Lisboa: Caminho.
- Lima, Conceição (2006). *A Dolorosa Raiz do Micondó*. Lisboa: Caminho.
- Lima, Conceição (2011). *O País de Akendeguê*. Lisboa: Caminho.
- Mama, Amina (2010). Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa académica e liberdade. In Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 529-560). Coimbra: CES, Almedina.
- Margarido, Alfredo (1980). *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Masolo, Dismas A. (2009). Filosofia e Conhecimento Indígena: uma perspectiva africana. In Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 510-530). Coimbra: CES, Almedina.
- Mata, Inocência (1993). *Emergência e existência de uma literatura: o caso santomense*. Linda-a-Velha: ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, Lda.
- Mata, Inocência (1998). *Diálogo com as Ilhas: sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.

- Mata, Inocência (2004). *A Suave Pátria – Reflexões Político-culturais sobre a Sociedade São-tomense*. S. Tomé: Instituto Camões, Centro Cultural de São Tomé e Príncipe.
- Mata, Inocência (2006). A poesia de Conceição Lima: o sentido da história das rumações afectivas. *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 7, pp. 235-251.
- Mata, Inocência & Padilha, Laura Cavalcante (orgs.) (2007). *A Mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mata, Inocência (2010). *Polifonias Insulares. Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- McClintock, Anne (1992). The Angel of Progress: Pitfalls of the Term «Post-Colonialism». *Social Text*, 31-32, pp. 84-98.
- Mondlane, Eduardo (2011). A estrutura social – mitos e factos. In Sanches, Manuela Ribeiro (org.), *Malhas que os Impérios tecem* (pp. 309-332). Lisboa: Edições 70.
- Ribeiro, Patrícia (2009). A insurgência da memória e identidade nacionais em A Dolorosa Raiz do Micondó. *Revista Margem*, 4, pp. 40-53. Acedido em 9 de Maio, 2012, de <http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem4/estudos/MARGEM2-E23.pdf>
- Ribeiro, Margarida Calafate (2011), Património da palavra: o nome, a casa, a ilha. In Ribeiro, Margarida Calafate & Jorge, Sílvio Renato (orgs.), *Literaturas Insulares. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe* (pp. 197-206). Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate & Jorge, Sílvio Renato (orgs.) (2011). *Literaturas Insulares. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- Rostow, W. W. (1971). *Politics and the Stages of Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Said, Edward (2000). *Representações do Intelectual*. Lisboa: Colibri.
- Sanches, Manuela Ribeiro (org.) (2005). *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Sanches, Manuela Ribeiro (org.) (2011). *Malhas que os Impérios Tecem*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, Boaventura Sousa (2009b). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 27-72). Coimbra: CES, Almedina.
- Santos, Boaventura Sousa (2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (2ª ed.). Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, Almedina.
- Santos, Boaventura Sousa & Meneses, Maria Paula (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul* (2ªed.). Coimbra: CES, Almedina.
- Santos, Alzira *et al.* (2009). Inocência Mata: a essência dos caminhos que se entrecruzam. *Revista Crioula*, 5, pp. 1-19.

São Tomé e Príncipe, Eu sou África, Lisboa: RTP, 19 de Março de 2011. Programa de televisão. Acedido em 9 de Maio, 2012, de <http://www.rtp.pt/programa/tv/p27243/e7>

Secco, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (2008). Dona Alda e Conceição Lima: uma Geografia de Paixões, Afetos e Memórias. *Revista Semioses*, 4, pp. 1-21.

Seibert, Gerhard (2002). *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega.

Shohat, Ella (1992). Notes on the «Post-Colonial». *Social Text*, 31-32, pp. 99-113.

Spivak, Gayatri (1988). Can the subaltern speak?. In Nelson, C. & Grossberg, I. (orgs.), *Marxism and the Interpretations of Culture*. Basingtoke: Macmillan Educational.

Thiong'o, Ngugi Wa (1986). *Decolonizing the Mind. The Politics of Language in African Literature*. Londres: Heinemann.

Thiong'o, Ngugi Wa (1997). *Writers in Politics: a re-engagement with issues of literature and society*. Londres: Heinemann.

Weber, Max (2009). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

Wolf, Michaela (2008). *Translation – Transculturation. Measuring the perspectives of transcultural political action*. Acedido em 9 de Maio, 2012, de <http://eipcp.net/transversal/0608/wolf/en/print>

Naduska Mário Palmeira

Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

naduskam@gmail.com

As ilhas sob a pele da linguagem: a poética de Conceição Lima

Propõe-se neste trabalho reler São Tomé e Príncipe a partir da poética de Conceição Lima, que projeta a Terra sonhada como se, no corpo da linguagem, buscasse reencontrar a sua própria casa, ou conciliar-se com a sua identidade. Para buscar marcas identitárias e de reconstrução da terra natal ou retorno ao lugar originário que Lima percorre, é preciso observar a poética d'O útero da casa. Essa é a primeira reunião de poesias; uma espécie de relato íntimo do parto da nação e das pessoas que pairam sobre as suas referências. A poética de Lima, ao rememorar o passado, relê a casa física, e a transforma numa paisagem metafísica, num movimento entre escrever o passado e reconhecer-se no presente.

Palavras-chave: Conceição Lima, poética das ilhas, identidades, linguagem, relatos, reescrita do passado

On the basis of a reading of Conceição Lima's poetry, I try to understand the factors that led the poet to "rewrite" the speeches of Sao Tome and Principe. Going beyond a literary interpretation of poetics, I look into the reasons why she figured out her "dreaming land" by using the poetic language, and try to look into her own birth-house, physical, sometimes, but also metaphoric. Lima's rewrote the concept of nationness through some specifics temporal and thematics framing. It was observed in Lima to raise the question that led to the need to look into not just to literature, but an entire culture long marked by colonialism and, finally, to view literature as an instrument for the attainment of freedom of expression.

Keywords: Conceição Lima, poetics, identities, language, speeches, rewrote the past

É num contexto em que a arte literária revela a capacidade de construção de um sentimento de pertencimento a uma “identidade nacional” que procuro investigar a questão da construção de tal identidade no primeiro trabalho de Conceição Lima, *O útero da casa*, e lanço a hipótese de que tal obra constitui uma espécie de estabelecimento dos pilares de uma casa em construção, que pode ser lida como metáfora de construção identitária, forjada no uso da linguagem, que é chão/concreta e, ao mesmo tempo, *ideia*, num renascimento e reencontro confrontadores com a terra em que nasceu a poeta, cujo eu-lírico, na maioria dos poemas, modela e (re)negocia certos sentidos outrora inquestionáveis, a fim de “narrar” uma nação íntima, impregnada, é claro, por São Tomé e Príncipe.

No prefácio a *O país de Akendenguê*, Helder Macedo (2011) afirma: “Disse que o país de Conceição Lima é uma viagem entre a memória e o desejo, uma ilha da imaginação” (p. 9). Penso que, de outra forma, o país de Conceição Lima guarda uma herança de tempos e áfricas imemoriais, o país da poeta paira sobre o desejo de tirar os acontecimentos dos mastros do poema e levá-lo ao topo, e mais, trata-se de um país impregnado de realidade, e Lima, usando uma de suas casas, a linguagem, ficcionaliza-o, narra-o, imagina-o. No entanto, não creio que o país da poeta (aquele que ela cria e revela em sua obra) seja uma ilha de imaginação, mas de ação. De construção. Cada obra é mastro que espera a bandeira por hastear (aludo ao poema “1975”, de *O útero da casa*).

A partir do poema “A casa” (p. 19), da obra *O útero da casa* (2004), do qual cito fragmentos, o eu-lírico projeta – “Aqui projetei a minha casa” (p. 19) –, para toda a obra (incluídos os livros *A dolorosa raiz do micondó* – 2006 – e *O país de Akendenguê* – 2011) –, uma sala que metaforiza a luta, a praça – “Enorme era a janela de vidro/que a sala exigia um certo ar de praça.” (*idem*) –, a obra sem trancas no caminho plano e redondo – “O quintal era plano, redondo/sem trancas nos caminhos” e “Sobre os escombros da cidade morta/projetei a minha casa/recortada contra o mar.” (pp. 19-20)

No entanto, tal casa, é também sonhada, alta, sagrada, *narrada* fio a fio, e, como poderia se esperar, inacabada – “Sonho ainda o pilar - / uma retidão de torre, de altar/(...)/ E reinvento em cada rosto fio/a fio/as linhas inacabadas do projeto” (p. 20).

Trata-se de uma casa em que se projeta um eu fragmentado, que deixa saltarem identidades plurarizadas, consciente que está o eu-lírico das “identificações em curso”, segundo expressão usada por Boaventura de Sousa Santos (1999) ao discutir tais questões, em contexto diverso, em “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira” (pp. 135-157).

A obra de Conceição Lima é uma composição circular, *infinda*, que me remete à “travessia”, metafórica e metafísica, do Homem e da Linguagem, com que o escritor brasileiro Guimarães Rosa “finaliza”, ou, melhor conceituando, propõe um retorno ao início da narrativa em uma das obras mais proeminentes da literatura brasileira, o *Grande sertão: veredas*. Tal travessia rosiana, por sua vez, lança o olhar ao poema “Circum-navegação”, com que Conceição Lima “finaliza” o seu último livro, *O país de*

Akendenguê, cujos versos finais (além do título, que anuncia a *viagem* em torno de si e da linguagem, e da “nação”) comprovam que a arte de lavar as palavras é que faz “acontecer” a travessia:

(...) Talvez seja o momento de uma outra viagem
Na proa, decerto, a decisão da viragem.

Aqui se engendram alquimias
Lentos hinos bordados em lacerações (...)

O difícil ofício de lavar a paciência.

Acontece a arte da *viagem*
tanta aprendizagem de leme e remendo...

É quando o olho imita o exemplo da ilha
e todos os mares explodem na varanda” (Lima, 2011, pp. 106-7).

Conceição Lima, entretanto, empreende tal travessia, tal *passagem* metafísica – que só é possível a partir da linguagem literária –, no âmbito de uma viagem em torno da construção de uma *nova* “narrativa nacional” ou “narrativa de sentidos” e de uma perspectiva claramente subjetiva e íntima, também refletida ou projetada no eu-lírico (utilizo as expressões consagradas por Stuart Hall (2003), Benedict Anderson (2005), Hommi Bhabha (1998) – relendo Anderson –, adotadas por Edward Said (2005), que me parecem unânimes em aceitar a “narrativa”, muito embora com olhares diversos, mas que se complementam).

Pode-se tratar tal *narrativa* com um eu-lírico protagonista que, de maneira flagrante, “se” anuncia inúmeras vezes na primeira pessoa do singular – “eu” –, e este “eu” é uma mulher, inquieta e questionadora, o que leva a crer que a autor(i)a não “morre” em sua narrativa, mas dela emerge.

Tomo como pontos de partida – sendo a ideia de *pontos* questionável, talvez, ou relativa, dependente da perspectiva do olhar – pode-se, assim, dizer “portos” de partida, em constantes remodelagens e movimentos de olhar(es), os seguintes aspectos: 1) a casa (trabalhada e moldada na primeira obra, *O útero da casa*, 1994, 2) a praça, que, se é metáfora de gregariedade, liberdade e (re)ação, aponta um modelo de idealização da nacionalidade simbólica, representativa de um desejo que converge no eu-lírico, algumas vezes frustrado por não ver os seus sonhos e os ideais de seus patriotas realizados; 3) o olhar continental, os mares que explodem na varanda da ilha, representado no segundo livro, *A dolorosa raiz do micondó*, que é uma espécie de continuidade da construção iniciada n’*O útero da casa*, anunciada na poesia “Sabemos agora”, em que o eu-lírico afirma com objetividade e certeza: “Sabemos agora que a Praça é minúscula/A extensão da nossa espera/Nunca coube em tais limites.” (Lima, 2004, p. 28)

Atravessam-se os limites da praça: considero “O canto obscuro às raízes” (Lima, 2006, pp. 11-19) a *narrativa* de renegociação do sentido de nacionalidade, já que ele é uma espécie de “antiepopéia” (que é, a propósito, o título da poesia subsequente, “Antiepopéia”, p. 20), marcada pela remodelação dos significados das origens (pelo deslocamento e descentralização do sentido de Nação) e do essencialismo nacionalista, compreendendo que raízes são constructos profundos e obscuros e *alimentam-se* de alteridade(s). Alarga-se, pois, o olhar do eu-lírico n’*A dolorosa raiz do micondó* (Lima, 2006).

Sobre tal poesia farei análise mais objetiva, a fim de demonstrar que a poética de Conceição Lima é, dentro do contexto da literatura são-tomense, uma tentativa de construir, levando em conta a elaboração artística (forma, musicalidade, construção apurada da linguagem poética), uma narrativa coerente e coesa, quase epopeica, sem apelo ao essencialismo histórico ou feminino. Ao contrário, Conceição Lima empreende uma narrativa rizomática, de cujos discursos – históricos ou femininos – lança mão apenas como artifícios ou pretextos, para buscar, na obscuridade da *criação* do povo são-tomense e sua essência – plural –, a alteridade e a diferença, a diversidade cultural e linguística, em vez de percorrer o caminho da ingênua reminiscência colonial dos sentidos de *pureza* e *essência* – ou do sentido já esgarçado de *santomensidade*. Tal poética busca a alteridade, a diferença, lança o olhar para o continente africano. A partir desse olhar, a poeta reconstrói sua nação imaginária que, como afirma Stuart Hall (2001), é detentora de uma identidade formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (p. 10). O eu-lírico, multifacetado e consciente disso, lança tentáculos sobre a África continental e reconstrói sua *nação imaginária*.

A ideia de que “todos os mares explodem na varanda” (Lima, 2011, p. 107) começa a ser traçada n’*“O canto obscuro raízes”* (Lima, 2006, pp. 11-19), pois o eu-lírico, depois de se enveredar pelo útero da casa, começa a perscrutar as suas próprias raízes, lembrando que a viagem é empreendida intimamente, por um ser que se anuncia peregrino e nômade, buscando-se a sustentação na varanda, cujos pilares estão fincados na ilha-mãe, em que todos os mares explodem: “Eu, a peregrina que não encontrou o caminho para Juffure / Eu, a nômade que regressará sempre a Juffure.” (p. 15)

São Tomé paira sobre a obra de Conceição Lima, dolorido como “uma foto na parede”, como a Itabira de Carlos Drummond de Andrade (cidade natal do poeta brasileiro), no poema “Confidência do Itabirano”¹, poeta que exerceu grande influência sobre a obra da autora; ou leve como a lembrança do pai, que na memória de infância da poeta se transformava em “outro” ao recitar poemas de sua própria autoria. São Tomé é lugar para, no corpo do eu-lírico, a poeta reconciliar-se com si mesma.

Tal como a vastidão dos mares das ilhas, que não cabem nos versos, o eu-lírico não cabe em si mesmo, não cabe numa casa pré-fabricada. Ele não proclama a nova pátria; ao contrário, questionando o mito de uma vereda imóvel, segue por espaços

¹Andrade, Carlos Drummond de. (1967) *Obra poética*. “Confidência do Itabirano”. Rio de Janeiro, José Aguilar Editora, pp. 101-2. Cito os versos aos quais me remeto: “Tive ouro, tive gado, tive fazendas,/Hoje sou funcionário público./Itabira é apenas um retrato na parede./Mas como dói!”

multifacetados, tentando e tateando as possibilidades de reconciliação com a casa de nascimento. Por outro lado, para além da reconciliação pura e simples, recria-se a casa-mãe com base na memória afetiva de uma terra construída pelo discurso das origens e pela “continuidade e tradição”. O romântico tópico da origem, portanto, é colocado em xeque na obra de Conceição Lima, singularmente inovadora no contexto literário são-tomense.

O posicionamento fronteiriço do eu-lírico n^o “O canto obscuro às raízes”, tanto no que diz respeito à obra da poeta como um todo, quanto à negociação de sentidos identitários narrada por um “eu” que quase se funde com a nação ecoa nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1999):

a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos que ocorre no sistema mundial e que, como tal, não é compreensível sem a análise da trajetória histórica e da posição do grupo no sistema mundial. (p. 142)

E o eu-lírico, diz-nos, fazendo a antitrajecória:

Em Libreville
não descobri a aldeia do meu primeiro avô.

Não que me tenha faltado, de Alex,
a visceral decisão.
Alex obstinado primo
Alex, cidadão da Virgínia
que ao olvido dos arquivos
e à memória dos griots Mandinga
resgatou o caminho para Juffure
a aldeia de Kunta Kinte –
seu último avô africano
primeiro na América. (Lima, 2006, p.11)

Em diálogo ainda com Santos (1999), delimita-se a zona fronteiriça:

híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco susceptíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis (...). (p. 153)

Lima, no espaço fronteiriço, discute o abalo dos quadros de referências identitárias chamados por Bhabha (1998) “protagónicos”; desestabiliza o sujeito, coloca-o no lugar da busca obscura, e não mais tátil:

O meu concreto avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas talvez Abessole

O meu oral avô
não legou aos filhos
dos filhos dos seus filhos
o nativo nome do seu grande rio perdido.

Na curva onde aportou
a sua condição de enxada
no húmus em que *atolou*
a sua acossada essência
no abismo que saturou
de verde a sua memória
as águas melancolizam como fios
desabilitadas por pirogas e hipopótamos.

São assim os rios das minhas ilhas
e por isso sou eu a que agora fala.

Brotam como atalhos os rios
da minha fala
e meu trazido primeiro avô
(decerto não foi Kunta Kinte,
porventura seria Abessole)
não pode ter inventado no Água Grande
o largo leito do seu Ogoué. (pp. 12-13)

Conceição Lima vive o contexto de consolidação histórica tardia do estado-nação são-tomense, que traz consigo todo um anacronismo conceitual para a definição identitária unitarista, diametralmente diversa dos processos históricos dos povos africanos. A repetição de conceitos forjados na emergência do iluminismo europeu para São Tomé e Príncipe vem no fluxo reminescente do colonialismo, contra o que se eleva a singularidade da obra da poeta. O eu-lírico em Conceição Lima se localiza distopicamente, negociando sentidos e reunindo pluralidades, nem todas plena e logicamente inteligíveis, de imediato, à consciência. Não se pensam os *topoi* africanos com base na perspectiva europeia.

Em São Tomé e Príncipe, plasmados na obra da poeta, encontram-se uma viagem pela casa e um renascimento da casa, que se erige perenemente incompleta e sem contornos fixos, mas com pilares altos, ainda que sonhados e multifacetados.

A busca pelas raízes n'*A dolorosa raiz do micondó* (2006), leva-nos a *O país de*

Akendenguê (2011), que glosa sobre o mote a que autora nos vem guiando e mostrando, sub-repticiamente, para “explodir” em rizomas plurais, que no “Canto obscuro às raízes” já se pode ler: “Perdi-me na linearidade das fronteiras” (p. 14). Tal estrofe é, *de per si*, uma fronteira entre o discurso da alteridade e o olhar-se para si mesmo, entre a (re)união da *tradição*, como meio de lidar com o tempo e o espaço em que vive –

E os velhos griots
os velhos griots que detinham os segredos
de ontem e de antes de ontem
(...)

Os velhos griots que na íris da dor
plantaram a raiz do micondó
partiram
levando nos olhos o horror
e a luz da sua verdade e das suas palavras (pp. 14-5)

e a *modernidade*, de forma reflexiva, de práticas constantemente examinadas –

Por isso percorri os becos
as artérias do teu corpo
onde não fenecem arquivos
sim palpita um rijo coração, o rosto vivo
uma penosa oração, a insana gesta
que refunda a mão do meu pai
transgride a lição de minha mãe
e narra as cheias e gravanas, os olhos e os medos
as chagas e desteros, a vez e a demora
o riso e os dedos de todos os meus irmãos e irmãs. (p. 17)

Não se pode, enfim, circunscrever tal obra, impregnada de ideais políticos de re-negociação das fronteiras e das raízes a apenas uma área do saber. A poética de Conceição Lima perscruta a memória afetiva – “Eu, a que em mim agora fala” (p. 18) –, buscando uma reconciliação com a casa; depois, estende a busca às raízes, obscuras, e, vai mais longe, traz para São Tomé e Príncipe o país de um músico gabonês, e fundem-se as alteridades, no lugar fronteiro da convergência de identidades plurais: “Que nenhum idioma nos proclame ilhéus de nós próprios” (p. 15).

Se, como afirma Edward W. Said (2005), “o objetivo da atividade intelectual é promover a liberdade humana e o conhecimento”, posso afirmar com convicção que estamos diante de uma artista-intelectual comprometida com seu tempo e seu país, avessa às questões meramente panfletárias. Não há como negar, porém, que os artistas envolvidos com essas questões, noutros tempos, façam parte da herança da

poeta.

Said afirma mais: “saber como usar bem a língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual.” A poesia, segundo afirmou a poeta em palestra proferida no Liceu Nacional no Dia da Poesia, em abril de 2012, são as melhores palavras colocadas na melhor ordem. É saber usar a língua.

Não se pode, entretanto, negar que no poema “Canto obscuro às raízes” haja uma tentativa de tatear o passado, haja a busca, em primeira instância, de uma “tal essência”. Mas anuncia-se a impossibilidade de encontrá-la pois a própria negativa “não descobri a aldeia do meu primeiro avô” (p. 15) já nos coloca no caminho obscuro dessa essência que não há, por isso a necessidade de representar a busca (e, porque não?, cantar a pluralidade) deixando implícitas as críticas à crença numa noção rígida e prévia de conceitos complexos como povo, nação – que nada mais são do que a construção e a negociação de valores e sentidos congregadores – ou estado – que é uma entidade política em certa medida arbitrária.

Desta maneira, o olhar para a nação e a tentativa de reinventar *lugares*, neutralizar a nostalgia e de, enfim, recontar a história a partir de desejos e memórias afetivas e traços que confluem para um olhar plural(ista), transformam a perda temporária da casa essencial numa linguagem metafórica, ou, como afirma Bhabha (1998), “transporta o significado de casa e de sentir-se em casa (...) através das distâncias e diferenças culturais que transpõem a comunidade imaginada do povo-nação” (p. 199).

O eu-lírico “que no espelho tropeça/na fronte dos seus avós”, será sempre o peregrino que transitará entre a impossibilidade de voltar ao conceito essencialista da raiz pura, e o “nômade que regressará sempre à Juffure”.²

Torna-se possível, desta forma, o estabelecimento da fronteira rica em alteridades e identidades, o que problematiza o caráter do sujeito e da busca identitária num país em que ainda ecoam fortemente conceitos e ideais sob o paradigma da unidade e pureza originárias.

Referências

Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Drummond de Andrade, C. (1967). *Obra poética*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora.

Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Representação da UNESCO no Brasil.

Lima, C. (2004). *O útero da casa*. Lisboa: Caminho.

Lima, C. (2006). *A dolorosa raiz do micondó*. Lisboa: Caminho.

Lima, C. (2011). *O país de Akendenguê*. Lisboa: Caminho e Leya.

² Versos citados de maneira aleatória do poema “Canto obscuro às raízes”.

Said, E. (2005). *Representações do intelectual: as conferências do Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sousa Santos, B. (1999). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.

Lola Geraledes Xavier

Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC)
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

lola@esec.pt

São Tomé e Príncipe: um olhar endoexógeno a partir da literatura

Pretende-se com este texto estabelecer o paralelo entre textos literários e a realidade são-tomense. Para isso, basear-nos-emos nos textos de Albertino Bragança, político e escritor são-tomense. Na sua prosa, através de estórias do quotidiano, detetam-se panoramas socioculturais de um país que vive o entrecruzar entre modernidade e tradição, bem como a coabitação entre o tradicional africano e as influências ocidentais. Para além da visão endógena a partir da escrita de Albertino Bragança, analisaremos a perspetiva exógena, que é a perspetiva do viajante. Tomaremos como exemplo Miguel Sousa Tavares, num dos textos de *Sul*.

Palavras-chave: Albertino Bragança, ficção, sociedade, história, cultura, língua

The text establishes parallels between the reality and literary texts in São Tomé based on the texts by Albertino Bragança, politician and writer of São Tomé. Throughout his writing including stories of daily life, we can catch the socio-cultural atmosphere of the country that lives somewhere on the borderline between modernity and tradition with traditional African and Western influences. In addition to the endogenous aspects of Albertino Bragança's writing, we can analyze an exogenous perspective, which is a point of view of a traveler. As an example Miguel Sousa Tavares, and one of his texts of *Sul*, will be taken.

Keywords: Albertino Bragança, fiction, society, history, culture, language

Em jeito de introdução

A escrita de Albertino Bragança apela indiretamente à preservação da memória coletiva, num diálogo polifónico entre literatura, história, sociedade, cultura e língua. O último livro do autor, saído em São Tomé, em Junho de 2011, *Aurélia de Vento*, vem precisamente, como diz o escritor numa entrevista ao *stomenet.com*, colocar a ênfase na convivência entre os costumes e a modernidade: “Com este livro tentei trazer as nossas raízes, encontrar também muitos dos nossos medos, as nossas superstições. Não obstante estar de acordo com elas as trouxe ao público, para que pudéssemos refletir sobre as mesmas e chegarmos a consenso” (*apud* Sousa, 2011).

Mais do que aspetos literários, importa destacar aqui a relação da literatura com a história, sociedade, língua e cultura, a partir de visões distintas, que são a visão de dentro e a visão de fora, nomeadamente a visão são-tomense, por um lado, e, por outro, a visão eurocêntrica, através de Miguel Sousa Tavares, num dos textos de *Sul*.

A literatura são-tomense está muito associada/circunscrita à poesia. Se quisermos, aliás, indicar um marco desta literatura, recorreremos à publicação do livro de poemas *Ilha de Nome Santo* (1942), de Francisco José Tenreiro. Atualmente o nome de Conceição Lima é também incontornável, mas, uma vez mais, trata-se de uma autora que se destaca no registo poético. Não é, porém, de poesia, mas de prosa que se falará neste texto.

Quando em agosto de 2011, em São Tomé, Albertino Bragança com um gesto discreto e gentil me ofereceu os seus dois últimos livros, não pensei que pudesse vir a escrever sobre ele. Lembro-me bem do brilho nos seus olhos quando soube que eu era de Coimbra: notou-se que lhe fiz lembrar os seus tempos de estudante universitário. Apesar de estudar as literaturas africanas de língua portuguesa tinha andado algo distraída em relação a São Tomé e Príncipe, centrando-me somente na poesia e apenas como leitora.

O facto de ser político e escritor despertou-me a atenção – não escrevo “escritor e político”, propositadamente, pois em São Tomé, onde não há uma livraria (ou pelo menos em agosto de 2011 não havia), a preocupação da generalidade da população passa, como se compreende, ao lado da cultura. Ninguém conseguiria viver aí da escrita, a não ser que a sua projeção internacional fosse suficientemente significativa. Por outro lado, como escreve Inocência Mata “não tem havido, desde a independência, da parte de quem tem esse dever, um incentivo à produção cultural” (Mata, 2010, p. 92).

Albertino Bragança despertou-me a atenção porque, confesso, causa-me sempre alguma desconfiança o casamento entre estas duas atividades: a escrita e a política. Apesar do protocolo de ficção que a literatura estabelece com a realidade e com o leitor, um político tem sempre muito a perder (ou a ganhar) a nível de popularidade com o que escreve, ainda que no caso de São Tomé e Príncipe apenas uma minoria tenha acesso à cultura livresca.

Albertino Bragança é como assina os seus livros Albertino Homem dos Santos Se-

queira Bragança (1944 -), licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade de Coimbra, regressou a São Tomé em 1975. A partir desse momento, desempenhou vários cargos ligados à cultura e à educação. Foi também ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. É membro fundador e secretário-geral da União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe. Publicou até ao momento 3 livros: *Rosa do Riboque e outros Contos* (1985), *Um Clarão sobre a Baía* (2004) e *Aurélia de Vento* (2011). Só o primeiro foi publicado em Portugal, pela Caminho (1997).

Pires Laranjeira (2006), numa recensão cujo título sintetiza a perspetiva do segundo livro do autor (“Ficção com ajuste de contas”), aproximando a ficção do real, considera *Um Clarão sobre a Baía* um romance. A mesma opinião mostra Inocência Mata (2010, p. 88). Porém, nos prefácios à obra, quer Fernanda Cavacas (na primeira edição), quer Isaura Carvalho (na segunda edição) o consideram uma novela. Mais tarde, Pires Laranjeira, sobre *Aurélia de Vento* escreverá “*Aurélia de Vento*, um pequeno romance (talvez uma novela)” (2011). De facto, não é evidente a classificação genológica destes livros. Se quanto ao primeiro, de 1985, não há dúvidas tratar-se de um livro de contos, em relação aos restantes dois, parece-nos que se situam entre a novela e romance numa hibridização genológica, marca do pós-modernismo. Deste modo, prefiro falar em *pararromances*.

Olhar endógeno: notas sobre as temáticas

Há vários aspetos em comum nestes livros. A nível formal, todos apresentam dedicatórias (*Rosa do Riboque* e *Um Clarão sobre a Baía*) e/ou epígrafes (*Um Clarão sobre a Baía* e *Aurélia de Vento*). Todos apresentam, também, prefácios. Os três livros apresentam um glossário das expressões e vocábulos do crioulo forro da ilha de São Tomé. Para além disso, *Um Clarão sobre a Baía* exhibe uma epígrafe em crioulo, que é uma canção de José Bruetê, sobre a desordem do mundo, com tradução em nota de rodapé. Esta preocupação para com o leitor, de modo a que perceba toda a mensagem, introduzindo nos livros glossários e traduções, é uma estratégia usada pelos escritores africanos, conscientes de que a africanidade se faz na universalidade: o leitor alvo dos textos é o leitor letrado e quando se procura a projeção internacional esse leitor é o ocidental, que necessita desta ajuda para decifrar o texto.

A nível conteudístico, Albertino Bragança, a partir de um espaço e tempo são-tomenses, tematiza as problemáticas de uma economia de alicerces débeis numa construção lenta, *leve-leve*, da sociedade. Pires Laranjeira (2011) sobre *Aurélia de Vento*, o último livro de Albertino Bragança, faz uma releitura neorrealista, dando ênfase à mensagem pedagógica. O ensaísta destaca o papel de Albertino Bragança na desmontagem socioeconómica do passado para explicar a modernidade tardia do presente, sobretudo respeitante ao período da pós-independência (Laranjeira, 2011).

De facto, Albertino Bragança assume um papel crítico da construção da contemporaneidade são-tomense a partir da pós-independência. Temos acesso a esta análise através da descrição dos espaços, do comportamento das personagens, do desenrolar das intrigas, mas também através do paratexto. *Um Clarão sobre a Baía* tem

o mérito, se outros não tivesse, de questionar a pós-Independência de São Tomé e Príncipe, no período da ditadura de 1975 a 1990. O paratexto da dedicatória orienta o leitor atento. Trata-se de um livro dedicado à memória do Sr. Lereno da Mata “um patriota injustiçado e tão tragicamente desaparecido”. Esta homenagem ao pai da professora Inocência Mata, são-tomense, incontornável nome das literaturas africanas, compreende-se pelos trágicos acontecimentos que o envolveram e que é abordado por ela em vários momentos como, p. e., na dedicatória de *Emergência e Existência de uma Literatura* (1993), na crónica “Falar da reconciliação social são-tomense (a propósito da reconstrução de Timor)” (Mata, 2002) e na carta que escreveu ao Dr. Pinto da Costa, atual presidente de São Tomé e Príncipe aquando das últimas eleições presidenciais no país, em 2011, “Breve carta aberta ao Sr. Pinto da Costa”.

Tendo em consideração factos tão ominoso que estiveram na construção do país, não será de estranhar que um dos *leitmotiven* que perpassa todos os livros de Bragança seja a morte. Em *Rosa do Riboque*, o desfecho é trágico em todos os contos, a começar pelo assassinato de Rosa, a protagonista do primeiro conto que dá título ao livro. Em *Um Clarão sobre a Baía*, a dedicatória circunscreve o universo de expectativas do leitor e efetivamente Sô Plácido morrerá na prisão assassinado. Finalmente, em *Aurélia de Fogo*, será Clotilde a suicidar-se. Apesar de nestes dois últimos casos as personagens com final infeliz não serem principais, a trama narrativa constrói-se também em torno delas.

Os contos de *Rosa do Riboque* compõem-se em torno da vida difícil da população pobre e trabalhadora, marginalizada pelo poder colonial, da periferia urbana de São Tomé. As estórias de dramas humanos encaminham-se para um fim trágico que tem no encontro com a morte o desfecho natural. São retratos de vidas difíceis, vidas associadas ao trabalho no campo, retratos que o autor não repetirá nos livros seguintes, por focalizar o eixo narrativo em torno de personagens socialmente favorecidas.

Deste contexto de falta de justiça, opressão e pobreza sobressaem personagens carregadas de vícios, sobretudo nas duas últimas obras em que se aborda uma das problemáticas que na realidade não permite nem o progresso nem a plena democracia em São Tomé e Príncipe: a falta de transparência nos negócios públicos.

Em *Um Clarão sobre a Baía* e *Aurélia de Vento*, o núcleo central das personagens pertence às classes favorecidas da sociedade a viver na capital. O pano de fundo continua a ser a sociedade são-tomense não obliterando as condições de vida difíceis de grande parte da população, mas o ponto de vista é outro. Do universo de pobreza propiciado pelos baixos salários, em *Rosa do Riboque* passa-se aos senhores de engenhos e escravocratas como os Álvares da Cunha de *Um Clarão sobre a Baía*.

De facto, o regime monopartidário da pós-independência são-tomense levou à conseqüente falta de liberdade e ao exercício de arbitrariedades. A atenção do autor sobre esse período da História de São Tomé começa com *Rosa do Riboque e outros Contos*, constituído por quatro contos, publicado na ilha em 1985. Nesse conto aborda a greve do povo/dos trabalhadores contra as condições de trabalho e os baixos

salários, a aspiração por um tempo de mudança, pois apesar das prisões e das rugas, “ninguém pode tirar ideia de exploração na cabeça de explorado” (Bragança, 1985, p. 31), como atalhará Mé Léchi (personagem de *Rosa do Riboque*).

Por sua vez, em *Um Clarão sobre a Baía* é o narrador onisciente e heterodiegético que caracteriza o ambiente político das arbitrariedades da pós-independência: “quando começaram as prisões, com tropas cercando aparatosamente as praças e ruas à busca de suspeitos” (Bragança, 2011a, pp. 33-34). Um ambiente monopartidário em que qualquer gesto era visto como contestação e conspiração contra o regime, um período de angústia de dias que se sucedem sem “qualquer réstia de esperança” (Bragança, 2011a, p. 34).

Luís da Cunha (o sobrenome terá sido escolhido em vão?), abre o livro, apresentado como “um gordo da sociedade” (Bragança, 2011a, p. 56), caracterizará a política como “um campo sempre imprevisível e lamacento” (Bragança, 2011a, p. 35) e acrescentará que “Em política, os gestos e atitudes suscitam leitura própria” (Bragança, 2011a, p. 62). Luís da Cunha ideologicamente é exposto de modo a que a sua imagem ganhe contraste acentuado entre os seus ideais de juventude e aquilo em que se tornou um corrupto, ambicioso e materialista:

os ideais altruístas de outrora, a lisura dos procedimentos, o arreigado patriotismo (...) Chocava-o então a visão autocrática que uma parte da elite santomense tinha do poder, a sua pequenez moral, os ventos de angústia e de corrupção que, regra quase geral, emanavam da sua governação (Bragança, 2011a, p. 84).

Os esquemas e corrupções têm presença obsidiante, sobretudo através das intervenções, em *Um Clarão sobre a Baía*, de Luís da Cunha e Ernesto Cruz em relação à construção de uma barragem.

Assim sendo, pergunta-se: corrupção compensa? O início do capítulo XVII de *Um Clarão sobre a Baía* parece mostrar que sim: Luís da Cunha alcançara o que pretendia: uma bela moradia, com uma enorme piscina. No entanto, o narrador lança a dúvida sobre a relação entre riqueza e felicidade. A imagem do sogro, com sorriso sarcástico, ocorria-lhe nos sonhos, apesar das missas em sua honra que mandara rezar: afinal a consciência atormentara-o. Para além disso, o que sobra? Sobra “a solidão que tão persistentemente se alojava dentro de si”, “um vazio que sabia sem regresso” (Bragança, 2011a, p. 166).

O narrador tem, no entanto, a preocupação de fugir às generalizações, mostrando exceções à tentação das corrupções, dando exemplos de quem não era corruptível (o caso do Procurador Geral, José de Menezes, em *Um Clarão sobre a Baía* e o jurista Altino Castro de *Aurélia de Vento*).

Mas a sociedade são-tomense é maioritariamente composta pelos oprimidos. Assim, no flanco, oposto, temos Sô Plácido, sogro de Luís da Cunha, preso arbitrariamente, Amâncio Mélia e Andreia. Por um lado, temos duas figuras que representam o saber de experiência adquirido, por outro uma figura feminina que ousa “enfrentar a sociedade e as suas verdades sagradas” (Bragança, 2011a, p. 66).

De facto, Albertino Bragança parece privilegiar as figuras femininas em todas as suas obras. Na primeira e na última os títulos remetem para nomes e figuras femininas, *ab initio*. No final, Rosa Adriana, apenas com vinte e seis anos, morrerá como uma heroína, uma Jeanne d'Arc são-tomense, com as devidas diferenças, torturada pela polícia, por se recusar a entregar um dos seus companheiros fugitivo à polícia, Chico do Monte Grande. Se num primeiro momento parece que a sua morte poderá ser apenas uma das etapas da revolta que mudará o rumo político do país, oito anos depois, no último capítulo do conto (capítulo VII), o narrador, amigo da protagonista, Beto Vicente, e os companheiros continuam à espera “da hora que haverá de chegar e que irá ser de efectivas transformações.” (Bragança, 1985, p. 48). O final do conto assume mesmo um tom panfletário:

Continuamos a aguardar com ansiedade o alvorecer desse tempo que nada tem de mítico. Um tempo de libertação que vença a insatisfação e a desesperança. Por ele prosseguimos o combate surdo e milenário, pela liberdade, pelo pão e pelo respeito dos direitos espezinhados deste povo sem direitos (Bragança, 1985, p. 48).

Em *Aurélia de Vento* a figura em destaque é Aurélia, pela sua idoneidade e beleza, características aliás constantes nas suas personagens femininas principais. Aurélia, “ímpetuosa como o vento” (Bragança, 2011b, p. 126), Aurélia, uma benfeitora, presidente da Associação dos Socorros Mútuos, apresentada como o exemplo a seguir da cultura de formação mestiça da sociedade são-tomense.

Em *Um Clarão sobre a Baía* destaca-se a figura de Andreia, pela oposição com o seu marido, Luís da Cunha, cuja virilidade e autoridade tremiam, porém, face à presença e personalidade forte e reta de Andreia. Não deixa de ser curiosa a introdução de uma figura feminina tão idónea e corajosa, filha de Sô Plácido, que, pela dedicatória, se deduz o paralelo com Lerenó da Mata, apeteendo também fazer o paralelo, pela força de carácter de Andreia, com Inocência Mata. Teria o autor esse objetivo, de casar com as devidas diferenças estas figuras ficcionais com as figuras reais?

O capítulo V, de *Um Clarão sobre a Baía*, mostra o ambiente pesado que se vivia na prisão, sob o jugo do inspetor Felisberto Valente. Através do diálogo do inspetor com Andreia que vai finalmente poder visitar o pai, acusado de conspiração, o narrador usa o discurso irónico, para denunciar a hipocrisia: “– Mas doutora, é aí mesmo que eu queria chegar. Para lhe dizer que nos tem custado muito ter aqui o seu pai, o meu amigo Plácido, sem visitas, nem mesmo da família.” (Bragança, 2011a, p. 71). É um capítulo rico de ambiguidades: entre a ternura do reencontro entre pai e filha e a revolta da incompreensão pela injustiça, da impotência perante decisões políticas arbitrarias.

O desfecho desta estória de Sô Plácido só se saberá no capítulo XVI. Esse desfecho prepara-se a partir do capítulo XIV, com a revolta dos presos na prisão, e no capítulo XV, com a acusação de todos os presos de tentativa de golpe de Estado e com o respetivo julgamento. No capítulo XV, o narrador onisciente mostra-nos as

hesitações do juiz Manuel Tomás:

Como ousar desafiar o chefe máximo, a quem cabia ditar por telefone as sentenças, necessariamente graves de modo a dissuadir tentações futuras? Como então aliar-se aos réus, ainda que inocentes, submetendo ao ridículo o partido e o governo, carregar perante os militares e simpatizantes o ónus da deslealdade e da traição, os olhares cruzados dos camaradas ávidos de bodes expiatórios para os insucessos da governação? (Bragança, 2011a, p. 154).

Chegado aqui, através das perguntas retóricas, o leitor fica em suspense sobre a decisão do juiz. Mas rapidamente chega a resposta da decisão do juiz:

Mas por isso também não hesita, finalmente, em corroborar na condenação dos réus, para todos os efeitos inimigos mansos a abater sem qualquer contemplação, certo como está de que má consciência e o remorso só afligem os incautos, os que nunca chegaram a entender que em determinadas política, os fins justificam necessariamente os meios, quando são tantos e tão elevados os interesses a defender e preservar. (Bragança, 2011a, p. 155).

A ironia, a desesperança, o ciclo vicioso estão instaurados. As instituições não funcionam. Aliás, só tardiamente a Constituição política, aprovada em 1990 e revista em 2003, passou a distribuir o poder por quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o governo e os Tribunais.

O clímax só é, porém, atingido no capítulo XVI, quando o pânico desperta a cidade: na cadeia ouvira-se rajadas de tiros. Sô Plácido era a vítima: “a madrugada avançava lenta. Uma chuva miudinha começou a cair, pesarosa e triste, como se a própria natureza se dispusesse, também ela, a homenagear a memória de um homem sonhador e bom que tão tragicamente desaparecia” (Bragança, 2011a, p. 162).

Ao clima tenso e à falta de liberdade de expressão de *Rosa do Riboque* e de *Um Clarão sobre a Baía* (“o povo tem medo de falar” (Bragança, 2011a, p. 101)), aliam-se as jogadas políticas, os jogos sujos e as provas forjadas para incriminar e aniquilar aqueles que interferiam no Partido, por oposição ao sucesso das empresas com ligações a gentes do poder.

Em síntese:

A revolução há muito que falira, o tempo encarregara-se de esbater a força dos seus mitos e rituais, o homem novo era uma leve miragem soçobrando à corrupção e ao peso do custo da vida, cada vez mais insuportável. Apenas a força e o medo garantiam o sistema! (Bragança, 2011a, p. 103).

Neste clima de opressão, de *Um Clarão sobre a Baía*, a lei não impera e o clima adensa-se: “as aparatosas prisões em plena praça pública, as perseguições aos que detinham ideias contrárias, a incrível pressão psicológica exercida sobre os presos

por delito de opinião, os métodos brutais utilizados no seu interrogatório?” (Bragança, 2011a, p. 123).

Em *Aurélia de Vento* a intriga política constrói-se em torno da tentativa de usurpação de terrenos pelo Ministro, Domingos Ventura, ao português Pedro Santos, sob o pretexto de instalar nesses terrenos um projeto agrícola ou pecuário. O advogado, Altino Castro, tenta, no entanto, chamar o Ministro à razão: “Mas há a lei, senhor Ministro, há a lei... e o governo não pode fazer tudo o que quiser, contra os interesses do cidadão” (Bragança, 2011b, p. 48). O ministro é caracterizado pela sua imoralidade, mas aqui o advogado, contrariamente ao juiz Manuel Tomás, de *Um Clarão sobre a Baía*, encontrará um subterfúgio de uma ida a Angola para não participar numa injustiça: o retirar as terras ao português, que devido a esta manobra as manterá.

Albertino Bragança mostra os erros do passado e as suas consequências até porque, pela História deste país constata-se que, como sintetiza Miguel Sousa Tavares: “A verdade, porém, é que, se hoje todos reconhecem erros cometidos, não é fácil arrancar das autoridades são-tomenses a consciência de que uma coisa são erros, outra é a irresponsabilidade, a ineficácia, a corrupção, pura e simples” (Tavares, 2004, p. 125).

Aurélia de Vento, o último livro do autor, afasta-se um pouco das questões relacionadas com a liberdade política. Os tempos são outros, mas os problemas congénitos mantêm-se. Assim, o autor continua a tematizar a política, mas desta feita o enfoque recai sobretudo sobre a corrupção. O narrador de Bragança parece querer dizer-nos que mudam-se os tempos, mas não se mudam as vontades. A corrupção do poder vê-se pela tentativa de retirar as terras a Pedro Santos. Porém, a idoneidade da sua filha contrastará com todas esses jogos do poder.

Em *Aurélia de Vento*, Albertino Bragança explora sobretudo a natureza humana, tornando, por isso, o livro mais universal do que os anteriores. Não querendo com isto dizer que a corrupção e restantes questões político-sociais não sejam universais, mas antes que, apesar dessas temáticas estarem em *Aurélia de Vento*, como pano de fundo, aqui o centro de enfoque passa de questões políticas à observância da alma humana, naquilo que pode ter de melhor: com Pedro Santos, o proprietário branco; Aurélia sua filha com Florinda, uma jovem negra do Cruzeiro, tragicamente tragada pelas águas do rio lô Grande, e o marido de Aurélia, João Lourenço. No lado oposto, encontramos uma vez mais os políticos e homens de gabinetes, como é o caso do ministro Domingos Ventura, e Clotilde a companheira de Pedro Santos. O ódio que vai crescendo nesta em relação à enteada justifica-se pelo enraizamento de crenças populares. Simanora, a amiga de Clotilde, sintetiza uma das mensagens principais da novela: “não vale a pena gente estar sempre a dizer mal dos outros, a ter coração cheio de raiva de alguém, muitas vezes sem ter qualquer motivo” (Bragança, 2011b, p. 58). De facto, é essa raiva silenciosa que azedará Clotilde e se transformará em constante obsessão, consumindo-a. A raiva incontida de Clotilde, apesar de admitir que “quem cultiva o ódio é quem mais sofre com ele” (Bragança, 2011b, p. 89), levá-la-á a planear um atentado contra Aurélia, num ambiente antitético de violência, na festa de S. Francisco Xavier. Efetivamente, o ódio destruirá Clotilde. Tendo Aurélia

sobrevivido, a madrasta suicida-se, pois não aguenta os remorso nem o medo de ser descoberta como mandante da tentativa de homicídio.

Em *Aurélia de Vento* recua-se também ao momento de esperança da pós-independência: “Falava-se de política, do governo que entrara em funções no dia da independência, o primeiro na história das ilhas, o clima efervescente de confiança e esperança que a todos sugeria a ideia de uma vida melhor” (Bragança, 2011b, p. 35). É uma esperança que as restantes duas narrativa desmistificam, pois o debate inicial de como “promover a participação efectiva dos santomenses na tarefa comum de construção de um país para todos” (Bragança, 2011b, p. 38) falhara.

A corrupção política está associada ao recurso de qualquer meio para atingir o fim, inclusive o recurso à feitiçaria. Veja-se o caso de Luís da Cunha:

Sentido ainda com a recusa do padre, a Luís da Cunha não faltavam provas do poder mágico dos curandeiros e stlijons [médicos tradicionais] e não é por ter feito estudos superiores que ia deixar de atribuir mérito a tão qualificado saber. Não vira ele próprio a forma meteórica como Alcina Pires, uma ex-companheira da universidade, hoje funcionária superior do estado, subira na Administração, graças às práticas curandeiristas de Sum Mé Kobó, que até metiam nudismo e relações mais íntimas com o famoso messè de Fugi Fala? (Bragança, 2011a, p. 43).

O povo são-tomense é bastante religioso, mas é uma religiosidade que advém do sincretismo. Como refere Francisco Costa Alegre (2005, p. 92), trata-se de uma sociedade animista, um animismo que é “praticado seguindo a trilogia do paganismo, cristianismo e feiticismo”. Albertino Bragança retrata nas suas obras o sincretismo religioso, a começar pelo animismo em *Rosa do Riboque*. Veja-se o exemplo em que “Sam Gélica, que em tudo via almas do outro mundo” (Bragança, 1985, p. 25).

Religião e paganismo convivem, pois, não só na população mais pobre, mas também na mais favorecida. Esta convivência/ contaminação entre os vários planos e as várias heranças (ocidentais e africanas) está bem presente em *Um Clarão sobre a Baía*, quando Luís da Cunha se dirige à Igreja para orar e pedir protecção para alcançar o ambicionado posto de comissário político (Bragança, 2011, p. 29). Padre Abel funciona na narrativa, assim como Sô Plácido, como os opostos de Luís da Cunha. A excessiva retidão do Padre, a sua abnegação e defesa da verdade (Bragança, 2011, p. 33 e 36) e a sua luta contra “maldade e injustiça”, contrasta com a falta de carácter do protagonista de *Um Clarão sobre a Baía*.

A religiosidade em Bragança é colocada em comparação com o paganismo. Em *Um Clarão sobre a Baía* esta relação é evidente. Mais uma vez é acompanhando o percurso da personagem Luís da Cunha que passamos da descrição da religião católica cujos locais de culto, as igrejas, e seus representantes, os padres, são apresentados de forma incólume em oposição com os representantes da feitiçaria, no caso Mé Neké e com os seus locais de culto, uma “barraca”. Ao contrário da retidão do Padre Abel, Mé Neké, de um jovem desempregado de Kangá, que ganhou prestígio usando truques e subterfúgios, iludindo a população, passa a curandeiro renomeado.

Na narrativa constata-se a fusão resultante do convívio entre a religião católica e a feitiçaria. A não distinção entre fronteiras religiosas e paganismo é visível neste curandeiro que evoca sobejas vezes Deus, a fé e a oração, apresentado discurso, como por exemplo o seguinte: “– Toda coisa vale homem, mais a mais fé em Deus (...) é por isso que eu digo: coisa não há como oração p’a defender gente e pôr gente coração limpo”. (Bragança, 2011a, p. 56).

Não se trata, porém, apenas de retórica, o ambiente que rodeia o curandeiro é também ele povoado com marcas religiosas:

o altar enfeitado de minúsculas imagens e de uma gravura esbatida da Senhora de Fátima e iluminado por tochas mamão de tamanhos diversos. Colocou-lhe durante alguns segundos a mão direita sobre a cabeça, para de seguida, com uma espécie de rede de folha seca se bananeira e um búzio, lhe perscrutar o corpo à procura de objectos vários (...) (Bragança, 2011a, p. 56).

A descrição que se segue, para o leitor desconfiado, é surrealista e levanta a suspeita sobre que embuste terá usado o curandeiro para “retirar-lhe [a Luís da Cunha], na zona do abdómen, uma pedra e restos do gargalo de garrafa que ia paulatinamente atirando para um balde colocado à sua direita. (Bragança, 2011a, p. 57)

Resultado ou não da ação do curandeiro, acredite-se ou não, a verdade é que o narrador encaminha a ação para que Luís da Cunha consiga o posto de comissário político, como ambicionava. O narrador manipula assim a ação de modo a incutir no leitor a dúvida sobre a eficácia deste outro saber ancestral e africano.

Em *Aurélia de Vento*, as personagens recorrem também aos serviços de curandeiros, ainda que nem sempre resulte, como no caso de San Labeca, uma nacionalista exacerbada. Mas o caso mais notório nesta novela é o de Clotilde que faz recair a sua amargura em Aurélia por a culpabilizar de um olhar profundo antes de ter abortado espontaneamente, responsabilizando interiormente a enteada pelo fracasso da sua única gravidez. As crenças no mau olhado sobrepõem-se à crença na ciência e as justificações científicas como a possibilidade de o aborto se dever a anormalidades cromossômicas. É feita a descrição e uso de preparos e despachos (Bragança, 2011b, p. 57) contra os inimigos. Em oposição o narrador refere o fervor religioso da mulher do Ministro, que funciona mais como figurante.

É com base nas crenças que termina *Aurélia de Vento*. A população não tendo percebido o motivo do suicídio de Clotilde inventará as razões:

não serão poucos os que protagonizarão estórias mirabolantes sobre a morte provocada de Clotilde que, segundo eles, não terá sido mais do que uma vítima das coisas da terra, mistérios que atravessam séculos e que comandam irremediavelmente os destinos dos homens (Bragança, 1985, p. 150).

Mas os costumes constroem-se de outros ingredientes que Albertino Bragança não esquece. No capítulo XI de *Aurélia de Vento* descrevem-se as festas de S. Francisco

e o ambiente festivo povoado pelos grupos de tchiloli, dança congo e socopé (Bragança, 2011b, p. 112).

Esse país é, pois, feito de uma população que sobrevive maioritariamente dos produtos da terra e do mar. Amâncio Mélia é a figura que congrega em si estas duas vertentes. Este pescador-intelectual, que organiza tertúlias em sua casa, com conhecimentos sobre plantas medicinais, necessita, porém e ironicamente, de sair do país para ter cuidados de saúde que em São Tomé não eram possíveis. O autor vai referindo o quotidiano difícil das populações, mas apenas em *Rosa do Riboque e outros Contos* centraliza a voz na camada desfavorecida e explorada da população.

Olhar endógeno: notas sobre o estilo

A tentativa de reproduzir as características da oralidade, vê-se nos diálogos das personagens representativas da população menos letrada, como é o caso do curandeiro Mé Neké de *Um Clarão na Baía*. Observa-se, pelo exemplo seguinte, que o português usado pela personagem se afasta do português europeu padrão, criando-se uma *entrelíngua* – resultado do contacto entre o crioulo e o Português. A não concordância entre género, a falta de determinantes antes dos nomes, a utilização do infinitivo em vez do conjuntivo são apenas algumas modificações a que podemos assistir, como se vê no exemplo seguinte:

– Coisa está feito, senhor Xido. Sábado, Sibila vai p’a Desejada procurar senhor. Mas senhor não embrulha ela, não brinca com ela, nada de besinho e outras coisas, porque senão remédio arrefece e senhor estraga meu trabalho. Mesmo que ela brincar com senhor, senhor aguenta. Porque, gente sabe, mulher tem cada manha que não é qualquer homem que aguenta... (Bragança, 2011a, p. 50).

Assiste-se, pois, ao fenómeno de contaminação entre as línguas crioulas e o português. Trata-se de um português “*re-ontologizado*” (Mata, 2010, p. 27), com marcas de cariz cultural e social. De facto, as interferências, sobretudo do crioulo forro, no português dá-se a vários níveis, na fonologia, no léxico, na sintaxe e, na prosódia, no que diz respeito à oralidade.

Segundo Francisco Costa Alegre (2005, p. 81), estima-se que 76,3% da população comunica em forro (ou *lungwa santomé*). Sendo o forro e a literatura oral são-tomense caracterizados pelo uso de metáforas, adágios populares e provérbios, não é de estranhar que Albertino Bragança use estes recursos da sua escrita. O recurso a adágios populares através dos diálogos da personagens representativas do povo está bem visível em *Um Clarão sobre a Baía*, como atestam os exemplos seguintes: “– Toda coisa que tem nome existe. Camarada não desiste. enquanto amoreira não cair, gente não tira machado nele...” (Bragança, 2011a, p. 42). Vemos, neste exemplo da fala Fiá Guinhon, a importância da rima, o que contribui para a vitalidade e ritmo do discurso oral tornado escrito. Mas também Luís da Cunha recorre a provérbios como “quem guarda comida à noite pode lavra boca de madrugada”, para justificar

a sua ambição de ascensão política e económica em oposição com os ideais de juventude. Também Pedro Santos recorre a provérbios populares, para se referir aos escassos resultados que a polícia teve no descortinar do caso do atentado à sua filha, resolvido por populares: “rato carrega andim, mas gente não vê azeite que ele vende” (Bragança, 2011b, p. 145).

A rima é um dos recursos que mostra o cuidado estético que o autor coloca nos textos. Encontramo-la desde *Rosa do Riboque*, sobretudo na fala do narrador (“a apatia que persistia” (Bragança, 1985, p. 17) e em *Um Clarão sobre a Baía*, sobretudo nos diálogos (“- (...) o mesmo problema de sempre, paludismo, reumatismo” (Bragança, 2011a, p. 65)).

A melhor forma de expor as fragilidades humanas e políticas das personagens estilisticamente é recorrer à ironia. É disso exemplo a parte final do episódio em que Luís da Cunha vai pedir ao Padre Abel que interceda por ele perante Deus para alcançar o seu objetivo político, opondo a preocupação altruísta do Padre para com a população *versus* os interesses pessoais e egoístas do protagonista. A ironia vai aumentando em crescendo através do recurso ao discurso indireto livre. Trata-se de uma personagem que pretende convencer o padre de que a sua vitória “teria um significado especial pelo seu grande impacto nos jovens do mundo rural, marginalizados e deixados à parte. Para dizer a verdade e sem qualquer exagero, uma autêntica luta do bem contra o mal.” (Bragança, 2011a, p. 37). Porém, o seu tom de voz é odioso quando fala do seu opositor. Esse registo começa a enervar o Padre que pacientemente lhe pergunta: “- E para isso, o que é que eu tenho de fazer?” (Bragança, 2011a, p. 37). A falta de noção do ridículo em que cai, permite à personagem responder: “- Eu só quero uma oração do senhor a meu favor, senhor padre!” (Bragança, 2011a, p. 37). Pode ver-se por este diálogo, em oposição com os que foi citado anteriormente, a preocupação do narrador em adequar o nível de língua a cada uma das personagens, transmitindo assim uma imagem social e culturalmente credível.

A ironia constrói-se também do contraste entre a atuação das personagens e o discurso destas. Veja-se o caso de Ernesto Cruz, o economista de *Um Clarão sobre a Baía*: “quando a gente age de boa fé, até o próprio destino facilita”. Todavia, a sua ação e a de Luís Cunha nada tiveram de boa fé, ao tentar ganhar o concurso da construção da barragem (Bragança, 2011a, p. 132). A ironia desta intriga atinge o seu clímax pela relação entre esta personagem e a baía. Vendo o concurso ganho, o protagonista olha a baía com um sorriso: “nunca como naquela noite, a baía lhe tivesse surgido tão deslumbrante, o céu feito prata viva, banhando de uma luz irreal o mar, a praia e todo o quarteirão em redor. (Bragança, 2011a, p. 132).

A ironia em *Aurélia de Vento* constrói-se também em torno do contraste entre a aparência e atuação das personagens, sobretudo em torno do ministro, casado com uma obesa senhora e cuidando do recanto, que a mulher virá a descobrir, para onde convidava adolescentes e jovens para festas. Será este desaire, a nível privado, que intervirá na sua vida e imagem pública e desviará a tenção do ministro das terras de Pedro Santos.

Olhar exógeno: *Sul*

Os espaços em Albertino Bragança concentram-se na ilha de São Tomé. Logo na primeira obra, pelo título, *Rosa do Riboque*, situa espacialmente a ação através da personagem principal do conto que abre a obra. Albertino Bragança, qual geógrafo, vai descentralizando o espaço em torno da capital para o alargar para a ilha de São Tomé, apresentando percursos que se entrecruzam com referências espacio-geográficas como em *Um Clarão sobre a Baía*. Aí várias são as referências a locais para além de São Tomé, a capital, como Vila do Pantufo, Trindade, Santana, Neves, Folha Fede, Monte Café e ainda a Baía de Ana Chaves, que serve de pano de fundo a *Um Clarão sobre a Baía*. Em *Aurélia de Vento*, os espaços servem uma vez mais de cenário, sendo, na maior parte das vezes, apenas nomeados: Água Francisca, Trindade, Cruzeiro, Vanguarda, Potó Potó, Almeirim, Caixão Grande, Obôlongo e os rios Lô Grande, Mé Zochi, por exemplo.

A acompanhar estas referências espaciais apenas algumas indicações da arquitetura. Veja-se, por exemplo, as casas em Trindade, casas de estacas altas ou a pequena barraca forrada de andala seca, do paço do mestre curandeiro (Bragança, 2011a, p. 2).

A referência ao clima está sobretudo presentes em *Um Clarão sobre a Baía*, nomeadamente a alusão ao período de seca (Bragança, 2011a: 40 e 41) e da gravana (Bragança, 2011a, p. 51). O clima é também propício à profusão de frutas como laranjas, cajamangas, safús, anonas (Bragança, 2011a, p. 100), a que Miguel Sousa Tavares acrescenta fruta-pão e matabala (Tavares, 2004, p. 114-115).

Ao centrar-se o ponto de vista no autor Albertino Bragança estamos a centrar-nos num olhar endógeno. Complementemos este olhar de dentro, com um olhar de fora, a partir de *Sul*, de Miguel Sousa Tavares. A escolha deste livro e deste autor deve-se ao facto de ser a única referência no Plano Nacional de Leitura (2011) em que encontramos um texto sobre São Tomé e Príncipe. Na verdade, e apesar de os atuais Programas de Português, homologados em 2009, preverem o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, não há no próprio Programa, nem nas listas do PNL, para que remetem, nenhuma sugestão de autor são-tomense.

Miguel Sousa Tavares, em *Sul*, incluiu um texto “São Tomé e Príncipe: as ilhas maltratadas” sobre a sua experiência de viajante, um texto datado de 1990. O parágrafo inicial, em forma de síntese, leva o leitor a refletir:

Não é bem um país, é um projecto dos deuses atraído pelos homens. Da escravatura colonial à independência, que já leva vinte anos de ilusão, repete-se o contraste entre uma natureza exuberante e os homens que a arruinam. Como se as ilhas fossem demasiado perfeitas para a condição humana (Tavares, 2004, p. 111)

O texto destaca a alegria das crianças, a exuberância da paisagem e a “generosidade da natureza” (Tavares, 2004, p. 115). Em Albertino Bragança, por sua vez, se em *Um Clarão sobre a Baía*, a flora não é muito explorada, assumindo até características luminosas, como é o exemplo da delicadeza das rosas de porcelana (Bragança,

2011a, p. 48), das buganvílias e dos maracujás “trepando, preguiçosos” (Bragança, 2011a, p. 48); em *Rosa do Riboque*, mais concretamente no conto “Reencontro”, o autor dá mais atenção à descrição da flora, uma flora esmagadora e sufocante. Veja-se o exemplo da paisagem da roça em Oca Longo:

árvores altaneiras e seculares cujos ramos se estiravam preguiçosamente sobre os cacauzeiros, como que cansados da sua constante acção protectora; troços de água que desafiavam as fragas agrestes e selvagens e se projectavam no espaço, salpicando-o de infinitas gotas, as quais transmitiam um tom de frescura à paisagem (Bragança, 1985, p. 51).

Esta paisagem com “tom monocórdico” era povoada pelos trabalhadores que se emaranhavam à volta dos cacauzeiros. Em *Aurélia de Vento*, mais de 25 anos depois, a paisagem e as atividades rurais não parecem ser diferentes: “os homens e mulheres, munidos de sacolas e ganchos, no confronto eterno com os cacauzeiros. (...) a fragrância acre da terra, a luta persistente do sol perfurando as copas aperadas das eritrineiras, a luz láctea da lua projectando-se, tranquila, sobre o sono preocupado da sanzala” (Bragança, 2011b, p. 26). Desta feita, a descrição não é de natureza estática.

A atenção dada à paisagem vai-se alargando de *Rosa do Riboque e Outros Contos* até *Aurélia de Fogo*: do microcosmo do Riboque para a contemplação alargada da ilha. Veja-se o caso, no último livro, da contemplação da paisagem pelo ministro:

Nos dias libertos de neblina, costumava postar-se no alto da falésia que encimava o vale, abarcando com a vista a planície a perder-se de vista, os troncos das palmeiras bamboleando-se ao vento, o tom persistente de verde apossando-se irremediavelmente da paisagem (Bragança, 2011b, p. 71).

Mas esta paisagem é difícil de penetrar. As vias de comunicação terrestres não têm sido alvo de investimentos. O percurso para Neves, por exemplo, é descrito em *Um Clarão sobre a Baía* como:

estrada completamente esburacada tornavam longa e desagradável a viagem, não obstante a beleza renovada da paisagem a caminho do norte, generosa até na oferta de acastanhadas zonas de savana confrontando-se ostensivamente com a habitual omnipresença do verde, esmagadora sobretudo no sul (Bragança, 2011a, p. 91).

Sobre esta degradação das estradas fala Miguel Sousa Tavares e qualquer viajante/habitante facilmente se aperceberá. Miguel Sousa Tavares escreve uma sugestão para o viajante:

Não vale a pena ter ilusões: quem não for amante do todo-o-terreno, deve-se abster. (...) Os buracos e os saltos são tantos que, por incrível que pareça, produz-se no próprio condutor um

efeito semelhante ao da *tôle ondulée*, no deserto: um torpor e uma sonolência, alimentados pelos embalos do caminho, que só o mergulho numa praia deserta encontrada à beira da estrada ou numa cascata perdida no interior da selva conseguem afastar (Tavares, 2004, p. 120).

Esta sensação é de 1990, mas mais de 20 anos depois qualquer viajante poderá comprovar a veracidade desta descrição. Esta constatação permite aferir o investimento que (não) foi feito em São Tomé e Príncipe na melhoria das condições de vida das populações, apesar das ajudas externas e das ações (hipotéticas) das ONG's, de que Francisco Costa Alegre elenca uma lista de 60, no livro *Santomensidade* (2005, pp. 164-167). É que essa ajuda externa serviu (apenas) para ampliar grandemente a situação de corrupção.

Em jeito de conclusão

Os livros de Albertino Bragança registam ficcionalmente os passos que a História tem dado em São Tomé e Príncipe, já sabemos que nos países africanos a literatura ajuda a organizar a História, porém a pouca densidade e caracterização psicológica das personagens faz desejar mais num autor que é já referência na prosa são-tomense.

Em comum os três livros do autor têm o facto de apresentarem preocupações socioculturais, económicas e políticas. A literatura apresenta, assim, a sua forma de escrever a História. Concordo com Inocência Mata quando escreve “perante a falta de “registos” da História (...) não tenho dúvidas de que será a Literatura o repositório da informação sobre estes (primeiros) tempos de *endurance* (ideológica, económica, social, cultural, espiritual) pós-colonial...” (Mata, 2010, p. 92).

Albertino Bragança mostra os erros do passado e as suas consequências até porque, pela História deste país constata-se que, como sintetiza Miguel Sousa Tavares: “A verdade, porém, é que, se hoje todos reconhecem erros cometidos, não é fácil arrancar das autoridades são-tomenses a consciência de que uma coisa são erros, outra é a irresponsabilidade, a ineficácia, a corrupção, pura e simples” (Tavares, 2004, p. 125).

De facto, as obras de Albertino Bragança, sobretudo as duas últimas, questionam o que Inocência Mata também pergunta, em 2002, na crónica “Falar da reconciliação social são-tomense (a propósito da reconstrução de Timor)”:

Eu, por exemplo, gostaria de saber quem foram os implicados directos no assassinato de meu pai durante o regime ditatorial do MLSTP [Movimento de libertação de S. Tomé e Príncipe] sob comando autocraticamente musculado do Dr. Manuel Pinto da Costa: quem propôs, quem sabia, quem assumiu o plano, quem deu a ordem e quem a executou. É que o silêncio sobre as violações passadas – e após a abertura multipartidária em São Tomé e Príncipe não houve vontade política para responsabilizar ninguém, pois os senhores de ontem trataram de fazer logo a reconversão necessária e os novos senhores, os de hoje, mesmo em agrupamentos ideológicos aparentemente renovadores, mantiveram relações de

convivência afectiva (e familiar) e tática com os de ontem (Mata, 2004, p. 67).

Estas interrogações são de há 10 anos, mas mantêm-se atuais – e isso não é louvável, pois quer dizer que “é preciso mudar alguma coisa, para ficar tudo na mesma”. São interrogações às quais Albertino Bragança também não dá respostas, mas sendo ele um político, logo, homem do sistema, interrogar-se sobre a realidade política, e conseguir esta análise e denúncia sobre a sociedade são-tomense é já significativo.

Como acrescenta Inocência Mata, ainda que “a ficção narrativa [seja] uma rudimentar prática de realização intermitente” (Mata, 2010, p. 130) em São Tomé e Príncipe, Albertino Bragança é já uma referência dessa ficção.

O autor casa fragmentos da memória de um passado histórico político e social com fragmentos de figuras, eventos e locais identificáveis do presente, visando encontrar uma resposta / um caminho para o futuro, que as questões retóricas com que termina *Um Clarão sobre a Baía*, ilustram:

Quem sabe [uma luz viva] um sinal dos tempos que perturba e confunde. Que entra pela alma e tende a pressagiar o ocaso de mal entendidos e contrassensos.

Quem sabe um sinal dos tempos, um prenúncio de mudança, um aviso de novos empreendimentos?

Quem sabe?

(Bragança, 2011, p. 167)

Estas perguntas associadas ao título do livro, em particular ao lexema “clarão”, dão alento para novos tempos, remetendo para a esperança e tempos de mudança, para um espaço (São Tomé) descrito por Miguel Sousa Tavares como “Hoje, semiaruinada e maltratada a cidade é ainda linda e comovente, na sua prosápia de Princesa Equatorial, desenhada ao longo da curvatura da baía de Ana Chaves” (Tavares, 2004, p. 117).

Vemos, pois, que o olhar endógeno, de Albertino Bragança, e exógeno, de Miguel Sousa Tavares, se casam no que à caracterização de São Tomé e Príncipe diz respeito. É uma visão que remete para a construção de um país à procura da democracia e transparência.

Referências

Alegre, Francisco Costa (2005). *Santomensidade*. São Tomé: UNEAS.

Bragança, Albertino (1985). *Rosa do Riboque e outros Contos*. São Tomé: Cadernos Gravana Nova.

Bragança, Albertino (2011a). *Um Clarão sobre a Baía*. S. Tomé: Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe/CST.

Bragança, Albertino (2011b). *Aurélia de Vento*. S. Tomé: Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe/CST.

- Laranjeira, Pires (2006). Ficção com ajuste de contas. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 940 (11-10-2006).
- Laranjeira, Pires (2011). Albertino Bragança: crítica do mal-estar político e social. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1072 (2-11-11).
- Mata, Inocência (2010). Desafiando memórias de além-mar: novas cartografias identitárias na literatura são-tomense. In Secco, Carmen Lúcia Tindó *et al.* (org.), *Pensando África: Literatura, Arte, Cultura e Ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Mata, Inocência (1993). *Emergência e Existência de uma Literatura. O caso Santomense*. Linda-a-Velha: ALAC.
- Mata, Inocência (2004). *A Suave Pátria: reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*. Lisboa: Colibri.
- Mata, Inocência (2010). *Polifonias Insulares – Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mata, Inocência (2011). Breve carta aberta ao Sr. Pinto da Costa. *Téla Nón*. Acedido em 3 março, 2012, de <http://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2011/06/20/7477/carta-aberta-da-professora-universitaria-inocencia-mata-enderecada-a-pinto-da-costa/>
- Tavares, Miguel de Sousa (2004). *Sul: Viagens*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Sousa, Ricardo (2011). *Aurélia de Vento*: mais um romance de Albertino Bragança. Stomenet.com. Acedido em 2 fevereiro, 2012, de <http://stomenet.com/section-table/47-musica/377-aurelia-de-vento-mais-um-romance-de-albertino-braganca.html>

VII

Linguística

Rita Gonçalves
Centro de Linguística
Universidade de Lisboa, Portugal

ritamgg@gmail.com

Mudança linguística e variação no português de São Tomé¹

São Tomé e Príncipe é palco de um processo de mudança linguística singular no quadro das ex-colónias portuguesas, tendo em conta a nativização do português, associada à perda da competência linguística das línguas crioulas. O fenómeno de transição do português L2 para L1 terá fomentado a transmissão irregular desta língua e, conseqüentemente, a emergência de estruturas gramaticais distintas do português padrão, entre as quais se evidencia a tendência para a transitivização direta. O presente trabalho analisa o efeito de fatores linguísticos, como a posição dos constituintes na frase, bem como a relevância de fatores sociolinguísticos, como o nível de escolaridade, o género e a idade, na variação e mudança linguística, em particular nas grelhas argumentais dos verbos.

Palavras-chave: português de São Tomé, mudança linguística, transmissão irregular, estrutura argumental, deslocação de constituintes, sociolinguística

Differently from other lusophone former colonies, in São Tomé and Príncipe a process of nativization of Portuguese is under way, which is related to the loss of proficiency in the locally spoken creole languages. This process of language shift resulted in irregular transmission of Portuguese, giving rise to the development of distinct properties from European Portuguese, such as a tendency toward direct transitivization. This paper assesses the role of linguistics effects, for example the position of constituents in the sentence, and sociolinguistics variables, such as the degree of instruction, age, and gender of the informants. These effects are essential to our understanding of language variation and change, especially in the domain of argument structure of verbs.

Keywords: Santomean Portuguese, language shift, irregular transmission, argument structure, constituent dislocation, sociolinguistics

¹ Agradeço a revisão e os comentários de Tjerk Hagemeijer. O texto apresentado faz parte de um trabalho de investigação em curso, razão pela qual algumas das questões não são mais desenvolvidas. A investigação é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência n.º SFRH/BD/73839/2010.

Introdução

Este trabalho tem como objetivos (i) caracterizar a situação linguística de São Tomé e Príncipe, discutindo o fenómeno de mudança linguística determinado pela hegemonia do português sobre os crioulos autóctones, de modo particular o forro; e (ii) analisar estruturas gramaticais que ilustram a variação existente no português falado em São Tomé, discutindo os possíveis fatores linguísticos e sociolinguísticos que a determinam.

Numa primeira parte, serão apresentados e discutidos dados estatísticos que ilustram o acelerado processo de nativização do português e a sua homogeneidade na sociedade são-tomense. Em seguida, tendo por base dados de *corpora* e os resultados de Brandão (2011), Alexandre, Gonçalves e Hagemeijer (2011) e R. Gonçalves (2010), debater-se-ão os fatores associados à variação nas áreas da concordância nominal, estratégias de relativização e estrutura argumental dos verbos. Numa terceira parte, dando continuidade ao trabalho encetado em R. Gonçalves (2010), serão confrontados os resultados da aplicação de testes de elicitación com dados de *corpora*, no sentido de avaliar o efeito de fatores linguísticos, como a posição dos constituintes na frase, e a relevância de fatores sociolinguísticos, como o nível de escolaridade, o género e a idade, na variação a nível da estrutura argumental dos verbos. Por fim, será apresentado um sumário dos resultados, apontando alguns dos princípios que estarão na base da mudança linguística e variação no português de São Tomé.

Mudança linguística

Apesar de constituir o mais pequeno dos PALOP em termos geográficos e populacionais, São Tomé e Príncipe caracteriza-se pela sua diversidade linguística motivada por fatores históricos e sociais. Nas ilhas são falados os crioulos autóctones – o forro, o lung'ie e o angular – decorrentes do contacto linguístico entre a língua dos colonizadores, o português, e as línguas dos escravos oriundos do antigo Reino de Benim (atual Nigéria), do Congo e de Angola, durante a primeira colonização (séc. XV e XVI)¹. Além destes crioulos, o arquipélago conserva ainda o português dos Tongas, a língua que surgiu do contacto entre o português falado nas roças (essencialmente, Água Ize, Monte Café e Agostinho Neto) e as línguas bantu faladas pelos descendentes de contratados provenientes de Angola e Moçambique durante a segunda colonização (séc. XIX e XX)². Fruto também desse segundo período, as ilhas acolhem ainda uma grande comunidade de falantes do caboverdiano, constituída por contratados não repatriados e pelos seus descendentes. O caboverdiano é usado um pouco por todo o arquipélago, chegando mesmo a constituir a língua dominante em

¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a origem e a situação das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe, veja-se Hagemeijer (2009) e Hagemeijer (no prelo).

² O português dos Tongas distingue-se do PST por apresentar traços do substrato Umbundu e por não ter recebido uma direta influência do forro, pelo menos nos primeiros estádios de aquisição. Como o crioulo era interdito nas roças, a língua de comunicação entre os escravos, e entre estes e os colonizadores, era o português que ali se desenvolvia sem possibilidade de escolarização. Segundo Baxter (2004, p. 104), “The L1 Tonga Portuguese (TP) of first generation Monte Café Tongas displays substantial and consistent morphosyntactic restructuring in the NP (in referencing, number, and gender representation), in the VP (tense-aspect marking), and in the representation of case relations and negation.” Sobre o português dos Tongas, veja-se, entre outros, Rougé (1992) e Baxter (2004).

algumas roças e no Príncipe, e a terceira língua em São Tomé, a seguir ao português e ao forro. Perante esta multiplicidade linguística, o português foi sendo reconhecido como fator unificador de grupos sociais e conquistou, sobretudo a partir do século XIX, uma hegemonia que veio a acentuar-se com a sua adopção como língua oficial após a independência.

Os dados sociolinguísticos reunidos em recenseamentos realizados durante o tempo colonial não nos permitem inferir o número de falantes das várias línguas neste período, uma vez que os crioulos nunca foram incluídos (cf. Lorenzino 1996, p. 442). Os dados relativos às línguas crioulas, número de falantes, distribuição etária e geográfica, só começam a ser recenseados a partir da independência de São Tomé e Príncipe, no primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação (RGHP) de 1981 (publicado em 1987). Naturalmente que as políticas coloniais que depreciavam as línguas crioulas e consideravam o português como única língua de prestígio contribuíram para a supremacia do português. Mesmo no período pós-colonial, esse estigma conduziu a população a usar e a transmitir às mais novas gerações o português adquirido como uma L2³, com todas as consequências que são inerentes à aquisição de uma língua não materna, continuando a considerá-lo a única língua de integração e ascensão social. O português foi conquistando o espaço onde primeiramente os crioulos tinham lugar e, conseqüentemente, estes foram sendo relegados para contextos cada vez mais informais e esporádicos.

O processo de nativização do português em São Tomé, segundo a aceção de Winford (2003, p. 244), de acordo com a qual uma anterior segunda língua é adoptada como a primeira língua (e língua nativa) de uma comunidade, é evidente se atentarmos nos dados estatísticos resultantes dos censos de 1981-2001. Não obstante todos os problemas associados à metodologia e à aplicação dos censos, desde logo por não ter sido indicado se as línguas são adquiridas como L1 ou L2, e por não terem sido consideradas outras línguas com relevância no arquipélago, como o angolano ou o caboverdiano⁴, é de destacar o aumento considerável do número de falantes do português, comparativamente às línguas crioulas e à(s) língua(s) não especificada(s).

	Português	Forro	Lung'ie	Outra
1981	60.519	54.387	1.533	8.180
1991	94.907	69.899	1.558	12.781
2001	136.085	99.621	3.302	17.612

Tabela 1 - Distribuição do número de falantes por língua e por ano de censo

³ O termo L2 ou LS (segunda língua) é usado para classificar toda a aprendizagem e uso de uma língua não materna, como ocorre, por exemplo, dentro de fronteiras territoriais em que ela é língua oficial. Por oposição, entende-se por L1, ou língua materna, a primeira língua à qual a criança está exposta e na qual estabelece a sua gramática.

⁴ Note-se que não só não foram contemplados o angolano e o caboverdiano, como foi incluído o francês que não é uma língua nacional. O facto de se privilegiar uma língua estrangeira em detrimento das línguas crioulas mostra o desprestígio que estas detêm na sociedade são-tomense. Consideramos, contudo, que, mesmo não tendo sido indicados, o angolano e o caboverdiano estão abrangidos pelo item de resposta “outra”.

A diferença no número de falantes do português e do forro aumenta significativamente de década para década. Enquanto em 1981, o intervalo era de apenas 5000 falantes, em 1991 e em 2001, este aumenta gradualmente para cerca de 25.000 e 35.000 falantes, respetivamente. Veja-se ainda que o número de falantes da(s) língua(s) não especificada(s) é superior ao de falantes do lung'ie, o que nos remete para a supremacia de outros crioulos, como o angolano, mas sobretudo o caboverdiano, sobre uma língua autóctone, o crioulo do Príncipe (cf. Hagemeijer, no prelo)⁵.

De acordo com o RGHP de 2001, o português é falado por 98,9% da população, contra 72,4% de falantes do forro. O gráfico 1 dá conta da relativa homogeneidade no uso do português, no que concerne ao género e à faixa etária.

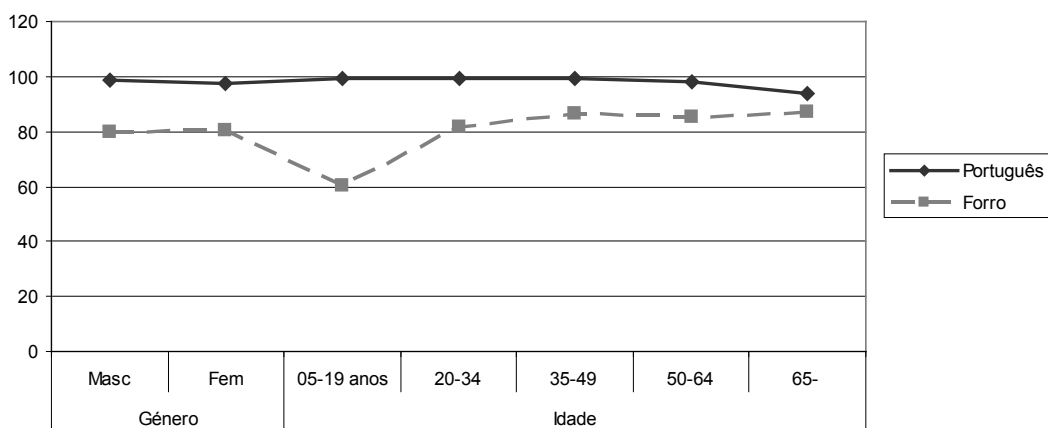


Gráfico 1 – Percentagem de falantes do Forro e do Português por género e idade (2001)

No primeiro caso, as percentagens apontam para um maior uso do português pelos informantes do género masculino, paralelamente a um maior uso do forro pelos informantes do género feminino. Esta situação pode ser corroborada pelo facto de as mulheres estarem mais circunscritas ao universo rural, ao passo que os homens estão mais integrados no contexto urbano, contactando com o mundo do comércio e com o exterior. Relativamente à faixa etária, verifica-se um ligeiro decréscimo no uso do português em informantes com idade igual ou superior a 65 anos, exatamente a que revela um aumento no número de falantes do forro, corroborando o que se verifica no terreno. A curva mais evidente dá conta da ausência de uso do forro pela população com idade igual ou inferior a 19 anos que tem, cada vez mais, apenas um conhecimento passivo das línguas crioulas e, neste caso particular, do forro.

Desta conjuntura, decorre uma situação em que o português primeiramente adquirido como L2 se começa a afirmar como a L1 da população, nomeadamente das gerações mais novas. Embora a língua-alvo seja, *a priori*, o português europeu, e o processo de mudança linguística não seja suficiente para o surgimento de uma língua

⁵ Esta diferença é ainda mais significativa se considerarmos que, de acordo com Maurer (2009, p. 3), no Príncipe há apenas cerca de 20 ou 30 pessoas, entre falantes com mais de 60 anos de idade e alguns jovens, que detêm um conhecimento relativamente ativo do lung'ie. Este facto corrobora o carácter pouco realista do censo apontado anteriormente.

totalmente nova, como ocorreu por exemplo com a crioulação, a verdade é que o resultado desta mudança permitirá a emergência de uma variedade linguística com propriedades distintas das do português europeu. No dia-a-dia é produzido um português local, com possíveis influências do crioulo, decorrente da transição histórica de segunda a primeira língua e das situações de contacto linguístico acima descritas. Esta variedade do português, resultado de uma transmissão linguística irregular⁶, desencadeada sobretudo através da oralidade, uma vez que o acesso à escola era bastante limitado, constitui o *input* a que as gerações mais jovens estão expostas, transformando-se, portanto, na língua-alvo no processo de aquisição da sua L1.

De acordo com Batibo (1992, *apud* Winford 2003, p. 258), o processo de mudança linguística envolve cinco estádios que vão desde o uso da L1 como único sistema linguístico de que o falante dispõe, passando por períodos intermédios de transição de monolingüismo a bilingüismo, até à completa “extinção” da L1 e consequente substituição pela L2⁷. A delimitação dos cinco estádios não é claramente visível, uma vez que a erosão linguística opera em tempos distintos nos vários falantes. No caso particular das ilhas de São Tomé e Príncipe, este processo situar-se-ia nos últimos estádios, os responsáveis pela mudança linguística, embora em algumas partes da sociedade, o forro ainda concorra com o português, numa situação de diglossia. Na verdade, mesmo que toda uma comunidade convirja para a adopção do português como L1, o processo não se desenvolve ao mesmo tempo e do mesmo modo em todos os falantes, mas depende de uma variedade de fatores sociolinguísticos que estão associados à idade, ao género e ao nível de escolaridade, como já apontámos e veremos com maior detalhe nas secções seguintes.

Os dados

O presente trabalho teve por base dois conjuntos de dados distintos: um *corpus* oral e testes de elicitación escritos. O *corpus* do português de São Tomé (PST) usado é constituído por trinta entrevistas à população da cidade São Tomé, recolhidas no âmbito do projeto VAPOR (Variedades Africanas do Português) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Apesar de, atualmente, o *corpus* ser constituído por cerca de 250.000 palavras transcritas, para este estudo foi considerado um *corpus*-amostragem de trinta entrevistas (correspondente a cerca de 120.000 palavras transcritas). O *corpus* é uniforme quanto ao género, dispondo de quinze informantes do género masculino e quinze do género feminino. As entrevistas foram realizadas a informantes com diferentes níveis de escolarização, desde o baixo (4.^a classe) até ao superior (licenciatura), e com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos. Os estudos sobre o PST aqui mencionados, nomeadamente Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) e Brandão (2011), basearam-se no mesmo *corpus*, no primeiro caso, e num *subcorpus* deste, no segundo (correspondente a 17 entrevistas).

Os testes de elicitación foram aplicados no Instituto Superior Politécnico de São

⁶ Sobre o conceito de transmissão linguística irregular e a sua aplicação à formação de novas variedades de língua, veja-se Lucchesi & Baxter (2009).

⁷ Este fenómeno é conhecido e tratado na literatura sobre L2 por erosão linguística.

Tomé⁸ a alunos de licenciatura. O teste de juízos de gramaticalidade foi apresentado a 65 alunos (23 alunos do 4.º ano do curso de Língua Portuguesa (LP); 28 do 1.º ano do curso de Relações Públicas (RP); e 14 do 1.º ano do curso de Biologia (BL)), com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos de idade, sendo que 32 são do género feminino e 33 do género masculino. Dada a não comparência dos restantes elementos, o teste de produção foi apresentado nas mesmas turmas apenas a 58 alunos (22 do 4.º ano de LP; 23 de RP; e 13 de BL), 29 do género masculino e 29 do género feminino.

Variação linguística

Concordância nominal

Os estudos sobre concordância nominal em variedades não europeias do português, designadamente no português brasileiro (PB), são abundantes e têm mostrado que existe variação significativa a este nível. Brandão (2011) procurou estabelecer uma comparação entre os fatores associados à ausência de concordância nominal no PB e no PST, com o intuito de verificar se a mudança opera de forma convergente ou divergente.

Tendo por base o controlo de variáveis linguísticas e sociolinguísticas, a autora concluiu que, tanto no PB como no PST, essas variáveis se alternam, ainda que a posição dos constituintes dentro do SN se mostre relativamente mais relevante para a primeira e que o nível de escolaridade se destaque na segunda. Em suma, o núcleo do SN, bem como os elementos à sua direita, são mais afetados pelo apagamento da marca de número e a probabilidade de ausência de concordância nominal diminui conforme aumenta o nível de escolaridade do informante (cf. (1-2)).

(1) As dificuldade que nós temos (...). (PST, Brandão, 2011)

(2) As pessoas mais velha quando faziam calulu (...). (PST, Brandão, 2011)

Também Inverno (2009, p. 4), sobre a concordância nominal no português de Angola (PA)⁹, concluiu que “o núcleo do SN raramente recebe marcação de número. A pluralidade é indicada pela adição do sufixo –s apenas aos elementos não-nucleares mais à esquerda no SN, especialmente no discurso de falantes mais velhos ou menos instruídos ou no discurso informal daqueles que são mais jovens ou instruídos” (cf. (3)).

(3) Ele marca muitos golo. (PA, Inverno 2009)

Embora estes fatores remetam superficialmente para uma mudança convergente nas variedades do português, é de considerar que outros há que não são atuantes no PB e no PST, tais como o processo morfofonológico de formação de plural naquela, bem como o género e o contexto fonológico nesta. Brandão (2011) aponta

⁸ Agradece-se a participação dos alunos incluídos no estudo e das professoras Beatriz Afonso e Joana Castaño que colaboraram na aplicação dos testes.

⁹ Dados recolhidos no Dundo, província da Lunda Norte.

ainda importantes conclusões resultantes do cruzamento entre as variáveis nível de escolaridade e idade. No PST, os informantes entre os 36 e os 55 anos com escolarização apenas fundamental apresentam maiores índices de apagamento da marca de número. Estes dados vão ao encontro do defendido por Moreno e Tuzine (1997, p. 84) para o português de Moçambique (PM). Os autores mostram que, não obstante a pertinência do fator nível de escolaridade, os fenómenos de variação “não podem nem devem ser explicados recorrendo-se apenas a uma ou duas variáveis sociais isoladamente, parecendo, pelo contrário, decorrer de uma multiplicidade de factores, actuando em conjunto.”

Parece ser unânime, contudo, como vários estudos de teor sociolinguístico têm mostrado desde a década de sessenta, com os estudos labovianos, que o fator nível de escolaridade tem um papel relevante na variação linguística. No caso do PST, a par do nível de escolaridade, o género e a idade mostram-se também responsáveis pela variação a nível da concordância nominal. Vejamos, em seguida, de que modo estes fatores também atuam noutras áreas desta gramática em variação.

Estratégias de relativização

Apesar de existirem vários estudos sobre as estratégias de relativização nas variedades do português, estes centram-se essencialmente às variedades europeia e brasileira (e.g. Alexandre, 2000; Tarallo, 1985). Sobre as variedades emergentes do português em África, esses trabalhos limitam-se ao PM (e.g. Chimbutane, 1996) e ao estudo recente de Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011), sobre as estratégias disponíveis no PST e no português de Cabo Verde (PCV) e a sua relação com os crioulos com os quais estão em contato, o forro e o caboverdiano¹⁰.

De acordo com os autores, o PST dispõe de quatro estratégias de relativização: *pied-piping* (ou arrastamento da preposição) (cf. (4)), *chopping* (ou cortadora) (cf. (5)), resunção (cf. (6)) e cópia defetiva (cf. (7)), sendo que apenas a primeira é considerada canónica à luz da norma do PE. As três primeiras remetem, aparentemente, para uma mudança convergente, uma vez que estão disponíveis em todas as outras variedades do português, enquanto a última corrobora a hipótese de *transfer*, na medida em que constitui a única estratégia de relativização disponível no forro (cf. (8)).

(4) Uma das primeiras pessoas com quem eu trabalhei (...).

(5) É uma língua que nós devíamos dedicar.

(6) A mulher que eu vivo com ela também é católica.

(7) Os manuais que nós trabalhamos com ele (...).

(8) San tê inen mina nala san ku ome ka pô fla ku ê.

senhora ter PL filho lá POS REL homem IPFV poder falar com 3SG

‘Ela tem lá os seus filhos que os homens podem falar com ele.’

No quadro da variação a nível das estratégias de relativização, destaca-se o facto de o PST apresentar *pied-piping* argumental pouco expressivo (27%) e de a estratégia dominante ser a cortadora (66%). As estratégias de resunção e de cópia defetiva

¹⁰ Embora os autores já tenham alargado este estudo comparativo às restantes variedades africanas do português, designadamente o PA e PM, o trabalho não se encontra ainda publicado.

totalizam apenas 7% das ocorrências. Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) defendem, contudo, que a primazia da estratégia cortadora no PST, contrariamente às restantes variedades do português, pode estar dependente da tendência para a perda substancial de preposições, em complementos verbais (cf. ((9 a. – 10 a.)) e em adjuntos temporais (cf. ((11)) (cf. Gonçalves, R. 2010).

- (9) a. Tem que apanhar carro para chegar Porto Alegre.
 b. Isto é que é a conclusão que se chegou.
- (10) a. Entrou pensão onde nós estávamos.
 b. Há casa que entra água.
- (11) a. Nasci sessenta e sete.
 b. Durante o tempo que estive de férias.

Uma vez que nesta variedade há contextos em que os verbos selecionam complementos que no PE seriam regidos por preposições, considera-se que há enunciados que podem não constituir verdadeiras cortadoras e tratar-se daquilo que os autores designam por pseudo-cortadoras (confrontem-se os exemplos (9-11 a. e b.)).

Apesar desse trabalho não ter como objetivo principal abordar a questão da variação sociolinguística, os autores admitem verificar-se “uma relação entre classe social/escolaridade e o uso das estratégias de *pied-piping*, de resumpção e de cópia defetiva, uma vez que estas estratégias são mais comuns em pessoas menos escolarizadas. A estratégia cortadora, por seu lado, ocorre de forma mais generalizada, tal como nas outras variedades” (Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer, 2011, p. 27). Peres e Mória (1995) e Alexandre (2000) mostram como o uso desta estratégia é generalizada a falantes do português europeu mais escolarizados, inclusivamente na escrita.

Assim sendo, confirma-se a relação previamente estabelecida, a propósito da concordância nominal, entre a concorrência de fatores linguísticos e sociolinguísticos para a variação no PST. Vejamos agora em que medida esta é ou não extensível à variação na estrutura argumental dos verbos.

Estrutura argumental dos verbos

R. Gonçalves (2010) dá conta da variação existente ao nível da seleção categorial dos verbos, argumentando a favor de uma mudança no sentido da transitivação direta no PST. A tabela 2 dá conta da variação existente a esse nível, mostrando que a omissão de preposições é significativamente superior à sua substituição, o que permite afastar o PST de outras variedades não europeias do português.

		N.º Abs.	%
Omissão	OI	46	63%
	OBL	207	
Substituição	OI	23	37%
	OBL	125	

Tabela 2 – Distribuição da omissão/substituição de preposições no *corpus*

De acordo com o estudo de R. Gonçalves (2010), a tendência para a transitivização direta está dependente de fatores linguísticos como a natureza da preposição, uma vez que quanto menor é o grau de lexicalidade das preposições, maior é a probabilidade de estas serem afetadas. Na verdade, quando as preposições desempenham meramente funções sintáticas, como é o caso de *a* e *de*, é difícil captar o seu significado, contrariamente a outras como *até*, *desde* ou *sem*, semanticamente mais fortes, pelo que tipicamente as primeiras são as mais afetadas na aquisição da L2. No *corpus* do PST, as preposições *a* e *de* são tendencialmente apagadas ou substituídas, em contextos de objeto indireto e oblíquo, como mostram os exemplos seguintes.

- (12) Entrega senhor uma cerveja.
- (13) Cada um fala aquilo que ele imagina.
- (14) Com mais idade isso cria problema para homem.
- (15) Chego em casa, tenho coisas para fazer.

Nas variedades brasileira e angolana, a preposição *a*, é comumente substituída por *para* e *em*, respetivamente, em contextos de objeto indireto, e por *em*, em oblíquos selecionados por verbos de movimento, como *ir* ou *chegar* (cf. Berlinck e Torres Morais, 2007; e Cabral, 2005). O mesmo se verifica na variedade moçambicana, à exceção dos casos do objeto indireto, em que tendem a ocorrer construções de duplo objeto (e.g. P. Gonçalves, 2010).

Além do estatuto das preposições, R. Gonçalves (2010) estabelece uma associação entre a mudança nas grelhas argumentais dos verbos no PST e o efeito de *transfer* do forro, dado que nesta língua os verbos selecionam tipicamente complementos nominais.

- (16) Ê piji san lenha kopu d'awa
3SG pedir senhora rainha copo de água
'Ele pediu um copo de água à rainha.'
- (17) Ol'ô ka xiga kinte...
quando-2SG ASP chegar quintal
'Quando chegas ao quintal..'

Porém, se tivermos em conta que a preposição *a* é geralmente omitida, mesmo em complementos (preposicionados no PE) seleccionados por verbos que não existem no crioulo, como *assistir* ou *dedicar-se*, a hipótese de *transfer* é insuficiente para descrever todas as mudanças linguísticas. É nesse sentido que R. Gonçalves (2010) argumenta a favor de que, para compreender a variação existente a nível das grelhas argumentais, e em particular dos verbos de movimento no PST, é necessário considerar também fatores sintático-semânticos como, por exemplo, as propriedades

aspetuais dos verbos envolvidos¹¹. No entanto, consideramos que, embora as propriedades daquela que foi historicamente a L1 de grande parte dos falantes não sejam diretamente responsáveis pela estruturação da gramática da L2, terão, em grande parte, contribuído para esta.

Não obstante a análise dos vários fatores associados à mudança a nível das propriedades de subcategorização dos verbos no PST, apresentada por R. Gonçalves (2010), parece relevante verificar se há outros efeitos responsáveis pela tendência para o corte de preposições em complementos verbais. A secção seguinte ocupará-se da análise e discussão de efeitos linguísticos e sociolinguísticos na mudança na estrutura argumental dos verbos, recorrendo aos dados do *corpus* do PST e a resultados de testes de elicitación.

Efeitos linguísticos e sociolinguísticos na estrutura argumental dos verbos do PST

Corpus

Os dados PST foram organizados de acordo com seis variáveis sociolinguísticas que nos permitem verificar de que modo fatores como o género (masculino/feminino), a idade (18-34 anos/ 35-49 anos) e o nível de escolaridade (4.^a – 9.^a classe/ 10.^a ano – licenciatura) exercem influência na estrutura argumental dos verbos em variação, em particular na transitivização direta. A tabela 3 dá conta da percentagem geral de apagamento da preposição distribuída pelas variáveis em estudo.

Variáveis		%
Género	Masculino	40%
	Feminino	59%
Idade	18-34	61%
	35-49	38%
Nível de escolaridade	4. ^a – 9. ^a	76%
	10. ^a – licenciatura	37%

Tabela 3 – Percentagem geral de apagamento da preposição

Os resultados mostram que o fator nível de escolaridade é o mais significativo, sendo que o grupo de informantes com escolarização entre o 4.^o e o 9.^o ano é responsável por 76% das ocorrências de sintagmas nominais selecionados por verbos que no PE subcategorizam sintagmas preposicionados. Os fatores idade (18-34) e género feminino parecem ter uma responsabilidade secundária comparativamente ao primeiro, ainda que sejam responsáveis por mais de 50% das ocorrências. A relevância dos fatores género e idade já tinha sido apontada por Brandão (2011), a

¹¹ A diferença na seleção categorial dos verbos de movimento *chegar* e *ir* no PST (variação na seleção de um SN ou de um SP introduzido por *em*, no primeiro caso, e seleção de um SP introduzido por *a*, no segundo) pode estar associada ao facto de o verbo *chegar* implicar o atingir de uma finalidade (verbo télico), contrariamente ao verbo *ir* que, apesar de envolver deslocamento, não impõe que o percurso tenha sido cumprido (verbo atélico). Assim sendo, o recurso à preposição *em*, em complementos do verbo *chegar*, corrobora a noção de finitude subjacente à descrição da situação, contrariamente à preposição *a*, em complementos do verbo *ir*, que exprime dinamicidade e conserva a ideia de movimento.

propósito da concordância nominal, e é considerada igualmente noutros estudos com o mesmo cariz sociolinguístico. Baxter (2009, p. 285) constata que as mulheres lideraram a ausência de concordância em número na comunidade tonga de Monte Café, em São Tomé; e Lucchesi (2009, p. 313) apresenta conclusões semelhantes sobre a comunidade afro-brasileira de Helvécia, no sul da Bahia, sobre a concordância em género. Além disso, estes resultados vão ao encontro dos dados do RGHP (2003) (cf. gráfico 1), segundo os quais, ainda que de modo pouco expressivo, os homens fazem um maior uso do português e as mulheres do forro. Como já apontado, esta diferença pode estar associada ao facto de nas sociedades africanas a mulher estar mais limitada ao universo rural e doméstico, por contraste com os homens que têm um maior contato com o mundo exterior e dos negócios. Estes resultados contrastam com os obtidos em grandes centros urbanos, nos quais são as mulheres a liderar a mudança convergente com a norma (e.g. Romaine, 2000).

Dado que estruturas de deslocação de constituintes preposicionados são pouco frequentes no *corpus* de dados orais¹², para aferir o papel deste efeito linguístico nas grelhas argumentais dos verbos, foi necessário proceder à produção e aplicação de testes de elicitación. A secção seguinte dá conta desse processo e dos resultados obtidos.

Testes de elicitación

A aplicação de testes de elicitación vem no sentido de verificar se os informantes estabelecem diferenças na seleção categorial dos verbos (preferência pela seleção de um SN ou de um SP), tendo em conta a posição que o constituinte subcategorizado pelo verbo ocupa na frase. Foram aplicados dois testes de elicitación, um de juízos de gramaticalidade e um de produção. Com o primeiro, procurou-se testar o modo como os informantes classificam constituintes nominais e preposicionados realizados à direta do verbo, em declarativas (cf. (18)), por contraste com constituintes movidos em relativas (cf. (19)), interrogativas (cf. (20)), topicalizações (cf. (21)) e clivadas (cf. (22)):

- (18) Ninguém contribuiu (para) o almoço.
- (19) Esta é a viagem (em) que penso há anos.
- (20) (A) Que concerto é que eles assistiram?
- (21) (De) Esta cidade, gosto muito.
- (22) Foi (com) a decisão do patrão que eles concordaram.

Este tipo de contraste, em testes de juízos de gramaticalidade, permite observar em que contextos, com ou sem deslocação de constituintes, os informantes reconhecem a obrigatoriedade da presença da preposição para a aceitabilidade das frases. De acordo com Klein (1993, 2001), só se pode considerar que há efetivamente omissão de preposição¹³ se em relativas e/ou interrogativas a ausência de preposição

¹² Veja-se que num *corpus* de 120.000 palavras foram registadas apenas 24 ocorrências de topicalizações e 1 de interrogativa com 'é que'. Estes números são relativos a complementos oblíquos, sendo que, à exceção de relativas, não foram atestados contextos de deslocação de objetos indiretos.

¹³ Fenómeno de preposição nula, de acordo com a aceção da autora.

(resultante da estratégia cortadora) for aceite e nas declarativas correspondentes for considerada agramatical. No caso de a ausência de preposição ser aceite em ambos os contextos, o fenómeno deve ser perspectivado como uma alteração das propriedades de subcategorização dos verbos, o que no caso do PST corroboraria a hipótese da tendência para a transitivização direta (cf. Gonçalves, R. 2010).

No teste de produção, por sua vez, os informantes foram incitados a produzir as mesmas estruturas de deslocação de constituintes, no sentido de verificar se, nesses contextos, a preposição acompanha ou não o constituinte movido (cf. (23-26)). O confronto dos resultados deste teste com os de juízos de gramaticalidade permite constatar se há contextos em que os informantes, apesar de reconhecerem a obrigatoriedade da presença da preposição para a gramaticalidade das frases, não a produzem. Ao mesmo tempo, contribui também para observar quais são as preposições mais afetadas e os verbos cuja grelha argumental se encontra em variação e mudança¹⁴.

(23) O comerciante concordou com os clientes. Estes são os clientes _____.

(24) As pessoas assistiram à procissão. _____ é que as pessoas assistiram?

(25) As mulheres ontem foram à discoteca. _____, as mulheres foram ontem.

(26) Eles puseram os livros no saco. Foi _____ que eles puseram os livros.

Os testes de eliciação apresentados a alunos do Instituto Superior Politécnico de São Tomé foram construídos com base numa lista de verbos frequentes no *corpus* do PST¹⁵, a saber: *dar, dizer, ir, assistir, concordar, falar, gostar, precisar, pensar, pôr, voltar* e *contribuir* que, no PE, selecionam constituintes preposicionados, introduzidos pelas preposições *a, com, de, em* e *para*¹⁶.

O gráfico 2 dá conta dos resultados obtidos em ambos os testes, distribuídos por:

(i) variáveis linguísticas: COMP(lemento do verbo); REL(ativas); INT(errogativas), TOP(icalizações) e CLIV(adas);

(ii) e sociolinguísticas: nível de escolaridade – alunos do 1.º ano de licenciatura (Biologia – BL e Relações Públicas – RP) e alunos do 4.º ano de licenciatura (Língua Portuguesa – LP) e género (MASC(ulino) e FEM(imino)).

¹⁴ Fica fora do escopo deste trabalho a análise dos dois últimos aspetos, bem como a reflexão sobre uma possível diferença de desempenho na deslocação de objetos indiretos ou complementos oblíquos, apesar de ambos os argumentos terem sido considerados na produção dos testes. De acordo com Kato (2008, 2009), no PB, as preposições que atribuem caso inerente são opcionais, ao passo que as verdadeiras preposições não podem ser omitidas. A comprovar-se a hipótese de Kato, esperar-se-ia que a omissão de preposições fosse mais frequente (e aceite) em objetos indiretos, SN's introduzidos pelo marcador de caso dativo *a*, do que em oblíquos, SP's introduzidos por verdadeiras preposições.

¹⁵ A escolha dos verbos foi igualmente baseada numa lista de frequências do CRPC (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

¹⁶ Note-se que no *corpus* analisado por R. Gonçalves (2010, p. 40), os verbos *assistir* (94%) e *precisar* (57%) apresentam uma percentagem de omissão de preposição superior à da sua realização. Nos argumentos dos verbos *dar* (29%) e *gostar* (13%), ainda que não ultrapasse os 50%, esta é igualmente significativa.

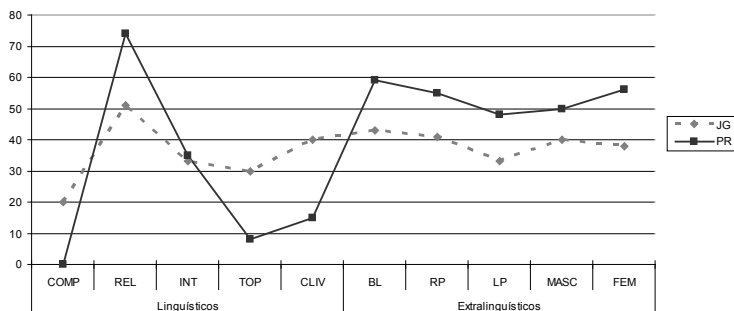


Gráfico 2 – Percentagem de apagamento da preposição por variáveis linguísticas e sociolinguísticas

Como o gráfico mostra, verifica-se em ambos os testes uma percentagem de corte da preposição mais elevada determinada por fatores linguísticos (relativas) e sociolinguísticos (nível de escolaridade mais baixo – alunos do 1.º ano da licenciatura em Biologia). Numa perspetiva comparativa entre os dois testes, verifica-se que a percentagem de corte é superior no teste de produção, o que mostra que a necessidade da ocorrência de preposição faz parte do conhecimento implícito do falante, no entanto não se manifesta na sua produção escrita. Repare-se que em dados de produção oral espontânea, o corte de preposição em relativas (*chopping*) é bastante mais significativo (66%) do que o de arrastamento da preposição (*pied-piping*) (27%) (cf. Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011))¹⁷.

Ao compararmos os dados de complementos realizados à direita do verbo com os de estruturas de deslocação, no teste de juízos de gramaticalidade, verifica-se que os constituintes não deslocados são claramente menos afetados pelo apagamento de preposição. Por sua vez, ao atentarmos nas percentagens dos constituintes deslocados, regista-se um menor índice de corte em topicalizações. Uma vez mais, se confrontarmos os resultados do teste de produção com os do *corpus* de dados orais, observa-se uma diferença significativa, na medida em que neste a preposição tipicamente não é realizada em contextos de topicalização (em 24 ocorrências de topicalizações, ocorre *pied-piping*¹⁸ da preposição em apenas 5).

Conclui-se, assim, que, além dos fatores linguísticos associados à mudança nas grelhas argumentais dos verbos descritos no ponto 3.3. deste trabalho, a deslocação de constituintes também exerce um papel relevante. Esta favorece o apagamento da preposição, destacando-se as relativas e as topicalizações por nos testes ocuparem, respetivamente, as fronteiras de maior e menor índice de apagamento da preposição¹⁹.

Relativamente aos dados sociolinguísticos, os resultados mostram uma clara progressão na aprendizagem do 1.º para o 4.º ano de licenciatura, em ambos os testes,

¹⁷ Registe-se que em estudo posterior (ms), com base num *corpus* alargado, Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) verificaram que a diferença entre *chopping* e *pied-piping* no PST é ainda mais significativa (68% vs. 23%).

¹⁸ Por o processo que está na base da derivação de topicalizações e clivadas ser o mesmo das relativas e interrogativas – movimento-A', para dar conta do arrastamento ou corte de preposição nestas estruturas, serão igualmente usados os termos *pied-piping* e *chopping*.

¹⁹ O apagamento da preposição nestas estruturas já tinha sido apontado em Gonçalves (2010, pp. 35-39), embora o número reduzido de ocorrências no *corpus* não tivesse permitido formular esta generalização.

o que vai ao encontro dos dados fornecidos pelo *corpus* apresentados na secção anterior. Verifica-se, igualmente, uma diferença entre os alunos de 1.º ano, sendo que os de Biologia apresentam resultados mais divergentes com a norma do PE do que os de Relações Públicas. No entanto, a possibilidade de esta diferença estar associada à exposição a diferentes programas de português no ensino secundário é descartada, na medida em que em São Tomé essa distinção não tem lugar²⁰. O gráfico 2 permite verificar ainda que se regista uma maior percentagem de corte de preposições em informantes do género feminino no teste de produção, corroborando os dados do *corpus* oral, e em informantes do género masculino no teste de juízos de gramaticalidade.

No sentido de melhor aferir a variável nível de escolaridade, e de responder à diferença observada nas duas turmas do 1.º ano de licenciatura, procedeu-se ao seu cruzamento com a variável idade. O gráfico seguinte apresenta a percentagem de apagamento da preposição em ambos os testes distribuída pelas essas variáveis sociolinguísticas.

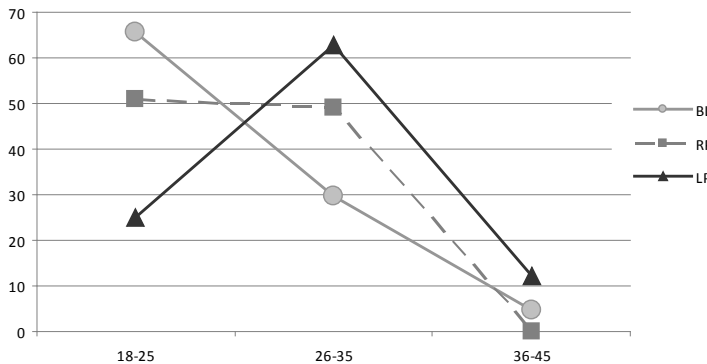


Gráfico 3 – Percentagem de apagamento da preposição, por idade e nível de escolaridade

O gráfico 3 regista uma diminuição significativa de corte de preposições nos três grupos de informantes a partir de 36 anos de idade, confirmando os dados do *corpus*. Na faixa etária entre os 26 e os 35 anos, é o grupo de informantes do nível de escolaridade mais alto (4.º ano – LP) que se destaca por apresentar um maior índice de apagamento de preposição (63%), concorrendo com os informantes do nível de escolaridade mais baixo (1.º ano – BL), na faixa etária entre os 18-25 anos (65%). O grupo que se mantém mais estável é o de 1.º ano (RP), com uma percentagem de apagamento na ordem dos 50%, nas duas primeiras faixas etárias. Contudo, se por um lado fica claro que a percentagem de desvio diminui conforme aumenta a faixa etária (média de 6% de desvio em informantes entre os 36 e os 45 anos de idade), por outro, não é possível responder à diferença de desempenho sentida nas turmas

²⁰ Agradeço este comentário à Beatriz Afonso e à Joana Castaño que contactam no terreno, quer com professores, quer com alunos do ensino secundário, observando a prática de ensino e analisando o programa de Língua Portuguesa adoptado. Este consiste numa adaptação dos programas de Português homologados pelo Ministério da Educação de Portugal em 2001 para o ensino secundário nos cursos científico-humanísticos e nos cursos tecnológicos.

de 1.º ano (cf. gráfico 2) com base no número de informantes por faixa etária. Em ambas, o número de alunos entre os 18 e os 25 anos de idade é superior ao da faixa seguinte (26-35 anos). Além disso, os dois grupos apresentam uma média de 47% de desvio.

Em suma, não obstante a existência de variação, estes dados corroboram os de Brandão (2011) sobre a pertinência de cruzar as variáveis nível de escolaridade e faixa etária e, a par dos resultados do *corpus* do PST, apontam para uma maior percentagem de convergência com a norma em informantes com idade superior a 36 anos de idade, com escolarização avançada. Ao confrontarmos este resultado com os dados do RGHP (2003) (cf. gráfico 1), verificamos que é exatamente a partir desta faixa etária que se começa a verificar um maior uso do forro paralelamente ao decréscimo do uso do português. Aparentemente, este facto fornece evidência negativa para o papel do *transfer* do crioulo e aponta para os efeitos e uma diglossia mais estável no passado.

Comprova-se, portanto, que os fatores sociolinguísticos testados têm um papel de relevo na variação e mudança a nível das grelhas argumentais dos verbos no PST. Além do nível de escolaridade que tem, desde há muito, um papel de destaque nos estudos sociolinguísticos, e que se comprova ser responsável pela variação entre a seleção de um SN ou de um SP no PST, constata-se a relevância do género e da idade na tendência para o apagamento das preposições e consequente transitivização direta no português falado em São Tomé. Do mesmo modo, constatou-se que o efeito linguístico de deslocação dos constituintes favorece largamente o apagamento da preposição. No entanto, fica por controlar se há regularidade nesse apagamento tanto por verbos como por tipo de argumentos subcategorizados e preposições associadas.

Considerações finais

O presente trabalho procurou mostrar que a variação existente no português falado em São Tomé é dependente de um processo histórico de mudança linguística caracterizado pela transição do português L2 para L1, motivada pela primazia do uso deste em detrimento das línguas crioulas. Verificámos que, tal como na concordância nominal em número e nas estratégias de relativização, os fatores associados à variação a nível das grelhas argumentais dos verbos no PST são de ordem sociolinguística e linguística.

Por um lado, os dados do *corpus* oral, bem como os resultados dos testes de elicitación, atestam a relevância do fator nível de escolaridade na tendência para a transitivização direta. A percentagem de seleção de um SN em detrimento de um SP aumenta em função de uma menor exposição à escolarização. Além disso, o género e a idade também se apresentam como fatores relevantes, na medida em que produções de informantes do género masculino ou na faixa etária entre os 36 e os 45 anos se destacam por apresentarem uma mais alta percentagem de convergência com a norma do português europeu. Por outro lado, o confronto entre a ocorrên-

cia de um SN/SP em posição de complemento do verbo com contextos em que o constituinte é movido, designadamente em relativas, interrogativas, topicalizações e clivadas, permite concluir que a deslocação de constituintes favorece o apagamento da preposição, de modo particular a relativização. Assim se conclui que a análise da gramática do PST requer a observação de um conjunto de fatores linguísticos e sociolinguísticos que concorrem no processo de variação e mudança linguística.

Referências

Alexandre, Nélia (2000). *A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português Europeu*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.

Alexandre, Nélia, Gonçalves, Rita & Hagemeijer, Tjerk (2011). A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé. In *Actas do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 17-34). Lisboa: APL.

Baxter, Alan (2009). A concordância de número. In Lucchesi, D., Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (eds.), *O português afro-brasileiro* (pp. 269-294). Salvador: EDUFBA.

Baxter, Alan N. (2004). The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In G. Escure & A. Schwegler (eds.), *Creoles, contact and language change: linguistics and social implications* (pp. 97-126). Amsterdam: John Benjamins.

Brandão, Sílvia. (2011). Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, 15 (1), pp. 164-178.

Chimbutane, Feliciano (1996). A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do português de Moçambique. In *Actas do XI Encontro Nacional da APL* (pp. 225-248), vol. III. Lisboa: Colibri.

Gonçalves, Perpétua (2010). *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: INCM.

Gonçalves, Rita (2010). *Propriedades de subcategorização verbal no português de S. Tomé*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.

Inverno, Liliana (2009). A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In Ana M. Carvalho (ed.), *Português em contato* (pp. 87-106). Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert

Lorenzino, Geraldo A. (1996). Uma avaliação sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe. In Duarte, Inês & Leiria, Isabel (orgs), *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* (pp. 435-449). Vol. II. Lisboa: APL e Edições Colibri.

Lucchesi, Dante. 2009. A concordância de género. In Lucchesi, Dante. Baxter, Alan. e Ribeiro, Ilza (eds.), *O português afro-brasileiro* (pp. 295-318). Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante & Baxter, Alan (2009). A transmissão linguística irregular. In Lucchesi, Dante. Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (eds.). *O português afro-brasileiro* (pp. 101-124). Salvador: EDUFBA.

- Hagemeyer, Tjerk (2009). As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 1 (1), pp. 1-27.
- Hagemeyer, Tjerk. (submetido). S. Tomé e Príncipe: labirinto e laboratório de línguas. In Gerhard Seibert (org.), *Arquipélagos crioulos. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa perspectiva comparada*. Lisboa: Vega.
- Kato, Mary (2008). Optional prepositions in Brazilian Portuguese. In Arregi, K., Fagyal, Z., Montrul, Silvina A. & Tremblay, Annie (eds.), *Romance Linguistics 2008: interactions in romance*, (pp. 171-184). John Benjamins Publishing Company.
- Kato, Mary & Nunes, Jairo (2009). A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In Jairo Nunes (ed.), *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax* (pp. 93-120). Cambridge: University press.
- Klein, Elaine C. (1993). *Toward second language acquisition: a study of null-prep*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Klein, Elaine C. (2001). (Mis)construing null prepositions in L2 intergrammars: a commentary and proposal. *Second Language Research*, 17 (1), pp. 37-70.
- Maurer, Philippe (2009). *Principense (Lung'le). Grammar, texts, and vocabulary of the afro-Portuguese creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea*. London: Battlebridge.
- Moreno, Albertina & Tuzine, António (1997). Distribuição social de variáveis linguísticas no português oral de Maputo. In Christopher Stroud & Perpétua Gonçalves (orgs.), *Panorama do Português Oral de Maputo* (pp. 71-91), Vol II. Maputo: INDE.
- Peres, João & Mória, Telmo (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- RGPH – 1981. (1987). *Recenseamento geral da população e da habitação*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- RGPH – 1991. *II Recenseamento geral da população e da habitação*. República Democrática de S. Tomé e Príncipe.
- RGPH – 2001. (2003). *Características educacionais da população – Instituto Nacional de Estatística*. S. Tomé e Príncipe.
- Romaine, Suzanne (2000). *Language in society – an introduction to sociolinguistics* (2.^a ed.). New York: Oxford.
- Rougé, Jean-Louis (1992). Les langues des Tonga. In Ernesto de Andrade, Maria Antónia Mota & Dulce Pereira (eds.), *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa* (pp. 171-176). Lisboa: Colibri.
- Stroud, Christopher (1997). O *corpus*: antecedentes, quadro teórico e aspirações teóricas. In Christopher Stroud & Perpétua Gonçalves (orgs.), *Panorama do Português Oral de Maputo* (pp. 11-42). Vol I. Maputo: INDE.

Tarallo, Fernando (1985). The filling of the gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese. In L. King & C. Maley (eds.), *Selected Papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages* (pp. 355-375), Amsterdam: John Benjamins Publ..

Tuzine, António (1997). O papel da rede social na variação e mudança linguística. In Christopher Stroud e Perpétua Gonçalves (orgs.), *Panorama do Português Oral de Maputo* (pp. 75-94) Vol I. Maputo: INDE.

Winford, Donald (2003). *An Introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell.

VIII Biodiversidade, circulação de saberes e medicina tradicional

Maria do Céu de Madureira
Investigadora independente

mcmadureira@oninet.pt

Plantas Medicinais e Medicina Tradicional de S. Tomé e Príncipe

Entre 1993 e 2010 tem vindo a ser efectuado um Estudo Etnofarmacológico em S. Tomé e Príncipe (STP), em colaboração com o Ministério da Saúde de STP e num trabalho directo e contínuo com os mais respeitados terapeutas tradicionais locais, tendo sido recolhidas, identificadas e estudadas cerca de 350 espécies de plantas medicinais e registadas mais de 1.000 receitas tradicionais. Têm vindo a ser realizados estudos fitoquímicos e farmacológicos de diversas plantas medicinais e/ou aromáticas, com o objectivo de desenvolver substâncias com um potencial terapêutico interessante nas doenças de maior incidência na região (antimaláricos, anti-bacterianos, anti-fúngicos). Através da recolha de informação de plantas usadas tradicionalmente, e do seu posterior estudo etnofarmacológico, poderão ser seleccionadas as que demonstrarem serem seguras, eficazes e facilmente acessíveis ou cultiváveis, e poderão integrar-se estas plantas validadas no sistema nacional de saúde, em particular no que diz respeito aos cuidados de saúde primários. De facto, este é o caminho mais adequado para assegurar um correcto aproveitamento de plantas medicinais indígenas, documentando simultaneamente a herança cultural dos velhos terapeutas tradicionais e impedindo a perda deste notável saber.

Palavras-chave: plantas medicinais, medicina tradicional, São Tomé e Príncipe, etnofarmacologia, terapeutas tradicionais

An Ethnopharmacological Study of S. Tomé e Príncipe (STP) has been carried out between 1993 and 2010, in collaboration with the Ministry of Health of STP and with the most respected local traditional healers, having been collected, identified and studied about 350 species of medicinal plants, and reported more than 1.000 traditional recipes. Phytochemical and pharmacological studies of various selected medicinal plants and/or aromatic plants have been carried out with the purpose of developing substances with a potential therapeutic interest in the major region diseases (anti-malarials, anti-bacterial, anti-fungal). Through the collection of information on plants traditionally used and the results of their ethnopharmacological studies, a selection could be made from those that demonstrate that are safe, effective and easily accessible, thus allowing the integration of validated medicinal plants into the national health system, particularly in respect to primary health care. In fact, this is the most appropriate way to ensure the proper utilization of indigenous medicinal plants, while documenting the cultural heritage of the old traditional healers and preventing the loss of this remarkable knowledge.

Keywords: medicinal plants, traditional medicine, São Tomé e Príncipe, ethnopharmacology, eraditional Healers

Introdução

O Uso de Plantas Medicinais em África

As populações das regiões tropicais em todo o mundo têm vindo a utilizar desde há milénios, as plantas como parte do seu sistema de cuidados de saúde primários. Esta interdependência homem - planta medicinal continua a ser uma realidade para cerca de 80 % da população mundial (WHO, 2005).

Os textos europeus dos séculos XIII - XV, indicam claramente que se pensava que África não possuía o menor vestígio de planta que pudesse interessar aos europeus. No entanto, à medida que os portugueses foram fazendo incursões na costa ocidental africana e avançando para sul, são colocados perante uma natureza que ninguém é capaz de identificar e de classificar: as formas não coincidem com as da Europa, tal como não coincidem nem as plantas, nem as funções (Margarido, 1994).

Não será possível analisar todas as plantas que os portugueses foram identificando em África, mas há algumas plantas que marcam singularmente a importância da viragem desta relação com a nova Natureza africana, entre as quais se podem citar as grandes árvores, como o ocá de São Tomé (*Ceiba pentandra*, L. Gaertn.), que é confundida nas crónicas de Valentim Fernandes, com o embondeiro de Angola ou cabaceira das regiões da Senegânciã (*Adansonia digitata*, L.), e cujo gigantismo surpreende os europeus. A utilização desta última era bem conhecida pelos portugueses, sendo referida da seguinte maneira nas crónicas de Valentim Fernandes:

... seu fruto parece com abóboras pequenas, e dentro têm o miolo muito branco e umas pevides misturadas com ele. Quando são maduros são bons de comer o miolo de dentro é azedo um pouco bom para a corrença, porque qualquer homem que anda com a corrença e lhe dá logo este miolo, melhora.

Segundo Margarido (1994), o conhecimento da utilização desta planta (como anti-diarreico) provém da experiência africana, pois só assim poderiam os marinheiros portugueses ter descoberto as qualidades curativas do embondeiro: “o intercâmbio das informações parece africanizar de maneira substancial as práticas da farmacopeia portuguesa.”

Nas regiões mais remotas de África, os povos autóctones possuem tradições de uso de plantas medicinais que se mantêm quase imunes às mudanças ocorridas na medicina à escala mundial. Para estes povos, a cura está ligada a um mundo mágico onde os espíritos influenciam a doença e a morte, e é nas suas florestas que se encerram segredos milenares...

S. Tomé e Príncipe

Em S. Tomé e Príncipe um grande número de medicamentos derivados de plantas tem sido utilizado desde há séculos pela medicina tradicional.

De facto, há muitos locais em que é praticamente inexistente, ou mesmo nula a prática de medicina ocidental. Com efeito, uma grande parte da população habita em zonas relativamente isoladas e de difícil acesso, uma vez que houve uma grande

deterioração das infra-estruturas existentes (Sequeira, 1994). Aqui, a medicina tradicional reveste-se de uma importância decisiva, já que é, por vezes, a única alternativa terapêutica a que as populações podem ter acesso.

O Sistema Nacional de Saúde da RDSTP padece de problemas semelhantes aos muitos outros países em vias de desenvolvimento. De facto, os serviços de saúde estão preferencialmente localizados nas principais zonas urbanas (S. Tomé, Neves, S. João dos Angolares, St^o António), o que faz com que somente cerca de 60% da população tenha acesso a serviços de saúde. Mesmo nos centros onde a medicina ocidental está bem difundida, o preço dos medicamentos importados é claramente incomportável para a grande maioria da população, o que coloca de novo a medicina tradicional num lugar de destaque, já que a cura pelas plantas medicinais está ao alcance de qualquer família.

Isto leva a que grande parte da população continue a utilizar e a confiar na medicina tradicional, usando plantas que através de um longo período de tempo comprovaram ser seguras, eficazes, baratas e facilmente acessíveis. Por tudo isto, é importante assegurar a manutenção desta herança cultural e impedir a perda destes conhecimentos inestimáveis, enquanto eles ainda persistem na memória dos “mais velhos”. E foi este um dos grandes objectivos que nos norteou: contribuir para a manutenção do conhecimento local sobre as plantas medicinais, conhecimento este que tristemente parece estar a desaparecer de uma forma ainda mais rápida, do que as próprias florestas. À medida que estes velhos terapeutas vão desaparecendo, desaparecem com eles gerações e gerações de sabedoria e de prática médica tradicional.

Medicina tradicional de São Tomé e Príncipe

Em África, “curar” é restabelecer ou preservar a vitalidade humana e o funcionamento harmonioso do universo, estando a doença incluída numa categoria mais vasta de problemas, que implica a quebra de uma ordem moral e simétrica através da qual o indivíduo está ligado ao grupo social, meio ambiente, antepassados, espíritos e ordem cosmológica. A mente e o corpo não são rigidamente entendidos como duas entidades autónomas e não importa qual delas foi afectada pela doença nem se esta foi provocada por processos orgânicos ou psicológicos, pois o corpo não é visto como uma entidade independente, desligada dos outros seres, das emoções, dos espíritos e das forças da Natureza. Como consequência, as noções racionais e mágicas sobre as causas das doenças entram simultaneamente em jogo, não se fazendo uma distinção nítida entre elas. Por tudo isto, além da informação sobre as plantas utilizadas e os tratamentos tradicionais, é igualmente importante conhecer a “ideologia” médica tradicional local, incluindo aspectos filosóficos e conceptuais básicos, a forma de classificação das doenças, os métodos de diagnóstico e os tratamentos.

O conhecimento sobre estes aspectos etnomédicos é sempre altamente vantajoso, uma vez que poderá fornecer dados importantes que facilitam a identificação de sintomas, doenças, tratamentos ou mesmo de passos decisivos na preparação dos

medicamentos tradicionais. Como exemplo, poderemos apresentar um facto simples, como é o da recolha de cascas ser sempre feita do lado do tronco mais exposto à luz solar, evitando deste modo a recolha de material infestado por fungos e líquenes; por outro lado, os curandeiros têm sempre o cuidado de nunca retirarem anéis completos da casca das árvores, permitindo assim a recuperação mais rápida desta.

Assim, tentámos recolher a maior informação possível sobre a medicina tradicional de S. Tomé e Príncipe, e completámos estes dados com as informações recolhidas directamente dos terapeutas tradicionais com quem trabalhamos.

Sendo S. Tomé e Príncipe um arquipélago desabitado, na altura da sua descoberta, e que foi povoado essencialmente à custa de mão-de-obra escrava proveniente essencialmente de duas regiões do continente Africano (região do Congo e região do Benim) e, posteriormente, de contratados oriundos de outras ex-colónias Portuguesas (Angola; Cabo-Verde; Guiné, Moçambique, etc.), os conhecimentos sobre medicina tradicional são também eles oriundos desses mesmos locais.

Ao longo dos séculos, a convivência dos descendentes destes diversos grupos étnicos com a flora das ilhas permitiu o desenvolvimento da medicina tradicional são-tomense, com a inclusão de um número razoável de espécies endémicas nos preparados tradicionais.

No entanto, pudemos constatar que entre os terapeutas tradicionais mais conceituados, existe claramente uma maior percentagem de *angolares* relativamente à origem étnica do curandeiro ou do seu mestre. A maior parte confirmou que era de origem *angolar* ou que tinha feito a sua aprendizagem com um mestre de origem *angolar* (grupo étnico do Sul da ilha de S. Tomé, no distrito de Caué, e que se julga serem descendentes de escravos oriundos de Angola, naufragados naquela zona da ilha). Este facto está de acordo com o descrito pelo antropólogo Paulo Valverde (2000), em que se admite que é entre os *angolares* do Sul da ilha de S. Tomé e entre os *moncós* da ilha do Príncipe que se encontram os maiores poderes da cura e os curandeiros mais temidos. Segundo este autor, consideram-se regularmente os *angolares* como “selvagens e atrasados”, constituindo estes o estereótipo mais intenso do primitivo; admite-se, porém, que eles possuem conhecimentos mais minuciosos sobre a natureza em que vivem e trabalham.

O facto dos *angolares* terem estado praticamente isolados dos restantes grupos populacionais das ilhas durante séculos, pode ter levado à consolidação e manutenção mais ou menos intacta dos seus conhecimentos tradicionais até à actualidade. Este isolamento levou a que não tivessem à sua disposição nem os medicamentos ocidentais, nem os técnicos ou equipamentos de saúde da medicina ocidental, pelo que tiveram que se bastar a si próprios, mantendo e aperfeiçoando a sua sabedoria terapêutica tradicional, e aproveitando todos os recursos que a Natureza colocava à sua disposição.

Em S. Tomé e Príncipe, os terapeutas tradicionais (*stlijons*) são bastante respeitados e admirados. Embora actualmente tenham perdido parte da influência e do prestígio de que gozavam, continuam a ser personalidades de enorme importância

no tecido social, sendo muitos destes *stlijons* considerados homens excepcionais e dotados de poder sobrenatural (Espírito Santo, 1998).

Segundo Moraes (1901), apesar dos *stlijons* serem também consultados pela população branca, a medicina tradicional em S. Tomé e Príncipe, tal como nas restantes ex-colónias portuguesas sofreu grandes perseguições e foi motivo de sucessivas campanhas de descrédito que lhe foram movidas pelas autoridades governamentais, chegando mesmo a sua prática ser considerada ilegal, facto este que contribuiu para o seu descrédito. Esta hostilidade foi motivada, em parte, pelo lastro histórico de repressão na Europa sobre as práticas consideradas como bruxaria, feitiçaria, magia, etc., e, em parte, porque – umas vezes erradamente, outras acertadamente – se considerou a figura do curandeiro / feiteiro africano como um potencial foco de subversão política. (Valverde, 2000).

Ao longo dos anos foi havendo uma lenta evolução dos testemunhos coloniais sobre a medicina tradicional e os seus praticantes, oscilando estes, em geral, entre a rejeição mais ou menos arrogante e a ironia condescendente. No final da época colonialista os curandeiros não eram já necessariamente bandidos, chegando a ser exibidos como elementos iconográficos importantes de um São Tomé folclorizado. Como exemplo disto, temos um conjunto de cinco pinturas de Pascoal Viegas, impressas por altura das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento de São Tomé e Príncipe, em 29 de Julho de 1970, que retratavam aspectos considerados definidores da cultura Santomense, estando entre estes retratado um quintal de “um antigo cirurgião curandeiro” (Fig. 1).

No entanto, todo este processo acarretou uma progressiva degradação temporal dos poderes terapêuticos, com a perda de conhecimentos extraordinários detidos pelos mais velhos, e ainda lembrados actualmente.

Outras causas têm vindo igualmente a agravar esta situação de descrédito, podendo destacar-se a grande influência da cultura ocidental entre a população das ilhas. Com efeito, a “aculturação” causada pela educação ocidental leva a que haja uma perda de interesse pela medicina tradicional, sendo muitas vezes considerados “superiores” os medicamentos ocidentais, o que os leva a serem preferidos em relação aos preparados tradicionais dos curandeiros locais.

Esta situação leva a que muitos dos velhos terapeutas tradicionais contactados, não tenham actualmente descendência interessada a quem possam passar os seus conhecimentos, perdendo-se deste modo preciosas indicações na utilização de plantas medicinais.

Aprendizagem para Stlijon em S. Tomé e Príncipe

Segundo o antropólogo Paulo Valverde (2000) o sistema da medicina tradicional são-tomense preconiza que a aprendizagem de um futuro mestre possa ocorrer segundo alguns padrões de acção recorrentes: pela dádiva de um mais velho por gratidão face à generosidade desinteressada demonstrada por um jovem; pela eleição de um indivíduo só por quem um mais velho se apercebeu das suas potencialidades; pela entrada espontânea, muitas vezes associada a violentas crises pessoais, de um espírito na cabeça da pessoa; ou, algumas vezes, pela busca voluntarista de

um diletante que aprende com outros mais velhos, a quem pede auxílio, ou através de métodos autodidactas. Por outro lado, as redes familiares tendem a orientar a transmissão do património do conhecimento terapêutico segundo os vínculos familiares, prevalecendo uma transmissão no sentido filial, de pai ou mãe para filho e também, com grande frequência, de avó ou avô para neto, o que vem de encontro ao cenário muito generalizado em que são os avós que criam e educam os netos.

Se uma pessoa der provas visíveis de querer dedicar-se ao ofício de *stlijon*, os mais antigos mestres da terra reúnem-se e constituem um júri que examinará o aspirante. A prova é secreta e dura bastante tempo. Se for aprovado, o novo *stlijon* poderá exercer livremente a clínica sem a admoestação dos colegas, mas se ficar excluído, está interdito de consultar e medicar qualquer doente, até que transite noutra prova (Espírito Santo, 1998).

Noutros casos, o aspirante a *stlijon* deverá acompanhar o mestre (muitas vezes um familiar mais velho) e aprender com ele todos os segredos para reconhecer e preparar os *mindjan-matu* (remédios tradicionais do mato); esta aprendizagem é normalmente longa, decorrendo por vários anos, devendo o aspirante abster-se de relações sexuais durante esse período.

O consultório dos *stlijon* é normalmente uma pequena cubata no quintal da casa, feita com paus do mato e coberta de *n'pavu* (folhas de palmeira). Normalmente possui um pequeno púlpito com alguns objectos de culto, tais como crucifixos, velas, caveiras, totens de madeira, *baga téla* (panelas de barro tradicionais) ou garrafas contendo vários tipos de *mindjan* (remédios tradicionais), etc. (Fig. 2). À volta deste local estão dispersos bancos de assento, onde os pacientes esperam até serem atendidos pelo *stlijon*.

O conhecimento tradicional são-tomense é aberto e disseminado em largos sectores da população, possuindo quase todos um conhecimento prático razoável sobre plantas medicinais e sobre a composição dos remédios de mato. Porém, há uma espécie de pirâmide de especialização do conhecimento tradicional. Alguns indivíduos, em especial os mestres curandeiros, detêm conhecimentos esotéricos que são suportados por práticas e manipulações especiais, possuindo simultaneamente profundos conhecimentos etnobotânicos. Como refere Paulo Valverde (2000), ser curandeiro implica uma reivindicação de superioridade face aos outros.

O *stlijon* trata determinados tipos de doenças recorrendo a várias práticas, nomeadamente a utilização de medicamentos tradicionais, quer por via interna, quer por via externa (massagens, emplastos, banhos), mas podem também tratar doenças resultantes de tabus religiosos, especialmente devidas ao não cumprimento de obrigações para com os *Nén Ké Mu* (defuntos-deuses), para o que utiliza determinados ritos mágicos:

Paga santu - ritual mágico para tratar infecções dos olhos, feito nas margens de rios ou praias, pagando uma “dívida” a um santo de água.

Paga dêvê - ritual mágico para tratar o desenvolvimento deficiente de crianças, feito na foz de rios ou em cruzamentos de estradas, pagando uma “dívida” aos *Nén Ké Mu* (defuntos-deuses), através de oferendas e orações.

Djambis - cerimónia que visa essencialmente a cura de doentes que padecem de loucura ou fraqueza; participam nele vários curandeiros e consiste numa série de rituais com oferendas, batuques, danças, substâncias estupefacientes, terminando em êxtases e estados de possessão, por vezes bastante violentos. A cura por intermédio do *djambi* é conseguida graças à eliminação involuntária dos conflitos psíquicos do possesso, acompanhada de harmonização interna provocada pelo alheamento, a que o paciente é submetido no transe final (Espírito Santo, 1998). Além dos tabus, os sonhos nocturnos dos pacientes são muitas vezes interpretados pelo *stlijon* na fase precedente da terapêutica.

Tipificação dos Terapeutas Tradicionais:

Os domínios operativos dos curandeiros são directamente influenciados por um conjunto de categorias culturais orientadoras dos processos de diagnóstico, terapêutica e profilaxia.

Cada *stlijon* é especialista em determinada doença ou tipo de doenças. Há os que se dedicam aos males que afligem as crianças, tal como o *bega-côlê* (diarreia), enquanto outros se dedicam às doenças dos idosos, nomeadamente o *lematismo* (reumatismo); outros há ainda que são especialistas em problemas ósseos (Espírito Santo, 1998).

Existindo em S. Tomé e Príncipe uma clara distinção entre as diferentes ocupações dos terapeutas tradicionais, convém fazer aqui uma breve caracterização de cada um dos diferentes tipos de Curandeiros (Martins, 1995):

Curandeiro - é um elemento da comunidade, geralmente idoso, que trata os seus pacientes com práticas provenientes da medicina tradicional, empregando preparações à base de plantas medicinais ou de outros recursos naturais e podendo também recorrer a determinadas orações.

Fitchicêlu (Feiticeiro) - aquele que utiliza práticas mais ou menos sobrenaturais, para resolver os “problemas” das pessoas que o procuram. É habitualmente procurado para causar mal a terceiros, e as suas “virtudes” assentam essencialmente na crença da população. O seu poder é hereditário e geralmente é transmitido de mãe para filha, algumas vezes ao filho.

Entre os *Curandeiros* podemos ainda distinguir vários tipos de “especialistas”:

* **Stlijón Matu** (Cirurgião do mato) – trata-se de indivíduos que recolhem nas florestas (“Capoeira” e “Obô”) as diversas substâncias dos três Reinos da Natureza que necessitam para preparar os produtos que usa para curar, entregando aos doentes misturas prontas para serem utilizadas, de acordo com as suas instruções (Fig. 3);

* **Massagistas** – pessoas que tratam doenças relacionadas com problemas ósseos e musculares (reumatismo, fracturas, distensões musculares, hematomas, etc.). Os seus tratamentos são geralmente de natureza externa, aplicando medicamentos preparados à base de cascas ou folhas medicinais, através de massagens ou aplicando as misturas de plantas em talas ou ligaduras, sobre as áreas do corpo afectadas (Fig. 4);

* **Tchiladô Ventosa** (“Tirador de Ventosas”) – são pessoas que extraem o “sangue mau”, responsável por inchaços e dores, aplicando ventosas feitas de chifres de boi; as ventosas são colocadas juntamente com folhas de fiá-da-mina (*Kalanchoe crenata*), sobre os locais afectados. Estes terapeutas não aplicam este tipo de tratamento sem consultarem um *Lunário*, onde estão descritas as fases da lua, pois acreditam que isso irá afectar a cura (Fig. 5);

* **Piadô Záua** (“Explicador de Urina”) – são pessoas que diagnosticam e tratam as doenças dos seus pacientes, através da observação organoléptica da urina destes (cor, cheiro, sedimentos, sabor, etc.) (Fig. 6);

* **Patlela** (Parteira Tradicional) – são geralmente mulheres idosas, que tratam as doenças das mães e das crianças, providenciando cuidados pré-natais e pós-natais, através de práticas da medicina tradicional (Fig. 7).

Estudos etnofarmacológicos em São Tomé e Príncipe

Existem muito poucos registos etnobotânicos da flora santomense, sendo os mesmos bastante restritos, dado que no geral se reportam a um pequeno número de plantas, não se encontrando estas, na maior parte das vezes, bem identificadas botânicamente e contendo informações muito incompletas no que diz respeito aos usos medicinais tradicionais. A maioria da informação contida nestes registos não provem de fontes especializadas (terapeutas tradicionais), mas sim da informação mais generalizada sobre plantas medicinais, recolhida junto da população. Luís Roseira editou um pequeno livro contendo informações etnobotânicas sobre cerca de 150 plantas (Roseira, 1984, 2004), nele constando os vários tipos de utilizações dadas às referidas plantas em S. Tomé e Príncipe (medicinais, industriais e ornamentais). Em 1994 Sequeira publicou um artigo sobre os usos medicinais de 53 plantas da ilha de S. Tomé mais utilizadas pela população, e focando essencialmente aspectos relacionados com a biodiversidade e equilíbrio ecológico.

Neste trabalho, optámos pelo registo de informações altamente especializadas, obtidas principalmente junto dos mais respeitados terapeutas tradicionais locais, e em alguns casos também corroborada por elementos mais idosos da população. A nossa equipa de investigadores, ciente de que seria extremamente difícil estabelecer contacto e, especialmente, ganhar a confiança dos terapeutas tradicionais, em expedições de curta duração, optou por permanecer em S. Tomé e Príncipe por períodos de vários meses seguidos, durante o tempo em que decorreu o estudo (1997-2010). É com muito orgulho que podemos afirmar que ao longo de todo o tempo em que foram decorrendo os trabalhos de campo, conseguimos não só a confiança dos terapeutas tradicionais, com os quais aprendemos imenso acerca das plantas medicinais por eles sabiamente utilizadas, como consolidámos verdadeiras amizades com alguns destes homens humildes, que consideramos como uns verdadeiros “mestres”, e entre os quais destacamos *Sum Pontes* e *Sum Gino*, pela sua entrega total e pela sua imensa sabedoria (Fig. 8).

Inicialmente a equipa de campo (constituída pela autora e pela Doutora Ana Paula

Martins) trabalhou com o Dr. E. Sardinha dos Santos, um farmacêutico do Ministério da Saúde da RDSTP, bem conhecido por muitos dos terapeutas tradicionais do país. Através dele foi possível estabelecer os primeiros contactos e iniciar o trabalho com os terapeutas tradicionais, o que permitiu seleccionar alguns dos mais importantes participantes-chave do estudo (Tabela 1).

A equipa trabalhou em estreita colaboração com cerca de 50 terapeutas tradicionais de variadas regiões das duas ilhas. Foram ainda contactados, na recolha de plantas medicinais e de receituário tradicional, numerosos elementos mais idosos cujos conhecimentos eram respeitados nas suas povoações. Além destes terapeutas e/ou especialistas, que poderemos considerar como profissionais, não podemos deixar de referir o papel extremamente importante das “mães de família”, que tratam com eficácia as doenças menos graves dos membros da família, utilizando sabiamente as plantas medicinais dos seus próprios quintais, e que nos forneceram informações preciosas.

Expedições Etnobotânicas

Durante o período compreendido entre 1993 e 2010, foi levada a cabo uma extensa Pesquisa Etnofarmacológica, em diferentes alturas do ano (época das chuvas, e época seca ou “gravana), de forma a cobrir as regiões mais representativas do país, tendo sido efectuadas mais de duas centenas de expedições em S. Tomé e na ilha do Príncipe. Estas expedições permitiram a cobertura de todos os distritos das duas ilhas: Água Grande, Mézochi, Cantagalo, Caué, Lobata e Lembá (S. Tomé), e Pagué (Príncipe). Além das zonas urbanas visitadas (cidade de S. Tomé, Neves, Trindade, Santana, Ribeira Afonso, S. João dos Angolares e Santo António do Príncipe), a equipa também visitou pequenas povoações situadas em antigas plantações, “roças”, geralmente perto de zonas de floresta secundária.

Foram ainda visitadas muitas zonas de floresta primária, situadas nas regiões mais centrais das ilhas, e completamente desabitadas, devido principalmente às difíceis condições de acesso, o que as torna pouco propícias à agricultura, mas ainda assim importantes para a população, uma vez que são reservas de muitas das plantas medicinais usadas.

Foram recolhidas informações sobre 350 espécies medicinais, tendo sido registadas mais de 1.000 formas de preparação de receituário tradicional e suas respectivas utilizações (Madureira & Martins, 2002). A frequência da utilização das plantas medicinais no tratamento de determinadas doenças ou sintomatologias está descrita na Tabela 2.

Para cada planta foram recolhidas as seguintes informações: doença ou sintomas para que é utilizada; parte(s) da planta usada; modo de conservação (fresca, seca à sombra ou ao sol, etc.); seiva ou exsudatos; quantidade usada e modo de preparação; outras plantas ou outros materiais a adicionar e respectivas quantidades; modo de administração, incluindo dose, posologia e duração do tratamento. Foram ainda anotadas todas as informações referentes à segurança e toxicidade da planta, com referência a contra-indicações (crianças, grávidas, grupos de risco) e efeitos secundários ou adversos detectados pelos terapeutas tradicionais.

Todos os dados registados, referentes aos usos medicinais das plantas, foram baseados em informações orais, recolhidas pessoalmente junto dos participantes do estudo (terapeutas tradicionais, e pessoas mais idosas de algumas localidades), assim como na observação directa do trabalho dos terapeutas tradicionais no decurso de tratamentos com preparados à base de plantas medicinais.

Identificação Científica das Espécies Medicinais

A equipa contou ainda, em alguns dos períodos em que o estudo decorreu, com a colaboração de um conceituado taxonomista (Prof. Doutor Jorge Paiva, do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra), tendo este biólogo sido o investigador responsável pela identificação científica das plantas recolhidas.

Foram igualmente recolhidos exemplares de herbário de todas as espécies em estudo, tendo os respectivos *vouchers* sido depositados no Herbário da Universidade de Coimbra (COI), onde se procedeu à respectiva identificação científica. Após a confirmação da identificação botânica do material recolhido a equipa levou a cabo uma extensa pesquisa bibliográfica sobre as plantas medicinais em estudo, tendo sido elaboradas Fichas Monográficas para cada *taxon*, onde são apresentados o nome latino e respectivos autores, a sinonímia, quando necessária ou relevante, o nome vernáculo (em *Forro*, em *Angolar*, em *Lung'ie* e/ou em Português) o local e o número de colheita dos exemplares de herbário, os órgãos do material vegetal utilizado, as aplicações tradicionais (medicinais ou outras), os métodos utilizados na preparação do medicamento, a forma de administração e, sempre que possível, as doses administradas e duração do tratamento e, por fim, alguns dados corológicos, fazendo-se referência à origem do *taxon*, distribuição geográfica, localização em S. Tomé e Príncipe, indicando-se também quando cultivado ou naturalizado. No âmbito destes trabalhos foram apresentadas duas Teses de Doutoramento: “Etnofarmacologia e Óleos Essenciais de Plantas Medicinais de S. Tomé e Príncipe” (Martins, 2002) e “Etnofarmacologia e Estudo de Espécies com Actividade Biológica da Flora de S. Tomé e Príncipe” (Madureira, 2006).

Discussão e Conclusões

Um dos principais objectivos destes estudos etnobotânicos é contribuir para a melhoria das condições de saúde das populações, através de uma integração de medicamentos tradicionais eficazes e seguros em sistemas de saúde. Para atingir este propósito, é muito importante garantir o *feed-back* de toda a informação obtida.

Os estudos etnofarmacológicos efectuados são importantes, por um lado, pois permitem aumentar a informação científica disponível sobre determinadas plantas medicinais da região, fornecendo pistas sobre o tipo de actividade biológica e orientando a selecção e investigação subsequente das espécies mais promissoras. Por outro lado, com a verificação e o reconhecimento da actividade terapêutica das plantas medicinais poder-se-á contribuir para uma melhoria da eficácia do sistema actual de saúde através da integração de algumas destas plantas no sistema médico das ilhas, principalmente no que diz respeito aos cuidados de saúde primários, e

em particular nas espécies medicinais cujo uso tradicional ficou corroborado, quer pelos resultados obtidos por nós laboratorialmente, quer por comparação com outros estudos efectuados por outros investigadores.

Com efeito, a par do tratamento dos dados recolhidos no levantamento etnobotânico, foram realizados estudos laboratoriais de actividade farmacológica e estudos fitoquímicos em espécies seleccionadas, e foi efectuada uma exaustiva pesquisa bibliográfica, compilando para cada espécie uma Monografia com a síntese de toda a informação obtida (usos tradicionais e dados científicos), cujo resultado tem vindo a ser publicado em revistas científicas e em Livros (Madureira, 2012; 2008).

Os resultados finais deste trabalho foram compilados e fornecidos ao governo de S. Tomé e Príncipe (Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura), de forma a permitir uma utilização racional das informações para o benefício da população em geral. Com efeito, esta pesquisa permitiu seleccionar plantas que possam ser utilizadas por profissionais de saúde, nomeadamente dentro daquelas com dados científicos suficientes para permitir o seu uso de uma forma segura e eficaz. Permitiu igualmente identificar espécies potencialmente interessantes para estudos farmacológicos e fitoquímicos posteriores, dentro das espécies endémicas ou que nunca tinham sido investigadas até ao momento.

O nosso estudo evidencia uma forte correlação entre o uso tradicional da maioria das plantas medicinais, utilizadas pelos terapeutas tradicionais de S. Tomé e Príncipe, e a sua actividade farmacológica comprovada laboratorialmente, demonstrando que muitas destas plantas possuem uma eficácia reconhecida.

Aliando a investigação científica dos componentes activos à observação clínica e ao conhecimento tradicional da planta, é possível melhorar a eficácia do sistema actual de saúde, através da integração de algumas destas plantas no sistema médico das ilhas, em particular no que diz respeito aos cuidados de saúde primários.

Por outro lado, não se podem ignorar os aspectos económicos da questão. De facto, a medicina tradicional local pode vir a ter um importante papel na redução da importação de medicamentos, o que representa uma significativa poupança de divisas. Mas o cultivo de algumas destas plantas e a sua exportação em natura ou com algum grau de processamento, representa um potencial ainda maior, pois são matérias-primas procuradas pela indústria farmacêutica internacional.

De entre as plantas medicinais identificadas, poderemos salientar pelo seu interesse terapêutico reconhecido as seguintes espécies: *Borreria verticillata*, *Desmodium adscendens*, *Dracaena arborea*, *Phyllanthus amarus* e *Phyllanthus urinaria*, (Fig. 9) *Piper capensis* e *Scoparia dulcis*. Todas estas espécies apresentam já um número considerável de estudos relativos à sua composição química, acções farmacológicas e toxicidade (Madureira, 2008).

A planta *Tithonia diversifolia* (Fig. 10) foi recentemente estudada pela sua actividade anti-malária, podendo ser uma alternativa muito interessante aos antipalúdicos disponíveis, uma vez que é activa contra o *Plasmodium falciparum* resistente à clo-roquina (Gofin, 2002; Madureira, 2002; 2006; 2009; 2010).

Por fim, interessa também realçar algumas das espécies de reconhecido valor como matérias-primas para a Indústria Farmacêutica e que poderão ser exploradas devidamente a nível local: *Datura metel*, *Rauwolfia caffra* e *Rauwolfia vomitória* (Martins, 1995).

Algumas destas plantas têm sido recentemente estudadas relativamente às suas propriedades anti-virais, o que poderá representar uma importante contribuição para esta área (*Phyllanthus amarus*, *Scoparia dulcis*, *Momordica charantia* e *Margaritaria discoidea*). Também poderemos ressaltar as espécies que apresentam alguns resultados promissores relativamente à sua actividade anti-tumoral, tais como o *Desmodium adscendens*, *Piper capensis* e a *Momordica charantia*. Trata-se de uma patologia importantíssima, e que dispõe já de alguns bons exemplos de fármacos eficazes obtidos a partir de plantas, mas para a qual continuam a ser indispensáveis novas alternativas terapêuticas, de menor toxicidade.

Um outro aspecto bastante interessante é o uso relativamente elevado de plantas medicinais na alimentação. Com efeito, registaram-se algumas preparações de alimentos que são feitas com várias plantas medicinais: é o caso do *Calu-plétu* que leva ingredientes vegetais diferentes quando é dado às mulheres antes e depois do parto, contendo variadíssimas plantas medicinais utilizadas na prevenção de abortos (fiá-boba - *Piper umbellatum*) e plantas utilizadas em fermentos, pelas suas propriedades anti-hemorrágicas (fiá-ponto - *Achyranthes aspera*; fiá-galo - *Heliotropium indicum*). Um outro exemplo de espécies medicinais utilizadas na alimentação, é a utilização de folhas de libô (*Vernonia amygdalina*) na confecção de um dos pratos típicos, o *Calulu*. Neste caso, e atendendo ao uso tradicional desta planta como anti-malária, podemos estar perante uma forma de profilaxia, ou de prevenção da doença, uma vez que este é um prato que se consome habitualmente todas as semanas e em todos os estratos sociais.

Por outro lado, foram registados 37 *taxa* endémicos das ilhas do Golfo da Guiné, utilizados na medicina tradicional de S. Tomé e Príncipe. Este facto, indicia um evidente dinamismo da Medicina Tradicional local, com os terapeutas tradicionais mantendo e aperfeiçoando a sua sabedoria terapêutica tradicional, e aproveitando todos os recursos que a Natureza colocou à sua disposição (Madureira, 2006).

Com base nos dados recolhidos foi possível verificar que os terapeutas tradicionais e a população da República Democrática de S. Tomé e Príncipe possuem conhecimentos consideráveis acerca de plantas medicinais. De facto, as inúmeras espécies medicinais das ilhas são utilizadas em incontáveis preparações tradicionais de uso terapêutico muito variado, abrangendo as principais doenças da região. As informações recolhidas evidenciam a grande diversidade de plantas deste Arquipélago, bem como a existência de um sólido conhecimento local que indiciam as potencialidades terapêuticas de um grande número de espécies medicinais.

A recuperação e manutenção destes conhecimentos é de uma importância inquestionável, face ao desinteresse actual pela sabedoria dos “mais velhos” e ao desrespeito contínuo pelo equilíbrio dos ecossistemas naturais. Temos perante nós um verdadeiro reservatório de valiosos conhecimentos, aliado a um também não

menos valioso reservatório de compostos químicos, muitos dos quais podem vir a ser importantes agentes terapêuticos, após sujeitos a estudos fitoquímicos, farmacológicos e clínicos adequados.

Através da recolha de informação de plantas usadas tradicionalmente e da selecção das que demonstrarem serem seguras, eficazes e facilmente acessíveis ou cultiváveis, poder-se-ão integrar estas plantas em sistemas de saúde modernos, em particular no que diz respeito aos cuidados de saúde primários.

Estamos convictos que este poderá ser o caminho mais adequado para assegurar um correcto aproveitamento de plantas medicinais indígenas, documentando simultaneamente a herança cultural dos velhos terapeutas tradicionais e impedindo a perda deste notável saber.

Agradecimentos

A autora quer expressar o seu profundo agradecimento a todos os “mais-velhos” e a todos os terapeutas tradicionais com quem teve a honra de trabalhar e aprender, e que lhe proporcionaram uma importante orientação intelectual. Sem a sua imensa sabedoria e a sua generosidade este trabalho não teria sido possível.

Referências

Espírito Santo, C. (1998). *A coroa do Mar*. Lisboa: Instituto Camões, Editorial Caminho.

Madureira, M. C., Martins, A. P. & Paiva J. A. (coord), et al. (2012). *Medicina Tradicional e Plantas Mediciniais de S. Tomé e Príncipe*. Ed. IPAD – Instituto de Camões, M.N.E. & Universidade de Aveiro. (in press).

Madureira, M. C. (2010). Antimalarial Drug Development Research and the Ancient Knowledge of Traditional Medicines in S. Tomé e Príncipe Islands. In Pochettino M. L., A. Ladio & P. Arenas (eds.) *Tradiciones y transformaciones en Etnobotánica – Traditions and transformations in Ethnobotany* (pp. 256-264). Argentina: Ed. CYTED.

Madureira, M. C. (2009). Investigação de plantas antimaláricas usadas na medicina tradicional de S. Tomé e Príncipe. In *Plantas Mediciniais e Práticas Fitoterapêuticas nos Trópicos*. Lisboa: IICT.

Madureira, M. C., Paiva, J., et al. (coords.) (2008). *Estudo Etnofarmacológico de Plantas Mediciniais de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Ministério da Saúde STP e Fundação Calouste Gulbenkian.

Madureira, M. C. (2006). *Etnofarmacologia e Estudo de Espécies com Actividade Biológica da Flora de S. Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra, Portugal.

Madureira, M. C., Martins, A. P., Salgueiro, L., Paiva, J., Proença da Cunha, A. (2002). Medicinal Plants and Traditional Medicine in the Gulf of Guinea – S. Tomé and Príncipe Islands. In V. K Singh, J. N. Govil, S. Hashmi & G. Singh (eds.), *Recent Progress in Medicinal Plants, Vol. 7 – Ethnomedicine and Pharmacognosy Part II*. New Delhi, India: Research Book Centre.

Gofin, E., Ziemons, E., De Mol, P., Madureira, M. C. *et al.* (2002). In Vitro Antiplasmodial Activity of *Tithonia diversifolia* and Identification of its Main Active Constituent: Tagitinin C. *Planta Medica*, 68 (6), pp. 543-545.

Madureira, M. C., Martins A. P., Gomes M., Paiva J., Proença da Cunha A., Rosário V. E. (2002). Antimalarial activity of medicinal plants used in traditional medicine in S. Tomé and Príncipe islands. *Journal of Ethnopharmacology*, 81 (1), pp. 23-29.

Margarido, A. (1994). *As Surpresas da Flora no Tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Martins, A. P., Madureira, M. C. & Gomes, E. T. (1995). Plantas medicinais de São Tomé e Príncipe: contribuição para a sua valorização. Comunicação IICT. *Série Ciências agrárias*, 19, pp. 105-114.

Martins, A. P. R. (2002). *Etnofarmacologia e Óleos Essenciais de Plantas Medicinais de S. Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra, Portugal.

Moraes, A. C. (1901). *Um breve esboço dos costumes de S. Thomé e Príncipe e dos governos do general Luís Joaquim Lisboa e do capitão de fragata Joaquim Bento d'Almeida*. Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça.

Roseira, L. (2004 [1984]). *Plantas Úteis da Flora de São Tomé e Príncipe, medicinais, industriais e ornamentais*. Lisboa: Gráfica 2000.

Sequeira, V. (1994). Medicinal Plants and Conservation in S. Tomé. *Biodiversity and Conservation*, 3 (9), pp. 910-926.

Valverde, P. (2000). *Máscara, Mato e Morte em São Tomé. Textos para uma Etnografia de São Tomé*. Oeiras: Celta Editora.

WHO (2005). *National policy on traditional medicine and regulation of herbal medicines: Report of a WHO global survey*. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data. Geneva.

Anexos

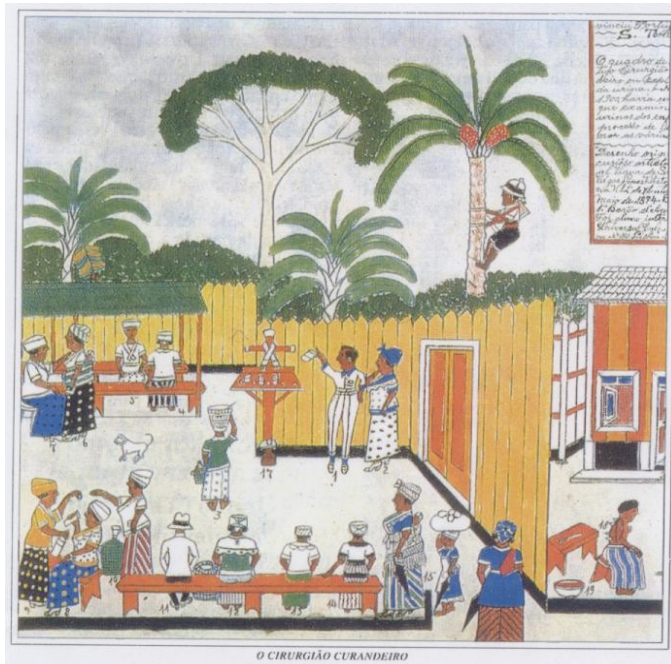


Figura 1 - Quintal de “um antigo cirurgião curandeiro”, por Pascoal Viegas (1970)



Figura 2 - *Baga tela* usada para preparar medicamentos tradicionais (*mindjan*)



Figura 3 - Sum Gino, *Stlijon-matu* (recolha de plantas medicinais no Obô)



Figura 4 - Sum Ernesto (Massagista, Boa-Morte)



Figura 5 - Sum Alberto, *Txiladô-Ventosa*



Figura 6 - Sum Pontes, *Piadô-záua* (Bôbô-Forro)



Figura 7 - *San Zinha* (Parteira Tradicional, Madalena)



Figura 8 - *Sum Pontes* e *Sum Gino*, Terapeutas Tradicionais da RDSTP



Figura 9 - Uê-tláche (*Phyllanthus urinaria*), planta com propriedades antivirais



Figura 10 - Girassol (*Tithonia diversifolia*), antimalárico estudado

Tabela 1 - Terapeutas tradicionais contactados na RDSTP

NOME	ESPECIALIZAÇÃO	LOCALIDADE	DISTRITO
Ilha de S. Tomé:			
San Albertina	Massagista	Izaquente Gde	Água Grande
San Alexandra	Parteira Tradicional	Dona Augusta	Água Grande
San Bernarda	Parteira Tradicional	Porto Alegre	Caué
San Concenzinha	Parteira Tradicional	Capela-Trindade	Mezochi
San Condôza	Parteira Tradicional	Bobo- Forro	Água Grande
San Dana	Massagista	Malanza	Caué
San Filipina	Massagista	Bela vista	Água Grande
San Gigi	Massagista	S. Tomé	Água Grande
San Maria	Massagista	Almeirim	Água Grande
San Teodora	Parteira Tradicional	Amparo	Água Grande
San Teresa	Massagista	Guadalupe	Canta-Galo
San Venorca	Parteira Tradicional	Bobo- Forro	Água Grande
San Xilina	Massagista	R ^a . Afonso	Caué
San Zinha	Massagista	Madalena	Água Grande
Sr. Cruz	Stlijón Matu	Boa-Morte	Água Grande
Sr. Horácio	Stlijón	Riboque	Água Grande
Sr. Isidro	Técnico Laboratório	S. Tomé	Água Grande
Sr. Jaíke Pereira	Stlijón Matu	Boa-Morte	Água Grande
Sr. Julinho	Massagista	Riboque	Água Grande
Sr. Martinho Pita	Massagista	Almeirim	Água Grande
Sr. Ventura	Stlijón	Cruz Mamim	Água Grande
Sum Alberto	Massagista	Folha Fede	Mezochi
Sum Alberto	Tchiladô Ventosa	Santana	Água Grande
Sum Augusto Pereira	Stlijón Matu	Cassuma	Mezochi
Sum Avelino	Massagista	S.ta Clara	Mezochi
Sum Avelino	Massagista	Sta Clara	Mezochi
Sum Ernesto	Massagista	Boa-Morte	Água Grande
Sum Ernesto	Massagista	R ^a . Peixe	Caué
Sum Faleiro	Massagista	Ponta Baleia	Caué
Sum Fernando	Massagista	Almeirim	Água Grande
Sum Gino	Stlijón Matu	S. Tomé	Água Grande
Sum Ilídio Pereira	Stlijón Matu	Cassuma	Mezochi
Sum Jaleco	Massagista	Brigoma	Lembá
Sum José Tomé	Stlijón Matu	S. João Angolares	Caué
Sum Justino	Massagista	Diogo Vaz	Lobata
Sum Malé (e filhos)	Massagista	Ribamato	Água Grande
Sum Manuel Pereira	Stlijón Matu	Boa-Morte	Água Grande
Sum Mempiã	Stlijón Matu	S. João Angolares	Caué
Sum Neto	Massagista	Bom Jesus	Mezochi
Sum Pereira (Mique)	Stlijón Matu	Cassuma	Mezochi
Sum Pontes	Piadô Záua	Bobo- Forro	Água Grande
Sum Quaresma	Massagista	Micoló	Canta-Galo
Sum Queiroz	Massagista	Bate-Pá	Mezochi
Sum Sabino	Massagista	Desejada	Água Grande
Sum Sentá	Stlijón Matu	Malanza	Caué
Ilha do Príncipe:			
San Nuna	Parteira Tradicional	Sto António	Pague
San Paula	Parteira Tradicional	Sto António	Pague
San Queia	Parteira Tradicional	Sto António	Pague
Sr. Amboim	Massagista	Sto António	Pague
Sum António	Massagista	Sto António	Pagué
Sum Beto	Massagista	Salomão	Pagué
Sum Costa	Stlijón Matu	Porto Real	Pagué
Sum Francisco	Massagista	Sto António	Pagué
Sum Gégé	Massagista	Sto António	Pague

Tabela 2 - Usos tradicionais das plantas medicinais da RDSTP

LUTILIZAÇÃO TERAPÉUTICA	Nº RECETAS	%
Sistema digestivo: - Diarreias - Obstipação - Cólicas estômago / intestinais - Parasitoses intestinais - Eméticos/ Anti-eméticos - Ictericia / Hepatite	204	20,8 %
Sistema respiratório: - Aena - Anginas - Bronquites - Tosse - Sinusite - Gripes/Constipações - Infecções Respiratórias	179	21 %
Sistema genito-urinário: - Doenças venéreas - Infecções Urinárias / Rins - Inf. Uterinas/ Prob. Menstruais - Parto - Anti-abortivo / Abortivo - Afrodísiacos	134	13,3 %
Doenças de pele: - Cicatrizantes / Hemostáticos - Abscessos / Furúnculos - Pruridos / alergias - Fungos	97	9,8 %
Sistema nervoso central: - Calmantes - Sedativo	16	1,6 %
Sistema cardiovascular: - Hipotensores - Hipertensores	43	4,3 %
Analgésicos/Anti-inflamat./Reumatismo: - Dores de cabeça - Dores de dentes - Dores de ossos - Dores /Contusões/Hematomas - Reumatismo - Fracturas / Problemas Ósseos - Inflamações Ósseas - Hémias	218	21,6 %
Anti-piréticos / Antimaláricos: - Estados febris - Malária	61	6,0 %
Anti-diabéticos	14	1,4 %
Tónicos / Alimentos	26	2,6 %
Outros	68	6,9%
Venenas / Feitiços	19	1,9%
TOTAL	1007	100 %

Ricardo Faustino de Lima
Lancaster Environment Centre
Lancaster University, United Kingdom

mcmadureira@oninet.pt

Alterações do uso do solo e biodiversidade em São Tomé

São Tomé é uma prioridade para a conservação da biodiversidade em termos mundiais, sobretudo por possuir um número excepcional de endemismos (variedades biológicas exclusivas). Diversas actividades humanas ameaçam este património natural único, nomeadamente através da alteração do uso do solo. No presente trabalho, identifiquei uma redução do número de espécies endémicas de aves e árvores com o aumento da intensidade do uso do solo. Uma tendência verificada em ambos os grupos analisados, embora as aves fossem mais resilientes. A subsistência das espécies endémicas de São Tomé está claramente dependente da persistência de zonas florestais bem preservadas. Como tal é urgente adoptar práticas de gestão territorial e de desenvolvimento agroflorestal que se coadunem com a sua conservação.

Palavras-chave: agricultura, análise de comunidades, endemismo, floresta

São Tomé is a worldwide priority for biodiversity conservation, mostly due to its exceptionally high number of endemics (exclusive biological varieties). Several human activities threaten this unique natural patrimony, namely through land-use change. In this work, I identified a reduction in the number of endemic species of birds and trees with increasing land-use intensity. A trend common to both groups analysed, although birds were more resilient. The subsistence of São Tomé's endemic species is clearly dependent on the persistence of well-preserved forest areas. Therefore it is urgent to adopt practices of land management and agroforestry development that commensurate with their conservation.

O machado começou, porém, a despir a terra. Por muitos mezes, da Soledade à Java, dos Angolares ao Bindá, ouviu-se permanentemente a canção animada dos negros a derrubar e o estalar forte das arvores que se abatiam de cambolhada. Foi um grande trabalho. Quatro annos depois o machado já abatia mais para o centro da Ilha, já se encostava ao Cão Grande em Novo Brazil e trepava a caminho do Cambombey em Riba Quija. Os gigantes vegetaes cahiram por terra entregues á podridão para alimentarem os cacoeiros. D'entre os troncos mortos da floresta surdiram como por encanto as plantações eguaes e continuas – tão continuas e tão grandes que enfadam – onde os fructos pullulam do chão até aos extremos dos ramos

Ezequiel de Campos. A Ilha de São Thomé.

Conferencia na Sociedade de Geographia de Lisboa em 5 de Março de 1908.

Introdução

O valor ímpar da biodiversidade de São Tomé

A ilha de São Tomé tem sido sistematicamente apontada como uma prioridade para a conservação da biodiversidade a nível mundial. Nomeadamente, está incluída no hotspot de biodiversidade das florestas da Guiné Ocidental (Myers et al., 2000) e foi recentemente identificada como a terceira região do mundo mais importante para a conservação de aves (Buchanan et al., 2011). Grande parte deste interesse prende-se com a existência de um número elevado de endemismos, variedades biológicas que apenas ocorrem neste local, em diferentes grupos taxonómicos. De facto, as ilhas do Golfo da Guiné foram desde há muito identificadas por possuírem o maior número de endemismos por unidade de área em termos globais (Mayr, 1965). Esta riqueza torna-se óbvia por comparação com o arquipélago das Galápagos, mundialmente conhecido pelas espécies únicas que alberga: Constituído por 13 ilhas e ocupando 7880 km² as Galápagos possuem 22 espécies de aves endémicas, enquanto que a ilha de São Tomé sozinha possui 20 espécies em 859 km² (Stattersfield et al., 1998).

Actualmente esta biodiversidade única encontra-se ameaçada por uma população humana em crescimento acelerado, que coloca diversas pressões sobre os recursos naturais da ilha e notoriamente sobre as suas florestas (Salgueiro & Carvalho, 2001). São Tomé atingiu os 70 000 habitantes pouco antes da independência em 1975, passou recentemente os 160 000 e estima-se que ultrapasse os 200 000 até 2020 (Eyzaguirre, 1986, I.N.E., 2009). Associados a este crescimento populacional surgem diversos factores de ameaça, como a proliferação de espécies introduzidas e a exploração descontrolada de recursos, mas a alteração do uso do solo tem sido apontada como a principal (Jones et al., 1991).

Usos do solo em São Tomé: passado e presente

Desde 1471, quando a ilha foi descoberta pelos portugueses, os habitats naturais de São Tomé têm vindo a ser progressivamente humanizados (Fig. 1). Aquando da sua descoberta a ilha não tinha ocupação humana permanente e encontrava-se completamente coberta por floresta. Durante os sécs. XVI-XVII, o ciclo da cana do açúcar fizeram com que grande parte das áreas costeiras e em especial a zona Nordeste

da ilha fossem desflorestadas. Nos sécs. XIX-XX verificou-se um novo ciclo de desflorestação associado à instalação das plantações de café e cacau, com o qual se perdeu a quase totalidade da floresta de baixa altitude e boa parte da de montanha (Campos, 1956; Eyzaguirre, 1986; Jones et al., 1991). As necessidades da população actual da ilha, nomeadamente de terra agrícola e de madeira para construção, tornam eminente um novo ciclo de desflorestação.



Figura 1 - Evolução histórica da área florestada em São Tomé. a) No final do séc. XVI – floresta a cinzento (Tenreiro, 1961). b) No final do séc. XIX – floresta a cinzento (Comissão de Cartografia, 1891). c) Ao longo do séc. XX – ver legenda na figura (Eyzaguirre, 1986).

A complexidade histórica da ocupação do uso do solo em São Tomé está reflectida na actual diversidade da paisagem da ilha, mas também nas incertezas associadas à extensão de determinados tipos de uso do solo no passado. Segundo os dados recolhidos pelo primeiro inventário florestal, cerca de 30% da ilha está coberta por floresta primária, 30% por floresta secundária, 30% por plantação de sombra e apenas 10% por áreas não florestadas (INTERFOREST, 1990).

Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo principal quantificar alterações da biodiversidade ao longo do gradiente de intensificação do uso do solo existente em São Tomé, especificamente atendendo às modificações nas comunidades ornitológicas e arbóreas, e à resposta das espécies endémicas.

Metodologia

Desenho experimental

As comunidades de aves e árvores foram amostradas de forma sistemática ao longo de um gradiente de intensificação do uso do solo. Este gradiente consiste em quatro tipos distintos de uso do solo, previamente identificados pelos inventários florestais (INTERFOREST, 1990): floresta primária, floresta secundária, plantação de sombra e áreas não florestais. Neste trabalho seguiu-se a classificação proposta por Putz & Redford (2010), e como tal optou-se pela terminologia de floresta antiga em substituição de floresta primária. Este tipo de uso do solo inclui áreas florestais com uma actividade humana actual muito reduzida, como seja a caça ou o turismo, mas que nalgum ponto no passado podem ter sofrido pressões antropogénicas mais in-

tensas. As florestas secundárias correspondem a áreas actualmente exploradas para extração de madeira ou que demonstram claros indícios de terem resultado de abandono agrícola, nomeadamente por ainda terem presentes espécies cultivadas. Foram consideradas como plantações de sombra, áreas onde o cultivo de café *Coffea* sp., cacau *Theobroma cacao* ou de outras culturas feito sob a copa de árvores ainda se encontra activo. As áreas não florestais incluem uma variedade de sistemas antropogénicos, desde horticultura e savanas artificiais até monocultura de palmeira-dendém *Elaeis guineensis*, que representam o culminar da intensificação agroflorestal e onde não a copa arborea é descontínua.

Por forma a amostrar de forma equilibrada a diversidade de situações paisagísticas existentes em São Tomé, a ilha foi dividida em três regiões de amostragem: Montanha, entre 800 e 1400 m de altitude, Norte, até 800 m de altitude e com menos de 2000 mm de precipitação anual, e Sul, até 800 m de altitude e com mais de 3000 mm de precipitação anual. O limite altitudinal divide dois tipos distintos de floresta em São Tomé (Exell, 1944), enquanto que as diferentes precipitações correspondem à distinção genérica entre florestas húmidas e florestas secas (Holdridge, 1947; Silva, 1958). Em cada região foram definidos quatro transectos em cada um dos quatro tipos principais de uso do solo previamente mencionados. Não se amostrou floresta antiga no Norte, dado que este tipo de uso do solo se encontra demasiado fragmentado para ser amostrado de forma efectiva, e como tal obteve-se um total de 44 transectos (Fig. 2). Cada transecto consistia de cinco pontos de contagem, separados por entre 200 e 250 m.

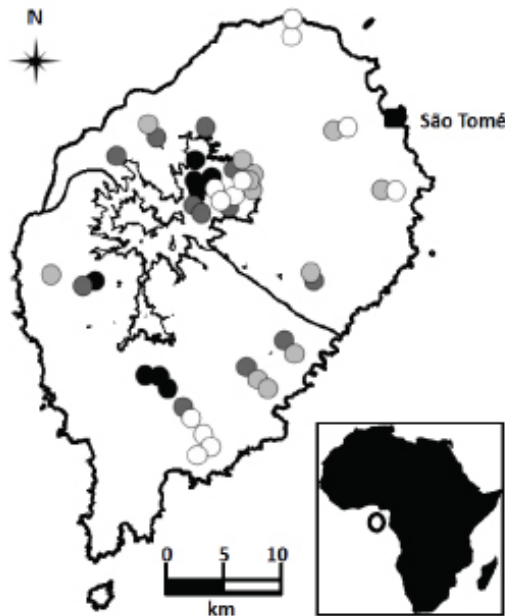


Figura 2 - Mapa de São Tomé, dispondo a localização dos transectos. O mapa inserido no canto inferior direito mostra a localização da ilha em relação ao continente africano (círculo em aberto). As linhas de contorno identificam as três regiões de amostragem: Montanha (entre 800 e 1400 m de altitude), Norte (até 800 m de altitude e com menos de 2000 mm de precipitação anual) e Sul (até 800 m de altitude e com mais de 3000 mm de precipitação anual).

precipitação anual) e Sul (até 800 m de altitude e com mais de 3000 mm de precipitação anual). Cada círculo no mapa principal representa um transecto, cuja coloração indica o tipo de uso do solo: preto – floresta antiga; cinzento escuro – floresta secundária; cinzento claro – plantação de sombra; e branco – não florestado. A capital, São Tomé, está assinalada pelo quadrado preto.

Amostragem das comunidades de aves e árvores

As aves foram amostradas em pontos de contagem de 10 minutos. Cada ponto de contagem foi amostrado por cada um de três observadores experientes e com um intervalo mínimo de duas semanas entre contagens. Durante cada contagem foi registado o número de indivíduos de cada uma das espécies detectadas visual e auditivamente. As contagens tiveram lugar na gravana (época seca, que ocorre entre o meio de Maio e o fim de Agosto) de 2009 e 2010, entre as 05h40 e as 11h00 da manhã, por forma a maximizar a detectabilidade. Aves detectadas a mais de 20 m do ponto de contagem foram excluídas de análises posteriores. Esta exclusão permite assegurar a independência entre pontos de amostragem e que os indivíduos registados estavam efectivamente a usar o tipo de uso do solo correspondente a cada ponto de amostragem (Bibby et al., 1998).

Em torno de cada ponto de contagem foi definida uma área de 0.05 ha (cerca de 12.62 m de raio, corrigidos para a inclinação do terreno - Husch et al., 2003), dentro da qual foram identificadas todas as árvores, sempre que possível até à espécie. Foram consideradas como árvores todos os espécimes lenhosos com um diâmetro à altura do peito igual ou superior a 10 cm. A identificação dos espécimes foi feita no terreno com recurso a um parataxonomista experiente (Estevão Soares) ou, em caso de dúvida, através da recolha de uma amostra para identificação no herbário nacional do Bom Sucesso, com o auxílio do botânico Faustino de Oliveira.

A taxonomia aqui utilizada, incluindo a classificação como endémico, segue Martin Melo e Peter Jones (2008) para as aves e Estrela Figueiredo et al. (2011) para as plantas, à excepção do Gogô *Carapa* sp., que apenas recentemente foi reconhecido como uma espécie endémica – *C. gogo* (Kenfack, 2011).

Análise dos dados

Para comparar o número total de espécies de aves e de árvores, em cada tipo do uso do solo, foram construídas curvas de rarefacção baseadas em amostras (Gotelli & Colwell, 2001), usando o programa EstimateS v. 8.0 (Colwell, 2006). Estas análises foram posteriormente repetidas excluindo as espécies não-endémicas. Por forma a avaliar diferenças estruturais das comunidades de aves e de árvores entre os usos do solo foram construídos gráficos de ordenação da abundância.

Resultados e discussão

No total foram registadas 4091 aves e 3500 árvores pertencentes a 33 e 110 espécies, respectivamente. 77,2% das aves pertenciam a 16 espécies endémicas, enquanto que apenas 16,2% das árvores pertenciam a 15 espécies endémicas. Destes dados resulta imediatamente que os endemismos representam uma maior proporção do número de espécies e da abundância nas aves do que nas árvores.

Influência do tipo de uso do solo na riqueza específica

A riqueza específica (número de espécies) total de aves aumentou com a intensidade do uso do solo: de 17 em floresta antiga, para 21 em floresta secundária, 24 em plantação de sombra e 28 em áreas não florestadas. O número de espécies foi significativamente diferente entre todos os tipos de uso do solo, excepto entre floresta antiga e floresta secundária, e entre floresta secundária e plantação de sombra (Fig. 3a). O número espécies de aves endémicas mostrou a tendência oposta: de 15 em floresta antiga, para 61 em floresta secundária, 13 em plantação de sombra e 12 em áreas não florestadas, com as diferenças sendo significativas entre todos os tipos de uso do solo, excepto entre floresta secundária e os restantes tipos (Fig. 3b). Daqui se conclui que o aumento na riqueza específica total das aves com o aumento da intensidade de uso do solo se deve ao incremento no número de espécies não-endémicas.

Para as árvores, a riqueza específica diminuiu com a intensidade do uso do solo, tanto no total (68 em floresta antiga, 77 em floresta secundária, 45 em plantação de sombra e 32 em áreas não florestadas), como para apenas as endémicas (15 em floresta antiga, 12 em floresta secundária, 1 em plantação de sombra e 1 em áreas não florestadas). Em ambos os casos, as diferenças foram significativas entre todos os tipos de uso do solo, excepto entre floresta antiga e floresta secundária (Fig. 3c e 3d).

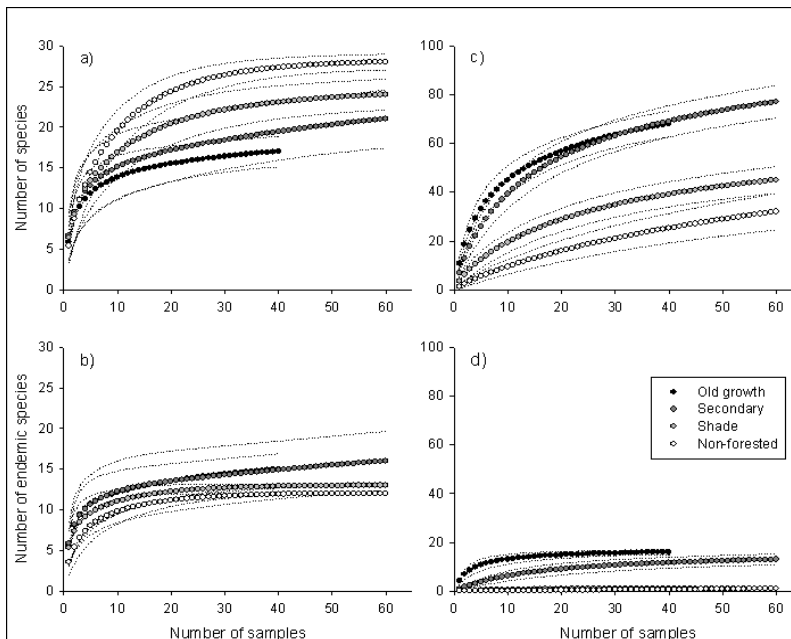


Figura 3 - Curvas de rarefação baseadas em amostras, para aves (a,b) e árvores (c,d) nos diferentes tipos de uso do solo. Nos gráficos do topo (a,c) estão representados o número total de espécies, enquanto que nos de baixo estão representadas apenas as endémicas (b,d). O tracejado mostra os intervalos de confiança a 95%.

Influência do tipo de uso do solo na composição e estrutura das comunidades

A maioria das 16 espécies de aves endémicas identificadas ocorreram ao longo do gradiente analisado (Fig. 4). O papa-figos *Oriolus crassirostris*, o selelê-mangochi *Dreptes thomensis* e o kitóli *Otus hartlaubi* foram as únicas espécies restritas à floresta. A estas devem acrescentar-se mais quatro espécies endémicas que, dada a sua escassez, não foram detectadas durante os pontos de contagem: suim-suim-d'Obô *Amaurocichla bocagei*, galinhola *Bostrychia bocagei*, anjoló *Neospiza concolor* e picanço *Lanius newtoni* (Atkinson et al., 1991; Jones & Tye, 2006). Outras aves, como o tchim-tchim-tcholó *Ploceus sanctithomae* e o olho-grosso *Zosterops lugubris*, apesar de persistirem ao longo do gradiente, tornavam-se menos abundantes em usos do solo intensivos.

Ao contrário das aves, a grande maioria das 15 espécies de árvores endémicas registadas neste trabalho está virtualmente restrita às florestas (Fig. 4); as únicas excepções sendo o Gogô *Carapa gogo*, que é frequentemente cultivado para madeira em zonas de plantação de sombra, e a Cola-de-macaco *Trichilia grandifolia*, da qual foi registado um indivíduo isolado em zona não florestada. O macambrará *Craterispermum montanum*, a língua-de-boi *Pavetta monticola* e o pinheiro *Podocarpus mannii* apenas foram as únicas espécies endémicas registados em floresta antiga. No entanto, a grande maioria das espécies de árvores endémicas registaram um decréscimo acentuado das florestas antigas para as florestas secundárias.

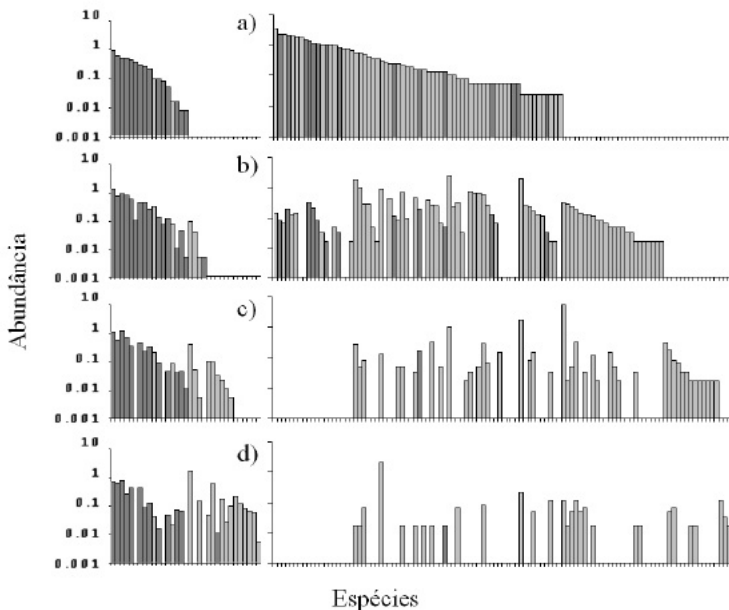


Figura 4 – Abundância por espécie nos diferentes tipos de uso do solo. Cada gráfico mostra o número médio de indivíduos detectado de cada espécie por ponto de contagem nos diferentes tipos de uso do solo: a) floresta antiga, b) floresta secundária, c) plantação de sombra e d) não florestada. Os gráficos da esquerda referem-se a aves e os da direita a árvores. As espécies encontram-se ordenadas pela abundância no tipo de uso do solo menos intensivo (floresta antiga, ou o tipo subsequente caso não ocorram em floresta antiga). As colunas mais escuras denotam as espécies endémicas.

Discussão

As aves demonstraram maior resiliência à alteração do uso do solo do que as árvores, mas em ambos os grupos a subsistência das espécies endémicas está associada à persistência de zonas florestais bem preservadas. São Tomé ainda possui uma paisagem rica em habitats florestais, mas a manterem-se as actuais tendências de desflorestação, degradação florestal e intensificação das práticas agrícolas, a sobrevivência de muitos dos seus endemismos vai ficar ameaçada. Em especial se atendermos aos efeitos perversivos de muitas das ameaças que pendem sobre os endemismos (Dallimer, 2009). Para assegurar a sobrevivência do património natural ímpar de São Tomé é urgente adoptar práticas de gestão territorial e de desenvolvimento agroflorestal que se coadunem com a conservação da biodiversidade (Fig. 5).



Figura 5 – Um dos grandes desafios em São Tomé, expresso nas insígnias da moeda de 2000 dobras: aumentar a produção, para satisfazer as necessidades de uma população em rápido crescimento, sem perder a sua singularidade, aqui representada pelos símbolos nacionais, mas que em termos de biodiversidade é perfeitamente representada pelos seus numerosos endemismos.

Agradecimentos

Este trabalho resultou do meu trabalho de doutoramento, que foi financiado pela “Fundação para a Ciência e a Tecnologia” (SFRH /BD/36812/2007), com o apoio da “Rufford Small Grants Foundation” (50.04.09). O trabalho foi orientado pelo Dr. Jos Barlow (Lancaster University), pelo Dr. Martin Dallimer (University of Sheffield) e pelo Dr. Phil Atkinson (British Trust for Ornithology). Em São Tomé recebi o apoio da “Direcção-Geral do Ambiente”, na pessoa do Eng. Arlindo de Carvalho e a assistência inestimável da “Associação Monte Pico”, dentro da qual devo um agradecimento especial ao Luís Mário Almeida pelas discussões sobre o meu trabalho, e ao Leonel Viegas, ao Nelson Solé, ao Adilécio Soares e ao Estevão Soares pelo apoio durante o trabalho de campo.

Referências

- Anon. (1891). *Carta da ilha de S. Thomé*. Lisboa: Comissão de Cartografia.
- Atkinson, P., N. Peet & J. Alexander (1991). The status and conservation of the endemic bird species of São Tomé and Príncipe, West Africa. *Bird Conservation International*, 1 (3), pp. 255-282.
- Bibby, C., M. Jones & S. Marsden (1998). *Bird surveys*. London: Expedition Advisory Center.
- Buchanan, G. M., P. F. Donald & S. H. M. Butchart (2011). Identifying priority areas for conservation: a global assessment for forest-dependent birds. *PLoS ONE*, 6 (12). e29080.
- Campos, E. d. (1956). Modificação do ambiente das ilhas de São Tomé e Príncipe. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 14 (4-6), pp. 141-150.
- Colwell, R. K. (2006). *EstimateS: Statistical estimation of species richness and shared species richness from samples*. Version 8.0.0. User's Guide and application published at: <http://purl.oclc.org/estimates>.
- Dallimer, M., T. King, R. J. Atkinson (2009). Pervasive threats within a protected area: conserving the endemic birds of São Tomé, West Africa. *Animal Conservation*, 12 (3), pp. 209-219.
- Exell, A. W. (1944). *Catalogue of the vascular plants of S. Tomé (with Príncipe and Annobon)*. London: British Museum (Natural History).
- Eyzaguirre, P. B. (1986). The ecology of swidden agriculture and agrarian history in São Tomé. *Cahiers d'études africaines*, 26 (101-102), pp. 113-129.
- Figueiredo, E., J. Paiva, T. Stevart, F. Oliveira & G. F. Smith (2011). Annotated catalogue of the flowering plants of São Tomé and Príncipe. *Bothalia*, 41 (1), pp. 41-82.
- Gotelli, N. J. & R. K. Colwell (2001). Quantifying biodiversity: procedures and pitfalls in the measurement and comparison of species richness. *Ecology letters*, 4, pp. 379-391.
- Holdridge, L. R. (1947). Determination of world plant formations from simple climatic data. *Science*, 105 (2727), pp. 367-368.
- Husch, B., T. W. Beers & J. A. Kershaw (2003). *Forest mensuration*. Hoboken: Wiley & sons.
- I.N.E. (2009).
- INTERFOREST, A. B. (1990). *Results of National Forest Inventory – Democratic Republic of São Tomé and Príncipe*.
- Jones, P. & A. Tye (2006). *The Birds of São Tomé and Príncipe, with Annobón: Islands of the Gulf of Guinea*. Oxford: British Ornithologists' Union.
- Jones, P. J., J. P. Burlison & A. Tye (1991). *Conservação dos ecossistemas florestais na República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Gland, Switzerland: International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources.
- Kenfack, D. (2011). Resurrection in Carapa (Meliaceae): a reassessment of morphological variation and species boundaries using multivariate methods in a phylogenetic context. *Botani-*

cal Journal of the Linnean Society, 165, pp. 186-221.

Mayr, E. (1965). Avifauna: turnover on islands. *Science*, 150, pp. 1587-1588.

Melo, M. & P. Jones (2008). *Bird speciation in the Gulf of Guinea island system*. Cape Town: Animal Demography Unit.

Myers, N., R. A. Mittermeier, C. G. Mittermeier, G. A. B. d. Fonseca & J. Kent (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403, pp. 853-858.

Putz, F. E. & K. H. Redford (2010). The importance of defining 'Forest': Tropical forest degradation, deforestation, long-term phase shifts, and further transitions. *Biotropica*, 42 (1), pp. 10-20.

Salgueiro, A. & S. Carvalho (2001). *Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal 2003-2007*. ECOFAC, AGRECO, CIRAD Foret.

Silva, H. L. E. (1958). Esboço da carta de aptidão agrícola de São Tomé e Príncipe. *Garcia da Orta - Série de botânica*, 6, pp. 61-86.

Stattersfield, A. J., M. J. Crosby, A. J. Long & D. C. Wege (1998). *Endemic Bird Areas of the World - Priorities for Biodiversity Conservation*. Cambridge: Birdlife International.

Tenreiro, F. (1961). *A ilha de São Tomé*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

IX Desenvolvimento e cooperação

Vânia Tira-Picos

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

vcarmop@gmail.com

Ulrich Schiefer

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Maria do Céu de Madureira

Investigadora Independente

mcmadureira@oninet.pt

Mercado Informal de Medicamentos em São Tomé e Príncipe

Em África, e mais concretamente na República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), o mercado informal de medicamentos pode atingir proporções dramáticas, uma vez que não existem aparentemente mecanismos eficazes de controlo e inspecção. Por outro lado, a Medicina Tradicional, prática ainda muito utilizada pela população, implica a utilização de remédios tradicionais, que também não são controlados através do Sistema Nacional de Saúde. Este artigo apresenta os resultados de um trabalho efectuado em STP sobre o mercado informal de medicamentos convencionais e tradicionais, com o objectivo de analisar in loco a realidade nacional, identificando e caracterizando os diferentes intervenientes, e as respectivas relações de interdependência, e procurando comprovar quer a sua relevância económica, social e cultural, quer as suas consequências ou potenciais riscos para a saúde pública do país em estudo.

Palavras-chave: mercado informal, medicamentos, contrafacção, medicina tradicional, terapeutas tradicionais, São Tomé e Príncipe

In Africa and concretely in the Democratic Republic of São Tomé e Príncipe (STP), the Informal Market of Medicines can get dramatic proportions, since apparently there are no control and inspection mechanisms. On the other hand, Traditional Medicine is still a very common practice among the population that uses traditional medicines also not legally integrated or controlled by the National Health System.

This paper presents the results of a study about the Informal Market of Medicines in STP, with the aim to perform an in loco analysis of the national reality by identification and characterization of the different actors and their respective relationships, and seeking to prove its economic, social and cultural relevance or its consequences and potential risks for the public health of STP.

Keywords: informal market, medicines, counterfeiting, traditional medicine, traditional healers, São Tomé and Príncipe

Introdução

Tal como a maioria dos restantes países africanos, parte dos medicamentos utilizados na Medicina Convencional que circulam na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) são comercializados nos mercados informais. Por outro lado, a Medicina Tradicional é uma prática corrente, embora não legalizada, que utiliza medicamentos à base de plantas, propondo-se este artigo fazer um resumo de um trabalho de campo efectuado em São Tomé e Príncipe (STP), com o objectivo geral de avaliar o mercado informal de medicamentos convencionais e de medicamentos usados na Medicina Tradicional.

Os objectivos mais específicos deste trabalho foram a caracterização dos locais de venda informal e dos vendedores; das condições de venda e armazenagem; a verificação dos medicamentos comercializados, em termos de marcas, princípios activos e aplicações, sua inclusão na Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial de Saúde (OMS), dosagens, formas farmacêuticas, embalagens, estado de conservação dos medicamentos comercializados, inscrição de fabricante, validade e lote; a indagação da proveniência dos comerciantes e fontes de abastecimento e da existência de medicamentos contrafeitos; a avaliação da sua qualidade em termos de credibilidade da origem, garantias da qualidade e riscos potenciais (qualidade, falsificações, usos indevidos) e a verificação da disponibilidade e preços (fixo ou variável) por princípio activo.

Relativamente aos medicamentos usados na Medicina Tradicional, este estudo pretendeu averiguar também quais as plantas medicinais e preparados à base de plantas que circulam nos mercados, nomeadamente a disponibilidade e preços dos produtos comercializados e respectivos fins terapêuticos; a proveniência e credibilidade (formação, tipo de filiação dos comerciantes/terapeutas na Associação de Terapeutas Tradicionais); origens das plantas/preparados e rotas comerciais; e eventual existência de alternativas terapêuticas convencionais no mercado informal.

Por fim, interessou analisar o impacto deste mercado paralelo, comparativamente ao mercado formal de medicamentos na RDSTP, e evidenciar os riscos potenciais envolvidos com o uso destes medicamentos (qualidade, falsificações, usos indevidos).

Amostras e Métodos

O trabalho de campo, realizado em Janeiro/Fevereiro de 2011 sob autorização prévia do Ministério da Saúde da RDSTP, foi delineado no sentido de cumprir os objectivos traçados. Primeiramente foi efectuada uma pesquisa bibliográfica sobre as características económico-sociais da RDSTP, nomeadamente as condições de vida da população; e sobre a realidade da saúde neste país, mais concretamente no que diz respeito às doenças com maior prevalência e ao acesso a medicamentos. Estes dados foram imprescindíveis para o delineamento do estudo, servindo para contextualizar e enquadrar a realidade observada no terreno.

Outro factor crucial para o planeamento do trabalho de campo no tempo disponível

vel foi a identificação de informantes privilegiados, que funcionaram como elementos de contacto entre entidade investigadora e entidades sob investigação na RDSTP, destacando-se o papel preponderante de Maria do Céu de Madureira e também, no âmbito da Medicina Tradicional, de *Sum Pontes*. Estes contactos permitiram que o estudo fosse realizado com base numa amostragem representativa da realidade nacional, através de uma selecção criteriosa das regiões e distritos onde se iriam efectuar as recolhas de dados, bem como das entidades, instituições, empresas e indivíduos a visitar e/ou entrevistar no tempo disponível, e que constituíram assim a nossa amostra para o estudo do mercado informal de medicamentos (convencionais e tradicionais) em STP.

Para uma melhor percepção do mercado informal de medicamentos e na tentativa de conhecer a realidade dos circuitos comerciais dos medicamentos convencionais, o trabalho de campo abarcou igualmente o estudo de entidades públicas, distribuidoras de medicamentos ou com posto de venda ao público, e incluiu visitas ao Ministério da Saúde (Departamento de Farmácia) e às Farmácias Hospitalares dos Hospitais Centrais.

Tanto para a parte da Medicina Convencional, como da Medicina Tradicional, a metodologia adoptada no terreno, foi a realização de estudos de caso, recorrendo principalmente à observação (participante ou não) e à entrevista. No caso específico do mercado informal de medicamentos convencionais, o investigador manteve quase sempre o seu anonimato, tentando recolher informações e opiniões, ou testemunhar de forma directa factos, comportamentos e atitudes relacionados com a venda de medicamentos.

Os locais visitados (objectos, espaços e realidade envolvente), bem como os comportamentos e atitudes dos informantes, e os factos observados, foram documentados sob a forma de imagem fotográfica e de registos escritos com os resultados das observações e/ou entrevistas. Em alguns casos, obtiveram-se cópias de documentos cedidos pelos entrevistados. No caso específico do mercado informal, interessava focalizar o estudo nos medicamentos mais comuns, e mais vendidos também ao nível do sector público, de modo a ser possível proceder a paralelismos entre os mercados formal e informal. Neste sentido, e para se compararem igualmente os medicamentos tradicionais e convencionais, foram também incluídos no estudo aqueles medicamentos que de certo modo poderão mimetizar as terapias mais utilizadas pelos terapeutas tradicionais para tratar os seus doentes.

Resultados e Discussão

Mercado Formal de Medicamentos

Ao nível do circuito formal de medicamentos foram constatadas várias situações que indiciavam claramente o não cumprimento da legislação em vigor, algumas das quais potenciadoras do mercado informal:

Ao contrário do que está descrito na lei (DL 52/98), o Fundo Nacional de Medicamentos (FNM) não é a única entidade que abastece o sector público (farmácias

hospitalares e farmácias de centros e postos de saúde). Os medicamentos que circulam nestes organismos públicos são adquiridos directamente, no caso dos hospitais, ou através de ONGs, tendo esta situação sido justificada por existirem muitas vezes rupturas nos stocks de diversos medicamentos no FNM, as quais não eram supridas atempadamente.

Por outro lado, constatámos ainda que o FNM não vende medicamentos mais baratos do que a generalidade das outras entidades públicas. De acordo com o representante do FNM entrevistado, isto sucede por um lado por não haver desde 2006 isenção nas taxas de importação dos medicamentos, tendo os preços aumentado cerca de 25%; e porque por ter autonomia administrativa e financeira, o FNM é responsável pelo pagamento das suas próprias despesas de funcionamento, implicando ter de praticar preços mais elevados nos medicamentos.

Outra prevaricação da lei é o facto de o FNM dispor de um posto de venda de medicamentos ao público, em plena cidade de São Tomé (ST), não se cingindo à distribuição aos organismos públicos. Esta situação promove de certo modo a informalidade do mercado de medicamentos, tendo-se constatado durante o trabalho de campo, que poderia ser um local de abastecimento dos vendedores ambulantes.

Ao nível do Ministério da Saúde, mais concretamente no Departamento de Farmácia, estava a ser trabalhada numa proposta que visa a criação de uma Central de Compras de Medicamentos¹, que poderia no futuro centralizar todas as importações de medicamentos do país, bem como realizar o seu devido controlo.

Relativamente às farmácias privadas, os medicamentos são adquiridos livremente por estas, e apesar do suposto controlo de importação por parte das entidades oficiais, que inclui o pagamento de taxas alfandegárias, isto não sucede em muitos dos casos, não havendo qualquer controlo, nem relativamente à proveniência destes medicamentos, nem em relação a qualquer aspecto referente à sua qualidade (verificação de embalagens, identificação, conservação, certificados de controlo, análises, etc.). A este respeito, deve salientar-se ainda que não existe na RDSTP nenhum laboratório oficial ou privado que possa levar a cabo a realização de análises de controlo da qualidade de medicamentos.

Por outro lado, e como foi constatado, todas as farmácias actualmente existentes na RDSTP, também não cumprem a legislação em vigor, uma vez que nenhuma possui um Farmacêutico na Direcção Técnica, sendo tal facto explicável pela grande deficiência de farmacêuticos no país. Com efeito, apenas existem no activo duas farmacêuticas que trabalham no Ministério da Saúde.

Mercado Informal de Medicamentos – Medicina Convencional

A venda de medicamentos fora dos circuitos oficiais é uma realidade em STP e, apesar de se tratar de uma actividade ilegal, é feita de uma forma praticamente aberta e bem visível, sendo realizada sobretudo na cidade de São Tomé, dentro do recinto do Mercado Grande e nas suas imediações. Em geral, os vendedores de medicamentos são vendedores ambulantes, que deambulam pelos corredores do

¹ Em 23 de Março de 2012 foi formalmente constituída a EMPHARMA, Indústria Farmacêutica SA, comparticipada pela IMPHARMA de Cabo Verde, pelo Estado Santomense e por 10 Farmácias privadas de STP, e que tem como objectivo o abastecimento do mercado interno de STP relativo a produtos químicos, farmacêuticos, dispositivos médicos, equipamentos hospitalares, etc..

mercado, e que se apresentam com malas presas ao pescoço ou a tiracolo (ver fig. 1) onde têm os seus medicamentos, embora também possa existir, fora do mercado, um ou outro vendedor que exponha esta mercadoria num local fixo da rua sobre uma pequena banca improvisada.

Durante o trabalho de campo, constatou-se também a existência de venda informal de medicamentos ao nível de entidades religiosas, em lojas ou casas de terapeutas. Para todas as variantes de mercado informal, os respectivos medicamentos transaccionados foram observados de modo a se poder inferir acerca da eficácia, qualidade e segurança dos mesmos, nomeadamente as suas condições de armazenagem; embalagens e informações aí contidas; aconselhamento farmacêutico (administração, cuidados, doses); qualidade do produto (origem e fiabilidade do fabricante/contracção):

Face às condições observadas em todos os locais de venda ambulante, pudemos verificar que os medicamentos vendidos encontram-se expostos diariamente às condições climáticas habituais no país (temperaturas médias de 25°C e humidade entre 70-90%), não havendo qualquer possibilidade de cumprimento dos cuidados mínimos essenciais para a conservação, armazenamento e manutenção correcta dos medicamentos à venda, em geral formas farmacêuticas sólidas orais (comprimidos e cápsulas), podendo inclusivamente alguns estarem expostos ao sol, o que pode originar problemas decorrentes da má conservação e conseqüente degradação do produto. Isto significa basicamente que não só o medicamento pode não ter acção terapêutica, como pode também ser prejudicial à saúde do consumidor.

Para os restantes locais informais de venda (lojas, entidades religiosas), observou-se no entanto, que os medicamentos se encontravam dentro das suas embalagens originais, arrumados em armários, por sua vez em salas que embora na sua maioria não dispusessem de ar condicionado, constituíam em geral ambientes mais frescos do que no exterior. Por este motivo, considera-se que possivelmente os medicamentos aí existentes conservarão mais facilmente as suas características do que aqueles vendidos na rua, não sendo no entanto as condições ideais, nomeadamente o armazenamento em salas com temperatura e humidade controladas. Estas condições, pelo contrário, foram confirmadas nos armazéns de entidades públicas como o FNM, Farmácias do Centro de Saúde Água Grande e Hospital Ayres de Menezes. No entanto, nas farmácias privadas, o ambiente também não é controlado.

A maior parte dos medicamentos na posse dos vendedores de rua encontravam-se apenas contidos em *blisters* (embalagem primária) e portanto menos protegidos do que se também estivessem nas embalagens secundárias próprias (cartonagens), tendo sido também observados alguns medicamentos que nem na embalagem primária original se encontravam, sendo acondicionados em pequenos sacos de plástico transparentes, sem qualquer identificação do fármaco e da sua quantidade, do fabricante ou das indicações terapêuticas. Esta situação não é aceitável, podendo dar azo a confusões e utilizações indevidas.

Nos restantes locais de venda informal, os medicamentos são mantidos dentro das embalagens originais, embora possam também ser dispensados avulso, em pequenas

embalagens de plástico ou pequenos pacotes. De realçar que o mesmo pode suceder nas farmácias pertencentes a entidades privadas e públicas.

Quanto aos grupos terapêuticos vendidos no mercado informal, são sobretudo analgésicos, antipiréticos, anti-inflamatórios, vitaminas, alguns antibióticos e anti-infecciosos, concluindo-se que em geral vão de encontro a algumas das doenças com maior prevalência em STP como diarreias, infecções respiratórias, avitaminoses, etc. Comparativamente com os restantes locais de venda informal, uma das entidades religiosas estudada, a Igreja Nova Apostólica (INA) na ilha do Príncipe, apresenta uma maior variedade de grupos terapêuticos disponíveis.

No mercado de rua, não foi observado no acto da venda qualquer aconselhamento dado ao cliente, pedindo este o medicamento geralmente pelo seu princípio activo (nome genérico). Os vendedores parecem estar a par das principais utilizações dos medicamentos que vendem, diferenciando igualmente as suas potências. Os preços de medicamentos compostos são também, em geral, superiores aos que apresentam apenas um só princípio activo. Contudo, após negociação os preços poderão ser nivelados, sobretudo quando o cliente compra vários medicamentos.

Não foi observado como referido, nenhuma espécie de aconselhamento, e embora esta situação não tenha sido verificada, admite-se que os vendedores ambulantes não tenham nenhuma diferenciação técnica na área. O caso mais gritante da falta de conhecimentos e/ou sua aplicação é a venda de antibióticos à unidade, que traduz a total ignorância ou displicência acerca do modo correcto de administração deste grupo terapêutico. A toma de antibióticos deve obedecer rigorosamente à posologia indicada pelo médico, nomeadamente no respeitante à duração de tratamento sendo esta em geral de, com excepção de alguns princípios activos, no mínimo sete dias. Caso este tempo não seja cumprido, não só a infecção em causa pode não ficar devidamente tratada, como poderá haver de futuro a potencialização de resistências a esse antibiótico. Em conclusão, pode-se dizer que a venda de antibióticos à unidade, prejudica a saúde pública. Um outro caso, observado numa loja no Príncipe, foi o facto de ter sido detectado nesta loja a venda de um medicamento injectável, que deveria também requerer receita médica, ainda mais tratando-se de uma forma farmacêutica que necessita ser administrada por profissional de saúde competente.

No caso particular da INA, verificou-se que à semelhança de uma entidade formal, vende os medicamentos mediante receita médica, a preços fixos, e dispõe de uma farmácia de venda ao público e de uma clínica, sendo feito um aconselhamento adequado aquando da dispensa do medicamento. O mesmo não se poderá dizer em relação aos restantes locais de venda informal de medicamentos, onde o eventual aconselhamento do doente se baseia apenas na experiência empírica do vendedor e não em conhecimento diferenciado.

Ressalta-se ainda que a venda de medicamentos num mercado de rua, sem qualquer controlo sobre a origem dos medicamentos, acarreta sobretudo um elevado risco de consumo de medicamentos contrafeitos, cujas características de qualidade, eficácia e segurança não estão minimamente asseguradas.

Os parâmetros geralmente avaliados para concluir acerca da contrafacção de um

medicamento são a inspecção visual das embalagens, primária e secundária, e da própria forma farmacêutica; a identificação da substância activa; o seu doseamento e a determinação de impurezas (WHO, 1999).

Durante o trabalho de campo foram adquiridos medicamentos no mercado informal de rua e embora, não tenha sido possível analisá-los quimicamente, foram verificados outros aspectos que poderão indiciar a existência de contrafacção, nomeadamente as inscrições das embalagens vendidas, como a origem e nome do fabricante, lote e validade. Assim, numa observação inicial, foi verificada a identidade dos laboratórios constantes nas embalagens amostradas, podendo dizer-se que em geral esses laboratórios existem nos locais indicados e fabricam os medicamentos referidos. Esta pesquisa foi realizada na internet, a partir das palavras passe contendo o nome dos laboratórios e nomes genéricos ou comerciais, conforme os casos. Em resumo: dos 22 medicamentos adquiridos, três foram adquiridos avulso e sem embalagem primária original; para dois deles não se encontraram correspondências entre laboratórios e princípios activos, não se sabendo a origem; quanto aos restantes medicamentos, 3 (14%) eram provenientes do Togo, 3 (14%) da Índia, 3 (14%) da Nigéria e outros 7 (32%) do Gana. O facto de terem sido encontradas referências a tais laboratórios não significa que não se tratem de medicamentos contrafeitos. No entanto, outros sinais poderão lançar suspeitas sobre a falsificação dos produtos, tais como más gravações nas embalagens, nomeadamente do lote ou validade, não condizentes com boas práticas de fabrico e não permitindo por exemplo a respectiva rastreabilidade. Neste caso, dos produtos amostrados seis (27%) apresentavam gravações de lotes ou validade imperceptíveis.

As situações testemunhadas acima fogem ao que é eticamente aceite a nível da indústria farmacêutica internacional idónea, indiciando portanto que se possam tratar de produtos contrafeitos. De facto existe normalmente uma ligação entre este comércio de rua e a proliferação de medicamentos contrafeitos e medíocres.

Assim, e ainda que seja necessário completar esta análise com a realização de ensaios laboratoriais das amostras recolhidas, podemos afirmar desde já que o risco de existência de contrafacção na RDSTP é muito elevado.

Relativamente ao restante mercado informal, quer pela semelhança com certos circuitos formais, nomeadamente por parte da clínica da INA ou no caso das Madres (outra entidade religiosa estudada), por receberem sobretudo doações particulares de medicamentos comercializados em Portugal, onde existe uma autoridade fiscalizadora do medicamento, considera-se que o problema de contrafacção não se colocará tão marcadamente como nos restantes lugares.

Realça-se no entanto que a contrafacção também poderá existir em circuitos legais, nomeadamente ao nível do comércio privado de medicamentos (farmácias).

Por fim, analisando os preços dos medicamentos convencionais relativamente à totalidade do mercado de medicamentos investigado (informal e formal), explicitados no Quadro 1., verifica-se em geral que os preços de venda do mercado formal são inferiores aos do mercado informal, sendo a excepção, aqueles praticados pelas farmácias privadas. Aqui a variabilidade e quantidade é diminuta e para alguns me-

dicamentos, os preços chegam a ultrapassar os 1.000% relativamente às entidades públicas. De notar que à data de realização do trabalho de campo, 24.500 dobras (moeda da RDSTP) correspondia a um euro.

Dentro do mercado informal estudado, algumas entidades como lojas ou a INA praticam preços tabelados, mas esta última foi quem mostrou maior variedade e quantidade de medicamentos vendidos, sendo que vende mediante receita médica. A outra entidade religiosa (Farmácia das Madres) pratica preços que poderão variar com as possibilidades económicas do utente.

Ainda no mercado informal, mas de rua, não só cada vendedor pode praticar o seu preço, como este pode variar com o tipo de medicamento, com a negociação de preços no acto da venda, com o número de medicamentos comprados pelo utente e com o preço e a dificuldade de aquisição de determinado medicamento pelo vendedor, para posterior venda.

Mercado Informal de Medicamentos - Medicamentos Tradicionais

Os terapeutas tradicionais (*stlijon*) santomenses poderão ter diferentes especialidades: o *Stlijon Matu* (Cirurgião do mato) faz a recolha, nas florestas, das diversas substâncias animais, minerais ou vegetais, utilizando-as depois para preparar os medicamentos; o Massagista trata problemas ósseos e musculares (reumatismo, fracturas, entorses, hematomas, etc.), aplicando medicamentos preparados à base de cascas ou folhas medicinais; o *Tchiladô Ventosa* (“Tirador de Ventosas”) trata através da aplicação, na zona afectada por dores ou inchaço, de ventosas feitas de chifres de boi juntamente com folhas de Fiá-da-mina (*Kalanchoe crenata*); o *Piadô Záua* (“Explicador de Urina”) faz o diagnóstico e tratamento da doença socorrendo-se da análise organoléptica da urina, nomeadamente da sua cor, cheiro, sedimentos ou sabor; a *Patela* (Parteira Tradicional) trata crianças, grávidas e faz partos; e o *Fitxicêlu* (Feiticeiro) utiliza práticas sobrenaturais (Madureira, 2006).

O consultório dos terapeutas é geralmente uma pequena cubata no quintal da casa. No entanto, alguns terapeutas santomenses dão as suas consultas dentro de casa e outros dispõem de espaço próprio, especificamente destinado ao desempenho desta actividade.

Neste trabalho entrevistámos 29 terapeutas (ver figuras 2 a 5), a maioria do distrito de Água Grande, o mais populoso de STP.

Relativamente aos medicamentos tradicionais, os terapeutas preparam normalmente os medicamentos que aplicam, mas alguns aliam a terapia convencional e a tradicional. Neste estudo procedemos a uma caracterização dos medicamentos tradicionais, nos aspectos que nos permitem inferir acerca da qualidade, eficácia e uso racional dos medicamentos tradicionais, assim como dos preços praticados:

Na maioria dos casos o terapeuta prepara os medicamentos adequados ao doente que o consulta, não se colocando problemas de armazenagem, pelo facto de ser curto o tempo que decorre entre a preparação do medicamento e a sua administração. No entanto, o problema de conservação já se poderá colocar, quando os terapeutas, incluindo os que vendem medicamentos tradicionais no mercado, dispõem de matérias-primas já colhidas ou medicamentos semi-preparados. Estes são consti-

tuídos sobretudo por folhas, cascas e raízes secas na sua forma original ou pulverizadas e que, imediatamente antes de serem administradas requerem ser misturadas em bebidas alcoólicas, ou outros líquidos, como água quente para a preparação de infusões. Deste modo, julga-se que armazenando e vendendo estes produtos na sua forma seca até à administração, eles manterão mais tempo as suas características medicinais, desde que sejam tidos cuidados na sua colheita, secagem e conservação. Alguns dos cuidados foram verificados junto de alguns dos terapeutas mais novos, que vendem os seus medicamentos em sacos de plástico hermeticamente fechados e guardados à sombra.

Casos há em que são utilizados produtos frescos nomeadamente folhas e frutos, mas cujo estado de conservação é geralmente bem visível, ou outros, em que os terapeutas já têm os medicamentos preparados na forma líquida, de mais difícil conservação. No entanto, a maioria mantém os produtos secos dentro de uma garrafa, sendo na altura do tratamento adicionado o líquido, uma vez que a grande maioria destas pessoas não dispõe de frigoríficos, ou sequer de electricidade. Durante as entrevistas, apenas um dos terapeutas revelou que prepara alguns medicamentos em maior quantidade, nomeadamente um líquido para a diabetes, guardando os respectivos frascos no frigorífico até à respectiva venda.

Existem orientações internacionais específicas, nomeadamente da OMS (Organização Mundial de Saúde) (WHO, 2007), para as boas práticas de fabrico destes medicamentos que focam cuidados de selecção, manipulação e armazenamento dos materiais, de modo a conservar as suas características medicinais.

Os medicamentos tradicionais sob a forma seca encontram-se frequentemente acondicionados em sacos de plástico ou garrafas de vidro. Em nenhum caso foi observada nestas embalagens a data de preparação do medicamento e na maioria dos casos, à excepção de um dos terapeutas, as embalagens nem referiam a identificação do remédio aí contido. O terapeuta acima mencionado coloca igualmente o modo de administração, enquanto a maioria dos outros colegas, fornece esta informação no acto da consulta ou venda do medicamento.

É de referir no entanto que, apesar dos terapeutas terem alguns cuidados na preparação destes medicamentos, não são cumpridos na generalidade dos casos as normas mínimas recomendadas pela OMS, nomeadamente a utilização de embalagens limpas ou esterilizadas. Também não são cumpridas as normas de rotulagem na generalidade dos produtos tradicionais, devendo os rótulos referir a composição do produto, indicações terapêuticas e eventualmente precauções de uso e reacções adversas (WHO, 2007).

Relativamente ao aconselhamento ao doente, realça-se que na aquisição de medicamentos durante uma consulta de Medicina Tradicional, esse aconselhamento é sempre prestado. Se a venda de medicamentos tradicionais não ocorrer durante uma consulta, mas no mercado, poderá igualmente ser feito um aconselhamento, embora nem todos os vendedores de medicamentos tradicionais sejam terapeutas.

Em relação à qualidade aos medicamentos tradicionais vendidos em STP, poderão também ocorrer falsificações, isto é, as embalagens poderão conter produtos que não

os supostamente vendidos, nem em quantidades que permitam curar o doente. Não contendo a maioria dos produtos um rótulo, com a origem, quantidade ou sequer identificação, a falsificação é facilitada.

Os preços totais dos tratamentos efectuados podem ser comparados para cada uma das especialidades. Assim, analisando os tratamentos efectuados pelos massagistas, constatou-se que as massagens locais são geralmente efectuadas em 3 sessões, com um custo total bastante variável entre os terapeutas, ou com o tamanho da área corporal a manipular. Os tratamentos de fracturas ósseas são efectuados por um reduzido número de massagistas, com um custo dependente da extensão da fractura. Alguns terapeutas poderão também diferenciar os preços em função da idade do doente.

Quatro dos terapeutas, curiosamente todos da ilha do Príncipe, sendo duas par-teiras, referiram que faziam tratamentos de fertilidade, os quais consistem geralmente na aplicação de massagem, seguida da toma de medicamento tradicional. Os preços totais chegam a atingir as 250.000 dobras. Quanto à massagem para fechar corpo, destinada sobretudo a problemas de reumatismo, pode variar de 60.000 a 210.000 dobras. Verifica-se ainda que os tratamentos de impotência, efectuados também por terapeutas não massagistas, poderão consistir na administração oral de um medicamento ou numa massagem seguida da toma de medicamento. Estas massagens foram referidas apenas por um massagista, a um custo de 50.000 dobras.

As terapeutas com a especialidade *Patela* tratam essencialmente problemas relacionados com partos e doenças de crianças, realçando-se o seguinte: a diarreia é tratada normalmente com um banho e a administração de um remédio, durando alguns tratamentos cerca de 3 dias; quase todas as terapeutas tratam anginas, quer por massagens locais, quer por aplicação local de medicamentos, ou ambos, sendo o seu custo muito variável e podendo atingir diferenças superiores a 1.000%, conforme os dias de tratamento/terapeutas ou ainda conforme o remédio é administrado pela mãe da criança ou pela terapeuta; das seis terapeutas que fazem partos, apenas uma pratica um preço inferior a 150.000 dobras para um parto normal; o *bassô* (transtornos gastro-intestinais) cura-se normalmente em três sessões; outra prática bastante comum é a aplicação de purgante e clister.

Quanto à especialidade *Stiljon-matu*, consideramos que engloba as práticas mais difíceis de comparar, por não haver um registo exacto da quantidade de cada um dos ingredientes que compõem o remédio e, por outro lado, pelo facto, de as porções vendidas serem bastante variáveis entre os vários terapeutas. Curiosamente quase todos estes terapeutas dispunham de remédios para tratar a impotência masculina, apresentando preços mais elevados relativamente aos restantes tratamentos; outros tratamentos bastante frequentes são os efectuados para a diabetes, hipertensão, asma, e para hérnias; o tratamento da *frialidade*, apenas referido por dois terapeutas é o que apresenta preços mais díspares entre si, com uma diferença de 1.000%.

Pela análise dos tratamentos efectuados pelos *stiljon-matu* e comparação com as especialidades restantes, verificamos que esta especialidade abarca maior variedade de afecções, verificando-se também que para a mesma afecção os preços dos trata-

mentos diferem bastante entre os terapeutas. Julga-se que esta situação poderá estar relacionada com a diferente composição dos remédios e as quantidades vendidas por embalagem.

Comparação de Preços de Tratamentos da Medicina Convencional (Mercado Formal) e da Medicina Tradicional

Tentámos analisar os preços dos tratamentos ou medicamentos tradicionais passíveis de equiparação ao tratamento convencional efectuado para determinadas afecções mais comuns entre a população (ver Quadro 2): para o mercado formal, introduziram-se os preços praticados por uma Farmácia com grande movimentação de medicamentos (a do Centro de Saúde de Água Grande); para os preços dos tratamentos praticados pelos terapeutas tradicionais foram considerados os preços mais baixos para cada afecção.

Reitera-se que se trata apenas de uma tentativa de comparação, pois em primeiro lugar um tratamento convencional poderá, consoante os casos, requerer vários e não apenas um medicamento, como consta da tabela. Por outro lado, algumas situações, poderão equivaler na medicina convencional, a uma série de afecções possíveis, como é o caso da “frialidade”, podendo esta estar relacionada com reumatismo, fraqueza ou até mesmo impotência. Nestes casos, especificou-se a situação tratada pelo terapeuta tradicional fazendo-se corresponder a uma só doença e a um só medicamento convencional.

Outro factor a ter em conta na comparação é a duração do tratamento. Os preços fornecidos pelos terapeutas tradicionais dizem respeito ao tratamento completo. Na medicina convencional, o tratamento varia com a doença e medicamento administrado, requerendo, por exemplo, a administração de antibióticos, como a amoxicilina 250 mg, 7 dias de tratamento. Este fármaco aplica-se a infecções respiratórias das vias superiores, numa posologia para adulto de 2 comprimidos (250 mg) por dose, 3 doses diárias durante uma semana. Relativamente a outros anti-infecciosos, considerou-se um tratamento de 3 doses durante 5 dias utilizando o metronidazol (posologia média de diarreia amebiana em crianças) e 1 dose diária por 7 dias para o tratamento de anginas com o cotrimoxazol. Para outros fármacos: 2 comprimidos de paracetamol diários durante 7 dias (combate a dores e febre, gripe); uma dose diária para qualquer das vitaminas, durante 30 dias (fraqueza); 3 doses de ibuprofeno 200 mg, ou indometacina 25 mg, durante 7 dias para entorses e inflamações. Relativamente a doenças crónicas, como reumatismo, admitiu-se apenas para comparação, 4 doses diárias de diclofenac de 25 mg durante um mês.

De referir ainda que para as massagens de *frialidade* relacionadas com fraqueza ou reumatismo admite-se que mantêm o seu efeito durante um mês, daí as durações de tratamento consideradas para os correspondentes medicamentos convencionais acima mencionados.

Observando o quadro verificamos que em geral, com excepção do tratamento tradicional de “frialidade”/reumatismo, e que é igual ao tratamento mensal com diclofenac, os preços dos tratamentos efectuados pelos terapeutas tradicionais são superiores aos preços dos tratamentos totais em medicamentos convencionais. No

entanto, há a realçar que os preços dos tratamentos tradicionais incluem normalmente o preço do diagnóstico, da aplicação do tratamento, e da própria consulta, não estando estes factos abrangidos na coluna relativa ao tratamento convencional. Acresce o facto de os tratamentos tradicionais serem completos e embora se tenha seleccionado um medicamento convencional principal para cada afecção, sabe-se que na realidade, dependendo do caso, poderão ser necessários outros medicamentos e até, em conjunto com a terapia medicamentosa, outros actos médicos.

Conclusões e Recomendações

O presente estudo foi iniciado partindo da premissa de que haveria venda informal de medicamentos convencionais em STP e que, tal como os restantes comércios informais, este decorreria na rua; seria estabelecido por iniciativa pessoal, sem autorização oficial, e seria portanto ilegal; seria efectuado por indivíduos sem qualquer qualificação na área; e a venda de medicamentos seria efectuada sem receita médica e a preços inferiores aos do mercado formal, embora variáveis e sujeitos a regateio.

De facto, encontrámos em STP um mercado informal de medicamentos com algumas destas características, mas que não se restringe à rua, assemelhando-se algum deste tipo de mercado, nomeadamente o realizado por certas entidades religiosas, ao mercado formal. Por outro lado, constatámos também que o próprio mercado formal de medicamentos apresenta determinadas ilegalidades.

Concluimos então que as acepções dos termos formal e informal nem sempre correspondem em STP, respectivamente às situações assumidas como legais ou ilegais, não estando as fronteiras dos dois tipos de mercado bem definidas, mas sendo todas as actividades aí envolvidas, legal ou tacitamente aceites pelas Autoridades. Consideramos portanto que a inexistência de regulamentação adequada e de mecanismos de controlo eficazes, permitem as referidas “informalidades”, comportando muitas destas, por sua vez, riscos comprometedores da saúde pública santomense.

Um dos riscos do mercado informal de medicamentos é o risco de consumo de medicamentos contrafeitos, podendo no entanto, circular também no mercado “formal” (“legal”), medicamentos falsificados, uma vez que a fiscalização deste mercado também é praticamente ausente.

Quanto às razões que levam a população a procurar medicamentos no mercado informal, à partida poderíamos pensar que se trataria de uma questão de preço. No entanto, após análise comparativa dos preços dos medicamentos vendidos no mercado informal e nos medicamentos vendidos através de entidades estatais, nos circuitos legais, concluimos afinal que os preços praticados no mercado informal são substancialmente superiores aos praticados no mercado formal pelas entidades públicas, mas ainda bastante inferiores aos praticados nas farmácias privadas.

Assim, só nos resta suspeitar que possa existir uma cultura acentuada de auto-medicação em São Tomé e Príncipe, e que o acesso livre no mercado informal a alguns medicamentos convencionalmente apenas adquiridos mediante receita médica, seja um dos factores que levam as pessoas a adquirirem estes medicamentos no

mercado informal. Esta “cultura” de auto-medicação é muito provavelmente resultado da deficiência de infra-estruturas no país e do difícil acesso a consultas médicas, podendo ter consequências graves resultantes de usos indevidos de medicamentos adquiridos neste mercado informal. Mais uma vez, e a par com o eventual consumo de medicamentos contrafeitos, esta situação configura um elevado risco para a saúde pública.

Por tudo isto, é urgente que a organização do circuito de medicamentos em STP seja projectada, de modo a promover a distribuição de medicamentos inabaláveis e eficazes e ao mais baixo custo possível, pelo que mais uma vez se realça a importância da criação, a nível do Ministério da Saúde, de uma Autoridade nacional reguladora do medicamento. À semelhança de entidades estrangeiras idênticas, esta Autoridade deverá regulamentar todo o circuito público e privado e exercer poderes de fiscalização efectivos sobre todo o mercado de medicamentos, não apenas nos aspectos que concernem à fiscalização da importação e à avaliação da qualidade de todos os medicamentos importados, mas também, entre outras, nas questões dos custos dos mesmos, na obrigatoriedade e controlo e exigência da formação técnica dos vários profissionais do medicamento, na agilidade de atribuição de alvarás técnicos a farmácias privadas, ao estabelecimento de exigências e no controlo das condições de armazenagem e dispensa das várias entidades envolvidas no circuito do medicamento.

Para efeitos de fiscalização importa, antes de mais, organizar registos dos medicamentos autorizados a circular na RDSTP. Tendo em vista a aceleração deste processo, poderiam estabelecer-se protocolos com as autoridades reguladoras do medicamento de outros países, vizinhos e não só, no sentido da partilha de informações nesta área e da conjugação de esforços de controlo dos mercados de medicamentos convencionais.

Como pudemos constatar durante o presente estudo, o atendimento por terapêutas tradicionais e os medicamentos tradicionais por estes administrados e vendidos, também fazem parte do sector informal, uma vez que a Medicina Tradicional não está legalizada em STP. Apresenta porém também algumas características de sector formal, nomeadamente a existência de instalações fixas, o exercício do trabalho com alguma especialização, a baixa margem de lucros obtida e a prática de preços que embora não sejam tabelados oficialmente (e podendo até depender da situação financeira do doente e de acordo com a sensibilidade do terapeuta), não são sujeitos a regateio. Os preços dos tratamentos praticados pelos terapeutas tradicionais, são geralmente superiores aos do mercado formal de medicamentos, mas incluem o diagnóstico, a preparação do medicamento e a respectiva administração.

Consideramos que sendo exercida por indivíduos com especialização e conhecimentos reconhecidos e sendo igualmente uma herança cultural a preservar, a Medicina Tradicional e os medicamentos tradicionais podem constituir uma alternativa à Medicina Convencional, num país onde o acesso a consultas médicas e tratamentos convencionais é deficitário e incomportável para a maioria da população. Julgamos assim ser relevante o estabelecimento de prerrogativas que permitam avaliar a cre-

dibilidade dos terapeutas de modo a reconstituir a Associação de Terapeutas de Medicina Tradicional. Isto seria essencial para o desenvolvimento de códigos éticos, para a melhoria do profissionalismo e para o respectivo reconhecimento oficial pelo Ministério da Saúde, de modo a complementar formalmente o SNS em termos de prestação de cuidados primários de saúde em São Tomé e Príncipe.

Resta-nos referir que neste trabalho, procurámos fazer uma abordagem introdutória ao tema “Mercado informal de medicamentos em STP” que esperamos, sirva de base ao desenvolvimento de estudos futuros nesta área.

Fontes

Dra. Marcelina Costa, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde, São Tomé)

Dra. Neurice Santos, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde, São Tomé)

D. Dulce, Técnica de Farmácia (Farmácia Hospital Ayres de Menezes, São Tomé)

D. Guiomar, Directora (Fundo Nacional de Medicamentos, São Tomé)

Sr. Pacson Vilela, Técnicos da Farmácia (Centro de Saúde Água Grande)

Sr^a Micaela Soares, Técnica Farmácia (Hospital do Príncipe)

Enfermeira Helena, Posto de Saúde Picão (Príncipe)

Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe)

Sr. Aurélio Fernandes, Igreja Nova Apostólica (Sto. António, Príncipe)

Irmã Efosina, Congregação das Madres (Sto. António, Príncipe)

Sum Pontes (Stlijon-matu, São Tomé)

San Venorca (Patléla-tradicional, São Tomé)

San Lena (Patléla-tradicional, São Tomé)

Sr. Martinho (Massagista, São Tomé, São Tomé)

San Condôza (Parteira Tradicional e Curandeira, São Tomé)

San Zinha (Patléla-tradicional, São Tomé)

Sr^a Fátima (Curandeira, São Tomé)

Sr. Nazaré (Stlijon / Vendedor, São Tomé)

San Concenzinha (Parteira Tradicional, São Tomé)

Sum Ernesto (Massagista, São Tomé)

Sum Beto (Massagista, São Tomé)

Sr. Cruz (*Stlijon-matu*, São Tomé)

Sr. Aladino (Massagista, São Tomé)

San Lena (Parteira Tradicional, São Tomé)

Sr. Julinho (Massagista, São Tomé)

Sr. Horácio (*Stlijon* e Massagista, São Tomé)

Sr. Pita (Massagista, São Tomé)

San Teodora (Parteira Tradicional, São Tomé)

Sr. Ventura (*Stlijon*, São Tomé)

Sr. Jaíke Pereira (*Stlijon-matu*, São Tomé)

D. Isabel Anjos; D. Francisca Pequeno; Florentina Vera-Cruz e Constância Monteiro (Vendedoras de Medicamentos Tradicionais, São Tomé)

San Paula (Parteira Tradicional, Sto. António, Príncipe)

Sr. Amboim (Massagista, Sto. António, Príncipe)

San Queia (Parteira Tradicional, Sto. António, Príncipe)

Sum Gégé (Massagista, Sto. António, Príncipe)

San Nuna (*Stlijon*, Sto. António, Príncipe)

Vendedores de Medicamentos (Mercado Informal, São Tomé)

Referências

Madureira, Maria do Céu (2006). Etnofarmacologia e Estudo de Espécies com Actividade Biológica da Flora de S. Tomé e Príncipe. *Dissertação de Doutoramento em Farmacognosia e Fitoquímica*, Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Portugal.

WHO (1999). *Counterfeit Drugs Guidelines for the development of measures to combat counterfeit drugs*. Department of Essential Drugs and Other Medicines WHO, Acedido em 10 Março, 2011, de <http://www.who.int/medicines/publications/counterfeitguidelines/en/index.html>

WHO (2007). *WHO guidelines on good manufacturing practices (GMP) for herbal medicines*. WHO, Acedido em 5 Maio, 2011, de <http://www.who.org>

Legislação consultada

“Decreto nº 52/98”, São Tomé e Príncipe – Diário da República

Anexos



Figura 1 - Vendedor de medicamentos (Mercado Grande, ST)



Figura 2 a 5 - *Sum Pontes (Stljon-matu)*; *San Venorca, (Parteira Tradicional) (Bôbo Forro, ST)*; *Sum Ernesto (Massagistas) (Boa Morte, ST)*; *Sr. Pita (Massagista/Txiladô-ventosa e Stljon) (Almeirim, ST)*

Quadro 1 – Comparação de preços unitários de medicamentos disponíveis no mercado formal e informal (S. Tomé e Príncipe)

Nome Comercial/ Designação/ Forma Farm.	Preço por Unidade (Dólares) ¹										
	FNM (revenda) (S. Tomé)	Hospital Príncipe (Aquisic.)	Posto FNM (S. Tomé)	C. Saúde Ág. Grande (S. Tomé)	Farmácia Epifânio (S. Tomé)	Farmácia Botânica (Príncipe)	Farmácia Hospital Príncipe	Loja Lima e Barbosa (Príncipe)	Nova Apostólica (Príncipe)	Madres (Príncipe)	Mercado Informal (S. Tomé)
Ácido Fólico/5mg/c.	268	206	300	250			300		750		500
Amoxicilina/250 mg/ c.	1.236	950		800			1.000				
Amoxicilina/ 500 mg/c.	1.548	1.191		1.500	12.500		1.500	2.000	2.000	2.500	4.000
Clotrimazol/400 mg/c.	368	283		300	6.000	2.000	400		750		2.000
Diclofenac / 50 mg/c.		106		500	5.000		500	2.500	1.000		1.500 2.000
Griseofulvina/ 500 mg/c.	1.858			1.000							
Ibuprofeno /200 mg/c	342	263	350	600		2.500	400				2.000
Ibuprofeno /400 mg/c				1.500							
Ibuprofeno e paracetamol											2.000
Indometacina/ 25 mg/c	273	210	300	200			300				2.500
Metforminal/ 250 mg/c.	260	200	280	200			300	1.500	750		2.000
Multivitaminas/b	428	329	450	100			300		500		2.500
Paracetamol/ 500 mg/ c	254	195	300	500			300	1.500	1.000	1.000	2.000
Vitamina B/Comp.B /vitB1	406	312	230				500		1.000		2.500
Vitamina C/250 mg/comp.	472		500	300					750		
Vitamina C/500mg/comp					10.000	1.500					3.000

Mercado Informal

Mercado Formal

¹ Os preços, quando fornecidos com doses decimais, foram arredondados à unidade.

Quadro 2 - Comparação de preços entre uma entidade formal de venda de medicamentos e os preços dos medicamentos tradicionais

Tratamentos	Mercado Formal		Mercado Informal	
	Medicamento Convencional (Nome genérico, Forma Farmacéutica, Dosagem)	C.S. Água Quente Preço tratamento completo, em dólares (custo unitário x nº doses)	Medicamento /Tratamento Tradicional	Terapia Tradicional Preço Tratamento completo, em dólares (preço x nº sessões)
Infecções Vias Respiratórias superiores	Amoxicilina, cáps., 250 mg	33.600 (600x5x7)	Gripe	260.000
Angina (criança)	Ceftriaxona, comp., 400 mg	2.100 (300x1x7)	Angina	10.500
Escuridão	Diclofenaco, comp., 25 mg	60.000 (600x4x30)	Massagem corpo inteiro e de fechar corpo (Trindade)	60.000 (20.000x3)
Entorpecimento/inflamação	Ibuprofeno, comp., 200 mg	12.600 (600x3x7)	Massagem Local	60.000 (20.000x3)
	Indometacina, comp., 25 mg	4.200 (200x3x7)		
Diarréia (criança)	Metronidazol, comp., 200 mg	3.000 (200x3x5)	Diarréia	15.000
Fragorço	Multivitamina, comp., 200 mg	3.000 (100x1x30)	Massagem corpo inteiro (Trindade)	60.000 (20.000x3)
	Vitamina C, comp., 250 mg	9.000 (300x1x30)		
	Complexo B, comp., 17 mg			
Dorça e Febre	Paracetamol, comp., 500 mg	7.000 (600x2x7)	Gripe	260.000

Raquel Freitas

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

raquel.freitas@eui.eu

A eficácia da ajuda e a definição das políticas de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe

Nos últimos anos tem-se registado uma preocupação significativa com a questão da eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e de que forma é que esta pode contribuir para o desenvolvimento dos países e para a redução da pobreza. No âmbito da agenda internacional sobre a eficácia da ajuda, a conferência de Busan em 2011 estabeleceu uma parceria global para a cooperação para um desenvolvimento efectivo. No entanto os indicadores de monitorização desta parceria não foram ainda adaptados, e tem havido críticas à forma como são operacionalizados os princípios que estruturam o actual paradigma da ajuda ao desenvolvimento, definido pela Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005).

Algumas dessas críticas debruçam-se sobre o princípio da apropriação. Este princípio implica que os países devem ser os donos e ter a liderança sobre a elaboração das suas políticas de desenvolvimento e é aferido através da existência ou não de uma Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) operacional. De entre as várias críticas a esta operacionalização encontra-se acima de tudo a ideia de que os doadores continuam a dominar o processo de deliberação; o facto de as limitações dos países em desenvolvimento em termos de capacidades técnicas limita a possibilidade de real apropriação; a falta de participação alargada à sociedade civil e outros parceiros nacionais importantes para a natureza democrática do processo.

O objectivo deste artigo será identificar quais têm sido as limitações no caso de São Tomé e Príncipe na elaboração das ENRP (ENRP interina aprovada em 2000; ENRP aprovada em 2002 e revista em 2005). Através da análise da estrutura política que rodeia a elaboração destes dois documentos pretende-se chegar às dinâmicas por detrás da formulação das políticas de desenvolvimento e da priorização que é feita. Pretende-se analisar a forma como em São Tomé e Príncipe a interacção entre os grupos de doadores, governo e sociedade civil condiciona a natureza das estratégias de desenvolvimento.

Palavras-chave: mercado informal, medicamentos, contrafacção, medicina tradicional, terapêutas tradicionais, São Tomé e Príncipe

Introdução

É internacionalmente reconhecida a ideia de que as opções sobre o desenvolvimento económico e social de um país devem ser da sua responsabilidade interna e derivar de um processo deliberativo autónomo, ligado ao processo democrático nacional. No entanto há diversos factores que constroem e limitam tal autonomia. Um dos factores clássicos de limitação da autonomia de decisão de um país é a dependência da ajuda ao desenvolvimento. Outro factor importante é a falta de capacidade das instituições existentes para definirem as suas próprias políticas de acordo com uma identificação rigorosa das necessidades e exercerem uma liderança efectiva sobre os seus processos de desenvolvimento.

A falta de capacidade das instituições reflecte uma limitação em termos de capital humano e social, cuja resolução depende em parte do investimento em formação e capacitação de quadros que venham a preencher lugares de liderança na administração pública nacional, mas também de outros factores institucionais e políticos, designadamente o empenho na boa governação. Por seu turno, a dependência da ajuda tem sido responsável por políticas impostas de fora através dos doadores internacionais e das Instituições Financeiras Internacionais (IFI).

A ajuda ao desenvolvimento obedece a paradigmas internacionais que estabelecem os critérios de eficácia da mesma. Um dos critérios fundamentais é o da apropriação nacional, ou seja, a possibilidade de o país desenvolver, liderar e coordenar a sua política de desenvolvimento. Essa deliberação deve ser o resultado de um processo também interno de participação democrática por parte dos interlocutores interessados, entre eles os parlamentos nacionais; poder local; sociedade civil, onde se inclui o sector privado, academia, Organizações Não-Governamentais (ONGs), etc. O que se pretende com o princípio de apropriação das políticas de desenvolvimento da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda de 2005 (Declaração de Paris), é inverter a tendência de direccionamento externo relativamente às opções políticas de um país receptor de ajuda e dar margem às instituições nacionais e à sociedade para decidir sobre as suas prioridades.

Apesar da importância dada a estas questões no âmbito da Declaração de Paris, tem havido críticas relativamente à real autonomia de decisão dos países em desenvolvimento, segundo as quais o princípio de apropriação tem uma função mais cosmética do que efectiva. Este artigo analisa o caso de São Tomé e Príncipe (STP), procurando identificar os constrangimentos à apropriação nacional e os progressos que têm sido feitos. Assim, começo por fornecer uma contextualização de alguns factores socio-económicos e históricos do país, no âmbito dos quais se tem processado a ajuda ao desenvolvimento, seguindo-se elementos sobre a elaboração das estratégias de desenvolvimento e redução da pobreza que o país tem produzido. Desde os anos 80 que as IFI têm desenvolvido estratégias programáticas para STP, mas a estratégia nacional de redução da pobreza (ENRP) é introduzida em 2000 com a versão interina, seguida em 2002 da estratégia que vigorou até ao presente, fase em que está

a ser finalizada uma nova estratégia.¹ Em função desta evolução, traçada com base em fontes secundárias, será depois examinado o conteúdo e processo de elaboração das estratégias e o peso dos diferentes actores envolvidos no mesmo, com base na análise das próprias estratégias e de entrevistas com interlocutores-chave.

Contexto sócio-económico e histórico em STP

São Tomé e Príncipe foi colonizado por Portugal até 1975, ano em que se tornou independente, tendo adoptado o sistema semi-presidencialista. Até 1990 vigorou o regime de partido único, altura em que foi introduzido o regime de democracia multipartidária e o enquadramento institucional adaptado ao seu funcionamento. Em 1990, após um referendo, foram introduzidas alterações na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, as quais consagram o princípio da separação e interdependência de poderes, o Estado de direito democrático e uma série de direitos, incluindo direitos sociais, económicos e culturais (República de São Tomé e Príncipe, 2003). Apesar da realização regular de eleições desde os anos 90, o país tem vivido bastante instabilidade política, com alterações frequentes de governo e tentativas de golpe de Estado em 1995 e 2003. Isto faz com que STP seja classificado como Estado frágil de acordo com os critérios do Banco Mundial e da OCDE.

E economia de STP sofreu três tipos de pressão até aos anos 2000, que explicam o seu declínio e estagnação: o efeito dos choques externos, uma política nacional instável e desadequada e as medidas de ajustamento (Barbosa, 2001). Para além disso, “o “déficit” geral de mudanças estruturais e o fraco progresso no desenvolvimento das capacidades humanas fazem com que as estratégias de desenvolvimento orientadas para os objectivos de longo prazo não tenham sucesso.” (Barbosa, 2001, p. 114).

A situação social, económica e cultural mantém-se muito debilitada, encontrando-se o país no 144º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011, o que representa uma variação negativa relativamente a anos anteriores e coloca o país na categoria de desenvolvimento humano baixo (PNUD, 2011). Com uma população de cerca de 162.000 habitantes em 2009, STP teve entre 2005 e 2009 um crescimento do produto interno bruto anual na ordem dos 9.7%, sendo que em média 23% do mesmo provem da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (World Bank, 2011b). A partir de 2009 houve uma inversão desta tendência de crescimento, levando também a um abrandamento do Investimento Directo Externo (IDE) e da economia no seu todo, o que deixa menor margem ao governo para investimento público. Para além disso, apesar de ter beneficiado do alívio da dívida no âmbito da iniciativa relativa aos países altamente endividados (Highly Indebted Poor Countries – HIPC), a análise de sustentabilidade da dívida de STP de 2010 ainda classificava o país como de alto risco de incumprimento e vulnerável a choques externos (AFDB, 2012). Segundo o FMI, apesar de estar em curso uma recuperação gradual, a estabilidade macro-económica

¹ MPF STP (2000). Interim Poverty Reduction Strategy Paper for 2000-02. Retirado de <http://www.imf.org/external/np/prsp/2000/stp/01/>, acessido em 05/03/2012.; MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf, acessido em 05/03/2012.

continua difícil de atingir e o país corre o risco de sofrer as repercussões da instabilidade financeira na Europa (IMF, 2011).

Apesar de haver poucos dados recentes sobre a evolução da pobreza em STP, sabemos que em 2001 53.8% da população vivia em situação de pobreza, com 37.8% a viver abaixo da linha de pobreza e 15.1% em pobreza extrema. Isto representou um aumento de 10% relativamente a estudos que tinham sido feitos durante os anos 90 (Human Rights Council, 2011). Actualmente estima-se que estes valores possam ter piorado devido às flutuações nos preços do cacau, que afecta as receitas das exportações e particularmente as famílias nas zonas rurais, levando igualmente a um aumento das migrações para zonas urbanas (IFAD e IMF, 2012). Não estando ainda publicados os resultados do Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) realizado em 2010, parece haver dificuldade em analisar a evolução dos progressos na redução da pobreza e programar a estratégia para o futuro.

Segundo o IDH, 29% da população vivia em 2009 no limiar da linha internacional de pobreza, e 53.8% abaixo da linha de pobreza nacional, tendo em conta dados obtidos em inquéritos relacionados com Demografia e Saúde (PNUD, 2011). Vários estudos apontam no sentido de uma melhoria em diversos indicadores de pobreza, designadamente ao nível da educação, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e ligeira redução da pobreza, mas que a pobreza não está a diminuir ao nível desejável e que as desigualdades estão a aumentar (UNDP, 2011).

A versão preliminar de monitorização da Declaração de Paris de 2011 (OCDE, 2012) não faz a análise das implicações da evolução dos níveis de pobreza, o que surpreende dado o facto de este exercício se destinar a acompanhar os procedimentos conducentes à eficácia da ajuda e conseqüentemente aos esforços no sentido da redução da pobreza.

A identificação de potencial de exploração de petróleo ao largo da costa de STP, prevista para começar a dar resultados em 2016, configurou uma inflexão na perspectiva de desenvolvimento do país. O governo, estimulado pela comunidade internacional, desenvolveu uma política destinada a regular os efeitos da exploração do petróleo e a evitar a chamada armadilha do petróleo (Seibert, 2008). Muitas vezes os proveitos deste recurso natural produzem crescimento económico impressionante, mas que é acompanhado pela perda de importância de outras actividades económicas produtivas, e não se reflecte em impactos ao nível da redução da pobreza. As políticas de prevenção e transparência na gestão dos recursos do petróleo, assentes num fortalecimento das instituições têm sido vistas como exemplo de sucesso noutros países, pela promoção de boa governação e uma gestão prudente e transparente dos proveitos, estimulando o crescimento económico e o desenvolvimento do país, como é o caso de Timor-Leste (AFDB, 2012).

Estimulado por pressão externa, o governo de STP produziu legislação específica em Dezembro de 2004, destinada a orientar as formas de utilização dos rendimentos do petróleo e regular pagamentos, gestão, utilização e monitorização dos recursos provenientes dos negócios do petróleo, a qual inclui também regras fiscais sobre utilização desses recursos nos orçamentos anuais do Estado. No entanto existem sinais

contraditórios relativamente à vontade política nacional para implementar tal legislação (Seibert, 2008). Uma das formas de colmatar os efeitos nefastos da armadilha do petróleo é também o investimento na diversificação dos sectores produtivos, com o desenvolvimento de uma visão estratégica sobre o futuro da economia do país. Dois sectores apontados como chave para STP são a agricultura e o turismo.

Sabemos que o factor petróleo ainda não se reflecte em menor dependência da ajuda externa ou maior “espaço político” por parte do governo, e pelo contrário, resultou em aumento das importações de mercadorias e expansionismo orçamental, deteriorando a balança corrente e aumentando a vulnerabilidade do país.

Historial das estratégias

O antecedente histórico da ENRP insere-se no contexto do ajustamento estrutural dos anos 80. Desde 1986 que se têm organizado mesas redondas de doadores para STP, com o apoio da comunidade internacional com o objectivo de recolher financiamento para o desenvolvimento. No entanto a sua implementação tem falhado sistematicamente por diversos motivos, entre eles a falta de capacidades e por complicações nas relações pessoais, que constituem um elemento importante do processo de decisão no país.

A iniciativa HIPC surge em 1996, com o objectivo de dar assistência extraordinária aos países elegíveis, para permitir assumir o serviço da dívida sem comprometer mais o crescimento. Só em finais da década de 90 foram introduzidas as ENRP, uma abordagem programática iniciada juntamente entre o FMI e o Banco Mundial que permite estruturar os mecanismos de financiamento concessional e alívio da dívida destas instituições, designadamente o financiamento HIPC do Banco Mundial e a Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF) do FMI.

Uma vez que STP não atingiu as metas de ajustamento estrutural em 2000 e 2001 o FMI suspendeu o PRGF em Novembro de 2001, o que implicou a execução de um programa intercalar monitorizado internamente pelo FMI, que foi estendido até 2005 quando foi aprovado um novo acordo PRGF cuja implementação também era condição para o alívio da dívida.

O endividamento de STP vinha crescendo ao longo das décadas, até que em 2000 o Banco Mundial e FMI decidiram que STP preenchia os requisitos para o ponto de decisão da iniciativa HIPC com um alívio da dívida na ordem dos 82.6% (FMI, 2007). A existência da ENRP contribuiu decisivamente para esta decisão, bem como o cumprimento de critérios de gestão, governação e sectores sociais e de macro-estabilidade. Apesar de algumas derrapagens devido ao golpe de estado em 2003 (Wood, 2006) e antes do período eleitoral de 2006, o país conseguiu retomar o rumo, tendo as IFI decidido aumentar o alívio da dívida para 82.9% e levar STP ao cancelamento da dívida em 2007. As IFI recomendaram ainda financiamento adicional para colmatar os efeitos negativos dos factores exógenos que degradaram a economia de STP.

A questão da pobreza entrou assim mais explicitamente na agenda em STP nos inícios da década de 2000 por estímulo externo, face à degradação constante dos

indicadores de pobreza. O combate à pobreza tem vindo a ser desenvolvido no quadro referencial da ENRP, documento elaborado de forma participativa em 2002, aprovado em 2003, e reformulado em 2005. Esta estratégia foi complementada pelo Plano de Acções Prioritárias 2006-08 (PAP). No entanto, as avaliações feitas às estratégias existentes no início da década de 2000 indicam que nelas não é realmente assumida a luta contra a pobreza como o motor do desenvolvimento. A sua matriz de acções e medidas de políticas “continua a ter um conjunto de áreas e objectivos, abrangendo todos os sectores da vida nacional, sem estabelecer prioridades a partir da luta contra a pobreza.” (Sangreman, 2001, p. 20). Por outro lado o nível de condicionalismo é elevado, por vezes com efeitos perversos para as populações mais pobres e vulneráveis (Wood, 2006).

A estratégia interina, de 2000, constitui o primeiro documento de base para a ENRP, e de igual modo foi preparado pelas autoridades com ajuda técnica do Banco Mundial e do FMI, o que significa na opinião de vários observadores, que foi elaborado pelas IFI.

A ENRP assenta assim em cinco pilares: reforma das instituições públicas, capacitação e promoção da boa governação; crescimento acelerado e redistributivo; criação de oportunidades para aumentar e diversificar o rendimento dos pobres; desenvolvimento de recursos humanos e acesso a serviços sociais básicos; adopção de mecanismos para monitorizar, verificar, e actualizar a estratégia. A ENRP inclui uma matriz de políticas que operacionaliza estes vectores num Plano de Acção até 2015 e define os seguintes objectivos: crescimento do PIB a uma taxa de 5% a partir de 2003; redução para metade da percentagem de população a viver na pobreza até 2010 e a menos de 1/3 em 2015; fornecimento de serviços básicos a toda a população até 2015 e ajudar a melhorar a qualidade de vida; reduzir as desigualdades sociais e geográficas; promoção de capacitação institucional e boa governação.² A real ligação destes documentos com a pobreza e argumentação sectorial encontra-se nos seus anexos e nas estratégias sectoriais desenvolvidas à margem.

Está presentemente em fase de aprovação uma segunda ENRP, elaborada também por pressão exterior, mas com muito menos ênfase quer dos doadores quer do governo, pelo que terá sido um processo muito menos participativo e organizado sobretudo para cumprir critérios internacionais. Uma nota de Abril de 2011 do Banco Mundial explica que a organização irá programar a ajuda a curto prazo para STP com base numa estratégia interina e não na Estratégia de Assistência ao País (EAS), que é o documento estratégico que orienta a programação, uma vez que o governo ainda não tem a nova ENRP pronta (World Bank, 2011a). A anterior EAS assentava no apoio ao país para gerir de forma transparente os recursos provenientes do petróleo esperado inicialmente em 2012, mas a incerteza relativamente à produção de petróleo contribui também para a necessidade de adiar a elaboração da EAS.

Verifica-se uma desconexão entre os objectivos grandiosos plasmados nas estratégias, que apontam para um nível de ambição ainda maior do que os prazos dos ODM, e a capacidade de implementação por parte das instituições nacionais. Isto

² MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf, acedido em 05/03/2012.

pode representar uma atitude por parte do governo de STP, de colocar intenções no papel sem uma avaliação da capacidade de atingir esses objectivos ou mesmo sem ter a vontade política de o fazer. Neste último caso isto significa uma desvalorização do peso político das ENRP uma vez que limita o seu impacto. Em 2010 estava a ser desenvolvido um Plano Estratégico de Desenvolvimento mais abrangente, mas a sua conclusão estava dependente da conclusão do Inquérito ao Orçamento das Famílias, o qual parece estar concluído mas os seus resultados não estão ainda amplamente divulgados.

Há pouco acesso a informação estatística sobre desenvolvimento do país e os esforços envidados no sentido do financiamento das estruturas responsáveis por essa recolha e tratamento acabam por não ter resultados sustentáveis por não haver uma integração institucional dos seus contributos. Isto também se relaciona com o efeito perverso do desfasamento entre a actualização de dados e a elaboração das estratégias, as quais devem idealmente ser baseadas na informação concreta sobre a realidade no terreno.

Elaboração das estratégias: consultas e participação

A elaboração das ENRP é estimulada pelas IFI e a sua preparação é orientada por um guião do Banco Mundial (World Bank, 2001) contendo um elevado grau de pormenor relativamente às várias temáticas a abordar. Também no âmbito da Declaração de Paris as ENRP constituem o elemento de orientação para os doadores no sentido do alinhamento dos seus programas de ajuda bilateral ao desenvolvimento. Birseid (Briseid, Collinson et al., 2008) argumenta que uma vez que o “PRSP Sourcebook” do Banco Mundial é o guião para a elaboração das ENRP, o grau de divergência das ENRP de cada país com o guião poderia ser um indicador de apropriação face à dimensão externa. O facto de frequentemente os primeiros drafts da estratégia serem elaborados por técnicos contratados pelos doadores também contribui para um grau de convergência significativo entre as prioridades enunciadas e a visão dos doadores sobre essas prioridades.

A ENRP interina (2000) refere a existência de consultas em STP, designadamente aos pobres urbanos e rurais (MPF STP, 2000). Esta estratégia reconhece claramente a importância da apropriação das políticas, para o sucesso da redução da pobreza e mesmo do crescimento: “O sucesso da nova estratégia de crescimento e redução da pobreza tem impactos fundamentais sobre a capacidade das autoridades identificarem fontes de crescimento através de consultas aprofundadas com a população e da coordenação das actividades entre a comunidade de doadores. É fundamental que a gestão dos projectos de investimento público seja apropriada pelas autoridades e enquadrados numa estratégia de crescimento de longo prazo.” (MPF STP, 2000, p. 19) (tradução da autora).

A ENRP aprovada em 2003 foi elaborada através de uma equipa do Ministério do Plano e Finanças, assistido por seis grupos temáticos formados por membros do governo e representantes dos parceiros: doadores e sociedade civil. Em Setembro

de 2005, no contexto da actualização da ENRP, o governo organizou um workshop nacional com a participação das autoridades do governo central regional e local. Também organizou várias consultas a stakeholders no âmbito da formulação do plano prioritário para implementação da ENRP (2006-2008) (MPF STP, 2007).

O Banco Mundial (World Bank, 2006) refere a existência de várias consultas aos stakeholders no desenvolvimento da ENRP em 2002, para além dos comités e grupos temáticos, também consultas a nível regional com a participação de ONGs, grupos religiosos, sindicatos e partidos políticos. No entanto o relatório do Banco Mundial apresenta uma linguagem vaga que sublinha uma diversidade de fóruns de participação e contributos para drafts mas não especifica o processo nem avalia até que ponto esses inputs foram efectivamente tidos em consideração na estratégia final. A sociedade civil em STP conta com várias ONG e outras associações, as quais no entanto enfrentam vários tipos de limitações, entre elas uma fraca capacidade de organização, de visão estratégica, de intervenção eficaz e de participação efectiva nos debates sobre políticas e programas de reforma (Cravo, Londaitzbehere et al., 2010, p. 12). Isto implica que, apesar da existência de reuniões o seu contributo efectivo para os inputs da ENRP terá sido reduzido.

Apesar de o processo de elaboração ter seguido uma estratégia participativa, os índices de participação e de apropriação do Governo e dos sectores no processo de implementação foram em geral baixos (David, Tiny et al., 2012). Assim, também o envolvimento da sociedade civil, sobretudo de algumas instituições chave, foi tido como deficiente. Um estudo realizado em São Tomé sobre a influência dos líderes nos resultados das deliberações participativas demonstrou que tal influência pode ser muito significativa (Humphreys, Masters et al., 2006), pelo que seria útil aprofundar as formas de participação local.

O envolvimento da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe na elaboração da ENRP foi muito limitado, contando com a participação de alguns parlamentares nas consultas mas estando uma grande parte dos mesmos alheia ao processo e inclusivé ao conteúdo das ENRP. Não é necessária a aprovação pelo parlamento da ENRP nem dos planos de desenvolvimento, excepto no que se refere aos rendimentos do sector petrolífero. Ocasionalmente há exercícios de prestação de contas por parte dos ministérios sectoriais, os quais envolvem o parlamento, dada a necessidade de aprovação do orçamento, mas mesmo assim trata-se de um papel limitado. No entanto, curiosamente, foram desenvolvidas ao abrigo da ENRP, uma série de acções de reforma parlamentar (David, Tiny et al., 2012).

Não é muito clara a natureza do envolvimento das autarquias neste processo, uma vez que o Banco Mundial refere que a implementação da estratégia é demasiado centralizada pelo governo e os municípios não têm recursos para implementar, enquanto que a avaliação da ENRP refere que a dificuldade do governo coordenar as acções descentralizadas na fase de implementação (David, Tiny et al., 2012). A avaliação também faz a mesma observação relativamente aos parceiros de desenvolvimento, não se percebendo se é sobretudo aqui que está o problema. No entanto emerge a ideia de alguma tensão entre o poder central e local na formulação e

implementação da ENRP.

Há também uma forte limitação técnica no acesso a informação estatística actualizada, que se traduz na desadequação dos pressupostos da ENRP no contexto actual, dado o facto de a estratégia ter sido elaborada há tanto tempo e os dados de base e identificação de necessidades não terem sido actualizados. A primeira ENRP em STP contou com uma base de dados do Inquérito ao Orçamento Familiar realizado na época (2001), que fornecia uma clara imagem da realidade. Durante a sua implementação foi difícil obter informação estatística relativamente aos progressos, o que dificultou a monitorização. A presente estratégia estará a ser elaborada ao mesmo tempo que os dados do último IOF (2010) são processados, o que poderá justificar o atraso que se verificou na sua aprovação.

Parece haver um debate interno sobre se o enquadramento orientador desejável para o futuro é uma ENRP face a um plano alternativo de desenvolvimento do país (David, Tiny et al., 2012). Estas diferenças de perspectiva relativamente à visão de desenvolvimento e a sua relação com a pobreza vão divergindo conforme os governos o que impede a continuidade e coerência na estratégia de desenvolvimento. Sendo a ENRP um compromisso interno e externo, deveria haver uma responsabilização continuada dos diferentes governos pela sua execução. Caso contrário tal reflecte o facto de se tratar de uma estratégia imposta que não resulta de uma real apropriação da sociedade civil nem do Parlamento, esfumando-se assim a sua legitimidade democrática.

Implementação da ENRP

A implementação da ENRP em STP revelou dificuldades significativas e na prática terá sido quase abandonada. Tratou-se de um processo que mal se foi aguentando nos primeiros anos, revitalizado pela mesa redonda de doadores de 2005 mas a partir do cancelamento da dívida em 2007 parece ter sido posto de lado. Isto mostra que o condicionalismo da ajuda não produz sustentabilidade e que se não houver uma vontade política efectivamente enraizada para o combate à pobreza e uma real apropriação nacional, muito dificilmente haverá um investimento continuado nas áreas impostas uma vez retirados os incentivos da condicionalidade. A falta de entendimento político sobre qual deve ser o peso da redução da pobreza na estratégia de desenvolvimento também contribui para estas dificuldades. Para além disso, problemas de ancoragem institucional ligados à ineficácia das estruturas de acompanhamento e a proliferação e descoordenação dos mesmos dificultaram ainda mais a implementação das ENRP. Finalmente, coloca-se a questão da responsabilização democrática e real prestação de contas por parte dos governos aos seus cidadãos pelos maus resultados. Não havendo uma penalização pela má performance, dificilmente a protecção dos mais vulneráveis será um assunto prioritário.

Ineficácia das estruturas de acompanhamento

A coordenação do processo de implementação da ENRP é da responsabilidade de uma unidade no Ministério do Plano e Finanças, chamado o Observatório de Redução da Pobreza (ORP).³ Através deste órgão estabeleceu-se o MISA (Mecanismo de Implementação, Seguimento, Avaliação e Actualização) da ENRP, que procurou dinamizar as diferentes estruturas de implementação (Conselho Ministerial, Conselho Consultivo, Comité Técnico Multisectorial).

O observatório conta com o apoio técnico e material do PNUD e do BAD. Elaborou o relatório de implementação da ENRP até 2008 e o plano de acção para a actualização da mesma. Iniciou a recolha de informação para o relatório de implementação de 2009 mas a tarefa foi descontinuada. Segundo o Banco Mundial o ORP não tem desenvolvido as actividades previstas devido a falta de recursos e capacidade. Segundo o relatório de implementação da ENRP de 2007 (MPF STP, 2007) os principais constrangimentos invocados foram a instabilidade política, a inexistência de programação e acompanhamento sectorial que dificultou a acção dos pontos focais (os quais entretanto foram desactivados), a inexistência de um mecanismo de concertação entre o governo e os parceiros financeiros para a implementação.

Apesar de haver um financiamento para apoio ao acompanhamento da ENRP inicialmente previsto para o período 2004-2006 de 300.000 USD, o valor efectivamente disponibilizado até 2009 foi de 620.000USD, o que representa um aumento de 207% sobre o valor inicial. No entanto, apenas 66% dos recursos foram programados, o que demonstra a dificuldade de absorção dos recursos nesta área por parte das autoridades de STP (PNUD, 2009). Segundo a avaliação efectuada pelo PNUD, tal deveu-se a vários factores: falta de integração do mecanismo de acompanhamento no seu enquadramento institucional; falta de capacitação ao nível sectorial; elevada mobilidade dos recursos humanos capacitados penaliza os resultados esperados; fraca apropriação e acompanhamento governamental; fonte dos indicadores incompleta; dificuldades de acesso aos dados (PNUD, 2009, p. 5).

A avaliação da ENRP refere como uma das justificações para a baixa implementação dos objectivos nos primeiros três anos, a ausência de uma estrutura de coordenação em funcionamento para o seguimento da ENRP (David, Tiny et al., 2012). Tal estrutura foi criada em 2005, ao que se seguiu um novo Plano de Acções para o período 2006-2008, que foi acompanhado de uma melhoria na implementação. Isto ilustra a importância da existência de estruturas nacionais de coordenação, quer para a articulação entre os ministérios sectoriais, quer para a coordenação dos parceiros, sobretudo dos doadores. No entanto mesmo assim a avaliação da ENRP classifica o funcionamento deste organismo como ineficiente devido à fraca apropriação institucional, por um lado devido a dificuldades financeiras e de capital social, por outro lado pela definição pouco clara do papel do ORP. Isto deveu-se em grande parte a dificuldades na mobilização e à eliminação dos pontos focais do ORP, elementos essenciais do seguimento da estratégia.

³ O Ministério do Plano e Finanças foi renomeado como Ministério das Finanças e da Cooperação Internacional (MFCI), tendo a responsabilidade pelo planeamento passado para o Ministério do Plano e Desenvolvimento.

Por outro lado, havia um conselho ministerial e um conselho consultivo com papel de coordenação e supervisão, mas devido a fraca apropriação e engajamento da estratégia pelas autoridades também não cumpriram esse papel, não existindo registos de que esses órgãos tenham reunido para implementação da estratégia.

Desde 2008, um novo PAP não foi elaborado pelos serviços de planeamento, porque o Estado quis comprometer-se no novo exercício de planeamento que deu origem ao projecto de Plano Estratégico para o Desenvolvimento e para a Redução da Pobreza (2010-2015). Isto explica que em 2009, o Observatório não se tenha comprometido no processo de elaboração de um relatório de acompanhamento sobre a implementação do PRSP, mesmo não estando o novo plano completo (Costa, 2010, p. 55).

O processo de coordenação da ajuda ao desenvolvimento foi transferido em 2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Planeamento e Finanças, mantendo-se apenas a colaboração com a Direcção da Cooperação do MNE.

O Ministério do Plano e Finanças também sofreu alterações institucionais. Actualmente está dividido em Ministério do Plano e Desenvolvimento (responsável pela ENRP) e Ministério das Finanças e Cooperação Internacional. O Director da Cooperação Internacional é responsável pela coordenação da ajuda. Esta unidade pertencia ao MNE e passou para as Finanças, embora fisicamente se mantenha no mesmo local. A Unidade de Coordenação das Ajudas é que faz o trabalho de coordenação e foi criada por insistência dos doadores. No entanto esta unidade não consegue coordenar efectivamente devido a, entre outros factores internos já referidos, a descoordenação entre os doadores e o facto de estes interagirem directamente com os ministérios sectoriais. Existe uma falta de orientação política relativamente aos objectivos e mecanismos institucionais da ajuda internacional e o PNUD tem assistido o governo no estabelecimento de mecanismos de gestão e coordenação da ajuda, embora sem grandes resultados devido em parte também à elevada rotatividade dos funcionários.

A fraca apropriação por parte do governo e dos sectores relativamente à ENRP foi um dos factores apontados para o fraco desempenho da implementação da ENRP e respectivos PAP (David, Tiny et al., 2012). O mesmo documento refere que o impacto da ENRP ficou prejudicado pela fraca apropriação do documento por parte da sociedade civil e administração pública, nos seus diversos níveis. Este problema é em parte atribuído a ausência de uma estratégia de comunicação e disseminação. Isto parece resultar do facto de em 10 anos não ter sido discutida uma nova estratégia, o que levou a que os interlocutores que entraram no processo não a conhecessem nem tivessem participado nas discussões originais. Além disso, nem todos os sectores tinham estratégias específicas, alinhadas com a ENRP.

Esta fraca apropriação reflecte-se na falta de consciencialização por parte das autoridades nacionais de que a estratégia constitui um instrumento fundamental de Governação (David, Tiny et al., 2012). Apesar de se terem criado vários grupos temáticos, envolvendo representantes do sector privado e sociedade civil, o que fica da avaliação é que eles não tiveram muita apropriação nem envolvimento na implemen-

tação. Também a diversidade de sectores e áreas visadas pela ENRP dificultaram a coordenação e complementaridade. As despesas dos ministérios sectoriais também têm tido fraco progresso no alinhamento com as prioridades da ENRP e o orçamento do Estado também está pouco alinhado com a ENRP, mesmo em termos de classificação das rubricas (UNCT, 2012).

Proliferação e descoordenação dos instrumentos de planeamento

Um indicador do nível de intervenção das agências internacionais na definição da política de desenvolvimento em STP é o facto de estratégia de desenvolvimento de longo prazo que existe (National Long-Term Perspective Study (NLTPS)) (MPF STP, 1998) ter sido elaborada com assistência do PNUD e Banco Mundial em 1998, mas em 2006 verificava-se que o governo ainda não tinha aceiteado plenamente a visão nela contida (World Bank, 2006). Isto mostra algum grau de autonomia embora não necessariamente por possuir uma posição distinta. Este documento de longo prazo contempla o papel do petróleo na economia no longo prazo, e a possibilidade de afectar parte dos rendimentos para políticas de redução da pobreza e outros planos nacionais de desenvolvimento em curso. Não houve pois a possibilidade de derivar a ENRP desta outra estratégia. Tal deve-se mais a uma falta de vontade política do que a uma visão oposta sobre as opções políticas.

Há também uma desconexão entre a ENRP e as estratégias de desenvolvimento sectoriais, que não são influenciadas por aquela, sendo a única ligação entre os ministérios sectoriais e a ENRP, o Programa de Acção Prioritário (2006-2008). Alguns planos sectoriais foram actualizados para se adaptar à ENRP, entre eles no sector das infra-estruturas, saúde, educação e ambiente. No entanto o relacionamento entre os pontos focais estabelecidos no âmbito do Observatório da Pobreza para monitorizar a implementação do PRSP a nível sectorial não tiveram força política nem apoio logístico que lhes permitisse desempenhar as suas tarefas de forma eficiente, e acabaram por ser suprimidos (Costa, 2010), o que revela a dificuldade de envolvimento dos sectores com a política central. Segundo algumas fontes isto deveu-se a inexistência de financiamento prometido pelos doadores. Este factor revela a falta de prioridade atribuída a estas actividades no sentido em que o governo não vê a utilidade de investir nas unidades de coordenação e na ausência de financiamento externo para garantir esse serviço, não destina fundos para tal finalidade. Logo, há uma falta de apropriação.

Por outro lado, segundo o FMI (FMI, 2009) há uma fraca aderência do Orçamento Geral do Estado (OGE) às directrizes da ENRP, não tendo havido envolvimento suficiente dos organismos na construção dos objectivos da ENRP para garantir a sua implementação e também que os OGE seguintes espelhem os seus objectivos. Para garantir implementação o FMI menciona também a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil e sector privado.

A ligação da ENRP com o OGE é feita através do Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP), e esta por sua vez definida com o FMI. De acordo com o MPF (MPF

STP, 2011), em 2010 o governo tinha como objectivo o aperfeiçoamento da gestão macroeconómica de acordo com o QDMP. Isto mostra como acaba por haver uma estreita ligação de orientação entre o que é formulado ao nível da ENRP.

A avaliação da ENRP (David, Tiny et al., 2012) sublinha a importância do documento como referência para orientação de políticas de médio e longo prazo do país, na ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento. Tem também sido o documento de orientação na relação com os doadores. Afirma também a subordinação dos programas dos sucessivos governos bem como as Grandes Opções do Plano ao quadro de referência da ENRP. No entanto, verifica-se uma desarticulação entre os instrumentos de planificação de longo prazo existentes no país nomeadamente NLTPS e a ENRP. Do mesmo modo, os instrumentos de curto prazo apresentam também pouca ligação entre eles e particularmente em relação a ENRP, desarticulação essa que se reflecte também na fase de implementação.

Influência externa

No relacionamento com o exterior verifica-se não só uma falta de orientação como uma forte receptividade das autoridades de STP à influência externa porque há uma forte dependência da ajuda internacional. No entanto, tratando-se STP de um país pequeno e com pouca importância estratégica para a maioria dos doadores, estes não têm também agendas muito marcadas que se oponham a prioridades nacionais. Essencialmente verifica-se uma imposição do modelo de desenvolvimento de matriz neo-liberal que é imposto a todos os outros países que recebem apoio ao desenvolvimento, mas isto não tem representado uma fonte de tensão com o governo. No fundo o modelo imposto representa uma “estrutura de verdade” aceite pela generalidade dos governos desde os programas de ajustamento estrutural e que não tem sido desafiado por outras alternativas ideológicas.

Para ilustrar o grau de dependência da ajuda, quer sob empréstimos quer sob donativos, entre 2003 e 2010 o programa de investimento público (PIP) que sustenta a ENRP foi assegurado em 79% por estes recursos, sendo apenas 21% de origem interna (David, Tiny et al., 2012). A Ajuda Pública ao Desenvolvimento líquida representou em 2009 15,8% do PIB (PNUD, 2011).

Muita da ajuda internacional é canalizada sob a forma de projectos e assistência técnica. Houve considerações por parte dos doadores sobre a possibilidade de dar apoio directo ao orçamento, designadamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão Europeia e Taiwan, mas sendo STP um Estado frágil e com alguns problemas ao nível da boa governação, não tem havido muito entusiasmo por parte dos doadores tradicionais relativamente a esta modalidade de ajuda. Um exemplo particularmente notório das dificuldades ao nível da governação é a classificação que STP obtém no ranking de transparência dos orçamentos, segundo a International Budget Partnership (International Budget Partnership, 2010), que atribui ao país a classificação 0 em 100, por praticamente não fornecer informação ao público relativamente ao orçamento central e a actividades financeiras, tornando virtualmente impossível aos

cidadãos responsabilizarem o governo pela gestão dos fundos públicos.

No entanto, outros doadores não apresentam as mesmas reservas e STP tem estado a receber e também prometido apoio directo ao orçamento por parte de países como o Gabão, Nigéria, Angola. A emergência de novos doadores tem permitido a STP desenvolver uma política de diversificação dos doadores. Estes doadores proporcionam maior autonomia ao país e não exigem a existência de estratégias de desenvolvimento nem de boa governação sobre o petróleo para dar apoio ao orçamento. O aumento dos recursos externos gerou mais oportunidades de práticas corruptas e alimenta uma elite pequena e relativamente rica (Seibert, 2006, p. 289) .

Outros doadores emergentes como o Brasil têm assumido protagonismo nesta área, desenvolvendo uma cooperação sobretudo assente na assistência técnica e com um modelo de ajuda supostamente menos intrusivo na política interna do país parceiros (Cabral).

Segundo a avaliação feita à implementação da Declaração de Paris em STP (OCDE, 2012), desde a adesão à Declaração de Paris em 2005, apenas houve progressos ao nível da eficácia da ajuda no que diz respeito a dois dos nove indicadores para os quais há dados: alinhamento e reforço das capacidades para a coordenação. Conclui que a adesão aos parâmetros da eficácia da ajuda não foi acompanhada por uma verdadeira liderança responsabilização conjunta por parte do governo e dos doadores.

Como vimos, há pouca harmonização dos procedimentos dos doadores, e a coordenação entre eles é fraca. Muitos nem sequer têm representação directa no país, estando as representações asseguradas através de capitais de países da região, o que dificulta a comunicação com o governo de STP e entre eles. STP também tem demonstrado pouco interesse na coordenação entre doadores porque não existe uma visão estratégica para orientação da ajuda externa que evite a duplicação.

A cooperação bilateral é apontada como um sector onde há bastante trabalho a fazer no sentido da articulação da ENRP com os projectos e fundos disponibilizados. Para além disso a inexistência da nova ENRP dificultou o alinhamento por parte dos doadores, como demonstra o caso do atraso do Banco Mundial explicado acima, em avançar com a programação normal, estando ainda a aplicar uma estratégia interina para o país.

O facto de os desembolsos serem feitos sem ligação com a ENRP torna a condicionalidade ainda mais obscura uma vez que não são conhecidos os critérios de desembolso e cada doador terá os seus. Isto tem impactos negativos na margem de manobra do governo. Neste caso, a ENRP apesar de ser um instrumento imposto poderia constituir na sua substância uma arma de negociação e orientação da relação entre governo e doadores, que não tem sido aproveitada.

Cultura política e organizacional

Seibert (2006) demonstra como as mudanças institucionais baseadas nos modelos externos alteraram os padrões locais de cultura política e de formas de fazer política

em STP. Tais alterações reflectem-se nos processos de elaboração e implementação das ENRP.

O Governo comprometeu-se a elaborar uma Carta sobre a Política de Ajuda ao Desenvolvimento, o que em muito ajudaria na definição de uma abordagem estratégica ao relacionamento com uma crescente diversidade de doadores, com agendas e modelos de cooperação bastante diferentes.

Outro factor apontado é o factor cultural, com uma administração pública que apresentava dificuldades de rigor, organização e racionalização de recursos (David, Tiny et al., 2012). Para além disso deve referir-se um constrangimento importante de que sofre toda a administração pública em STP que é por um lado a fraca qualificação da administração pública (Seibert, 2006, p. 395) e por outro lado o elevado grau de rotatividade dos funcionários, o que não permite a consolidação de um corpo técnico com conhecimento especializado nas diversas matérias de interesse para o país. A Avaliação de Implementação da ENRP de 2007 (MPF STP, 2007) aponta a desmotivação dos funcionários como um dos constrangimentos importantes a referir.

Alguns observadores notam a inflexibilidade dos funcionários em realizar tarefas que não as estritamente definidas no âmbito das suas tarefas, havendo quem justifique tal com o facto de os salários da função pública serem baixos e qualquer função adicional ter que ser remunerada para além do salário normal. Isto gera entropia no sistema, falta de mobilização, iniciativa e liderança. Por outro lado, é fundamental o estabelecimento da competência como um dos critérios fundamentais para atribuição de responsabilidades e uma coordenação multisectorial para a total utilização dos recursos humanos existentes e a sua constante actualização (Campos, 2008). Todos estes factores contribuem não só para falhas ao nível da formulação das ENRP como sobretudo ao nível da sua implementação.

Conclusões

Este artigo propôs-se analisar o processo de construção das políticas de redução da pobreza em STP, identificando potenciais e limitações à apropriação nacional.

Conclui-se que mesmo quando as ENRP são resultado de processos participativos e inclusivos, isso não garante a efectiva apropriação por nenhum dos actores envolvidos. A fase de implementação é fundamental para aferir a real apropriação e no caso de STP tornou-se claro que o processo de elaboração da ENRP cumpriu os requisitos internacionais mas que a sua implementação revelou a falta de apropriação efectiva. A crescente marginalização da agenda da redução da pobreza no seio das estruturas institucionais permite-nos concluir que se tratou de um processo elaborado com o objectivo de atingir o ponto de conclusão do alívio da dívida e que perdeu importância logo a seguir, quer para o governo, quer para os doadores.

A ancoragem institucional dos documentos e das estruturas de acompanhamento das ENRP é fundamental para garantir a efectiva implementação das prioridades neles identificadas. Sem uma componente de peso político e a disponibilização de recursos humanos e materiais, perde-se a capacidade de manter o ímpeto ao longo dos anos

e perde-se também a noção dos resultados atingidos.

Para tal é também fundamental haver uma visão política coerente para o desenvolvimento e fazer convergir os diversos documentos de desenvolvimento em torno de prioridades que correspondam às necessidades e aos desejos da população. O envolvimento do parlamento é importante para conferir a necessária legitimidade democrática, mas deve ser um envolvimento efectivo ao nível dos conteúdos e não apenas formal.

A influência externa tem sido prevalecte ao longo da história de São Tomé e Príncipe. No entanto não são aparentes contradições fundamentais de posição que oponham o governo aos doadores. Na verdade o que se verifica é uma relativa ausência de posição política forte por parte do governo que pudesse ser contrastada aos doadores. A Influência externa não é verificável através da oposição de posições porque STP não tem posição clara em muitas das matérias e isso parece derivar menos da falta de capacidade e formação de quadros do que de uma cultura política e organizacional passiva: há a possibilidade de definição de opções políticas autónomas mas não há cultura de negociação com os doadores.

Nalgumas situações a existência de mecanismos de coordenação implicam fóruns em que os doadores procuram dar instruções e retiram capacidade de liderança. Noutras situações, como é o caso de STP a própria ausência de estruturas de coordenação indicia falta de liderança de STP, que seria benéfica para a coordenação dos doadores no sentido de evitar duplicação de financiamentos.

A ENRP constitui pois, mais do que um instrumento burocrático, um instrumento político tanto a nível interno como sobretudo a nível externo, legitimado pela Declaração de Paris e em torno do qual os doadores devem alinhar os seus contributos. A cultura política assente na percepção da dependência da ajuda como uma condição de fatal subalternidade tem impedido um real investimento nas ENRP por parte do governo. Estas podem constituir elementos estratégicos que o governo pode usar para levar os doadores a financiar as áreas identificadas ao nível nacional como prioritárias, evitando assim duplicações ou áreas orfãs da ajuda.

Referências

AFDB (2012). São Tomé and Príncipe – Maximizing Oil Wealth for Equitable Growth and Sustainable Socio-Economic Development. Retirado de <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Sao%20Tome%20and%20Principe%20-%20Maximizing%20oil%20wealth%20for%20equitable%20growth%20and%20sustainable%20socio-economic%20development.pdf>, acedido em 05/03/2012.

Barbosa, J. G. (2001). Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe. ISEG. Retirado de [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%3%BAblicas\(vers%3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca\).pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/774/1/Pol.%20P%3%BAblicas(vers%3%A3o%20definitiva%20de%20biblioteca).pdf), acedido em 15/05/2012.

Briseid, M., L. Collinson, et al. (2008). Domestic Ownership Or Foreign Control? A content Analysis Of Poverty Reduction Strategy Papers From Eight Countries. Crisis States Occasional Papers, Nº 5, March 2008. Retirado de <http://www.crisisstates.com/download/op/OP5Briseid>.

pdf, acessado em 25/09/2010.

Cabral, L. (2010). Brazil: an emerging aid player. ODI Briefing Papers 64. Retirado de <http://www.odi.org.uk/resources/docs/6295.pdf>, acessado em 03/04/2011.

Campos, F. (2008). O Lugar E O Papel Da Cooperação Internacional No Desenvolvimento De São Tomé E Príncipe. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias 1646-4028 12. Retirado de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/990>, acessado em 03/04/2012.

Costa, I. (2010). Contributos do PNUD para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13549/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20Contributos%20do%20PNUD%20para%20o%20Desenvolvi.pdf>, acessado em 03/02/2012.

Cravo, C., L. Londaitzbehere, et al. (2010). Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe. ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos. Retirado de http://www.acep.pt/portals/0/Documentos/Livros/FONG_online_.pdf, acessado em 05/03/2012.

David, A., D. Tiny, et al. (2012). Relatório de Avaliação Da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2003-2010.02/2012, CIAD. 02/2012.

FMI (2007). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Debt Relief at the Completion Point Under the Heavily Indebted Poor Countries Initiative and Under the Multilateral Debt Relief Initiative. IMF Country Report No. 07/173. Retirado de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr07173.pdf>, acessado em 05/03/2012.

FMI (2009). Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas. Retirado de http://www.min-financas.st/pdf/relatorio_fmi.pdf, acessado em 05/03/2012.

Human Rights Council (2011). National report submitted in accordance with paragraph 15 (a) of the annex to Human Rights Council resolution 5/1: São Tomé and Príncipe. A/HRC/WG.6/10/STP/1, 25 January 2011. Retirado de http://www.aidh.org/ONU_GE/conseilddh/examen/Images/10_ST_Rapport.pdf acessado em 05/03/2012.

Humphreys, M., W. A. Masters, et al. (2006). The role of leaders in democratic deliberations: results from a field experiment in São Tomé and Príncipe. In *World Politics* 58 (04): 583-622

IFAD and IMF. (2012). Rural poverty in Sao Tome and Principe. Retirado de <http://www.rural-povertyportal.org/web/guest/country/home/tags/sao%20tome%20and%20principe>, acessado em 05/03/2012.

IMF (2011). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: 2011 Article IV Consultation. IMF Country Report nº 12/34. Retirado de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr1234.pdf>, acessado em 30/05/2012.

International Budget Partnership (2010). Open Budget Index 2010: São Tomé e Príncipe. Retirado de <http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/2011/04/OBI2010-SaoTome.pdf>, acessado em 15/05/2012.

MPF STP (1998). ETUDE NATIONALE DE PERSPECTIVE A LONG TERME: São Tomé et Príncipe

2025. PROJET: STP/95/004. Retirado de <http://www.juristep.com/relatorios/nltps.pdf>, acessido em 05/03/2012.

MPF STP (2000). Interim Poverty Reduction Strategy Paper for 2000-02. Retirado de <http://www.imf.org/external/np/prsp/2000/stp/01/>, acessido em 05/03/2012.

MPF STP (2002). Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf, acessido em 05/03/2012.

MPF STP (2007). Relatório de Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Retirado de <http://www.uns.st/fr/download/PROGRESS%20DSRP%202007-POR.pdf>, acessido em 05/03/2012.

MPF STP (2011). Relatório Sobre A Actividade Desenvolvida Pelo Ministério Do Plano E Das Finanças Do Xiii Governo Constitucional Da República Democrática De São Tomé E Príncipe. Retirado de http://min-financas.st/pdf/rel_mpf.pdf, acessido em 05/03/2012.

OCDE (2012). Enquête 2011 de suivi de la mise en œuvre de la Déclaration de Paris - Chapitre de Pays São Tomé-et-Príncipe. Unpublished report, draft version. Retirado de, acessido em

PNUD (2009). Mise En Place De Mecanisme De Suivi Dsrp/Plan National Strategique De Long Terme. Report number 41583. Retirado de <http://erc.undp.org/evaluationadmin/manageevaluation/viewevaluationdetail.html?evalid=4602>, acessido em 03/04/2012.

PNUD (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Nova Iorque, PNUD. Retirado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>, acessido em 15/05/2012.

República de São Tomé e Príncipe (2003). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Sangreman, C. (2001). O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Documento de Trabalho nº 62, Lisboa, CEsa, ISEG. Retirado de http://pascal.isseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/62.pdf, acessido em 05/03/2012.

Seibert, G. (2006). Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe. Leiden and Boston, Brill.

Seibert, G. (2008). São Tomé and Príncipe: The Troubles of Oil in na Aid-Dependent Micro-State. In K. Omeje, (Ed.) Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics. Aldershot, Ashgate: 119-134.

UNCT (2012). São Tomé et Príncipe, UNDAF 2012-2016. Retirado de <http://www.uns.st/undp/fr/download/UNDAF%20Final%20STP.pdf>, acessido em 05/05/2012.

UNDP (2011). Final External Evaluation Report Project “Strengthening Leaderships”. Retirado de <http://erc.undp.org/evaluationadmin/manageevaluation/viewevaluationdetail.html?evalid=4605>, acessido em 05/03/2012.

Wood, A. (2006). Tightening the Chains or Cutting the Strings? The Status of HIPC Conditionality in 2006. London: Jubilee Debt Campaign. Retirado de <http://www.jubileedebtcampaign.org.uk/>

Tightening3720the3720chains3720or3720cutting3720the3720strings373F+2341.twl, acedido em 14/05/2012.

World Bank (2001). PRSP Sourcebook. Retirado de <http://go.worldbank.org/JFUR0KRGD0>, acedido em 01/10/2010.

World Bank (2006). Sao Tome and Principe - Aid Effectiveness Profile. Retirado de <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/0,,contentMDK:20981612~pagePK:41367~piPK:51533~theSitePK:40941~isCURL:Y,00.html>, acedido em 05/03/2012.

World Bank (2011a). Sao Tome and Principe - Interim strategy note. Retirado de <http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/04/14118485/sao-tome-principe-interim-strategy-note>, acedido em 05/03/2012.

World Bank. (2011b). World Development Indicators. Retirado de <http://data.worldbank.org/indicator>, acedido em 14/05/2012.

Antónia Barreto

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

antonia@ipleiria.pt

A reforma do ensino secundário em São Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+

Está a decorrer em São Tomé e Príncipe a reforma do ensino secundário, enquadrada por um projeto da cooperação portuguesa, o projeto ESCOLA +, coordenado pela Fundação Marquês de Valle Flôr e com recurso a várias parcerias, entre elas a do Instituto Politécnico de Leiria. O projeto ESCOLA + estruturou-se em cinco vetores: formação em gestão e administração escolar de diretores, formação pedagógica de supervisores, atualização do currículo escolar, disponibilização de manuais escolares e criação de inspetores do ensino secundário. A implementação levou à identificação de outras dimensões de intervenção e a algumas alterações da proposta inicial. Impõe-se a reflexão avaliativa sobre resultados já obtidos, processos desenvolvidos, constrangimentos e condicionalismos favoráveis, tendo em vista a sustentabilidade da reforma.

Palavras-chave: reforma do ensino secundário de São Tomé e Príncipe, projeto Escola +, cooperação descentralizada

In São Tomé and Príncipe is being implemented a reform of secondary education, framed by a Portuguese cooperation project, the project SCHOOL +, coordinated by the Foundation Marquês de Valle Flôr and others partnerships, like the Polytechnic Institute of Leiria. The project SCHOOL + is structured into five vectors: management training for principals and school administration, teacher training of supervisors, curriculum reform, production of textbooks and training inspectors for secondary education. The implementation allowed the identification of other needs and caused some changes in the initial proposal. At this moment it's necessary evaluative reflection about results already obtained, processes, constraints and favorable conditions, in view of the sustainability of the reform.

Introdução

São Tomé e Príncipe herdou um sistema de educação colonial marcado por grande analfabetismo, existência de uma única escola de ensino pós-primário e ausência de ensino profissional. Já no período de independência houve um alargamento do ensino básico obrigatório até à 6ª classe e nos últimos anos verificou-se a sua universalização. Também o ensino secundário (da 7ª à 11ª classes) tem vindo a ser alargado e hoje existe o 1º ciclo do ensino secundário (7ª à 9ª classes) em todos os distritos (Água Grande, Me-zochi, Lobata, Lembá, Cantagalo, Caué) e na região autónoma do Príncipe. O 2º ciclo do ensino secundário está confinado ao liceu nacional de São Tomé e à escola do Príncipe.

Elaboração do projeto

O ensino secundário desde a independência do país vinha sendo apoiado pela cooperação portuguesa, traduzindo-se fundamentalmente esse apoio na lecionação de professores cooperantes no liceu nacional e a partir de 2006-2007 na implementação de cursos profissionalmente qualificantes. A partir de 2009 esta forma de cooperação foi aprofundada pela atribuição da tarefa de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) na implementação da reforma do ensino secundário, no seguimento da reforma do ensino básico em curso desde 2004. O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) atribuiu à ONG Marquês de Valle Flôr, organização com larga experiência no âmbito do apoio à saúde de base em São Tomé e Príncipe, a tarefa de conceber e implementar a participação portuguesa nessa reforma. Feito o diagnóstico da situação foi elaborado o projeto ESCOLA+, aprovado pelo MEC de São Tomé e Príncipe e pelo IPAD, suportado pelo Fundo da Língua Portuguesa. Foram aprovados 4 anos para a implementação do projeto.

Dimensões do projeto e sua implementação

O diagnóstico da situação do ensino secundário em 2008 levou à definição de 5 vertentes de intervenção:

- Formação dos diretores e gestores escolares na área da administração e gestão escolar;
- Formação dos supervisores escolares;
- Reforma dos programas do ensino secundário;
- Elaboração de manuais escolares;
- Formação de inspetores do ensino secundário.

A estas dimensões foram acrescentadas outras ao longo do projeto que iremos também apresentar.

Formação dos diretores e gestores escolares na área da administração e gestão escolar - Curso de formação em Administração e Gestão Escolar

Este curso decorreu ao longo do ano letivo 2009-2010. A abordagem dos conteúdos, centrada no contexto de São Tomé e Príncipe, foi orientada para o conhecimento dos problemas existentes e a partir deles passar para o conhecimento de teorias interpretativas desses problemas e proposta de soluções.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Núm. de Horas
Administração escolar	<ul style="list-style-type: none"> Familiarizar os formandos com conceitos, princípios e normas reguladoras de praticas de administração em contextos escolares. Proporcionar conhecimentos e instrumentos conducentes a intervenções fundamentadas no âmbito da administração escolar Desenvolver capacidades de análise de quadros orientadores Conhecer a legislação Santomense relativa ao sector educativo 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Psicossociologia das organizações escolares	<ul style="list-style-type: none"> Analisar as funções dos vários atores na organização escolar; Analisar situações educativas; 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Organização escolar e gestão pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> Familiarizar os formandos com conceitos, princípios e normas reguladoras de praticas da organização e da gestão escolares Analisar dimensões organizacionais e pedagógicas da escola e do trabalho escolar 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Informática e estatística aplicadas à educação	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer ferramentas informáticas de suporte as tarefas de direção e de gestão Analisar e interpretar dados estatísticos 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Planificação, gestão e avaliação de projetos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver competências no âmbito da conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos; Analisar as atividades escolares como projetos educativos; 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projeto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão e administração escolar. 	14 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 1 - Plano curricular do curso de Administração e Gestão Escolar.

O curso foi lecionado por docentes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria em regime presencial intensivo e foi frequentado por 3 elementos das oito escolas secundárias existentes na altura.

A formação teórica decorreu nas instalações do liceu nacional no período da manhã, para que as atividades de direção não fossem interrompidas, com exceção da direção do Príncipe. Ao longo da formação constatámos que alguns dos participantes desconheciam a maior parte dos assuntos abordados e nos casos em que havia já algum conhecimento conceptual foi evidente o hiato existente entre o que conheciam, fruto de alguma formação teórica obtida nos cursos de bacharelato (não existe no entanto qualquer formação em administração escolar) e a aplicação prática nas respetivas escolas. Sobretudo no início da formação, o espírito era de descrença na possibilidade de, enquanto direção, provocarem alterações na débil qualidade do sistema de ensino secundário santomense. Verificámos também que raramente tinham uma visão de conjunto das suas escolas e das escolas do país. As sistemáticas problematizações ao longo da parte teórica da formação ajudaram a ultrapassar barreiras, a assumir fragilidades, a criar expectativas.

A unidade de formação projeto de intervenção foi iniciada com uma semana de formação na cidade de São Tomé e com reuniões nas várias escolas. Essas reuniões contaram com a participação de outros elementos da escola (por exemplo, na escola secundária da Trindade contou com a participação de todos os delegados de disciplina). Em quase todas as escolas constatámos o precário nível da gestão e da administração e o desfasamento entre muitas das descrições e análises apresentadas ao longo da formação teórica pelos formandos, justificadas talvez pela dificuldade em descrever com realismo e avaliar a organização que se gere. Constatámos que alguns dos formandos tem imensa dificuldade em transpor para situações práticas e integradas o conteúdo da formação, daí a necessidade de apoio. Por parte de alguns o problema é ainda mais profundo: situa-se na falta de controlo hierárquico que têm sobre professores, alunos, funcionários e recursos, fruto também de um sistema educativo que não orienta, não monitoriza nem avalia. A formação foi encerrada com a apresentação pública dos projetos educativos das escolas e sua avaliação.

Formação dos supervisores escolares. Curso de gestão curricular e supervisão pedagógica

Este curso decorreu ao longo do ano letivo 2009-2010. A abordagem dos conteúdos centrada no contexto de São Tomé e Príncipe, foi orientada tal como o curso de formação da direção das escolas para a identificação de problemas, conhecimento de teorias interpretativas desses problemas e proposta de soluções.

Foi frequentado por 49 docentes, todos de São Tomé, distribuídos por duas turmas, deixando-se ao critério das direções das escolas a indicação dos docentes que iriam frequentar o curso que teve a duração de um ano letivo.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Número de Horas
Gestão curricular	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a organização e a dinâmica curriculares que caracterizam o sistema educativo. • Conhecer instrumentos curriculares facilitadores de intervenções pedagógicas promotoras de sucesso 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Psicologia educacional e relações interpessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre competências e atitudes relevantes para a prática pedagógica • Identificar, caracterizar e encontrar forma de promover as competências interpessoais na relação educativa 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Supervisão pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer processos de dinamização e coordenação científica e pedagógica em contexto escolar. • Desenvolver competências no âmbito do apoio a professores e alunos. 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Dificuldades de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as dificuldades mais frequentes no ensino secundário de São Tomé e Príncipe • Identificar e analisar procedimentos e recursos promotores do sucesso educativo 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Avaliação da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da aprendizagem • Conhecer modelos e processos de avaliação da aprendizagem • Construir e avaliar diferentes instrumentos de avaliação 	24h presenciais 20 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projecto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão do currículo e supervisão escolar. 	14 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 2 - Plano curricular do curso de Gestão Escolar e Supervisão Pedagógica.

O curso foi lecionado por docentes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria em regime presencial. Também neste curso a unidade curricular projeto assentou na realização de um projeto de intervenção, implicando a mobilização das aprendizagens feitas numa situação de supervisão de aula enquanto delegado de disciplina.

Os formandos eram delegados de disciplinas (com exceção de Porto Alegre em que são os 2 únicos professores das suas disciplinas) mas desempenhando papéis de abrangência diferente nas várias escolas e pertencendo a coletivos com diferentes pesos no funcionamento dessas escolas. Tinham diferentes perfis de formação e de experiência de ensino mas a maior parte não tinha formação anterior sobre gestão curricular e supervisão.

O período inicial de formação foi marcado por alguma dificuldade na definição de quem frequentaria o curso, questão que a rotina diária dos horários acabou por clarificar.

Metodologicamente utilizou-se com grande frequência o trabalho em grupo a partir de questões orientadoras, sendo as respostas enquadradas pelo suporte teórico apresentado pelos formadores que desta forma contornaram a falta de contacto específico com a realidade do sistema de ensino de São Tomé e Príncipe. Houve a preocupação em ilustrar as situações problematizadas recorrendo ao vídeo. Esta metodologia revelou-se bastante motivadora, colocando docentes das várias escolas secundárias a falarem sobre situações específicas, a identificarem as suas dificuldades e a elaborarem propostas. À medida que a formação decorreu verificou-se um aumento na qualidade das intervenções por parte de alguns formandos, demonstrando esforço para obter um bom desempenho.

A segunda parte da formação incidiu sobre a realização de um projeto de intervenção nas respetivas escolas, no âmbito da elaboração e implementação do projeto educativo ou da supervisão da sua área disciplinar. Com este projeto pretendeu-se a elaboração de diagnósticos pertinentes das escolas secundárias santomenses e a implementação de algumas medidas para resolução a curto prazo de alguns problemas, tendo em vista um exercício supervisionado de construção do projeto educativo do estabelecimento ou de projetos de supervisão disciplinar, que mais tarde com metodologias já consolidadas, poderão ser rotinas de cada escola, devidamente enquadradas pela legislação escolar.

Verificou-se ao longo da formação a existência de diferentes níveis de conhecimentos e de empenho por parte dos formandos mas a mobilização da sua participação, a constante referenciação e aplicação à sua realidade, o sistema de avaliação da formação, ajudaram a criar expectativas positivas face ao papel do delegado de disciplina, à profissão e à carreira docente. Este trabalho foi nos anos seguintes continuado pelos agentes da cooperação portuguesa na tarefa de apoio à implementação dos programas da reforma: os delegados de disciplina, agora a nível de ciclo e não de ano como até aqui, reuniram sistematicamente para planificação de aulas, implementação do processo de avaliação da aprendizagem, apropriação de instrumentos de supervisão. Os agentes da cooperação portuguesa deixaram de as-

sumir o papel de delegados de disciplina e passaram a desempenhar o papel de par pedagógico. Esta tarefa tem vindo a ser feita a nível nacional.

Reforma do plano de estudos do ensino secundário e dos programas

Uma das linhas que consideramos fundamentais foi a da reformulação e fixação do plano de estudos e programas do ensino secundário. Fora publicada legislação fundamental (lei de bases) e estava em curso a reforma do ensino básico, exigindo a coerência vertical do currículo geral do ensino.

Como metodologia de trabalho para a conceção do plano de estudos e dos programas o projeto recorreu aos agentes da cooperação portuguesa e a docentes são-tomenses com experiência na lecionação. O resultado do trabalho realizado foi aferido por uma equipa externa.

O plano de estudos aprovado consta do despacho

Como dimensões fundamentais da reforma curricular indicamos:

- Manutenção de dois ciclos do ensino secundário: 1º da 7ª à 9ª classes e 2º da 10ª à 12ª classes;
- Manutenção de cursos de ensino geral e criação de cursos de educação profissional nos 2 ciclos de ensino;
- Definição em todos os cursos das componentes de formação geral (Língua Portuguesa, Francês, Inglês, Matemática, Educação Física no primeiro ciclo e Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Integração Social e Filosofia no segundo ciclo) de formação específica e de formação tecnológica;
- Introdução do sistema de avaliação continua da aprendizagem (avaliação sumativa interna da aprendizagem é da responsabilidade do conselho de turma com base na proposta do docente e concretiza-se na atribuição de classificações no final dos 1º, 2º e 3º períodos letivos sendo as duas ultimas resultado de 40% da classificação atribuída no período anterior);
- Definição de áreas de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino secundário;
- Validação da certificação obtida para a mudança dos alunos entre os dois tipos de formação.

Os programas disciplinares foram elaborados pelo mesmo grupo de trabalho, assentes nos seguintes pressupostos:

- Obediência aos princípios que se encontram expressos na Lei de Bases do Sistema Educativo (lei 2/2003);
- Definição de finalidades, objetivos, conteúdos, metodologias, recursos;
- Articulação com o ensino básico.

A implementação da reforma curricular tem vindo a ser feita gradualmente, por

ciclos: em 2011/2012 está a decorrer a introdução da reforma da 8^a e 11^a classes. Tem sido enquadrada pelos agentes da cooperação portuguesa através de reuniões mensais com os docentes dos anos de escolaridade da reforma, onde para além da planificação de conteúdos, métodos e processos de avaliação, são identificados aspetos a melhorar no âmbito dos programas. As reuniões de formação também têm vindo a ser asseguradas no Príncipe. Nos cursos de ensino geral, 1^o ciclo, a componente tecnológica faz-se pela disciplina de educação visual e oficial, nos 3 anos de escolaridade e nos cursos de educação profissional essa componente faz-se pelas disciplinas de educação visual e oficial, tecnologias específicas e oficinas específicas. O plano de estudos da educação profissional até ao momento só foi implementado em 4 escolas secundárias (Bombom, Neves, Santana e Príncipe) pela obrigatoriedade de criação de condições de funcionamento: espaços e recursos humanos. Nas escolas referidas rentabilizou-se a existência de oficinas locais de carpintaria e costura, existindo portanto uma dependência entre nos cursos criados e os recursos já existentes. Foram constituídas 1 turma por escola (30 alunos) que se subdivide na componente tecnológica em grupos de 10 alunos.

Os cursos secundários profissionalmente qualificantes continuam a funcionar apenas no liceu nacional. No âmbito da reforma mantiveram-se os já existentes de Gestão e Administração, Informática, Tecnologias Industriais (variantes de construção civil e eletricidade), Arte e Design, Humanísticas/turismo e foram criados os de Produção Agrícola e Animal e Desporto. Estes cursos têm vindo a funcionar alternadamente, fruto da dependência dos recursos físicos, disponíveis apenas no liceu nacional e dos recursos humanos. Estes foram constituídos sobretudo por agentes da cooperação mas tem-se verificado uma apropriação gradual a nível da lecionação e da gestão por parte da gestão do liceu e do corpo docente são-tomense.

Ao longo da implementação dos cursos têm sido identificados alguns constrangimentos: a fraca publicidade aos mesmos nas escolas secundárias do país, a visão redutora de alunos e famílias face a vertente tecnológica da formação, a deficiente relação entre a formação e o mercado de trabalho e a dificuldade na implementação de estágios profissionais.

Alguns destes cursos poderão ser implementados de forma descentralizada, caso da Agro-Pecuária, para a qual se estuda uma parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário e com a Escola Secundária da Trindade.

Elaboração de textos de apoio

O projeto previu a elaboração de manuais pedagógicos, dimensão que foi substituída pela elaboração de textos de apoio dada a impossibilidade financeira do projeto ESCOLA + custear a conceção, edição e difusão de manuais para todo o secundário e a nível nacional. As tentativas de assunção por parte do MEC dos manuais de ensino até ao momento não deram frutos. Aliás não há unanimidade de opiniões sobre a necessidade de manuais específicos de São Tomé e Príncipe em todas as disciplinas do ensino secundário. Os agentes da cooperação portuguesa

têm assumido esta vertente do projeto: os textos são elaborados pelos docentes das disciplinas e são disponibilizados no formato de *sebentas* aos alunos a preços simbólicos. A sua elaboração, coordenada com o calendário da introdução da reforma do programa disciplinar, tem permitido a alunos e professores disporem de materiais de orientação e estudo e tem alterado formas rotineiras de lecionação de conteúdos através de ditados e copias de apontamentos escritos no quadro. Os atuais textos de apoio, testados, podem constituir uma base para a produção de manuais, se tal for o entendimento do MEC.

Criação de Mecanismos de Supervisão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação

Apesar da constituição na lei orgânica do MEC do serviço de inspeção, este existe apenas ao nível do ensino básico. Na década de 90 foram nomeados metodólogos por disciplina do ensino secundário, com funções de supervisão pedagógica a nível nacional. Atualmente essa função, no âmbito de algumas disciplinas, tem vindo a ser bastante restrita. Não existe avaliação do sistema, da escola nem avaliação do desempenho docente. Para colmatar esta situação foi iniciado e ainda está decorrer o curso de formação para inspetores do ensino secundário.

O Plano curricular do curso de formação é o seguinte:

Unidades Curriculares	Objetivos	Número de Horas
Administração educativa e Inspeção da educação	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre os domínios de intervenção da inspeção, relacionando-os com os objetivos a atingir com os objetivos • Promover a aquisição de competências necessárias a realização das atividades de inspeção • Refletir sobre o papel da inspeção na criação de uma Escola de Qualidade 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Organização Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reflexão sobre a organização do sistema educativo • Relacionar entre si, dimensões do sistema • Relacionar a organização do sistema com as suas finalidades 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Supervisão pedagógica e técnicas de observação	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aquisição de técnicas necessárias a realização da supervisão • Relacionar a supervisão com qualidade da Escola 	30h presenciais 30 h de trabalho autónomo
Avaliação das Escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre o contributo da avaliação externa para a qualidade do sistema educativo • Promover a aquisição de competências para a realização da actividade de avaliação 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Avaliação da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Reflectir sobre metodologias, técnicas e instrumentos de avaliação das aprendizagens • Promover a integração da avaliação das aprendizagens no acto global de ensinar-aprender 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Relações Interpessoais e gestão de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aprendizagem de estratégias promotoras do desenvolvimento humano Estimular a construção de uma atitude de observação, pesquisa e reflexão face ao contexto educativo de S. Tomé e Príncipe • Contribuir para a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e profissionais de relacionamento • Promover a aquisição de técnicas de mediação 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo

Princípios e técnicas de auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aquisição de técnicas de auditoria dos actos de gestão praticados pelas escolas Promover a reflexão sobre os princípios enquadreadores dessa actividade Relacionar a auditoria com a implementação da Qualidade na Escola 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Procedimento administrativo	<ul style="list-style-type: none"> Analisar os princípios fundamentais expressos no código de procedimento administrativo procedimento administrativo de procedimento administrativo Analisar actos administrativos que a escola no exercício das suas funções tem que realizar 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Provedoria e Ação Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"> Reflectir sobre os objectivos desta dimensão inspectiva Promover a aquisição de competências de atendimento a utentes e actores da educação Promover a aquisição de competências na organização de processos disciplinares 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Ética e Deontologia Profissional	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre a função da ética e e Deontologia Profissional na qualidade da escola Refletir sobre importância da ética e deontologia profissional do desempenho das funções dos vários intervenientes no sistema educativo 	15h presenciais 15 h de trabalho autónomo
Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Integrar as aprendizagens anteriores e aplica-las em situações praticas. Nesta unidade curricular o formando deve desenvolver um projeto de trabalho devidamente fundamentado, a partir de situações concretas relacionadas com a gestão do currículo e supervisão escolar. 	15 h presenciais 30 h trabalho autónomo

Tabela 3 - Plano curricular do curso de Formação de Inspectores do Ensino Secundário.

O curso esta ser frequentado por 11 formandos, docentes do ensino secundário e superior, selecionados através de análise curricular. Irá decorrer de forma presencial e intensiva ao longo de quatro semestres.

Durante a implementação ao longo de três anos do projeto Escola + foram identificadas outras dimensões, nas quais se tornou necessário intervir na medida em que condicionavam o sucesso da reforma em curso:

Melhoria das infraestruturas escolares

Os espaços escolares constituem um dos grandes problemas uma vez que a construção escolar não tem acompanhado a evolução dos efetivos escolares. A utilização em permanência dos espaços (3 turnos), a elevada ocupação das salas (número elevado de alunos por turma), a falta de recreios e espaços desportivos que implica a permanência continua dos alunos nas salas, aceleram a degradação dos espaços que não é combatida por um trabalho de manutenção e conservação. Em espaços degradados a existência e conservação de recursos pedagógicos é quase impossível. Daí que a melhoria qualitativa do ensino secundário exigiu intervenções para beneficiação física das escolas e reforço dos equipamentos. Foram utilizados, sempre que possível, recursos locais.

No primeiro ano de projeto, optou-se pela reabilitação do Liceu Nacional, escola de referência do país, procurando melhorar as condições de ensino para professores e alunos e, ao mesmo tempo, dar um sinal de mudança que tivesse repercussões nos comportamentos e atitudes face à escola por parte da comunidade educativa. Foram feitas intervenções em 43 salas (pintura geral, construção de portas, mudanças de fechaduras, vidros, fechos, dobradiças). Foi igualmente constituída uma nova biblioteca, um balneário, reabilitadas as casas de banho e criado o Centro de Recursos

e de Formação.

Nas outras escolas, ao longo do segundo ano do projeto foram criadas salas de educação visual e oficial, reabilitadas casas de banho, criados ou reabilitados espaços desportivos. Todas as escolas foram equipadas com equipamento básico de reprografia e materiais de apoio pedagógico (mapas, equipamento específico para os cursos profissionalizantes, equipamentos para a prática desportiva, equipamento para a Biblioteca e Oficina de língua portuguesa e material de laboratório para o liceu nacional).

Durante o ano letivo 2011-2012 foi inaugurado uma nova escola secundária em Trindade para onde foram canalizados os alunos da 12^a classe regular do liceu nacional e os alunos das 8^a e 9^a classes da antiga escola secundária de Trindade. Foram ainda transformadas em escolas básicas-secundárias Desejada e Patrice Lumumba (eram apenas do ensino básico). Apesar destas medidas deve haver um esforço de construção de novas salas a nível nacional e a canalização dos alunos da 7^a classe para as escolas básicas com o objetivo da diminuição da razão aluno/turma/sala avulsa os problemas de espaço já existentes nessas escolas onde a saturação do espaço é frequente (80 alunos por sala, 3 alunos por carteira, alunos de pé na sala). A vontade política de aumentar a frequência do ensino secundário exige a construção de espaços escolares com qualidade.

Implementação de cursos de complemento de formação

A maior parte dos docentes do ensino básico e secundário não tem habilitações para a docência e o estatuto da carreira docente torna obrigatória a formação a nível de licenciatura para lecionação no 2^o ciclo do ensino secundário. A formação científica pedagógica constitui uma das necessidades do sistema de ensino e como contributo para a resolução do problema foram implementados, cursos de complemento de formação em ensino da físico-química, ensino da biologia e ensino da matemática, numa parceria entre o Instituto Superior Politécnico de São Tomé e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria. Estes cursos, com a duração de 3 semestres, funcionam em regime presencial pós-laboral e a distância e estão a ser frequentados por 40 alunos. O plano de estudos resultou das propostas conjuntas das duas instituições parceiras. Tem havido a preocupação com o desenvolvimento de formação reflexiva e contextualizada. A formação a distância, aliada a disciplinas específicas na área da didática, tem implicado uma forte mobilização para a utilização dos recursos informáticos. As disciplinas de projeto e de investigação aplicada têm possibilitado a experimentação de metodologias ativas e a criação de materiais didáticos.

Criação de legislação

A implementação da reforma do ensino secundário veio exigir o desenvolvimento do enquadramento legal, uma vez que a legislação até então publicada se reportava a realidades que estavam a ser alteradas e em alguns domínios a legislação era inexistente. Foi publicada a seguinte legislação no quadro da reforma:

- Decreto-lei nº 27/2010 que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao 1º e 2º ciclos do ensino secundário;
- Despacho nº38/2010 que define o modelo de organização e gestão das escolas secundárias;
- Despacho normativo nº 48 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos da 12ª classe da via ensino;
- Despacho normativo nº 49 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação do curso do ensino geral do 1º ciclo;
- Despacho normativo nº 50 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos de educação profissional do 1º ciclo;
- Despacho normativo nº 51 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos secundários profissionalmente qualificantes do 2º ciclo
- Despacho normativo nº 52 referente as regras de organização, funcionamento e avaliação dos cursos de ensino geral do 2º ciclo.

Foi também publicada outra legislação que não estando especificamente relacionada com a reforma do ensino secundário (estatuto da carreira docente -decreto-lei nº 5/2011 e orgânica dos ministérios do XIV governo constitucional-decreto-lei nº 32/2011) define a matriz na qual essa reforma se integra. Está em preparação legislação sobre a inspeção geral da educação.

Melhoria do funcionamento administrativo

O desenvolvimento do projeto colocou em relevo o deficiente funcionamento das escolas secundárias a nível administrativo. Com efeito apenas três escolas possuíam secretaria (Liceu Nacional, secundárias de Bombom e de Guadalupe), a maioria das escolas não dispunha de mobiliário (armários, secretárias, cadeiras), equipamento informático e meios para a organização e arquivo de documentos, o serviço administrativo vinha sendo desempenhado na totalidade ou em parte pelos órgãos de gestão ou por professores com notória falta de formação ao nível da informática, estatística, atendimento ao público, arquivo, correspondência contabilidade e tesouraria e o sistema burocrático que enquadra a atividade letiva (livros de sumários, pautas, registos de matrículas, registos de presença de alunos e professores) e o funcionamento dos órgãos de gestão (atas de funcionamento dos órgãos, decisões...) era muito deficitário.

No âmbito do projeto foi definido um plano de ação nacional que foi implementado a partir de 2010/2011 e que passa pela disponibilização de recursos materiais básicos e pela formação para a criação de alguns serviços administrativos e exigência de melhoria dos existentes. Alguns documentos foram padronizados e difundidos a nível nacional (ficha-tipo do diretor de turma, ficha-tipo de observação de aulas pelo delegado de disciplina, dossier de turma).

Sentidos da evolução

O projeto está no 3º ano de implementação, sendo o 4º ano vocacionado para o alargamento da reforma curricular às 9º e 12º classes, para conclusão da formação dos inspetores do ensino secundário e para a consolidação dos eixos já executados.

A análise atenta do **Projeto Escola +** permite-nos identificar eixos que merecem reflexão e que podem ser considerados em projetos futuros. São eles:

- Enquadramento legal-alguns domínios continuam sem enquadramento legal (estatuto do aluno, avaliação da escola, formação profissional...). Alguma da legislação publicada não tem sido implementada por falta de regulamentação;
- Deficiente intervenção ou falta de auxiliares de ação educativa- os auxiliares da ação educativa não tem perfil para o desempenho de funções educativas e a falta de atenção a estes agentes tem permitido que se ocupem de outras atividades que não se coadunam com o sistema educativo;
- Programas muito próximos dos programas portugueses - o tempo e as condições disponibilizadas, para a sua elaboração, levaram a considerar-se como recurso mais acessível o currículo português, daí que se torne fundamental a integração nos programas das informações retiradas na testagem em curso;
- Centralização da administração e gestão do sistema - apesar da criação de legislação e da formação disponibilizada há falta de autonomia e de assunção de funções pelos órgãos de gestão;
- Falta de recursos humanos e materiais - os recursos materiais são objeto de utilização massificada pelo que a sua deterioração continua muito rápida e são sempre insuficientes. A formação docente não acompanha as necessidades do sistema educativo e os baixos salários, a inexistência de formação contínua e especializada tem contribuído para a não fixação de docentes. Na área das expressões e na educação física não existe no país formação superior;
- Descrença no sistema - a comunidade educativa na sua generalidade não está mobilizada para acompanhar e intervir no sistema educativo , onde paulatinamente se vão fazendo esforços para a implementação de uma cultura de rigor, de eficácia e de avaliação;
- Proximidade das vertentes política e técnica em todo o sistema de educação - a dificuldade na “separação das águas” tem trazido grande mobilidade aos quadros e alguma instabilidade de procedimentos;
- Necessidade de sustentabilidade da reforma-as mudanças precisam de tempo para se expurgarem do que é acessório ou desadequado e consolidarem o que é fundamental. Devem ser sistémicas no sentido em que se realizam em contextos específicos, tem marcas temporais e exigem a apropriação a vários níveis por parte dos atores que nelas participam. A afirmação de senso comum “não se reforma por decreto” tem toda a propriedade no caso da reforma do sistema de ensino secundário de São Tomé e Príncipe.

Kamilla R. Rizzi

Universidade Federal do Pampa
campus Sant'Ana do Livramento/RS
Brasil
kamillarizzi@unipampa.edu.br

A política externa brasileira para São Tomé e Príncipe: O teor político da cooperação Sul-Sul (1975-2010)

O artigo analisa o teor histórico da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, entre o período de 1975 e 2010, a partir de momentos de maior e menor intensidade, devido aos constrangimentos internos e externos. Analisam-se três períodos com grau de aproximação distinto, sendo a) 1975/1990 – estabelecimento e reconhecimento mútuo; b) 1990/2002 – relativo distanciamento; e c) 2003/2010 – retomada e consolidação dessas relações.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cooperação, ajuda internacional, desenvolvimento, pobreza, governação

The article analyze the historic content of the Brazilian external Policy to São Tomé and Príncipe, between 1975 and 2010, at from time greatest and lesser intensity. Here are studied three periods featuring degree rapprochement different, being at) 1975/1990 – establishment and mutual acknowledgement; b) 1990/2002 – relative detachment; and c) 2003/2010 – resumption and consolidation these intercourse.

Key-words: Brazilian external Policy; São Tomé and Príncipe; South-south cooperation; development; political influence; Brazil-São Tomé and Príncipe.

Introdução

O artigo avalia a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, entre o período de 1975 e 2010. Pela análise bibliográfica e de documentos diplomáticos, compreende-se que a política externa do Brasil para o país africano tem momentos de maior e menor intensidade, devido aos constrangimentos internos e externos em ambos os países, dentro do contexto da política africana que o Brasil tem empreendido desde a década de 1970. Analisam-se, assim, três períodos com grau de aproximação distinto entre Brasil e São Tomé e Príncipe, sendo a) 1975-1990 – estabelecimento e reconhecimento mútuo; b) 1990-2002 – relativo distanciamento; e c) 2003-2010 – retomada e consolidação dessas relações.

Nesse sentido, e a partir da constatação desses três períodos distintos, porém complementares entre si, afirma-se como ato contínuo e justificador dessas relações a horizontalidade presente na política externa brasileira, conceituada como cooperação Sul-Sul, ou seja, uma “política ativa de desenvolvimento”. Tal conceito, historicamente consolidado na ação externa do Brasil, também se agrega à área de influência política na qual o país africano se encontra.

O estabelecimento da ação externa do Brasil para São Tomé e Príncipe (1975/1990)

Da independência São Tomé e Príncipe (1975) até 1990, a política externa brasileira buscou primeiro estabelecer o contato oficial com esses países, a partir de uma base de laços histórico-culturais, nos moldes aproximados do que ocorrera com a aproximação Brasil- PALOP. Estabelecidas as relações político-diplomáticas com São Tomé e Príncipe, a política externa brasileira intensificou a relação com esse país a partir do conhecimento de sua realidade e, por consequência, de suas demandas, com o início posterior de trocas comerciais. As ações de cooperação em diversos setores (principalmente saúde, educação, ciência e tecnologia e administração pública) passaram a ser o principal viés dessas relações bilaterais. O seu foco político, complementado por uma clara demanda por ações de cooperação, pautou a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe até o ano de 2010. Essas ações de mapeamento de demandas por cooperação técnica (denominados no período, como relacionamento horizontal ou cooperação horizontal) são em verdade ações que iniciam a pauta de cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. Essa aproximação do Brasil com São Tomé e Príncipe (e também com os demais PALOP) insere-se no contexto da conexão do tipo cooperativa, conforme visto no capítulo anterior.

Baseando-se nesses elementos, entende-se que o período áureo dessa política africana do Brasil tenha ocorrido entre 1969 e 1985. A repaginada tentativa brasileira de inserção internacional, possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pela política externa específica do Regime Militar, a qual viabilizou o projeto nacional-desenvolvimentista, ampliou a visão geoestratégica sobre o Oceano Atlântico. Como consequência, ficou evidenciado o crescente interesse brasileiro pelo continente

africano como parceiro político (depois do fim das ambiguidades com Portugal¹) e como potencial mercado consumidor – em face às independências dos países africanos, como realmente veio a ocorrer nos governos posteriores. Na década de 1970, o papel da África na política externa brasileira, além do discurso culturalista e histórico da solidariedade entre os povos, passou a se direcionar à questão dos mercados potenciais.

Em 12 de julho de 1975, data da independência são-tomense, o Presidente Geisel saudou o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, reconhecendo o novo Estado africano. A bandeira são-tomense foi hasteada ao lado do Pavilhão Nacional do Palácio Itamaraty, como forma de homenagear o novo país. Em seu discurso na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Azeredo da Silveira fez uma saudação especial ao país, novo membro da Organização, reafirmando a ligação histórica, mas projetando esses laços “agora, num futuro de colaboração e de entendimento” (AZEREDO DA SILVEIRA, 1975, pág. 35).

Já em 31 de dezembro de 1975, o Brasil criou sua embaixada em São Tomé e Príncipe², embaixada essa cumulativa com a Embaixada na República da Nigéria, cujo início das atividades deu-se em janeiro de 1976, em Abuja. A partir de 22 de outubro de 1979, a Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada brasileira em Luanda (até o ano de 2002).

Com a independência, São Tomé e Príncipe passou a ser uma República Democrática, diferente da designação optada por Cabo Verde e Guiné-Bissau (apenas República), Angola e Moçambique (República Popular). O MLSTP assumiu um país que sofria com a escassez de alimentos, o elevado desemprego e temores de violência política, onde a manutenção do regime e o desenvolvimento econômico eram as duas bases essenciais. Logo, sua afirmação interna esteve extremamente ligada ao contexto externo. Para Denny e Ray (1988), o MLSTP passou a demonstrar os sintomas clássicos de um movimento de libertação nacional, que alcançou o poder durante a fase da revolução nacional e democrática, onde, durante esse período inicial,

névoas da confusão [...] obscureceram a visão daqueles que estavam sendo transformados de nacionalistas em socialistas e capitalistas. A confusão reinou como as forças da direita e da luta da esquerda para a direção determinada. O movimento revolucionário começou a clarificar a sua política de direções, mas [também] começou a sofrer sua primeira divisão pós-independência e deserções [...]. (DENNY & RAY, 1988, pág. 144).

Com o regime de partido único, o Estado são-tomense se consolidou sob a própria sombra do MLSTP, enquanto base política nacional. Em 1980, uma segunda Constituição foi aprovada pela ANP, introduzindo a eleição de delegados das sete Assembleias distritais populares, por período de 30 meses, por voto aberto, direto e universal. A centralização do poder são-tomense nas mãos do Presidente Da Costa

¹ Ambiguidade relativa ao apoio brasileiro ao colonialismo português, ora velado, ora discreto, especialmente no âmbito das Nações Unidas, entre 1946 e 1975.

² Na mesma data, também foram criadas as embaixadas brasileiras no Alto Volta, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto e Moçambique, por meio do **Decreto Presidencial nº. 76.966/1975**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=76966&tipo_norma=DEC&data=19751231&link=s> Acesso em: 18 jan. 2011.

durante a década de 1980 foi reflexo das emendas constitucionais de 1982, onde se introduziram pequenas modificações que permitiam o controle das atividades de todos os ministérios e órgãos estatais, além da criação de um comitê executivo regulador dentro do gabinete do governo. Essa concentração do poder no Presidente (uma típica autocracia, conforme Seibert, IDEM) levava a intrigas e conspirações dentro do partido, às vezes acompanhadas por tentativas de golpe. Sob esse pretexto de ameaça de golpe e invasão, o regime do MLSTP, em 1978, solicitou ajuda militar aos demais PALOP (Guiné-Bissau e Angola enviaram soldados)³. As atitudes centralizadoras do regime continuavam com a expulsão de empresários portugueses. Essas pressões (e tensões) políticas internas também se relacionavam ao descontentamento crescente da população, pela falta de produtos, declínio do nível de vida e mesmo questões específicas como o motim contra o recenseamento de 1979 – entendido pelos são-tomenses como tentativa de introdução de trabalhos forçados, ou mesmo a revolta no Príncipe, em 1981, pela falta de bens de consumo. Paralelo a isso, as desavenças pessoais e políticas entre Da Costa e Trovoada aumentavam, numa luta pessoal pelo poder são-tomense.

No pós-independência, ficaram residindo apenas 100 brancos no país e o Estado são-tomense passou a ser gerido por um quadro de pessoal jovem, inexperiente e por vezes sem formação⁴. Os trabalhadores serviçais angolanos e moçambicanos voltaram para seus países mas os trabalhadores serviçais cabo-verdianos (em torno de 9.000) permaneceram em São Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, a maior parte dos são-tomenses em êxodo nos demais PALOP voltou à pátria (aproximadamente 10.000). A maioria desses retornados eram forros, que reivindicavam cargos na burocracia estatal, pois as vagas e postos eram destinados de acordo com uma estratificação da sociedade forra, onde essa elite tinha o privilégio. Em contraponto, os trabalhadores serviçais não tinham alternativa a não ser permanecer nas roças. Essa conjuntura social de profundas demandas por recursos humanos e profissionalizantes passou a ser a base da política externa brasileira para o país.

A cultura cacaueteira ainda era a base da economia nacional (daquela provinha, em 1975, metade dos assalariados empregados, bem como a quase totalidade das receitas de exportação). Após os distúrbios pós-independência (que diminuíram em 50% a produção agrícola nacional), a produção cacaueteira retornou em 1979/1980 a uma produção média de 7.000 toneladas por ano. Em contraste à alta produção, as empresas não recebiam nenhum investimento adicional, colocando em xeque o desenvolvimento econômico nacional (apenas 22% do investimento total nacional foi para a agricultura, entre 1975 e 1987). Como consequência, a produção cacaueteira diminuiu gradualmente à medida que a infraestrutura das plantações nacionalizadas se degradava. À falta de experiência e recursos pode ser adicionado o desprezo dos forros pelo trabalho agrícola, ocasionando novos problemas de escassez mão-de-obra. A nacionalização ocorreu em quase todos os setores da economia são-tomense. Em 1979, iniciou-se o planejamento anual, elaborado para combater o imprevisto da eco-

³ Os 100 soldados guineenses deixaram São Tomé e Príncipe no ano seguinte, o efetivo angolano (inicialmente de 1500 homens) permaneceu no país até 1991, quando reduzido a 500 soldados.

⁴ Em 1975, por conta dos impedimentos impostos por Portugal para formação superior dos negros, apenas 5 são-tomenses tinham grau universitário na administração pública.

nomia. No entanto, as metas não foram atingidas, nem medidas programadas eram adotadas, seja em função da ineficiência burocrática, seja em função da carência de quadros de pessoal.

No âmbito externo, ainda em julho de 1975, São Tomé e Príncipe passou a ser membro da OUA e em setembro seguinte tornou-se o 140º Estado membro da Organização das Nações Unidas. Em dezembro seguinte, a primeira decisão de política externa direcionou-se às ameaças da África do Sul para São Tomé e Angola, como preparação à invasão do território angolano do final do mesmo ano. Consequentemente, o MLSTP cessou a antiga política portuguesa de permitir que aviões com destino e com base na África do Sul utilizassem o espaço aéreo são-tomense. Também se deterioraram as relações com o Gabão, em função de disputas por reservas de petróleo no Golfo da Guiné. A abertura da indústria nacional petrolífera gabonesa tornou a região potencialmente interessante às multinacionais ocidentais (principalmente francesas). Acordos de cooperação foram assinados com Portugal e França⁵. Em 1977, o país tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A política externa são-tomense entre 1975 e 1989 tinha quatro eixos de ação prioritários: 1) Portugal, 2) França e África francófona, 3) PALOP e 4) o bloco socialista, dentro da política de não alinhamento são-tomense. Entretanto, a preferência do regime, conforme Seibert, estava nas relações políticas com os pares PALOP por um lado, e com os países socialistas, como Cuba e URSS (principalmente por cooperação na área militar, econômica e na área da saúde), China, República Democrática Alemã e países do Leste Oriental, por outro (SEIBERT, 2002, pág. 142-143).

Em 1979, Pinto da Costa participou da primeira cúpula dos Chefes de Estado dos países africanos lusófonos, em Luanda. Especialmente com Angola a cooperação mostrava-se mais profícua, em razão do contraponto mútuo às tentativas de invasão sul-africana ao território angolano⁶. As pressões econômicas não possibilitaram aos PALOP criar um organismo econômico lusófono africano, e os países passaram a atuar na órbita da Francofonia (especialmente Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), por meio de suas organizações regionais. Em 1983, São Tomé e Príncipe entrou na zona do Franco (CFA), encerrando a existência do Dobra; o país também foi um dos dez Estados fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), de influência francesa.

Nesse contexto de demandas são-tomenses, a primeira missão técnica brasileira visitou São Tomé e Príncipe de 31 de março a 7 de abril de 1980, com o objetivo de analisar as questões do país africano relacionadas à produção de café e cacau. Composta por membros do SENAC, SENAI, Ministério da Agricultura e do Instituto Agrônomo de Campinas, a missão vislumbrou as possibilidades de cooperação entre os dois países, especialmente na área agrícola (produção e treinamento de recursos humanos). Entre 19 e 27 de maio de 1980, o Ministro da Agricultura são-tomense, Arlindo Gomes e uma delegação de técnicos, visitaram o Brasil para participar da

⁵ Outro ponto de atrito com o Gabão referia-se a ainda servir de exílio aos oponentes do regime do MSTP, como fora o caso de Carlos Graça, em 1977.
⁶ Angola forneceu petróleo a São Tomé e Príncipe, em termos concessionários, cobrando apenas US\$4 por barril, enquanto o preço do mercado internacional variava de US\$18 e US\$20 (conforme Seibert, esses pagamentos nem chegaram a ocorrer). A própria Companhia aérea nacional de Angola (TAAG), mantinha voos regulares de Luanda a São Tomé e a Cabo Verde. Ainda foram concedidos direitos de pesca gratuitos, aos são-tomenses, em águas territoriais angolanas.

Assembleia Extraordinária dos Países Produtores de Cacau – que ocorreu em Salvador –, além de “estreitar os laços de amizade e cooperação entre os dois países”, como afirmou o próprio Ministro, em recepção oferecida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty de Brasília. No evento, tanto o Ministro são-tomense quanto o diplomata brasileiro reconheceram o relativo atrasado das relações bilaterais: “Estamos tão próximos e custamos tanto a nos encontrar. É preciso recuperar este tempo em que, por uma série de circunstâncias, não nos foi possível uma aproximação maior” (BAENA SOARES, 1980, pág. 87).

Em 12 de julho de 1980, o Presidente Figueiredo e o Chanceler Saraiva Guerreiro congratularam São Tomé e Príncipe pelo 5º aniversário da independência, reafirmando o estreitamento dos laços entre os países, trabalhando em conjunto pela “cooperação mutuamente profícua, em prol do bom [sic] estar de nossos povos” (GOVERNO BRASILEIRO, 1980, pág. 195)⁷. Em 05 de maio de 1982, o ministro da Agricultura Arlindo Gomes novamente visitou Brasília, reunindo-se com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, demandando ações na área agropecuária, que passaria a ser a base da cooperação bilateral.

As causas de parte dessas demandas crescentes por cooperação brasileira podem ser encontradas na falha do Estado são-tomense enquanto empresário, ao passo que a política econômica não suportava o desenvolvimento pretendido pelo país, nesses primeiros anos de independência (Seibert, 2002). O poder político (aliado às tensões e alianças constantes) manteve a estratificação social, sustentando a maior parte da população longe das redes de distribuição criadas pelo governo. Como a economia de plantation se deteriorou e virtualmente nenhuma outra base de recursos locais existia, o poder do aparelho do Estado restringiu-se ao acesso a fundos estrangeiros concedidos pelos aliados socialistas. Enquanto não era permitido nenhum grupo organizado fora das estruturas do MLSTP, as organizações do partido existentes nunca satisfizeram as expectativas da liderança.

Frente à crise e o fracasso das políticas adotadas, em 1985, o Presidente Da Costa modificou profundamente a política econômica, revitalizando a indústria cacauífera como a base da economia nacional. O Banco Mundial teve papel fundamental nessa guinada, ao sugerir que a ajuda internacional dependeria “da boa vontade do governo são-tomense em tirar de si a produção e abrir as oportunidades para os mecanismos de mercado” (DENNY & RAY, 1988, pág. 173). A partir dessa conjuntura, investimentos estrangeiros privados foram autorizados em março de 1986, no mesmo passo que a ECOMEX diminuiu sua participação nas exportações do país, em prol de companhias estrangeiras⁸. Em complemento, a diversificação da agricultura para exportação foi gradualmente ampliada, com as culturas de café, copra, banana e pêra. Uma política nacional de pesca foi adotada, organizando os pescadores em cooperativas regionais, doando embarcações modernas e mais resistentes, além da reestruturação do mercado interno de pescados (também ocorrera a assinatura de tratados de pesca com Portugal, URSS, Angola e Comunidade Econômica Europeia).

⁷ Ainda em 1980, o Brasil enviou duas missões técnicas a São Tomé e Príncipe, objetivando a identificação das demandas são-tomenses quanto à cooperação, especialmente na área de agricultura (cacau) e da formação de recursos humanos.

⁸ O controle estatal na produção de cacau declinou, sendo que de agosto de 1985 a julho de 1986, 650 hectares foram transferidos para pequenos e médios proprietários.

É interessante notar que São Tomé e Príncipe, em razão das profundas necessidades econômicas e sociais pelas quais o país passava, acabou se aproximando de outros países socialistas, como Romênia, Iugoslávia e URSS (final da década de 1970 e início da década de 1980). No entanto, face o baixo nível de cooperação recebido destes e da presença constante de Portugal em sua agenda política, o redirecionamento ao Ocidente ocorreu a partir de 1983, quando da assinatura de um acordo de cooperação militar e na área de comunicação com os portugueses. A análise do encarregado de negócios da embaixada brasileira em Luanda sobre a predisposição são-tomense em aproximar-se dos países ocidentais (especialmente Portugal, França e Brasil):

[...] a interação de [...] distintos fatores tende a alargar o leque de parceiros ocidentais considerados como especiais para São Tomé e Príncipe, entre os quais Portugal volta a se alinhar em posição dominante, a França confirma uma boa presença e o Brasil começa a impor-se, pela consistência da sua política de cooperação para o desenvolvimento, de crescente aceitação junto à cúpula governamental com poder decisório. (ARRUDA, 1984, pág. 2).

Essa reorientação da política externa são-tomense para o Ocidente apenas se efetivaria concretamente a partir de 1985, complementada pelas reformas econômicas de cunho liberal. Nota-se que o Ocidente, para os são-tomenses, configurava-se como Portugal e Comunidade Europeia, Brasil e EUA, mas ainda mantinha-se a dependência logística de Angola (transporte aéreo e marítimo). Por esse motivo, as relações do Brasil com São Tomé e Príncipe, na década de 1980, estiveram em grau de morosidade e de contatos esporádicos, apenas.

A visita da Ministra de Negócios Estrangeiros são-tomense Maria do Nascimento da Graça Amorim ao Brasil, em junho de 1984 resultou na assinatura dos Acordos Cultural⁹ e Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 26 de junho de 1984. Foram listadas as várias iniciativas de cooperação entre os dois países já implementadas, tanto por demandas apresentadas por aquele país como por missões realizadas pela Agência Brasileira de Cooperação a São Tomé e Príncipe – especialmente nas áreas de agricultura e formação de recursos humanos. Como resultado imediato desse Acordo, foi criada a Comissão Mista para a Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural composta por delegações das duas Partes, cujas funções são:

ARTIGO III: [...]

a) acompanhar e dinamizar a execução do presente Acordo e de outros acordos concluídos ou a serem concluídos entre os dois países, analisar e propor medidas para ultrapassar as dificuldades resultantes da sua aplicação;

⁹ Esse Acordo cultural bilateral apenas foi promulgado pelo Presidente Fernando Collor de Melo em 12 de novembro de 1991.

b) submeter propostas aos Governos dos dois países referentes ao desenvolvimento das relações económicas, comerciais, científicas, técnicas e culturais entre os dois países. (ACORDO GERAL, 1991, pág. 191).

Em mensagem de março de 1985, um novo item de demanda são-tomense passou a fazer parte da pauta de cooperação bilateral junto com a agropecuária, onde

As áreas de hotelaria e agro-indústria constituem dois setores prioritários pelo governo santomense e para os quais o Brasil poderá vir a contribuir em termos de consultoria e/ou venda de bens e serviços, na medida em que aquele país já dispõe de financiamento de fontes multilaterais para alguns projetos (ARRUDA, 1985, pág. 1).

Em abril de 1985, uma nova missão liderada pelo Ministro Carlos Tiny visitou o Brasil, para “levantamento de possibilidades de cooperação técnica e intelectual bilateral”; em outubro seguinte, outra missão ministerial são-tomense esteve no Brasil, para identificar as suas demandas na área de cooperação: agricultura (projetos para recuperação das roças de cacau) e telecomunicações (ocasionando a assinatura de Memorando entre a Funtevê, empresa estatal são-tomense e a Rede Globo de Televisão, para difusão de programas de televisão do Brasil em São Tomé e Príncipe).

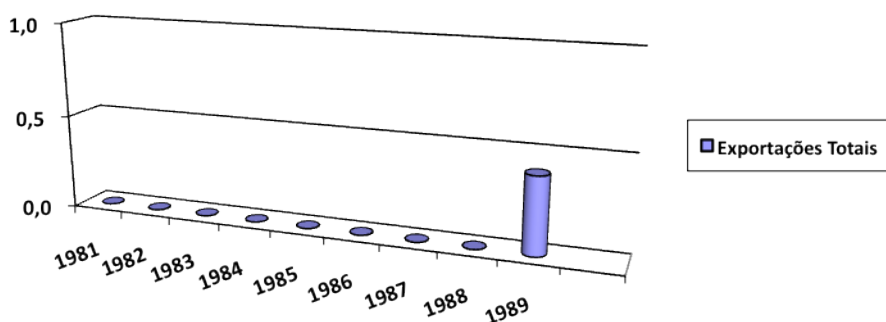
A 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento com São Tomé e Príncipe, promovida pelo governo são-tomense em Bruxelas, em dezembro de 1985, foi pauta de atenção do DEAF e da embaixada brasileira em Luanda, onde “do ponto de vista político, parece útil, necessário e aconselhável que o Brasil se faça presente (...) na reunião de Bruxelas” (VALADARES, 1985, pág. 1). O Brasil acabou sendo representado pela Divisão de Europa no evento. Em relato de reunião com o Chanceler são-tomense (Guilherme Posser da Costa) e os Ministros da Agricultura (Oscar Aguiar Sacramento e Souza), das Finanças (Prudêncio Rita), do Comércio, Indústria e Pesca (Carlos Bragança Gomes) e da Saúde (Carlos Frederico Sequeria), o embaixador brasileiro Paulo Dyrceu fez uma síntese do status da política brasileira para o país, ainda em grau diminuto: “(...) [era necessária] uma reavaliação das relações no plano político, de procurar dinamizar a cooperação bilateral em algumas áreas específicas que titulares de outros postos me representariam como prioritários” (PINHEIRO, 1987, pág. 2).

Os ministros fizeram questão de apresentar o programa de ajuste estrutural pelo qual o país iniciaria sua reforma económica e deram “absoluta prioridade (...) à reabilitação da economia cacauífera do arquipélago e a contribuição que o Brasil pode prestar para aquele esforço” (PINHEIRO, id., pág.1). Naquela reunião, ficou clara a urgente necessidade são-tomense por a) técnicos para as zonas de lavoura cacauífera e a implantação de culturas alternativas (como a horticultura e a fruticultura de exportação), além de um projeto pecuário, que buscava introduzir variedades de gado resistente às condições locais, b) na área de transportes, com planos de reparação de rodovias, o que abria oportunidades para construtoras brasileiras que “eventualmente poderiam participar de outros projetos futuros” (id., pág. 2) e c) uma linha de crédito para aquisição de alimentos brasileiros.

Em 21 de dezembro de 1987, em Luanda, foi assinado o Acordo básico de Cooperação Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, uma espécie de “acordo guarda-chuva”, que possibilitaria a efetivação de ações de cooperação no futuro próximo. Em 1988, Joaquim Rafael Branco, embaixador são-tomense junto às Nações Unidas, passou a ser embaixador cumulativo junto ao governo brasileiro.

No que se refere ao comércio bilateral, os dados oficiais apenas passaram a ser documentados entre produtos manufaturados, semimanufaturados, básicos e serviços a partir do ano de 1981. Os dados anteriores são escassos e representam simbolicamente as relações bilaterais comerciais, como é o caso do ano de 1980, onde o Brasil exportou para São Tomé e Príncipe apenas US\$5 (CACEX, 1980). Nesse sentido, a partir de 1981, a documentação oficial das relações comerciais se tornou mais padronizada, o que justifica a escolha por iniciar-se a análise desses dados nesse momento.

**Gráfico 1: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe (1981-1989)
(US\$ F.O.B. milhares)**



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes de “Estatísticas do século XX”, do IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/setor_externo/tabelas/tabelas.shtml
Acesso em: 13 jan. 2011.

Logo, verifica-se que entre 1975 e 1979 e entre 1981 e 1988 as exportações brasileiras para as ilhas foram nulas; no ano de 1989, o valor apresentado (US\$353,00) refere-se aos serviços por participação da empresa brasileira Hidroservice, no Projeto Hidrossanitário e de Viabilidade Ambiental de ampliação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe, em parceria com o Governo de São Tomé e Príncipe.

Retraimento da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002)

Diante da nova configuração internacional do período pós-Guerra Fria, o Brasil entrou, parcialmente, num ciclo neoliberal, iniciando-se um período mesclado por fatores diversos e contraditórios, que também resultou em um teor dúbio da política externa brasileira na década de 1990, em face das mudanças no próprio sistema mundial. Bueno & Cervo (2008, pág. 6-7) consideram que há uma divisão em três di-

reconhecimentos dessa no período, qual seja: num primeiro momento, ainda persistiam características do Estado Desenvolvimentista antes citado, com linhas de atuação externa autônomas, em que o Estado era empreendedor; num segundo momento, denotavam-se características do Estado Normal, com visíveis ascendências neoliberais, quando o Estado Nacional passou a ser subserviente às exigências do sistema financeiro internacional, sendo destrutivo em relação à sua economia nacional e regressivo no que tange à infraestrutura nacional; por fim, houve, numa terceira etapa, o Estado Logístico, um misto entre o nacionalismo do Estado Desenvolvimentista e as inovações necessárias e positivas propostas pelo Estado Normal, configurando esse Estado como empreendedor. Ainda citando Bueno & Cervo, tem-se a argumentação de que:

A indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado Logístico. [...] A estratégia tradicional [*do ciclo desenvolvimentista*] foi posta em dúvida porque se supunha que houvesse desembocado na crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos oitenta, e que não resistiria diante das transformações da ordem global ao término da Guerra Fria. (2008, pág.437).

Ressalvado o Governo Itamar Franco, a década de 1990 abrigou a introdução, inacabada, do neoliberalismo no Brasil, por intermédio dos Governos Fernando Collor de Melo (do Partido da Reconstrução Nacional) e Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileiro). A matriz desenvolvimentista do Estado brasileiro, bem como o caráter autonomista da política externa foram relativamente abandonados em nome de um novo período assinalado por traços liberais e globalizantes, no contexto pós-Guerra Fria. Os princípios consolidados pelo Consenso de Washington chocaram-se com determinados pressupostos do modelo brasileiro de desenvolvimento, o qual vigorou até o Governo Collor de Melo.

Não homogêneo, o pensamento e as ações da política externa brasileira na década de 1990 resultaram em perda relativa do poder de tomada de decisão por parte do Ministério de Relações Exteriores e na fortificação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, Chanceler do Governo Itamar e posteriormente, Presidente por dois mandatos. Logo, as orientações indefinidas da política exterior brasileira levaram “à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio do Estado logístico” (id., pág. 457), mas cabe observar que o desenvolvimento não desapareceu completamente das ações externas brasileiras no período, apenas deixou de “ser o elemento de sua racionalidade” (ibid., pág. 458), face o entendimento de que a inserção no mercado mundial poderia ser o trunfo do Estado brasileiro, nos moldes do cenário pós-Guerra Fria.

Diante disso, a forma de inserção internacional do Brasil enquanto Estado Normal (1990/1999) e Estado Logístico (2000/2002) continuou buscar a estabilidade econômica. O acesso aos mercados tecnológicos e de investimentos; a cooperação externa;

e a tentativa de equiparar os interesses nacionais aos globais, tão em voga naquele momento. Isso se evidencia, claramente, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. A África, como um todo, perdeu seu relativo valor atrativo para a política externa brasileira durante esse período, especialmente pela queda nas relações comerciais, embora o governo mantivesse o discurso otimista, baseado no argumento histórico-cultural:

[A política externa] não se detém, contudo, no curto prazo. A diplomacia brasileira reconhece o potencial africano e por isso, empenha-se, no âmbito externo, para alavancar apoio às causas africanas, e no interno, para persuadir setores influentes da sociedade brasileira a se engajarem na ampliação do relacionamento com a África (PIMENTEL, 2000, pág. 8-9).

Nesses termos, a política africana do Brasil nos governos Fernando Henrique Cardoso encontrou dificuldades em se manter no nível anterior a 1990, prevalecendo algumas opções selecionadas, como a África do Sul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que uniam os vieses comercial e político de uma maneira permanente, mas com diminuições de contatos. Nesse âmbito da CPLP, a postura brasileira transpõe no discurso do Chanceler Lafer, quando ele reitera:

[...] o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade [...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam (LAFER, 2002, pág. 43).

Cumulativa com Luanda desde 1979, a embaixada brasileira em São Tomé teve uma ação mínima, praticamente nula no período em questão. A documentação diplomática entre 1990 e 2002 fica restrita a comunicados sobre a situação interna de crise econômica, reformas liberais e tentativas de golpe de Estado. Tal desinteresse da representação brasileira se encaixa no contexto maior de redução da política africana do Brasil. A partir de 07 de maio de 2002, a Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe passou a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Libreville, República Gabonesa¹⁰.

Em 1989, São Tomé e Príncipe foi o primeiro país lusófono africano a iniciar a transição política para o sistema multipartidário, de forma gradual e sem violência. Essa mudança tornou-se necessária em face do fracasso dos planos econômicos pelo governo de Manuel Pinto da Costa, desde 1975. Para Seibert,

[...] a extensão do poder político de Manuel Pinto da Costa era proporcional aos crescentes

¹⁰ Por meio do Decreto Presidencial n.º 4.219, de 7 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www6senado.gov.br/legislacao/ListaPublBacoes.action?id=234666&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 20 ago. 2011.

problemas econômicos. Embora nunca tenha desmentido a existência de tais problemas, Pinto da Costa apresentou como principais causas do fracasso da política econômica, a falta de empenhamento na materialização do programa do MSLTP ou a sabotagem política declarada (2002, pág. 193).

Esse entendimento de Pinto da Costa sobre a conjuntura política e econômica são-tomense levou, também, à busca por entendimento com os líderes da oposição, no exílio, como Carlos Graça (que regressou a São Tomé e Príncipe em 1987, assumindo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros¹¹) e Miguel Trovoada. Antes mesmo dessas negociações com a oposição, no exterior, o regime de MLSTP também reorientara, gradualmente, sua política externa para o Ocidente em detrimento das anteriores relações privilegiadas com os países socialistas. Claramente, essa inclinação para os países capitalistas ocidentais se relacionava à procura por ajuda econômica e de investimentos para superar a crise econômica. As visitas do Presidente da Costa à França (1983) e à Portugal (1984) se encaixaram nesse âmbito, onde também foi inaugurada a primeira ligação aérea regular de São Tomé com Lisboa, pela empresa TAP Air Portugal; em abril de 1984 São Tomé e Príncipe creditou seu primeiro embaixador junto às Nações Unidas (Rafael Branco), sendo que o mesmo, ainda em 1984, também foi creditado como representante do país junto aos EUA. Também em 1984, o país aceitou a Cláusula de Berlim (segundo a qual Berlim Ocidental era parte integrante da Alemanha Federal) – por consequência, esse país enviou um carregamento de 730 toneladas de farinha de trigo ao arquipélago. Ainda em 1984, a Marinha norte-americana visitou oficialmente o arquipélago.

A recompensa por essa nova política externa do arquipélago veio em forma de doações dos países ocidentais¹². E a postura pró-ocidental são-tomense progredia ao mesmo passo das doações, sendo que em 1986 o país participou pela primeira vez da Assembleia Geral das Nações Unidas, e “...embarçou os países socialistas ao votar a favor de uma moção que exigia a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão” (SEIBERT, 2002, pág. 195). A reaproximação com Portugal, através de acordo de cooperação militar em 1987 e a visita do Presidente português Cavaco Silva ao arquipélago, no ano seguinte, demonstram efetivamente como o país se realinhava internacionalmente.

Em função do fracasso da política econômica, os acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional geriram o acesso a empréstimos para reabilitação das plantações de cacau através da gestão estrangeira por créditos multilaterais. Por consequência, o governo iniciou uma política de liberalização gradual da economia nacional: em 1986, o governo cedeu a gestão da empresa estatal Água-Izé para uma companhia estrangeira, que resultou na aprovação de um código para atração de investimentos privados estrangeiros, através da isenção de impostos e do direito ao repatriamento de parte dos lucros. Finalmente, em 1987, o governo são-tomense

¹¹ A verdadeira intenção de Graça era assumir como Primeiro-Ministro, conforme acordo feito com o Presidente Pinto da Costa, em Libreville, mas seu nome fora barrado pelo Bureau Político do MLSTP.

¹² Em 1985, em Conferência multilateral dos países doadores (realizada em Bruxelas e patrocinada pelo PNUD), São Tomé e Príncipe, submeteu propostas de US\$55 milhões, sendo aprovadas 90% dessas; em 1986, na sequência daquela conferência em São Tomé, US\$24 milhões foram doados para a reabilitação das plantações estatais de cacau.

assinou com o Banco Mundial e o FMI, o Programa de Ajuste Estrutural, que visava a desvalorização da moeda nacional, a redução do déficite estatal, a reabilitação das empresas estatais através das privatizações ou cessões para investimentos estrangeiros.

Vários fatos envolvendo políticos e empresários à escândalos de corrupção e desvios de recursos públicos e provenientes de doações internacionais diretas passaram a ser noticiados e investigados, sendo que ministros e membros do alto escalão do governo eram os primeiros a tirar proveito das oportunidades criadas pela liberalização econômica e a presença de investimentos estrangeiros no país. Outro ponto importante da liberalização econômica nas ilhas diz respeito à gradual transformação das plantações estatais em particulares (para indivíduos ou cooperativas), através da política denominada de “envolvimento do cidadão”, numa clara alusão ao modelo de mercado livre. Logo, a necessidade de consolidação de uma classe média empresarial no país era relacionada como elemento central para o desenvolvimento nacional.

Paralelamente, a transição política evoluiu: a nova Constituição foi aprovada em 28 de março de 1990, prevendo a realização de eleições presidenciais e legislativas para junho e julho seguinte, respectivamente (que foram prorrogadas para outubro e dezembro seguinte, invertendo também a sequência da realização); no final de maio, o parlamento aprovou a lei de partidos políticos, permitindo a legalização dos grupos de oposição. Em 22 de agosto, ocorrera o referendo popular a favor da Constituição, ratificado por 81% dos votos (34.348 num total de 42.274, com taxa de participação de 80% dos eleitores inscritos). A nova Constituição manteve a designação de “República Democrática”, sendo que o Estado passou a ser definido como uma democracia legal, baseada em direitos humanos fundamentais (art. 6), sendo que nenhum dos símbolos nacionais (brasão, bandeira, hino) foram modificados, como ocorreu em Cabo Verde, por exemplo. O Presidente da República passaria a ser eleito por sufrágio direto e universal, através de votação secreta, para mandato de cinco anos, num máximo de dois mandatos consecutivos. O sistema semipresidencial, baseado no exemplo de Portugal, onde o Presidente acumula os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, podendo presidir o Conselho de Ministros, destinava-se a assegurar o controle dos partidos políticos pelo Presidente.

O MLSTP, em Congresso de outubro de 1990, reconstituiu-se, passando a denominar-se Partido Social-Democrata (PSD), assumindo a aliança com o neoliberal PSD de Portugal, adotando ainda uma nova bandeira e novo emblema. Em setembro, Carlos Graça foi eleito novo secretário-geral do PSD, abrindo caminho à candidatura à Presidência da República de Pinto da Costa¹³. Nesse sentido, São Tomé e Príncipe se adequava ao contexto pós-Guerra Fria ao passo que consolidava a Segunda República. Seus aliados naturais, Cuba e União Soviética, fecharam as respectivas embaixadas em São Tomé em 1991 e 1992, respectivamente, apenas permanecendo a da China, para efeito de prestação de assistência ao desenvolvimento.

¹³ Em abril de 1992, o Primeiro-Ministro Daniel Daio foi demitido por Trovoada, como consequência de protestos populares contra governo e de sua suposta proximidade com o FMI. O substituto de Daio foi Norberto Costa Alegre, ministro da Economia e Finanças, escolhido pelo PCD-GR. A gradual instabilidade interna (com as acusações da oposição) se complementou com o aumento dos casos de corrupção e desvio de somas milionárias no governo de Trovoada e continuidade da crise econômica. Em julho de 1994, Costa Alegre foi demitido pelo Presidente, nomeando em seu lugar Evaristo Carvalho.

Apesar de algumas alegadas tentativas de golpe durante o regime de partido único (1975/1990), os militares não haviam se envolvido na vida política são-tomense até 1995. Uma das principais causas apontadas para tal, pela bibliografia, refere-se ao futuro incerto das Forças Armadas do país após a transição democrática, onde o corte de recursos e a inexistência de uma Lei regulatória para o setor eram os grandes problemas elencados pelos próprios militares.

Os golpistas¹⁴ aclamaram que 90% das Forças Armadas haviam apoiado o golpe, no entanto, os oficiais de alta patente não o fizeram. Também identificavam no Presidente Trovoada o responsável pelas péssimas condições do setor, ao passo que a impopularidade dele aumentava em outros setores da sociedade são-tomense, como com a greve geral de professores, médicos e funcionários das rádios, no verão de 1995. A repercussão internacional negativa do golpe levou ao recuo por parte dos militares da criação da Junta de Salvação Nacional proposta, passando-se à iniciativa de criar-se um governo de unidade nacional. Angola passou a ser a mediadora da situação, entre o governo deposto e os militares. Cinco dias após o golpe, a ordem constitucional foi restaurada sob a anistia dada aos golpistas (por meio de um Memorando de Entendimento).

No início de 1996, um novo governo de unidade nacional tomou posse, liderado por Armindo Vaz d'Almeida, como Primeiro-Ministro, com seis membros do MLSTP/PSD, quatro do ADI e um do CODO, e com Trovoada na presidência, ainda tendo total influência¹⁵. Em julho de 2001, novas eleições presidenciais deram a vitória a Fradique de Menezes (55,18% dos votos) contra Pinto da Costa (39,82%), Carlos Tiny (3,22%) e Fortunato Pires (0,69%). Fradique de Menezes tomou posse em setembro seguinte, com Evaristo Carvalho (ADI) como Primeiro-Ministro; em abril de 2002, Gabriel Costa assumira o posto de Primeiro-Ministro.

A tentativa de estabilizar-se o país, de 1990 a 2002, afetava consideravelmente as ações da administração pública, pois

Na base da instabilidade política estava a luta pelo acesso aos fundos públicos e não diferenças programáticas, o que traz à ribalta a questão da administração daqueles fundos por governos democraticamente eleitos. As acusações de corrupção e de abuso de poder, emergentes logo depois da transição democrática, sugerem que passou a haver maior liberdade no debate sobre a corrupção e que o assunto se tornou parte da luta pelo poder (SEIBERT, id., pág 275).

Parte dos fundos externos de ajuda ao país também passaram a ser alvo de ações ilícitas (como o desvio de dinheiro e o mau uso dos recursos), fato que teve como consequência direta no período, a diminuição das remessas externas, em face de desconfiança dos doadores internacionais (especialmente da União Europeia)¹⁶. A

¹⁴ Quando ocorrer o golpe em 1995, os soldados estavam há seis meses sem receber seu soldo (por exemplo, um segundo-tenente recebia em março de 1995, o equivalente a 2 mil dobras, aproximadamente US\$14).

¹⁵ Ocorreram os dois turnos das eleições presidenciais, onde o Presidente Trovoada venceu o primeiro turno (em junho) com 41,4% dos votos, contra Manuel Pinto da Costa (36,8%), Alda Bandeira (16,1%), Carlos Graça (5,3%) e Armindo Tomba (0,43%); o segundo turno (em julho) foi vencido também por Trovoada (52,7% dos votos), contra Pinto da Costa (47,3%). As acusações de Pinto da Costa referentes à fraude do pleito não surtiram efeito e Trovoada tomou posse por mais um mandato, onde o caráter personalístico da política ficou evidente.

¹⁶ Como exemplo, no final de 1996, o Banco Mundial denunciou que apenas 43% das receitas provenientes de doações para ajuda alimentar tinham

“rotina da corrupção”, expressão cunhada por Seibert e a instabilidade política foram as constantes da história são-tomense entre 1990 e 2002¹⁷.

Frente à contínua instabilidade política, desestruturação econômica e problemas sociais daí decorrentes, as relações de alto nível Brasil-São Tomé e Príncipe, como visitas presidenciais e de Chanceleres não ocorreram no período¹⁸. Se no período entre 1975 e 1990, a política externa brasileira para São Tomé e Príncipe buscou mapear as possibilidades de relações, identificando a cooperação como principal demanda são-tomense, no período entre 1990 e 2002 o elo mínimo entre os dois países foi a manutenção de algumas ações de cooperação. Em novembro de 1990, por exemplo, se efetivou o início da cooperação no âmbito da prevenção da Malária (Projeto Global de Controle da Malária), por meio do envio de técnicos da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) para São Tomé. Entre julho e agosto de 1995, alunos são-tomenses participaram como ouvintes no Curso de Formação em Análise e Finanças – controle externo, no Instituto Serzedello Correa, em Brasília.

A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação são-tomense (Alberto Paulino) ao Brasil em novembro de 2000, ocasionou a assinatura em dezembro seguinte, do Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica (datado de 1977), especialmente para implementar os programas básicos de cooperação referente ao apoio técnico ao Ministério da Saúde são-tomense no que se referia à políticas de prevenção ao HIV-AIDS¹⁹. Em julho de 2001, quando da visita do diretor da ABC a São Tomé, embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, foram assinados os Ajustes Complementares ao Acordo Geral de cooperação na área de Educação²⁰.

No âmbito multilateral, a partir de 1989, mas especialmente de 1996 em diante a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tornou-se gradativamente um locus político de aproximação entre Portugal, Brasil e os PALOP, e logicamente também entre Brasil e São Tomé e Príncipe. Em setembro de 1990, ocorreu em São Tomé a VIII Sessão da Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa. Em setembro de 1992, ocorreu em São Tomé a II Cimeira de Ministros da Justiça dos Países de Expressão portuguesa, que posteriormente seriam incorporadas às ações setoriais da CPLP. A cooperação na área de defesa também tomou forma multilateral, quando a partir de 1997, os Ministros da Defesa dos Estados-membros da CPLP passaram a se reunir anualmente. Na Cúpula da CPLP realizada em Maputo, em julho de 2000, foi assinado o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços. Na Declaração da Cúpula realizada em Brasília

se convertido em ações práticas.

¹⁷ Mesmo com a transição democrática, o Estado não conseguiu desenvolver autonomia de ação e governança frente os interesses dos partidos políticos e de particulares, onde a responsabilização pública ainda não se faz efetiva. Complementarmente, no período a situação econômica do país não avançou muito, onde a dívida externa são-tomense passou de US\$153 milhões em 1990 para US\$303 milhões em 2001.

¹⁸ Em setembro de 1992, o embaixador Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcelos assumiu a embaixada brasileira em Luanda, cumulativa com São Tomé; em abril de 1996, o embaixador Alexandre Ador Neto assumiu a embaixada e em agosto de 1999, o embaixador brasileiro Jorge D’Escragnolle Taunay Filho assumiu em Luanda. A partir de maio de 2002, pela mudança de cumulatividade na embaixada, o responsável pelo posto brasileiro em São Tomé passou a ser o embaixador Tomas Maurício Guggenheim.

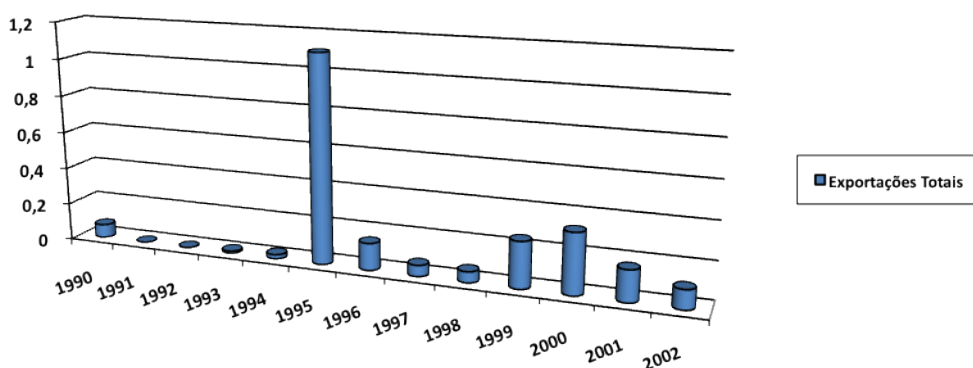
¹⁹ Em agosto de 1997, missão do Ministério da Educação visitou São Tomé para iniciar o “Projeto Melhoria do sistema de ensino da educação básica”. Em setembro seguinte, uma missão organizada pela ABC e composta por membros da Fundação Oswaldo Cruz visitou São Tomé e Príncipe, para mapear as demandas para implantação de cursos de formação e treinamento para profissionais de saúde em São Tomé.

²⁰ Implementando o a) Projeto Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe e b) o Projeto Bolsa Escola, além do Protocolo de Intenções sobre cooperação na área de formação profissional (possibilitando formação e treinamento de quadros são-tomenses no Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Luanda). Dentro do projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, estabelecido em maio de 2001, em 23 de outubro de 2002, foram inauguradas 100 salas de aula para a alfabetização de adultos, atendendo aproximadamente 2.800 alunos (Nota nº 422/2002).

(julho de 2002), consta a criação da Missão de observação às eleições legislativas antecipadas em São Tomé e Príncipe (março de 2002).

É interessante analisar, entre 1990 e 2002, a evolução do comércio exterior entre Brasil e São Tomé e Príncipe, pois nota-se uma clara instabilidade nessas relações, principalmente no início do período (de 1990 a 1994). O salto nas exportações brasileiras para o arquipélago, em 1995, foi derivado de uma demanda específica, por parte do país lusófono, de máquinas, caldeiras, secador de produtos agrícolas e mercadorias para construção e equipamento de embarcações.

Gráfico 2: Exportações totais brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990-2002 (US\$ F.O.B. milhões)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No ano de 1996, a queda das exportações se verificou por restringir-se apenas aos ladrilhos de cerâmica, pauta básica das relações comerciais Brasil-São Tomé e Príncipe (especialmente vendidos pela Artec Pisos e Revestimentos e Cerâmica Cristofolletti Ltda.). Em 1999 e 2000, verificou-se um sensível aumento das exportações brasileiras para o país, muito em razão da inserção de três tipos de produtos na pauta: utensílios para cozinha (plásticos e de louças de vidro, da Nadir Figueiredo S.A. e Canguru S.A), tintas e chapas de metal para a construção civil (da Imbralit Indústria e Comércio de artefatos e fibrocimentos) e óleo de soja (Rigor Alimentos S.A. e Simonetto Alimentos S.A).

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Manufaturados	771.642	--	--	110.746	22.006	1.107.373	144.957	59.826	58.691	247.247	322.708	94.267	1103.208
Semimanufaturados	--	--	--	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Básicos	--	--	--	0	0	0	0	0	0	0	73	73.062	0
Serviços/ Outros	--	--	--	0	0	11.022	0	0	0	0	0	0	0
Totais	771.642	--	--	110.746	22.006	1.108.395	144.957	59.826	58.691	247.247	322.781	1167.329	1103.208

Tabela 1 - Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 1990/2002 (em US\$ F.O.B.)

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

No que se refere às importações do Brasil de São Tomé e Príncipe, entre 1990 e 2002 foram nulas, com exceção para o ano de 2000, quando o Brasil importou o valor de US\$364, referente à pequena remessa de produtos derivados de frango.

A retomada da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (2003/2010)

A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (em seus dois mandatos, de 2003/2006 e 2007/2010) foi marcada por uma guinada na postura externa do país, conjugada com um entendimento do sistema mundial em mutação, com claras características de multipolaridade, que exigia do país capacidade de adaptação e reação. O Presidente Lula da Silva buscou caracterizar sua política externa como “pessoal”, “carismática” e “nacionalista” (RICUPERO, 2010), cujas ações estavam baseadas, em seus dois mandatos, no entendimento de uma ordem mundial multipolar, que reestimularia as alianças no nível Sul-Sul e contestou a hegemonia dos centros desenvolvidos.

Já em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente identificou as linhas-mestras de sua política africana, retomando a noção de pragmatismo inerente ao relacionamento do país com aquele continente:

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de uma mudança que se expressaram nas ruas. No meu governo, *a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional*. Por meio do comércio exterior, da capacitação em tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil [...] Reafirmamos os laços profundos que nos unem ao continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. [...] A democratização das relações internacionais, sem hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado (SILVA, 2003a, pág. 18-19, *grifo nosso*).

A “democratização das relações internacionais” pregada pelo Presidente Lula da Silva passava pelo entendimento da nova ordem internacional e sua mutação para ordem multipolar, onde Estados em desenvolvimento, como o Brasil, teriam um papel decisivo. O Estado Logístico dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva reassumiu o papel central no planejamento estratégico do desenvolvimento nacional, além da função de dar suporte e legitimar as iniciativas dos demais atores sociais e

econômicos domésticos com a delegação de responsabilidades e poder. Introduzido por Fernando Henrique Cardoso no final do seu segundo mandato, mas consolidado no primeiro mandato de Lula da Silva, o Estado logístico conjuga capacidades e responsabilidades que viabilizem a inserção autônoma do Brasil no sistema mundial. Para Cervo,

Como tudo isso depende de fatores internos e externos, o Estado garante que o interesse nacional tenha um peso na política externa, e se torna um agente da governança global. Este desenvolvimento garante a política externa na era Lula como um passo decisivo em direção à maturidade (id., 2010, pág. 10, tradução nossa).

Tal política externa criativa (altiva e ativa, nas palavras do próprio Presidente) também revisou a política africana do Brasil, dando-lhe tons propositivos, otimistas e pragmáticos, que haviam ficado em segundo plano no período entre 1990 e 2002. Nessa conjuntura, o continente africano foi revalorizado dentro do contexto de legitimação da cooperação Sul-Sul, ou seja, de uma política ativa de desenvolvimento. Para o Chanceler Amorim, essa cooperação enquadra-se como “estratégia diplomática originada de um autêntico desejo de exercer a solidariedade com os países pobres”, mas, também “ajuda a expandir a participação brasileira” no sistema mundial, onde se conjuga a cooperação

[...] entre iguais em matéria de comércio, investimento, ciência e tecnologia e outros campos, reforça a nossa estatura e fortalece a nossa posição nas negociações de comércio, finanças e clima. Por último, mas não menos importante, a construção de coalizões com países em desenvolvimento é também uma forma de atrair a reforma da governança global, a fim de tornar as instituições internacionais mais justa e democrática (AMORIM, 2010a, pág. 230, tradução nossa).

Em complemento à esse teor político da cooperação Sul-Sul, o próprio tema do desenvolvimento também retornou à agenda brasileira. O próprio Presidente, aliado à postura do Itamaraty, tinha intenções claras de consolidar a presença brasileira na África, seja por declarações explícitas à imprensa ou por ações pontuais – como exemplo, “LULA QUER vôo para a África” (2007, pág. 12), ou “LULA DIZ que foi à África arar a terra” (2005, pág. A6). O Chanceler Amorim também pautou seu argumento no renascimento africano a nas oportunidades para o Brasil:

De regresso [do périplo pela África], posso afirmar que a África acompanha com grande interesse e expectativa o que se passa no Brasil. Mais do que isso, parece haver uma verdadeira sede de Brasil no outro lado do Atlântico (AMORIM, 2003, pág. 239).

O pragmatismo retomado pela política externa de Lula da Silva foi retratado pelo próprio, em entrevista concedida à imprensa argelina, em 2006, sobre as relações com os PALOP como de “realidade político-diplomática e de cooperação” (SILVA,

2006, s/p, tradução nossa). O Chanceler Amorim, em uma análise geral sobre os oito anos de sua gestão, afirma que os PALOP são “compreensivelmente, aqueles com quem o Brasil tem o relacionamento mais duradouro, sólido e diversificado” (AMORIM, 2010a, pág. 233, tradução nossa). O Itamaraty teve seu tradicional papel recuperado na formulação e implantação da política externa como política de Estado, onde por um lado, houve uma reestruturação dos serviços diplomáticos no âmbito do MRE, pois o Departamento de África e Oriente Médio foi desmembrado, criando-se um Departamento exclusivo de África, com três Divisões de África (DAF-I, II e III).

A reabertura da embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe ocorreu em 18 de março de 2003, a primeira durante o governo Lula²¹. Tal reabertura teve simbolismo pela identificação do teor propositivo da política africana do governo Lula, de retomada da presença brasileira na África, especialmente a de língua portuguesa²². Em maio seguinte, o Chanceler Amorim realizou périplo pela África, incluindo uma estada em São Tomé e Príncipe²³, preparando a visita presidencial. As relações de alto nível retornaram efetivamente, o que se evidenciou com as vistas presidenciais, de Chanceleres e ministros e na assinatura de 21 Acordos ou Ajustes complementares bilaterais entre 2003 e 2010.

Em março de 2002, ocorreram as eleições parlamentares naquele país. Depois que assumira o governo, em 3 de setembro de 2002, o governo de Fradique de Menezes, foi alvo de tensões políticas, crises constitucionais e institucionais (em razão de o Parlamento ser de maioria do MLSTP. Fradique de Menezes decidiu convocar eleições legislativas antecipadas para 3 de março de 2002, no sentido de ter uma maior margem de manobra. Contudo, continuou a não conseguir obter a maioria parlamentar e nomeou um governo com a participação de todas as forças políticas com assento parlamentar. Após uma nova série de crises nomeou, em 3 de outubro, Maria das Neves de Sousa, do MLSTP-PSD, Primeiro-Ministro. Em 21 de janeiro de 2003, Fradique de Menezes dissolveu a Assembleia e convocou eleições para 13 de abril seguinte, que, no entanto, não ocorreram. O clima de instabilidade originou uma tentativa de golpe militar. Depois de uma negociação entre situação e oposição, Fradique de Menezes voltou ao posto em 23 de julho seguinte.

Face ao golpe de Estado, o governo brasileiro divulgou comunicado à imprensa, em 17 de julho de 2003, condenando e repudiando o golpe, incitando os revoltosos a reestabelecerem a ordem institucional naquele país (COMUNICADO, 2003a), além de enviar uma Missão de Bons Ofícios à São Tomé e Príncipe, constituída no âmbito do Conselho de Ministros da CPLP (sob presidência do Chanceler Amorim, naquele momento). Essa missão foi integrada pelo embaixador brasileiro em Luanda, Jorge Taunay e pelo Ministro do Interior de Angola, Oswaldo Serra Van-Dúmen e objetivou o contato direto com os revoltosos são-tomenses para a solução da crise (COMUNICADO, 2003a).

²¹ Por meio do Decreto Presidencial nº 9.849, de 18 de março de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9849.htm> Acesso em: 27 jan. 2011.

²² Os embaixadores brasileiros em São Tomé no período foram Paulo Dyrceu Pinheiro (2003/2006), Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior (2006/2009) e Arthur Vivacqua Correa Meyer (2009/2010).

²³ O Chanceler Amorim visitou, além de São Tomé e Príncipe, Moçambique, Zimbábue, Angola, África do Sul, Gana e Namíbia.

Como resultado dessa missão, assinou-se em 23 de julho seguinte, em São Tomé e Príncipe o Memorando de Entendimento entre o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes, o Chefe da Comissão Militar (grupo revoltoso), Major Fernando Pereira e o Chefe da Missão Internacional de Bons Ofícios (Grupo de Brazzaville), Ministro Rodolphe Adada. Tal Memorando criou a Comissão de garantia e de acompanhamento do acordo de 23 de julho de 2003, onde o representante brasileiro em São Tomé e Príncipe, embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro passou a participar como representante especial. A atuação do Grupo de Brazzaville, criado na coordenação entre a CPLP e a CEEAC para apoiar-se a estabilização política em São Tomé foi “fundamental para se alcançar solução pacífica, em curto espaço de tempo” (COMUNICADO, 2003a, pág. 283).

Em novembro de 2003, o Presidente Lula fez sua primeira visita ao continente africano, sendo que nos dias 02 e 03 de novembro, esteve em São Tomé e Príncipe, inaugurando oficialmente a embaixada brasileira em São Tomé²⁴. Em discurso na recepção oferecida pelo presidente Fradique de Menezes, o Presidente Lula remeteu a ação externa brasileira na África à uma guinada em prol da cooperação e das relações comerciais:

Estamos fazendo uma avaliação de nossa experiência em cooperação internacional. Trataremos de modernizar e ampliar nossas ações de cooperação. Posso assegurar que as dificuldades de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe serão uma das prioridades nesse contexto (SILVA, 2003b, pág. 186) .

No Comunicado conjunto sobre a visita, os dois Presidentes “manifestaram a satisfação pela identidade dos pontos de vista, em particular sobre o imperativo de promover a inclusão e a equidade social para larga parcela de suas populações”, além de identificarem a necessidade de “desenvolver políticas públicas dirigidas à promoção social de grupos marginalizados”. Ainda,

[ambos os Presidentes], no exercício de criação de um novo paradigma, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel ativo e realizador, em autêntico esforço de promoção do diálogo e da parceria Sul-Sul (COMUNICADO, 2003b, pág. 353).

Na comitiva brasileira estava presente o Ministro da Cultura Gilberto Gil, que aproveitou a oportunidade para discursar na Biblioteca Nacional, cujas impressões seguem:

À margem dos pronunciamentos oficiais e documentos assinados, há que destacar o

²⁴ Os Presidentes Lula da Silva e Fradique de Menezes se encontraram para reuniões de trabalho, que resultaram na assinatura do 1) Acordo de Cooperação Esportiva, 2) Protocolo de Intenções sobre cooperação técnica na área de saúde, 3) Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e técnica na área de educação para implantação do projeto “Brasil Escola”, 4) Emenda ao Ajuste complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação na área de Educação em relação ao projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, 5) Protocolo de Intenções em cooperação educacional, 6) Ajuste complementar ao Acordo básico de cooperação científica e tecnológica para implantação do projeto “Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe”, 7) Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica na área agrícola e 8) Protocolo de intenções na are de cooperação técnica no setor petrolífero (COMUNICADO, 2003b).

extraordinário impacto da participação do Ministro da Cultura Gilberto Gil [...]. Sua presença e discurso plenos de naturalidade na cerimônia na Biblioteca Nacional e a força de sua música [...] constituíram prova eloquente da identidade e estreitos vínculos históricos entre os dois países e povos, a todo momento reafirmados nos discursos e declarações do Presidente. A entusiástica receptividade pública à atuação espontânea de Gilberto Gil, como autoridade e artista, evidencia a necessidade da introdução de um forte componente cultural no planejamento da futura cooperação ampliada entre Brasil e São Tomé e Príncipe (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00211, 2003, pág. 2-3).

Pelo tom do Memorando acima, nota-se claramente como os aspectos histórico-culturais ainda são presentes nessa relação bilateral, constatação relativamente diferente das relações do Brasil com Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em outras palavras, fica evidente que o contato Brasil-São Tomé e Príncipe estava num patamar anterior aos contatos Brasil-Cabo Verde e Brasil-Guiné-Bissau. Em junho de 2004, o Presidente Lula recepcionou Ovídio Pequeno, Ministro de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades são-tomense e o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Fradique Bandeira Melo de Menezes.

Em abril e agosto de 2005, o Chanceler Ovídio Pequeno visitou o Brasil para Reunião de Trabalho, preparando a vinda do Presidente são-tomense, que ocorreu em 18 de agosto de 2005. Fradique Bandeira Melo de Menezes visitou o Brasil acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, da Economia no domínio do comércio, indústria, turismo e pescas, da Educação, Cultura e desporto, parlamentares de outros funcionários públicos são-tomenses (MRE, Nota nº. 411, 2005). O Comunicado Conjunto resultante do encontro mostrou evidente o caráter das relações bilaterais entre os países, onde os principais temas tratados ocorreram em torno da: a) cooperação (áreas de educação, saúde, agricultura, desporto, tecnologia da informação, cooperativismo e microcrédito); b) preocupação em relação à situação na Guiné-Bissau; c) interesse mútuo de participação brasileira na prospecção petrolífera em São Tomé e Príncipe tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país; d) promoção comercial, em termos de missões empresariais, das ações da Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe e da instalação da Comissão Mista Brasil-São Tomé e Príncipe (criada em 1984); e) e o próprio comércio exterior bilateral em termos de incentivo aos

[...] agentes privados dos dois países a estreitem seus contatos, tendo em vista as condições favoráveis oferecidas por São Tomé e Príncipe como plataforma potencial para a colocação de produtos brasileiros nos mercados dos países da região do Golfo da Guiné (MRE, Nota nº 411, 2005, s/p).

Ao retornar ao seu país, o Presidente Fradique de Menezes afirmou por diversas vezes que sua viagem à terras brasileiras tinha “colocado São Tomé e Príncipe na carta do Brasil” e que as conversações tidas no âmbito do governo federal passaram por setores relacionados ao petróleo, às relações comerciais e industriais. Em corres-

pondência da embaixada brasileira para a DAF-II ficam claros os resultados:

Não obstante os habituais exageros e equívocos de informação, a visita do Presidente Fradique teve repercussão muito positiva, contribuindo para reforçar a admiração nutrida em São Tomé e Príncipe pelo dinamismo e pelos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico atingidos pelo Brasil, visto cada vez mais, sobretudo no seio da nova geração de líderes santomenses, como a *mais vantajosa parceria externa alternativa, face às limitações e o esgotamento da cooperação portuguesa para o desenvolvimento deste país em diversas áreas* (BRASEMB SÃO TOMÉ, Memorando nº 00302, 2005, pág. 1, *grifo nosso*).

O embaixador brasileiro em São Tomé e Príncipe, Paulo Dyrceu Pinheiro, em encontro com o Ministro da Economia são-tomense, Gaudêncio Costa relatou as impressões do mesmo:

[disse o Ministro] que visitou o Brasil pela primeira vez e regressou a esta capital “em estado de choque” (sic). Confessou-se o jovem Ministro sua enorme surpresa com tudo o que viu em nosso país, bem como sua ansiedade em começar a explorar o vasto potencial de cooperação bilateral existente em todos os domínios, até agora pouco aproveitado, e em “recuperar tanto tempo perdido com Portugal”, especialmente no tocante à cooperação educacional em geral e à formação de quadros para a administração do Estado (PINHEIRO, 2005, pág. 1).

Outro resultado imediato dessa visita refere-se às tratativas de cooperação no setor petrolífero: o Ministro da Economia também afirmou do interesse são-tomense na cooperação bilateral, afirmando sobre “os extraordinários benefícios que São Tomé e Príncipe [poderá] auferir com o estabelecimento de uma parceria estratégica no setor petrolífero” (PINHEIRO, id., pág. 02). O entusiasmo são-tomense com a visita ao Brasil (ver, por exemplo, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL, 2009, pá. 58) foi tamanho que o Ministro Deolindo Costa chegou a informar, indiscretamente à mídia local sobre uma possível “primeira alteração da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas”, pois o mesmo tinha assinado recentemente um Memorando de Entendimento com as empresas petrolíferas Galp, Petrobras e Sonangol, para a criação de uma sociedade para exploração do outro negro na zona exclusiva do arquipélago.

Nesse sentido cabe referir que o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio do Setor Petrolífero²⁵, de 02 de novembro de 2003 tem sido a base desse tipo de cooperação bilateral, e prevê, entre outros itens, a ação da Agência Nacional de Petróleo brasileira com órgãos santomenses, no sentido de cooperação para prospecção, no domínio de petróleo e gás, de ambas as partes. Entende-se que o setor de serviços é o grande responsável pela economia são-tomense, respondendo por 68% do PIB, a agricultura responde por 17% e a indústria por 16% (GUIA, 2008, pág. 10). A exploração do setor petrolífero, uma parceria com a Nigéria no Golfo da Guiné (na proporção 40/60), também redimensionaram o papel do arquipélago no

²⁵ Com base no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em 26/06/1984.

continente africano. As primeiras licenças foram concedidas em 2004. Em novembro de 2010, a Chevron/Texaco transferiu 45,9% do Bloco de prospecção 1 da Joint Development Zone (JDZ) com a Nigéria para o grupo francês Total, que anunciou o início da exploração de 2 a 3 anos. A Chevron explorando no Bloco 1 desde 2006. O Product Sharing Contracts (PSC) da JDZ Blocos 5 e 6 ainda não foi assinado, desde 2005, em razão de uma disputa judicial entre ERHC – Energy Inc²⁶ que reclama da participação em 15% dos direitos do dois blocos e São Tomé e Príncipe ainda não recebeu os US\$ 37 e US\$45 milhões, respectivamente, que tem direito dos referentes blocos.

Desde 2005, como resultado da ação política brasileira, a Petrobrás tem aprovado projetos de exploração de petróleo em São Tomé e na Guiné-Bissau, com parceria com a Galp, a Sonangol, além das petrolíferas locais²⁷. A Petrobras já está bem envolvida no Golfo da Guiné: suas maiores operações na região estão em Angola, sendo responsável por quase 5% da produção petrolífera externa da empresa. A Petrobras também já atua na Nigéria e participa de uma “offshore” na Zona entre Nigéria e Guiné Equatorial, muito próxima de São Tomé²⁸.

Até março de 2006, houve um período de relativa estabilidade política no país africano, quando ocorreram eleições parlamentares e a maior parte dos assentos foram ocupados por deputados da situação. Em 30 de julho seguinte, Fradique de Menezes se reelegeu para mais um mandato de cinco anos (baseado numa coalizão governista, o Movimento Democrático Forças da Mudança/ MDFM), derrotando Patrice Trovoada (MLSTP) e Guimarães Nilo (independente). Em agosto seguinte, também se realizaram as eleições locais (que não ocorriam desde 1992) e deram ampla maioria a candidatos da coalizão governista. Entre 11 e 12 de fevereiro de 2009, nova tentativa de golpe ocorreu no país, quando aproximadamente 40 pessoas, lideradas por Arlécio Costa, da Frente Democrática Cristã (FDC), ex-líder do antigo Batalhão Búfalo²⁹, se acuartelaram num bairro da capital são-tomense, com o objetivo de alterar a ordem constitucional. Os golpistas, presos, receberam o perdão do Presidente Fradique de Menezes. Em 1º de agosto de 2010, novas eleições legislativas ocorreram o país, sendo que o resultado indica uma mudança no governo, pois foram vencidas pela Ação Democrática Independente (ADI), cujo líder é Patrice Trovoada, sendo a quarta mudança de governo desde 1991. Nos mesmos termos, os outros três partidos da oposição que tiveram vitória expressiva foram o PDC em 1991, o MLSTP/PSD em 1994 e o MDFM em 2006. Em 14 de agosto de 2010, Patrice Trovoada assumiu como Primeiro Ministro, no 16º governo são-tomense desde 1991, porém sem a maioria no Legislativo.

Em face das necessidades apresentadas pelas ilhas, em dezembro de 2007, o

²⁶ A ERHC – Energy Inc. assinou com o governo de São Tomé e Príncipe, em 1997, um controverso acordo, renegociado em 2003, que tem sido considerado prejudicial aos interesses são-tomenses

²⁷ Conforme dados obtidos no Plano de Investimentos 2007/2011 da Petrobrás. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/tri/port/apresentacao-eventos/conftelefonicas/pdf/planonegocios20072011_port.pdf> Acesso em: 19 out. 2008.

²⁸ É interessante ressaltar que estão presentes (para exploração e extração) nos Pequenos PALOP a companhia norte-americana Chevron-Texaco e as nigerianas NNPC e Afren PLC em São Tomé e Príncipe, além da italiana ENI-Agip, na Guiné-Bissau demonstrando a relevância estratégica do Golfo da Guiné para a produção energética mundial.

²⁹ O Batalhão Búfalo se constituiu enquanto força militar integrada por mercenários oriundos de Angola, Moçambique e outros países africanos, criado pelo regime do Apartheid na África do Sul, para concretizar operações militares na África Austral (especialmente em Angola, onde apoiou as forças da Únita contra o MPLA).

Brasil abriu uma linha de crédito de US\$5 milhões, gerida pelo Banco do Brasil, no sentido de reativar as importações de bens alimentares brasileiros, em São Tomé e Príncipe (BRASIL, 2007). No entanto, como a liberação do crédito demorou, “pelas dificuldades de organização do próprio governo são-tomense”, pois demorou-se a “definir o que comprar, demorou-se ainda mais a definir as quantidades” e, associado à isso, as dificuldades de logística “revelaram-se quase intransponíveis”, onde “sérias dificuldades quase puseram a perder toda a operação” (SANTOS JR., 2009, pág.16)³⁰. Em julho de 2009, outra linha de crédito emergencial, novamente no valor de US\$5 milhões, foi concedida a São Tomé e Príncipe, utilizada para os mesmos fins da anterior, porém com dificuldades aumentadas (MEYER, 2009).

Desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países, em 1984, várias iniciativas de cooperação entre os dois países foram implementadas por demandas apresentadas por aquele país e, em complemento, pelas missões realizadas pela ABC a São Tomé e Príncipe. Houve um visível progresso em todas as áreas, com uma atuação concreta da ABC em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores, Educação, Cultura, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ciência e Tecnologia. Após vista oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de São Tomé e Príncipe, em novembro de 2000, empreendeu-se, em maio do ano seguinte, uma missão brasileira a São Tomé e Príncipe com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação técnica a serem desenvolvidas entre os dois países. O estabelecimento de grandes projetos nas áreas de Saúde e Educação, a saber, “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na prevenção do DST/AIDS”³¹, “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”³² e “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”³³, aprofundou a presença brasileira no país africano.

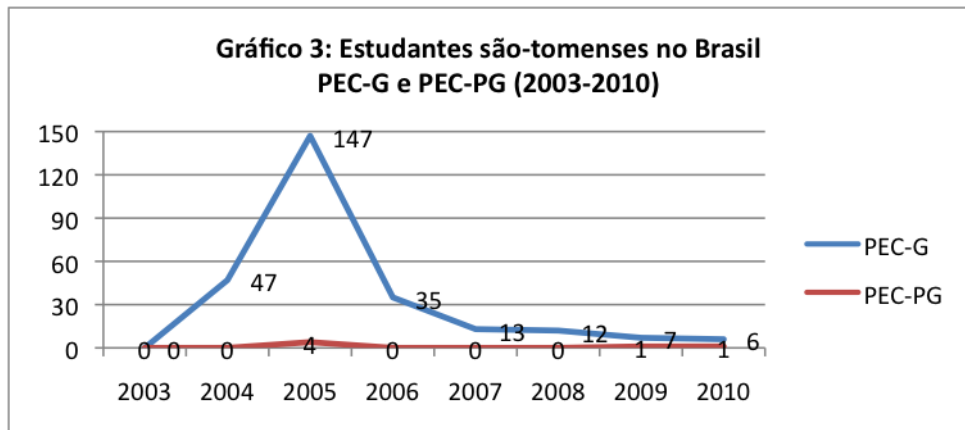
A continuidade dos referidos projetos foi garantida pela assinatura de novos documentos e emendas aos ajustes complementares anteriores. No entanto, problemas na distribuição das doações dos medicamentos antiretrovirais para tratamento do HIV-AIDS se tornaram-se frequentes e ocasionaram a diminuição dessa doações a partir de 2009.

³⁰ A única ligação permanente entre o Brasil e São Tomé e Príncipe é de um voo semanal Fortaleza-São Tomé, com escala de 24 horas em Cabo Verde, desde 2008. Em toda a documentação diplomática da embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe analisada, fica evidente a necessidade de ampliar-se a periodicidade desses voos comerciais, bem como estabelecer-se rota permanente dos voos da FAB para o país, pois essa questão logística “contribui para uma maior inserção brasileira, assim como no apoio aos projetos de cooperação e cultura desenvolvidos” (SANTOS JR., op. cit. pág 8).

³¹ Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS”, de 02/12/2000 e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para a Implementação do Projeto Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe, de 18/08/2005.

³² Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação na Área de Educação para a Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.

³³ Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”, de 02/11/2003.



Fonte: Elaborado por meio de dados constantes do MRE e MEC.

Na área educacional, o acordo de cooperação cultural do Brasil com São Tomé e Príncipe é de 1984 tendo entrado em vigor em 1991. Esse viabilizou a entrada de alunos são-tomenses em instituições de ensino superior brasileiras. Pelos números acima, fica claro o aumento de demanda e interessados em estudar no Brasil no período estudado. Outro ponto demandado pelos são-tomenses na área educacional a partir de 2003 refere-se às tecnologias e treinamentos dos cursos de Educação à Distância (EaD), especialmente para ofertadas para as localidades no interior das ilhas.

Outro ponto relevante dessa cooperação bilateral e que têm relação direta com a formação de uma elite pró-Brasil, é aquela dada no âmbito das Chancelarias, especialmente na formação de diplomatas são-tomenses no Instituto Rio Branco, desde a década de 1980. Ampliando essa cooperação, em 2007 foi assinado um Memorando que previa a modernização e otimização de desempenho dos serviços exteriores são-tomenses, a partir de ações da Chancelaria brasileira.

No entanto, problemas internos são-tomenses tem consequências no aprofundamento mesmo das ações de cooperação educacional. Pode-se, assim, citar como exemplo a cooperação em formação diplomática (iniciada na década de 1990, a partir de quando o país africano passou a enviar ao Brasil, em maior ou menor número, um estudante para cursar o Instituto Rio Branco), sendo que no ano de 2009, o governo são-tomense chegou a desistir da vaga por falta de candidatos (a vaga foi preenchida por que a representação brasileira em São Tomé sugeriu nomes com curso superior concluído no Brasil).

Culturalmente, em 20 de março de 2008 foi inaugurado o Centro de Estudos Brasileiros-Centro Cultural Guimarães Rosa (CEB), na cidade de São Tomé, em São Tomé e Príncipe, como local de aprofundamento das ações educacionais e culturais desenvolvidas pela embaixada o Brasil no país (MRE, Nota nº 136, 2008). As atividades do CEB “são abrangentes e diversificadas”, ofertando à sociedade são-tomense cursos como capoeira, teatro de marionete, música e outras ações em parceria com o SEBRAE (técnicas de comercialização de produtos de artesanato), ou ainda, a pro-

moção de festas juninas, o custeio de grupos de teatro locais, a exposição de artes e a exibição de filmes brasileiros, semanalmente se configuraram como forma de mostrar parte da cultura brasileira aos são-tomenses e ampliar-se essa noção de povos-irmãos (SANTOS JR., 2009), tornando o CEB um polo cultural importante de São Tomé e Príncipe, atingindo os objetivos propostos pela política externa brasileira.

A cooperação técnica também tem sido redefinida na área agrícola, por meio dos Ajustes Complementares para o desenvolvimento de projetos na área de extensão rural e abrangeu novos temas, como o Esporte, por meio do Acordo de Cooperação Esportiva³⁴. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades Carlos Augusto dos Anjos acompanhado pelo Ministro das Obras Públicas e Infra-Estruturas, Delfim Santiago das Neves visitou o Brasil entre 25 e 29 de março de 2007 (MRE, Nota nº 124, 2007).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny visitou o Brasil em 19 e 20 de janeiro de 2009, e assinou Memorandos sobre cooperação em assuntos aquícolas e de pesca e também sobre a V Fase do programa Alfabetização Solidária (MEMORANDO, 2009), demonstrando que esse programa obteve resultados esperados. Antes, preparando sua vinda ao Brasil, reuniu-se com o embaixador brasileiro local e, conforme relato do próprio:

Visivelmente entusiasmado com a visita e com os desdobramentos para seu país, o Chanceler são-tomense abriu nossa reunião afirmando que o Brasil sozinho já seria capaz de “fazer” São Tomé e Príncipe, no sentido de que as experiências e os sucessos brasileiros, nos mais diversos domínios, seriam suficientes para o desenvolvimento de seu país, não sendo mais necessárias as dependências que se tem hoje de Portugal, Angola, Taiwan, etc. (SANTOS JR., 2009, pág.10).

Quanto ao Ministro Tiny, merece atenção que em toda a documentação analisada, ele aparece como o “principal entusiasta da cooperação brasileira” e passou tal entusiasmo ao Primeiro-Ministro Rafael Branco. Esse, de 09 a 13 de março de 2009, esteve no Brasil, com agenda oficial voltada ao aprofundamento da cooperação bilateral, principalmente nas áreas de agricultura (implantação do Programa Nacional de Extensão Rural) formação profissional (Centro de Formação Profissional Brasil-São Tomé e Príncipe), mas incluiu reuniões com empresários baianos e paulistas (MRE, Nota nº 100, 2009)³⁵. Essa opção pelo aprofundamento dos com o Brasil, no governo de Tiny e definiram o Brasil como “parceiro estratégico”, ao lado de Angola e Portugal, pois

A escolha era inevitável e tem seus motivos não apenas nas coincidências de línguas e costumes de ex-colônias portuguesas. Na verdade, dos três parceiros, Portugal apresenta

³⁴ Acordo de Cooperação Esportiva, Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Construção Institucional e Metodologia da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar” em São Tomé e Príncipe e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Área Agrícola da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, todos de 02/11/2003.

³⁵ Visita essa que teve como efeito imediato a missão do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre maio de junho de 2009, responsável por mapear os principais problemas de infraestrutura de São Tomé e Príncipe.

cacoetes de antigo senhorio, e muitas vezes se comporta como tal. Angola, comporta-se como vizinho rico, a quem se recorre em casos de necessidade (desconfortavelmente frequentes para STP), e que por isso mesmo se permite manter um comportamento até certo ponto invasivo e opressivo. O Brasil seria, portanto, a alternativa sadia e inescapável (SANTOS JR., 2009, pág. 15-16).

Essa visão de uma relação necessária e profunda com o Brasil também ficou clara até na imprensa do país, pois

Discretamente e sem ondas, o Brasil encontrou a fórmula de se destacar e impor-se em África e no fechado clube dos países mais poderosos do mundo. Lula da Silva é hoje um dos chefes de Estado mais populares do planeta, como sublinhou o primeiro-ministro português, José Sócrates. Mas também é líder temido [sic] pôs em questão e revolucionou os métodos monolíticos de cooperação dos países tradicionalmente presentes em África (BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA, 2009, pág. 2).

Confirmando a relevância da relação com o Brasil, novamente em fevereiro de 2010, o Ministro dos Negócios Estrangeiros são-tomense Carlos Tiny visitou Brasília. Em novembro seguinte, o Ministro da Defesa Carlos Stock, veio ao Brasil. É interessante notar, também, que se a cooperação é o vetor da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, essa também passou por evoluções em seu teor, demandas e na sua concretização. A principal evolução diz respeito ao entendimento de que essa cooperação deva ser feita de forma séria e levando-se em conta as especificidades da sociedade e economia local, possibilitando, quando viável, a triangulação da cooperação, no sentido de promover o desenvolvimento, nos marcos da cooperação Sul-Sul. Exemplo positivo dessa triangulação referiu-se à parceira Brasil-Japão-São Tomé e Príncipe na oferta de cursos de capacitação profissional, com “transferência de tecnologia [...] e soluções criativas em cursos de curta duração e de fácil replicação” (MEYER, 2010, pág. 7)³⁶.

Ficou presente, entretanto, na análise da documentação diplomática uma forte crítica da representação brasileira em São Tomé em relação à cooperação bilateral ofertada pelos países desenvolvidos e organismos internacionais. Um exemplo interessante constante da documentação diplomática refere-se às doações de arroz para a população são-tomense, que acabou introduzindo tal ingrediente imprescindível da alimentação local, antes baseada no trio peixe-fruta pão-banana. Conforme a embaixada brasileira em São Tomé, fica evidente que nem todo tipo de cooperação é interessante aos países em desenvolvimento, como o caso são-tomense: “Como o país não produz, nem sequer tem esperanças de um dia vir a produzir arroz, as frequentes faltas desse produto no mercado geram crises políticas, que já derrubaram governos” (SANTOS JR, 2009, pág. 6).

A representação brasileira em São Tomé também teve papel central nessa ação cooperativa, no período de 2003 a 2010, seja na concretização de programas de

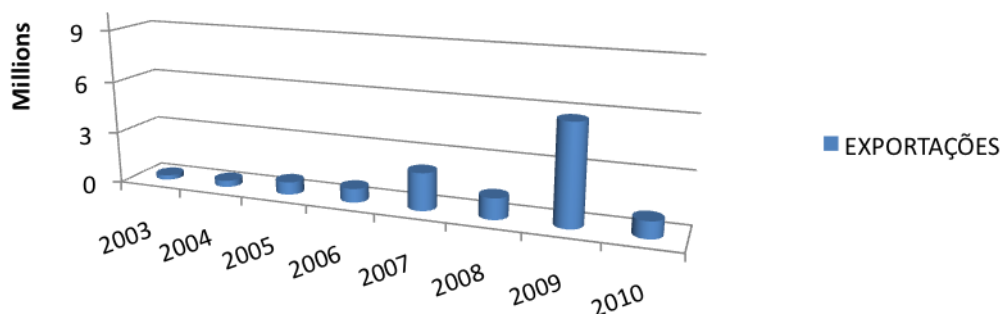
³⁶ Outras iniciativas de cooperação triangular que ocorreram no período são o projeto de combate ao trabalho infantil (Brasil-OIT-Cabo Verde) e a continuidade do projeto de cooperação educacional militar (Brasil-CPLP-União Africana).

cooperação ou na assinatura deles, diretamente com autoridades são-tomenses. Como exemplo concreto de como a presença brasileiro nas ilhas modificou o desenvolvimento local, em março de 2010, o embaixador brasileiro Arthur V. C. Meyer e a ministra da Defesa Nacional Elsa Pinto, assinaram Acordos que definem bem a realidade e as demandas das ilhas: implementação a) da Fase II do Programa Nacional de Alimentação Escolar em toda rede escolar pública de São Tomé e Príncipe, b) implementação da fase I do Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas das principais cidades são-tomenses, no sentido de criar-se legislação ambiental e capacitação de técnicos para gerir o Plano Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas, c) implantação da Política de Salário Mínimo nas ilhas, a partir da realização de audiências públicas e d) Programa de apoio à luta contra a tuberculose.

Também no âmbito multilateral, o Brasil aprofundou sua presença em São Tomé. Como exemplo, em face da realização da V Cúpula de Chefes de Estados e de Governo da CPLP, em São Tomé, o Brasil doou, em julho de 2004, US\$500 mil, pelas mãos do embaixador Paulo Dyrceu Pinheiro, para completar o orçamento do evento. Ainda nesse sentido, a promoção de uma série de cursos profissionalizantes realizados pela ABC, no âmbito da CPLP, como o de negociações comerciais, técnico de futebol, cooperação internacional, todos em 2008, também confirmam essa ação externa brasileira.

No que se refere ao comércio exterior bilateral, nota-se um aumento relativo no número total das exportações brasileiras para as ilhas no período 2003/2010, a base da pauta de exportações brasileiras³⁷ era da área alimentícia (açúcar e seus derivados, produtos de confeitaria, café, farinhas e bolachas/ biscoitos) e da área de bens manufaturados com relativo valor agregado (automóveis, produtos cerâmicos, madeiras, ferro fundido e tintas, móveis de madeira e plástico, produtos de vestuário, como calçado, paletós, cuecas e calças).

Gráfico 4: Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003-2010 (em US\$ F.O.B.)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

³⁷ São Tomé e Príncipe tem mais da metade de suas importações feitas a partir de Portugal (56,1% em 2010).

Os produtos mais vendidos pelo Brasil a São Tomé e Príncipe nesse período foram pedaços e miudezas congeladas de frango, representando em média, 35% da pauta entre 2003 e 2010. No entanto, concretizou-se a diversificação gradual da mesma, que além dos produtos supracitados passou a contar com material escolar (livros, dicionários, agendas), material audiovisual (CDs e DVDs), material elétrico (ferramentas, acessórios e aparelhos), de decoração (sofás, tapetes, cortinas, telas e espelhos), ampliando as possibilidades das micro e pequenas empresas brasileiras.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Manufaturados	248.873	355.241	654.881	699.740	2.048.725	995.843	4.504.724	532.571
Semimanufaturados	--	--	--	--	--	83.040	35.160	--
Básicos	13.499	16.386	34.507	91.755	101.201	125.639	1.179.796	424.401
Serviços/outros	--	--	35.936	--	--	--	--	--
Total	262.372	371.627	725.324	791.495	2.149.926	1.204.522	5.719.680	956.972

Tabela 2 - Exportações Brasileiras para São Tomé e Príncipe 2003/2010 (em US\$ F.O.B.)
 Fonte: Tabela elaborada a partir de dados constantes dos sistemas SISCOMEX e ALICEWEB do MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/> e <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Acesso em: 05 jan. 2011.

As principais empresas brasileiras que no período 2003/2010 exportaram para São Tomé e Príncipe eram do ramo alimentício (Rigor Alimentos Ltda., Conservas Oderich SA., Sadia SA., Simonetto Alimentos Ltda., BRF – Brasil, Foods S.A., Céu Azul Alimentos Ltda., Avícola Carrer Ltda., Palmali - Industrial de Alimentos Ltda., entre outras) do ramo de produtos básicos do vestuário (Calçados Bebecê Ltda., Calçados Beira-Rio SA., São Paulo Alpargatas SA., Paquetá Calçados SA., Itabuna Têxtil) e do ramo da construção civil (Madeira Herval SA., Somapar Sociedade Madeira Paranaense Ltda., Cerâmica Cristofolletti Ltda., Imbralit, Artec – Pisos e revestimentos Ltda., Can-guru SA Indústria Comércio de produtos plásticos).

As importações brasileiras de São Tomé e Príncipe foram quase nulas entre 2003 e 2010, à exceção dos anos de 2003 (US\$125.480), 2004 (US\$417.630), 2005 (US\$105.000), 2006 (US\$3.140) e 2008 (US\$8.067), quando o Brasil comprou pequenas quantidades de cacau in natura (o principal produto de exportação são-tomense). Entretanto, um condicionante negativo nesse intercâmbio comercial refere-se às questões de logística, onde o alto valor do frete marítimo das mercadorias, que inibem os empresários dos dois lados do Oceano Atlântico a aumentar exportações e importações. Também por esse motivo e pelo tamanho diminuto da economia são-tomense, o investimento direto (ou em carteira) brasileiro no país ainda não existe.

Considerações finais

No período inicial da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1975/1990), ficou evidente que a prioridade do Brasil era o teor político dessa ação, evidenciada pelo estabelecimento do contato diplomático no imediato pós-in-

dependência e atrelamento desses Estados periféricos a um entendimento comum do sistema internacional e da suas conseqüentes inserções. O contexto de Guerra Fria posicionava São Tomé e Príncipe ora para o lado socialista (URSS, Cuba e China), especialmente no imediato pós-independências, ora para um lado pró-Occidente (Estados Unidos, Portugal e França) a partir de 1983, com a crise das dívidas externas e as necessárias reformas econômicas liberais nesses países.

O Brasil, nesse ínterim, apareceu como alternativa política de não alinhamento ao país africano, vislumbrando uma parceria para o desenvolvimento daqueles, por meio da cooperação. Aproximar-se desses países inseria o país no patamar dos países doadores de cooperação (mas não doador líquido), ampliando sua influência no Atlântico Sul. Vale ainda frisar sobre a coercitiva manutenção de laços com Portugal dos Pequenos PALOP, em razão do contencioso colonial: as questões relacionadas ao Banco Nacional Ultramarino, ao funcionalismo público e as antigas contas interprovinciais foram pauta obrigatória das relações desses países com Portugal, independente de sua órbita pró-Occidente ou pró-Socialismo.

A análise da bibliografia e documentação oficial evidenciou que, após esses primeiros contatos oficiais, o Brasil buscou mapear a real dimensão que as relações com as ilhas poderiam alcançar. As inúmeras missões técnicas e visitas de Ministros e Chefes de Governo de Brasília para São Tomé (e de lá para cá) ocorreram nesse sentido, ao elencarem as demandas bilaterais; primeiro exploratórias, essas missões e visitas se tornaram mais específicas ao longo da década de 1980. Restou clara a demanda brasileira: influência política e relações comerciais potenciais (mas não reais, nesse momento).

A ação brasileira para efetivar essa influência se pautou na área de cooperação horizontal, onde as frequentes reuniões da Comissão Mista foram fundamentais. As demandas africanas se identificavam com ações de cooperação nos setores de saúde, educação, ciência e tecnologia, administração pública e, inerente a todos os setores, treinamento de recursos humanos. O Brasil, por sua vez, nem sempre conseguiu efetivar tais projetos, pois seus recursos não eram obtidos ou autorizados pelo Congresso Nacional, fato que direcionou a base dessa cooperação na área educacional (por meio de bolsas de ensino, treinamento por setores, entre outros) e na conseqüente formação de uma elite nesses países que fosse favorável às relações bilaterais com o Brasil. Assim, termos como “coordenação política”, “amizade e confiança”, “vantagens mutuamente satisfatórias”, “esforços comuns”, “estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional”, “respeito às soberanias nacionais”, “desenvolvimento” e “cooperação” aparecem reiteradamente nos textos oficiais.

No segundo momento da política externa brasileira para São Tomé e Príncipe (1990/2002), ficou claro que o Brasil relativizou sua ação para esses países (e para a África em geral), diminuindo acentuadamente os contatos, inclusive o teor político que dava o atrelamento desses Estados em desenvolvimento a um entendimento comum do sistema internacional e das suas conseqüentes inserções. O contexto do fim da Guerra Fria trouxe consigo instabilidades nos quatro Estados, onde o aprofundamento das crises das dívidas externas e as conseqüentes reformas econômicas

liberais se consolidaram, contudo resolvendo parcialmente os problemas no Brasil e em São Tomé e Príncipe.

Em relação ao período de 2003 a 2010, o número expressivo de acordos e ajustes na área da cooperação assinados (27 no total) demonstra claramente o grau de demandas daquela país dessa ação brasileira. Acordos nas áreas de saúde, educação, política salarial, legislação ambiental, artesanato, extensão rural, esportes, entre outros, vislumbram volume de deficiências são-tomenses, cujas ações de saneamento tem no Brasil o principal executor. No entanto, na documentação diplomática da representação brasileira em São Tomé, aliadas a essas ações, também são frequentes expressões como “falta de resposta do lado são-tomense”, “entraves pontuais”, “desorganização do governo são-tomense”, “não existência de profissionais aptos para finalizar o projeto [ou ação]”, “nunca saíram do papel”. Entende-se, então, que as relações Brasil-São Tomé e Príncipe, comparadas aos demais Pequenos PALOP, ainda estão numa fase preliminar, pois tanto por motivos são-tomenses quanto por motivos brasileiros, as ações de cooperação bilateral tem sido empreendidas, porém com demora e problemas pontuais em sua execução.

Percebeu-se, também, um aumento sem muita significância nas relações comerciais entre o Brasil e São Tomé e Príncipe no período. No entanto, quando analisado o valor bruto do crescimento das exportações e importações brasileiras, percebe-se um aumento constante na participação das exportações brasileiras destinadas àquele país. Os altos e baixos das permutas comerciais de 1974 a 2002 estiveram relacionados à ações de algumas empresas brasileiras que não conseguiram manter o nível dessas trocas, face as dificuldades econômicas em São Tomé e Príncipe, mas especialmente pelas profundas deficiências no setor de transportes de cargas, que encareciam o valor do frete em mais de 100%. A perspectiva é que esse tema relacionado aos aspectos de logística e transportes de cargas entre o Brasília e São Tomé (e com os demais PALOP) seja a pauta bilateral prioritária dos próximos anos. Assim, ainda que se constatasse um avanço na política externa brasileira para São Tomé e Príncipe, os números do comércio bilateral ainda não são expressivos, mas tornaram-se, desde 2003, mais constantes, com a diminuição relativa das instabilidades anteriores.

Assim, compreende-se que a cooperação Sul-Sul tem gradualmente, desde 1975, transformado em ação prática as relações históricas, legitimando essa ação política do Brasil para São Tomé e Príncipe (e os demais PALOP), cuja recíproca é verdadeira ao identificar-se que, nos dois lados do Atlântico Sul, a busca pelo desenvolvimento econômico e social é a tônica das respectivas ações externas.

Referências

ACORDO GERAL de Cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 26 de junho de 1984. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.68, 1º Semestre 1991, pág. 190-192.

AMORIM, Celso. O Brasil e o renascimento africano. Folha de São Paulo, 25/05/2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 92, 1º semestre de 2003, pág. 238-240.

- _____. Brazilian foreign policy under Presidente Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010a, pág. 214-240.
- ARRUDA, Sérgio. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00049B**], 18/05/1984, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Política externa são-tomense.
- _____. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 000612**], 27/03/1985, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 pág. Demandas são-tomenses na área de cooperação bilateral.
- AZEREDO DA SILVEIRA, Antônio Francisco. Brasil insiste na reforma da ordem econômica mundial. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 22 de setembro de 1975. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 6, jul/ago/set-1975, pág. 35-39.
- BAENA SOARES, João Clemente. Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 26 de maio de 1980, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro da Agricultura de São Tomé e Príncipe, Arlindo Gomes, e transcrição das palavras proferidas, de improviso, pelo Ministro Arlindo Gomes. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº.25, abr/maio/jun 1980, pág. 87-89.
- BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Ed. Da UnB, 2008.
- BRASEMB SÃO TOMÉ. [**Memorando nº 00211**], 07/11/2003, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Impacto da visita do Presidente Lula da Silva e comitiva a São Tomé e Príncipe.
- _____. [**Memorando nº 00302**], 11/08/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 pág. Repercussão da visita do Presidente Fradique de Menezes ao Brasil.
- _____. [**Telegrama nº 00142**], 17/02/2010, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 02 pág. Demanda são-tomense por cooperação bilateral.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portal>> Acesso em: 10 jan. 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 411], 19/08/2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010. Nota contendo o Comunicado Conjunto da visita oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 136], 19/03/2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 100], 10/03/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Nota nº. 509], 09/10/2009. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 01 fev. 2010.

- BRASIL: LULA DA SILVA E O GRITO DO IPIRANGA EM ÁFRICA. **Jornal Digital ST&P**, 12 de julho de 2009, (pág. 01-01). Disponível em: <<http://www.jornaldigital.com>> Acesso em: 25 nov. 2009.
- CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (especial edition), 2010, pág. 7-32.
- CHABAL, Patrick. O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **SORONDA: Revista de Estudos Guineenses**, nº. 15, jan/1993a, pág. 37-56.
- COMUNICADO conjunto da visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre 2003d, pág. 351-356.
- DENNY, L. M. & RAY, Donald I. **São Tomé and Príncipe: economics, politics and society**. In: TORP, Jens Erik; DENNY, LM; RAY Donald I. **Mozambique. São Tomé and Príncipe: politics, economics and society**. London:Pinter Publishres, 1988, pág. 121-204.
- GOVERNO BRASILEIRO envia mensagem de congratulações pela data nacional de São Tomé e Príncipe. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 26, jul/ago/set 1980, pág. 195.
- GUIA DO INVESTIDOR PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Nova Iorque/São Tome: Universidade de Columbia/Governo de São Tomé e Príncipe, 2008.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Seminário “A importância do relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e os países africanos”, comemorativo ao Dia da África, promovido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em Brasília, em 25 de maio de 1995 in **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº. 76, 1º Semestre de 1995, pág. 202-203.
- _____. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido pelos embaixadores africanos acreditados junto ao Governo Brasileiro, Brasília, 2 de maio de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 78, 1º Semestre de 1996a, pág. 197-199.
- _____. Brasil e Portugal na Comunidade. **Jornal do Brasil**, 17 de julho de 1996. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 23, nº. 79, 2º Semestre de 1996b, pág. 214-215.
- LINHA MARÍTIMA VIABILIZARIA TROCAS, **Diário do Nordeste**, 03/03/2009. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com/nateria.asp?codigo=667531>> Acesso em: 03 set. 2009.
- LULA DIZ que foi à África para ‘arar a terra’. **Valor Econômico**, 14 de abril de 2005, pág. A6.
- LULA EXALTA VALORES DEMOCRÁTICOS. **Correio Braziliense**, 27 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=58814> Acesso em: 08 jun. 2009.

LULA QUER vãos para África. **Zero Hora**, 29 de maio de 2007, pág. 12.

MEYER, Arthur V. C. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00375**], 28/07/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 2 pág. Linha de crédito emergencial para São Tomé e Príncipe.

_____. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00499**], 21/08/2010, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 3 pág. Cooperação bi e multilateral com São Tomé e Príncipe.

PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº1, 2000, pág. 5-23.

PINHEIRO, Paulo Dyrceu. BRASEMB LUANDA [**Telegrama nº 00007A**], 08/08/1987, Luanda [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Relações Brasil-São Tomé e Príncipe.

_____. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Memorando nº 00351**], 19/09/2005, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 03 pág. Política externa são-tomense.

SANTOS JR., Manuel Inocência de Lacerda. BRASEMB SÃO TOMÉ [**Telegrama nº 00031**] 02/02/2009, São Tomé [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 14 pág. Relato sobre presença brasileira em São Tomé e Príncipe.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE À ESPERA DO BRASIL. **África 21**, nº 28, abril de 2009 (pág. 58-59).

SEIBERT, Gerhard. **Camaradas, clientes e compadres**: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 2002.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional em 1 de janeiro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 92, 1º semestre de 2003a, pág. 13-20.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal, em 10 de julho de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003b, pág. 23-30.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 02 de novembro de 2003. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, ano 30, nº. 93, 2º semestre de 2003c, pág. 185-189.

TÉCNICOS africanos participam de curso em Brasília in **EMBRAPA**, 25/10/2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/outubro/4a-semana/tecnicos-africanos-participam-de-curso-em-brasilia/?searchterm=cabo%20verde>> Acesso em: 20 nov. 2009.

VALADARES, Hildebrando Tadeu Nascimento. DEAF-MRE [**Memorando**], 26/11/1985, Brasília [para] BRASEMB LUANDA, Luanda. 02 pág. Participação brasileira na 1ª Conferência de Parceiros de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Luís Quintaneiro

Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA)

Instituto Superior de Economia e Gestão

Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

luis.quintaneiro@gmail.com

São Tomé e Príncipe e a Cooperação Internacional: O seu Impacto no Desenvolvimento e nas Finanças Públicas

É já proverbial afirmar-se que a economia e a sociedade santomense sobrevivem essencialmente graças à ajuda e cooperação internacionais, sejam elas de natureza pública/oficial (ajuda pública ao desenvolvimento) ou privada (veiculada através das ONG's/ONGD's). Nesse contexto é corrente surgir na comunicação social local (sem serem alvo de desmentido) expressões como "93% do Orçamento de São Tomé e Príncipe é financiado pela ajuda internacional". Sendo indesmentível esse elevado papel da ajuda internacional, a generalizada ignorância sobre como a mesma se processa em São Tomé e Príncipe tem dado origem a alguma mitificação sobre este facto que em nada ajuda o desejável incremento da sua eficácia. Para se poder formular um efetivo juízo de valor sobre a importância e o impacto dessa ajuda é necessário analisar com mais detalhe como é que ela se manifesta, quem são os principais atores envolvidos, como a cooperação internacional se articula com o funcionamento do aparelho de estado, como condiciona o funcionamento desse mesmo aparelho e – em sentido mais lato – da sociedade santomense e como a sua componente financeira aparece "transcrita" nas contas públicas. Como pano de fundo para esta análise surge a incontornável realidade da prevalência da pobreza e da exclusão social terem vindo a aumentar de forma persistente e constante desde o fim da "primeira república" (1990) - período durante o qual a ajuda internacional era quase só proveniente do "bloco de leste" – até aos dias de hoje, em que praticamente todas as grandes organizações multilaterais (e numerosos "parceiros de desenvolvimento" bilaterais) estão presentes no país e/ou patrocinam programas de ajuda. Parece portanto que alguma coisa de dramaticamente errado tem acontecido em termos de efetivo "outcome" da ajuda internacional neste país. Os grandes fora internacionais sobre cooperação internacional, nomeadamente as suas amplamente publicitadas conclusões (Declaração de Paris, Plano de Ação de Acra, etc.), têm procurado incrementar o grau de apropriação dos países receptores e o nível de eficácia da ajuda, no entanto – e no que concerne a São Tomé e Príncipe – a materialização desses meritórios objectivos parece estar para além do realizável. Na nossa comunicação procuraremos identificar alguns fatores que possam ter contribuído/estar a contribuir para justificar esse atraso, como a muito reduzida dimensão populacional do país, a sua estratificação social, a incoerência do "advising" proporcionado pelas instituições internacionais, a falta de capacidade ou empenho na coordenação dos esforços de cooperação, etc..

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, cooperação, ajuda internacional, desenvolvimento, pobreza, governação

Os dados recentemente publicados sobre a incidência da pobreza em São Tomé e Príncipe, obtidos a partir do Inquérito aos Orçamentos das Famílias de 2010 (IOF-2010) vieram revelar que 66.2% da população santomense (que se estima ser constituída por 163 763 habitantes) vivia nesse ano abaixo do limiar da “pobreza absoluta”, ou seja, a sua despesa anual per capita era inferior a 448 euros (1.23 euros por dia).

Para os padrões da África sub-saariana estes valores não serão especialmente chocantes. No entanto há que ter em conta que na anterior avaliação da incidência da pobreza (realizada em 2001, no contexto da elaboração da primeira Estratégia Nacional de Redução da Pobreza), a população pobre (nessa altura avaliada no contexto da “pobreza relativa”) correspondia a 53.8% do total, enquanto no início da década de noventa (na transição do regime de partido único para a democracia) estimava-se em 50% o nível da incidência da pobreza.

Estes valores representam portanto uma evolução preocupante, pois traduzem o facto de 20 anos de democracia, num país relativamente homogéneo do ponto de vista étnico e racial, de indiscutível potencialidade agrícola e pesqueira, com uma camada de recursos humanos de muito razoável qualificação, que não experimentou ao longo deste período qualquer surto de guerra civil ou de conflito armado e que não sofreu nenhuma calamidade natural, não terem produzido qualquer progresso social ou económico, pelo menos apreciado na perspectiva da incidência da pobreza.

Adicionalmente São Tomé e Príncipe beneficiou ao longo de todo este período de uma significativa intervenção da Cooperação Internacional, que se traduziu nomeadamente num dos mais elevados (à escala mundial) níveis de ajuda oficial ao desenvolvimento em termos per capita.

O país beneficiou (e ainda beneficia) da iniciativa HIPC (iniciativa para os “países pobres altamente endividados”, que se traduz nomeadamente na possibilidade de utilizar para o financiamento de “despesas sociais” recursos que doutra forma teriam que ser canalizados para o serviço da dívida) bem como da “iniciativa de alívio da dívida multilateral” (MDRI), a qual permitiu reduzir de uma forma muitíssimo substancial o endividamento do país, que até então (2007) assumia valores perfeitamente insustentáveis.

Parceiros bilaterais - em que se destacam Portugal, Taiwan e Brasil - mantêm no país atividades continuadas de Cooperação com uma dimensão e uma intensidade pouco comuns e claramente superiores ao que seria de esperar face à reduzida dimensão populacional de São Tomé e Príncipe. Compreensivelmente essa intervenção centra-se em áreas (educação, saúde, formação profissional, saneamento básico) que mais impacto têm/deveriam ter na redução da pobreza.

Resulta portanto algo paradoxal como é que um país com tantas potencialidades e com tanto apoio externo (nomeadamente em termos de Cooperação Internacional) regride em vez de avançar o domínio do combate à pobreza.

A “ineficácia” da Cooperação Internacional no combate à pobreza

Se realmente a pobreza não tem diminuído (e em geral o desenvolvimento económico e social não aumentou) em São Tomé e Príncipe apesar das intenções e dos programas do Governo e do envolvimento internacional é forçoso reconhecer que algo não está a funcionar adequadamente.

Antecipando futuras conclusões, não será descabido intuir que essas “culpas” se deverão distribuir (eventualmente de forma não simétrica), quer pelas autoridades santomenses, quer pela forma de atuação dos “parceiros de desenvolvimento”. Vejamos alguns dos factores que estarão por detrás desse efeito sub-ótimo da cooperação na redução da pobreza.

Background histórico para a compreensão da economia e da sociedade de São Tomé

A economia de São Tomé e Príncipe é uma economia muito peculiar: para além da sua muito reduzida dimensão e da sua insularidade, viveu durante muitas décadas (essencialmente desde a segunda metade do século XIX até aos anos oitenta) essencialmente da monocultura do cacau, produção na qual o país apresenta elevadas potencialidades, o que aliás permitiu que São Tomé e Príncipe fosse considerado no início do século XX uma das mais afluentes regiões africanas.

A par da cultura do cacau (e de certa forma alimentada pelas suas receitas) desenvolveu-se uma camada social urbana, de matriz africana, ocupando essencialmente os lugares intermédios da administração pública (e também pequeno comércio) com padrões culturais e de consumo fortemente influenciados pela “metrópole” portuguesa.

Essa “elite local” (usualmente designada por “forros”) rapidamente se apercebeu (mesmo nos tempos coloniais) que uma condição essencial para a sua reprodução era o acesso dos seus filhos a oportunidades de formação académica que por sua vez abrissem as portas do funcionalismo público e dos seus relativamente melhor remunerados postos de trabalho.

O trabalho agrícola nas roças e mesmo qualquer forma de trabalho braçal nas (muito poucas e de muito reduzida dimensão) unidades industriais sempre foi um anátema para os membros da comunidade “forra”.

A independência (em 1975) e o conseqüente alargamento da máquina administrativa do Estado vieram compreensivelmente alargar substancialmente as posições disponíveis no funcionalismo: a reduzida máquina administrativa necessária para “gerir” a mais pequena “província ultramarina” de Portugal teve que rapidamente se transformar para dar resposta a um país “pleno”, com todos os inerentes órgão de governação e de administração (e correspondentes funcionários)

No entanto o progressivo abandono e degradação das condições de cultivo do cacau (e a baixa do preço deste produto induzida pela maior produção de outros produtores do continente africano, como a Costa do Marfim ou o Gana, ou mesmo

doutras paragens: Indonésia, Equador) veio progressivamente a reduzir os recursos à disposição das autoridades políticas para manter essa máquina administrativa sobre-dimensionada para a escala económica e populacional de São Tomé.

A “abertura ao mundo” e à democracia operada no final dos anos oitenta (e consagrada nas eleições democráticas de 1990) é assim não só um efeito dos “ventos da história” (desmoronamento do bloco socialista), mas igualmente a procura de novas fontes de financiamento para um “novo desenvolvimento” e, associadamente, de geração de novas fontes de rendimentos suficientes para a manutenção da sobre-dimensionada estrutura administrativa.

A cooperação internacional - que nos inícios dos anos noventa “descobre” São Tomé e Príncipe (nomeadamente como um exemplo precursor, ordenado e pacífico de transição para a democracia em África) - vai assim passar a (contribuir para) assegurar as condições económicas de sobrevivência dessa camada social urbana e mais qualificada, quer recrutando os seus elementos para os seus “projetos de cooperação” e escritórios de representação locais, quer justificando o alargamento dessa mesma máquina administrativa para poder dar sequência e acompanhamento a toda a miríade de novos projetos e novas iniciativas (nomeadamente no domínio da “boa governação” e das iniciativas “*pro-poor*”) que obviamente exigiram a criação (ou o alargamento) de órgãos do Governo e da administração com intervenção neste domínio.

Naturalmente que o objectivo da cooperação internacional não era o mero “engordar” da máquina administrativa e a manutenção do “status quo”, mas sim a criação de condições para o desenvolvimento económico e social do país. Mas por outro lado era evidente que São Tomé não possuía (nem teria condições de possuir internamente) os recursos financeiros necessários para suportar uma tão hipertrofiada classe de funcionários públicos e similares.

No final dos anos oitenta, princípios de noventa o Banco Mundial esteve envolvido numa iniciativa abrangente de “emagrecimento” do número de trabalhadores que dependiam do erário público, “convencendo” o Estado a proceder à sua redução (“licenciamento” na terminologia local) em larga escala.

Sucedem que, na esteira do enviesamento ideológico prevalecente na altura, esse esforço de “licenciamento” foi sobretudo conduzido nas unidades produtivas estatais (agrícolas e industriais), baseado na convicção que uma vez que essas empresas estivessem libertas da “mão-de-obra excessiva”, o sector privado correria a adquiri-las em competitivos processos de privatização e em assegurar o seu funcionamento em “livres condições de mercado”, de um forma eficiente, rentável e – ao contrário do passado - não dependente do Estado (nem geradora de encargos para o mesmo).

Sabemos agora que essa visão optimista falhou, que a maior parte do que eram essas “empresas públicas” não foram reabilitadas nem revigoradas, mas sim que desapareceram ou que vegetam até agora em estado letárgico, que se perderam esses postos de trabalho (que, reconheça-se, só eram viáveis graças à continuada injeção de recursos públicos) e que tal deu lugar a um ainda mais acentuado processo de deslocação da população para a capital e o conseqüente crescimento da procura de

empregos na Administração Pública e/ou na economia informal (pequenos vendedores, operadores de transportes públicos individuais, etc.).

As consequências sociais foram (como não podia deixar de ser) muito negativas: elevado desemprego e desocupação (nomeadamente dos jovens), grande pressão a nível das necessidades de habitação e, em geral, do uso do terreno urbano, progressiva pauperização da população, insegurança alimentar, alcoolismo, marginalidade, redução dos níveis de civismo e, de uma forma geral, degradação do tecido e da coesão social.

Felizmente para São Tomé e Príncipe, a comunidade de “parceiros de desenvolvimento” não descartou as suas responsabilidades (até porque esta evolução menos desejável está longe de ser um exclusivo deste país) e vem procurando alterar a sua forma de intervenção de forma a ser mais eficaz na prossecução dos objectivos que defende.

Como se referiu esta não é uma questão específica de São Tomé e Príncipe e em grande medida decorre da reflexão sobre os erros (ou os resultados menos conseguidos) do passado.

O destaque concedido à necessidade de concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as iniciativas de redução e alívio da dívida (HIPC e MDRI), a reflexão conjunta sobre a ajuda internacional e as formas de aumentar a sua eficácia (Declaração de Paris e Agenda de Ação de Accra), resultam precisamente da constatação que tem havido um profundo desequilíbrio entre, por um lado, o empenhamento e os recursos disponibilizados pelos “parceiros de desenvolvimento”, e por outro, a nível dos “países beneficiários”, os escassos resultados concretos em termos de desenvolvimento social e económico e consequente redução da pobreza.

São Tomé e Príncipe não é portanto um “caso único” à escala internacional nesta ampla insatisfação (por parte de ambos os lados dos parceiros intervenientes) pelo não registo de resultados tão amplos e tão rápidos como se desejaria da ação da cooperação internacional. Há no entanto no caso deste país alguns factores específicos que merecem ser abordados.

Factores específicos de São Tomé e Príncipe

Já foram referidos anteriormente como características próprias deste país a muito escassa dimensão da economia de São Tomé e Príncipe, a sua insularidade, a estrutura económica ainda muito condicionada pelos efeitos da monocultura do cacau, a incipiência do sector privado e o substancial grau de informalismo que isso confere à economia e a relativa hipertrofia (nomeadamente em termos de emprego) do sector público (administração pública central, regional e autárquica, empresas públicas).

Naturalmente que muitas destas características de São Tomé não são exatamente únicas (mesmo em África existem outras pequenas economias insulares, como Cabo Verde, as Seychelles ou as ilhas Maurícias, que possuem igualmente algumas destas especificidades) mas a sua prevalência conjunta vem determinando de uma forma marcante a evolução económica e social de São Tomé e nessa medida a articulação

entre a ação da Cooperação Internacional e o processo de desenvolvimento.

Um domínio em que estes condicionamentos são notórios consiste na reduzida capacidade de arrecadação de receitas fiscais necessárias para suportar o normal funcionamento do aparelho de Estado (governança, segurança, educação, saúde, etc.).

A base fiscal é muito estreita (em grande parte devido ao informalismo da economia) e portanto somente os funcionários públicos e um reduzido número de outros trabalhadores individuais (profissões liberais) ou por conta de outrem (das empresas de maior dimensão) estão sujeitos ao pagamento de imposto sobre o rendimento pessoal. Igualmente os impostos sobre o rendimento das empresas no essencial são cobrados somente a um número reduzido de empresas, nomeadamente as de média dimensão (não há qualquer empresa de grande dimensão em São Tomé), em particular dos sectores de hotelaria, telecomunicações, importações, construção civil e comércio por grosso.

A fatia maior das receitas fiscais vem assim dos impostos aduaneiros (45.2% das receitas correntes do Estado, em 2011), enquanto os impostos sobre o rendimento corresponderam (no mesmo ano) a 28.6% das mesmas receitas. Não é muito difícil concluir que um peso fiscal tão elevado sobre os bens importados e sobre as poucas empresas que poderiam ter algum dinamismo (e criarem emprego a uma escala relevante para o país) são um forte factor de desmotivação para o desenvolvimento da atividade económica.

A carga fiscal corresponde nos dias de hoje a aproximadamente 18% do valor do PIB nominal, o que é um valor baixo, mesmo para os padrões da África subsaariana.

Esta diminuta base fiscal (e conseqüente arrecadação de receitas) conjugada com o custo relativamente elevado de manter um aparelho de Estado não exatamente reduzido (Governo central, Região Autónoma do Príncipe, autarquias distritais) tem tendência a provocar um desequilíbrio estrutural nas contas públicas que, até um passado recente, era “resolvido” através da prática sistemática do endividamento externo e da acumulação de atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado aos seus fornecedores.

Enquanto a dobra viveu num regime de câmbio flutuante (até ao final de 2009) este endividamento público era acompanhado de uma monetarização da dívida interna (créditos do banco central ao Governo) que naturalmente se traduziam numa inflação tendencialmente muito elevada e, conseqüentemente, num quase contínuo processo de depreciação cambial da moeda, que, alimentando expectativas de permanente desvalorização, reforçava o processo inflacionista, criando uma espiral quase incontrolável.

Como para além de todos estes factores, a economia de São Tomé é extremamente dependente das importações e, dentro destas, dos bens alimentares e do petróleo, é fácil entender que quando o preço internacional destes bens apresentava picos de forte subida (como em 2008) a inflação disparava (quase até aos 40% em meados de 2008) e - face à rigidez dos salários nominais - esses picos de inflação

corresponderam a fortes momentos de agravamento da incidência da pobreza.

Mesmo nos períodos de menor turbulência nas condições de estabilidade macroeconómica (como nalguns dos primeiros anos da década iniciada em 2000), os recursos financeiros arrecadados domesticamente pelo Estado (impostos) revelavam-se sempre insuficientes para fazer face às despesas correntes do mesmo e portanto – e por maioria de razão – para financiar projetos de investimento público em infraestruturas (rede viária, abastecimento de eletricidade, instalações escolares e de saúde, etc.) o que contribuiu para a degradação do stock de ativos físicos da economia santomense. Obviamente que também não havia recursos públicos para programas de natureza social (educação, cuidados de saúde, formação profissional, etc.) que contribuíssem para combater o processo de empobrecimento.

Face a esta quase absoluta incapacidade do Estado desenvolver por si uma intervenção anti-pobreza, os organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, União Europeia, etc.) e alguns parceiros bilaterais têm vindo (sobretudo desde meados da década de noventa) a ter uma intervenção cada vez mais ativa no desenvolvimento de atuações de redução da pobreza.

A elaboração em 2002 do primeiro documento de Estratégia Nacional da Redução da Pobreza (elaborado por órgãos nacionais mas com muito apoio de instituições multilaterais de desenvolvimento) e, na sua sequência, a Mesa Redonda de Bruxelas de “parceiros do desenvolvimento” (2005) corresponderam a marcos importantes do envolvimento da cooperação internacional na tentativa de inverter o processo de intensificação da pobreza em São Tomé. A nível das finanças públicas e em especial do endividamento externo, as já referidas iniciativas HIPC e MDRI deram alguma folga aos Governos que até aí viviam asfixiados pela necessidade (aliás não respeitada) de assegurar o serviço da dívida.

Este papel fundamental da cooperação internacional torna-se claro quando se verifica que nos últimos anos, as verbas recebidas como “donativos” foram fundamentais para assegurar as despesas de investimento (ver quadro de Despesas Públicas na antepenúltima seção).

Refira-se adicionalmente que a componente “donativos” nem sequer é exclusiva da representatividade do papel dos “parceiros de desenvolvimento” no investimento público: nomeadamente nos anos mais recentes, grande parte dos denominados “projetos de investimento público” que não são financiados por donativos, têm-no sido através de linhas de crédito altamente concessionais, em que portanto São Tomé beneficia de um elevado “desconto” quer em termos de taxa de juro a pagar, quer em termos de condições favoráveis de amortização da dívida (períodos de graça, etc.), ou seja, igualmente fazendo parte do “pacote” de ajuda pública ao desenvolvimento.

A este propósito deve ser mencionado que há um colossal equívoco quando se constata que praticamente toda esta ajuda internacional aparece (em termos de contas públicas e de contas nacionais) referenciada como financiando projetos de investimento público.

Na realidade a esmagadora maioria destes “projetos” nada tem de investimento

(no sentido económico do termo, isto é de formação bruta de capital fixo). Na realidade estes projetos são intervenções da cooperação internacional na área da educação, da saúde, da formação profissional, da segurança alimentar, do saneamento básico, dos cuidados ambientais, etc. que num outro país estariam classificados como despesas correntes do Estado, pois, em última análise, correspondem a funções e a atividades que deveriam ser asseguradas pelo Estado.

O facto de em São Tomé e Príncipe o não serem (porque o Estado não tem recursos financeiros para tal) e serem remetidos para/classificados como “despesas de investimento” (com financiamento externo) dá origem a uma percepção incorreta de que o nível de investimento público neste país é elevado e portanto dificilmente compreensível (face a esses “supostos” elevados níveis de investimento público) a muita baixa disponibilidade e qualidade dos equipamentos do Estado (instalações da Administração, escolas, hospitais, estradas, rede elétrica, etc.).

Desejavelmente este “equivoco” deveria acabar, passando a ser classificadas como “despesas correntes” todas estas atividades que, como referimos, são atribuições correntes do funcionamento do normal aparelho de Estado (mesmo que financiadas com recursos provenientes do exterior). Porque é que isto não sucede?

Essencialmente porque São Tomé e Príncipe não conseguiu demonstrar ainda aos seus “parceiros de desenvolvimento” que seria capaz de gerir adequadamente os recursos financeiros que esses “parceiros” atribuem para o financiamento dessas atividades. Assim esses “parceiros” gerem diretamente esses projetos (“Escola+”, “Saúde para Todos”, para só referir dois dos de maior dimensão da Cooperação Portuguesa) e depois “informa” o Governo de São Tomé e Príncipe da sua expressão económica (custo) que insere esses valores quer do lado das receitas (“donativos para projetos”) quer do lado das despesas (“despesas de investimento com financiamento externo – donativos”).

O cenário alternativo desejável (na sequência da reflexão internacional sobre estes temas consagrada na Declaração de Paris) seriam os órgãos da Administração Pública terem capacidade técnica para implementarem estes projetos (que aliás não seriam “projetos” mas sim fariam parte da sua atividade corrente), eventualmente apoiados numa fase inicial por assistência técnica externa e o financiamento dessas ações, em vez de ser gerido (muitas das vezes de uma forma não inteiramente eficaz e económica) pelas representações das entidades multilaterais e bilaterais de Cooperação, seria canalizado diretamente para o Orçamento (naquilo que se chama “ajuda direta orçamental”), donde sairiam os recursos financeiros para sustentar tais atividades.

Essa tendência (passagem do “apoio a projetos” para “ajuda direta ao Orçamento”) tem vindo a suceder nalguns países que conseguiram demonstrar níveis de eficiência e transparência na utilização de recursos externos gratuitos. No caso de São Tomé e Príncipe (e tanto quanto é do nosso conhecimento) só o Banco Mundial/Agência Internacional do Desenvolvimento adoptou de forma consistente essa metodologia nos últimos anos, contribuindo anualmente a fundo perdido com cerca de 4.2 milhões de US dólares para as receitas do Orçamento.

Refira-se que o Banco Mundial pôde avançar por este caminho pois tem recursos humanos e financeiros suficientes para fazer deslocar até este país numerosas vezes por ano equipas técnicas que vêm ajudar a definir ações que o Governo deverá desenvolver em contrapartida dos fundos recebidos e que igualmente vêm monitorar a sua efetiva concretização (sem a qual não haverá nova “ajuda ao Orçamento” no ano subsequente).

Os restantes “parceiros do desenvolvimento” não têm esta capacidade (nem o mesmo peso específico para “pedirem contas ao Governo” sobre objectivos acordados e não concretizados) e portanto não enveredaram ainda por este caminho.

O Governo por seu lado tem procurado demonstrar a sua capacidade neste domínio e muitas das reformas feitas desde 2007 (no quadro da implementação da denominada Lei da Administração Financeira do Estado – SAFE) no âmbito da gestão financeira dos recursos públicos tem sido precisamente no sentido de alcançar um nível de eficácia e transparência na gestão destes recursos que permita persuadir os “parceiros de desenvolvimento” a trilharem esta via.

No entanto a passagem de “apoio a projetos” (com gestão do financiamento por parte do “parceiro de desenvolvimento”) para “ajuda direta ao orçamento” é muito mais do que um “salto qualitativo” dependente da confiança na capacidade de São Tomé e Príncipe gerir eficaz e transparentemente os fundos assim colocados à sua disposição; na realidade é uma transformação “*game-changing*”.

Com efeito, enquanto a cooperação se expressa por “desenvolvimento de projetos” uma parte não negligenciável dos fundos contabilizados como “cooperação” não passa exatamente por São Tomé (remunerações dos quadros envolvidos na cooperação, deslocações das missões encarregues de monitorizar os projetos, etc., etc.). Num quadro de “ajuda direta ao orçamento”, embora se possa manter um elemento de assistência técnica (e portanto deslocação de técnicos ao terreno), essa componente de “ajuda oficial” que se contabiliza como “Cooperação” mas não chega a “entrar” no país tenderá a ser muito menor.

Em princípio tal seria desejável (como menos recursos conseguir-se-ia alcançar os mesmos objetivos) mas - fundada ou infundadamente - os “parceiros de desenvolvimento” não parecem acreditar que se colocarem os recursos à disposição das autoridades santomense, os objectivos subjacentes a esse “apoio financeiro direto” possam vir a concretizar-se (pelo menos de uma forma duradoura e sustentável).

É assim provável que (contrariamente às intenções do Governo) o apoio direto ao Orçamento concedido pelo Banco Mundial continue a ser a exceção e não a regra. Como referimos antes, essa exceção é possível porque o Banco Mundial tem capacidade (recursos humanos e financeiros) para fazer deslocar a São Tomé sucessivas e frequentes missões de acompanhamento da atividade do Governo e em cada ano apresenta às autoridades um “caderno de encargos” de ações que deverão ser implementadas, cuja boa execução determina a continuação desse apoio no ano seguinte.

A proverbial tendência dos diferentes órgãos da Administração - quando confrontados com a perspectiva de serem solicitados a novas tarefas ou a alterações

nas tarefas desenvolvidas (nomeadamente aquelas que representam uma evolução qualitativa no funcionamento da máquina administrativa) - em solicitarem de imediato aos “parceiros de desenvolvimento” novas formas de “assistência técnica”, de “formação” (preferencialmente no exterior), meios físicos (viaturas e equipamentos) e, em geral, irem protelando indefinidamente o início da implementação das novas tarefas/ funções, funciona assim como sério impedimento para o “salto” necessário na avaliação dos “parceiros de desenvolvimento” que permitisse a passagem para formas de cooperação que se expressassem por “apoio orçamental direto”.

A insustentável invisibilidade da Cooperação não oficial

É muito importante ter em conta que todos os valores estatísticos (expressos em unidades monetárias) que nos quadros de contas públicas e de contas nacionais correspondem a contribuições da Cooperação Internacional abrangem somente as situações em que se regista a participação dos organismos oficiais de Cooperação (sejam eles multilaterais ou bilaterais).

Isto resulta do facto destes valores não serem apurados por qualquer instituição santomense como reflexo da atividade efetivamente desenvolvida, mas tão somente introduzidos nas contas públicas (como já vimos por duas vias simétricas: “donativos” do lado das receitas e “despesas de investimento” do lado das despesas) com base em informação que é prestada pelos organismos de Cooperação dos diferentes “parceiros” à Direção do Planeamento (Ministério do Plano e Desenvolvimento) e à Direção do Orçamento (Ministério das Finanças e Cooperação Internacional).

Embora seja possível que nesses valores apresentados pelos organismos de Cooperação sejam incluídas as verbas que cada país concedeu como subsídios a “organizações não governamentais” (ONG’s) que atuem em São Tomé e Príncipe, obviamente que tal não representa integralmente o valor económico da intervenção dessas ONG’s, quanto mais não seja porque a atividade dos elementos dessas instituições desempenham funções em regime de voluntariado ou quase-voluntariado e portanto o seu “verdadeiro custo” não é contabilizado.

Cingindo-nos somente às instituições (ONG’s) de matriz portuguesa, encontramos a sua presença em numerosas áreas de intervenção social (cuidados de saúde primários, proteção infantil e às famílias, segurança alimentar, microcrédito, etc.) que, na sua ausência, teriam que ser desenvolvidas pela Administração Pública (aumentando portanto as “despesas correntes”) ou que de todo não seriam desenvolvidas (acentuando ainda mais as condições de pobreza e de privação das camadas menos favorecidas).

O trabalho desenvolvido junto das comunidades urbanas e rurais de entidades como diversas congregações religiosas (nomeadamente em Guadalupe e em Neves) e por ONG’s como a AMI, os Médicos do Mundo, a Fundação para a Criança e Juventude, Move, etc. (continuamos a só referir as de matriz portuguesa, que são aquelas que conhecemos melhor o âmbito de intervenção), sendo “invisíveis” do ponto de vista estatístico têm uma importância dramática no combate aos efeitos da pobreza.

Não temos qualquer dúvida em afirmar que o fim da atividade destas organizações em São Tomé e Príncipe seria muito fortemente sentido (e de uma forma bem direta) pelos dois terços da população que vivem abaixo do limiar da pobreza.

A Cooperação Internacional e as Finanças Públicas

A presença significativa da Cooperação Internacional no contexto da economia e da sociedade santomense é um facto incontornável e cuja importância não pode ser subestimada. No entanto muito pouco tem sido feito no sentido de analisar fundamentada e quantitativamente essa importância, mesmo numa área em que supostamente existem elementos estatísticos (mesmo com todas as limitações existentes na sua obtenção) que permitiriam fazê-lo, como é o caso das Finanças Públicas.

Pelo contrário, é muito frequente assistir a discussões (nomeadamente quando do processo de apreciação do Orçamento Geral do Estado [OGE] pela Assembleia Nacional), que depois são divulgadas pelos meios de comunicação social e que não são desprovidas de qualquer fundamento (algumas delas proferidas por responsáveis políticos que deveriam saber do que estão a falar, já que o documento orçamental a que têm acesso contém os elementos necessários para essa análise).

Os números que se seguem reportam-se aos quatro últimos anos (2009 a 2012), por um lado porque assim se preserva alguma consistência na composição dos agregados, e, por outro, porque sendo expressos em valores nominais, denominados em euros mas obtidos por conversão cambial dos valores originais em dobrás, tal implicaria que os montantes de 2008 (e anos anteriores) estariam fortemente “desfasados” dos anos seguintes, devido à elevada inflação daquele ano.

Tomamos para “medida” da Cooperação Internacional o valor dos “donativos totais”, quer o inscrito no Orçamento de cada ano, quer o efetivamente realizado, de acordo com os quadros do Ministério das Finanças (Direções do Orçamento e Tesouro).

Naturalmente que poderá haver verbas incluídas nos “donativos” que possivelmente não se enquadrariam de um modo perfeito no âmbito da Cooperação (embora não nos ocorra nenhuma situação dessa natureza) e – como vimos anteriormente – há uma componente significativa da Cooperação que, sendo desenvolvida por “organizações não governamentais”, escapa ao radar (pelo menos numa parte substancial) que recolhe os valores comunicados pelos diferentes organismos de cooperação bi e multilateral (é lícito portanto assumir que o valor contabilizado na rubrica de “donativos” subestime de alguma forma o peso real da Cooperação Internacional).

Também estamos cientes que na componente de “financiamento externo” (que naturalmente não faz parte dos “donativos”, pois corresponde a empréstimos recebidos por São Tomé e Príncipe que terão de ser pagos no futuro) também encontraríamos uma componente de Cooperação (“ajuda oficial ao desenvolvimento”), uma vez que, como também já referimos anteriormente, a esmagadora maioria desses financiamentos são de natureza concessional, uma vez que São Tomé paga juros reduzidos (e beneficia doutras vantagens, como períodos de graça alargados) que, em última

análise, são suportados pelos contribuintes dos “parceiros de desenvolvimento”. Essa “parcela” de “ajuda oficial ao desenvolvimento” (diferencial entre o custo efetivo da dívida suportado por São Tomé e o que seria o seu “custo de mercado”) associada a estes créditos concessionais seria passível de quantificação e portanto adicionável à verba de “donativos”. Julgamos no entanto que nenhum “parceiro” o faz (pelo menos no que diz respeito às verbas de Cooperação inscritas por São Tomé nas suas contas públicas) e portanto não entrarão também nos nossos cálculos.

Esse valor dos “donativos” (enquanto representativo da atividade da Cooperação Internacional com São Tomé e Príncipe) é posteriormente comparado com o Produto Interno Bruto (PIB) nominal e com o valor das Despesas (totais e de investimento) para ficarmos com uma ideia do “peso” da Cooperação na dimensão económica do país.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E FINANÇAS PÚBLICAS

(valores em milhões de Euros)

	2009	2010	2011	2012
Donativos totais (<i>valor orçamentado</i>)	40.9	39.1	49.4	47.9
Donativos totais (<i>valor executado</i>)	27.6	30.7	32.7	
Donativos para despesas correntes ["apoio orçamental direto"] (<i>exec.</i>)	0.6	0.2	3.1	5.9 (<i>OGE</i>)
Despesas investimento (<i>executado</i>)	48.1	44.1	52.9	72.2 (<i>OGE</i>)
Despesas totais (<i>executado</i>)	76.6	75.4	87.6	110.9 (<i>OGE</i>)
PIB nominal	141.5	151.8	178.6 (est.)	206.7 (prev.)

Fonte: Ministério das Finanças, FMI

Pode-se assim verificar que afinal o peso da Cooperação (medida pelo valor total de “donativos” provenientes do exterior) não é assim tão avassalador no conjunto da economia como por vezes se imagina: nos últimos três anos representou entre 18 e 20% do Produto Interno Bruto.

Outra dimensão (maior) se alcançaria se fosse possível quantificar todos os efeitos económicos diretos e indiretos da atividade da Cooperação, como, a título de exemplo, a já referida componente “invisível” de Cooperação não oficial ou o valor acrescentado gerado em sectores económicos domésticos como a restauração e hotelaria decorrentes da presença em São Tomé e Príncipe de “agentes de cooperação”.

Já o seu peso no conjunto das Despesas Públicas (correntes e de investimento) é bem mais significativo: entre 58% e 63%, o que revela bem a importância que assume para o Estado a contribuição induzida pelas atividades (e fluxos monetários) associadas à Cooperação.

Outro elemento que merece consideração é o valor substancialmente baixo dos “donativos” que efetivamente se concretizam face àqueles que são anunciados previamente pelos “parceiros de desenvolvimento” e incorporados no Orçamento Geral do Estado: em 2009 e 2011 oscilaram entre os 66% e os 67%, destacando-se o ano de 2010 pela positiva, já que nesse ano se registou a efetiva entrada de 78.5% de receitas de “donativos” face aos valores anunciados na elaboração do OGE-2010.

Como será fácil de entender a gestão financeira do Estado e a implementação do Plano de Investimentos Públicos (PIP) tornam-se particularmente difíceis quando há todo este grau de incerteza sobre os projetos de investimento que vão ser efetivamente concretizados ao longo do ano (com financiamento da Cooperação), já que o seu grau de execução se queda normalmente pelos dois terços. Se esses projetos são realmente de interesse público prioritário e se têm mesmo que ser realizados, havendo uma “falha” do “parceiro de desenvolvimento” comprometido, o Governo terá que descobrir fontes alternativas de financiamento para os concretizar, o que não é nunca tarefa fácil, dado o permanente aperto orçamental.

Recordemos no entanto algo que se referiu anteriormente: apesar de praticamente todas as despesas financiadas pela Cooperação serem consideradas “despesas de investimento”, muitas delas não o são efetivamente; são projetos a desenvolver geridos (ou co-geridos) por entidades de Cooperação mas que na realidade corresponderiam a despesas correntes da Administração. Isto obviamente não quer dizer que sejam menos importantes por serem “correntes” e não “de investimento” e portanto, uma vez mais, se realmente são prioritários e altamente necessários, o Governo terá que arranjar fontes alternativas de financiamento, quer a partir dos recursos internos (receitas fiscais ou outras) quer endividando-se perante o exterior.

Outro elemento interessante é a completa irrelevância do “apoio direto ao Orçamento” (que nos quadros de Finanças Públicas aparece essencialmente enquadrado nos “donativos para despesas correntes”) em 2009 e 2010. Por vezes, em algumas circunstâncias do passado, este elemento assumiu algum significado mas tal resultou essencialmente de contribuições não previstas dos “parceiros de desenvolvimento”, geralmente associadas a situações de inesperada e forte carência de liquidez dos cofres preeare) incapazes de desempenhar públicos (queda abrupta das receitas, despesas incontornáveis não previstas) perante as quais algum(ns) “parceiro(s)” resolvia(m) pontualmente “abrir a sua bolsa”.

Mais recentemente o início dos programas com o Banco Mundial (*Resource Management and Governance Development Policy*), que se caracterizam precisamente por contemplar esta forma de Cooperação, vieram dar alguma expressão a esta componente, que no entanto ainda é residual no contexto geral da Cooperação Internacional com São Tomé e Príncipe.

A difícil coordenação da Cooperação

Num país de tão reduzida dimensão e em que o número de “parceiros de desenvolvimento” não é particularmente elevado, seria de esperar que não fosse difícil

encontrar formas de coordenação desses parceiros que evitassem duplicação de iniciativas e o conseqüente desperdício de recursos.

No entanto lamentavelmente não tem sido essa a prática vigente. Nos mais variados sectores (saúde, saneamento, assistência técnica, apoio a reformas administrativas) assiste-se frequentemente a descoordenação (quando não a atropelos) que em nada contribuem para a tradução em termos de desenvolvimento e de redução da pobreza do esforço em recursos técnicos, humanos e financeiros canalizados pela Cooperação Internacional.

Como referimos anteriormente as culpas neste domínio devem ser repartidas. As instituições públicas santomenses responsáveis pela articulação da intervenção dos “parceiros de desenvolvimento” mostraram-se sempre (ou quase sempre) incapazes de desempenhar essa tarefa adequadamente. A experiência do Gabinete de Coordenação das Ajudas (em meados da década anterior) ou da atualmente existente (mas pouco operante) Unidade de Coordenação das Ajudas foi/tem sido particularmente ilustrativa da incipiência dos esforços de São Tomé e Príncipe para se avançar neste domínio.

A perspetiva enraizada que os benefícios da Cooperação Internacional se recolhem enviando altos dignatários políticos ao exterior para “mobilizarem recursos” e assim encherem os cofres do Tesouro, tem funcionado como antídoto para o adequado desenvolvimento de um “trabalho de casa” bem feito, que pudesse convencer os “países amigos” (e demais parceiros) a incrementar a sua forma de participação no processo de desenvolvimento do país e (eventualmente) a “dar o salto” para mecanismos de Cooperação supostamente mais eficazes (como a “ajuda direta ao Orçamento”).

As limitações operacionais de entidades como a Direção de Cooperação Internacional e a Unidade de Coordenação das Ajudas em interagirem eficazmente com a plêiade de “parceiros de desenvolvimento” não são um exclusivo deste país. As complexidades e os “particularismos” dos diferentes “parceiros” exigem uma elevada capacidade de negociação por parte das entidades nacionais para obterem os melhores resultados possíveis. Naturalmente que também não ajuda nada neste processo não ter exatamente uma “história de sucesso” para contar (e o alargamento da incidência da pobreza é precisamente o contrário de uma “história de sucesso”).

Nalguns países africanos em que se regista a presença de um elevado número de “parceiros de desenvolvimento” e que portanto a problemática da sua coordenação assume uma importância de relevo, têm sido instituições internacionais como o Banco Mundial ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP/PNUD) a assumirem (em parceria com as instituições nacionais relevantes) esse papel de coordenação e de “advocacia” dos interesses do país nos seus contactos com os “parceiros” (Timor-Leste e Moçambique correspondem a situações desta natureza).

Em São Tomé e Príncipe tal não parece ser (e ter sido) o caso. Com exceção da preparação e montagem da Mesa Redonda de Bruxelas em 2005, não é fácil identificar situações em que o Banco Mundial e o PNUD/UNDP tenham conseguido eficazmente desempenhar este papel catalisador para obter entendimentos e sinergias na ação dos “parceiros de desenvolvimento”.

Deve também ser reconhecido que circunstâncias particulares de dois desses “parceiros” mais relevantes podem não ajudar muito esse processo.

Por razões históricas, culturais, linguísticas e económicas, Portugal é o “maior” parceiro de São Tomé e Príncipe no domínio da Cooperação. A sua presença estende-se a praticamente todos os sectores e em quase todos eles a sua intervenção é determinante. Este facto torna a inserção da sua participação num quadro mais multilateral algo difícil, já que haverá naturalmente tendência a Portugal dialogar e articular-se “um para um” com as autoridades santomenses.

Outro caso peculiar é o de Taiwan: também há aqui uma situação de isolamento, de relacionamento essencialmente unilateral, mas, neste caso, tal é o resultado do próprio isolamento de Taiwan na arena internacional. O seu não reconhecimento como entidade soberana pela esmagadora maioria dos membros da comunidade internacional (mas não por São Tomé e Príncipe) e portanto a impossibilidade jurídica e diplomática de participar nas reuniões formais em que têm assento todos os restantes “parceiros de desenvolvimento” obviamente que em nada facilita a intervenção coordenada de Taiwan no contexto da Cooperação Internacional neste país.

Precisamente porque existem estas limitações com estes dois principais “parceiros” de São Tomé e Príncipe (nomeadamente Taiwan) e porque os organismos internacionais não se têm revelado particularmente bem apetrechados para obterem resultados positivos neste domínio, seria da mais fundamental importância que as entidades nacionais que se relacionam com todos estes “parceiros de desenvolvimento” tivessem a capacidade técnica e a motivação suficientes para liderarem o processo de coordenação das respetivas intervenções.

A história recente no entanto não aponta exatamente neste sentido: o descrédito que levou à extinção do Gabinete de Coordenação das Ajudas e a inoperância da Unidade de Coordenação das Ajudas (patente em episódios como a incapacidade de ser nomeado um Coordenador para a mesma) militam contra a perspectiva do país poder vir a ter uma entidade efetivamente eficaz neste domínio.

A um outro nível, a dificuldade do país produzir uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (documento fundamental para congregar o interesse e a participação empenhada da comunidade internacional) também não atrai exatamente as boas vontades dos “parceiros do desenvolvimento”. O anterior documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, elaborado em 2002, com um forte envolvimento de alguns “parceiros de desenvolvimento” constitui um marco importante no alinhamento dos interesses nacionais com a intervenção da comunidade internacional, tendo sido relevante para a participação de São Tomé e Príncipe nas iniciativas HIPC e MDRI. No entanto a partir de 2008 assistiu-se ao virtual desaparecimento da referência a este documento como fundamento da definição da política económica e social do país.

Promessas de elaboração de um novo documento foram sendo ocasionalmente expressas, mas a sua concretização ia sendo progressivamente adiada, havendo mesmo períodos em que se questionava a relevância dessa elaboração.

Finalmente foi comunicada muito recentemente a existência deste documento (mas

que terá de ser ainda alvo de divulgação pública e de aprovação pelas entidades políticas) mas características como a sua reduzida dimensão temporal (2012 a 2016) e a demasiada “colagem” do seu conteúdo às linhas de atuação contidas no programa do atual Governo não são igualmente fatores que provoquem o empolgamento da comunidade de “parceiros”.

X **Cooperação bilateral**

Luís Castelo Branco
Divisão Coordenação Geográfica
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

luís.branco@ipad.mne.gov.pt

A Cooperação Portuguesa em São Tomé e Príncipe

A intervenção da Cooperação Portuguesa (CP) em STP é desenvolvida através de Programas Indicativos de Cooperação (PIC), a qual tem procurado conjugar as necessidades e estratégias de desenvolvimento de STP, consubstanciado nas orientações e objectivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), com as prioridades estabelecidas pelo Governo português relativamente à sua política de cooperação. Ao longo de 2012, será elaborado um novo PIC, o qual irá, por um lado, continuar a apostar nas áreas onde Portugal tem claras vantagens comparativas, Educação e Saúde, as quais são sectores chave para o desenvolvimento de STP. Por outro lado, irá apostar em novas áreas de intervenção, nomeadamente, na Capacitação Científica e Tecnológica e no Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial.

Palavras-chave: cooperação, desenvolvimento, APD, Programas Indicativos de Cooperação

Portuguese Cooperation in São Tomé and Príncipe

The intervention of the Portuguese Cooperation in STP, operationalized through the Indicative Cooperation Programs (PIC), has sought to combine the needs and development strategies of STP, embodied in the guidelines and objectives of the National Strategy for Poverty Reduction (ENRP), with the priorities established by the Portuguese Government on its policy of cooperation. Throughout 2012, a new PIC will be prepared, which will continue to invest in areas where Portugal has clear comparative advantages, Education and Health, which are key sectors for the development of STP. On the other hand, the new PIC will also invest in new areas, particularly on Scientific and Technological Training and in Entrepreneurship and Business Development.

Keywords: cooperation, development, ODA, Indicative Cooperation Programs

Panorama da Cooperação Passada entre Portugal e S. Tomé e Príncipe

A cooperação entre Portugal e São Tomé e Príncipe tem sido elaborada de acordo com as necessidades e estratégias de desenvolvimento santomenses, definidas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP)¹ e as prioridades estabelecidas pelo Governo português relativamente à sua política de cooperação, baseadas nas suas mais-valias.

A ENRP constitui um instrumento de grande relevância para São Tomé e Príncipe, constituindo um documento de referência para orientação de políticas de médio e longo prazo do País. Os programas dos sucessivos Governos, bem como, as Grandes Opções do Plano têm como referência ENRP².

A relevância da ENRP é também visível quando analisámos a sua importância na relação do País com os seus parceiros de desenvolvimento. A ENRP tem servido como documento de referência para os principais parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento na planificação e na implementação das suas intervenções e no financiamento de atividades no país.

São Tomé e Príncipe tornou-se, em 1990, num dos primeiros países africanos a adoptar a democracia multipartidária. Mas, o período que se seguiu ficou marcado por uma grande instabilidade política, que se traduziu em mudanças frequentes de Governo. Esta instabilidade, aliada aos problemas decorrentes da ainda frágil governação, e que se refletiu na falta de eficácia do aparelho da Administração Pública, contribuiu, no seu conjunto, para dificultar o desenvolvimento do país.

Face a esta realidade, as autoridades santomenses tem procurado realizar reformas na administração pública e promover a melhoria das infraestruturas básicas, numa estratégia global de combate a pobreza, esforços nos quais os parceiros internacionais de STP, e entre eles, Portugal, têm vindo a colaborar.

Fortemente dependente da ajuda externa, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a STP representa mais do dobro da média da África Subsaariana e é um dos Países Menos Avançados (PMA) que mais recebe em termos de APD *per capita*, uma média de 223 USD/habitante/ano entre 1996-2009.

STP, dada a sua elevada dependência do exterior, sentiu os efeitos da crise económica e financeira global que se repercutiram na diminuição do investimento direto estrangeiro e no atraso da ajuda externa, levando a um abrandamento do crescimento económico

O Governo santomense tem tradicionalmente obtido a ajuda externa de vários doadores:

- Portugal e, desde sempre, o maior doador bilateral;
- Taiwan (saúde, infraestruturas, água, formação profissional e agricultura);
- África do Sul (defesa e comércio);
- Angola (defesa, assuntos internos);

¹ *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*, Ministério do Plano e das Finanças de São Tomé e Príncipe, 2002.
http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf

² Centro de Análise e Investigação de Políticas para o Desenvolvimento (2012): *Avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2003-2010*. Versão preliminar fevereiro de 2012.

- Brasil (saúde, educação, agricultura, petróleo);
- Espanha (agricultura, administração pública, sociedade civil);
- EUA (saúde, forças armadas);
- França (agricultura, desenvolvimento rural, saneamento);
- Japão (ajuda alimentar, saúde, educação, infraestruturas, ambiente);
- Nigéria (petróleo, defesa, educação);
- Índia, Guiné Equatorial e Líbia são outros doadores bilaterais a referir.

A Ajuda Pública Portuguesa ao Desenvolvimento (APD) a S. Tomé e Príncipe entre 2000 e 2011 totalizou 128.077 M€.

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011
11.483	15.664	13.806	9.856	10.299	9.224	8.952	9.539	9.209	10.637	19.408	16.023**

Fonte: IPAD

* Inclui 10 milhões da Linha de crédito de 50 milhões de euros.

** Dados provisórios. Fevereiro 2012.

O sector das infraestruturas e serviços sociais, designadamente o sector da educação foi o que mais recebeu em termos de APD, se excluirmos a Ajuda a Programas e Ajuda sob a forma de Produtos, onde se insere a linha de crédito.

Os principais doadores multilaterais são o Banco Mundial e a Comissão Europeia, este último com forte presença nas áreas das infraestruturas dos transportes. Outros doadores multilaterais incluem o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2000, em associação com o Banco Central de São Tomé, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um programa de financiamento para a redução da pobreza e o crescimento do país. Nesse mesmo ano, São Tomé e Príncipe foi qualificado para uma significativa redução da dívida, sob a iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) do FMI e do Banco Mundial.

Os indicadores sociais, embora tenham vindo a melhorar, são modestos, sendo pouco provável que São Tomé e Príncipe consiga cumprir a maior parte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Do lado dos ODM que poderão ser alcançados estão o ODM 2 (Ensino Primário Universal); ODM 4 (Redução da Mortalidade Infantil) e o ODM 6 (Combater o HIV, a malária e outras doenças). O ODM 5, que diz respeito à melhoria da saúde materna, o mesmo ainda poderá ser alcançado se forem adoptadas as medidas adequadas. Não será possível alcançar, até 2015, os ODM 1 (Erradicação da Pobreza Extrema e da Fome); o ODM 3 (Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres) e o ODM 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental).

Cooperação Portuguesa em São Tomé e Príncipe

Ao nível multilateral, a cooperação tem-se desenvolvido através da participação portuguesa em programas da União Europeia, das Nações Unidas e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Ao nível bilateral³, as relações entre Portugal e STP foram, inicialmente, enquadradas nos Programas Quadro da Cooperação, acordados em Comissão Mista, e posteriormente nos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), com um período de vigência trienal, materializado em Planos Anuais de Cooperação (PAC), compostos por programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento.

O primeiro PIC foi assinado para o período 1999-2001, e teve como eixos de concentração:

- Valorização dos Recursos Humanos;
- Promoção das condições sociais e da saúde;
- Apoio à consolidação das instituições.

O segundo PIC foi assinado para o período 2002-2004, e privilegiou quatro sectores de concentração da cooperação:

Educação;

- Saúde;
- Agricultura;
- Formação profissional e
- Duas linhas de intervenção transversais: redução da pobreza e reforço institucional.

Em 2003, a execução dos programas previstos no PIC foi abalada pela tentativa de golpe de estado em julho desse ano.

Durante o triénio 2005-2007, vigorou um novo PIC, o qual teve como principais eixos de intervenção:

- Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica (Educação, Formação Profissional e Qualificação de Quadros e Capacitação Institucional e Assistência Técnica);
- Apoio ao Reforço dos Serviços e Infraestruturas Básicas (Reforço da Prestação de Cuidados de Saúde, Rede de Proteção Social, Reforço de Outros Serviços Básicos).

Durante a vigência deste PIC foi realizada, pelo IPAD, uma avaliação interna ao PIC 2005-2007, cujos resultados forneceram recomendações para a melhoria da qualidade da programação futura, bem como para a definição do seguinte PIC, o qual deixou de contar com o peso administrativo e rigidez dos PAC anuais, adoptando-se

³ IPAD (2012). *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*, IPAD, Lisboa, pp.378-405.

uma filosofia de programação plurianual.

Para o triénio 2008-2011, foi assinado um novo PIC, que teve do lado português o enquadramento do documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*⁴. Este documento definiu como princípios orientadores para a atuação da Cooperação Portuguesa um conjunto de prioridades geográficas e sectoriais:

1. Do ponto de vista geográfico, foi decidido concentrar os projetos de cooperação no quadro dos países de expressão portuguesa, incluindo os espaços regionais em que estes se inserem;
2. Desenvolver ações de cooperação em áreas prioritárias: Boa Governança, participação e Democracia; Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza.

À luz destes novos princípios, o PIC 2008-2011 com STP concentrou a sua atuação em dois eixos prioritários:

- Boa Governança, Participação e Democracia;
- Luta contra Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável. As áreas de intervenção com maior concentração em termos de esforço financeiro foram a Educação e a Saúde, sectores fundamentais para o desenvolvimento de STP.

De destacar, no âmbito do PIC 2008-2011, a assinatura, a 28 de Julho de 2009, do Acordo de Cooperação Económica (ACE)⁵, entre Portugal e São Tomé e Príncipe, com o objectivo reforçar a Estabilidade Macroeconómica e Financeira de STP.

Este Acordo, que estabelece uma base jurídica para a cooperação nos domínios económico e financeiro, definiu as condições através das quais as partes constituem um enquadramento institucional e operacional, com vista a apoiar a intenção das autoridades santomenses de optarem por um regime cambial assente no euro como âncora fixa da dobra santomense, o que veio a acontecer em janeiro de 2010⁶.

No último ano de vigência do PIC foi efectuada uma avaliação ao mesmo. Em termos gerais, as recomendações da avaliação apontaram para a necessidade de Portugal continuar a apoiar as áreas da educação e saúde, dinamizar a cooperação no sector da justiça e reafirmar a segurança alimentar como um sector prioritário para São Tomé e Príncipe.

⁴ IPAD/MNE (2006): *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, IPAD/MNE, Lisboa, 55 pp.

⁵ Para assegurar o acompanhamento do ACE, foi criada a *Comissão do Acordo de Cooperação Económica* (COMACE), no âmbito da qual funciona uma Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM).

⁶ A Acordo é apoiado por uma Facilidade de Crédito, num montante até 25 M€ que tem como objectivo apoiar a Balança de Pagamentos são-tomense, podendo ser utilizada para o financiamento da importação de bens e serviços ou para a liquidação do serviço da dívida externa são-tomense, no caso do montante de reservas cambiais de São Tomé e Príncipe se situar a um nível considerado baixo.

<http://www.gpeari.min-financas.pt/relacoes-internacionais/relacoes-bilaterais/sao-tome-e-principe/cooperacao-financeira/acordo-cooperacao-economica>.

O Novo Ciclo de Programação 2012-2015.

Para a elaboração do novo PIC, foram levados em linha de conta três tipos de documentos base:

Multilateral →	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM); Declaração de Paris, a Agenda de Ação de Acra sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento; Declaração de Busan e respetivas recomendações para intervenção nos Estados Frágeis; Consenso Europeu à volta de uma Política de Desenvolvimento Europeia; Código de Conduta sobre a Complementariedade e Divisão de Tarefas na Política de Desenvolvimentos
STP →	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), Programa do XIV Governo 2010-2014, Grandes Opções do Plano.
Portugal →	Estratégias Sectoriais e a Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral; Recomendações emanadas do Exame do CAD à Cooperação Portuguesa em 2010 ⁷ ; Avaliação ao PIC 2008-2011;

A elaboração do novo PIC seguiu uma nova abordagem, a qual foi igualmente adoptada para os PIC com os outros parceiros da Cooperação Portuguesa, e que assenta essencialmente nas seguintes características:

- A nível estratégico, privilegia-se a continuidade das linhas mestras dos anteriores programas, tendo por base a percepção das vantagens comparativas que Portugal apresenta, essencialmente, na área da formação de recursos humanos e da assistência técnica em várias áreas, que vão ao encontro das necessidades e prioridades santomenses;
- Para além das áreas de continuidade, o novo PIC poderá vir a apostar em duas novas áreas de intervenção, designadamente “Capacitação Científica e Tecnológica” e “Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial”. O enquadramento destas novas áreas justifica-se pelas potenciais sinergias e complementaridade com as áreas/eixos tradicionais. Visa potenciar a capacidade do indivíduo em identificar oportunidades económicas e atividades geradoras de rendimento que contribuam para a criação de riqueza e emprego, a oferta de novos produtos ou serviços, bem como estimular maior competitividade dos mercados e da economia local;

⁷ OECD/DAC (2010): Portugal - Peer Review, OECD, Paris, 121 pp.

· Importa salientar que o novo PIC adoptará critérios de concentração sectorial, privilegiando programas de maior dimensão (chamados Programas Bandeira), com o objectivo de evitar a fragmentação das ações e obter uma melhor relação de “custo – benefício”. No caso de STP, os Programas Bandeira serão nas seguintes áreas:

- a. Educação;
- b. Saúde;
- c. Cooperação Técnico Militar.

· O atual quadro económico português, exigirá mais criatividade e maior repartição de responsabilidades com São Tomé e Príncipe apostando na diversificação de fontes de financiamento e na “alavancagem” de recursos, bem como de maior partilha de conhecimentos e experiências através de abordagens multilaterais e de cooperação triangular (Norte-Sul-Sul).

· Por outro lado, a intervenção da Cooperação Portuguesa procurará ir ao encontro dos princípios defendidos no IV Fórum de Alto Nível da Eficácia da Ajuda⁸, realizado em Busan em Novembro de 2011. Nesse sentido. O novo PIC procurará cumprir os seguintes princípios:

1. Continuar o esforço de concentração da ajuda em dois eixos intervenção: Boa Governança e Desenvolvimento Sustentável indo ao encontro das prioridades expressas na estratégia de combate à pobreza de São Tomé e Príncipe (**Alinhamento**);
2. Melhorar a gestão centrada nos resultados e melhorar o acompanhamento global dos PIC; (**Gestão Centrada nos Resultados**);
3. Fomentar a apropriação das intervenções; reforçar a autonomia de gestão e consolidar as intervenções promovendo uma maior sustentabilidade. (**Apropriação**);
4. Incluir a Gestão de Risco, quer na concepção do PIC, quer nas intervenções como forma de aumentar a qualidade da ajuda (**Transparência e Prestação de Contas**);
5. Fortalecer a articulação entre os doadores nomeadamente nos sectores da educação e da saúde e reforçar a articulação das intervenções entre estes dois sectores (**Harmonização**).

É reconhecido que as vantagens comparativas da Cooperação Portuguesa, se situam essencialmente em duas áreas. Por um lado, na educação e na formação, dada a comunhão linguística e várias similitudes decorrentes do passado histórico de relacionamento entre os dois países. Por outro lado, na capacitação institucional em diversas áreas, em resultado de matrizes organizacionais e institucionais semelhantes. Nesse sentido, o novo PIC assentará nos seguintes eixos e áreas de intervenção:

⁸ OECD/DAC (2011): *Busan, Partnership for Effective Development Co-operation*, Final outcome document of the Fourth High Level Forum on Aid Effectiveness, Busan, Republic of Korea, 14 pp.

	Pobreza
Área de Intervenção I	Educação e Serviços Sociais Básicos
Área de Intervenção II	Capacitação Científica e Tecnológica
Área de Intervenção III	Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial
Área de Intervenção IV	Ajuda Sob a Forma de Produtos

Quadro I - Eixos Estratégicos e Áreas de Intervenção

O Eixo da Boa Governação, Participação e Democracia é considerado como uma área de grande relevância para a consolidação do estado de direito, em particular através do desenvolvimento das capacidades de intervenção técnica dos departamentos governamentais, pretendeu-se responder às necessidades de formação de recursos humanos e de capacitação das instituições são-tomenses, designadamente ao nível das finanças públicas, defesa e segurança.

O Eixo do Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza visa contribuir para o desenvolvimento humano e económico de São Tomé e Príncipe e para a melhoria das condições de vida da sua população.

A avaliação deste PIC prevê a realização de revisões anuais conjuntas, envolvendo os principais atores, de modo a obter-se informação sobre os resultados alcançados até ao momento e permitir uma redefinição/reorientação das atividades para melhor atingir os objetivos previstos.

Finalmente, refira-se que nas revisões anuais serão aprovados, conjuntamente os programas/projetos que devem continuar a ser apoiados numa óptica de consolidação e alargamento e poderão ser eliminados aqueles cujo investimento não representa mais-valias significativa ou que não alcançaram os resultados pretendidos.

Manuel Mendes

Divisão de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
Serviços de Cooperação Geográfica
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

manuel.mendes@ipad.mne.gov.pt

As Intervenções da Cooperação Portuguesa na Educação e na Saúde

Na Educação, o projeto ESCOLA+ contribui para a melhoria do ensino secundário, atuando ao nível da adaptação e diversificação dos currículos escolares para criar um modelo de ensino adaptado às necessidades e à realidade do país. Para isso, irá valorizar os recursos humanos locais, reforçando as suas capacidades e responsabilizando-os pelo sistema de ensino a implementar, promovendo as condições, meios e métodos necessários para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, a implementar pelos próprios agentes de ensino santomenses. Na Saúde, o projeto Saúde para Todos (SpT), em execução desde 2005, centra-se na prestação de cuidados preventivos e primários de saúde através da rede integrada de postos e centros de saúde (construídos e/ou reabilitados). O SpT contempla a formação e capacitação, o reforço institucional, o abastecimento de água e o saneamento. Em 2006, desenvolveu-se um projeto complementar chamado “Água Pura e Vida Sã”, promovendo a melhoria de acesso a água potável e a criação de condições mínimas de saneamento. Numa segunda fase, a partir de 2008, foi dado particular ênfase ao reforço das capacidades de gestão e ficou coberto todo o país. Complementando o SpT, arrancou em 2009 o projeto “Especialidades” que incide na prestação de cuidados médicos secundários e terciários especializados.

Palavras-chave: educação, saúde, formação

Portuguese Cooperation interventions in Education and in Health

In Education, the ESCOLA+ project contributes to the improvement of secondary education, acting at the level of adaptation and diversification of curricula to create a teaching model tailored to the needs and realities of the country. To do so, it will enhance the local human resources, strengthening their capacities and making them accountable for the implement of the new school system, also promoting conditions, means and methods needed to improve the teaching-learning process, to be implemented by the local teaching staff. “Health for All” (HFA) is a project running since 2005, focused on providing preventive care and primary health care through the integrated network of health posts and centers (built and/or rehabilitated). The HFA includes training and capacity building, institutional strengthening, water supply and sanitation. In 2006, a complementary project called “Pure Water and Healthy Life” was developed to promote the improvement of access to safe drinking water and the creation of minimum conditions of sanitation. In the second phase of HFA, from 2008, it was given particular emphasis on strengthening management capabilities and to achieve full geographic coverage throughout the country. Also complementing HFA, a new project started in 2009, named “Specialties”, which focuses on providing secondary and tertiary health care.

Keywords: education, health, training

Educação - ESCOLA + “Educação para Todos” – Projeto de Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe

O projeto ESCOLA + promove o ensino da língua portuguesa através do reforço do ensino secundário em São Tomé e Príncipe, contribuindo para criar um modelo de ensino adaptado às necessidades e à realidade do país, implementado pelos próprios agentes de ensino Santomenses. A metodologia de reforço de capacidades destes agentes de ensino permitirá garantir a sustentabilidade técnica do modelo. É um projeto financiado no âmbito do Fundo da Língua Portuguesa (FLP)¹, no valor total de € 4.649.707,00, e arrancou em 2009, devendo concluir-se no final do ano letivo 2012/2013.

O projeto atua em 4 eixos principais, nomeadamente, a melhoria e reforço do parque escolar (através da Beneficiação das escolas secundárias, do apoio à dinamização do ensino profissionalizante, equipamento das escolas e da criação de um Centro de Recursos Educativos e de Formação), a melhoria das competências técnicas dos professores (através da formação de professores do ensino secundário, da motivação dos quadros técnicos e melhoria das condições de trabalho e da responsabilização dos quadros nacionais pelo processo educativo em STP), do reforço das capacidades de gestão e de acompanhamento (através da definição e programação do plano operacional de intervenção, da descentralização coordenada do sistema de ensino, da formação em gestão escolar e da criação de mecanismos de supervisão e inspeção), e, por último, da melhor adaptação do sistema de ensino às necessidades do país (através da atualização dos currículos e programas escolares e da elaboração/adaptação de manuais escolares e da diversificação de currículos articulados com o ensino profissionalizante).

O primeiro ano do projeto serviu para completar diagnósticos, preparar o edifício legislativo do sistema de ensino, e conceber a revisão curricular a implementar, lançar as primeiras formações, começar a estruturar o modelo de formação contínua.

Os segundos e terceiro anos do projeto foram os da introdução gradual da revisão curricular, começando pelas 7.^a e 10.^a classes e prosseguindo nas 8.^a e 11.^a classes.

A formação contínua e acompanhamento associados à introdução da revisão curricular são o núcleo principal de implementação do projeto, sendo que a melhoria da organização e gestão das escolas é o suporte para o sucesso das anteriores.

No âmbito desta revisão curricular, mais de 300 professores santomenses estão a receber formação e acompanhamento continuados.

A apropriação do projeto por parte das autoridades santomenses poderia ser mais efetiva, nomeadamente, dando sequência às questões das infraestruturas e dos manuais, que foram concebidos e preparados com o apoio do projeto, respetivamente, um programa de requalificação das infraestruturas escolares e um protocolo com a Porto Editora, mas que não tiveram qualquer avanço porque não existe capacidade

¹ O FLP foi criado pelo Decreto-Lei n.º 248/2008, de 31 de Dezembro, concretizando disposições da Resolução do Conselho de Ministros que aprovou a «Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa». O FLP visa promover a língua portuguesa como factor de desenvolvimento e combate à pobreza através da educação, em especial nos países de língua portuguesa.

da parte portuguesa para financiar estas componentes.

As autoridades santomense poderiam ter tentando encontrar outros doadores/ financiamentos para aquelas componentes e, no futuro, é essencial que a vertente profissionalizante do ensino e mesmo algumas novas disciplinas, exigentes em termos de equipamentos deterioráveis, passem a ser assumidas pelo Governo santomense, através do seu próprio orçamento.

Saúde - Projetos “Saúde para Todos”, “Água Pura e Vida Sã” e “Especialidades”

A génese do projeto “Saúde para Todos” remonta a 2003, com uma intervenção em 2 distritos (Me-Zochi e Cantagalo), um projeto da autoria do Instituto Marquês de Valle Flôr, financiado pela Cooperação Portuguesa no âmbito do apoio às ONGD.

Por se identificar com um modelo de sucesso, em 2005, a Cooperação Portuguesa pediu ao IMVF que inicia-se um progressivo alargamento, que teve continuidade nos dois anos seguintes, tendo passado a incluir os centros e postos de saúde dos distritos de Lobata, Lembá e Água Grande, tendo vindo a abranger a totalidade do país a partir de 2008. O projeto passa a ser, a partir de 2005, a aposta institucional da Cooperação Portuguesa no setor da Saúde, sendo executado em parceria entre o IPAD, I.P., o IMVF, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério da Saúde de STP.

O projeto visou contribuir para a melhoria da qualidade e sustentabilidade técnica e financeira do sistema nacional de saúde santomense, através da garantia de qualidade na prestação universal e na gestão de um conjunto integrado de serviços de saúde em São Tomé e Príncipe, procurando reestruturar a funcionalidade da rede sanitária e promover a sua operacionalidade, garantir a prestação de cuidados de saúde integrados ao nível distrital, formar e capacitar os recursos humanos nacionais, melhorar o abastecimento de água potável e o saneamento do meio, promover a educação para a saúde e melhorar a capacidade de gestão.

De 2005 a 2011, este projeto teve um custo total de € 10.821.765,94, tendo a Cooperação Portuguesa assumido um financiamento no valor € 4.700.000,00.

Em complemento a este projeto, em 2006 a Cooperação Portuguesa apoiou a implementação do projeto Água Pura Vida Sã contribuindo com um financiamento de € 109.800,00, para um custo total de € 365.794,00.

Este projeto visou aprofundar a vertente de saneamento/abastecimento de água do SpT, apostando numa intervenção integrada que contribuísse para a melhoria da quantidade e qualidade da água disponibilizada às populações e para a criação de condições mínimas ao nível do saneamento básico.

No âmbito deste projeto, foram realizadas diversas atividades, designadamente, construção de latrinas, lavandarias, reservatórios e chafarizes, proteção de nascentes, melhoria do sistema de abastecimento de água, desenvolvimento de programas de rádio e de televisão, produção de diverso material didático e realização de sessões de esclarecimento.

Também a partir do trabalho desenvolvido no âmbito do SpT, nomeadamente nas necessidades que foram sendo identificadas, surgiu o projeto “SpT – Especialidades”, visando reforçar os cuidados médicos preventivos, primários e assistenciais com a prestação de cuidados médicos secundários e terciários especializados.

O projeto “Especialidades” desenvolveu uma assistência centrada nos cuidados secundários e terciários, mediante a realização de missões de curta duração para solucionar os problemas localmente e ministrar formação aos técnicos locais, perspectivando a criação de uma rede de contactos operacionalizada, a criação de condições para a prestação de consultas de especialidade e a capacitação de recursos humanos locais.

O projeto foi implementado no Hospital Central de S. Tomé, nomeadamente para a realização de intervenções cirúrgicas e ações de formação, e nos Centros e Postos de Saúde e Hospital do Príncipe sempre que o grau de exigência das atividades a realizar assim o permitiu.

Este projeto, realizado de 2009 a 2012, teve um custo total de € 1.279.581,88, dos quais a Cooperação Portuguesa financiou € 898.576,64.

“Saúde para Todos” – Programa Integrado 2012/2015

Este projeto irá dar sequência aos projetos implementados nos últimos seis anos, congregando as vertentes de prestação de cuidados primários e de cuidados especializados (secundários e terciários).

O projeto visa promover a consolidação do sistema nacional de saúde de S. Tomé e Príncipe (STP) mediante uma abordagem integrada dividindo-se em duas componentes:

- uma de prestação de cuidados primários que garanta a equidade de acesso fácil e de baixo custo, a aposta na prevenção e tratamento precoce de situações clínicas, dê atenção redobrada à luta contra das doenças crónicas e não transmissíveis; e
- outra focada na prestação de cuidados especializados que, através de missões de médicos especialistas, possa responder *in loco* a situações clínicas pendentes e que contemple uma vertente de telemedicina como ferramenta não apenas assistencial mas também de formação para os técnicos são-tomenses e encaminhamento dos doentes evacuados para Portugal.

Este projeto tem um custo total orçamentado em € 16.408.000,00, prevendo-se que a Cooperação Portuguesa assumira um financiamento no valor total de € 3.800.000,00, ao longo de toda a sua execução.

Índice Remissivo

A

Ana Silva Fernandes 157
Ana Vaz Milheiro 87
Antónia Barreto 505
Armindo de Ceita do Espírito Santo 271

F

Frank-Ulrich Seiler 317

H

Hugo Machado da Silva 137

I

Inês Nascimento Rodrigues 369

J

Jared Staller 337
João Sarmiento 305
Joaquim Machado 177
José Caldas 287
José Domingos Costa 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25
José Eduardo Mendes Ferrão 255
José Manuel Fernandes 73
Joseph Abraham Levi 349

K

Kamilla R. Rizzi 519

L

Lígia Moreira Almeida 287
Lola Geraldes Xavier 393
Luís Castelo Branco 571
Luís da Cunha Pinheiro 27
Luís Filipe Madeira 217
Luís Quintaneiro 553

M

Manuel Fernandes de Sá 157
Manuel Mendes 579
Maria de Lurdes Henriques 177
Maria do Céu de Madureira 433, 467
Maria Teresa Saraiva 177

N

Naduska Mário Palmeira 383

R

Raquel Freitas 485
Ricardo Faustino de Lima 455

Índice Remissivo

Rita Gonçalves 413
Robert Garfield 247
Rui Fernandes Póvoas 157
Rui Miguel da Costa Pinto 235

S

Sérgio Leopoldo Fernandez 137
Sérgio Neto 207

T

Teresa Madeira da Silva 49
Teresa Nunes 191

U

Ulrich Schiefer 467

V

Vânia Tira-Picos 467, 485
Vera Félix Mariz 129